

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ARTES E HUMANIDADES
DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
“LUÍS DE CAMÕES”

**MUSEU DOM JOSÉ, EM SOBRAL/CEARÁ, BRASIL: HISTÓRIA DE
UMA INSTITUIÇÃO MUSEOLÓGICA DE REFERÊNCIA, 1951-2015**

Tese para a obtenção do grau de Doutor em História

Autor: António Luciano Morais Melo Filho

Orientadores: Professor Doutor José Maria Amado Mendes e

Professor Doutor Duarte Manuel Roque Freitas

Número do candidato: 20160874

Maio de 2023

Lisboa

Agradecimentos

Esta tese foi fruto de muita persistência e, por isso, tenho muito a agradecer à Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões e ao seu Departamento de História, pela oportunidade que tive de concluir este ciclo académico convosco. À Cátedra de História e Cultura Luso-Brasileira agradeço pela bolsa que me permitiu subsidiar a pesquisa e dedicar tempo para a investigação e a escrita. Agradeço aos meus orientadores, Professor José Maria Amado Mendes, um orientador rigoroso, que me indicou os melhores caminhos perante a diversidade de possibilidades que a investigação poderia seguir no seu início e, ao Professor Duarte Manuel Freitas, por compartilhar o seu precioso conhecimento perante as minhas dificuldades e indagações em função da complexidade de realizar a pesquisa e escrita num contexto pandémico e, também pela sua compreensão pelos problemas pessoais que me atingiram.

Desejo igualmente agradecer a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente com a pesquisa, em especial as seguintes pessoas: Dona Hilce Girão, Dona Angélica Lourenço, professor José Luís Lira, professora Somália Viana, Vanda Arcanjo e Nahiara Albuquerque, todos ligados ao MDJ/UVA, que me apoiaram no que foi possível aceder junto aos arquivos da instituição investigada. Agradeço ao escritório do IPHAN no Ceará em nome da sua bibliotecária, senhora Elisabete Rodrigues Gonçalves, que, quando solicitei documentação, foi sempre diligente e atenciosa. A todos os interlocutores das instituições públicas e privadas que me responderam por via de mensagens eletrónicas e telefonemas, o meu sincero agradecimento!

Agradeço às professoras e aos professores que me instruíram ao longo da vida.

Às minhas avós, Antônia e Maísa, sou grato porque sempre fomentaram a minha ânsia na descoberta de cada recanto das suas casas cheias de histórias, cada gaveta repleta de pó, cada objeto que guarda as memórias das suas e de muitas vidas que alimentaram a minha curiosidade ao ouvir as suas lembranças ao mesmo tempo que comia os seus feijões. A minha mãe amada, que foi irrepreensível na gestão da minha formação, o que favoreceu o meu perfil argumentador e a procura por conhecimento. Ao meu pai, que mesmo com seu antagonismo nos últimos anos, me fez avançar. Aos meus irmãos, cunhados, sobrinhos e sogros.

Aos meus amigos espalhados pelo mundo expresso a minha gratidão. A Corinna, amiga de décadas que mesmo à distância sinto seu coração ao meu lado; ao Nuno, aliado e artista que tanto amo; a Ineuma, companheira de muitos festivais e parceira para todas as horas; ao Delano, professor que se tornou amigo e incansável incentivador do meu desenvolvimento; em seus nomes registro os meus sinceros agradecimentos às amigas, amigos e amigues que estão comigo

nessa jornada da vida, seja aqui ou além, caminhamos lado a lado, a eles devo parte de quem sou.

Ao Breno, meu marido, agradeço por dividir os dias comigo, pelo encorajamento e por seu afeto ao longo dos últimos 20 anos.

E finalizo com profundo agradecimento ao meu mestre da vida Daisaku Ikeda e a Soka Gakkai, cuja base espiritual do budismo Nichiren contribuem para moldar o ser humano que sou. Por isso, agradeço a mim mesmo por não ter desistido, ao que devo às matrizes do meu passado e às Funções Protetoras do Universo. Bem hajam!

Resumo

A presente tese de doutoramento pretende compreender a criação, institucionalização, desenvolvimento e a gestão do Museu Dom José – primeiro museu histórico de Sobral (Ceará, Brasil) –, desde a sua fundação, em 1951 até ao ano de 2015. Pretende-se, de igual modo, evidenciar que o acervo nele depositado espelha a representação de uma cultura material “*Tupinambaense*”, sacra na tradição e profana na opulência, de acordo com as características do colecionador e instituidor: o prelado D. José Tupinambá da Frota (1882-1959). A partir da análise das fontes compulsadas, salienta-se como se desenvolveu a narrativa identitária de Sobral, que teve no espaço museal um centro gerador/produtor e expositor de uma memória moldada por escolhas e subjetividades afeitas a tradições coloniais, patriarcais, racistas e elitistas, conduzindo o olhar do visitante e do sobralense, em particular, para os contextos da Igreja Católica e do enriquecimento da burguesia abastada da cidade, sendo, de igual modo, uma moldura ideal para o autorretrato do colecionador e fundador. Esta investigação colabora para a abordagem da História e Cultura das Organizações, contemplando ainda temas importantes no âmbito dos debates desenvolvidos em torno da história da Museologia, das experiências em educação museal no Brasil e da história do Património Cultural no contexto da região Nordeste brasileira.

Palavras-chave: D. José Tupinambá; Museu Dom José; cultura material; Sobral; património.

Abstract

This doctoral thesis aims to understand the creation, institutionalization, development and management of the Dom José Museum – the first historical museum in Sobral (Ceará, Brazil) – from its foundation in 1951 to 2015. In this way, to show that the collection deposited there reflects the representation of a “*Tupinambaense*” material culture, sacred in tradition and profane in opulence, according to the characteristics of the collector and founder: the prelate D. José Tupinambá da Frota (1882-1959). From the analysis of the compulsory sources, it is highlighted how the identity narrative of Sobral was developed, which had in the museum space a generator/producer and expositor center of a memory shaped by choices and subjectivities affected by colonial, patriarchal, racist and elitist traditions, leading the visitor gaze and the Sobral’s people, in particular, to the Catholic Church contexts and the city wealthy bourgeoisie enrichment, being, in the same way, an ideal collector and founder self-portrait frame. This investigation contributes to the History and Culture of Organizations approach, also contemplating important themes in the developed debates scope around the history of Museology, the experiences in museum education in Brazil and the history of Cultural Heritage in the Brazilian Northeast region context.

Keywords: Dom José Tupinambá; Dom José Museum; material culture; Sobral; cultural heritage.

ÍNDICE

Agradecimentos	2
Resumo	4
Abstract	5
ÍNDICE	6
ÍNDICE DE FIGURAS	10
ÍNDICE DE TABELAS	12
SIGLAS E ACRÓNIMOS	13
INTRODUÇÃO	16
Objetivo	26
Fundamentação Teórica	27
Metodologia e Fontes	34
Estado da arte	37
A abordagem desta investigação	39
CAPÍTULO 1 – CAMPO MUSEAL NO BRASIL.....	41
1.1. Museus no Brasil.....	44
1.2. Criação do Museu Histórico Nacional (MHN).....	55
1.3. Outros contextos e agências do campo museal brasileiro	63
CAPÍTULO 2 – CAMPO MUSEAL NA CONJUNTURA REGIONAL E LOCAL	74
2.1. Museus no Ceará	75
2.2. Museus em Sobral: discussão prévia	85
2.2.1. Museu do Eclipse (1999): interpretação e difusão da ciência	94
2.2.2. Museu Madi (2005): acervo que conta a história do movimento	99
2.2.3. Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa (2007): vestígios do tempo sob os escombros	107
CAPÍTULO 3 – O BISPADO DE D. JOSÉ E A “RESTAURAÇÃO” DE SOBRAL (1916-1959).....	118

3.1.	José Tupinambá da Frota: experiência, educação e cultura	119
3.1.1.	Influência e aprendizado: da génese ao desenvolvimento.....	122
3.1.2.	“A nova Diocese trará para nós a restauração de tudo em Deus”	140
3.2.	Novas estruturas como símbolos de uma era gloriosa.....	148
3.3.	Outros traços relevantes de D. José	154
3.4.	D. José, o colecionador: construção do mito na memória sobralense.....	155
3.4.1.	À procura dos objetos notórios: o fazer do colecionista.....	169
CAPÍTULO 4 – 1.º PERÍODO (1938-1959): IDEALIZAÇÃO, REGISTO E INSTITUIÇÃO		174
4.1.	Museu Diocesano de Sobral (MDS): Museu de D. José	180
4.2.	Variedade dos objetos que compunham o acervo.....	202
4.3.	Padre José Palhano de Sabóia: ajudante do colecionador.....	211
CAPÍTULO 5 – 2.º PERÍODO (1960-1990): LUTO, REFORMAS E REINAUGURAÇÃO		218
5.1.	O primeiro inventário: um instrumento fundamental para conhecimento das peças.....	221
5.2.	Falta aqui alguma coisa: acusações e subtrações ao museu.....	226
5.3.	Intervenções para se evitar um fim lastimável	228
5.4.	Depois da reinauguração, o esquecimento e o fecho de portas.....	240
5.4.1.	Passos dados para um novo ressurgimento	253
CAPÍTULO 6 – 3.º PERÍODO (1990-2015): REMODELAÇÃO, ORGANIZAÇÃO e REABERTURA.....		256
6.1.	Museu sob os cuidados da Universidade	258
6.2.	Gerir o museu: o papel de Giovana Saboya Mont’Alverne.....	269
6.3.	Investigação, educação museal e as interações com o público.....	285
6.4.	Museu em itinerância e o incremento das exposições temporárias.....	293
CONCLUSÃO		298
FONTES E BIBLIOGRAFIA		303

I – Fontes	303
A – Fontes manuscritas e datilografadas	303
B – Fontes Icononímicas	308
C – Fontes sonográficas	308
D – Fontes Impressas	309
E – Artigos.....	313
a) Sem autor identificado.....	313
b) Com autor identificado.....	317
F – Legislação	324
II – Bibliografia	326
A – Obras Consultadas	326
B – Artigos e capítulos de obras coletivas	335
III – Publicações Periódicas	345
A – Títulos Consultados.....	345
IV – Webgrafia	347
A – Endereços eletrônicos.....	347
Anexos	355
Anexo 1 – Estatutos do Museu Diocesano de Sobral (1951).....	356
Anexo 2 – Trabalhos de pós-graduação disponíveis no Catálogo de Teses (T) e Dissertações (D) do Portal da Capes. Termos de busca: “Museu Diocesano de Sobral”, “Museu Dom José”, “História de Sobral”, “Dom José Tupinambá da Frota”, “Diocese de Sobral”, “Sítio Histórico de Sobral”.....	358
Anexo 3 – Trabalhos acadêmicos disponíveis na busca do Google Acadêmico. Termo de busca: Com a frase exata “Museu Dom José”, contendo a palavra “Sobral”	362
Anexo 4 – Relatório do Museu Diocesano de Sobral, atribuído a direção do Museu Diocesano de Sobral, em 4 de julho de 1959	371
Anexo 5 – Relação de peças compradas do Museu Osvaldo Soares. Transcrição do documento produzido na gestão da professora Glória Giovana Saboya Mont’Alverne Girão (digitado e manuscrito)	372

Anexo 6 – Quadro de diretores do Museu Dom José	374
Anexo 7 – Carta de Gustavo Barroso ao Bispo Dom José, a 23 de novembro de 1955, que se encontrava exposta na Sala Dom José (2019).....	378
Anexo 8 – O Livro de Ouro, 15 de junho de 1959, que se encontrava exposto na Sala Dom José (2019).....	379

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografias de retirantes flagelados pela Seca de 1877 a 1879	22
Figura 2 – Aspetos do Museu Histórico Nacional na década de 1950	60
Figura 3 – Sala da Cidade no MHC (1957)	81
Figura 4 – Sala do Índio no MHC (1957)	81
Figura 5 – Mapa do Brasil e do Ceará contendo indicações de Museus e instituições de memória do referido Estado, cadastradas na plataforma em linha Museusbr	83
Figura 6 – Casa da Cultura em reforma (1997)	92
Figura 7 – Instalação de telescópios na Praça da Igreja de N. S. do Patrocínio (1919)	95
Figura 8 – Monumento em Homenagem as Comissões Científicas de 1919 (inaugurado em 1973)	96
Figura 9 – Praça de N. S. do Patrocínio, onde se encontra instalado o Museu do Eclipse (2019)	99
Figura 10 – Museu Madi (2020)	106
Figura 11 – Contornos da Vila Distinta e Real de Sobral em 1773	111
Figura 12 – Grupo de casas da praça da Matriz de Sobral (c.1950)	114
Figura 13 – Atividades desenvolvidas na CCM	117
Figura 14 – D. Jerónimo Thomé da Silva (1849-1924)	126
Figura 15 – José Tupinambá seminarista (c. 1897)	129
Figura 16 – Papa Leão XIII em sede gestatória	132
Figura 17 – Terraço do Colégio Pio Latino-Americano (lado oeste)	134
Figura 18 – Título de Doutor em Teologia recebido por D. José	137
Figura 19 – Página do álbum pertencente ao padre José Palhano contendo registos fotográficos do acervo do museu (1952)	160
Figura 20 – Oswaldo Soares (à direita) apresenta espadas, coleção de pentes e outros objetos do acervo que foi comprado por D. José	162
Figura 21 – Planta do conjunto urbanístico de Sobral tombado pelo IPHAN com o MDJ assinalado	175
Figura 22 – João Pedro da Cunha Bandeira de Mello	181
Figura 23 – Cadeira relacionada com o padre António Vieira (Séc. XVII)	188
Figura 24 – Planta da cidade de Sobral (c. 1880) com a marcação de um terreno onde viria a ser construída a nova ala do Palacete Cruz das Almas, por D. José em 1940	190

Figura 25 – Diferentes padronagens de mosaico hidráulico no MDS, implementados na reforma ocorrida na década de 1940.	191
Figura 26 – Planta-baixa do edifício do MDJ	206
Figura 27 – D. José apresenta o museu ao Governador Raul Barbosa e à sua comitiva (1952)	207
Figura 28 – Aspetos do Museu Diocesano de Sobral em 1952	208
Figura 29 – Aspetos do Museu Diocesano de Sobral em 1952	209
Figura 30 – Aspetos do Museu Diocesano de Sobral em 1952	210
Figura 31 – Padre João Mendes Lira, Mons. Olavo Passos, D. José Tupinambá, Padre Palhano de Sabóia e um seminarista não identificado (1941)	212
Figura 32 – Inauguração da Sala Padre Palhano no MDJ (2002)	217
Figura 33 – Padre Palhano ao lado do corpo de D. José, acompanhado de vários populares, no Palácio Episcopal (1959)	219
Figura 34 – Páginas iniciais do Livro borrão para o tombamento (1962)	224
Figura 35 – Página inicial do primeiro Livro de Tombo (1962)	225
Figura 36 – Fachada do MDJ assente na Avenida D. José	235
Figura 37 – Esquema geral de circulação dos visitantes (década de 1970)	236
Figura 38 – Aspetos da museografia do MDJ (1971)	239
Figura 39 – Aspetos da museografia do MDJ (1971)	239
Figura 40 – Anúncios do MDJ no ano de 1971	241
Figura 41 – Desdobrável de divulgação do MDS (1974)	243
Figura 42 – Primeiro catálogo do MDJ, capa e contracapa (1982)	249
Figura 43 – Páginas do primeiro catálogo do MDJ (1982)	250
Figura 44 – Planta da exposição temporária proposta pela equipa da FHK (setembro de 1995)	261
Figura 45 – Visita protocolar pela abertura do MDJ (março de 1997)	268
Figura 46 – Aspetos da comemoração do 50.º aniversário do MDJ (2001)	269
Figura 47 – Planta baixa da distribuição das salas do MDJ (2001)	270
Figura 48 – Capa e contracapa do catálogo do MDJ lançado em 2007	276
Figura 49 – Organização das salas do MDJ em 2007	277
Figura 50 – Esquema geral de circulação no MDJ (2019)	280
Figura 51 – Aspetos da Exposição O Sagrado Coração do Ceará (2013)	295
Figura 52 – Exposição Dom José e o seu tempo (2003)	296

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Museus fundados no Brasil até 1899, estando ainda em funcionamento	48
Tabela 2 – Formato organizacional dos museus brasileiros em 2021	65
Tabela 3 – Distribuição regional dos museus brasileiros em 2021	65
Tabela 4 – Legislação relativa à promoção dos museus	68
Tabela 5 – Entidades registradoras de instituições museológicas no Brasil (2022)	70
Tabela 6 – Lista de prefeitos de Sobral: de 1997 até à atualidade	90
Tabela 7 – Frequência do público visitante ao acervo do Museu Madi, em 2008	104
Tabela 8 – Bispos de Sobral de 1916 a atualidade.....	220
Tabela 9 – Quantitativo de objetos registrados no Livro de Tombo do MDS (1962-1964)	225
Tabela 10 – Coleções catalogadas durante a primeira e segunda etapa de trabalho da equipa de Osvaldo Gouveia (fevereiro a agosto de 1994)	257
Tabela 11 – Coleções catalogadas durante a terceira etapa de trabalho da equipa de Osvaldo Gouveia (2001).....	273
Tabela 12 - Quantidades de objetos não catalogados	273
Tabela 13 – Total geral do acervo do MDJ (novembro 2002).....	275
Tabela 14 – Registo de entradas nos livros de visitantes (1971-1999)	287
Tabela 15 – Registo do número de visitantes indicados nos relatórios de gestão do MDJ (2000-2015).....	288

SIGLAS E ACRÓNIMOS

APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BECE – Biblioteca Pública do Estado do Ceará

BN – Biblioteca Nacional

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCDMAC – Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura

CCH – Centro de Ciências Humanas

CCM – Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa

CDS – Cúria Diocesana de Sobral

CE – Estado do Ceará

CFC – Conselho Federal de Cultura

CICH – Centro de Investigações em Ciências Históricas

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

COPPIR – Coordenação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial

DAAD – Deutscher Akademischer Austauschdienst

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FETRANS – Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Ceará, Piauí e Maranhão

FHK – Fachhochschule Colônia

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

Funarte – Fundação Nacional de Artes

HBN – Hemeroteca da Biblioteca Nacional

HGB – Hemeroteca Gustavo Barroso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM – Conselho Internacional de Museus (International Council of Museums)

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGM – Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

IJNPS - Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

IPEA – Instituto de Pesquisa Económica Aplicada
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISERJ – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro
ISTEP – Instituto de Teologia e Pastoral
MAC – Museu de Arte Contemporânea
MDJ – Museu Dom José
MDS – Museu Diocesano de Sobral
MHC – Museu Histórico do Ceará
MHN – Museu Histórico Nacional
MinC – Ministério da Cultura
MK – Museu Indígena Kanindé
NEDHIS – Núcleo de Estudos e Documentação Histórica
OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos
PCH – Programa das Cidades Históricas
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PMS – Prefeitura Municipal de Sobral
PNEM – Política Nacional de Educação Museal
PNM – Política Nacional de Museus
PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PVC – Policloreto de vinila
RCMC – Rede Cearense de Museus Comunitário
s.d. – sem data
s/p – Sem paginação
SBM – Sistema Brasileiro de Museus
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECJEL – Secretaria da Cultura Juventude Esporte e Lazer
SECULT – Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Ceará
SHE – Sala de História Eclesiástica
SP – Estado de São Paulo
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPI – Serviço de Proteção aos Índios
UAL – Universidade Autónoma de Lisboa

UDN – União Democrática Nacional

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNIFOR – Universidade de Fortaleza

UNINTA – Centro Universitário INTA

UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

INTRODUÇÃO

Durante um passeio entre os seus corredores e salas, um visitante mais atento perguntaria a si mesmo para que serve um museu. Provavelmente ampliaria a sua inquietação interna com a pergunta que lhe replicaria a quem serve um museu. Ainda seria possível supor que aprofundaria a análise se questionasse como foi constituído. Até mesmo uma mediação durante o percurso seria motivo de questionamento. Indagações deste género provocam ao historiador uma série de outras perguntas e associações relacionadas diretamente com o “sentido da História”¹. O historiador François Hartog, no artigo *Experiências do tempo: da História Universal à História Global?* (2013), apresenta uma miscelânea de múltiplas mobilizações e fenómenos para a perceção do sentido da História, “quer se entenda sentido como significação, realização ou simplesmente direção”².

É bem provável que haja alguém que não veja sentido ou necessidade da História ou que não compreenda a importância da reflexão que a disciplina propõe. Para os nazifascistas europeus da primeira metade do século XX e os seus descendentes políticos brasileiros na atual conjuntura sociopolítica polarizada, mais numerosos do que se supõe, a História é desnecessária ou deve ser revista drasticamente. Tal abordagem é compartilhada por revisionistas ideológicos³ e negacionistas da História que, por meio da rejeição e da manipulação dos acontecimentos, buscam promover orientações autoritárias e preconceituosas, sendo apoiados por certos setores da sociedade, como por exemplo aqueles ligados ao último governo brasileiro e os seus partidários⁴.

A análise que aborda uma possível analogia entre o sentido da existência de um museu e o serviço da História concorda, porventura, de modo intenso e frutífero, para encorajar o início

¹ François Hartog, “Experiências do tempo: da História Universal à História Global?”, *História, histórias*, vol.1, n.º 1, 2013, p. 164.

² *Idem*, p. 165.

³ Os revisionistas ideológicos da história são indivíduos ou grupos que buscam reescrever a narrativa histórica a partir de uma perspectiva ideológica, muitas vezes com o objetivo de promover uma agenda política ou cultural específica. Esses revisionistas geralmente reinterpretam ou negam fatos históricos comprovados, visando alterar a compreensão pública sobre eventos passados e, assim, influenciar a opinião pública em relação a questões atuais. Um exemplo de revisionismo ideológico é o que busca minimizar os prejuízos da colonização nas Américas e em outras partes do mundo.

⁴ Sobre a anterior conjuntura política brasileira (2018-2022) e os discursos dos seus representantes, atenda-se aos periódicos em linha, entre outros, às matérias publicadas das jornalistas Cláudia Motta, “Livro de Luiz Eduardo Soares traduz o fascismo do século 21 ‘a la Bolsonaro’”, *Rede Brasil Atual*, em linha, 6 out. 2020, s/p.; Lia Bianchini, “Bolsonaro é fascista? Listamos 13 frases do candidato para reflexão”, *Brasil de Fato*, em linha, 17 out. 2018, s/p.; Rosana Pinheiro-Machado, “Entrevista: ‘Bolsonaro é o populista que mais se aproximou do fascismo na história’, diz Federico Finchelstein”, *The Intercept Brasil*, em linha, 7 jul. 2020, s/p. Os endereços das referências em linha dos sítios da internet citados, bem como o DOI das publicações que indicar, estão disponíveis na Bibliografia desta tese.

de uma investigação. Deve-se afirmar que o museu já faz parte do percurso contemporâneo dos grupos sociais, tal como as historiografias das múltiplas existências humanas. E mais, é adequado reforçar aqui que os partidários dos negacionismos históricos e científicos sempre existiriam mesmo que todos os historiadores do passado e do presente houvessem aplicado, de maneira precisa e coerente, os métodos e procedimentos investigativos.

Este trabalho explora a história de uma instituição museal organizada em Sobral, uma cidade localizada na zona noroeste do Estado do Ceará, no Nordeste do Brasil, instituição esta surgida oficialmente na década de 1950. Refere-se ao **Museu Dom José**, onde procura-se historicizar a institucionalização de um museu regional e as relações constituídas para a sua permanência ao longo dos anos. Por um lado, é fundamental compreender as representações propostas pela própria instituição e ainda questionar o silenciamento ou a exclusão de outras formas de representações socioculturais, que porventura estejam ausentes das suas vitrinas expositivas. Por outro lado, também os discursos dos grupos socioculturais expostos estão de forma constante (re)construindo no espaço museal a sua visão social. A definição para museu, amplamente discutida e aprovada a 24 de agosto de 2022, pela 26.^a Conferência Geral do *International Council of Museums* (ICOM), e que se utilizou neste trabalho, foi a de que “um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que investiga, coleciona, preserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Atuam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas de educação, fruição, reflexão e troca de conhecimentos”⁵. A referida definição encontra-se conectada com os principais debates relacionados com o papel dos museus, principalmente no que diz respeito a participação das comunidades, à promoção da inclusão e da diversidade.

Ainda assim, ao longo dos anos, sabe-se que houve uma série de transformações no que diz respeito aos propósitos e definições do museu enquanto instituição. Sabe-se que os museus existem desde há várias centúrias, portanto, as definições propostas pelo ICOM não foram as únicas e, em períodos anteriores, intenções equivalentes foram acionadas para se inferir designações ao museu, originados em outras instituições, como foi o caso da *The Museums*

⁵ Atende-se a ICOM, *ICOM approves a new museum definition*, em linha, atual, 2022, p. s/p, tradução do autor. Anteriormente, a última definição de museu utilizada, aprovada pelo ICOM em 2007, era a de que “A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity and its environment for the purposes of education, study and enjoyment” (ICOM, *International Council of Museums (ICOM) - Statutes*, em linha, 2017, p. 3).

Association em York, no Reino Unido, fundada em 1890 e mais tarde, no início do século XX, com a criação do *International Museums Office*, fundado pela Liga das Nações e que está na origem do ICOM⁶. Logo, o surgimento de uma definição de museu foi precedida por um longo período de desenvolvimento, particularmente fruto do diálogo temático entre os museus. A partir da criação do ICOM em 1946, diversas alterações foram aprovadas nas Conferências Gerais para definir estas instituições culturais, sendo as mais recentes aquelas propostas em 1971, 1974, 2007 e a de 2022.

A definição do que é um museu indicada pelo ICOM tem servido de proposta normativa às políticas públicas dos países para as instituições museológicas, como foi o caso da Lei n.º 11 904, publicada a 14 de janeiro de 2009, documento legal estabelecedor do Estatuto de Museus e que colocou outras medidas concernentes à área de atuação dos museus no Brasil. Por conseguinte, para o período analisado nesta investigação, que se estabelece ao longo do século XX, o conceito que abarcava o museu era o de um espaço de ciência, de manifestação de certezas dadas como absolutas, de constatação de evidências históricas, o cenário ideal que afixava a legitimidade da produção científica e erudita do seu tempo⁷.

Pode-se afirmar que até 1950, ainda durante a primeira metade do século XX, não existia oficialmente constituído um único museu público ou privado em Sobral, no Estado do Ceará, (Brasil), o que talvez fosse um sinal de desinteresse pelo passado de uma das cidades mais relevantes económica e politicamente do Estado. Entretanto, conjugações museológicas distintas já pairavam nos projetos dos membros da sociedade sobralense, originando naquela coletividade uma confluência de vontades no âmbito institucional museológico. Deparámo-nos com tais convergências de interesses no campo educacional, pelo resultado da organização de um possível “muzeu escolar”⁸ ou ainda no ato de colecionar objetos valiosos, presente nas atitudes de uma personalidade local que estava a compor um considerável acervo de coleções variadas, configurando “o museu particular de D. José”⁹.

Em contexto nacional, por outras cidades socioeconomicamente relevantes do Brasil, era crescente o número de instituições museológicas que despontaram com o passar dos anos, depois da viragem do século XIX para o XX. As novas e diferenciadas instituições que surgiram eram formadas por um complexo sistema de conexões que incrementavam as suas organizações

⁶ Atenda-se a Sid Ahmed Baghli, Patrick Boylan, & Yani Herreman, *History of ICOM (1946-1996)*, International Council of Museums, Paris, 1998, p. 7-8.

⁷ María Bolaños Atienza, “Los museos, las musas, las masas”, *Museo y Territorio*, n.º 4, Málaga, 2011, p. 8.

⁸ “Muzeu Escolar”, *A Ordem*, anno 7, n.º 25, Sobral, 2 de março de 1923, p. 1.

⁹ “Tudo sobre o Ceará: as maiores coisas e as ocorrências mais notáveis”, *O Nordeste*, ano XXXVI, n.º 8431, Fortaleza, 23 de dezembro de 1957, p. 2.

institucionais, conferiam-lhes distintas características e traziam abordagens das mais incomuns nas suas composições.

Nesse sentido, registrar a história do nascimento e desenvolvimento de uma instituição museal envolve misturar num “almofariz” uma série de disciplinas, conceitos e experiências. Deste modo sabe-se que não é nada fácil de propor, dada a complexidade do ato. Metaforicamente, um museu é como esse pilão que consegue estabelecer ligas de variadas tipologias – diferentes coleções de objetos, tempos distintos, espaços de recolha díspares, interesses e públicos heterogêneos – pois é um campo que condensa as preocupações, as incógnitas e aspirações do tempo e do espaço em que reside. E, apesar de todas as tensões ao tentar definir o que esse tipo de instituição possa provocar, as narrativas das suas histórias escorregam brandamente pela cronografia, muito placidamente, e transitam pela geografia das suas coleções, conforme a sua necessidade de explanação, conquanto o esquecimento sociocultural e as denúncias das violações aos direitos humanos praticadas nos atos vivenciados no passado não entrem tão facilmente no almofariz dos arquivos, museus, memoriais e outras instituições de salvaguarda da memória no contexto brasileiro¹⁰.

Sobral situa-se na região noroeste do Ceará e é hoje notoriamente, mesmo para quem está de passagem, o município mais importante daquela área do Estado brasileiro. A cidade vem mantendo e amplificando a sua relevância regional desde o século XVIII, aquando do início da ocupação colonial do seu território. No passado, essa grandeza mostrava-se exponencialmente mais próspera e alargada. Situada às margens do rio Acaraú, e tendo proximidade com os cursos dos rios Coreaú e Aracatiaçu, foi beneficiada por aquelas correntes e fomentou a sua pertinência hegemónica como centro do território regional. Fossem pelos caminhos traçados na água ou pelas rotas marcadas na terra que a intersectavam, a sua morfologia foi factor determinante para exponenciar o seu domínio nos itinerários comerciais.

Encontra-se referencial nas palavras da historiadora Valdelice Carneiro Girão para a compreensão da importância de diversificada morfologia – tais caminhos e os ribeiros de água para a pujança da atividade agro-pastoril que se desenvolveu naquelas bandas –, quando a pesquisadora aponta que “Para o Porto do Acaraú, vindo de Sobral, durante a safra, rumavam as boiadas, os carros de bois cheios de carnes, de couro e sola; dali transportados em sumacas, para os principais portos da Colônia, principalmente Pernambuco. Os barcos que levavam produtos pastoris voltavam trazendo as grandes novidades em pratarias, porcelanas, cristais, móveis de jacarandá e outros objetos raros, entre eles materiais de construção; o que muito

¹⁰ Myrian Sepúlveda dos Santos, “O retorno do pesadelo: um estudo sobre a luta da memória contra o esquecimento”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 121, Coimbra, 2020, p. 115.

contribuiu para o formoseamento da vila de Sobral e sua classificação, como a ‘segunda em grandeza’”¹¹.

Como o processo de colonização da região Nordeste do Brasil¹² foi do interior para o litoral, esses bens de consumo rumavam para outras províncias, impulsionando o comércio da vila de Sobral com os territórios do Piauí, Maranhão, Bahia, Paraíba e especialmente Pernambuco, capital da província até 1799¹³. O arquiteto, urbanista e professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Clóvis Ramiro Jucá Neto traçou as rotas que percorriam pessoas e produtos pelas variadas estradas que cortavam a cidade:

De Sobral, partiam duas estradas para Fortaleza. Uma, ‘larga e plana’, seguia pelo norte da serra de Uruburetama, passando pela povoação de São Bento d’Amontada, e outra cruzava a serra, atravessando o povoado da Cruz. Ambas se uniam nas proximidades do rio Curu, e seguiam para a vila do Soure e Fortaleza. Esta é a mesma que saía de Fortaleza passando pelo Soure em direção a Sobral. Outra estrada descia o rio Acaraú, alcançando o povoado da barra do Acaraú. Mais uma comunicava Sobral com a vila de Granja e em seguida com o Piauí. Para o Piauí, também se podia ir de Sobral pelas estradas que cruzavam a Vila de Viçosa Real e a Vila Nova d’El Rey. Esta vila estava diretamente ligada à vila de Marvão na capitania piauiense. Também de Sobral, alcançava-se a capitania de Pernambuco pelo interior, através de uma estrada ‘incomoda [...] e deshabitada’ que passava pelos povoados de Boa Vista, de Santa Quitéria e pela vila de Campo Maior - a Estrada Nova das Boiadas¹⁴.

O desenvolvimento de Sobral edificou-se a partir da interseção entre uma pujante circulação de pessoas e consequente comércio inter-localidades, para além de uma larga produção agro-pastoril. Na segunda metade do século XIX, a atividade agrícola de produção de algodão, em resposta a uma necessidade externa, fez com que a cidade abrisse espaço à produção industrial, com a instalação da Fábrica de Fiação e Tecidos Sobral em 1895¹⁵,

¹¹ Valdelice Carneiro Girão, *As oficinas ou charqueadas no Ceará*, Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, Fortaleza, 1984, p. 117 e 118.

¹² Fábio Betioli Contel, “As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)”, *Terra Brasilis*, em linha, n.º 3, São Paulo, 26 ago. 2014, p. 1 a 20. As atuais divisões regionais do Brasil em cinco grandes regiões foram fruto da criação do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1932, pois naquele momento, nas palavras do autor, “as políticas territoriais passam a ser postas como prioridade do Estado, e a principal tônica da ação do Governo Vargas ‘residiu no aparelhamento do Estado, que centraliza o poder até então bastante dividido entre as oligarquias regionais’. Os processos de burocratização e centralização do poder político se materializam na criação de Conselhos, Comissões, Institutos, Companhias, Fundações, além da promulgação de uma série de leis e de decretos que alterariam a história do país” (*Idem*, p. 2).

¹³ Clóvis Ramiro Jucá Neto, “Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas”, *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol. 20, n.º 1, São Paulo, 2012, p. 133-163.

¹⁴ *Idem*, p. 157.

¹⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Estudo para tombamento do conjunto urbanístico da cidade de Sobral-Ceará*, vol. I, 4.ª Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN), Sobral, 1998, p. 17.

propriedade da primeira companhia Ernesto & Ribeiro¹⁶. Esta fábrica foi um marco no surgimento da indústria local, cujos estudos são ausentes na historiografia sobralense e que contribuiriam para complementar a compreensão da História do Patrimônio Industrial no Ceará. Pode-se afirmar que dentro dessa conjuntura econômica estavam inseridos diversos produtos do extrativismo vegetal, e para além do algodão, havia ainda procura pela carnaúba mais a oiticica, e bem como produtos de origem mineral, tais quais a argila e calcário¹⁷. Esse paulatino progresso que a cidade experimentava era apontado nos jornais e a cidade ia ganhando a reputação de “Sobral a grande cidade sertaneja, com justa razão, chamada a *princeza do norte*, sendo como é, um centro adiantado e de cultura intellectual bastante desenvolvida”¹⁸. Possui atualmente uma população estimada em 208 935 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁹.

Sobral encasulou um passado pujante economicamente, ao que lhe parecia conferir o estatuto de localidade socialmente gloriosa e magnificente, do século XVIII até meados do XIX. Entretanto, estagnou a sua exuberância por mais de meio século. Foi somente com a criação da diocese e consequentemente com a posse do primeiro bispo ao sólio episcopal sobralense em 1916, D. José Tupinambá da Frota, que a elite econômica local vai colocar a tônica na refundação da cidade, num cenário citadino que beirava a decadência e o esgotamento²⁰.

Importa ainda lembrar que grandes secas assolaram o Ceará desde o último quartel do século XIX até meados do XX. Foram vários anos de estiagem que causticaram a produção

¹⁶ A companhia era a maior em produção das quatro empresas de tecidos e fiações que existiam no Estado do Ceará até a viragem do século, conforme indicado no *Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará* (1899): “Produz 960 000 metros de panno de algodão ou doméstico branco, liso e alcochoado por anno e 20 000 kilos de fio para redes. Valor oficial 560:000\$000. Dispõe a fábrica de 12 cardas chatas, 2 batedores, 20 machinas de fiação, 1 machina de fazer novelos, 1 descaroçador, 122 teares, 9 machinas diversas. Emprega 65 homens, 99 mulheres e 30 creanças” (João Câmara, *Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, anno 6, Typografia Economica, Fortaleza, 1899, p. 122). E no *Álbum do Centenário* de Sobral traz na sua última página a informação que foi “Inaugurada a 14 de julho de 1895, sob iniciativa vitoriosa do Coronel Ernesto Deocleciano e Albuquerque, com a cooperação do [ilegível] capitalista maranhense, sr. Cândido Ribeiro. A antiga firma era Ernesto & Ribeiro. A firma actual: Ernesto, Saboya & Cia. Fabricação dos afamados domésticos – Algodão ‘Clavinote’, ‘Onça’, ‘Veado 3’, dos novos e aprimorados tipos ‘Caiçara’ e ‘Destroyer’ e da atraente b[ilegível], perfeita imitação da Carea[ilegível] Paraquedista. É a marca da especial lona manufaturada unicamente pela Fábrica ‘Sobral’” (Craveiro Filho, *O Centenário – Álbum histórico comemorativo ao 1.º centenário da cidade de Sobral*, Sobral, Linerica Craveiro, 1941, p. 203).

¹⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Op. cit.*, 1998, p. 29-36.

¹⁸ “A ‘A Nota’ em Sobral”, *A Nota*, anno 2, n.º 68, Fortaleza, 22 de julho de 1917, p. 9.

¹⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Sobral. População estimada*, em linha, atual, 2019, s/p

²⁰ Em abaixo-assinado contra o imposto territorial do Governo Acioly, o texto expõe o descontentamento com a então situação citadina e relembra o passado exuberante e o texto encontra-se no abaixo-assinado em artigo de jornal: “Não desmintamos o nosso passado que é um passado de glórias e ‘um passado glorioso preconiza um futuro de esperanças’” (“Appello aos cearenses”, *O Rebate*, anno 1, n.º 4, 11 de maio de 1907, p. 2).

agro-pastoril, com destaque para 1877, 1878, 1879, 1900, 1915, 1932, 1942 e de 1951 a 1953²¹. “A partir de então, a seca passa a fazer parte permanente da História do Ceará, determinando novas relações políticas e sociais e mobilizando a cultura e as manifestações da arte”²², afirma o historiador professor Frederico de Castro Neves no artigo *A seca na história do Ceará* (2007). Os cearenses, em sua grande maioria, sofreram consequências pelas circunstâncias climáticas da estiagem, factor determinante para uma crescente pobreza e miséria da classe trabalhadora, forçando o povo a migrar para outras regiões do país (**Figura 1**). Uma outra parcela da população sobralense – comerciantes, proprietários de terras e jornaleiros – estava insatisfeita com a política pública local que nada ou pouco intervinha para promover melhores condições de vida ao cearense²³.

Figura 1 – Fotografias de retirantes flagelados pela Seca de 1877 a 1879



Fonte: acervo do MDJ.

²¹ Para subsídio referencial e documental sobre a história das secas no Ceará, ver as publicações de Luciara Silveira de Aragão e Frota, “História da Pecuária no Ceará e Documentos para o seu estudo”, *Núcleo de Estudos de História Social da Cidade*, em linha, 25 ago. 2015; Valdelice Carneiro Girão, *Op. cit.*, 1984, p. 89 a 154; Frederico de Castro Neves, “A seca na história do Ceará”, em Simone de Souza (Ed.), *Uma Nova História do Ceará*, 4.ª edição, Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, 2007, p. 76-102.

²² Frederico de Castro Neves, *Op. cit.*, 2007, p. 84.

²³ Barbosa Morin, “Imposto Territorial”, *O Rebate*, anno 1, n.º 3, Sobral, 4 de maio de 1907, p. 1; “Appello aos cearenses”, *O Rebate*, anno 1, n.º 4, Sobral, 11 de maio de 1907, p. 2; Barbosa Morin, “Lágrimas de crocodilo”, *O Rebate*, anno 1, n.º 5, Sobral, 18 de maio de 1907, p. 1.

D. José Tupinambá da Frota nasceu no seio de uma família abastada e o seu lugar enquanto bispo da Diocese de Sobral elevou a estima da fina flor católica da cidade que, conseqüentemente, contemplava no ilustre patricio o retorno daquele fausto sociocultural que ainda pairava nas mentalidades da elite económica sobralense²⁴ do início do século XX. A socióloga e professora Teresa Maria Frota Haguette, num artigo intitulado *As elites sobralenses na década de 40* (1991), afirma que “A Igreja, através do clero, influiu fortemente como instituição de controle social para a manutenção de padrões de conservadorismo moral e político junto à população, [...] também era sentida no campo da cultura em geral e dos princípios cristãos que difundia, [...] verdadeiros espetáculos especialmente para as populações pobres. Entretanto, as elites também participavam com seus filhos pequenos que 'saíam de anjo' nas procissões levados pela mão dos pais”²⁵.

As estruturas mentais e físicas que o primeiro bispo implementou na cidade foram fulcrais em sua conquista refundante da “*Princesa do Norte*”. Neste contexto, os bens materiais herdados de sua família e as aquisições de objetos colecionáveis, sejam oriundos da compra ou de ofertas que lhes chegaram às mãos, fizeram parte da constituição de algumas coleções que formaram o espólio inicial do seu museu particular e que chegaria a ser o primeiro do gênero aberto ao público na cidade. O colecionismo do bispo tinha o interesse voltado às elites e esse foi exposto no registo da entidade, cujo propósito no futuro seria o de mostrar objetos “de valor histórico, artístico ou estimativo, [...] acolherá o que diga respeito à nossa história, costumes e tradições. [...] como memória de família ou pessoas gradas, devendo por isso acompanhar-se da conveniente etiqueta”²⁶.

Na construção desse percurso investigativo procurar-se-á identificar quando e onde surgiu o desejo colecionista de D. José. Sabe-se que ele esteve envolvido socioculturalmente em ambientes museais quando viveu na Bahia, Roma e São Paulo. Também estão registadas nos documentos as suas viagens ao Rio de Janeiro, e a outros destinos do continente europeu, nas três primeiras décadas do século XX. É possível refletir sobre o interesse por parte de Tupinambá da Frota em observar o desenvolvimento das práticas ligadas ao colecionismo e o

²⁴ Sobre os nomes e ocupações que compunham a elite sobralense do início do século XX, até 1942, pode-se citar as profissões daqueles que compunham as classes abastadas, de acordo como o número total de indivíduos: advogado ou juiz, oficial militar, comerciante, padre, médico, engenheiro, oficial da Guarda Nacional, jornalista, contador, agrônomo, farmacêutico, maestro, professor, fazendeiro, dentista, poeta, industrial, banqueiro, funcionário público, agrimensor, tabelião, guarda-livros, veterinário, piloto, desenhista técnico e outra não declarada, ver tabulação da autora Teresa Maria Frota Haguette, “As elites sobralenses na década de 40”, *Revista do Instituto do Ceará*, vol. CV, Instituto do Ceará, Fortaleza, 1991, p. 399.

²⁵ Teresa Maria Frota Haguette, *Op. cit.*, 1991, p. 397-398.

²⁶ Cartório do Primeiro Ofício de Notas de Sobral, *Registro Resumido dos Estatutos do Museu Diocesano de Sobral*, Registro de Pessoas Jurídica, n.º 32, de 29 de março de 1951, Sobral, 1951, p. 15-16.

movimento de preservação nacional do Patrimônio²⁷ e especialização da museologia brasileira, como a criação do Museu Histórico Nacional (1922) e do Curso de Museus (1932), responsabilidade do seu amigo, o também cearense Gustavo Barroso.

Nas décadas de 1920 e 1930, o movimento preservacionista nacional era consequência da iniciativa governamental que, nas palavras da historiadora Myrian Sepúlveda dos Santos, “compreendeu a preservação do patrimônio como parte da construção do Estado e de formação da nação”²⁸, o que também corrobora com a afirmação do historiador Dominique Poulot de que a história deste conjunto de bens legados está em muito relacionada com a história da maneira como uma sociedade constrói o seu patrimônio²⁹. Compreendendo a uma arquitetada relevância, a concepção de uma narrativa nacional evidencia que “novos eventos históricos e heróis foram priorizados e passou-se a dar ênfase ao rigor da pesquisa no tratamento histórico e cultural da nação”³⁰. Nesse sentido, a historiadora Letícia Julião certifica, no artigo *Apontamentos Sobre a História do Museu* (2006), que tal ideia era reforçada com o pressuposto de que a construção de acervos da história nacional era obra que privilegiava os símbolos das elites e adotava o procedimento de narrativa factual da história, favorecendo o culto à personalidade, hierarquizando a cultura simplesmente ao critério estético dos bens culturais³¹.

O estudo da história de instituições museológicas tem requerido cada vez mais debates na historiografia, considerando que é crescente o número de trabalhos de historiadores que se têm dedicado ao assunto e proporcionado as interconexões ao debate científico entre História, Museus e Museologia. E, apesar de Sobral possuir atualmente dois cursos superiores de

²⁷ Segundo consta no livro *Conceitos-chave de Museologia* (2013), organizado por André Desvallées e François Mairesse, no vocábulo “Patrimônio”, este conceito remonta ao direito romano como o conjunto de bens reunidos pela sucessão. A respeito do conceito de “patrimônio cultural”, este “teria aparecido no século XVII (Leibniz, 1690), antes de ser retomada pela Revolução Francesa (Puthod de Maisonneuve, 1790; Boissy d’Anglas, 1794). O termo, entretanto, teve usos diversos, mais ou menos amplos. Segundo a sua etimologia, o termo, e a noção que induz, conheceu uma expansão maior no mundo latino a partir de 1930 (Desvallées, 1995), enquanto o mundo anglo-saxônico por muito tempo preferiu o termo *property* (referente a bem), antes de adotar, nos anos 1950, o termo *heritage*, distinguindo-o de *legacy* (herança). Do mesmo modo, a administração italiana, tendo sido uma das primeiras a conhecer o termo patrimônio, por muito tempo utilizou a expressão *beni culturali* (bens culturais). A ideia de patrimônio está irremediavelmente ligada à noção de perda ou de desaparecimento potencial – este foi o caso a partir da Revolução Francesa – e, igualmente, à vontade de preservação dos bens” (André Desvallées & François Mairesse, *Conceitos-chave de Museologia*, em linha, São Paulo, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, 2013, p. 73). Portanto, o termo tornou-se objeto de uma forte crítica, tornando-se necessária a análise de acordo com o uso e a sociedade.

²⁸ Myrian Sepúlveda dos Santos, “Museus brasileiros e política cultural”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n.º 55, São Paulo, 2004, p. 56.

²⁹ Dominique Poulot, *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*, Estação Liberdade, São Paulo, 2009, p. 12.

³⁰ *Idem*, p. 57.

³¹ Atenda-se a Letícia Julião, “Apontamentos Sobre a História do Museu”, *Caderno de Diretrizes Museológicas*, 1.ª edição, Brasília, Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2006, p. 23-24.

Licenciatura em História, um pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e outro pelo Centro Universitário INTA (UNINTA), ainda despertam pouco interesse no campo acadêmico local os variados estudos que podem emergir intermediando a História do Museu Dom José (MDJ). Portanto, esta tese propõe-se a colaborar em discussão com um tema tradicionalmente “esquecido”.

Do ponto de vista acadêmico este trabalho de investigação não entra na disputa da inauguração da narrativa histórica da instituição, mas amplia o debate sobre o assunto e se propõe a analisar o contexto da formação, as hipóteses do desenvolvimento e a gestão para a permanência do MDJ, ao longo do tempo. O marco temporal desta análise está entre o registo dos estatutos do Museu Diocesano de Sobral (MDS) (**Anexo 1**), primeira nomenclatura registada da instituição, no cartório do 1.º Ofício de Sobral, enquanto estabelecimento museológico, em 1951, e a participação do MDJ na 13.ª Semana de Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, em 2015. Evidencia-se ainda que os indicativos de recolha de objetos colecionáveis iniciaram por volta da década de 1930, portanto, é importante entrelaçar certos passeios temporais, porque a História é tecida e apresenta-se como uma trama, entretecida devido à sua não-linearidade, conforme já discutido por Walter Benjamin e cuja digressão foi apresentada por Michael Löwy³². Será no trânsito desta escala temporal que se investigará para se conhecer as conjecturas e desdobramentos dos processos históricos que garantiram a ideia, institucionalização e continuidade ao longo dos anos de existência do MDJ.

Nas suas narrativas tradicionais e conforme o registo dos seus estatutos, o MDJ aparece como instituição fundada oficialmente em 29 de março de 1951, na época chamado MDS. No entanto, iniciou-se sua constituição antes desse marco temporal. Reforça-se que, para além disso, foi inaugurado e reinaugurado outras vezes, sujeito às necessidades de que a própria instituição tinha de se reapresentar ou suas entidades gestoras tinham de a readequar. E que, segundo registo dos documentos do museu, parte do acervo teve sua génese em outras conjugações museológicas extintas. Será discutido neste trabalho também que, apesar dos planos não serem aqueles, funcionou continuamente a instituição no mesmo edifício, localizado no centro histórico da cidade de Sobral, num casarão de dois pisos, antiga propriedade de abastado membro da elite local, senhor com “posse” de pessoas escravizadas, construído na primeira metade do século XIX, comprado pela diocese sobralense nos anos de 1930, reconfigurado e reformado algumas vezes até o presente momento. Como forma de homenagear o bispo idealizador e organizador da instituição em análise, a partir do consulado do segundo

³² Michael Löwy, “A filosofia da história de Walter Benjamin”, *Estudos Avançados*, vol. 16, n.º 45, São Paulo, 2002, p. 199 a 206.

bispo de Sobral, o museu foi renomeado e teve consolidada a nova terminologia durante a reinauguração de 1971 para Museu Dom José (MDJ), como é conhecido na contemporaneidade.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo principal e direto a contribuição para a história de uma instituição museal de referência no noroeste do Estado do Ceará, Brasil, demonstrando em investigação às fontes como se deram os diversos processos para consolidação do MDJ enquanto estabelecimento museal. Serão discutidas a aquisição de peças para o acervo, a formação de coleções, a organização institucional, o funcionamento e o conjunto de práticas socioculturais, historiográficas e científicas desenvolvidas ao longo do século XX.

Este trabalho se encontra de acordo com a linha de investigação História e Cultura das Organizações do Centro de Investigações em Ciências Históricas (CICH), da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Além disso, esta investigação se propõe a contribuir com redes investigativas no contexto da história da Museologia, das experiências em educação museal no Brasil e da história do Património Cultural no contexto da região Nordeste brasileira.

Algumas questões são pertinentes e orientam as hipóteses para a materialização geral da tese: indaga-se a respeito de outras formas e experiências em musealização a que a sociedade sobralense se sujeitou ao longo da História; investiga-se sobre a ideia de constituição de um acervo de coleções relevantes, histórica e artisticamente, bem como o processo de musealização do património adquirido, se foram fundamentados pelo desejo particular de um indivíduo que, influenciado pelas suas experiências de vida e/ou pela sua rede de relações, vinculado a ambientes de poder político-socioculturais e erudito na produção da literacia científica, instituiu narrativas para a história local; procura-se entender de que maneira se deu a continuidade da instituição até aos dias de hoje.

Baseada nesta conjuntura, com a presente investigação considera-se que as experiências desenvolvidas para o surgimento e permanência do Museu Dom José, inicialmente mediadas pelo seu fundador, foram, entretanto, consolidadas por outros atores que influíram na instituição, ainda hoje atravessados pelo poder atemporal³³ do primeiro bispo sobralense, constituindo-se decisivas no processo de construção de narrativas históricas e no desenho do modelo museológico característico do MDJ, até agora influenciando o campo historiográfico local e regional.

³³ Esta categoria de poder atemporal em D. José está baseada na percepção da sua persistência, que não pode ser controlado pelo tempo ou que não se adequa a qualquer tipo de tempo, que não está delimitado ao tempo em que o bispo esteve nesta existência, não fazendo parte apenas daquele tempo determinado, mas que é acrônico.

Fundamentação Teórica

Como já indicado por Myrian Sepúlveda dos Santos, os museus brasileiros nascem associados ao surgimento da nação e à consolidação de discursos enciclopédicos³⁴. Para além disso, é necessário compreender que os museus são organizações que, mesmo trabalhando com interpretações simbólicas, fazem parte de uma determinada sociedade e devem ser analisados à luz de todas as suas mudanças. Por tudo isso, os múltiplos subsídios do passado e do presente que se ajustam na sua constituição devem ser levados em consideração³⁵.

Consequentemente, o trabalho em questão regista-se numa zona de intersecção de vários campos de investigação: significados atribuídos aos discursos da História, construção da Memória, constituição dos Patrimónios e variados aspetos da Museologia. Atualmente, no século XXI, tal conjectura acerca destas afinidades pode ser justificada a partir de três caminhos hipotéticos, presentes na abordagem deste trabalho, para que se constituam os caminhos da historicidade dos museus e da Museologia no Brasil: da construção e permanência das Memórias no discurso historiográfico e da expografia museológica; das demandas de reflexão da História da cultura material e imaterial e suas relações com a Museologia; e dos museus como campo de atuação do *métier* dos professores e pesquisadores da História enquanto disciplina.

Neste trabalho, será possível verificar as contribuições para a produção historiográfica, a compreensão da construção das identidades locais ou regionais e as articulações socioculturais e políticas das instituições. Serão problematizados os processos de constituição das práticas sociais experimentadas no interior de uma instituição reconhecida como um museu histórico. Por conseguinte, a estruturação da análise dar-se-á na tessitura do problema por meio do discurso historiográfico que o identifica.

Com especial atenção à cultura brasileira, Mônica Pimenta Velloso destaca a influência dos intelectuais nas políticas culturais do Estado Novo, em geral. Ela observa como essa influência afetou a cultura nacional, tornando-se uma força que reivindicava o papel de guia, condutor e patrono³⁶. Uma construção da personalidade do intelectual sobralense, amplamente influenciado pelas diretrizes instituídas pela Igreja Católica, circunstância que explicaria as

³⁴ A respeito da criação dos museus brasileiros e as suas políticas de memória, atente-se às referências indicadas no artigo de Myrian Sepúlveda dos Santos, “Políticas da memória na criação dos museus brasileiros”, *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 19, Museu e políticas de Memória, Lisboa, 2002, p. 115-137.

³⁵ *Idem*, p. 133.

³⁶ Mônica Pimenta Velloso, “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”, *Revista de Sociologia e Política*, n.º 9, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1997, p. 57.

particularidades intelectuais da cidade, a ocorrência dos “padres-historiadores”³⁷ como arautos da erudição para a elite sobralense, está presente na tese de doutoramento do historiador Francisco Dênis Melo³⁸, e será problematizada neste trabalho. Esses intelectuais muitas vezes relegavam outros aspetos socioculturais do tecido social, em especial os dos estratos mais populares da sociedade, para planos inferiores ou simplesmente para a não-exibição nos seus adágios de memória.

No que diz respeito ao entendimento de coleções, compreende-se aqui o conceito de coleção proposto por Krzysztof Pomian, no vocábulo *Colecção*, incluído no volume 1 da *Enciclopédia Einaudi* (1984). O autor considera que a instituição da coleção se dá quando determinados objetos são preservados, provisória ou definitivamente, retirados dos seus usos habituais e sem a consideração do cariz económico, de compra ou venda. Objetos considerados como colecionáveis são elementos unitários ou partes de um conjunto que são submetidos a uma preservação especial e expostos para serem admirados. Como foram retirados de sua utilidade original, eles são despojados de sua função prática e adquirem uma nova funcionalidade, assumindo uma nova importância que depende de diferentes significados a eles outorgados por meio de mitos, ritos e tradições³⁹. No caso em questão envolve ainda a dimensão utilitária e sociocultural dos objetos em coleção, dentro de instituições de poder como o museu, a diocese e a Igreja. Este discurso funcional do sistema dos objetos está presente no estudo semiológico apresentando por Jean Baudrillard, na obra *O sistema dos objetos* (2019), que se corrobora – quando o objeto é destituído da sua função e relacionado a um indivíduo, ou grupo de indivíduos, adquire um discurso inconsciente e apaixonado de propriedade, subvertendo o sistema da funcionalidade e entrando no sentido triunfal da posse⁴⁰.

As coleções que originam o museu constituem o elemento material, físico. São naqueles objetos e fragmentos de diferentes origens, formas e cores que se transferem da configuração a narrativa intertextual íntima entre colecionador e suas coleções. Tal ideia é concordante com o

³⁷ Atenda-se ao que relata o professor Francisco Dênis Melo quando escreve que houve, entretanto, outros “padres-historiadores” e as suas narrativas consistiram em importantes adágios para assegurar a nobreza e a ilustração da elite fundadora da cidade de Sobral: “Desde então, ‘padres-historiadores’ como Monsenhor Fortunato Alves Linhares, Dom José Tupinambá da Frota, Monsenhor Vicente Martins da Costa, padre João Mendes Lira e padre Francisco Sadoc de Araújo foram responsáveis pela produção de vasta obra sobre as memórias locais. Todos são unânimes em afirmar as tradições enobrecidas e intelectuais da cidade de Sobral, advindas como consequência dos ‘colonizadores com ares de nobreza’ que fundaram a Vila Real e Distinta de Sobral em 1773” (Francisco Dênis Melo, *Os intelectuais da academia sobralense de estudos e letras – ASEL – e a invenção da cidade letrada (1943-1973)*, em linha, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p. 20-21).

³⁸ Francisco Dênis Melo, *Op. cit.*, 2013.

³⁹ Krzysztof Pomian, “Colecção”, *Enciclopédia Einaudi*, Volume 1, Porto, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

⁴⁰ Jean Baudrillard, *O sistema dos objetos*, 5.^a edição, Editora Perspectiva, São Paulo, 2019, p. 69-97.

conceito do ter e manter e, trabalhando com a dialética da conquista e da posse, dão força ao impulso aliciador, termos munidos de grande carga lúbrica, já trabalhados por Phillip Blom na sua obra *Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções* (2003). “Como o amante”, disse o historiador alemão, “o colecionador guarda ciumentamente suas posses, e como o amante ele fala e pensa nelas em termos eróticos, narcisistas: o objeto do desejo”⁴¹.

No Brasil, outros conceitos provenientes da História do colecionismo foram explorados em investigações da cientista da Informação professora Sílvia Maria do Espírito Santo. A pesquisadora analisa uma personagem colecionadora, a partir de um arquétipo específico e, verificando o procedimento de concepção de um museu de História Natural e oficial, no seu contexto sociocultural, entre as décadas de 1930 e 1950, no artigo *A contribuição do estudo do colecionismo para historiografia do Museu Histórico do antigo ‘Oeste Paulista’* (2011). Para a cientista, existe uma relação assimétrica entre a sociedade e os homens do culto ao passado, e as tradições morais e éticas, profundamente acentuadas pela força de autoridades institucionais. Dessa maneira, a tradição aplica a sua função em perpetuar um passado conscientemente criado, eliminando diferenças e homogeneizando mudanças sociais⁴². Concordando com este pensamento, pode tentar-se esmiuçar quais foram os interesses do bispo local em apresentar e consolidar a sua exclusiva exposição histórica para a cidade de Sobral e para o Vale do Acaraú.

O indivíduo procura eternizar-se na memória dos outros, angariando e guardando provas materiais recordativas da sua vida, especialmente das suas realizações. Essa vontade é o elemento imaterial, relativo ao psíquico. Nesse contexto, a análise sociológica apresentada pela professora Regina Abreu, sobre a “fabricação do imortal” e a sua imortalização através dos feitos⁴³, onde a autora exemplifica numa personagem a ação do guardar para expor artefactos de sua existência, é concordante com o assunto que serve de fundamentação ao argumento em questão. Corroborando com essa ideia da imortalidade individual a partir de uma instituição museal, atenda-se ao legado deixado pela historiografia francesa produzido por Pierre Nora, seu conceito e as problemáticas dos “lugares de memória”⁴⁴. Para Nora esse tipo de lugar é apenas parte de um conjunto fenomenológico mais amplo, entretanto delimitado por um modelo

⁴¹ Atenda-se a Phillip Blom, *Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções*. 1.^a edição, Record, Rio de Janeiro, 2003, p. 245.

⁴² Conforme exposto em Sílvia Maria do Espírito Santo, “A contribuição do estudo do colecionismo para historiografia do Museu Histórico do antigo ‘Oeste Paulista’”, *Transinformação*, em linha, vol. 23, n.º 1, Campinas, 2011, p. 29-37.

⁴³ Refere-se a Regina Abreu, *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*, Rocco, Rio de Janeiro, 1996, p. 99-124.

⁴⁴ Pierre Nora, *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*, Montevideu, Ediciones Trilce, 2008, p. 19-39.

discursivo de história, “simbólica por definição visto que se caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número, [excluindo] uma maioria que deles não participou”⁴⁵.

Com esta tese também nos interessa analisar o conjunto de práticas que agem sobre os objetos, que se desarticulam de seus usos anteriores para se constituírem objetos de museu, dignos de proteção e admiração. Consoante o processo de musealização enquanto procedimento, ao passo que aos objetos são concedidos novos significados, estes adquirem a função de documento⁴⁶, já discutido por Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro e José Mauro Matheus Loureiro, no artigo *Documento e musealização: entretecendo conceitos* (2013). Sem esquecer que aquele indelével processo de constituição de um conjunto de documentos privados – para os historiadores, as expressivas coleções particulares arregimentadas pelo bispo diocesano sobralense são documentos para investigação historiográfica –, tão numerosos em quantidades e caros em valores, foi consolidado propositadamente para uma finalidade de proveito público: a organização de um museu para a cidade.

A multiplicidade dos discursos que constituem a história de uma instituição museal pode ser explorada nas ações e nas práticas sociais. Nesse sentido, a historiadora Letícia Julião utiliza tais conceitos para assinalar os estudos gerais que na década de 2000 permitiram reconstruir o surgimento dos primeiros museus daquela terra lusófona tropical. Conforme assinala Julião, diferente dos museus enciclopédicos do século XIX surgidos no Brasil, foi com o advento do Museu Histórico Nacional (MHN) em 1922, tendo à frente o também cearense e membro do movimento integralista Gustavo Barroso, que se propôs ensinar a população a conhecer factos e personalidades do passado, de modo a estimular o “culto à tradição e a formação cívica, vistos como factores de coesão e progresso da nação”⁴⁷. A investigadora também cita que outras instituições federais brasileiras, como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), também na década de 1920, foram determinantes no processo de institucionalização de uma política para o património cultural no país⁴⁸.

Diferente perspectiva, contudo, muito cara a este estudo, é a construção de narrativas dos museus brasileiros proposta por Myrian Sepúlveda dos Santos, em distintos trabalhos

⁴⁵ Pierre Nora, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, Tradução Yara Aun Khoury, São Paulo, *Projeto História*, n.º 10, 1993, p. 22.

⁴⁶ Atende-se Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro, José Mauro Matheus Loureiro, “Documento e musealização: entretecendo conceitos”, *Midas Museus e estudos interdisciplinares*, vol. 1, 2013, p. 1-13.

⁴⁷ Veja em Letícia Julião, “Apontamentos Sobre a História do Museu”, *Caderno de Diretrizes Museológicas*, 1.ª edição, Brasília, Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2006, p. 22.

⁴⁸ *Idem*, p. 21-23.

investigativos. Influenciados não só pela colonização europeia, mas por interesses de setores influentes da sociedade brasileira, os museus nacionais germinaram sob a preponderância do ideal positivista na explicação do regime republicano no Brasil⁴⁹; acaloraram ações para o surgimento de instituições que pudessem criar uma memória coletiva com o objetivo de testemunhar a criação de identidades nacionais e defender tradições de interesse das elites, portanto, bastante específicos⁵⁰; porém, ainda que anteriormente apresentassem apenas narrativas oficiais da nação e ligadas à cultura das classes sociais dominantes, os museus contemporâneos, a exemplo dos europeus e norte-americanos, figuram hoje como espaços de negociação entre diversos atores⁵¹, sem deixar de perceber que se no passado desdenhavam alguns grupos sociais como que garantissem o apagamento de suas memórias, hoje é observável um constante embate da memória contra o esquecimento e a inconveniente “falsificação da história”⁵². Quando uma narrativa histórica é construída para atender certos interesses, apresentando ou omitindo deliberadamente factos, o seu enredo partidário é facilmente perceptível aos olhos dos historiadores mais atentos. Entretanto, a inconveniência de um discurso falseado não se faz chegar a grande parte da população, pois pelo descuido do olhar, o que não está exposto ou o que não está dito é por vezes inacessível.

Os referenciais de análise e sistematização de informações provenientes de outros trabalhos historiográficos motivaram pesquisas e um olhar mais aguçado ao exame que agora se faz sobre o MDJ. Foi o caso proporcionado pelo historiador professor Duarte Manuel Freitas na sua obra *Museu Machado de Castro: Memorial de um Complexo Arquitectónico Enquanto Espaço Museológico (1911-1965)* (2016). Freitas percorreu diacronicamente a história do museu coimbrão indagando as causas da sua fundação, a seleção do edifício, as adaptações arquitetónicas necessárias às novas funções, as escolhas das conceções museológicas por seus responsáveis ao longo do tempo, e ainda, se “alguma vez se alcançou um equilíbrio sustentável entre a dualidade museu/monumento histórico”⁵³.

O museu estudado por Freitas insere-se igualmente na categoria de museus que ocupam edifícios históricos, o que é o exemplo do MDJ. O seu edifício está situado no centro histórico

⁴⁹ Myriam Sepúlveda dos Santos, “Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional”, *Sociedade e Estado*, vol. 15, n.º 2, Brasília, 2000, p. 275.

⁵⁰ Myriam Sepúlveda dos Santos, “Políticas da memória na criação dos museus brasileiros”, *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 19, Museu e políticas de Memória, 2002, p. 115-137.

⁵¹ Myriam Sepúlveda dos Santos, *Op. cit.*, 2004, p. 53-72.

⁵² Myriam Sepúlveda dos Santos, *Op. cit.*, 2020, p. 103-122.

⁵³ Duarte Manuel Freitas, *Museu Machado de Castro: Memorial de um Complexo Arquitectónico Enquanto Espaço Museológico (1911-1965)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio e Direção-Geral de Património Cultural, 2016, p. 8.

de Sobral. Considerada Monumento Nacional, a área foi tombada⁵⁴ em agosto de 1999, ficando a cidade reconhecida nacionalmente por meio do tombamento, amparado pela Prefeitura Municipal de Sobral (PMS) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em estudo elaborado pela sua 4.^a Superintendência Regional⁵⁵.

Entende-se que tombamento é o instituto jurídico pelo qual as esferas de Poder Públicas do Brasil – sejam elas Federal, Estadual ou Municipal – apontam que determinados bens culturais devem ser abrangidos por um processo especial de salvaguarda. Vigora o Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que em âmbito nacional organizou e normatizou o ato do tombamento e se estabeleceu como um dos instrumentos basilares da legalidade utilizados pelo IPHAN. O supramencionado Decreto-Lei encaminhou, em seu artigo 4.º, a conceção de quatro Livros do Tombo, onde devem ser inscritos os bens que passam a ter a proteção legal. Nomeiam-se os quatro livros por: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas-Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Estes livros são conservados no Arquivo Noronha Santos do IPHAN e compõem suporte físico no qual são inscritos todos os bens protegidos pelo aludido Decreto-Lei n.º 25⁵⁶.

No campo de ação dos bens culturais, avalia-se o potencial educativo que um museu apresenta, visto que o próprio museu em questão nessa análise recebe inúmeros visitantes provenientes de ações dos programas educativos e culturais propostas pela instituição, como também parte das ações indicadas pelo currículo escolar brasileiro. Nessa análise das políticas educacionais dos museus, o trabalho do historiador professor José Maria Amado Mendes, *Estudos do Patrimônio. Museus e Educação* (2013), é de grande relevo teórico e comparativo, ao revelar “as potencialidades pedagógicas dos museus e [...] o papel, cada vez mais relevante, que aqueles devem ser chamados a desempenhar no processo de ensino-aprendizagem”⁵⁷. Além disso, a percepção dos públicos e as tendências de perspectivas futuras para os museus estão presentes na análise deste teórico e estarão a orientar o foco das observações neste contexto.

Para estudar a história de uma instituição museal e procurar entender tensões e configurações da sua existência, as análises e os apontamentos teóricos da historiadora da arte espanhola Maria Bolaños Atienza, no seu livro *La memoria del mundo: Cien años de*

⁵⁴ No Brasil o termo “tombar” é usado para “transformar em patrimônio oficial público ou pôr sob tutela do poder público, por reconhecimento de valor histórico” (Priberam Informática, S. A., *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP)*, em linha, atual, 2019, s/p.).

⁵⁵ Atenda-se a todo o documento produzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Estudo para tombamento do conjunto urbanístico da cidade de Sobral-Ceará*, vol. I, 4.^a Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN), Sobral, 1998.

⁵⁶ Atende-se a Brasil, *Decreto-Lei n.º 25*, em linha, atual, 1937, s/p.

⁵⁷ José Amado Mendes, *Op. cit.*, 2013, p. 163.

museología 1900-2000 (2002), são outras fundamentações proveitosas a essa investigação. O seu estudo sugere ao pesquisador “ouvir, quase que furtivamente, centenas de vozes que analisam a instituição, defendem propostas, expressam dúvidas, queixam-se das suas ineficiências e louvam seu esplendor”⁵⁸. O conjunto de elementos trazidos por Atienza, na partilha de sua explanação para a história e prática da Museologia que percorreu todo o século XX, foram complementados pelos estudos de Manuelina Maria Duarte Cândido e Bruno Brulon, que analisaram em suas investigações a perspectiva brasileira⁵⁹. Quanto as temáticas relacionadas à teoria museológica, recorreu-se aos estudos de Mário Souza Chagas, especialmente os tópicos relativos ao pensamento museal e o conceito de “museologia biófila”⁶⁰. Tais pensamentos foram relacionados com as considerações de Paulo Freire sobre a relação entre opressor e oprimido, formuladas ainda na década de 1970⁶¹, bem como com a teoria da “colonialidade do poder” do sociólogo peruano Aníbal Quijano⁶², além de outros estudos, como a proposta de Catherine Walsh para uma pedagogia “decolonial”⁶³. Esses estudos têm aberto espaço para reflexões essenciais sobre processos de descolonização⁶⁴ de espaços museais, como forma de contrapor a eurocentricidade visível e presente nesses lugares de memória⁶⁵.

⁵⁸ María Bolaños Atienza, *La memoria del mundo: Cien años de museología 1900-2000*, e-book, ediciones TREA, Gijón, 2002, p. 12, tradução do autor.

⁵⁹ Manuelina Maria Duarte Cândido, “Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro”, *Cadernos de Sociomuseologia*, V. 20, n.º 20, p. 17-32; Bruno Brulon, “Os objetos de museu, entre a classificação e o devir”, *Informação e Sociedade*, vol. 25, n.º 1, p. 25-37; Bruno Brulon, “Re-interpretando os objetos de museu: da classificação ao devir”, *Transinformação*, Campinas/SP, vol. 28, n.º 1, 2016, p. 107-114.

⁶⁰ Mário Souza Chagas, “Museus, memórias e movimentos sociais”, *Cadernos De Sociomuseologia*, n.º 41, 2011, p. 7.

⁶¹ Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido*, 17ª. ed., Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

⁶² Aníbal Quijano, “Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America”, *International Sociology*, v. 15, n.º 2, 2000, p. 215-232.

⁶³ Catherine Walsh, “Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos”, em: Catherine Walsh (Ed.), *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*, Tomo I, Quito, Ediciones Abya-Yala, 2013, p. 23-68.

⁶⁴ Uma dessas reflexões passa pelas diferenças entre a terminologia “decolonial” e “descolonial”, que é destacada por Walsh. Segundo esta pedagoga, a escolha de eliminar a letra “s” é uma forma precisa de evitar confusão com o significado de “des” em castelhano. A autora argumenta que a sua intenção não é simplesmente desfazer ou reverter a colonialidade, como se houvesse uma transição natural do colonial para o pós-colonial. Em suas próprias palavras, Walsh esclarece que “Con este juego lingüístico, intento poner en evidencia que no existe un estado nulo de la colonialidad, sino posturas, posicionamientos, horizontes y proyectos de resistir, transgredir, intervenir, in-surgir, crear e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual se puede identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alter-(n)ativas” (Catherine Walsh, *Op.cit.*, 2013, p. 25).

⁶⁵ Aníbal Quijano, *Op.cit.*, 2000, p. 215-232; Luciana Christina Cruz e Souza, *Patrimônio e Colonialidade – A preservação do patrimônio mineiro numa crítica decolonial*, Tese de Doutorado em Museologia e Patrimônio, UFRJ, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2018; Pablo Quintero, “Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad en América Latina”, *Papeles De Trabajo – Centro De Estudios Interdisciplinarios En Etnolingüística Y Antropología Socio-Cultural*, vol. 19, 2020, p. 1–15.

A análise foi elevada pela conexão encontrada no diálogo entre a temática investigada e os trabalhos de François Hartog – em que o uso do “instrumento” do “regime de historicidade” ou do “regime de memória” ajudaram a questionar as narrativas e a permanência de um estabelecimento como o objeto em estudo⁶⁶ – assim como as contribuições de Roger Chartier – presentes na articulação dos conceitos de “história das mentalidades” e “história intelectual”, com o propósito de abranger à problemática investigada no campo das “opções intelectuais e posição social” individual ou coletiva⁶⁷. Estes contributos apontaram o caminho para a reflexão sobre os processos de consolidação do Museu Dom José ao longo do tempo, ajudando no deslocamento da mera observação do formulado anteriormente por indivíduos ou instituições presentes nesta análise, para as representações e atividades inconscientes que os seus atos efetivaram.

Metodologia e Fontes

Para proceder a uma investigação cautelosa, torna-se necessário articular uma série de cuidados e itinerários. A metodologia escolhida partiu de uma exploração sistemática às obras, textos e brochuras já elaboradas sobre o Museu Dom José e pela própria instituição. O presente trabalho é uma investigação teórico-metodológica qualitativa, mas que apresenta alguns dados organizados em tabelas a partir da exploração analítica das fontes, trazendo assim também elementos quantitativos referentes ao objeto de estudo. O texto em si segue uma sincronia temporal e se desenvolve de acordo com temáticas de observação. A exploração exaustiva de fontes relativas ao MDJ e ao seu principal articulador, bem como as referências já produzidas por outros investigadores que trabalham temas interseccionais, proporcionam ao autor questionar suas ideias e hipóteses, originando um material novo e único sobre a temática definida naquele tempo e circunscrição espacial.

As fontes historiográficas aplicadas nesta investigação estão conservadas em diferentes repositórios. O primeiro visitado foi a Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE), em Fortaleza, Ceará, e a sua hemeroteca, bem como os repositórios do Instituto do Ceará e os seus arquivos disponíveis para consulta. Logo em seguida, os corredores e salas do MDJ, em atenção especial ao seu setor administrativo e biblioteca. Por se tratar do objeto desta pesquisa, e até então conservar volumoso acervo, exposto e não exposto, que urge por organização arquivística.

⁶⁶ François Hartog, *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo*, Autêntica, Belo Horizonte/MG, 2014, p. 13 e p. 242.

⁶⁷ Roger Chartier, *A História Cultural entre práticas e representações*, 2.^a ed., DIFEL, Algés, 2002, p. 29-67.

Buscou-se também o acervo localizado na Cúria Diocesana relativo ao *Jornal Correio da Semana*, único periódico local que se mantém em publicação por mais tempo, bem como no Centro de Ciências Humanas (CCH) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), junto ao acervo do Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS), onde está disponível a interessante hemeroteca já digitalizada e em processo de organização. Outra parte da pesquisa foi realizada no setor de Obras Raras localizado da Biblioteca Central da UVA, localizado no bairro da Betânia na cidade de Sobral.

Os escritos publicados de D. José Tupinambá da Frota, como a obra *História de Sobral* (1952), livro publicado na década de 1950 e republicado nos anos de 1970, o recém-publicado *Ephemérides da minha vida* (2019), bem como alguns textos seus presentes nos jornais locais e correspondências encontradas na pasta do ex-aluno do Colégio Pio Latino Americano, em Roma, também fazem parte do *corpus* documental. Além desses, utilizaram-se outros trabalhos de cunho histórico de padres da Diocese de Sobral, como as obras do Monsenhor Fortunato Alves Linhares, do Padre Vicente Martins, do Padre Francisco Sadoc de Araújo e do Padre João Mendes Lira, disponíveis na biblioteca do MDJ e na Biblioteca Central da UVA.

Nesse rol de repositórios documentais é computada a valiosa hemeroteca virtual da plataforma *Docpro*⁶⁸ utilizada como repositório digital pelo Museu Histórico Nacional e pela Biblioteca Nacional que se localizam fisicamente no Rio de Janeiro, cujo acervo digitalizado fornece inúmeras possibilidades de pesquisa para a historiografia contemporânea. Outros repositórios digitais muito pertinentes para esta investigação foram os da Câmara de Deputados Federais, em Brasília, Distrito Federal, cujo acesso aos projetos de lei da década de 1920 a 1950 indicaram percursos para consolidação de leis e fundos específicos para a museologia e salvaguarda patrimonial naquele período, e os documentos digitalizados e disponibilizados pelo IPHAN, oriundos dos arquivos da 4.^a Superintendência Regional, em Fortaleza, Ceará. Outras fontes arroladas para corroborar com a investigação histórica desta tese são os documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Sobral e da Câmara Municipal da cidade, como relatórios de gestão, leis e boletins, com acesso via internet ou por solicitação por comunicação eletrônica – e-mails ou troca de mensagem em aplicação – aos setores competentes daqueles órgãos públicos. A partir da exploração destes subsídios passou-se a considerar a hipótese deste estudo, cuja finalidade seria sujeitá-los à exaustiva análise nesta investigação.

⁶⁸ A plataforma *Docpro* é uma aplicação web para gestão documental desenvolvida por uma empresa homônima, surgida em 1997, no Rio de Janeiro, que vende soluções para o processamento e indexação de acervos documentais físicos ou eletrônicos em ambiente virtual. Tem como clientes diversas empresas, públicas e privadas, como o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentre outras. Para aceder à plataforma deve procurar *Docpro*, *Plataforma Docpro*, em linha, atual, 1997, s/p

As fontes de um trabalho historiográfico estão estabelecidas como núcleo da metodologia aplicada à pesquisa em História. É oportuno ressaltar a ampliação e a crescente diversificação das fontes para o trabalho do historiador. As polifonias das fontes conduzem o historiador a caminhos que por vezes não estavam no seu horizonte investigativo. Nesse sentido foi muito evidente para os rumos deste trabalho as indicações a pesquisa do professor José D'Assunção Barros, *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos* (2019). Portanto, sistematizar e questionar essas fontes como parte do tratamento metodológico da investigação contribuiu significativamente para a análise em questão. E nos dias de hoje, não se trata apenas de registos materiais, cujos repositórios já foram indicados no parágrafo anterior, mas “começa a se abrir para o tratamento historiográfico um enorme universo virtual produzido pelos ambientes da Internet”⁶⁹. Nesse caso, é relevante salientar aqui o poderoso arcabouço de fontes e documentos em *blogs*, redes sociais, páginas *online* de periódicos impressos, virtualização de coleções e museus, que, em tempos de pandemia – desde 2020 até a atualidade – quando grande parte dos centros de pesquisa se fecharam e os pesquisadores tiveram de recorrer às fontes digitalizadas – muito contribuem para o acesso aos documentos e informações gerais.

Utilizou-se o software Zotero para organizar e administrar as fontes e referências bibliográficas da investigação, por se tratar de uma aplicação gratuita e de código aberto⁷⁰. O Zotero é uma ferramenta de gerenciamento de referências criada pela *Corporation For Digital Scholarship*, uma organização sem fins lucrativos para o desenvolvimento das Humanidades Digitais, que permite aos pesquisadores coletar, organizar e analisar informações e dados para as suas investigações. Com a crescente quantidade de informações disponíveis em formato digital, bem como a tarefa da recolha digital, seja por fotografias ou scâner, é comum que historiadores acumulem um grande arcabouço documental. Nesse sentido, o Zotero permitiu a organização dessas referências e documentos em um único local, facilitando a gestão e recuperação dessas informações de maneira eficiente e estruturada.

Com um *corpus* documental bastante heterogêneo as hipóteses para o aprofundamento do estudo da história da instituição são fortalecidas. As fontes e documentos evidenciados tornaram-se o núcleo da pesquisa, possibilitando a esta investigação perceber como se conjecturaram os discursos e práticas socioculturais dos atores no período estudado. Tanto os documentos produzidos pela instituição ou sobre quem idealizou a mesma são importantes

⁶⁹ José D'Assunção Barros, *Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos*, 1.^a edição, Vozes, Petrópolis, 2019, p. 17.

⁷⁰ Atende-se a Corporation For Digital Scholarship, *Zotero*, em linha, atual, 2018, s/p.

materiais que indiciam ruturas de conjecturas discursivas ou colaboram com a longevidade das narrativas.

Estado da arte

Há alguns trabalhos científicos que mencionam momentos da história do MDJ, bem como reflexões sobre o seu acervo (**Anexo 2 e 3**) que, entretanto, não trazem uma perspectiva da sua história documental⁷¹. A primeira referência académica encontrada foi produzida no ano de 1998 e tratou-se de uma monografia da museóloga professora Manuelina Maria Duarte Cândido⁷² intitulada *Imagens de Vida, Trabalho e Arte – Um estudo de caso de documentação museológica: A coleção de imaginária do Museu Dom José (Sobral – Ceará – Brasil)* (1998). Esta investigação apresenta uma análise do processo de documentação museológica e conduz a uma reflexão acerca do uso da referida documentação como fonte para a história local⁷³.

A professora Regina Celi Fonseca Raick fez uma análise comparativa entre o MDJ e o Museu de Pinhel, em Portugal, no artigo intitulado “O museu como instrumento de reafirmação da identidade local: uma análise comparativa” (1999). A pesquisadora encontra semelhanças na constituição dos acervos dos referidos museus como bases para a formação da identidade cultural das comunidades locais, durante as décadas de 1930 e 40⁷⁴.

Outro pesquisador que contribuiu com reflexões feitas acerca do MDJ foi o historiador e professor da UVA, professor Francisco Dênis Melo com o artigo “Que Histórias e Memórias contam e ensinam o museu de Dom José de Sobral?” (2016). O autor faz uma análise poética da visita ao museu e as reflexões que os objetos podem propor ao visitante⁷⁵. O professor e pesquisador Melo⁷⁶ trouxe luz a um assunto que será uma questão nevrálgica nesta investigação,

⁷¹ A busca foi feita com o uso do Google Académico e em pesquisa a Biblioteca Central da UVA e a Biblioteca das Faculdades INTA em Sobral.

⁷² A investigadora fez parte de um projeto rigoroso que resultou na pesquisa para a sua monografia. Durante o projeto, ela desempenhou o papel de documentar o acervo da instituição como membro da equipa liderada pelo museólogo Osvaldo Gouveia Ribeiro em 1994, que será mencionado posteriormente. Para completar esta tarefa, a investigadora fixou residência em Sobral por quatro meses. Foi a execução deste trabalho que motivou o tema da sua monografia, que se foca na documentação de acervos. Enquanto aluna da Universidade Estadual do Ceará (UECE), a referida investigadora também fez parte de outro projeto no MDJ – uma colaboração entre a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e a Fachhochschule Köln (FHK) –, concluído em setembro de 1995. Este projeto de colaboração também será abordado mais adiante neste trabalho.

⁷³ Atende-se a Manuelina Maria Duarte Cândido, *Imagens de vida, trabalho e arte. Um estudo de caso de documentação museológica: a coleção de imaginária do Museu Dom José (Sobral – Ceará – Brasil)*, em linha, 1.ª edição, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1998.

⁷⁴ Atende-se a Regina Celi Fonseca Raick, “O museu como instrumento de reafirmação da identidade local: uma análise comparativa”, *Essentia, Revista de Cultura, Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú*, n.º 3, Sobral, 1999, p. 64-70.

⁷⁵ Atenda-se a Francisco Dênis Melo, “Que Histórias e Memórias contam e ensinam o museu de Dom José de Sobral?”, *Revista Historiar*, vol. 8, n.º 14, 2016, p. 53-69.

⁷⁶ Todo o texto de Francisco Dênis Melo, *Op. cit.*, 2013.

trata-se da ideia de que os intelectuais sobralenses e as suas intervenções atuaram fortemente na construção da memória coletiva local. Outro ponto que merece destaque no trabalho de Melo é a sua contribuição para a pesquisa historiográfica sobralense e o constante incentivo que dá aos alunos do curso de História da UVA a produzirem conteúdos relativos à História local.

Alguns trabalhos de pesquisa cruzam os seus percursos investigativos com o MDJ, utilizando-se de sua biblioteca e acervo como fonte documental. São publicações que variam entre artigos, teses de Doutorado em História e Sociologia, dissertações de Mestrado em História e livro escolar do ensino fundamental⁷⁷.

A pesquisadora que mais produziu trabalhos acadêmicos sobre o acervo do MDJ é a paleontóloga e também professora da UVA, Maria Somália Sales Viana⁷⁸. Com trabalhos de investigação no MDJ iniciados em 2003⁷⁹, esta dedicou-se durante anos às pesquisas sobre o acervo fóssilífero da instituição. Atualmente, Viana é responsável pelo Laboratório de Paleontologia do MDJ e vem produzindo diversos estudos sobre a sua área de pesquisa como autora e em conjunto com outros pesquisadores e orientandos.

Deve-se informar aqui ainda que o Museu em análise produziu, por si ou por outras entidades, dois catálogos, uma brochura e um livrete para educação museal infantojuvenil. Tais impressos estarão identificados como fontes nessa investigação, por se tratar de publicações feitas pela ou a partir da instituição em análise, conferindo a estes materiais as evidências, que

⁷⁷ Assim são os estudos de: Luciana de Moura Ferreira, *Memória Social e Imaginário e Representação no álbum do Centenário de Sobral – 1941*, Mestrado em História, Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2010; Roberto Galvão, “Resistência e religiosidade: Reflexões não aprofundadas sobre as artes no Ceará Colonial”, *Revista Historiar*, vol. 5, n.º 8, 2013, p. 42-66; Aurélio Ponte Filho, *Don José e o “Correio da Semana”: a “Bôa Imprensa” em Sobral (1918-1925)*, em linha, Universidade Federal do Ceará, 2016; Thiago Braga Teles da Rocha, *‘De quem é Sobral?’: As práticas letradas, as tensões políticas e a luta pela temporalidade na Igreja Católica (1945-1953)*, em linha, Universidade Estadual do Ceará – UECE, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, 2017; Lídia Noémia Santos, Nicolai Vladimir Gonçalves de Araújo, Roberto Galvão, *Construindo Sobral*, 1.ª edição, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2011; Ana Carolina Rodrigues da Silva, *Os sentidos do passado ou o passado sentido: mecanismos da memória nos escritos de Padre Mendes Lira*, em linha, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015.

⁷⁸ Para citar os mais heterogêneos entre os encontrados, são eles: Maria Somália Sales Viana, *et al.*, “O acervo fóssilífero do Museu Dom José (Sobral, CE) e a sua importância para a divulgação da Paleontologia no Estado do Ceará”, *Revista de Geologia*, Fortaleza, vol. 18, janeiro, 2005, p. 53-59; Maria Somália Sales Viana, *et al.*, “Hábitos alimentares em herbívoros da megafauna pleistocênica no Nordeste do Brasil”, *Estudos Geológicos*, vol. 21, n.º 2, 2011, p. 89-95; Maria Somália Sales Viana, *et al.*, “Ressignificação dos fósseis no Museu Dom José: pesquisa e ações educativas”, *Revista Historiar*, vol. 05, n.º 08, 2013, p. 67-79; Maria Somália Sales Viana, “Pesquisa Científica, coleções e exposições de História Natural: Caso do Museu Dom José (Sobral, Ceará)”, Em ARAÚJO, Bruno Melo de; RIBEIRO, Emanuela Sousa (Eds.), *Cadernos do Patrimônio Cultural de C&T: pesquisa, acervos e instituições*, Recife/PE, Editora UFPE, 2015, p. 65-80; Maria Somália Sales Viana, Gina Cardoso de Oliveira, Edison Vicente Oliveira, “Primeira ocorrência de Gomphotheriidae no município de Irauçuba, Ceará, Brasil”, *Revista Brasileira de Paleontologia*, vol. 18, n.º 2, 2015, p. 339-342; Maria de Jesus Gomes de Sousa, Milagros Gabriela da Cruz Cardona, Maria Somália Sales Viana, “Inventário taxonômico das coleções paleontológicas do Museu Dom José e da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE”, *Anuário do Instituto de Geociências*, vol. 39, n.º 1, 2016, p. 52-68.

⁷⁹ Informação disponível em Maria Somália Sales Viana *et al.*, *Op. cit.*, 2013, p. 68.

ao serem postas em observação sob perspectiva de mediadores teórico-metodológicos, constituem a base necessária para a aplicação dos procedimentos de investigação da História⁸⁰.

A abordagem desta investigação

Após a comunicação do objetivo da presente investigação histórica, indicadas as obras e autores que nortearão o processo de tratamento da temática abordada, bem como as principais fontes de trabalho, segue-se a estrutura geral da exposição investigativa a partir de breves resumos dos capítulos.

Nos Capítulo 1 e 2 apresenta-se um panorama da constituição do percurso histórico dos museus no Brasil, no Ceará e especificamente o caso da cidade de Sobral. O que se pretende nesse capítulo é compreender como se manifestou o surgimento de instituições museológicas nas esferas geográficas citadas. Dessa maneira, o percurso indicará que o caso do MDJ não surgiu de maneira isolada, mas foi reflexo de uma conjuntura nacional e estadual que se desenhava com os pressupostos sociopolíticos e culturais, que se alinhavam por intermédio da figura do intelectual, daquele momento histórico. Por mais contestável e eventualmente especulativa que esta afirmação possa parecer, é evidente que homens brancos, com poder financeiro, pertencentes a estratos sociais elevados, foram responsáveis pelos processos educativos e preservacionistas nacionais.

Através do Capítulo 3 pretende-se conhecer a história da formação sociocultural de D. José Tupinambá da Frota. A sua mentalidade foi alicerçada em conceitos muito específicos de narrativas que se entranharam no engenho empreendedor do primeiro bispo da diocese sobralense. As apropriações autoatribuídas a si durante o seu percurso formativo foram imprescindíveis para a construção da sua visão de mundo – segundo uma perspectiva hermenêutica – e dos diversos aspetos particulares que culminaram no seu fazer colecionador. Foi, sem dúvida, a atmosfera de que se alimentou na cidade de Roma, o que tornou possível o acesso a tamanha informação e transformações do mundo, fazendo com que D. José fosse introdutor de novas estruturas, técnicas e métodos na cidade de Sobral, entre elas a Santa Casa de Misericórdia, os colégios de moças e rapazes – Sant’Ana e Sobralense, respetivamente –, o Abrigo de Idosos Sagrado Coração de Jesus, o Banco Popular, o museu diocesano, dentre outros.

O Capítulo 4 trata da inauguração organizacional da instituição museal que se investiga e está delimitado desde a sua idealização até ao falecimento do fundador. Aborda a busca

⁸⁰ José D’Assunção Barros, *Teoria da História*, Vozes, Petrópolis, 2011, p. 52-53.

continua por objetos para compor o acervo, a diversidade de coleções que o constituem, as funções que alguns atores tiveram na manutenção do estabelecimento museal e ainda versa sobre as lutas travadas pelo bispo para obtenção de recursos junto às esferas públicas e privadas, com o objetivo de construção de uma sede própria para a instituição.

Para o Capítulo 5 a investigação aporta num momento em que o museu parece estar “órfão”, com risco de perder o seu valioso espólio por subtrações ou mesmo pela exposição ao perigo da condição estrutural do prédio que o resguarda. Foi nessa situação de iminente termo que surgiu uma solução para se evitar um desfecho lastimável, encadeando-se com o Capítulo 6, que expõe o período em que se deram mais algumas reformas significativas no edifício e o museu foi reinaugurado para o acesso público.

A administração que a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) empreendeu no museu nos últimos anos, bem como a sua influência na pesquisa e organização da instituição são ainda os focos do Capítulo 6. Durante a gestão da UVA no MDJ, a instituição de ensino superior instituiu no museu novas técnicas e novos métodos tanto nos seus sistemas expositivos, como na orientação indicada pelos guias-interpretres e na educação pedagógica voltada para o público visitante. Durante os últimos anos, a trajetória da prática institucional mudou por intermédio dos professores dos quadros da universidade que entraram no campo experimental daquele espaço, seja por meio da pesquisa do acervo ou das iniciativas de levar o museu para além dos seus muros.

CAPÍTULO 1 – CAMPO MUSEAL NO BRASIL

Caracterizar as mais variadas coleções presentes atualmente nos museus brasileiros seria em si um trabalho hercúleo que exigiria a produção de muitos volumes de livros para estas exposições. As coleções de objetos associam-se à cultura material e para se explicar o que se compreende por tal conceito aponta-se a classificação exposta pelo professor José Maria Amado Mendes, na obra *Estudos do Patrimônio: Museus e Educação* (2013), como o agrupamento das mais variadas atividades dos seres humanos manifestadas nos “objetos materiais” que possuem uma aplicação “consciente” de uso e, portanto, são essenciais nas suas características: “utilitária” e “evidência física”⁸¹. Seguindo o entendimento proposto pelo historiador, o objeto de estudo da cultura material está associado a três áreas: “a) meios de produção extraídos da natureza (matérias-primas e energias naturais); b) forças de produção e instrumentos de trabalho; c) produtos materiais obtidos”⁸², abarcando assim os elementos para a condição material da vida humana.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a arte de colecionar sempre acompanhou a Humanidade desde antes dos registos escritos, na chamada pré-história. Pesquisas apontam uma forma pela qual as coletividades humanas percebiam o meio envolvente, em que separavam elementos utilizados com a função de proteção, concentrando objetos significativos, formando amontoados em acúmulos de entes, estruturando “monumentos propositais”⁸³, configurados a partir de suas coleções de objetos. No Brasil é possível citar o exemplo dos sambaquis. De acordo com a definição do *Novo dicionário da língua portuguesa* (1986), o vocábulo provém dos termos em língua tupi *tãba* (conchas) e *ki* (amontoadado)⁸⁴. Tal disposição daqueles grupos humanos que aglomeravam objetos, características de um fazer coletivo de pequenos grupos

⁸¹ José Amado Mendes, *Op. cit.*, 2013, p. 22. O conceito de cultura material exposto pelo professor Amado Mendes é de Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez.

⁸² *Idem.*

⁸³ Disposto por Carlos Haag, “Muito antes da chegada de Cabral”, *Revista Pesquisa da FAPESP*, vol. 51, março, São Paulo, 2000, p. 47.

⁸⁴ Ainda conforme o vocábulo do dicionário *Aurélio*, “Sambaquis ou concheiros são depósitos construídos pelo homem, constituídos por materiais orgânicos e calcários (de origem marinha, terrestre ou de água salobra) que, empilhados ao longo do tempo, vêm sofrendo a ação das intempéries. Acabaram por sofrer uma fossilização química, já que a chuva deforma as estruturas dos moluscos e dos ossos enterrados, difundindo o cálcio em toda a estrutura e petrificando os detritos e ossadas porventura ali existentes. Alguns grupos indígenas os utilizavam como santuário, enterrando neles os seus mortos. Outros os escolhiam como locais especiais para construir suas malocas” (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 1544).

caçadores-coletores, desenvolveu-se devido a um trabalho social ordenado⁸⁵, com objetivo e funcionalidade, assim como no decorrer da história humana, os colecionadores herdaram de maneira similar e em seguida deram forma a uma postura institucional.

Mendes exorta que a cultura material é relativa a todas as pessoas, não reconhecendo apenas a associação aos “outros”, ao alheio. A análise à cultura material não deve excluir quem quer que seja. Outro ponto importante elencado pelo historiador é que o estudo à cultura material deve-se atender aos testemunhos materiais, portanto, para além das fontes escritas, a historiografia desse tipo de objeto se faz com diversos tipos de fontes, mesmo aquelas que não tem a escritura como matriz. Assim, corrobora-se com Mendes quando este salienta que “como os alicerces da cultura material são objectos do quotidiano, com os quais a maioria das pessoas teve ou tem algum contacto ou relação, estamos perante um património da maior importância em termos de memória e de identidade”⁸⁶.

Diante do exposto, fortifica-se a convicção de que o estudo dedicado para se compreender a história de um museu – ou uma das muitas histórias que se podem levantar desse tipo de instituição – aglutina os conceitos de cultura material⁸⁷, património⁸⁸, memória⁸⁹ e identidade⁹⁰.

A historiadora das Ciências e dos Museus, Maria Margareth Lopes justifica, na publicação sob sua organização *Colecionismos, práticas de campo e representações* (2011), que instituições que conservam a tradição de práticas colecionistas, como os estabelecimentos de ciências museológicas – museus, jardins botânicos ou zoológicos – e de ciências diagnósticas – serviços geológicos, hospitais, institutos de agricultura e engenharia, repartições militares, secretarias de estado – “constituem-se em poderosas instituições de controle de políticas, de concepções científicas, de práticas comunicacionais”⁹¹, assinalando o que aconteceu em solo brasileiro aquando do surgimento das primeiras instituições deste escopo.

⁸⁵ Carlos Haag, *Op. cit.*, 2000, p. 48.

⁸⁶ José Amado Mendes, *Op. cit.*, 2013, p. 23.

⁸⁷ *Idem*, p. 22.

⁸⁸ André Desvallées & François Mairesse, *Op. Cit.*, 2013, p. 73

⁸⁹ Myrian Sepúlveda dos Santos, *Op. Cit.*, 2002, p. 115-137.

⁹⁰ A compreensão do conceito de identidade empregue está na análise de Manuel Castells, onde o sociólogo espanhol refere que “No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processos de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (Manuel Castells, “A construção da identidade”, *O poder da identidade: a era da informação*, Vol. 2, 9.^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2018, p. 54). Aliada a esta ideia afirma-se ainda que a identidade é constituída por cada parte de um todo – sejam os componentes “económicos, culturais ou políticos” – “daquilo que caracteriza cada comunidade” (José Amado Mendes, *Op. cit.*, 2013, p. 15).

⁹¹ Maria Margaret Lopes, Alda Lúcia Heizer, *Colecionismos, práticas de campo e representações*, Ciência & Sociedade, Campina Grande/PB, EDUEPB, 2011, p. 11.

Desde o início do Brasil independente, na segunda década do século XIX (1822), ao surgimento do Estado Novo brasileiro, no final dos anos da década de 1930, esse país viu levantar-se um grande número de museus ainda hoje em funcionamento no território nacional. Se no século XIX os museus brasileiros estavam dedicados aos tópicos relativos a História Natural e “compreendidos como parte das narrativas nacionais constituídas a partir de regimes de poder que entrelaçavam de forma desigual antigas metrópoles e suas colônias”⁹², a partir das primeiras décadas do século XX, sob o influxo e gestão dos ideais de uma minoria social que detinha poder e influência, os museus nacionais brasileiros tendiam a assumir para si a postura intelectualizada de entidades depositárias da História nacional, homenageando às tradições alusivas ao “discurso nacionalista, conservador e elitista”⁹³.

O percurso das ideias de criação de instituições museológicas em território brasileiro, interligado com referências aos estudos sobre o universo da literacia e educação no país, inserido na América Latina, foi o foco desse capítulo. Centrou-se o interesse nas articulações impetradas por políticos e eruditos, geralmente homens brancos letrados, considerados pelos seus pares e jornais da época como intelectuais, bem como suas subsequentes influências na cultura instrucional e comunicacional da sociedade vernacular brasileira. No intuito de orientar o leitor sobre os percursos em que se alicerçaram o erguer-se das instituições museológicas brasileiras, foram traçados os panoramas das etapas para o surgimento institucional de estabelecimentos museológicos e ainda se apresentaram análises das mudanças socioculturais nos contextos brasileiro e cearense, com seus respectivos reflexos na cidade de Sobral, onde foi exposto o surgimento das entidades ligadas à atividade de musealização na contemporaneidade. Como se verá, ainda serão apontadas algumas problemáticas acerca das tipologias destacadas das instituições listadas na plataforma *Museusbr*, que são consideradas museus pelo poder público nacional.

Antes da instalação da primeira instituição museal sobralense, o Brasil já tinha constituído alguns museus nacionais que orientaram o surgimento de outras instituições congêneres ao longo do imenso território nacional. Eram os novos estabelecimentos que surgiam na cidade do Rio de Janeiro que levavam para o restante do país – destas terras que se diziam civilizadas e progressistas, berço do Império e capital da República – as ideias institucionais, ricas em literacia e erudição, entre as quais figuravam nomeadamente os museus. Mesmo que outros estados da federação despertassem o interesse na organização de

⁹² Myrian Sepúlveda dos Santos, *Op. cit.*, 2004, p. 56.

⁹³ Atenda-se a perspectiva histórica dos museus brasileiros apresentada por Myrian Sepúlveda dos Santos, *Op. cit.*, 2004, p. 56.

estabelecimentos deste género, estavam na capital os modelos a serem seguidos, trazidos com a deslocação em debandada da coroa portuguesa para o Brasil, no início do século XIX (1807-1808).

A par da investigação da constituição dos elementos necessários à elaboração da história de uma instituição museal sobralense, outros estudos já existentes sobre distintos museus brasileiros e cearenses começaram a despontar. E a partir dos registos bibliográficos recolhidos e em atenção as razões já expostas, amplificaram-se as indagações da presente tese.

Fundamentalmente é pertinente perguntar sobre os meandros de literacia que formavam a ilustração dos intelectuais brasileiros, interseccional com as evidências do que colecionavam, quais os conhecimentos eram transmitidos em suas exposições e análises que proferiam e em que medida estes conhecimentos foram variando segundo as novas influências e confluências, bem como esses saberes persuadiram as gerações futuras e como interferiram na representação do país, do estado e da cidade. É ainda importante indagar como o poder político fomentou a construção de uma identidade e arquitetura de uma memória nacional a partir dessas instituições museais e seus arranjos constitutivos. Finalmente, compreender os interesses por trás da constituição de referenciais de memória e identidade a partir dos estabelecimentos museais que surgiram, considerando aspetos que abarcam a grande diversidade de coleções e arranjos museológicos disponíveis.

1.1. Museus no Brasil

A professora Maria Margareth Lopes lembra que a fase inaugural da história dos museus no Brasil, instruindo ao que chama de primeiras experiências museológicas⁹⁴, ocorre ainda no século XVII com a criação por Maurício de Nassau, em Maurícia – no território da atual cidade de Recife, na então capitania de Pernambuco, no Nordeste brasileiro – do complexo instalado numa típica “Casa de Salomão, ao estilo baconiano”⁹⁵, constituído por museu, jardim botânico, zoológico e observatório astronómico.

Posteriormente, no século XVIII, alçou-se a conceção de um gabinete de curiosidades conhecido popularmente por “Casa dos Pássaros”⁹⁶ ou Casa de História Natural, na cidade do

⁹⁴ Para melhor compreender esta primeira fase da história dos museus brasileiros, ver o trabalho de Maria Margareth Lopes, “A Formação de museus nacionais na América Latina Independente”, *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 30, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1998, p. 121-133.

⁹⁵ Maria Margareth Lopes, *Op. cit.*, 1998, p. 122. Sobre a Casa de Salomão, atender ao artigo de Alex Sander Xavier Pires, “A Ciência e a Casa de Salomão: observação e experiência como fundamento baconiano na Novum Atlantis”, *Revista FIDES*, vol. 9, n.º 1, Natal, 2018, p. 8-13.

⁹⁶ Lopes comenta ainda que, desde a sua fundação, a Casa dos Pássaros servia de entreposto comercial, recebia, preparava e enviava espécimes de história natural para a sede da coroa desde o século XVIII. Veja-se em Maria Margareth Lopes, *Op. cit.*, 1998, p. 124-125.

Rio de Janeiro. Esta casa foi uma ideia do então vice-rei D. Luiz de Vasconcellos, que expunha “uma collecção de aves estropeadas, mal preparadas e não classificadas segundo os methodos scientificos”⁹⁷. Para João Batista de Lacerda, antigo diretor do Museu Nacional (1895-1915), a “Casa dos Pássaros” não estava condigna de ser entendida como um lugar que se fazia ciência. Lacerda indicou, em sua obra *Fastos do Museu Nacional* (1905), que o primeiro museu enquanto instituição científica havia sido fundado com a elaboração do Museu Real, em 6 de junho de 1818, matéria do decreto real assinado por D. João VI, transcrito por ele no seu livro⁹⁸.

Entretanto, os primeiros acervos do Museu Real⁹⁹ foram as velhas coleções da “Casa dos Pássaros”, constituídas por elementos da fauna, flora, minerais e adornos indígenas, com o propósito de disseminar o que se estudava e conhecia a respeito das ciências naturais no Brasil. Ainda na fase inicial contou com doações de mobílias, armas, pinturas e artefactos diversos dos imperadores e de famílias conexas a nobreza, que buscavam exhibir, à admiração pública, as suas riquezas¹⁰⁰. Ao longo do primeiro século de história, o Museu Real – depois Museu Nacional¹⁰¹ –, viria incorporar no seu acervo coleções de mamíferos e aves europeias, fósseis de diferentes partes do mundo e outros objetos oriundos das antigas culturas, como as múmias, sarcófagos e objetos egípcios, alinhando inúmeros espécimes que a tornaram prolificamente rica, diversa e abrangente, uma das maiores da América Latina¹⁰².

O século XIX foi marcado pelo surgimento de diversos museus no mundo ocidental, como indica a historiografia sobre o tema dos museus. Na Europa, essas instituições se multiplicaram em quantidade, provenientes de pilhagens de guerras coloniais, coleções

⁹⁷ João Batista de Lacerda, *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: recordações históricas e científicas fundadas em documentos authenticos e informações verídicas*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1905, p. 3.

⁹⁸ *Idem*.

⁹⁹ Segundo consta no *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832 – 1930)*, o Museu Real se chamaria Museu Imperial e Nacional, a partir de 1824, e depois seria convertido em Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1890. O vocábulo está disponível em linha em organização de Gil Baião Neto; Maria Rachel Fróes da Fonseca; Alex Varela, *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, em linha, sd, s/p

¹⁰⁰ Myrian Sepúlveda dos Santos, “Políticas da memória na criação dos museus brasileiros”, *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 19, Museu e políticas de Memória, Lisboa, 2002, p. 124-125.

¹⁰¹ Um grande incêndio quase destruiu o Museu Nacional a 2 de setembro de 2018 e foi considerado uma tragédia sem precedentes para o patrimônio cultural brasileiro e mundial. O museu era uma das principais instituições científicas e culturais do Brasil, com um acervo de mais de 20 milhões de itens, incluindo bens históricos, arqueológicos, etnográficos, biológicos e geológicos. O fogo consumiu praticamente todo o edifício histórico do museu, incluindo a maior parte de seu acervo, que incluía itens raros e únicos, como fósseis, múmias egípcias, artefactos da cultura indígena brasileira e obras de arte de valor inestimável. O incêndio foi atribuído à falta de manutenção e investimento no prédio e à falta de recursos para a preservação do patrimônio cultural. O evento gerou grande comoção no Brasil e no mundo, com críticas ao descaso do governo com a cultura e o patrimônio. Desde então, foram feitas diversas iniciativas para recuperar e reconstruir o museu e seu acervo, mas a tragédia deixou um vazio irreparável na história e na cultura brasileira. Mais informações podem ser consultadas na página do Museu Nacional na *internet* em Museu Nacional, *Museu Nacional/UFRJ*, em linha, atual, 2022, s/p.

¹⁰² *Idem*. 3

privadas e gabinetes de curiosidades. Surgiram com a missão de formar acervos e preservar obras de arte, peças e utensílios decorativos, como parte da representação de determinados períodos, legitimando simbolicamente discursos de poder dos Estados nacionais que se erguiam¹⁰³. Já no Brasil, os museus inaugurados ao longo daquele século eram constituídos de acervos relacionados às especificidades regionais onde nasceram ou eram singularizados em História Natural ou em assuntos militares¹⁰⁴.

A presença da família real na capital da colônia em Oitocentos impulsionou a inauguração de espaços da realeza como a Imprensa Nacional, a Academia Imperial de Belas Artes, o Jardim Botânico e o Museu Real, criados por ordem de Dom João VI. A colônia ganhou ares de metrópole com a invenção desses espaços, dando atenção aos interesses de promoção do progresso socioeconômico do país ao promover a propaganda da fauna e da flora exuberante, traduzindo, de igual modo, como os intelectuais locais viam e entendiam a população e o território brasileiro.

Maria Célia Teixeira Moura Santos – em “O Papel dos museus na construção de uma identidade nacional” (1996), publicado no volume 28 dos *Anais do Museu Histórico Nacional* – reitera a ideia de que durante o século XIX, os estudos históricos estavam em segundo plano dentro das primeiras instituições museais brasileiras. Em sua maioria, estas instituições se voltavam para a História Natural e tinham mesmo a finalidade de apresentar a exuberância do império dos trópicos¹⁰⁵, numa “*sciencia*” produzida por viajantes estrangeiros que se deslocavam ao país essencialmente para coletar¹⁰⁶.

¹⁰³ “A intenção era instruir a nação, difundir o civismo e a história, instalando museus em todo o território francês, pretensão que não se efetivou, à exceção do Louvre que, aberto em 1793, reuniu importante acervo artístico. Se a conjuntura da Revolução Francesa, em fins do século XVIII, traçou os contornos da acepção moderna de museu, esta se consolidaria no século XIX com a criação de importantes instituições museológicas na Europa. Em 1808, surgia o Museu Real dos Países Baixos, em Amsterdão; em 1819, o Museu do Prado em Madrid; em 1810, o Altes Museum, em Berlim, e em 1852, o Museu Hermitage, em São Petersburgo, antecidos pelo Museu Britânico, 1753, em Londres, e o Belvedere, em 1783, em Viena. Concebidos dentro do ‘espírito nacional’, esses museus nasciam imbuídos de uma missão pedagógica – formar o cidadão, através do conhecimento do passado – participando de maneira decisiva do processo de construção das nacionalidades. Conferiam um sentido de antiguidade a nação, legitimando simbolicamente os Estados nacionais emergentes” (Letícia Julião, *Op. cit.*, 2006, p. 21). Percebe-se o crescente surgimento de organizações museológicas na Europa desde o século XVIII. Duas outras pesquisadoras pontuam o surgimento de museus no Brasil ainda no século XIX e as suas obras servem de referência e esse assunto, são elas: Andréa Fernandes Considera, *Uma história dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista*, Tese de Doutorado em História, Universidade de Brasília, 2015, doi:10.26512/2015.03.T.18474; Lília K. M. Schwarcz, “O nascimento dos museus brasileiros 1870-1910”, em Sérgio Miceli (Org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, 1.ª edição, São Paulo, Vértice, 1989, p. 29-90.

¹⁰⁴ Myrian Sepúlveda dos Santos, *Op. cit.*, 2002, p. 125.

¹⁰⁵ Conforme consta em Maria Célia Teixeira Moura Santos, “O Papel dos museus na construção de uma identidade nacional”, *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 28, Rio de Janeiro, 1996, p. 23

¹⁰⁶ Lília K. M. Schwarcz, *Op. cit.*, 1989, p. 36.

Somente a partir de 1870 o cenário intelectual nacional tende a se transformar com a difusão de diferentes teorias filosóficas e políticas que começam a circular no espaço público do Brasil, alterando costumes, padrões e visões. Nas palavras da historiadora Lilia Schwarcz, “paradigmas de pensamento, tais como o evolucionismo, o positivismo e o naturalismo, começam a penetrar a partir dos anos 70, tendo como horizonte de referência o debate romântico sobre os fundamentos de ‘uma cultura nacional’ em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial”¹⁰⁷, mas que continuavam a sustentar, essencialmente, os imaginários de uma herança eurocêntrica que constituíam o país.

Havia uma efervescência no movimento intelectual brasileiro que se desenvolvia nos finais do século XIX. As teorias europeias eram reelaboradas em termos do contexto nacional do Brasil e eram aplicadas localmente. Importa destacar a atuação dos diferentes institutos históricos que afloraram pelos Estados do país, pois, ao associar a elite intelectual local evidenciavam cumprir uma significativa divulgação de autores e ideias da época¹⁰⁸. Evidencie-se que esses círculos estavam restritos a elite dominante, deixando grande parcela da população marginalizada no que diz respeito a educação, como se demonstrará adiante.

De acordo com a definição do que é um museu atualmente, da lista de museus fundados no século XIX pelo menos 12 deles ainda estão em funcionamento¹⁰⁹ (**Tabela 1**). Até ao início dos 1900, os museus circunscreviam-se ao domínio da História Natural, Arqueologia e Etnologia. Esse dado é relevante pois, durante o decorrer do século XX, o país viu a deflagração exponencialmente numérica do surgimento de novos museus inerentes a diversas áreas do saber e diferentes tipologias, incluindo os históricos, artísticos, científicos, biográficos, comunitários, de bairro, de cidade, temáticos, ecomuseus, museu virtual e museu digital¹¹⁰. No final do século passado, percebeu-se um número expressivo, totalizando 2700 instituições museológicas públicas e privadas¹¹¹, em média.

¹⁰⁷ *Idem.*

¹⁰⁸ *Idem*, p. 36-38.

¹⁰⁹ O Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi considerado pois está inventariado como instituição museal na plataforma em linha do Cadastro Nacional de Museus.

¹¹⁰ Embora não se encontre um consenso para a classificação de tipos de museus atualmente, esta variedade de tipologias aparece em Brasil, *Museusbr - Cadastro Nacional de Museus*, em linha, atual, 2017, s/p; José Cláudio Oliveira, “O museu digital: uma metáfora do concreto ao digital”, *Comunicação e Sociedade*, vol. 12, 2007, p. 147-161.

¹¹¹ Números obtidos em linha a partir da plataforma em linha: Brasil, *Museusbr - Cadastro Nacional de Museus*, em linha, atual. 2017, s/p. A plataforma classifica as instituições em cinco categorias, a saber: Tradicional/Clássico, Virtual, Museu de território/Ecomuseu, Unidade de conservação da natureza, Jardim zoológico, botânico, herbário, oceanário ou planetário.

Tabela 1 – Lista dos museus fundados no Brasil até 1899, estando ainda em funcionamento

Ano de Fundação	Nome da Instituição	Cidade	Estado brasileiro
1810	Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RJ
1818	Museu Nacional	Rio de Janeiro	RJ
1838	Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Rio de Janeiro	RJ
1862	Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco	Recife	PE
1864	Museu do Exército e Forte de Copacabana	Rio de Janeiro	RJ
1866	Museu Paraense Emílio Goeldi	Belém	PA
1868	Museu Naval ¹¹²	Rio de Janeiro	RJ
1869	Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	Maceió	AL
1874	Museu Paranaense	Curitiba	PR
1876	Museu de Ciências e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto	Ouro Preto	MG
1889	Museu Inaldo de Lyra Neves Manta	Rio de Janeiro	RJ
1895	Museu de História Natural (atualmente Museu Paulista da Universidade de São Paulo ou Museu do Ipiranga, como é popularmente conhecido)	São Paulo	SP

Fonte: IBRAM, MINC e Cadastro Nacional de Museus, plataforma em linha *Museusbr*

Desta maneira, associava-se a emergência de instituições museológicas com o incremento de políticas educacionais promovidas pelo Estado, com o apoio de intelectuais, de certa maneira circunscritos à educação às elites e a aproximação religiosa. Desde o século XIX, um expressivo número de membros da elite brasileira participava em cursos públicos nas áreas das ciências naturais ministrados por naturalistas, geólogos, zoologistas ofertados nas salas do Museu Nacional¹¹³. Sendo assim, os museus permaneciam voltados para um público restrito de interessados, ao que se pode conjecturar que o acesso a esses espaços estava associado àqueles que detinham maior concentração de renda e educação do país. A instrução pública ainda deixava de fora da vida escolar uma grande parcela da população, afastando-a dos lugares de erudição, como o espaço do museu, circunscrito a um pequeno grupo de expectadores. Nesse sentido, para a História da Museologia Brasileira, o período de maior crescimento de museus

¹¹² Fundado pelo Decreto n.º 4.116, de 14 de março de 1868, extinto em 1932 e recriado em 1984. Mário Chagas, *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2003, p. 88 e 89; e a informação disposta na plataforma em linha Brasil, *Museusbr - Cadastro Nacional de Museus*, em linha, atual, 2017, s/p

¹¹³ “No dia 25 do corrente...”, *Gazeta da Tarde*, anno I, edição 9, 19 de julho de 1880, Rio de Janeiro, p. 1.

em território nacional ocorreu na segunda metade do século XX, contabilizando-se, na atualidade, quase quatro mil equipamentos museológicos¹¹⁴.

Inspirados no que acontecia na Europa, berço da ideia museística no chamado ocidente, não seria de admirar esse número tão expressivo, pois foi no século XX que o museu enquanto instituição vai adquirir um grande êxito promotor da sua dimensão ideológica, ao criar relações com o poder instituído e fomentar a sua instrumentalização nacionalista¹¹⁵. Foi ainda naquele início de século que os museus brasileiros abriram caminho para uma nova era, voltando o foco para coleções ligadas à história nacional¹¹⁶. O Estado republicano brasileiro, sob influência de uma classe intelectual proeminentemente constituída por sujeitos do sexo masculino, oriundos de camadas sociais abastadas e eugenistas¹¹⁷, passou a homenagear os recentes símbolos da nacionalidade fundamentando-se em exposições nacionalistas, conservadoras, flagrantemente racistas e elitistas¹¹⁸.

Entre o final do século XIX e o início do XX, registou-se no Brasil a difusão do “pensamento autoritário”, interessado em implantar a “ordem” que, segundo alguns membros da política elitista, faltava ao Brasil. Vários intelectuais seguiram essa vertente que ergueu-se “no início da Primeira República (1889), de que o seu apogeu pode ser verificado ao final da Primeira República (1930) e durante o Estado-Novo (1937) e de que a sua decadência pode ser detectada com o fim do regime político instaurado por Getúlio Vargas (1945)”¹¹⁹. Uma das características do “pensamento autoritário” foi o nacionalismo, que aparecia ao lado da crítica

¹¹⁴ Dados disponíveis em Brasil, *Museusbr - Cadastro Nacional de Museus*, em linha, atual, 2017, s/p.

¹¹⁵ María Bolaños Atienza, *Op. cit.*, 2002, p. 14.

¹¹⁶ Um exemplo evidente que pode ser incluído nessa nova perspectiva de coleção museal para os museus brasileiros é o Museu do Ipiranga, fundado nos anos de 1890 em São Paulo. “Em 1922, também era inaugurada no Museu do Ipiranga uma seção de História. Sob direção de Affonso de Taunay, o Museu do Ipiranga desviava-se da ênfase que fora dada nos primeiros anos às ciências naturais, passando a priorizar coleções relacionadas à história de São Paulo” (Myrian Sepúlveda dos Santos, *Op. cit.*, 2004, p. 56.).

¹¹⁷ “Durante boa parte do século XIX, as ciências positivistas e deterministas pregavam que era possível estudar e interpretar quase tudo a partir de uma base ‘natural’: as ‘leis’ da matéria podiam ser verificadas não só no mundo inorgânico, mas, também, para os seres vivos e os fenômenos sociais; a ‘objetividade’ dos fenômenos sensíveis era pressuposto igualmente aplicável aos factos humanos e históricos. Neste contexto, a ideia de raça é, simultaneamente, produtora e produto de uma visão ordenadora e hierarquizante de mundo, a qual se pretende científica: os homens estariam divididos em grupos raciais, que possuiriam o estatuto de espécies biológicas distintas e poderiam ser relacionados entre si – segundo grau de importância – como superiores e inferiores” (Lilian de Lucca Torres, “Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário ‘Homo sapiens 1900’ de Peter Cohen”, *Ponto Urbe*, n.º 2, 2008, p. 7-8).

¹¹⁸ “[...] a mestiçagem brasileira colocava-se como um tema polêmico, sendo discutido, também, internamente, em instituições de ensino e pesquisa como as faculdades de direito e medicina, os institutos históricos e geográficos e os museus etnográficos” (*Idem*, p. 10).

¹¹⁹ Felipe Fontana, Carla Cristina Wrbieta Ferezin, “Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Virginio Santa Rosa: expoentes de um pensamento autoritário no Brasil?”, *IX ABCP*, Brasília, 2014, p. 2-3.

ao Estado Liberal implantado pela Constituição de 1891¹²⁰, e que se traduzia pelo domínio das oligarquias. Esses factos estavam presentes nos discursos e práticas dos intelectuais e estiveram assentes na constituição dos acervos dos primeiros museus da República.

Um golpe político provocou o fim do Império do Brasil e foi instalada a República (1889), fruto de um movimento articulado por militares, sem nenhum apoio popular¹²¹. A maior parcela da população nacional, desprovida de tudo, era formado por um contingente quase totalmente iletrado. De acordo com informações do Censo de 1872, o primeiro recenseamento geral realizado ainda pelo Império, o Brasil computava uma massa de mais de 80% de analfabetos, segundo nos relatam José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler no livro *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro* (2008). “O que estes dados indicam”, escreveram os autores em sua análise, “é a emergência e a produção de um novo problema social no Brasil do final do século XIX: o problema do analfabetismo e do analfabeto, desde então considerados sérios obstáculos à concretização do ideário do progresso e da civilização do Brasil”¹²².

O Brasil era um país recém-saído do sistema escravagista (1888), e isso, consequentemente, reforçou o contingente populacional livre, entretanto excluído, além de que o país também recebia uma onda migratória muito forte. Essa vaga de amplitude demográfica gerou uma crescente de pobreza generalizada e uma exclusão ampliada a diversos grupos sociais – mulheres, negros, indígenas, imigrantes e crianças pobres¹²³. Os discursos de que a pobreza e a mendicância ligavam-se diretamente aos “vícios” e as “degenerações” eram presentes nas elocuções de médicos e higienistas. Espalhava-se a ideia, nessa conjuntura, de que a educação das classes mais pobres seria um instrumento hegemónico para a renovação social¹²⁴. Tal situação era impedimento evidente à modernização nacional por uma parcela dos

¹²⁰ A primeira Constituição Republicana “foi arduamente criticada por alguns expoentes do Pensamento Autoritário Brasileiro justamente por evidenciar em seu conteúdo um grande idealismo e uma enorme dissonância entre aquilo que o Brasil realmente é e a leitura/entendimento do Brasil que ali se fez ou expressou. A juntar a isso, a Constituição também foi acusada de sofrer fortes influências da Constituição dos Estados Unidos da América e da Constituição Federal da Suíça. Tal influência seria perigosa porque estas Constituições, segundo esses pensadores, se adaptam às peculiaridades sociais, culturais e políticas de povos específicos que, necessariamente, são muito diferentes do brasileiro” (Felipe Fontana, Carla Cristina Wrbieta Ferezin, *Op. cit.*, 2014, p. 4).

¹²¹ Myrian Sepúlveda dos Santos, *Op. cit.*, 2002, p. 126-127.

¹²² José Gonçalves Gondra, Alessandra Schueler, *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*, São Paulo, Cortez, 2008, p. 218.

¹²³ *Idem*, p. 290.

¹²⁴ *Idem*, p. 75. “Em 1920 foi fundada, no Rio de Janeiro, a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), que contava, em seu quadro, com o médico paulista Renato Kehl, diretor do Instituto Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e o diretor do Museu Nacional, Edgar Roquette-Pinto. A existência de divergências internas fez com que Renato Kehl saísse da Liga e organizasse a Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE)” (Lilian de Lucca Torres, *Op. Cit.*, 2008, p. 22).

agentes da intelectualidade nacional, sendo a instrução do povo vista por eles como o instrumento básico para o progresso e civilização do Estado brasileiro¹²⁵.

Havia a preocupação com o “perigo” que a pobreza representava, e as chamadas “classes perigosas” precisariam ser disciplinadas, higienizadas e civilizadas¹²⁶. O que gerava uma situação que, paradoxalmente, teria criado as condições propícias para o fortalecimento da personagem do sujeito intelectual, do sujeito que age coletivamente na esfera pública em favor de causas públicas e sociais¹²⁷. Corroborando com esse mesmo pensamento em relação à literacia, o historiador Dawid Danilo Bartelt, no livro *Sertão, República e Nação* (2009), afirma que nos primórdios da era republicana brasileira a juventude acadêmica definia-se como “a vanguarda e o sismógrafo do pensamento e das ações nacionais; o que ela diz e faz constitui nacionalidade”¹²⁸.

O discurso do analfabetismo como problema foi evidenciado por esses indivíduos letrados como o grande impedimento para o acesso à modernização da nação brasileira que se moldava e um entrave à estabilização do então regime político que se consolidava. Numa análise à educação brasileira durante a primeira metade do século XX, Carlos Eduardo Vieira classificou traços recorrentes no comportamento social dos intelectuais brasileiros vinculados ao campo educacional: “1) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual; 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; 3) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; 4) assunção da centralidade do Estado como agente político capaz de realizar as reformas sociais”¹²⁹.

O Estado Brasileiro foi o principal responsável em forjar uma identidade nacional desde a instalação da República (1889) e com isso a projeção de políticas socioculturais aliadas a elite intelectual brasileira. Myriam Sepúlveda dos Santos, em artigo denominado “Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional” (2000), sustenta o parecer de que “com a queda do Império, a República legitimou-se a partir da ideia de ordem e do progresso. A valorização do novo vai estar presente nos [...] discursos e narrativas sobre a história

¹²⁵ *Idem*, p. 218.

¹²⁶ *Idem*, p. 116.

¹²⁷ Carlos Eduardo Vieira, “Intelectuais e Educação”, *Pensar a Educação em Revista*, vol. 1, n.º 1, Curitiba/Belo Horizonte, 2015, p. 8.

¹²⁸ Dawid Danilo Bartelt, *Sertão, República e Nação*, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 150.

¹²⁹ Carlos Eduardo Vieira, *Op. Cit.*, 2015, p. 7.

encontradas nos museus republicanos”¹³⁰. Foi trilhando o rumo dessa linha de pensamento que, por exemplo, o Museu Imperial passou a se chamar Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Portanto, o extraordinário advento dos museus em território brasileiro no século XX está associado aos propósitos nacionalistas e pela permanência de um positivismo adaptado pelo poder dominante no Brasil. Para melhor compreender esse conceito é pertinente reforçar que, no Brasil, a entrada e a expansão da doutrina positivista ocorreram ainda no período pré-republicano por meio da imprensa e do parlamento. Tais ideias foram aplicadas nas escolas, na literatura e na academia, em suas diferentes formas de adesão, produzindo um clima de entusiasmo pelo seu conteúdo de modernização das mentalidades. A sua disseminação no campo educacional deu-se, também, nas manifestações oficiais em decorrência das reformas educacionais no Colégio Pedro II, feitas por Benjamin Constant¹³¹, conforme explana João Carlos da Silva:

Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891) nasceu no dia 18 de outubro, em São Lourenço, Niterói, Rio de Janeiro. Filho do português Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, primeiro-tenente em Portugal, e Bernardina Joaquina da Silva Guimarães. Seguiu carreira militar, dedicando-se ao exercício do magistério, como professor de matemática. A matriz de suas ideias está em Augusto Comte (1789-1857), do qual foi discípulo e divulgador. Teve seu primeiro contato com a obra do filósofo francês, ao ler o *Système de politique positive* ainda como estudante da Escola Militar. A questão do ensino ocupou espaço importante no conjunto de suas ideias, sendo um dos fundadores do *Apostolado Positivista do Brasil*, ao lado de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, em 1876. Entre as teses do Apostolado Positivista estavam a instalação e manutenção da ditadura republicana, a elaboração de um projeto constitucional, a separação da Igreja do Estado, uma ampla reforma no ensino e a liberdade como princípio universal fundamentado na ideia de Ordem e do Progresso¹³².

Comprovando este raciocínio, similarmente, Santos consolida que “O positivismo resolveu grande parte dos impasses envolvidos na construção de uma identidade nacional, sendo um deles resolvido pela eliminação de tradições culturais. A razão e a política moral não dependem de um conteúdo histórico que se constitui a partir de experiências passadas, mas sim da possibilidade da revelação da evolução deste passado no seu caminho para a ordem e progresso”¹³³.

Myriam Sepúlveda dos Santos contribui para a percepção de que naquele momento, a “afinidade entre teorias positivistas que desvalorizam tradições passadas em função de um

¹³⁰ Conforme Myriam Sepúlveda dos Santos, “Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional”, *Sociedade e Estado*, vol. 15, n.º 2, Brasília, 2000, p. 297.

¹³¹ Com informações de João Carlos da Silva, “Benjamin Constant e a propaganda educacional positivista: alguns apontamentos”, *Educação e Fronteiras*, Vol. 8, n.º 23, Dourados, 2018, p. 176-191.

¹³² João Carlos da Silva, *Op. cit.*, 2018, p. 178.

¹³³ Myriam Sepúlveda dos Santos, *Op. cit.*, 2000, p. 295.

processo progressivo de aperfeiçoamento humano e de teorias do branqueamento”¹³⁴, reforçando que “também desqualificam tradições passadas e a condição do presente em função de um aperfeiçoamento futuro”¹³⁵. Tal postura promovia o apagamento da memória de outros grupos que não fosse o do homem branco, dito civilizado e erudito. A autora reforça, de igual modo, que a miscigenação brasileira não foi enaltecida pela junção enriquecedora e celebrativa entre as múltiplas raças. Ao contrário disso, celebrar-se-ia o embranquecer do mestiço nacional, ou seja, a invisibilização da sua herança de outras matrizes, que não a europeia, como as matrizes negra ou indígena. Destaca-se que este silenciamento se viu presente nas representações museológicas do Brasil, que privilegiavam grupos dominantes e hegemônicos, apesar de ruturas e diferenças institucionais desde a década de 1950 à contemporaneidade¹³⁶. O pensamento museológico brasileiro recebia influência das correntes filosóficas propagadas pela elite intelectual, entre elas estava o pensamento eurocêntrico, expresso de longa data.

O “positivismo à brasileira” autorizava que os intelectuais locais buscassem atingir um alto grau de instrução, o último estágio do conhecimento civilizatório da humanidade, condição *sine que non* às demais nações europeias, relegando ao esquecimento tradições culturais milenares. Aliás, é possível afirmar que na transição dos governos da Primeira República (1889-1930), ainda mais esforçadamente com a proximidade das celebrações do centenário da Independência do Brasil (1922), os intelectuais e o poder público nacional movimentavam-se em direção ao lema ‘Ordem e Progresso’, frase que estampa até hoje a bandeira nacional brasileira. A gênese da frase está na corrente filosófica do positivismo, que ao colaborar nas ideias do processo da Proclamação da República, foi consagrada no lábaro do referido país. A máxima veio de uma famosa frase: *L'amour pour principe et l'ordre pour base; le progrès pour but*¹³⁷, proferida pelo principal referencial e teórico da corrente do pensamento positivista, o francês Auguste Comte.

¹³⁴ *Idem.*

¹³⁵ *Ibidem.*

¹³⁶ Entre essas ruturas pode-se apontar o surgimento do Museu do Índio inaugurado em 1953, no Rio de Janeiro, sob dependência da Secção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. O museu foi “constituído pelas coleções formadas, primeiro, pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o fundador do S.P.I., seus colaboradores e ultimamente pelos etnólogos da Secção de Estudos deste Serviço. [...] foi adquirida parte da coleção etnográfica do extinto Museu Simoens da Silva” (Guy de Hollanda, *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Organização Nacional do ICOM (The International Council of Museums), Rio de Janeiro, 1958, p. 23); o Museu do Negro, na cidade do Rio de Janeiro, surgido em 1969, que se dedica especialmente aos aspetos religiosos da história do povo negro no país e a Casa do Benin, um equipamento museológico localizado em Salvador e inaugurado em 1988, que busca refletir as relações dos escravizados trazidos daquele país africano para o Brasil. Informações obtidas a partir da plataforma em linha Brasil, *Museusbr - Cadastro Nacional de Museus*, em linha, atual, 2017, s/p.

¹³⁷ As fontes para esta frase estão em vários livros em que Comte explana a filosofia positivista, como por exemplo na folha que antecede ao prefácio, sem paginação, em Auguste Comte, *Système de politique positive*

Ao abordar a conexão dos intelectuais com a política educacional e cultural, pela sua abordagem promíscua, Mônica Pimenta Velloso assegura que “a relação dos intelectuais com o sistema de poder tem sido extremamente imbricada e complexa, uma vez que, ao longo da história, eles frequentemente se atribuíram a função de agentes da consciência e do discurso”¹³⁸. A maneira como os discursos iam sendo produzidos e propagados, em larga escala e em diferentes esferas de poder, possibilitavam o apagamento de outras formas díspares de representação, que não atendiam aos ideais da Nação.

Sustentava-se no Brasil, desde o início do seu processo de conquista e colonização, as relações de poder que originaram um sistema de silenciamento, tirania e submissão que se manteve e se reordenou, desde o intitulado período colonial e também depois da declaração de independência do país. Portanto, pode-se afirmar que ainda que a colonização tivesse formalmente acabado, mantiveram-se acentuadas as estruturas de dominação e de dependência epistêmica da Europa.

O compromisso com a modernização do Estado brasileiro também passava pela construção de uma identidade nacional. Nesse sentido, aliados àquela devoção ao nacionalismo, estavam assentes os processos eurocêntricos higienistas e os voltados para a eugenia da população local com o contingente de imigrantes que chegavam ao país¹³⁹. Estes discursos eram instrumentos recorrentes entre as explanações, práticas de intelectuais e do poder Estatal, e não estariam desagregados das elocuções que constavam nos museus. No artigo intitulado “Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX” (2016), os autores Nara Maria de Santana e Ricardo Augusto dos Santos defendem que o conceito de modernidade no país, e seus desdobramentos, foram implementados por diversos processos autoritários, estabelecidos no pensamento social brasileiro que se construía, expondo que “A identidade nacional despontava, portanto, de uma ideia de inferioridade racial consubstanciada na figura do mestiço, e o ideal nacional apontou não para o passado, como a construção da identidade nacional dos povos europeus, mas sim para o futuro, para o ideal de branqueamento da sociedade brasileira, que nada mais é do que uma ‘teoria da mestiçagem’. Nesse sentido, a

ou *Traité de sociologie*, em linha, Paris, Éditions Anthropos Paris, 1851, sp; *L'Ecole et la vie*, em linha, atual. 1918, Ed. B. Reproduction numérique, Bibliothèque nationale de France, p. 559.

¹³⁸ Mônica Pimenta Velloso, *Op. cit.*, 1997, p. 57.

¹³⁹ Mais informações sobre os processos de educação higiênica e as suas relações com a eugenia no Brasil do início do século XX, verificar em Ricardo Augusto dos Santos, “O Plano de Educação Higiênica de Belisário Penna: 1900-1930”, *Dynamis*. vol. 32, n.º 1, 2012, p. 45 a 68; José Roberto Franco Reis, “‘De pequenino é que se torce o pepino’: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental”, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 7, n.º 1, 2000, p. 135 a 157. Importante elencar aqui a “Lei dos Indesejáveis”, como foi chamada a lei que regulava a entrada de estrangeiros em território nacional, Decreto n.º 4.247/1921, sancionada pelo presidente Epitácio Pessoa. A referida lei ainda não consta revogação expressa, e pode ser consultada em Brasil, *Decreto n.º 4.247*, em linha, atual, 1921, s/p.

memória coletiva terá um papel fundamental na construção dessa identidade nacional e nas lembranças por ela levantadas”¹⁴⁰.

A identidade nacional, que se forjava no início do século XX e figurava disposta nas vitrines dos museus, estava igualmente baseada no ‘ideal de branqueamento’ da população brasileira também por intermédio dos seus símbolos e representações, o que fez com que intelectuais e o Estado atuassem como idealizadores e disseminadores da institucionalização de práticas sociais racistas e autoritárias, herdeiras dos abusos cometidos pelo sistema colonial eurocêntrico, sob a forma de teorias simbólicas opressoras e do soterramento de outras coletividades, onde protagonizavam a elite branca e católica brasileira.

1.2. Criação do Museu Histórico Nacional (MHN)

Os museus brasileiros acenaram e partiram do fundamento da representação de ambientes que refletissem os ideais sociais nacionais, resultantes de diferentes processos e projetos implementados ainda no século XIX. O Brasil foi vanguardista na América Latina porque o Estado fomentou o aparecimento de um conjunto de significativos museus e uma Bienal de artes (1951), que concentravam acervos significativos de obras de arte nacionais e estrangeiras, em suas formas clássicas e contemporâneas¹⁴¹.

Novos museus, surgidos no começo do século XX, ergueram-se para enaltecer em suas salas de exposições os momentos marcantes da recente cultura republicana e a elite nacional, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Até o surgimento do Museu Histórico Nacional (MHN), as instituições museológicas do país eram constituídas especialmente de exposições etnográficas ou de História Natural e existiam enquanto instituições privadas, em sua grande maioria.

A criação e regulamentação do MHN, estabelecido pelo decreto presidencial n.º 15 596, a 2 de agosto de 1922, durante o mandato do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922)¹⁴², considerava “da maior conveniência para o estudo da História Pátria reunir os objectos a ella relativos que se encontram nos estabelecimentos officiaes e central-os em um museu, que os conserve, classifique e exponha ao publico, e, enriquecido com os obtidos por compra ou

¹⁴⁰ Nara Maria Carlos de Santana; Ricardo Augusto dos Santos, “Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX”, *Revista de Estudios Sociales*, vol. 58, n.º 35, 2016, p. 31.

¹⁴¹ Myrian Sepúlveda dos Santos, *Op. cit.*, 2004, p. 57.

¹⁴² É possível consultar o decreto executivo de criação do MHN em Brasil, Decreto n.º 15 596, em linha, atual, 1922, s/p.

por doação ou legado, contribua, como escola de patriotismo, para o culto do nosso passado”¹⁴³, pelo que se denota um inerente elogio ao “heroico” passado colonial.

A inauguração, não por acaso, ocorreu no ano das comemorações do centenário da independência política do Brasil, e assentou-se no propósito de fazer parte de um amplo esforço para a modernização nacional pela via da erudição ilustrada, preconizando uma mudança na orientação temática dos museus brasileiros. O governo do presidente Epitácio Pessoa escolheu o cearense Gustavo Barroso como primeiro diretor do MHN. Em uma escolha bem fundada, Barroso partilhava da mesma corrente de pensamento de Epitácio Pessoa desde que este último foi senador pelo Estado brasileiro da Paraíba (1913-1919), tendo também o acompanhado como secretário da comitiva brasileira na Conferencia de Paz em Versalhes, em 1919, com apenas 31 anos de idade e já com sete livros publicados¹⁴⁴. Este acumular de conhecimentos de Barroso, assim como a sua proximidade com o presidente do Brasil, direcionaram o mandatário da nação para a criação do MHN e para a escolha do seu nome como primeiro diretor do museu.

Gustavo Barroso atuou enquanto jornalista, deputado federal pelo Ceará (1915-1917) e membro assíduo do movimento integralista brasileiro. Nasceu em Fortaleza, cidade capital do Estado do Ceará, a 29 de dezembro de 1888. Seu pai chamava-se Antônio Felino Barroso, oriundo de uma tradicional família nordestina, e sua mãe foi a alemã Ana Dodt Barroso. Em 1898 começou os estudos no Colégio Partenon e no ano seguinte transferiram-no para o Liceu do Ceará, um e outro situados na cidade de Fortaleza, concluindo essa primeira fase de formação escolar em 1906. Em 1910 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde se formou em Direito pela Faculdade Livre do Rio de Janeiro, em 1911. Ministrou aulas no Ginásio de Petrópolis e assumiu a função de secretário do *Jornal do Ceará*, redator do *Jornal do Comércio*, secretário-geral da Superintendência da Defesa da Borracha (1913), Secretário do Interior e da Justiça do Estado do Ceará, durante o governo de Benjamin Barroso (1914). Publicou o seu primeiro livro, *Terra do sol*, em 1912 e entrou para a vida política filiando-se ao Partido Republicano Federal, ao qual manteve-se associado até 1918. Barroso também dirigiu as revistas *Fon-Fon* e *Selecta*, no Rio. Até 1922 foi inspetor escolar no Distrito Federal, função de onde saiu apenas para fundar e assumir a direção do Museu Histórico Nacional, cargo que ocupou até ao seu falecimento em 1959. Barroso atuou como membro correspondente das Academias Inglesa e Mexicana e, em 1923, ingressou membro da Academia Brasileira de Letras, instituição que secretariou (1928, 1931 e 1949) e acabou por presidir (1931, 1932 e 1950). Advogou ativamente no Foro do Rio de Janeiro, pelo que, em 1927, foi designado

¹⁴³ *Idem.*

¹⁴⁴ Regina Abreu, *Op. cit.*, 1996, p. 167.

secretário-geral da Comissão Internacional de Jurisconsulto. Com uma educação eminentemente católica, foi ainda representante enquanto cavalheiro da “Legião de Honra, Commendador de Christo e Santiago”¹⁴⁵.

O cearense influía como conhecido escritor, manifesto defensor de vários ideais – antissemitismo, eugenia, civilidade, cientificismo e progresso, apregoado pelos positivistas –, apesar de nunca se ter intitulado membro da filosofia positivista, por ir, segundo ele, contra a sua prática católica¹⁴⁶. Anos depois, com as correntes extremistas do nacionalismo se espalhando pelo mundo, filiou-se a Ação Integralista Brasileira (AIB) avocando-se não só partidário, mas diretor dos “camisa-verde”, tomando para si os rumos do partido e doutrinando ao longo dos seus muitos escritos sobre o movimento¹⁴⁷. Esse posicionamento interiorizado em Gustavo, fruto da intelectualidade nacional de que emergiu, deu a tônica no planeamento, fundação e organização – ao que o museólogo Mário Chagas chamou de “imaginação museal”¹⁴⁸ barroseana, destacada pelas temáticas de “museu, história e nação”¹⁴⁹ – do primeiro museu histórico nacional e se repetiria em outras instituições ao longo do país.

No entanto, não foram apenas as articulações de Barroso que resultaram num museu histórico. Outros lugares também se manifestavam para a organização de um espaço que pudesse exhibir o contexto histórico nacional apresentando ao mundo a história do Brasil frente ao centenário da Independência que se avizinhava: a direção de Affonso de Taunay no Museu Paulista marcou mudanças na instituição como a instalação, a partir de 1918, de uma sala de exposição dedicada à história de São Paulo e começou a traçar os contornos da Seção de História, oficialmente criada em dezembro de 1922; e os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Max Fleuiss e Edigard Roquete-Pinto, em 6 de junho de 1918,

¹⁴⁵ Ver vocábulo “Gustavo Barroso” em Fundação Getúlio Vargas, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*, em linha, atual, 2010, s/p.; “Academia Brasileira Homenagens a Ruy Barbosa e Eleição do Sr. Gustavo Barroso”, *Jornal do Comércio*, 9 de março de 1923, pasta 12, 1922-2.º Semestre a 1923-2.º Semestre, Rio de Janeiro, p. 78.

¹⁴⁶ Um vasto repositório com diversas publicações em jornais, revistas e livros assinadas por Gustavo Barroso e o seus pseudónimos estão disponíveis em Hemeroteca Gustavo Barroso no arquivo do Museu Histórico Nacional.

¹⁴⁷ “Nesta época escreveu ‘O Integralismo em Marcha’ (1933); ‘O Integralismo de Norte a Sul’ e ‘Brasil, Colônia de Banqueiros’ (1934). Em 1935 escreveu ‘O Quarto Império’, ‘A Palavra e o Pensamento Integralista’ e ‘O Que o Integralista Deve Saber’ e em 1936 publicou ‘O Integralismo e o Mundo’. No ano de 1937 Barroso publicou o ‘Integralismo e Catolicismo’ além de traduzir e comentar os ‘Protocolos dos Sábios de Sião’, escrever ‘Judaísmo, Maçonaria e Comunismo’ e ‘A Sinagoga Paulista’. Nos anos de 1936, 1937 e 1938, Barroso publicou os três volumes da ‘História Secreta do Brasil’” (Luiz Mário Ferreira Costa, “Gustavo Barroso e a criação da ‘Casa do Brasil’”, *Revista Virtú*, UFJF, Juiz de Fora, vol. 7, 2008, p. 6.).

¹⁴⁸ Sobre a “imaginação museal” de Gustavo Barroso, ver Mário Chagas, *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso*, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2003, p. 25.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 27.

apresentaram à Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, uma proposta para a criação de um museu histórico nacional, subordinado ao Instituto¹⁵⁰. Corrobora-se que diferentes hostes disputavam o campo da representação museal histórica “E nesse quadro, por questões que passavam pela arena política, pelas redes prestigiosas de relações sociais, incluindo relações de amizade, e pela presença marcante de Barroso na vida cultural da capital da República, o seu projeto foi vitorioso”¹⁵¹, opinião arrematada por Chagas. Gustavo Barroso já havia planejado um projeto de museu histórico e essas suas intenções estavam subjacentes ao seu próprio posicionamento: a concretização de “Um projeto de museu laudatório, escorado num sonho ou pesadelo de eternização dos valores simbólicos das oligarquias em crise”¹⁵².

O decreto que estabelece o MHN traz as bases da organização institucional apontando que o museu funcionaria em dependência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, de acordo com o artigo primeiro, determinava-se que sua finalidade seria

recôlher, classificar e expor ao publico objectos de importância histórica, principalmente os que forem relativos ao Brasil, e concorrer por meio de cursos, conferencias, commemorações e publicações para o conhecimento da história pátria e o culto das nossas tradições. Art. 2º Em duas secções se dividirá o Museu, a primeira das quaes formada de objectos históricos em geral e a segunda de moedas, medalhas, sellos e peças similares. § 1º Serão conservados em cada secção, constituindo um archivo especial, os documentos que acompanharem os objectos adquiridos e comprovarem a sua authenticity ou lhes disserem respeito. § 2º Serão annexadas a 1ª secção uma bibliotheca especial de história universal, particularmente do Brasil, e de archeologia e história da arte, e á 2ª uma bibliotheca especial de numismática, sigillographia e filatelia¹⁵³.

Nota-se a preocupação com a preservação de objetos de aceção histórica brasileira, no entanto relacionados com a história dos “conquistadores”. Apesar de que outras instituições também preservassem acervos dessa natureza, como o Museu Nacional e o Museu Paulista, o MHN surgiu, especificamente, com a finalidade histórica, sem envolvimento das ciências naturais.

Na organização proposta por Barroso, os objetos que se mostravam dignos de um lugar dentro da instituição eram aqueles que oferecessem a função pedagógica de apresentar “o conhecimento da história pátria e o culto das nossas tradições”, assim legitimando o poder do Estado e o nacionalismo em voga entre os intelectuais. O museu ainda se apresentava amparado pelo cientificismo em suas coleções pois, para se “comprovarem a sua authenticity”, o espaço

¹⁵⁰ Mário Chagas, *Op. cit.*, 2003, p. 99-101.

¹⁵¹ *Idem*, p. 101.

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ Brasil, *Op. cit.*, 1922, s/p.

contaria com arquivo e bibliotecas especializadas. Fica evidenciado no texto que Barroso dividiu os acervos em várias categorias: objetos históricos do Brasil, artefactos arqueológicos, moedas, medalhas, selos e peças similares.

O referido decreto aponta, de igual modo, as bases de um curso técnico de Museus comum às três instituições: a Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional e o próprio MHN, com duração de dois anos, sendo a primeira proposta do género no país. O documento assinalava a função do diretor na organização e no ensino do curso técnico “destinado a habilitar os candidatos ao cargo de 3º official do Museu Histórico Nacional e ao de amanuense da Bibliotheca Nacional e do Archivo Nacional”¹⁵⁴ e tinha como matérias: “1º ANNO: história litteraria, paleographia e epigraphia, história política e administrativa do Brasil, archeologia e história da arte. 2º ANNO: bibliographia, chronologia e diplomatica, numismatica e sigillographia, iconographia e cartografia”¹⁵⁵. O ensino das matérias dividia-se entre os estabelecimentos que faziam parte do consórcio do curso, ficando a cargo do MHN as disciplinas de arqueologia, história da arte, numismática e sigilografia. A Biblioteca Nacional estava destinada às aulas de literatura, de bibliografia, de paleografia, epigrafia, iconografia, e de cartografia e ao Arquivo Nacional se ocupava com os temas de história política e administrativa do Brasil, de cronologia e de diplomática¹⁵⁶. Entretanto, o curso só se efetivou uma década mais tarde devido a factores como falta de pessoal e ausência de recursos financeiros, ao que se pode conjecturar a ausência do interesse governamental, nas duas gestões presidenciais seguintes, à sua fundação.

A referida instituição nasceu como parte de simultâneos e significativos acontecimentos que contemplavam diferentes propósitos de uma cultura nacional. Nesse percurso, no Rio de Janeiro, realizava-se a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil (1822-1922), entre 1921 até julho de 1923, o que demandou a remodelação dos espaços urbanos. Para tanto, desfez-se todo o Morro do Castelo, transformando radicalmente a paisagem em pavilhões construídos para aquela finalidade comemorativa e, após o término da Exposição, converteram-se parte das instalações nas dependências do Museu Histórico Nacional¹⁵⁷. A conversão demonstrou a intencionalidade da instalação do Museu em um antigo complexo arquitetónico que conglomerava três edificações distintas: “a Casa do trem, posteriormente

¹⁵⁴ *Ibidem.*

¹⁵⁵ *Ibidem.*

¹⁵⁶ *Ibidem.*

¹⁵⁷ Sobre a exposição, atenda-se a fonte produzida pelo Museu Histórico Nacional, *Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência e Exposição Internacional*, Rio de Janeiro, 1922.

Casa da Ordem construída em 1767; o corpo do verdadeiro Arsenal de Guerra, erigido em 1822, e o Anexo, levantado em 1835”¹⁵⁸ (Figura 2).

Figura 2 – Aspectos do Museu Histórico Nacional na década de 1950



Fonte: Guy de Hollanda, *Op. Cit.*, 1958, p. 36 e 37

A criação do MHN se deu pela formalização da ideia pelo Estado, sob o planejamento de Gustavo Barroso, que em anos antes idealizou um museu histórico, de âmbito militar, “onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis”¹⁵⁹, de acordo com as fontes. Onze anos antes da abertura do MHN, vaticinava como necessidade para o país um “Museu Militar” e deu as pistas no artigo assinado por João do Norte, pseudônimo de Barroso, publicado na edição vespertina do *Jornal do Comércio*, de 25 de setembro de 1911, conforme apontou Adolpho Dumans, ex-aluno do curso de museus. Subscreveu referindo: “Procuremos religiosamente nossas relíquias, para guardá-las com carinhos e legá-las aos nossos descendentes. [...] Patriótica e nobre seria a fundação de um Museu Militar. Queira os numes que tal ideia um dia se realize para que tenhamos onde depor os nossos troféus como os gregos outrora os depunham nas métopas de mármore e granito dos templos de Acaia”¹⁶⁰. O discurso de Barroso estava recheado de uma metonímia eurocêntrica e da epistemologia colonial.

¹⁵⁸ Atende-se a Adolpho Dumans, “O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência”, *Anais do Museu Histórico Nacional*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, v. I (1940), 1941, p. 214.

¹⁵⁹ Atende-se a Adolpho Dumans, “A ideia da criação do Museu Histórico Nacional”, em: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, v. III, 1945, p. 384.

¹⁶⁰ Veja-se Adolpho Dumans, *Op. cit.*, 1945, p. 386 e 387.

Dumans descreveu o período que o MHN declinava com a saída de Epitácio Pessoa da presidência. Relatou que nos governos de Arthur Bernardes (1923-1926) e Washington Luís (1927-1930) “o museu vegetou com verbas escassas e perseguido de dificuldades”¹⁶¹, tendo naquele momento que apelar para pedidos de doações e auxílios a particulares para aquisição de objetos e móveis, transportes, reparos e realização de obras internas no edifício, restaurações e limpezas. No entanto, contou que, a partir do governo de Getúlio Vargas, a situação mudou para a “Casa do Brasil”¹⁶². O presidente tornou-se, nas palavras de Dumans, grande protetor do Museu Histórico, contribuindo não só pela manutenção da instituição como para o enriquecimento das coleções¹⁶³.

É preciso lembrar que as décadas de 1920 e 1930 no Brasil não foram tão plácidas no cenário sociopolítico. A esfera política do país era conflituosa, o que culminaria no ano de 1930, após uma série de conflitos nacionais, em tropas revolucionárias a invadir o Rio de Janeiro, a capital federal naquela época, e a tomar a sede do poder Executivo brasileiro¹⁶⁴. A deposição do presidente Washington Luís influenciou a conjuntura propícia a um golpe militar em que, apoiado pela Aliança Liberal e grupos conservadores da sociedade, Getúlio Vargas derrubou a constituição e instaurou um governo que perdurou por 15 anos ininterruptos (1930-1945)¹⁶⁵.

A historiadora Aline Monteiro Magalhães traz algumas referências que alinham decretos executivos e diplomas legislativos, entre as décadas de 1920 e 1930, aos interesses políticos na preservação do patrimônio no Brasil, em seu artigo “A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937)” (2017). Para a historiadora, “Intelectuais e políticos, após assistirem à experiência destruidora da Primeira Guerra Mundial e dos processos de remodelação das cidades – a exemplo do que pôs abaixo o Morro do Castelo no Rio de Janeiro, em 1922 –, se batiam pela integridade de antigas edificações, que estavam em risco de desaparecer diante da iminência de novo conflito ou frente

¹⁶¹ *Idem*, p. 393.

¹⁶² Como era chamado o MHN por quem ali trabalhava, numa nomenclatura que está presente em diversas publicações.

¹⁶³ Atende-se a Adolpho Dumans, *Op. cit.*, 1945, p. 393 e 394. Uma lista contendo as doações de Getúlio Vargas ao MHN está registado no artigo de Adolpho Dumans, *Op. cit.*, 1941, p. 227- 230.

¹⁶⁴ Segundo Felipe Fontana, “Como a Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana (1922), destacando-se, em 1924, o Movimento Tenentista que, dentre outras coisas, questionava o Estado de esfacelamento social e político do Brasil e o problemático poder exercido pelas oligarquias e pelas elites locais” (Felipe Fontana, Carla Cristina Wrbieta Ferezin, *Op. cit.*, 2014, p. 4).

¹⁶⁵ Para melhor compreender de onde vieram os apoios obtidos por Getúlio Vargas e as conjunturas que favoreceram aquela tomada de poder, por obra de um golpe de Estado, sob diferentes interpretações, os trabalhos de Noé Freire Sandes, “O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930)”, *Estudos Históricos*, vol. 22, n.º 43, 2009, p. 125-140; Antônio Modesto dos Santos Júnior, “O apoio das Forças Armadas na solidificação do regime varguista (1930-1937)”, *Navegador: subsídios para a história marítima do Brasil (Rio de Janeiro)*, vol 15, n.º 30, 2019, p. 148-158; Leandro Seawright, “O apoio ao golpe do Estado Novo nas páginas de O Jornal Batista: contra o comunismo, em favor da pátria e de Deus”, *História Unisinos*, vol. 24, n.º 1, 2020, p. 96-108.

às reformas urbanas de modernização e embelezamento. A movimentação do mercado de antiguidades também preocupava, pois, sem regulamentação, fragmentava coleções e dilapidava o patrimônio nacional com a exportação de objetos representativos da história e da arte nacionais”¹⁶⁶.

Magalhães aponta que Getúlio Vargas deslocou as peças no MHN, ao afastar Barroso da sua direção dos anos de 1930 a 1932, visto que aquele havia apoiado Júlio Prestes, candidato à presidência que o derrotara nas eleições, mas que nunca assumiria a presidência em detrimento do golpe de 1930. Os acontecimentos do referido ano foram a culminância de momentos de crise e profunda mudança histórica, desencadeados por diferentes causas que conturbavam o cenário brasileiro, como a crise das oligarquias e a ascensão de novos grupos sociais no país. Nesse sentido, as elites políticas que dominavam a República Velha eram um símbolo de uma era ultrapassada e o seu declínio marcava uma renovação política nacional. Porém, mesmo para os intelectuais íntimos do antigo regime, “Getúlio Vargas não seria um caudilho que se apossaria arbitrariamente do poder, mas viria atender os anseios do povo brasileiro, encarnando os ideais da renovação nacional”¹⁶⁷.

Gustavo Barroso regressou ao MHN em dezembro de 1932, poucos meses após efetivamente terem dado início ao curso de museus, que iniciou em março daquele ano, e seguiu como seu dirigente até ao final da sua vida, no fim da década de 1950. Interessante destacar que foi no Museu Histórico Nacional que se instalou em 1934 a Inspetoria Nacional de Monumentos, instituição que teve papel fundamental na proteção e restauração do patrimônio de Ouro Preto, Minas Gerais, realizando obras em chafarizes, pontes e templos¹⁶⁸. A Inspetoria foi um dos antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) criado oficialmente em 1937¹⁶⁹. Nessa disputa de projetos voltados para as políticas de memória, “a corrente de pensamento e prática patrimonial que Gustavo Barroso representava foi derrotada politicamente pela corrente modernista que tinha em Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade os seus mais destacados representantes”¹⁷⁰.

É evidente que interesses políticos atuavam fortemente na construção da memória coletiva e nos espaços destinados ao registo e guarda do que seria essa memória construída,

¹⁶⁶ Veja-se Aline Montenegro Magalhães, “A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937)”, *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, ISSN 0101-4714, vol. 25, n.º 3, 2017, p. 251.

¹⁶⁷ Mônica Pimenta Velloso, *Op. cit.*, 1997, p. 69.

¹⁶⁸ Adolpho Dumans, *Op. cit.*, 1941, p. 221-222.

¹⁶⁹ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN foi a primeira denominação da instituição federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, atualmente o órgão chama-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

¹⁷⁰ Mário Chagas, *Op. cit.*, 2003, p. 50-51.

assim como no panorama museológico português, apresentado por Duarte Manuel Freitas, onde “as mudanças ideológicas e a conscientização da importância dos espaços de memória na sociedade ditaram seu *modus operandi*”¹⁷¹. Fizeram surgir similarmente no Brasil, pela promulgação de leis específicas, instituições de seleção de memórias e proteção do património escolhido pelos agentes e agências do poder.

O paradigma museal apregoado por Gustavo Barroso estava diretamente relacionado com o seu posicionamento daquilo que seria um Estado forte. Defendia que somente o Estado produziria uma coesão harmônica entre todos os seus setores, acima dos conflitos e divisões sociais. Acreditava que a história da nação só começou de facto com a chegada da coroa portuguesa ao Rio de Janeiro e, nesse sentido, as elites abastadas tiveram um papel privilegiado em presença nas exposições de longa duração, sendo representadas e figurando como grandes doadoras de mobiliário, pratarias, louças e pinturas, alinhando-se às ideias eurocêtricas de civilidade e civilização. Associadas às elites estavam as forças militares, representadas através das coleções de moedas, medalhas, armas, canhões e objetos de artilharia articulados com bustos, estátuas e imagens de heróis nacionais, ao lado de pinturas gigantescas que retratavam batalhas travadas pelo Império e seus heróis¹⁷². Aquele modelo de museu histórico idealizado por Barroso foi sendo reproduzido pelo país em instituições que exibiam narrativas ligadas a personagens e acontecimentos históricos seguindo os moldes do MHN, pois a “imaginação museal barroseana”¹⁷³ alicerçou a institucionalização de uma formação técnica para museus no Brasil, mas que se apresentava sem ligação à Museologia, mostrando-se pouco reflexiva e de débil compromisso com a construção da teorização museológica.

1.3. Outros contextos e agências do campo museal brasileiro

Apesar do prestígio e presença de Barroso na formação de pessoal técnico, outros modelos museais igualmente surgiram no país, frutos de iniciativas vinculadas a institucionalização da proteção do património histórico e artístico nacional, como o grupo de intelectuais e técnicos vinculados ao SPHAN, ideologicamente coesos ao discurso que se difundia a partir de nomes como Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade. Portanto, é possível afirmar que se irradia a partir do MHN e do SPHAN modelos distintos de seleção, organização e proteção do património nacional.

¹⁷¹ Duarte Manuel Freitas, *Op. cit.*, 2016, p. 45.

¹⁷² Myrian Sepúlveda dos Santos, *Op. cit.*, 2002, p. 132.

¹⁷³ Mário Chagas, *Op. cit.*, 2003, p. 25.

Dessa feita destacam-se a criação das organizações museológicas que resultaram, por exemplo, do acervo da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) compondo o núcleo inicial do Museu Nacional de Belas Artes (1937)¹⁷⁴, do Museu da Inconfidência (1938), do Museu Imperial (1940), do Museu de Arte Brasileira (1947), do Museu de Arte Moderna de São Paulo e do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, concomitantemente (1948), contando também, para além das dotações públicas, com financiamento privado¹⁷⁵. Na década de 1940, os três últimos museus anteriormente supramencionados, foram favorecidos pelo mecenato das elites, em especial pela classe abastada paulistana, deflagrado fortemente no período pós-guerra. É importante destacar dois acontecimentos que marcaram a atuação dos museus no Brasil: o primeiro foi a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1946, reunindo naquele momento representantes de 147 países. Desde a sua criação, a referida organização não governamental propôs linhas mestras que exerceram alguma influência sobre as práticas desenvolvidas pelos profissionais dos museus no Brasil, que integrou o ICOM desde o início¹⁷⁶; e o segundo foi a realização do Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, no Rio de Janeiro, em 1958. De autoria de Georges Henri Rivière, então presidente do ICOM, o documento final deste seminário sintetizou todas as etapas do evento, dentre as quais discutiram o papel e a função educativa do museu¹⁷⁷.

Somente décadas mais tarde, com a implementação do Cadastro Nacional de Museus (CNM) do IBRAM, se conheceu a multiplicidade dos museus espalhados pelo território nacional. O registo passou a ser feito em março de 2006 e teve como objetivo recolher, registrar e divulgar informação sobre museus de forma a integrar o setor museológico brasileiro, ao “manter um sistema capaz de processar regularmente informações sobre a diversidade museal brasileira, contribuindo para a construção de conhecimento e seu compartilhamento público”¹⁷⁸. Desde então, o IBRAM mapeou as instituições do país e identificou um total de 3.118 museus, incluindo 23 museus virtuais, que foram referenciados na publicação *Museus em Números* em maio de 2011¹⁷⁹, em dois volumes. Ainda naquele ano se apresentou um cenário estatístico nacional do setor por meio de dados e textos analíticos sobre a situação dessas instituições nos

¹⁷⁴ Isis Pimentel de Castro, “Uma galeria de arte nacional: a pintura histórica no acervo do Museu Nacional de Belas Artes entre 1937 e 1964”, *30.º Simpósio Nacional de História*, ANPUH-Brasil, Recife, 2019, p. 1-14.

¹⁷⁵ Myriam Sepúlveda dos Santos, *Op. cit.*, 2004, p. 57.

¹⁷⁶ *Idem.*

¹⁷⁷ Atende-se a Georges Henri Rivière, *UNESCO Regional Seminar on the Educational Role of Museums*, Rio de Janeiro, Brasil, 1958, p. 12-62.

¹⁷⁸ Instituto Brasileiro de Museus, *Museus em Números*, Volume 1, Brasília, Instituto Brasileiro de Museus, 2011, p. XV.

¹⁷⁹ *Idem*, p. XVI.

diversos Estados. A publicação forneceu informações que apontavam a localização, acervos, acessos, serviços, características físicas, etc. Esta foi a primeira pesquisa estatística a revelar a imagem completa do panorama museológico brasileiro.

Ao longo de uma década (2010-2020) o número de instituições aumentou, ao registrar-se a virtualização do catálogo em um portal de acesso aberto – *Museusbr* – existindo, na atualidade, 3903 museus no Brasil¹⁸⁰. Destes, 3567 estão abertos e 336 fecharam ou foram extintos. Entre as edificações, 80 estão em construção ou em fase de planejamento, com diferentes formatos de gestão organizacional (**Tabela 2**).

Tabela 2 – Formato organizacional dos museus brasileiros em 2021

Tipo de organização	Número	%
Esfera pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal)	2513	64,38 %
Esfera privada (Associações, Empresas, Fundações, Particulares, Religiosos, Entidades Sindicais)	1207	30,92 %
Mista	14	0,35 %
Desconhecida	169	4,35 %
Total	3903	100 %

Fonte: portal *Museusbr*.

Das 2513 instituições museológicas estabelecidas na esfera pública, 466 estão em âmbito federal, 572 são estaduais, 22 sob tutela do Distrito Federal e 1436 são municipais, em dados obtidos a 25 de março de 2021. Um novo índice de pesquisa foi incluído no *site* em 2014 e é possível localizar o número de museus em cada uma das cinco regiões brasileiras, Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul (**Tabela 3**). Os dados recolhidos apontam que no Nordeste brasileiro localizam-se 849 instituições, com 21,75% dos museus nacionais, pouco mais de um quinto do contingente total.

Tabela 3 – Distribuição regional dos museus brasileiros em 2021

Regiões	Número	%
Norte	182	4,68 %
Nordeste	849	21,75 %
Centro-Oeste	287	7,35 %
Sul	1050	26,90 %
Sudeste	1535	39,32 %
Total	3903	100 %

Fonte: portal *Museusbr*.

O Ministério da Cultura do Brasil (MinC) era o órgão federal que possuía a jurisdição sobre os museus. Desde 2016, quando aconteceu o golpe jurídico-mediático que derrubou a

¹⁸⁰ Dados disponíveis em Brasil, *Museusbr - Cadastro Nacional de Museus*, em linha, atual, 2017, s/p. Consultado em 25 de outubro de 2021.

presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), este organismo sofreu constantes ataques do governo brasileiro, originando um breve fechamento da pasta durante o governo do presidente interino Michel Temer¹⁸¹ (2016-2018), pelo que recebeu críticas de aliados e adversários no Congresso Nacional. A notícia da possível extinção da referida entidade gerou uma onda de moções de resistência e ocupações em prédios do ministério e órgãos federais a ele ligados com a convocação de adeptos pelas redes sociais sob a etiqueta #MINCresiste. Ativistas em pelo menos dez capitais da federação participaram no movimento que se iniciou em 10 de maio de 2016 com a ocupação do prédio da Fundação Palmares em Salvador, onde funcionava a representação regional do MinC. Seguiu-se a entrada de manifestantes no imóvel do IPHAN em Curitiba, no dia 13, e alcançou outros pontos do país em ondas simultâneas a partir do domingo (15), nos prédios do órgão e da Fundação Nacional de Artes (Funarte) em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Aracaju, Recife, João Pessoa e Natal¹⁸².

Ainda em maio daquele ano o governo editou nova Medida Provisória restabelecendo o Ministério da Cultura. Entretanto, na sequência do desmonte das estruturas de cultura e educação do país, o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (2019-2022) extinguiu o órgão logo que assumiu a presidência, com a edição da Medida Provisória n.º 870, quando integrou na estrutura do Ministério da Cidadania a Secretaria Especial de Cultura¹⁸³. Relacionado com a Secretaria Especial de Cultura está o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que é uma autarquia federal estabelecida pelo extinto MinC em 2009¹⁸⁴, com base no documento produzido em 2003, *Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania*, fruto da política de desenvolvimento do setor museológico praticado no Brasil naquele momento.

A Política Nacional de Museus (PNM) surgiu sob a objetivo de promover a valorização, a preservação e a fruição do património cultural brasileiro, considerando o espaço museal um dos dispositivos para a inclusão social e cidadã, logo no primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), procurando fomentar uma rede de parceria diversa e abrangente que fosse coordenada pelo MinC¹⁸⁵. Especificamente, o referido documento estruturou eixos programáticos que visaram a gestão e configuração do campo museológico nacional, pois sugeriu a implementação do Sistema Nacional de Museus e a criação do Cadastro Nacional de Museus. A PNM ainda recomendou a democratização e acesso aos bens culturais, com o apoio

¹⁸¹ Brasil, *Medida Provisória n.º 726*, 12 de maio de 2016, em linha, atual, 2016, s/p.

¹⁸² João Pedro Pitombo, Juliana Coissi & José Marques, “Manifestantes ocupam prédios em ao menos dez capitais contra fim do MinC”, *Folha de São Paulo*, 17 de maio de 2016, em linha, atual, 2016, s/p.

¹⁸³ Brasil, *Medida Provisória n.º 870*, 1.º de janeiro de 2019, em linha, atual, 2019, s/p. Convertida na Lei n.º 13.844, de 18 de junho de 2019.

¹⁸⁴ Brasil, *Lei n.º 11.906*, 20 de janeiro de 2009, em linha, atual, 2009, s/p.

¹⁸⁵ Ministério da Cultura, *Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania*, Brasília, 2003, p. 8-9.

à criação de redes de informação entre os museus brasileiros e profissionais dessas instituições, a partilha de ideias e ações, que pudessem aumentar o número de visitantes e as receitas dos estabelecimentos, a formação de pessoal, a informatização de museus, a modernização de infraestruturas, o financiamento e o fomento de políticas de aquisição e de preservação de acervos¹⁸⁶.

Em consonância com as demandas da Política Nacional de Museus (PNM), foi instituído dentro da estrutura organizacional do IPHAN o Departamento de Museus e Centros Culturais, por meio do Decreto n.º 4 811, de 19 de agosto de 2003, com o intuito de garantir a efetivação da PNM. Em seguida, foi introduzido o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), instituído por meio do Decreto n.º 5 264, emitido em 5 de novembro de 2004¹⁸⁷.

Posteriormente, seis anos depois, com a Lei n.º 11 906, de 20 de janeiro de 2009, o Departamento alçou o status de autarquia independente, o IBRAM. É necessário salientar que o IBRAM teve a sua origem como um departamento do IPHAN, posto isto, pode-se conjecturar sobre as inúmeras tensões decorrentes desse processo que deu autonomia ao órgão criado para atuar, exclusivamente, no campo museal, desvinculando-se do campo patrimonial brasileiro. E ainda que essa separação propiciou conflitos que ainda persistem nos dias atuais. O referido diploma legal que criou o SBM foi revogado pelo Decreto n.º 8 124, de 17 de outubro de 2013, o qual outorgou ao IBRAM a coordenação do Sistema Brasileiro de Museus¹⁸⁸. Além disso, esta autarquia federal assumiu a responsabilidade administrativa e de gestão sobre 31 instituições museológicas nacionais¹⁸⁹.

Para compreender a complexa conexão administrativa e jurídica das diversas entidades, departamentos e unidades especiais que atuaram e continuam a atuar no campo dos Museus no Brasil, é necessário realizar uma investigação mais aprofundada sobre as suas trajetórias administrativas. Tal análise permitirá perceber em que circunstâncias essas entidades foram criadas ou integradas para assumir funções em relação ao campo e, conseqüentemente, dissipará a falta de informação sobre a gestão administrativa e técnica dessas unidades, especialmente depois de delegação de responsabilidades do IPHAN para o IBRAM.

Evidencia-se que no Brasil há uma vasta legislação relativa à promoção dos museus e à proteção do patrimônio nacional que são bastante heterogêneas, pois abrangem vários campos da salvaguarda aos bens culturais (**Tabela 4**).

¹⁸⁶ *Idem*, p. 10 a 12.

¹⁸⁷ Brasil, *Decreto n.º 5 264*, 5 de novembro de 2004, em linha, atual, 2004, s/p.

¹⁸⁸ Brasil, *Decreto n.º 8 124*, 17 de outubro de 2013, em linha, atual, 2013, s/p.

¹⁸⁹ Brasil, *Museusbr - Cadastro Nacional de Museus*, em linha, atual, 2017, s/p.

**Tabela 4 – Legislação relativa à promoção dos museus e à proteção do património nacional
(1937-atualidade)**

Diploma Legal	Assunto
Decreto-lei n.º 25, 30 de novembro de 1937	Organiza a proteção do património histórico e artístico nacional.
Decreto n.º 44 851, 11 de novembro de 1958	Promulga a Convenção e Protocolo para a Proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, Haia, 1954.
Lei n.º 3 924, 26 de julho de 1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
Lei n.º 4 845, 19 de novembro de 1965	Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico.
Decreto n.º 58 054, 23 de março de 1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América.
Lei n.º 5 471, 9 de julho de 1968	Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros.
Decreto Legislativo n.º 71, 28 novembro de 1972	Aprova o texto da Convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícitas dos bens culturais, aprovada pela XVI Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura UNESCO, realizada em Paris, de 12 de outubro de 1970 a 14 de novembro de 1970.
Lei n.º 6 292, 15 de dezembro de 1975	Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
Lei n.º 7 287, 18 de dezembro de 1984	Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo.
Lei n.º 7 347, 24 de julho de 1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Dispositivos referentes aos bens culturais.
Lei n.º 8 313, 23 de dezembro de 1991	Lei Federal de Incentivo à Cultura. Reestabelece princípios da Lei n.º 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências.
Conselho Federal de Museologia - COFEM, 23 de outubro de 1992 ¹⁹⁰	Código de Ética Profissional do Museólogo.
Decreto n.º 3 551, 4 de agosto de 2000	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem património cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Património Imaterial e dá outras providências.
Lei n.º 10 413, 12 de março de 2002	Determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.
Decreto n.º 4 811, 19 de agosto de 2003 ¹⁹¹	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências.
Decreto n.º 5 264, 5 de novembro de 2004 (Revogado pelo Decreto n.º 8.124, de 2013)	Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.
Lei n.º 11 328, 24 de julho de 2006	Institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.
Lei n.º 11 904, 14 de janeiro de 2009	Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.
Lei n.º 11 906, 20 de janeiro de 2009	Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do

¹⁹⁰ Não se trata de um diploma legal oficial, entretanto configura-se como um documento pertinente ao exercício da atividade de museologia aprovado pelo Conselho Federal de Museologia.

¹⁹¹ O referido decreto foi revogado por outros sucessivos, devido a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais, órgão específico singular vinculado a estrutura organizacional do IPHAN.

	Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.
Lei n.º 12 343, 2 de dezembro de 2010	Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.
Lei n.º 12 840, 9 de julho de 2013.	Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.
Decreto n.º 8 124, 17 de outubro de 2013	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.
Portaria n.º 422, 30 de novembro de 2017	Estabelecer a Política Nacional de Educação Museal - PNEM, que visa à organização, ao desenvolvimento, ao fortalecimento e à fundamentação do campo da educação museal no Brasil.
Portaria IBRAM n.º 579, 29 de julho de 2021	Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e dá outras providências.

Fonte: gov.br

O registo nacional de museus no Brasil passou a ser realizado de acordo com o Decreto n.º 8 124 de 2013, atribuindo ao IBRAM a coordenação do Sistema Brasileiro de Museus. A inclusão ou exclusão de instituições nesse registo configurou-se como o momento formal da inscrição, integração ou extinção de um museu, o que permitiu ao poder público e entidades privadas consolidar e compartilhar informações.

Atualmente não existe um sistema de avaliação da qualidade dos serviços e das atividades museológicas oferecidas pelos museus. Porém, as atividades têm sido divulgadas em redes sociais – como o *Facebook*, *Instagram* ou *Twitter* – ou pelos *sites* na *internet* mantidos institucionalmente. Existem também avaliações e classificações por meio de ferramentas em linha como o portal de acesso aberto *TripAdvisor*, onde visitantes registam e pontuam suas experiências nos museus visitados. Oportunamente, no futuro, o IBRAM poderia promover uma forma de garantir uma maior participação social ao introduzir ligações de acesso para os sítios dos museus em sua plataforma *Museusbr*, conseguindo, deste modo, proporcionar ao visitante instrumentos de avaliação dos serviços prestados por cada instituição.

É oportuno destacar que, nos últimos anos, registaram-se avanços no setor museal brasileiro que procuraram partilhar experiências de gestão de museus, coleções, procedimentos, etc. E para promover o diálogo entre museus e instituições congêneres, primeiro o SBM e depois o IBRAM desempenharam um papel importante na esfera nacional, bem como nos núcleos estadual e municipal, consolidando a rede nacional de estabelecimentos museais, pois alguns estados e cidades criaram seus próprios sistemas de registo. Dessa feita, existem atualmente no Brasil 17 entidades registadoras de instituições museológicas (**Tabela 5**).

Tabela 5 – Entidades registradoras de instituições museológicas no Brasil (2022)

Esfera	Entidade
Federal	IBRAM
Estadual	Sistema de Museus do Estado do Paraná
	Sistema de Museus do Estado do Rio Grande do Sul
	Sistema de Museus do Estado do Ceará
	Sistema de Museus do Estado do Piauí
	Sistema de Museus do Estado de Santa Catarina
	Sistema de Museus do Estado de Mato Grosso
	Sistema de Museus do Estado de Alagoas
	Sistema de Museus do Estado do Rio de Janeiro
	Sistema de Museus do Estado de São Paulo
	Sistema de Museus do Estado de Minas Gerais
Distrital	Sistema de Museus do Distrito Federal
Municipal	Sistema de Museus da Cidade de Pelotas
	Sistema de Museus da Cidade de Ouro Preto
	Sistema de Museus Municipais de São Luís
	Sistema do Museu Municipal de Santa Maria
	Sistema de Museus da Cidade de Joinville
	Sistema Municipal de Museus do Rio Grande

Fonte: IBRAM

O país não dispõe de um curso superior específico para a qualificação e formação de curadores. Formações desse gênero aparecem em cursos de especializações *lato-sensu*. No Brasil, dependendo do tema da exposição, geralmente o processo de organização e gestão de uma mostra – desde a seleção de obras de arte, à publicação de catálogos, elaboração de projetos, montagem e desmontagem de exposições de arte – é comandada por uma variada gama de profissionais como historiadores e críticos de arte, filósofos e museólogos, artistas visuais, educadores, entre outros. O campo de atuação do educador museal¹⁹² é muito importante e exige formação específica, pelo que assume “uma categoria e dignidade similar à do conservador”¹⁹³. Este tipo de profissional opera como um mediador entre o visitante e o patrimônio musealizado, por realizar as atribuições que lhes são particulares como “a atuação na elaboração participativa do Programa Educativo Cultural; a realização de pesquisas e diagnósticos de sua competência; a implementação dos programas, projetos e ações educativas; a realização do registro, da sistematização e da avaliação dos mesmos; e promover a formação integral dos indivíduos”¹⁹⁴.

Pode-se afirmar que, para a consolidação do ofício de educador museal no Brasil, diversas ações foram implementadas a partir de 2010 – como a realização do 1.º Encontro de

¹⁹² Sobre as definições de categoria e a história do campo de atuação do educador museal no Brasil e um paralelo com o caso português ver Fernanda Santana Rabello de Castro, *Construindo o campo da Educação Museal: um passeio pelas políticas públicas de museus no Brasil e em Portugal*, Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

¹⁹³ José Amado Mendes, *Op. cit.*, 2013, p. 169.

¹⁹⁴ IBRAM, Portaria n.º 422, 30 de novembro de 2017, Brasília, Ibram, em linha, atual, 2017, s/p.

Educadores do IBRAM, ocorrido no Museu Imperial – e que culminaram, em 2017, no estabelecimento da Política Nacional de Educação Museal (PNEM)¹⁹⁵. Muito embora a discussão acerca do campo educativo em instituições museológicas seja uma temática de interesse de educadores e pesquisadores já na década de 1920¹⁹⁶, foi somente em 2014 que surgiu o primeiro curso de pós-graduação *lato-sensu* em Educação Museal no país. O curso surgiu de uma cooperação técnica entre os Museus Castro Maya e o Museu da República, ambos pertencentes ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), e a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), por intermédio do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ)¹⁹⁷.

Nos últimos anos o setor de museus no Brasil cresceu significativamente, contudo ainda existem desafios a serem suplantados. Evidenciou-se, a partir do registo do número de museus distribuídos nas regiões do país, que era – e ainda é – necessário se investir mais no setor. Nesse sentido, como componente da Política Nacional de Museus, surgiu a iniciativa do edital *Mais Museus*, realizando a concessão de recursos públicos em fomento à criação de novos museus dentro do Programa Museu, Memória e Cidadania. Lançado em 2007, com edições até 2013, o instrumento teve como propósito apoiar a implantação de museus em cidades até 50 mil habitantes que não possuísem instituição museal estruturada com a formação de um banco de projetos que foram apoiados de acordo com a disponibilidade orçamentária do IPHAN nos primeiros anos e, a partir de 2011, sob a tutela financeira do IBRAM. Com esta ferramenta, apoiou-se, mediante o investimento financeiro, planos de desenvolvimento de novas instituições museológicas, propostas de renovação de outras, e ainda a implementação de planos de exposição e trabalhos de restauração nos acervos existentes. Entretanto, um estudo de Flora Brochado Maravalhas e de Luiz Honorato da Silva Júnior indica que o crescimento do número de museus em municípios com até 50 mil habitantes entre 2009 e 2015 não está relacionado às ações do edital *Mais Museus*. A pesquisa aponta que o crescimento de novas instituições desse

¹⁹⁵ *Idem*. Fernanda Santana Rabello de Castro, *Op. Cit.*, 2018, p. 101 a 107.

¹⁹⁶ “No Brasil, o primeiro serviço educativo surgiu no ano de 1927, na gestão de Roquete Pinto (1926-9135), no Museu Nacional. A criação deste serviço educativo foi fruto de influências do movimento do escolanovismo, uma proposta pedagógica que se opunha à pedagogia tradicional e que entendia o professor, na relação professor/aluno, como mediador do conhecimento que deveria buscar locais motivadores para o ensino” (Leliane Silva Lima; Mário Júnior Alves Polo, “Reflexões sobre o papel do educador de museus”, *Boletim Museu Histórico de Londrina*, vol. 3, n.º 6, 2012, p. 24).

¹⁹⁷ PNEM, “Inscrições para a especialização em Educação Museal vão até o dia 11/09”, em linha, atual, 2014, s/p.

género parece estar mais relacionado às variáveis de população, IDH dos municípios e o interesse turístico¹⁹⁸.

Ao comparar a distribuição dos museus em território brasileiro com a densidade populacional e com o rendimento médio dos habitantes, evidencia-se que a maioria das instituições museológicas estão reunidas em áreas densamente povoadas e em territórios com uma população de maior poder económico. Além disso, a presença de outras instituições de cariz cultural e o investimento público no setor artístico-cultural também são factores importantes. A boa distribuição geográfica dos museus no país se demonstra em regiões onde existem outras organizações de gestão cultural, como escritórios de agências governamentais e suas estruturas subordinadas, que formulam e aplicam políticas culturais.

Com base em estudos da década de 2010 deste século XXI, promovidos pelo Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA), pode-se inferir que há mais museus nas cidades onde também existem bibliotecas públicas, teatros e centros culturais¹⁹⁹. Esta observação enaltece que a presença de museus é característica de políticas públicas e culturais que abrangem outros segmentos do setor da cultura. Notoriamente, as regiões sudeste e sul do Brasil são as que concentram uma economia mais pujante e, possuem mais instituições de gestão cultural afiliadas ao governo, com uma maior capacidade de investimento em políticas culturais.

Por tudo isso, demonstra-se a necessidade de se estar vigilante às atuais estratégias públicas no que diz respeito à distribuição de investimento sobre os bens culturais, percebendo que o desenvolvimento socioeconómico são histórica e profundamente desiguais nas regiões brasileiras. As bases de dados comprovam que a distribuição desigual dos museus decorre de factores socioeconómicos. No entanto, também oferece um caminho para expandir o acesso aos bens culturais e democratizá-los. O IBRAM é uma instituição federal que se direciona para enfrentar ativamente essa realidade díspar e apoiar o justo desenvolvimento sociocultural do Brasil, contribuindo para a promoção do setor museológico.

Igualmente, urge a organização de investigações historiográficas sobre os museus brasileiros que, em diferentes níveis, até então, se restringem às grandes instituições nacionais. Tal facto é uma constatação decorrente da investigação que é apresentada neste momento, e que abre, ao mesmo tempo, espaço para o estudo historiográfico de um museu local, o Museu

¹⁹⁸ Flora Brochado Maravalhas & Luiz Honorato da Silva Júnior, “Avaliação de Impacto do Edital Mais Museus na Criação de Novos Museus em Pequenos Municípios Brasileiros: uma análise a partir do método de diferenças em diferenças”, *Meta: Avaliação*, v. 11, n.º 31, Rio de Janeiro, 2019, p. 198 a 222.

¹⁹⁹ Atende-se à análise feita ao estudo do IPEA, *SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social – Cultura*, IPEA, 2010. Ver também a publicação organizada para o IPEA por DA SILVA, Frederico Augusto Barbosa, WALCZAK, Irminda Anna, SÁ, Juliana Veloso & GHEZZI, Daniela Ribas (Eds.), *Patrimônios de práticas na cultura brasileira*, IPEA, Rio de Janeiro, 2019.

Diocesano de Sobral – o Museu Dom José (MDJ). As referidas perspectivas de pesquisa histórica sobre espaços que organizam e expõem acervos locais, com a experiência museológica marcada por roteiros que apresentam inúmeros “símbolos, emblemas e sinais”²⁰⁰ de um determinado lugar, muito enriquecerão o debate. Tais instituições oferecem sentido às culturas locais do passado e do presente e abrem perspectivas de futuro. Por tudo isso, se reconhece que tanto o comportamento individual e as práticas do coletivo se manifestam na intencionalidade.

²⁰⁰ Referência a obra do historiador italiano Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

CAPÍTULO 2 – CAMPO MUSEAL NA CONJUNTURA REGIONAL E LOCAL

Os anseios particulares ou coletivos movem a necessidade de incorporar objetos em coleções, de acordo com os diversos caminhos do saber – seja o científico, religioso ou popular – em que os indivíduos trilham ao longo da vida. Estes mesmos indivíduos arrecadam objetos, cujo conhecimento adquirido lhes conferem funcionalidade, significados ou sentidos. Nesse sentido, compreende-se que “a funcionalidade é a faculdade de se ingressar em um conjunto. Para o objeto, é a possibilidade de ultrapassar precisamente sua ‘função’, para uma função segunda, de se tornar elemento de jogo, de combinação, de cálculo, em um sistema universal de signos”²⁰¹.

Historicamente, o Brasil vivenciou um período que representava a estruturação funcional da ideia de ‘Ordem e Progresso’, dos símbolos do republicanismo e da opinião de prosperidade que marcavam o imaginário da elite brasileira desde as primeiras décadas do século XX. É evidente que não era possível compará-lo a um país europeu, mas os ideais constitutivos da República modelavam a pátria tropical.

No campo das institucionalizações de equipamentos modernos, em especial os de cunho cultural, como é o caso dos museus, o entusiasmo do texto jornalístico da década de 1950 realçava este desígnio com a apresentação de número e exemplos:

funcionam, pelo Brasil a fora, 170 museus, dos mais diversos gêneros - de arte, história, ciência, economia, geografia, comércio, folclore, religião, além de ‘casas históricas’, ex-residências de famosas personalidades. Todos os estados oferecem um ou mais museus, sendo que a iniciativa privada coopera bastante. Um exemplo do belo movimento de expansão de museus, o do Ceará: Em Fortaleza o Museu Histórico do Estado, o Museu do Instituto Ceará, o Museu Rocha e o Museu do Estudante; em Barbalha, o Museu Arqueológico; em Caririaçu, o Museu Nogueira; em Joazeiro do Norte, o Museu Cívico Religioso Padre Cícero e o Museu Vilas Boas Portugal; em Sobral, o Museu Diocesano; e em Viçosa do Ceará, o Museu Adélia Beviláqua. Vê-se no exemplo do Ceará, a penetração do movimento pelo interior do estado, atingindo vários municípios. Assim está ocorrendo em outras unidades federativas, como Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nos demais, pelo menos a capital conta com algum²⁰².

²⁰¹ Jean Baudrillard, *Op. cit.*, 2019, p. 70.

²⁰² Celso Kelly, “Letras e Arte. Museus pelo Brasil... um movimento animador”, *A Noite*, ano 1956, Edição 15324, 26 de maio 1956, Rio de Janeiro, p. 2.

Pode-se afirmar que as instituições acima citadas surgiram em sintonia com o que vinha acontecendo no país, com espacial cooperação da “iniciativa privada”. Apesar das suas diferentes particularidades, esses museus foram criados para cumprir um papel político relevante na criação de memória e para as observações em História Natural, Etnologia, Antropologia e Arqueologia no Estado do Ceará e restantes entes federativos, institucionalizando algum ideal de cientificidade e objetividade na construção da memória nestas organizações pelo país.

2.1. Museus no Ceará

Desde pelo menos o final da década de 1990 do século XX a institucionalização da memória regional vem sendo debatida no Estado do Ceará por diferentes trabalhos e abordagens teóricas, em especial no campo da História. Como referências de pesquisa e análise, foram utilizadas nesse trabalho as investigações das gestoras em museus Márcia Rejane Bitu Moreno²⁰³ e Cristina Rodrigues Holanda²⁰⁴, da historiadora da arte, professora Carolina Ruoso²⁰⁵, do professor do departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), professor Francisco Régis Lopes Ramos²⁰⁶, dentre outras. Nessas pesquisas há um debruçar especial sobre o Museu Histórico do Ceará (MHC) e à frente da instituição a administração de Eusébio de Sousa, entre os anos de 1932 a 1942²⁰⁷.

Eusébio Néri Alves de Sousa (1883-1947) foi juiz, advogado, jornalista, historiador, teatrólogo e poeta. Nasceu na cidade de Recife, Estado do Pernambuco, em 14 de agosto de 1883. Era filho de José Néri Alves de Sousa, major do Exército, e de Maria Galdina Alves de Sousa, dona de casa. Graduou-se em 1907, na Faculdade de Direito do Recife e no ano seguinte partiu para o Ceará, onde exerceu a magistratura em vários municípios do interior, conciliando a sua atividade como as de jornalista, dramaturgo e historiador. Como juiz, percorreu vários

²⁰³ Márcia Rejane Bitu Moreno, *Museu do Ceará: relatos da administração de um bem cultural (1932-1998)*, Fortaleza, Monografia Especialização em Gestão Pública, Universidade Estadual do Ceará, 1998.

²⁰⁴ Cristina Rodrigues Holanda, *A construção do Templo da História. Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932 -1942)*, Fortaleza, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2004.

²⁰⁵ Carolina Ruoso, *Museu histórico e antropológico do Ceará (1971-1990): uma história do trabalho com a linguagem poética das coisas, objetos, diálogos e sonhos nos jogos de uma arena política*. Recife/PE, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

²⁰⁶ Francisco Régis Lopes Ramos, *A danação do objeto: o museu no ensino de história*, 1ª edição, Chapecó/SC, Argos, 2004; “Entre a poeira e o silêncio: sobre exposições e construções da memória no Museu do Ceará (1932-1997)”, *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, vol. 19, n.º 1, 2011a, p. 165 a 188.; “Objetos do caldeirão: museu, memória e cultura material (1936-1997)”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 24, n.º 48, 2011b, p. 366 a 384.

²⁰⁷ Cristina Rodrigues Holanda, *Op. cit.*, 2004, p. 13.

municípios cearenses – Icó, Quixeramobim, Assaré, Ipu, São Bernardo de Russas e Quixadá. Em 1927, mudou-se com a família do interior do Ceará para Fortaleza²⁰⁸.

O tópico que se segue centra-se no MHC e, em particular na gestão de Eusébio de Sousa, por este senhor ter aparentemente recebido influências declaradas de Gustavo Barroso²⁰⁹ e relações privilegiadas com D. José Tupinambá da Frota²¹⁰. O cearense Gustavo Barroso era intelectual respeitado em sua terra natal, “seus biógrafos assinalam o carisma, a capacidade de reunir em torno de si inúmeros adeptos para suas ideias”²¹¹. Barroso entendia-se como exemplo para os homens daquela terra, “como sucessor de fundadores da nacionalidade, [...] atribuía grande peso a origem e formação familiar na constituição de suas crenças”²¹². Os jornais dali anunciavam suas visitas ao Ceará com entusiasmo e com grande notoriedade:

Corre como verdadeira a notícia de que teremos para breve a visita ao nosso Estado do ilustre conterrâneo dr. Gustavo Barroso, ex-presidente da Academia Brasileira de Letras; diretor do Museu Histórico Nacional e redator-chefe da elegante revista semanal carioca – ‘Fonfon’. O ilustre filho do Ceará, imitando o chefe integralista sr. Plínio Salgado, virá - segundo dizem – pregar ao povo conterrâneo a doutrina dos camisa ‘verde-oliva’, ora em franco entusiasmo em todo território brasileiro. Gustavo Barroso, como Goering para o sr. Adolf Hitler, na Alemanha, é o braço direito da nova política nacionalista que empolga o mundo inteiro, da qual é chefe supremo em nosso país o jornalista e escritor Plínio Salgado. O Ceará inteiro irá, portanto, receber num dilúvio de entusiasmo, o seu grane filho, a mais lídima expressão da intelectualidade nacional. Gustavo Barroso depois de Clóvis Beviláqua é o maior cearense vivo. Homenageemos, pois, ao conterrâneo que nos honra lá fora. Sêde bemvindo! Um abraço fraternal!²¹³.

Oriundo de uma educação familiar católica, Barroso influenciava ainda mais por sua expressão instruída, intelectualizada. Já com uma vasta produção literária, “em 1923, ingressou na Academia Brasileira de Letras. Em 1933, aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fundada por Plínio Salgado, que, ainda nesse ano se transformou em partido político. Participou na conspiração e na insurreição integralista da 1938. Com a intensificação de manifestações de repúdio ao integralismo, em 1942, devido à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas, Barroso distanciou-se da política, passando a dedicar-se às atividades de escritor, intelectual e diretor do Museu Histórico Nacional”²¹⁴.

Homens intelectuais que se influenciam e se inspiram para a construção da identidade nacional, mesmo em contexto local, reproduziam ideais nacionalistas em comum. Considerado

²⁰⁸ *Idem*, p. 12.

²⁰⁹ *Idem*, p. 16.

²¹⁰ *Idem*, p. 62.

²¹¹ Regina Abreu, *Op. cit.*, 1996, p. 168.

²¹² *Idem*, p. 169.

²¹³ “Corre como verdadeira...”, *O Jornal*, ano II, n.º 48, 8 de dezembro de 1933, Sobral, p. 1.

²¹⁴ Regina Abreu, *Op. cit.*, 1996, p. 168.

pelos pares como um homem erudito no Ceará, Eusébio de Sousa colaborara para a consolidação de uma narrativa engrandecedora da entidade federativa, projetando o nome do Estado e fazendo-o incorporar na história do Brasil, como revela o primeiro diretor do Museu Histórico do Ceará na introdução de *Memória sobre o município de Quixadá* (1927), enxerto da passagem transcrita na investigação de Holanda: “[Esse texto] obedece ao plano que delineei, ocupando-me, particularmente, de cada município do Estado do Ceará, com o intuito patriótico de tornar conhecidas estas regiões, em seus mínimos detalhes, como já tive ocasião de fazer com os de Aracaty, Acaraú, Ipu, Quixeramobim, São Bernardo de Russas, União e Limoeiro, as três primeiras monographias aprovadas e inseridas nos respectivos Annaes, pelos V e VI Congressos Brasileiros de Geografia, reunidos na cidade de Salvador e Bello Horizonte (1916 e 1919) e as demais em publicações divulgadas no país”²¹⁵.

Pode-se compreender na escrita de Eusébio de Sousa que o seu interesse e “plano delineado” era mesmo o de acrescentar ao restante do país a memória de “cada município do Ceará”. Materializado pelo que chamou de “intuito patriótico”, ele procurou enfatizar o nome do Ceará como elemento constituinte da nacionalidade brasileira. Entendia que era preciso engrandecer o Estado por intermédio da construção da sua memória.

Na investigação de Moreno (1998), a autora descreve momentos que foram basilares para o surgimento do Museu Histórico do Ceará do seguinte modo: “uma das causas da criação do Museu Histórico do Ceará resultou da necessidade de Eusébio de Sousa de institucionalizar sua coleção particular, tornando-a componente de um museu oficial e ao mesmo tempo, da necessidade do governo Estadual de criar um lugar destinado às glórias do passado nacional e cearense”²¹⁶. Nesta passagem evidencia-se o interesse de um indivíduo na conversão da sua coleção privada em patrimônio público, uma manifestação coletiva de nova funcionalidade.

Como já foi apontado anteriormente, nas primeiras décadas do século XX surgiram e se desenvolveram diversas instituições de memória que evidenciam a história pátria, de acordo com o pensamento daquela altura. O Museu Histórico do Ceará surge como dependência ao Arquivo Público. O Governo do Estado informou que aquele equipamento

foi criado pela Lei 1.371, de 6 de setembro de 1916. No entanto, sua efetivação ocorreu junto com o Museu Histórico do Ceará (nome original) pelo Decreto n. 479, de 3/2/1932. As duas instituições foram regulamentadas pelo Decreto nº 643, de 20/6/1932, como parte da Secretaria dos Negócios do Interior e da Justiça. Enquanto o Arquivo era definido como o departamento que deveria se responsabilizar pela ‘aquisição, conservação e sistematização de documentos e papéis relativos à administração, história e geografia do Ceará’, o Museu deveria se encarregar de

²¹⁵ Eusébio de Sousa *apud* Cristina Rodrigues Holanda, *Op. cit.*, 2004, p. 18.

²¹⁶ Márcia Rejane Bitu Moreno, *Op. cit.*, 1998, p. 28.

‘recolher, classificar e expôr ao público objetos de importância histórica que evocassem factos da história nacional e do Estado, por meio de conferências, comemorações e publicações para o conhecimento da história pátria, especialmente do Ceará’²¹⁷.

Por sua vez, Eusébio de Sousa não foi o único interessado em doar a sua coleção para o proveito público. Ele liderou uma busca de objetos patrimoniais por todo o território cearense, bem como por outros estados brasileiros. Holanda afirma que, além das cartas remetidas expressamente a instituições e personalidades cearenses, outra forma utilizada para aliciar a sociedade na composição do acervo do MHC foi divulgar as solicitações do seu diretor nos jornais, gesto que impulsionou uma série de avultadas doações logo nos primeiros três anos da instituição, vinculadas, de algum modo, ao movimento de construção de uma memória oficial dos cearenses²¹⁸.

Os órgãos públicos cearenses eram influenciados pelos acontecimentos nacionais da capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, e o Museu Histórico do Ceará foi resultado de um fragmento do movimento preservacionista que acontecia nacionalmente. O MHC é um objeto de estudo adequado para analisar o impacto dessa transformação sociocultural. Ramos evidencia que, sob a orientação de Eusébio de Sousa, o acervo em formação reproduzia aquilo que, no entender do diretor, deveria ser guardado pelo Estado no intuito de construir uma memória e salvaguardar as “tradições”, “que podem estar tanto em confronto como em colaborações, seja com nacionalismo, regionalismo, romantismo, iluminismo ou sensibilidade antiquária”²¹⁹.

No propósito de localizar e angariar documentos e objetos considerados importantes para a constituição dos acervos do Arquivo Público e Museu Histórico do Ceará, Eusébio de Sousa procurou nomear “agentes auxiliares” para alguns municípios cearenses e, posteriormente, para os estados do Rio de Janeiro e da Paraíba. Holanda revela que as preferências nas indicações se repetiam, ao que dava primazia por juizes de direito e vigários de paróquia. Nas palavras de Eusébio, transcritas pela investigadora, a predileção seria “pela responsabilidade que tem em mãos, como depositários da maior soma de poder público em comarcas e paróquias”²²⁰.

Tanto o MHC e o Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), apesar de terem sido bem recebidos inicialmente pela população cearense, devido ao avultado número de doações

²¹⁷ Ceará, *Programação especial celebra 80 anos do Arquivo Público e Museu do Ceará*, em linha, atual. 2012, s/p.

²¹⁸ Cristina Rodrigues Holanda, *Op. cit.*, 2004, p. 64.

²¹⁹ Francisco Régis Lopes Ramos, *Op. cit.*, 2011, p. 167.

²²⁰ Eusébio de Sousa *apud* Cristina Rodrigues Holanda, *Op. cit.*, 2004, p. 65.

que chegavam nos primeiros três anos, Holanda indicou que houve um desinteresse gradativo da elite local para a manutenção das suas memórias num determinado espaço. Ademais, pode-se compreender como Eusébio de Sousa organizou e classificou os objetos que chegavam ao Museu Histórico do Ceará. As peças do MHC receberam etiquetas de identificação e foram registradas a partir de suas características funcionais e semelhanças materiais. Constituíram-se conjuntos de objetos separados em categorias – armaria, canhões, medalhas e moedas, pinturas, bustos, placas e louças utilitárias e decorativas – e, essas doações foram temas recorrentes nas revistas e jornais de Fortaleza, bem como tiveram divulgação no Diário Oficial do Estado do Ceará, pelo menos nos primeiros anos de constituição da organização. O moderno equipamento cultural parecia ter provocado alguma euforia no início com as arrecadações, contudo, aos poucos, foi esmorecendo. Não se observava grande elã histórico ou cronológico entre as peças que compunham os conjuntos dos objetos²²¹.

Eusébio de Sousa direcionava pedidos específicos a certas personalidades e autoridades quanto identificava a função do objeto para o museu. Na edição de 31 de outubro de 1933, o jornal *O Combate*²²² informou os leitores do referido periódico de uma troca de ofícios entre o diretor do Arquivo Público do Ceará e o bispo de Sobral sobre uma pretendida aquisição que, assim como naquela cálida manhã de outubro, deve ter aquecido a cabeça do bispo. Tratava-se da cadeira que julgavam ser objeto pessoal do padre Antônio Vieira, conhecido religioso da Companhia de Jesus que estivera no Ceará no século XVIII. O jornalista salienta que, pela “elevação de vistas”, percebe-se o interesse e a admiração com que foi tratado o assunto pelas duas personalidades, civil e eclesiástica. Entretanto, em sua resposta ao pedido, não seria possível entregar o referido objeto porque fazia parte do conjunto de bens pertencentes a paróquia de Viçosa e, se fosse para sair daquele local de guarda, deveria seguir para o Museu Diocesano impulsionado pelo bispo sobralense. O ano do ocorrido foi o de 1932 e, oficialmente, o Museu Diocesano de Sobral só seria constituído em 1951. A partir dessas narrativas pode-se concluir que, naquela época, já fazia parte da experiência do bispo a angariação de um relevante conjunto de objetos que seriam componentes de um acervo, visto que foi considerado museu pelo vigário viçosense.

O MHC passou por algumas sedes ao longo de sua existência, além da constante mudança de diretores depois da saída de Eusébio de Castro em 1942, e isso potencializou o

²²¹ Cristina Rodrigues Holanda, *Op. cit.*, 2004, p. 162.

²²² “Onde se sentou um dos maiores cultores da língua portuguesa – O Museu Histórico do Ceará pleiteia a secular cadeira do padre Antônio Vieira”, *O Combate*, ano 1933, edição 02384, 31 de outubro de 1933, São Luís, p.4. Outros jornais também reproduziram anteriormente a querela da cadeira de padre Antônio Vieira, como salientaremos, mais a frente, no Capítulo 3.

descaso e a desorganização do acervo e das exposições ao longo das suas primeiras décadas de existência²²³.

Com o intuito de salvá-lo, ao que parece ter sido “muito mais uma questão de administração, de necessidade, do que de ordem intelectual ou científica”²²⁴, celebrou-se, em 1951, um convénio entre o Governo do Estado e o Instituto do Ceará, conforme disposto na Lei Estadual n.º 115, de 23 de outubro de 1951, que celebrava a administração do museu pelo Instituto pelo prazo de 20 anos. Foi reaberto ao público depois de uma remodelação com o carácter de museu regional, sob a direção de Raimundo Girão.

Quando o Instituto do Ceará se mudou para uma sede própria, na Avenida Visconde de Cauípe, 2431 (hoje Avenida da Universidade), em Benfica (Fortaleza), o MHC foi instalado no rés-do-chão do mesmo edifício e reaberto ao público em 1957, tendo naquele ano alcançado 1180 visitantes²²⁵. Seu acervo dividia-se em coleções de História, com 3 salas: “1) da Cidade (116 peças) [Figura 3]; 2) Eusébio de Souza (736 peças) e 3) General Tibúrcio (20 peças). A Divisão Antropológica compreende as salas: 1) do Índio (1.163 peças) [Figura 4]; 2) do Sertão (400 peças)”²²⁶, sem contar que “No depósito há numerosas peças não catalogadas”. Funcionava com uma equipa reduzida que compreendia o diretor, uma conservadora, uma secretária e um porteiro, pagos com uma subvenção anual do Estado do Ceará no valor de Cr\$ 80 000,00 (oitenta mil cruzeiros)²²⁷.

²²³ Ana Amélia Rodrigues de Oliveira, *Juntar, separar, mostrar - memória e escrita da história no Museu do Ceará (1932 - 1976)*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará, 2008, p. 21 a 23.

²²⁴ *Idem*, p. 24.

²²⁵ Guy de Hollanda, *Op. Cit.*, 1958, p. 81 e 82.

²²⁶ *Ibidem*.

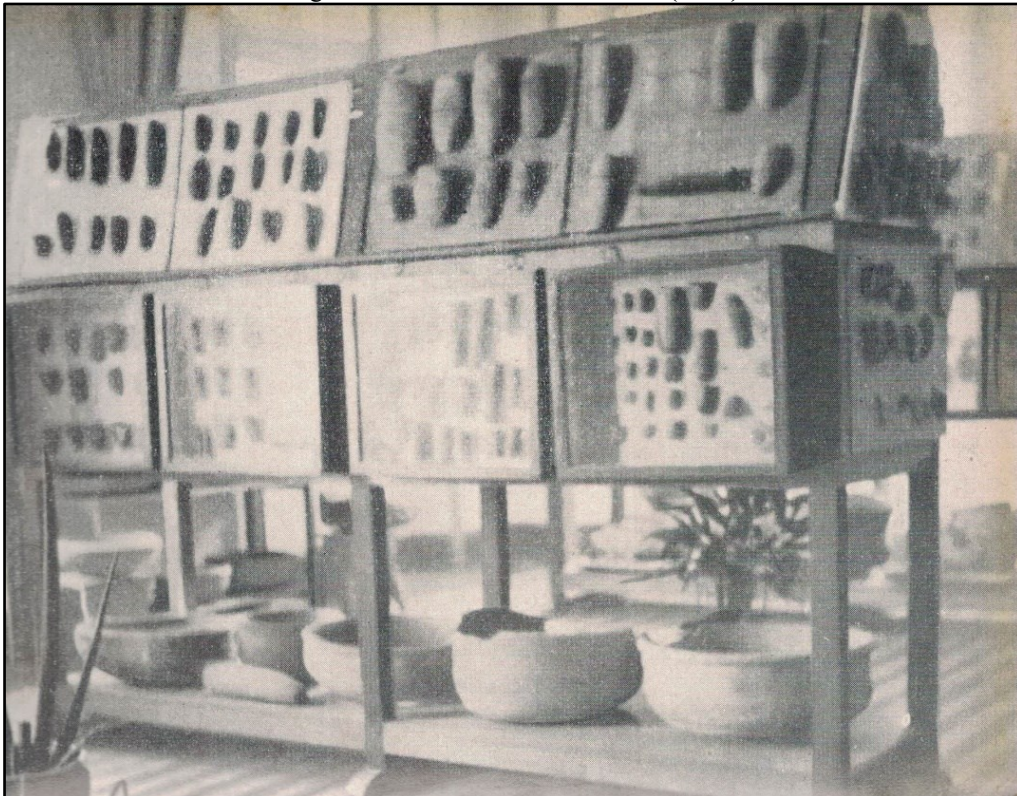
²²⁷ *Ibidem*.

Figura 3 – Sala da Cidade no MHC (1957)



Fonte: Guy de Hollanda, *Op. Cit.*, 1958, p. 81-82.

Figura 4 – Sala do Índio no MHC (1957)



Fonte: Guy de Hollanda, *Op. Cit.*, 1958, p. 81-82.

É relevante salientar que, ainda em 1919, a educadora Henriqueta Galeno (1887-1964) inaugurou o Salão Juvenal Galeno, em homenagem a seu pai, o poeta que deu nome ao

estabelecimento²²⁸. Na residência da família, à rua General Sampaio, n.º 1128, no centro da capital alencarina, funcionou uma espécie de sala-museu, espaço frequentado por aqueles que buscavam nutrir-se de literatura e das artes. A educadora dirigiu durante toda a sua vida o espaço, que em 1936 passou a compreender toda a casa, convertendo-se em Casa de Juvenal Galeno, uma casa-museu, tipologia museológica que também será abordada no próximo tópico. A instituição abriga um acervo bibliográfico valioso composto pela biblioteca de Juvenal Galeno e um expressivo conjunto doado por Mozart Monteiro, totalizando cerca de 18 000 volumes. O edifício comporta ainda três auditórios, dois salões e outros compartimentos que possibilitam atividades culturais diversas²²⁹.

Nas suas instalações, durante o período áureo da Casa nas décadas de 1930 e 1940, ocorreram sessões de saraus literários que animaram a vida cultural da capital cearense, recebendo prestigiados nomes como “Leonardo Mota, Quintino Cunha, Jader de Carvalho, Patativa do Assaré, Rachel de Queiroz, Fernandes Távora, Raimundo Girão, Moreira Campos, Mozart Soriano Albuquerque entre tantos outros”²³⁰. A Casa de Juvenal Galeno teve o tombamento aprovado pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará (COEPA) a 21 de setembro de 2016²³¹ e hoje é um importante centro cultural, congregando várias entidades²³².

Os factos acima narram os ideais de constituição das primeiras instituições museológicas em solo cearense ainda nas iniciais décadas do século XX. Conforme dados obtidos na plataforma em linha do Governo Federal brasileiro, *Museusbr – Cadastro Nacional de Museus*, o Ceará possui atualmente 170 museus registrados e verificados, distribuídos por todo o Estado (**Figura 5**)²³³.

²²⁸ Atende-se a Lia Machado Fiuza Fialho & Évila Cristina Vasconcelos de Sá, “Educadora Henriqueta Galeno: Trajetória De Uma Literata Feminista (1887-1964)”, *História da Educação*, vol. 22, n.º 55, 2018, p. 171.

²²⁹ Antônio Santiago Galeno Júnior, *Casa Juvenal Galeno*, em linha, atual, 2019, s/p.

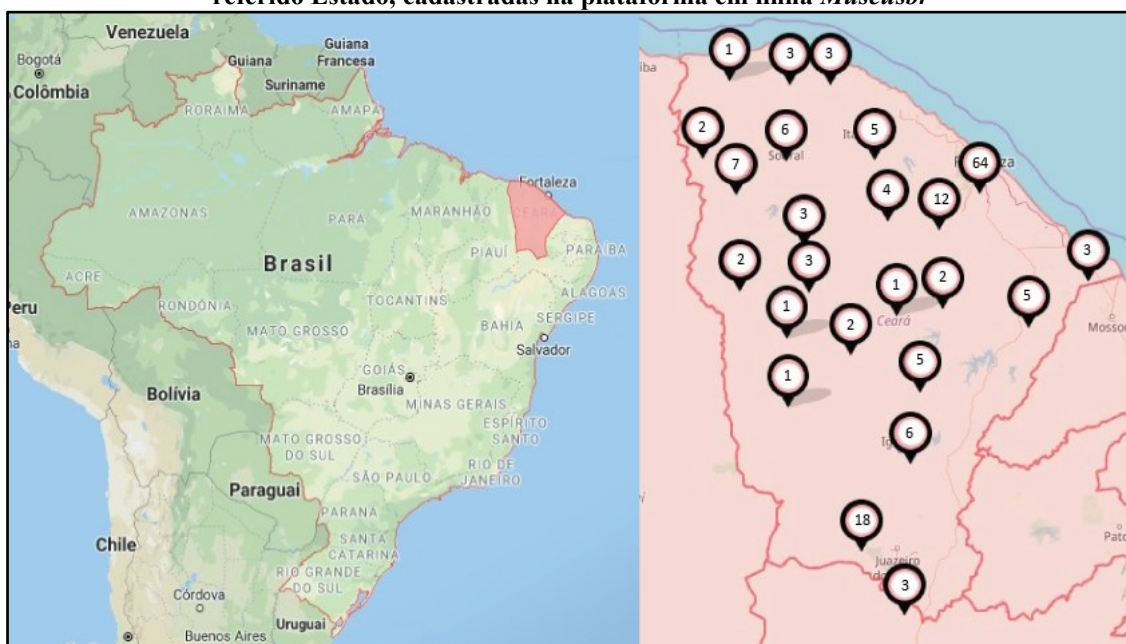
²³⁰ Atende-se a Ceará, *Casa de Juvenal Galeno*, em linha, atual, 3 de jan. de 2013, s/p.

²³¹ “Casa de Juvenal Galeno é tombada”, *Diário do Nordeste*, Metro, 22 de setembro de 2016, em linha, atual, 2016, s/p.

²³² “A Casa de Juvenal Galeno é hoje um dos maiores centros da cultura cearense, congregando várias entidades: Academia Juvenal Galeno de Cultura – AJUGALC; Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno; Academia Feminina de Letras do Ceará- Afelce; Oficina de Canto Lírico e Popular Alvarus Moreno; Comissão Cearense de Folclore; Associação Cearense de Escritores- ACE; Centro Cultural dos Cordelistas – CECORDEL; Cooperativa de Cultura do Ceará – COOPECULTURA; Associação de Ouvintes de Rádio – AOUVIR; Associação dos Proprietários, Artistas e Escolas de Circo do Ceará – APAE-CE; Associação Solidária Internacional – A.SIN; Núcleo de Amigos dos Mágicos do Ceará – NUAMAC” (Ceará, *Op. Cit.*, 3 de jan. de 2013, s/p).

²³³ Brasil, *Museusbr - Cadastro Nacional de Museus*, em linha, atual, 2017, s/p. Última consulta em 25 de outubro de 2021.

Figura 5 – Mapa do Brasil e do Ceará contendo indicações de Museus e instituições de memória do referido Estado, cadastradas na plataforma em linha *Museusbr*



Fonte: Mapas do GoogleMaps e *Museusbr*, montagem do autor.

Destaque-se que o Ceará viu emergir “comunidades que se reivindicam como etnias indígenas e se mobilizam por reconhecimento público e, conseqüentemente, pelos direitos sociais adquiridos a partir da Constituição de 1988, principalmente no que se refere ao acesso à terra”²³⁴. Uma dessas comunidades deu origem ao primeiro museu indígena em 1995 por iniciativa pessoal do Cacique Sotero, do povo Kanindé de Aratuba. O Museu Indígena Kanindé (MK) teve o acervo²³⁵ composto a partir do ato colecionista do cacique de guardar “objetos que fizessem referência aos seus antepassados, seus costumes e modos de vida”²³⁶. Similarmente surgiram outras iniciativas como “o Memorial Cacique Perna-de-Pau, construído pelos Tapeba,

²³⁴ Atende-se a Alexandre Oliveira Gomes, João Paulo Vieira Neto, *Museus e Memória Indígena no Ceará: uma proposta em construção*, SECULT, Fortaleza, 2009, p. 23. “Com a mobilização política inicial dos Tapeba (Caucaia) e dos Tremembé de Almofala (Itarema) e dos Pitaguary (Maracanaú) e Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), posteriormente, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) passou a reconhecer a presença indígena no Ceará. Hoje, assistimos a uma crescente organização étnica no Estado, onde o processo de etnogênese atinge diversas populações no interior, somando treze etnônimos e mais de 20 comunidades étnicas diferentes” (*Idem*, p. 23-24).

²³⁵ Segundo informações de Alexandre Vieira Gomes, “O acervo começou a ser coletado antes, mas foi principalmente após 1995, os primeiros anos de mobilização étnica, que foi se avolumando com mais rapidez, como vestígio desse processo. Compreendemos a constituição deste acervo como parte do processo de mobilização por reconhecimento. Foram se acumulando objetos representativos das vivências em um presente indígena (participação em atos, reuniões, viagens, materiais de eventos e mobilizações, objetos rituais, adornos corporais, jornais, fotografias etc.) e das investigações documentais que começaram a fazer, das seleções e descartes, das apropriações e invenções, das ações voltadas para a construção de um passado no qual falam dos ancestrais, de as suas migrações e territorialização, resistência e sofrimento, perseguições e lutas para manter a posse das terras” (*apud* Suzenilson da Silva Santos, “Museu Kanindé: Fórum de Conhecimentos à Ancestralidade Indígena”, *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 10, n.º 19, Jan./Jun. de 2021, p. 55).

²³⁶ *Ibidem*.

em Caucaia, no ano de 2005; a Oca da Memória, organizada pelos Kalabaça e Tabajara, em Poranga, em meados de 2008 [...]. Existem ainda três centros culturais de outros grupos: a Abanaroca (Casa do Índio) dos Potyguara/Gavião/Tabajara/Tubiba-Tapuia, em Monsenhor Tabosa; a Casa de Apoio dos Pitaguary, em Monguba (Pacatuba); e a primeira sede da Escola Maria Venância, em Almofala (Itarema)”²³⁷, sendo espaços autogeridos de acordo com as especificidades de cada povo.

Em meados de 2011, pela articulação de “cerca de trinta coletividades, entre indígenas, assentados, pescadores, profissionais, estudantes e ambientalistas”²³⁸, oriundos de várias regiões do Estado, nasceu a Rede Cearense de Museus Comunitário (RCMC), uma iniciativa que pretendeu partilhar entre os membros os “processos envolvidos com a criação/gestão e os desafios do exercício museológico sociocomunitário, a maior parte das vezes sem nenhum aparato técnico especializado, mas traduzindo para cada realidade um método próprio para trabalhar com memória e patrimônio a serviço do desenvolvimento social local”²³⁹. A articulação da RCMC foi mobilizada pelo “Projeto Historiando”, um grupo de profissionais da História atuante junto às comunidades desde 2002, que propuseram linhas investigativas que partiam “da memória local para o (re)conhecimento da história social e do patrimônio cultural, desenvolvendo ao longo de suas experiências diversificados procedimentos metodológicos visando construir o protagonismo de grupos comunitários na salvaguarda e comunicação de suas referências culturais, por meio de oficinas/cursos de pesquisa em história local e inventários participativos, organizando exposições museológicas e mobilizando grupos para as demandas do patrimônio”²⁴⁰.

De facto, é concebível admitir uma interpretação previsível de como aconteceram essas circunstâncias. Sugere-se que o Governo do Estado do Ceará em 2007, sob a administração de Cid Ferreira Gomes (2007-2015), por ação da pasta da Secretaria de Cultura (SECULT), “promoveu a Constituinte Cultural, um modelo de consulta pública que procurou revisar o capítulo VIII da Constituição do Ceará, dedicado à cultura, mas também elaborar o Plano Plurianual da Política Cultural, que estabelece as diretrizes para o Plano Estadual da Cultura, executado anualmente pela SECULT”²⁴¹. Tal facto mobilizou as comunidades para o

²³⁷ Alexandre Oliveira Gomes, João Paulo Vieira Neto, *Op. Cit.*, 2009, p. 19.

²³⁸ Atende-se a Alexandre Gomes, João Paulo Vieira, “A rede cearense de museus comunitários: processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo”, *Revista Cadernos do Ceom*, ano 27, n.º 41, 2014, p. 401.

²³⁹ *Ibidem*.

²⁴⁰ *Idem*, p. 395.

²⁴¹ Alexandre Oliveira Gomes, João Paulo Vieira Neto, *Op. Cit.*, 2009, p. 207.

fortalecimento dos lugares de memória que já existiam e pela criação de museus comunitários nas localidades onde não houvesse ainda equipamentos culturais deste cariz.

As ações do poder público estatal foram articuladas no “Projeto Emergência Étnica”, que paulatinamente foi se ampliando, na medida em que a SECULT possuía interesse em criar também um memorial para as culturas Quilombolas do Estado e a então administração municipal de Fortaleza manifestou a intenção de criar um memorial afro-cearense, por meio da Coordenação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (COPPIR). O Governo do Estado promoveu, nos dias 15, 16 e 17 de maio de 2009, a realização do seminário “Emergência étnica: índios, negros e quilombolas construindo seus lugares de memória no Ceará”, que produziu diversos documentos que serviriam de base para ações e políticas públicas com foco na memória, no património e nos museus do povo cearense²⁴².

Acreditava-se que o resultado do desenvolvimento dessas ações e políticas públicas fossem um facilitador para a constituição de espaços de memória de grupos socialmente esquecidos. Porém, como se sabe, não excluía a possibilidade de abandono do apoio nas gestões públicas seguintes, ainda que fossem oriundas do mesmo grupo político. Mesmo depois de uma década, a luta por espaços de memória que tratem as questões afro centradas no território cearense e o apoio às iniciativas comunitárias de outros grupos sociais ostracizados ainda estão no campo das ideias. A pergunta que se deixa para o futuro responder é saber quando serão efetivadas.

2.2. Museus em Sobral: discussão prévia

O surgimento da instituição museal em Sobral ocorreu por obra do bispo que inaugurou a Diocese da cidade, D. José Tupinambá da Frota (1882-1959), com a exposição de sua coleção particular para alguns seletos convidados em ocasiões muito especiais, sendo registado como instituição *a posteriori*, nos anos 1950 e com a abertura pública para a visita aos acervos constituídos em outra inauguração na década de 1970. Todavia, como apresentado no tópico a respeito dos museus no Ceará, décadas antes da inauguração do museu de D. José, o bispo sobralense já se encontrava a colecionar objetos que, para ele, seriam considerados de inestimável valor e muito úteis para engrandecer a sua coleção.

Entretanto, é indispensável apontar que, apenas depois de quase meio século, surgiram em Sobral (Ceará) outros modernos estabelecimentos culturais referentes ao campo patrimonial e, na maioria dos casos, já não foi o interesse privado, mas os novos equipamentos foram

²⁴² *Idem*, p. 207-211.

constituídos por iniciativa do poder público. A Prefeitura Municipal de Sobral (PMS) inaugurou o Museu do Eclipse (1999), o Museu Madi Sobral (2005) e a Casa do Capitão-Mor José de Xerez Fuma Uchoa (2007)²⁴³, as mais novas instituições de memória da cidade.

Outra questão pertinente reside na análise da tipologia aplicada a cada uma delas. Apesar de constarem cadastradas na plataforma do IBRAM – *museus.cultura.gov.br* – enquanto espaços museológicos, considera-se que nem todas podem evocar o estatuto de museu, nomeadamente no que cabe à sua definição e classificação tipológica, o que acaba por estimular neste tópico uma análise conjetural complexa. A problemática da classificação talvez se reflita na ampla definição de museu pela lei brasileira pois, conforme indicado na Lei n.º 11 904, de 14 de janeiro de 2009, “Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. [...] Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades”²⁴⁴.

Portanto, do ponto de vista jurídico, mesmo com esta definição tão vasta que apresenta o Estatuto de Museus no Brasil, as instituições sobralenses não se enquadrariam de todo no que a norma considera um museu, devido a ausência de um ou outro predicado destes apontados, não cumpririam a sua função. Ao comparar a lei brasileira com a Lei-quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto – percebe-se em ambos diplomas legais funções semelhantes às instituições museológicas, entretanto, o diploma lusitano traz a categorização de coleção visitável. Em Portugal, considera-se coleção visitável o acervo de bens culturais que estão sob a guarda e preservação de uma pessoa jurídica ou física, pública ou privada, publicamente exibido em instalações especialmente afetas a esse fim, mas que não reúna os

²⁴³ Suas datas de inauguração podem ser verificadas em jornais de circulação no Estado do Ceará ou por consulta aos boletins e informações oficiais publicadas pela Prefeitura Municipal de Sobral. Para os dois tipos de fonte buscou-se versões impressas e em linha, tendo em vista que nenhum dos equipamentos possui dispositivo legal de institucionalização, o que talvez poderá fragilizar a sua permanência ao longo do tempo, uma vez que, no Brasil, as políticas de incentivo à cultura são implementadas por gestões governamentais e não pelo Estado. “Sobral comemora 234 anos de emancipação”, *Diário do Nordeste*, Região, 04 de julho de 2007, em linha, atual, 2007, s/p; “Sobral terá primeiro planetário do Interior”, *Diário do Nordeste*, Região, 21 de fevereiro de 2015, em linha, atual, 2015, s/p; Prefeitura Municipal Sobral, *Casa do Patrimônio. Casa do Capitão-Mor José de Xerez Fuma Uchoa*, em linha, atual, 2014, s/p; *Museu Público. Parque da Luz. Museu do Eclipse*, em linha, atual, 2015, p. s/p; *Museu Público. Museu Madi Sobral*, em linha, atual, 2017, s/p.

²⁴⁴ Brasil, *Lei n.º 11 904*, em linha, atual, 2009, s/p.

meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a lei estabelece para o museu²⁴⁵.

Seguindo o raciocínio a respeito da tipologia dos equipamentos sobralenses e ainda em sintonia com as definições utilizadas em Portugal, existe também a categoria dos centros de interpretação ou centros interpretativos. Segundo Garrido e Sánchez (2015), não existe uma norma geral classificatória deste tipo de centro, pois eles funcionam como híbridos entre os museus convencionais e equipamentos culturais, baseando-se no conceito estadunidense de *visitor's center*²⁴⁶. Em sùmula, os centros de interpretação se configuram como equipamentos públicos ou privados com o propósito final de interpretação, conscientização e disseminação de um conjunto patrimonial, definido em sua perspectiva mais integral, podendo abranger aspetos naturais, históricos, culturais e etnográficos. Devem ainda dedicar-se a um tema monográfico apresentado numa perspectiva cultural integrativa e estar inseridos no contexto geográfico onde está localizado o interesse patrimonial interpretado²⁴⁷. Logo, pode-se enquadrar como centro interpretativo o Museu do Eclipse, espaço cultural erigido na Praça do Patrocínio, local onde foi verificada a observação do Eclipse Solar em 1919, por expedição científica estrangeira e brasileira para que se pudesse comprovar a Teoria da Relatividade. Isto, por se tratar de um tema específico, e que o equipamento não tem a finalidade de conservação de objetos originais, mas se destaca pela estratégia de proporcionar uma mensagem de comunicação e interpretação dos valores culturais e históricos.

As casas-museu são outra categoria classificatória de tipologia museológica utilizada em Portugal e que acabam, também, repercutindo em solo brasileiro. António Ponte (2007) considera muitos factores para definir ao que chama de casa-museu ou museu casa ou casa histórica, dentre eles, “a ligação entre o contentor (casa) e o conteúdo (objectos e vivência)”²⁴⁸. Assim, os seus objetos em exposição ampliam a sua relevância por fazerem parte de um conjunto e a sua ligação com aqueles que viveram na casa, criando uma “simbiose” que se transforma em registo, e permitindo que a partir da sua interpretação sejam produzidos conteúdos informativos específicos. Esse conhecimento deverá ser transmitido a todos os visitantes da instituição museológica²⁴⁹. Considera-se, portanto, a Casa do Capitão-Mor José de

²⁴⁵ Portugal, Lei n.º 47, em linha, atual, 2004, p. 5379-5378.

²⁴⁶ Atende-se a Manuel Arcila Garrido & José Antonio López Sánchez, “Los centros de interpretación como motor de desarrollo turístico local, ¿un modelo fracasado? El caso de la provincia de Cádiz”, *Boletín de La Asociación de Geógrafos Españoles*, n.º 67, p. 145.

²⁴⁷ *Idem*, p. 148.

²⁴⁸ António Manuel Torres da Ponte, *Casas-Museu em Portugal: Teorias e Práticas*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2007, p. 52.

²⁴⁹ *Idem*, p. 52-53.

Xerez Furna Uchoa um exemplo museológico de casa-museu de interesse histórico local, tendo em vista que o seu acervo é composto de objetos de diferentes períodos – registos arqueológicos que compreendem desde a ocupação colonial até a contemporaneidade –, tendo o imóvel passado por diversas utilizações, como se demonstrará a seguir.

Nesse sentido, pode-se afirmar que nem tudo que é considerado museu detém um caráter museal efetivo e funcional. De facto, alguns equipamentos culturais de difusão do património são, efetivamente, coleções visitáveis, centros de interpretação, casas-museu, pinacotecas, etc., conquanto não exista propriamente um consenso universal e estabelecido a respeito duma taxonomia museológica. O que se propõe, nesse exercício, é uma possibilidade de relacioná-los com a configuração que eles se apresentam ao público por meio de distintas organizações e estilos de narrativas.

O museu de D. José levantou-se como a primeira instituição do género em Sobral, sendo este um facto inegável e comprovado nos documentos, apesar de ter havido uma malograda tentativa anterior. Todavia, também é importante perceber como se articulou o aparecimento de novos lugares de memória em Sobral depois de décadas de existência do primeiro espaço museal, o que de alguma forma contribuiu com a sua permanência. Para isso considera-se o assinalado por Luiz César de Queiroz Ribeiro, quando apontou que “A historicidade de uma sociedade é definida por um modelo cultural e por relações de classes. É o modelo cultural o mecanismo de legitimação do conjunto de orientações, valores e signos sociais que definem os padrões de organização, repartição e consumo. As classes sociais se relacionam através desse modelo”²⁵⁰. Portanto, a permanência do MDJ foi fortalecida com o alinhamento das novas instituições ao “modelo cultural” e “relações de classe” existentes.

Em cada um dos casos, todos os outros equipamentos culturais contemporâneos, relativos ao campo patrimonial, ergueram-se a partir dos anos finais da década de 1990. Os novos espaços de memória surgiram por interesse de um grupo político que assumiu a gestão pública da cidade e se manteve na sequência dos gestores seguintes, aliados ao ideal de legitimação dos símbolos patrimoniais sobralenses. O projeto de modernização da cultura memorialística de Sobral foi delineado segundo o incremento de políticas públicas específicas que surgiram no Estado do Ceará e no país, e não por um mero interesse ocasional.

²⁵⁰ Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, *A cidade, as classes e a política: uma nova questão urbana brasileira?*, em OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.), *Cidade: História e desafios*, em linha, 1.ª edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, p. 89.

O movimento concernente à preservação patrimonial em Sobral iniciou com o processo do “Solar dos Figueiredo”²⁵¹. O edifício teve o seu interior demolido quase que por completo pelo então proprietário e, com a resposta de uma ação cautelar protocolada em abril de 1990²⁵², convertida posteriormente em ação popular, a 4.^a Vara da Comarca de Sobral embargou a destruição do casarão oitocentista por intermédio daquela iniciativa de alguns vereadores, advogados, arquitetos e historiadores da cidade, que colocaram em questão a destruição do Solar dos Figueiredo em 1995²⁵³. O advogado da ação foi José Clodoveu Arruda Coelho Neto, personagem que nos anos seguintes assumiu o cargo de secretário de Cultura de Sobral, elegeu-se vice-prefeito e prefeito.

A ação provocou o poder público municipal, por meio da Câmara, ainda na gestão do ex-prefeito Aldenor Façanha Júnior, a aprovar a Lei n.º 19/95 de 7 de agosto de 1995. O referido diploma dispôs sobre o tombamento e preservação do património cultural, histórico, artístico e paisagístico localizado no território do município de Sobral. Entretanto, o imóvel em questão, o Solar dos Figueiredo, não figurou entre os “monumentos públicos e particulares” que seriam atingidos pela lei: “Art. 4º - Consideram-se tombados por esta Lei, os seguintes monumentos públicos e particulares do município de Sobral: Teatro São João, Arco Nossa Senhora de Fátima, Museu Dom José, Catedral da Sé, Igreja do Rosário, Igreja Menino Deus, Igreja São Francisco, Igreja do Patrocínio, Abrigo Coração de Jesus, Conjunto arquitetónico da Universidade estadual Vale do Acaraú – Campus Betânia – Seminário São José e Colégio Sant’Ana”²⁵⁴.

O suprarreferido grupo além da mobilização inicial, para travar a completa demolição do Solar dos Figueiredo, também apoiou a candidatura do ex-prefeito Cid Ferreira Gomes, que assumiu o executivo municipal por dois mandatos, de 1997 a 2004²⁵⁵. A medida foi apontada pela socióloga professora Diocleide Lima Ferreira como o marco que inauguraria a preparação

²⁵¹ Apesar de não se tratar de um museu, a Casa de Cultura representou um marco para a questão patrimonial no município de Sobral. A história do edifício não começa no século XX, mas sim com a construção do prédio ainda na primeira metade do século XIX pelo Padre Francisco Jorge de Souza e, após a morte do vigário (1866), o edifício passou para um novo dono ao ser adquirido pela família do senador do Império, Francisco de Paula Pessoa (1795-1879). O imóvel se integrou na herança da filha Antônia Geracina de Paula Pessoa (1832-1907) que se casou com José Antônio de Figueiredo (1823-1876), numa agregação familiar que originou o tronco Paula Pessoa Figueiredo. Atende-se a Fortunato Alves Linhares, *Notas Históricas da Cidade de Sobral*, Sobral, Academia Sobralense de Estudos e Letras, 1945, p. 70; As datas estão disponíveis na pesquisa genealógica elaboradas pelo descendente da família, Daniel Caetano de Figueiredo, *Camocim, Pesquisas Genealógicas, História, Estórias & Outros Assuntos*, em linha, atual, 2010, s/p.

²⁵² Informação que consta na fonte da busca ao processo pelos termos do nome do advogado, processo físico de número 2755-42.2000.8.06.0167/0, protocolado em 19 de abril de 1990, tendo como requerente Francisco Edilson Ponte Aragão, consultado no sítio em linha do Tribunal de Justiça do Ceará, *Sistema de Consulta Processual Unificada – SCPU*, em linha, atual, 2020, s/p.

²⁵³ Luciana de Moura Ferreira, *Memória Social e Imaginário e Representação no álbum do Centenário de Sobral – 1941*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2010, p. 91.

²⁵⁴ Prefeitura Municipal de Sobral, *Lei n.º 019/95-AFJ*, Sobral, Câmara Municipal de Sobral, 1995, p. 2.

²⁵⁵ Conforme Edvanir Maia da Silveira, *Op. cit.*, 2013, p. 25.

do discurso de preservação do patrimônio histórico sobralense e das ações de requalificação da cidade ²⁵⁶. Entretanto, como foi apontado, outras ações já vinham movimentando o campo do poder público e a opinião pública a respeito desta matéria.

No início das gestões de Cid Gomes usou-se no primeiro mandato o lema “Sobral no Rumo Certo”²⁵⁷, e a sequência dos outros gestores (**Tabela 6**), seus aliados políticos, iniciaram e seguiram em suas governanças municipais a época de “recuperação da cidade pela via da Cultura”²⁵⁸. Eles avançavam numa “estratégia de utilização da imagem da cidade reunificada como vantagem competitiva na atração dos fluxos globais do capital”²⁵⁹. As suas gestões tiveram como pilar basilar a recuperação de uma memória pujante e aristocrática cidadina de outrora, enquanto embelezavam a cidade com obras de transformação e recuperação de antigos edifícios, construindo ainda novos espaços públicos.

Tabela 6 – Lista de prefeitos de Sobral: de 1997 até à atualidade

Prefeito	Partido	Ano inicial	Ano final	Nota
Cid Ferreira Gomes	PSDB	1997	2000	1ª gestão
	PPS	2001	2004	reeleito
Leônidas Cristino	PPS	2005	2008	1ª gestão
	PSB	2009	2010	reeleito e renunciou
José Clodoveu de Arruda Coelho Neto	PT	2011	2012	vice-prefeito que assumiu
		2013	2016	2ª gestão
Ivo Ferreira Gomes	PDT	2017	2020	1ª gestão
		2021	-	reeleito

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

O advogado sobralense Clodoveu de Arruda, conhecido igualmente como Veveu, assumiu a pasta da Secretaria de Cultura, Desporto e Mobilização Social na administração “Sobral no Rumo Certo” naquele ano de 1997. Pela análise ao seu artigo “Sobral: Patrimônio Histórico-Cultural Nacional” (2000), identificam-se as medidas que foram tomadas naqueles anos iniciais da gestão Cid Gomes: “apresentou aos diferentes setores sociais do município um Plano Cultural. Um plano que compreendia um levantamento aprofundado da situação do patrimônio histórico-cultural local e as medidas necessárias para sua recuperação e devida

²⁵⁶ Diocleide Lima Ferreira, *A (re)invenção de uma cidade: Cid marketing e a requalificação urbana em Sobral-CE*, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2013, p. 91.

²⁵⁷ José Clodoveu de Arruda Coelho Neto, “Sobral: Patrimônio Histórico-Cultural Nacional”, *SANARE – Políticas Públicas construindo Município Saudável*, vol. 2, n.º 3, 2000, p. 43.

²⁵⁸ Expressão muito utilizada pelo ex-prefeito Cid Gomes em seus discursos pós-tombamento do centro histórico, conforme indica, em sua tese de doutoramento, Romeu Duarte Júnior, *Sítios Históricos Brasileiros: Monumento, documento, empreendimento e instrumento - O Caso de Sobral*, Tese de doutorado, FAUUSP, Universidade de São Paulo, 2012, p. 363.

²⁵⁹ Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, *Op. cit.*, 2002, p. 86.

preservação; um diagnóstico das diferentes expressões populares, culturais e artísticas existentes, o que inclui os grupos que as articulavam, e as ações propostas para apoiar e ampliar tais manifestações; uma análise sobre os parceiros que possibilitariam a implantação e implementação dos diferentes projetos culturais traçados; entre outros aspetos”²⁶⁰.

O solar dos Figueiredo Paula Pessoa fazia parte daquele “Plano Cultural”. A intervenção no edifício foi pensada e deu preparação aos novos gestores para intervirem no património histórico municipal. No artigo “O financiamento à cultura no Brasil: o caso do Ceará nos governos Cid Gomes (2007-2014)” (2017), os pesquisadores Alexandre Barbalho, Ivete Maurício de Lima e Jacqueline Franco, apontam que no Estado do Ceará, desde anos anteriores, os governos de Tasso Jereissati (1987-1990; 1995-1998 e 1999-2002) e de Ciro Gomes (1991-1994) “representaram a ascensão ao poder estadual de uma nova geração política, autodenominada Geração das Mudanças, fortemente vinculada ao segmento empresarial”²⁶¹. Os autores lembram ainda que, no campo da Cultura, o estímulo se deu por incentivo fiscal a empresas privadas. O prédio em Sobral passou por um processo de recuperação e remodelação em 1997, resultado de financiamento promovido pela Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Ceará²⁶² (**Figura 6**). O imóvel adaptado, depois de inaugurado, passou a se chamar Casa da Cultura de Sobral²⁶³.

²⁶⁰ José Clodoveu de Arruda Coelho Neto, *Op. cit.*, 2000, p. 43.

²⁶¹ Alexandre Barbalho, Ivete Maurício de Lima & Jacqueline Franco, “O financiamento à cultura no Brasil: o caso do Ceará nos governos Cid Gomes (2007-2014)”, *Revista Eptic*, vol. 19, n.º 2, 2017, p. 17.

²⁶² A Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Estado do Ceará, conhecida popularmente como Lei Jereissati, instituiu um modelo de fomento a Cultura por intermédio do incentivo fiscal oferecido a empresas privadas. Atende-se a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, *Lei n.º 12.464*, 29 de junho de 1995, Fortaleza, 1995.

²⁶³ Secretaria da Cultura Juventude Esporte e Lazer, *Portfólio – Casa da Cultura de Sobral*, Sobral SECJEL, Prefeitura Municipal de Sobral, 2019, p. 4.

Figura 6 – Casa da Cultura em reforma (1997)



Fonte: SECJEL.

Em 1998, na inauguração do equipamento, houve um grande alarido social, sendo algo comum na gestão Ferreira Gomes. O boletim mensal distribuído pela Prefeitura Municipal de Sobral (PMS) informou a população os atos da gestão no seguinte modo:

O prefeito Cid Gomes, o secretário de Cultura e Desporto do Estado, Paulo Linhares e o secretário de Cultura Desporto e Mobilização Social do Município, José Clodoveu de Arruda Coelho Neto inauguraram, na noite de ontem, a Casa da Cultura de Sobral, um ponto de referência para artistas e estudantes de toda a região, que agora dispõem de um complexo de áreas aonde podem iniciar estudos de artes cênicas, plásticas, musicais, dentre outras. O projeto da Casa da Cultura foi patrocinado pela Teleceará, através da Lei Jereissati de Apoio à Cultura, em parceria com a Prefeitura de Sobral. Com este empreendimento, Sobral volta a ocupar um lugar de destaque no Estado, como fonte cultural, dando oportunidades para que estudantes de artes e artistas profissionais tenham um espaço digno para desenvolverem suas atividades. A programação inaugural, realizada na noite de ontem, contou a presença de importantes personalidades das áreas de educação, cultura, dos meios político, empresarial e do clero de nossa terra. Para assinalar a importância do momento histórico de Sobral, os cantores Raimundo Fagner, Belchior e Ednardo fizeram um grande show popular.

Durante o evento inaugural, o prefeito Cid Gomes coroou a Rainha do Maracatu Vozes da África, de Fortaleza, depois de uma belíssima apresentação do coral da Teleceará²⁶⁴.

Para o orador, a Casa da Cultura retomou “a via da cultura” que a cidade alguma vez percorreu no passado. Outro declamante que se entusiasmou com a inauguração do novíssimo equipamento foi Paulo Linhares, ex-secretário de Cultura do Estado, encontrando-se plasmado em seu discurso, ao apontar que, naquele momento, Sobral “verdadeiramente está no Rumo Certo, e que o Governo do Estado, o prefeito Cid Gomes e o secretário José Clodoveu de Arruda Coelho Neto estão dando importância à cultura sobralense, citando a reforma do Museu Dom José, realizada recentemente, e anunciando que o Teatro São João será o próximo passo do projeto cultural audacioso, que assegurará para a cidade de Dom José, um corredor cultural, digno de ser admirado por todo o Brasil”²⁶⁵.

O grupo político que assumiu o poder a partir de 1997 era formado por homens, herdeiros da conservadora elite local, que haviam partido anos antes para buscar o ensino superior em outras localidades. Procuraram conhecimento em formações que não encontravam em Sobral – Engenharia Civil, Direito, Arquitetura – em cidades mais desenvolvidas economicamente e que até poderiam ter uma atividade cultural mais dinâmica devido ao investimento financeiro ou políticas públicas culturais mais estabelecidas. No entanto, mantinham forte vínculo sociocultural com o passado comum vivido em Sobral. Raimundo Freitas Aragão e Marcos da Silva Rocha reproduziram a ideia – de viés eurocêntrico e colonial – de uma hierarquização da cultura quando declararam que esteve ligado a este grupo “todo o imaginário assentado no eruditismo cultural destas intervenções urbanas [...], homens brancos, letrados, considerados de cultura refinada e diversificada, enraizada na política local”²⁶⁶. Partindo dessa premissa, as ações preservacionistas do patrimônio impetradas por este grupo político estaria alinhada à perpetuação da memória construída por D. José anteriormente.

Representado pela família Ferreira Gomes e seus aliados políticos – como os ex-prefeitos Leônidas Cristino, o advogado José Clodoveu de Arruda Neto e atualmente um dos irmãos Gomes, Ivo Ferreira –, o poder público local instruiu as ações de preservação do patrimônio histórico sobralense com significativas obras de requalificação urbana. Tais atividades evidenciaram o que seria de grande interesse da política de governo do grupo em

²⁶⁴ Atende-se a Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 20 de março de 1998*, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 1998, p. 1.

²⁶⁵ *Ibidem*.

²⁶⁶ Atende-se a Raimundo Freitas Aragão & Marcos da Silva Rocha, “Marcações espaciais como legados patrimoniais e políticas públicas culturais de musealização na cidade de Sobral-Ceará-Brasil”, *Revista Percurso – NEMO*, Maringá/PR, vol. 11, n.º 2, 2019, p. 23.

questão: o registo da cidade cearense enquanto património nacional. Alinharam-se também nesta posição personalidades destacadas do cenário académico, como José Teodoro Soares, então reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), que via em Sobral “um verdadeiro museu a céu-aberto”²⁶⁷.

Esta ideia fixava-se na valorização excessiva de uma história pomposa, não raras vezes estabelecida sem uma base que a sustentasse, ilustrada pela exibição de entes que pudessem atestar o vínculo da ocupação e colonização do território pelos portugueses, pelo contato com a Europa através da sua rede de comércio de longa duração e ainda estivesse sob o domínio da Igreja Católica local, como fundamentos que alicerçavam o ressurgir da Sobral contemporânea. A respetiva imagem estava plasmada, especialmente, no museu que esta tese se dedica.

2.2.1. Museu do Eclipse (1999): interpretação e difusão da ciência

“[...] eu me recordo muito bem que as galinhas, os galos, os perus e os capotes corriam pelo meio da rua fazendo grande barrulho e procurando puleiro nos xiqueiros, para se proteger. Essa algazarra ajudou ainda mais a confusão, criando-se de verdade um mis-scene de fim do mundo. Olhe, foi uma coisa de doido o dia do eclipse, aqui em Sobral” (Randal Pompeu ao *Jornal do Brasil* em 1979)²⁶⁸.

Em clima de comemoração, inaugurou-se a 29 de maio de 1999 o Museu do Eclipse, localizado na Praça da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio²⁶⁹, obra da política de promoção da cidade pela via da preservação patrimonial, instalada na administração pública municipal de Sobral no final da década de 1990. O local escolhido para a sua construção foi próximo àquele que os pesquisadores, estrangeiros e brasileiros, instalaram os aparelhos necessários para observarem o Eclipse de 29 de maio de 1919.

Sobral havia sido escolhida como um dos palcos da verificação das teorias de Albert Einstein (1879-1955). A rústica cidade apresentou-se com um céu límpido, dando assim uma boa oportunidade para o registo de chapas fotográficas feitas pelos ingleses que participaram na expedição ao sertão cearense, e com isso, comprovar a Teoria da Relatividade do físico

²⁶⁷ Maria Norma Maia Soares; Glória Giovana Sabóia Mont’Alverne Girão, *Op. Cit.*, 1997, p. 11.

²⁶⁸ Egídio Serpa, “Sobral, Ceará. Aqui se provou que Einstein estava certo”, *Jornal do Brasil*, ano LXXXVIII, n.º 348, 29 de março de 1979, Rio de Janeiro, p. 27.

²⁶⁹ Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 7 de junho de 1999*, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 1999, p. 3.

alemão (Restrita, de 1905 e Geral, de 1915)²⁷⁰. A historiadora Joyce Mota Rodrigues, no livro *Entre Telescópios e Potes de Barro* (2019) analisou a presença dos cientistas que estiveram na cidade, bem como o comportamento da população com a instalação dos equipamentos científicos na praça do Patrocínio e os desdobramentos da expedição ao sertão cearense em 1919²⁷¹ (**Figura 7**).

Figura 7 – Instalação de telescópios na Praça da Igreja de N. S. do Patrocínio (1919)



Fonte: acervo do Museu do Eclipse.

A memória do Eclipse de 1919 estava relembrada na cidade apenas por um monumento construído em homenagem à expedição estrangeira em Sobral (**Figura 8**). Rodrigues afirmou que “esse monumento foi patrocinado pela Sociedade Brasileira de Amigos da Astronomia, sediada em Fortaleza e presidida na época pelo astrônomo Rubens de Azevedo”²⁷² e mais se sabe que foi instalado na gestão de José Parente Prado (1932-1999), em 1973. Sua presença quase sempre passava despercebida pelos transeuntes devido a ausência de uma “cultura de memória” evidente nas últimas décadas do século XX²⁷³, antes da chegada ao poder do grupo político que objetivava transformar o cenário urbano com obras de reformulação do espaço público.

²⁷⁰ Conforme o disposto por Joyce Mota Rodrigues, *Entre telescópios e potes de barro: Expedições científicas do eclipse solar na comprovação da Teoria da Relatividade em Sobral-CE/2019*, 1.^a edição, Curitiba/PR, Appris Editora, 2019, p. 32.

²⁷¹ *Idem*, p. 81 a 130.

²⁷² Joyce Mota Rodrigues, *Op. cit.*, 2019, p. 155.

²⁷³ Egídio Serpa, *Op. Cit.*, 29 de março de 1979, Rio de Janeiro, p. 27.

Figura 8 – Monumento em Homenagem as Comissões Científicas de 1919 (inaugurado em 1973)



Fonte: Blog Gaea-Astronomia.

O Museu do Eclipse erigiu-se ainda na primeira administração “Sobral no Rumo Certo” de Cid Ferreira Gomes, enquanto prefeito municipal, e de Clodoveu Arruda como secretário de Cultura da edilidade. Aquela governança divulgou que “envolveu em seu projeto uma completa reforma da praça da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, que ganhará um novo aspecto paisagístico. O projeto consta também da iluminação da Igreja, que passará a ser mais atrativa para visitantes, principalmente à noite. Este é mais um projeto da Prefeitura de Sobral em favor da revitalização do patrimônio histórico-cultural do município, na área sacra. De acordo com o projeto a Prefeitura está criando duas novas opções turísticas para a cidade”²⁷⁴.

O prédio, construído exclusivamente para o centro interpretativo do Eclipse de 1919, foi um projeto de arquitetura do sobralense José Antenor Viana Coelho²⁷⁵. Na planificação do moderno imóvel, o autor do risco ousou em sua forma, constituindo-o de duas meias-luas encravadas na praça, ao manter ao centro o monumento comemorativo da fundação de Sobral,

²⁷⁴ Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 13 de maio de 1999*, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 1999, p. 2.

²⁷⁵ Prefeitura Municipal de Sobral, *Op. cit.*, 2015, s/p. José Antenor Viana Coelho é arquiteto, professor efetivo da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 1997. Foi secretário municipal de cultura de Sobral (2005-2007), e assumiu a direção do MDJ (2015-2019).

construído em 1923, na gestão do prefeito Ernesto Marinho (1923-1928)²⁷⁶. Além do referido monumento, incorporou-se ao edifício o marco monumental de 1973.

Atualmente, o seu complexo arquitetural também integra o Observatório Astronómico Henrique Morize, em homenagem ao cientista do Observatório Nacional que chefiou a expedição brasileira e os trabalhos logísticos em 1919, bem como um Planetário para projeções astronómicas lúdico-educativas, em forma de cúpula, instalado no ano de 2015²⁷⁷. Como acervo, o Museu do Eclipse possuiu até 2018 réplicas dos planetas do Sistema Solar, reproduções de mapas, jornais e fotografias da visita da comissão científica de 1919, um simulador de eclipses, telescópios e outros materiais astronómicos, utilizados para fomentar as aulas de ciências aos alunos das escolas de Sobral e das cidades vizinhas.

De acordo com a definição do ICOM, um museu tem por finalidades primordiais adquirir, conservar, investigar, comunicar e expor o património material e imaterial da humanidade ou do seu meio envolvente²⁷⁸. Ao analisar essa premissa, percebeu-se que o Museu do Eclipse atende a premissa comunicacional acerca dos bens patrimoniais. O seu acervo monográfico constitui-se essencialmente por réplicas e simulacros, embora não exclua a possibilidade de o fazer no futuro. Por tudo isso, seu modelo representativo original assentou-se nos moldes dos centros de interpretação do património praticados na Europa, pois acolheu o princípio de que “their essential purpose is to facilitate public appreciation of the value of the specific cultural or natural heritage features, by raising public awareness and providing education. The main presentation strategy tends to be the scenographic exhibition, with technical and audiovisual support to aid and stimulate the discovery process”²⁷⁹.

Conforme as diretrizes divulgadas pelo IBRAM na Política Nacional de Educação Museal (PNEM), entende-se que o Museu do Eclipse se organiza como um espaço de educação não-formal, pois está estruturado fora do sistema educativo hierarquicamente organizado,

²⁷⁶ Sobre o projeto arquitetónico do Complexo do Museu do Eclipse, do Museu Madi em Sobral e como essas novas estruturas se inserem na paisagem local e adquirem o símbolo de cultura tradicional local do eruditismo dos gestores políticos, atenda-se às considerações apontadas pelos geógrafos professores Raimundo Freitas Aragão & Marcos Da Silva Rocha, *Op. cit.*, 2019, p. 23.

²⁷⁷ Em matéria publicada no jornal *Diário do Nordeste*, com informações do então diretor do Museu do Eclipse, Êmerson Almeida, dá-se conta que “ao lado do Museu do Eclipse, o Planetário de Sobral conta com projetor planetário e projetor digital, ambos da fabricante alemã Carl Zeiss. [...] tem uma cúpula de projeção de 10 metros de diâmetro e terá 84 assentos, sendo dois para cadeirantes. A obra está sendo executada pela Prefeitura em parceria com o governo do Estado do Ceará, que investiram cerca R\$ 4 milhões na construção e na aquisição de equipamentos” (*Diário do Nordeste*, *Op. cit.*, 2015, s/p).

²⁷⁸ ICOM, *Op. cit.*, 2017, p. 3.

²⁷⁹ Atende-se a Pere Izquierdo Tugas; Jordi Juan Tresserras; Juan Carlos Matamala Mellin (Eds.), *Heritage Interpretation Centres: The Hicira Handbook*, Barcelona, Culture 2000, 2005, p. 41.

atuando como parte de uma ação instrutiva mais ampla e cooperando para que os seus utilizadores atinjam determinados objetivos de aprendizagem²⁸⁰.

A gestão desta instituição pública, desde sua fundação em 1999, coube à Prefeitura sobralense. A partir de 2005 até 2019, salienta-se a cooperação existente entre a edilidade e a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), durante o reitorado de José Teodoro Soares (1940-2016)²⁸¹, encontrando-se dirigida pelo físico e professor Êmerson Ferreira de Almeida. A UVA participou das pesquisas iniciais para a elaboração do projeto do museu, entretanto, não olvidando ainda as importantes contribuições do diretor do planetário de Fortaleza, Demerval Carneiro e do Observatório Nacional²⁸². Atualmente o equipamento está vinculado à Secretaria de Educação Municipal de Sobral e continua a ser utilizado para a interpretação e difusão da memória histórica criada em torno do fenômeno astronômico de 1919 e dos seus contributos para a comprovação das Teorias da Relatividade de Einstein.

Entre os dias 28 e 30 de maio de 2019 registou-se em grande celebração a reabertura do Museu do Eclipse, que havia encerrado suas atividades um ano antes para trabalhos de reforma²⁸³, comemorando-se, desta forma, os 100 anos do “Eclipse de Sobral (1919-2019)”. Essa ação foi realizada em parceria com o Governo do Estado do Ceará, a Prefeitura Municipal de Sobral e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (**Figura 9**). Nas comemorações do centenário foram realizados vários eventos abertos ao público – conferências, lançamentos de livros e apresentações artístico-culturais – onde estiveram presentes cientistas brasileiros e internacionais²⁸⁴.

²⁸⁰ Atende-se a Martha Marandino, “Educação não-formal”, em: Instituto Brasileiro de Museus, Caderno da Política Nacional de Educação Museal, Brasília, IBRAM, 2018, p. 78.

²⁸¹ Atende-se a José Teodoro Soares foi uma personagem emblemática na revitalização cultural de Sobral enquanto seu reitorado na Universidade Estadual Vale do Acaraú.

²⁸² Informações gentilmente fornecidas por Êmerson de Almeida.

²⁸³ Marcelino Júnior, “Museu do Eclipse de Sobral passa por reforma”, *Diário do Nordeste*, Região, 09 de dezembro de 2018, em linha, atual, 2018, s/p. Atenda-se ao que foi redigido na referida notícia: “Iniciada em agosto deste ano, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a obra não vai alterar a estrutura arquitetônica do prédio, mas criar mecanismos que impeçam o acúmulo de água e possíveis infiltrações, fissuras e goteiras, o que vinha ocorrendo no teto e diversos outros pontos, ao longo dos últimos anos. ‘Nada vai mudar na estrutura, mas a reforma, em sua grande parte no entorno do prédio e no piso, vai garantir que velho problema com a água das chuvas possa acabar por comprometer as peças expostas no museu. O trabalho está bem avançado e, em breve, a cidade voltará a desfrutar desse espaço, tão importante para a cultura do nosso município’, lembra Edmar Ferreira, encarregado da obra, orçada em R\$ 962.544”.

²⁸⁴ Conforme programação divulgada pela SBPC, *International Meeting on the Centenary of the Sobral Eclipse*, em linha, atual. 2019, s/p.

Figura 9 – Praça de N. S. do Patrocínio, onde se encontra instalado o Museu do Eclipse (2019)



Fonte: IPHAN/PMS.

2.2.2. Museu Madi (2005): acervo que conta a história do movimento

“Son las condiciones materiales de la sociedad las que condicionan las superestructuras ideológicas.
El arte, superestructura ideológica, nace y se desarrolla en base a los movimientos ideológicos de la sociedad.
Esa es la revelación que sobre el arte hace el materialismo histórico”
(Carmelo Arden Quin)²⁸⁵.

Durante os dois mandatos de Cid Ferreira Gomes na governança de Sobral predominou-se o discurso da “recuperação da cidade pela via da Cultura”, mas também o referido mote encontrou lugar em seu sucessor, com ações implementadas pelo prefeito Leônidas Cristino (2005-2010). Cristino deu seguimento à política ideológica de fortificação da memória coletiva por meio do patrimônio cultural, alavancada por Gomes. Este foi o caso da fundação de outro equipamento museológico que se inaugurou em Sobral, o Museu Madi Sobral (2005), que já estava nos planos da gestão anterior.

O movimento para a instalação do Museu Madi em Sobral começou anos antes da sua fundação. Em 2003, o artista plástico cearense José Guedes²⁸⁶, então diretor do Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura (CCDMAC), na cidade de Fortaleza/CE, atuou enquanto

²⁸⁵ Carmelo Arden Quin, “Son las condiciones materiales de la sociedad, las que condicionan las superestructuras ideológicas”, *Arturo*, n.º 1, Buenos Aires, Verano 1944, p. 25.

²⁸⁶ José Guedes Martins Neto é um pintor cearense, nascido em Fortaleza a 10 de abril de 1958. Atende-se a Itaú Cultural, “José Guedes”, *Enciclopédia Itaú Cultural*, em linha, atual. 2020, s/p.

curador de uma exibição no Brasil das obras do artista plástico uruguaio Carmelo Arden Quin (1913-2010), um dos fundadores do Movimento Madi²⁸⁷. A curadoria configurou-se como o primeiro passo para trazer o movimento artístico de vez ao país. No início da década de 2000, o artista uruguaio nonagenário preocupava-se com a preservação do acervo de obras do movimento e manifestou interesse em instalar um museu em terras brasileiras²⁸⁸.

No mesmo ano (2003) ocorreu o Salão Sobral de Arte Contemporânea, em novembro, onde Guedes participou com as suas obras, conjuntamente com alguns artistas membros do Movimento Madi. Aproveitando tal certame, os artistas propuseram uma reunião com vários interlocutores – o então reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), José Teodoro Soares, com o secretário de Cultura da cidade, José Clodoveu de Arruda, com o pintor José Guedes e o artista plástico pernambucano e membro da *Association Madi Internacional*, Jaildo Marinho –, onde surgiu a proposta de doação de obras para a instalação do que viria constituir-se num espaço museal para o Movimento Madi no interior do Estado do Ceará²⁸⁹. O artigo no jornal *Diário do Nordeste*, de 3 de maio de 2004, narrou que depois da reunião “não demorou, e uma carta de intenções, assinada pelo prefeito Cid Gomes e pelo reitor da UVA, José Teodoro Soares, foi enviada a Arden Quin. O segundo passo estava dado”²⁹⁰. Mais uma vez, o processo de consolidação dos planos para o incremento do património cultural sobralense passou pelos interesses daquele mesmo grupo de homens.

Para compreender como aconteceu a inserção de José Guedes no círculo do poder político sobralense, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, aquando da inauguração do Museu Madi (2005) em Sobral, a jornalista apresentou a seguinte narrativa:

A escolha da cidade cearense para sede carrega uma história de muitos anos. Em 1998, a cidade iniciou um trabalho específico sobre artes plásticas ao criar um salão anual para receber artistas de todo o país e mostras temáticas de artistas de renome. Um dos artistas convidados foi José Guedes, velho admirador do movimento Madi e hoje curador do museu em Sobral. [...] ‘Depois de conversar com Guedes, a Prefeitura de Sobral criou um projeto que logo foi aprovado’, disse o vice-prefeito, Clodoveu Arruda, então secretário de Cultura. ‘Recusamos outros municípios maiores e colecionadores particulares que queriam sediar o museu’, afirmou Jailson Barbosa, artista plástico pernambucano, radicado em Paris, e um dos idealizadores do espaço. Foram investidos R\$ 150 mil na adaptação de um espaço para o acervo, que, segundo Barbosa, pode ser estimado em alguns milhões de dólares. ‘O acervo vale uma fortuna, porque são obras

²⁸⁷ Kamila Fernandes, “Município cearense, Sobral recebe acervo internacional de arte Madi”, *Folha de São Paulo*, 8 de julho de 2005, em linha, atual, 2005, s/p.

²⁸⁸ “Madi em Sobral”, *Diário do Nordeste*, Caderno 3, 03 de maio de 2004, em linha, atual, 2004, s/p.

²⁸⁹ Informações obtidas em Secretaria da Cultura Juventude Esporte e Lazer, *Portfólio Museu Madi Sobral*, SECJEL, Prefeitura Municipal de Sobral, Sobral. 2019, p. 3.

²⁹⁰ “Madi em Sobral”, *Op. cit.*, 2004, s/p.

representativas de toda a história do movimento Madi e contribuições de artistas de todo o mundo’, disse²⁹¹.

A carta de intenções, assinada na reunião, reafirmou o interesse da gestão municipal e do reitor da UVA em receber o acervo. O caráter repetitivo e retórico do código manifesto pelo “Plano Cultural” do poder político do grupo associado aos Ferreira Gomes e o discurso administrativo da universidade revelavam que naquele momento havia uma monopolização do discurso, presente na univocidade e na falta de divergência sociopolítica daquelas estruturas de poder. Esta intencionalidade conseguiu influenciar parte da sociedade sobralense, tendo em vista que ainda hoje uma parte considerável da população não consegue ter sentido crítico perante os discursos de grupo políticos ou sociais.

Como resposta à referida carta, Arden Quin solicitou um encontro em Paris com aqueles interlocutores, sendo atendido em 17 de abril de 2004²⁹². Do *rendez-vous* com a presença de Clodoveu de Arruda, Teodoro Soares e José Guedes na capital francesa, decidiu-se que Sobral serviria como local-sede pois reuniria todas as condições para o futuro museu Madi brasileiro. Em um artigo de jornal divulga-se a exaltação de Soares ao afirmar: “‘Esta vitória foi fruto do trabalho sério que é desenvolvido em Sobral na área de cultura’, comemora o reitor José Teodoro. Para o secretário Clodoveu de Arruda, o acervo do Madi em Sobral terá um papel maior do que um museu. ‘Não será um espaço estático, fechado. O Museu tem muito a ver com o que está acontecendo em Sobral, que está superando as formas tradicionais de expressão artística’, diz”²⁹³. A resposta de Arruda revelava a arbitrariedade dos processos de patrimonialização que o referido grupo político sugeria à cidade, desvendando, assim, outra correlação de forças na condução do patrimônio: a exclusão da população naquele processo. Não havia um único sobralense a participar no referido movimento artístico e pouca gente da cidade tinha conhecimento da sua existência. Ou seja, desde a elaboração do plano, a população só tomou parte quando recebeu o convite para a inauguração.

A Margem Esquerda²⁹⁴ do Rio Acaraú passou por obras de requalificação em 2003 e para o governo municipal tinha as condições ideais de localização para a instalação de um

²⁹¹ Kamila Fernandes, *Op. cit.*, 2005, s/p.

²⁹² Conforme exposto em Secretaria da Cultura Juventude Esporte e Lazer, *Op. cit.*, 2019, p. 3.

²⁹³ Diário do Nordeste, *Op. cit.*, 2004, s/p.

²⁹⁴ O *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral* informou no dia 27 de outubro de 2003 que a Urbanização da Margem Esquerda do Rio Acaraú havia sido inaugurada. Ainda segundo o referido boletim, a festa decorreu tranquila, em segurança, com apresentação musical do cantor “Daniel”, depois dos discursos do ex-prefeito Cid Gomes e de autoridades presentes. A Margem Esquerda possuía “Espaço de lazer tão aguardado pela população, a Margem Esquerda possui Praça Cívica, Mirante, Ilha de Repouso, Estacionamento, Anfiteatro, Memorial, etc.”, Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 27 de outubro de 2003*, ano III, n.º 203, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2003, p. 1.

museu de obras plásticas naquele estilo: arrojadas e contemporâneas. Entretanto, como demonstrar-se-á a seguir, o local referido estava sujeito a inundações e nunca seria adequado para acarretar sérias consequências à permanência do museu naquele espaço. O outro lado do rio, a margem direita, permanecia inalterada e densamente povoada, onde um morador “diz[ia] ainda viver um pouco de uma vida que não parece ser de cidade, no bairro Dom Expedito, cuja urbanização precária contrasta com as grandes obras da ‘Margem Esquerda’”²⁹⁵. Visitou-se previamente o local que seria instalado o museu para que as fotografias ideais fossem realizadas. O artista uruguaio, sem conhecer as condições climáticas e do terreno, ficou deveras entusiasmado com o espaço destinado ao museu²⁹⁶. Nas palavras de José Guedes, havia uma confluência de benefícios que favoreciam o lugar onde planejaram acomodar o acervo: “Quando fomos visitar o anfiteatro, descobrimos que a estrutura arquitetônica do prédio também é Madi. Tudo está dando muito certo”²⁹⁷. Projetaram instalar o museu nas galerias situadas abaixo da bancada principal do anfiteatro da Margem Esquerda e, sem a devida consideração de todos os fatores inerentes, não previram o que viria a acontecer.

O Movimento Madi surgiu nos finais dos anos de 1940, por uma dissidência do movimento artístico Grupo *Arte Concreto e Invención*, encabeçado por Arden Quin e Gyula Kosice, conforme indicou na sua tese de doutoramento Araceli Bedtche (2016). Bedtche informa ainda que o movimento teve como objetivo a oposição a uma arte estática, apresentando em suas obras articulações e movimento. “Para os artistas *Madi*, a tecnologia e a ciência caminhavam conjuntamente com a arte, [...], permitindo ao artista e espetadores vivenciar uma atmosfera futurista atrelada a um imaginário de ficção científica”²⁹⁸. Esse ideal expressado no Movimento Madi manifestou-se, em parte, no que os visitantes sobralenses estavam a ser preparados para observar: transversalmente, a remodelação da margem do rio e todo o movimento de transformação urbana que passou a cidade, fruto de articulações e movimentos sociopolíticos.

Para a população de Sobral pareceu uma autêntica obra de ficção científica. Em menos de dez anos, a cidade mercantil alterou consideravelmente a sua morfologia urbana, construindo a ideia de uma cidade empenhada na transformação do prisma sociocultural no seio dos seus residentes. Inaugurou-se a Margem Esquerda em outubro de 2003, contudo, ainda naquele ano,

²⁹⁵ Nilson Almino de Freitas, “Narrativas sobre o espaço: o pesquisador, o narrador e a cidade”, *Antíteses*, vol. 5, n.º 10, 2013, p. 842.

²⁹⁶ *Diário do Nordeste*, *Op. cit.*, 2004, s/p.

²⁹⁷ *Ibidem*.

²⁹⁸ Araceli Barros Da Silva Jellmayer Bedtche, *Antonio Bento e Romero Brest: o movimento abstrato como fluxo universal*, Tese de Doutorado em Ciências, Universidade de São Paulo, 2016, p. 117.

as obras foram arrasadas pela cheia do rio Acaraú, o que levou a Prefeitura a decretar situação de emergência em alguns lugares do município²⁹⁹. Em janeiro de 2004, quando o edifício do anfiteatro passava por obras infraestruturais para que o museu fosse instalado, outra enchente danificou o projeto urbanístico da Margem Esquerda, sendo referenciado em discurso na Câmara dos Deputados em Brasília: “o Rio Acaraú continua recebendo muito água, devido à sangria do açude Ayres de Souza, que já atinge 65 centímetros. No final da tarde de ontem, a área urbanizada à margem esquerda do Rio Acaraú foi alagada. A água invadiu o estacionamento e tomou parte do calçadão. Essa belíssima obra, chamada Orla, construída pelo Prefeito Cid Gomes, foi inaugurada no mês de outubro passado. A localização no prédio à margem do rio Acaraú favorecia esses alagamentos”³⁰⁰, e ainda assim insistia-se na utilização daquele local para instalar o acervo do Movimento Madi.

Em fevereiro de 2004, o Rio Acaraú provocou outra inundação nas obras e remodelações arquitetônicas da Margem Esquerda, que estavam a passar por uma recuperação devido ao efeito das enchentes de janeiro. As águas inundaram outras áreas de zona ribeirinha na cidade, como o bairro do Tamarindo, ao lado do complexo da Margem Esquerda. Em artigo do jornal *Diário do Nordeste*, de 19 de fevereiro do referido ano, o subsecretário de saúde da época, Carlos Hilton Soares, relatou que “A Prefeitura fez o planejamento de ações para atender 500 famílias”. Ainda nas palavras do subsecretário de saúde, “No ponto crítico, tivemos 346 famílias em 41 abrigos. Exatamente 180 famílias já retornaram para suas casas. Desta vez, as águas não subiram como no dia 29 de janeiro. As pessoas, então, resolverem aguardar a normalidade do rio, o que já está acontecendo”³⁰¹. Em maio de 2004, durante a gestão de Cid Gomes, concluiu-se a construção da barragem, anunciada pela Prefeitura como mais uma grande obra que evitaria futuras inundações do rio. A inauguração da obra foi feita com pompa e circunstância uma vez que contou com um concerto musical do cantor carioca Lulu Santos no domingo, dia 23 de maio, a partir das 19h na Margem Esquerda³⁰².

Em 5 de julho de 2005, como parte das comemorações do 232º aniversário da cidade, às 18h, Sobral inaugurou o Museu Madi, pela administração “Sobral cada vez melhor”, do ex-

²⁹⁹ Informação presente em “Decretado Estado de emergência”, *Diário do Nordeste*, Região, 26 de março de 2003, em linha, atual, 2015, s/p.

³⁰⁰ Câmara dos Deputados, *Discurso do deputado Arnon Bezerra (PTB) em 29/01/2004 às 17h57*, em linha, atual. 2004, s/p.

³⁰¹ “Rio Acaraú inunda mais uma vez obras de urbanização”, *Diário do Nordeste*, Região, 19 de fevereiro de 2004, em linha, atual, 2004, s/p.

³⁰² Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 20 de maio de 2004*, ano IV, n.º 092, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2004, p. 1.

prefeito Leônidas Cristino³⁰³, sucessor de Cid Gomes no executivo municipal. Na data emblemática para a urbe, a população recebia uma prenda que não havia pedido, ainda que significativa do ponto de vista material e patrimonial. O acervo avaliado em quase dois milhões de Reais compunha-se “por cerca de 100 peças”³⁰⁴ e, dentre elas figuravam pinturas, esculturas e instalações visuais. As peças provinham de “doações de mais de 70 membros do grupo Madi de vários países e continentes, selecionados pelo próprio Carmelo Arden Quin, iniciador e líder desse movimento”³⁰⁵.

Em abril de 2008 outras enxurradas do Rio Acaraú obrigaram o Museu Madi a encerrar a sua atividade novamente. Dessa vez, os danos causados foram muito consideráveis, não atingindo somente o prédio, mas também algumas obras. A Prefeitura retirou as obras de arte com urgência e algumas, atingidas pelas águas ou pelo manuseio inadequado, danificaram-se necessitando de restauração. A gestão Leônidas Cristino enviou o acervo para Fortaleza, sob os cuidados do artista plástico cearense Roberto Galvão³⁰⁶. No seguimento da devida intervenção, as obras do Museu Madi mantiveram-se em exibição por três meses no Museu de Arte Contemporânea (MAC) do Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura (CCDMAC)³⁰⁷, como se indica no quadro da frequência de público do acervo do museu sobralense, representado na **Tabela 7**.

Tabela 7 – Frequência do público visitante ao acervo do Museu Madi, em 2008

Museu Madi				
Atividade	Data	Localização do Acervo	Público	%
Visita ao acervo	01 a 31/01	Museu Madi	222	1,33%
	01 a 29/02	Museu Madi	210	1,25%
	01 a 31/07	Museu de Arte Contemporânea – Centro Dragão do Mar	5000	30,13%
	01 a 31/08	Museu de Arte Contemporânea – Centro Dragão do Mar	6806	41,13%
	01 a 30/09	Museu de Arte Contemporânea – Centro Dragão do Mar	4336	26,16%
Total Geral de público visitante do Museu Madi			16574	100%

Fonte: *Relatório Geral da Casa da Cultura* (2008).

³⁰³ Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 04 de julho de 2005*, ano I, n.º 124, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2005, p. 1.

³⁰⁴ Secretaria da Cultura Juventude Esporte e Lazer, *Op. cit.*, 2019, p. 5.

³⁰⁵ *Ibidem*.

³⁰⁶ “Museu Madi será reinaugurado no dia 30”, *Diário do Nordeste*, Região, 22 de dezembro de 2008, em linha, atual, 2008, s/p.

³⁰⁷ Informação obtida a partir de solicitação por email à SECJEL, disposta em Prefeitura Municipal de Sobral, *Relatório Geral da Casa da Cultura 2008*. Sobral, Secretaria de Cultura de Sobral, 2008, s/p.

Os números mostraram um crescimento exponencial nos meses em que as obras estiveram expostas no centro de referência artística da capital do Estado do Ceará. No entanto, em artigo publicado pelo jornal *Diário do Nordeste*, em 22 de dezembro de 2008, o ex-secretário adjunto de cultura, Raimundo Aragão, informou que as peças do museu haviam regressado a Sobral que, porventura, demonstrava algum receio de parte da população de que as obras de grande valor não voltassem à cidade interiorana. Aragão informou ao periódico de que o museu reabriria no dia 30 do referido mês, devendo-se o atraso à necessidade de um curador e montador para a recolocação das peças novamente em exibição. O texto expressou ainda que o curador deveria ser o próprio artista Roberto Galvão³⁰⁸.

Em 2009, enchentes de maiores proporções atingiram a composição do Museu Madi, novamente, danificando a estrutura do edifício, chegando quase a submergir a totalidade do prédio. Entre 2009 e 2011, “o Museu permaneceu em estado de estagnação vindo a transformar-se em um traço espacial causado pelo abandono”³⁰⁹. As enxurradas provocaram estragos em toda a parte elétrica, vedação dos vidros, de entre outros problemas estruturais, obrigando a Prefeitura a realocar urgentemente as obras de arte. Durante um período de sete anos, de 2009 a 2016, o acervo foi transferido para a Casa de Cultura para que ficassem em exposição³¹⁰.

Em artigo recém-publicado, os geógrafos e professores Raimundo Freitas Aragão e Marcos da Silva Rocha afirmaram que em 2011 apresentou-se um projeto para a nova sede do Museu Madi, exibido no evento Casa Cor em Fortaleza, projetando-se que as obras seriam iniciadas no segundo semestre de 2012. Aragão & Rocha relataram que “O novo projeto teve como objetivo aproveitar a estrutura anterior promovendo sua expansão com a adição de mais um pavimento onde seria ampliada a área de exposição e a inserção de uma nova cobertura. Somado a isso, previu-se a criação de um espaço direcionado ao desenvolvimento de ações educativas. Durante sete anos o Museu Madi ficou fechado e foi reinaugurado em 2016”³¹¹.

Entretanto, não se construiu uma nova sede para o equipamento cultural e o seu acervo museológico voltou ao edifício situado na Margem Esquerda em 2016 (**Figura 10**), local que atendendo aos acontecimentos anteriores, não indicava ser o mais adequado uma vez que está sujeito a constantes inundações do rio Acaraú ou outros fenômenos naturais. Ainda nas palavras de Aragão & Rocha, sabe-se que um incêndio de pequenas proporções atingiu o museu, em 4

³⁰⁸ “Museu Madi será reinaugurado no dia 30”, *Op. cit.*, 2008, s/p.

³⁰⁹ Raimundo Freitas Aragão & Marcos Da Silva Rocha, *Op. cit.*, 2019, p. 35.

³¹⁰ Secretaria da Cultura Juventude Esporte e Lazer, *Op. cit.*, 2019, p. 4-5.

³¹¹ Raimundo Freitas Aragão & Marcos Da Silva Rocha, *Op. cit.*, 2019, p. 36.

de janeiro de 2019, o que obrigou a PMS fechar as suas portas para visitas, reabrindo-as no dia 14 de março do mesmo ano³¹².

Figura 10 – Museu Madi (2020)



Fonte: PMS.

O Museu Madi demonstra adotar estratégias para o aumento do público visitante por intermédio das atividades realizadas no campo da educação museal, como o projeto Madi Educativo, realizado desde 2012, mesmo quando esteve privado de utilizar as suas instalações. Fundamentando-se nas palavras da equipa que geria o museu, as ações educativas adotadas na instituição atenderam mais de 15 000 pessoas, entre 2012 e 2019, especialmente alunos da rede municipal de ensino de Sobral e visavam “proporcionar uma maior interação entre a comunidade local e o acervo”³¹³. Esta proposta de interação regia-se por um conjunto de atividades artístico-pedagógicas que incentivavam a capacitação cultural do visitante, efetivando-se enquanto prática de angariação de público. Quando a tônica do movimento do museu é direcionada “ao público consumidor e não no produto consumido” – neste caso, o conjunto museal –, origina em alguns autores a avaliação da sua importância e pertinência a

³¹² *Idem.*

³¹³ Secretaria da Cultura Juventude Esporte e Lazer, *Op. cit.*, 2019, p. 5.

partir das atividades que desenvolvem junto ao respectivo acervo, conforme sustenta o historiador José Maria Amado Mendes³¹⁴.

Nesse sentido, fomentar o interesse do público através de projetos educativos, ainda que intermediados por modelos pedagógicos inclusivos em suas modalidades de execução, pode, inicialmente, “aguzar o apetite” por este e outros equipamentos museais, ou ainda, despertar a procura pelas artes na cidade de Sobral, por residentes ou turistas, estimulando a democratização da cultura no território. Entretanto, considerar a democratização do acesso à cultura apenas notando o aumento do público, não reflete os propósitos de democracia cultural, que compreende o acesso aos meios de produzir cultura e não somente ao seu consumo³¹⁵. Como, por exemplo, nenhum artista sobralense, pelo menos publicamente até o presente momento, se identificou ao Movimento Madi o que apresenta uma dissonância do museu com a comunidade artística.

O campo museal brasileiro experimentou um breve incentivo à democracia cultural com a criação do programa Pontos de Memória em 2009, pelo IBRAM em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), experiência pioneira para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória no país. O programa torna oportuno que diferentes grupos sociais contem as suas próprias histórias e exibam os seus patrimônios nos museus. Estas iniciativas prezam pelo protagonismo das comunidades e compreendem o museu enquanto instrumento de fortalecimento dos laços de pertencimento, de mudança social e desenvolvimento sustentável³¹⁶.

2.2.3. Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa (2007): vestígios do tempo sob os escombros

“[...] Ainda é do meu sangue essa gente de Xerez. Somos todos Furnas...”

- Que feio nome?

- É meio esquisito, mas é de gente muito graúda, de muitas posses e honrarias, espalhada por estes sertões numa parentalha, que nunca mais se acaba como a gente dos Olhos-d’Água do Pajé, os Rochas e os Cavalcantes” (Raulino falando sobre sua procedência no romance *Luzia-Homem*)³¹⁷.

³¹⁴ José Amado Mendes, *Op. cit.*, 2013, p. 161.

³¹⁵ Sobre os conceitos de democratização da cultura, de democracia cultural e o seus contrapontos, atenda-se ao exposto por João Miguel Teixeira Lopes, “Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de Democracia Cultural”, *Saber & Educar*, n.º 14, nov. 2009, p. 1-13.

³¹⁶ Sobre o programa Pontos de Memória, atenda-se a IBRAM & OEI, *Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social*, Phábrica, Brasília, 2016.

³¹⁷ Domingos Olímpio, *Luzia-Homem*, São Paulo, Moderna, 1993, p. 136 e 137.

Os museus de Sobral proporcionam diferentes experiências museais que apresentam contrastes que sobressaem e os distinguem entre os mesmos. A própria complexidade da trajetória histórica de cada uma dessas experiências evidencia que estes contrastes resultaram do interesse do poder público ou das elites locais na conservação e no planejamento urbano que acompanhou o crescimento da cidade ao longo do tempo, principalmente a partir do século XX. Todavia, Sobral conservou alguns exemplos de registros arquitetônicos do passado – daquela áurea época do ciclo económico do couro, quando a classe dominante da cidade impulsionava o comércio cearense com a atividade agro-pastoril³¹⁸, como é o caso da Casa do Capitão-Mor José de Xerez Fuma Uchoa (CCM).

Propriedade da Prefeitura Municipal de Sobral (PMS), a CCM integra a área de preservação rigorosa do conjunto arquitetônico e paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³¹⁹. Localiza-se no Núcleo Histórico da Sé, dentro do sítio histórico do Povoado da Caiçara, datado do século XVIII, na “rua defronte da cadeia”³²⁰. O estudo apresentado pelo IPHAN classificou a região da matriz como o primeiro núcleo habitacional durante o período de colonização da cidade no século XVIII. Apesar do edifício constituir-se de pequenas dimensões, a casa guardou diferentes registros do passado sobralense, que se evidenciaram no trabalho arqueológico desenvolvido pela equipa do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No ano seguinte (2001), seguiu-se a restauração do edifício, numa ação conjunta realizada entre a 4.^a Superintendência Regional do IPHAN e PMS³²¹.

Trata-se de um exemplo de casa-museu e, como referenciou António Ponte sobre esse tipo de experiência museológica, “vai oferecer um conjunto de interpretações, narrativas, símbolos e relações do local com a pessoa que o habitou. O aliciante de uma casa-museu reside na intrínseca relação entre os objectos presentes e as pessoas a quem pertenceram e aí habitaram. As colecções têm um valor sentimental, o qual é percebido através da observância da relação do objecto com o indivíduo. A casa-museu é assim o teatro da vida, a visão do mundo, necessariamente fragmentária, de alguém que se transmite pelo seu espaço e

³¹⁸ Francisco Dênis Melo, *Op. cit.*, 2013, p. 410.

³¹⁹ O número do processo de tombamento é T-1379, aberto em 1997 e registrou-se o conjunto arqueológico, etnográfico, paisagístico e histórico em junho de 2000, conforme consta no relatório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Bens tombados e processos de tombamento em andamento - Ceará (Atualização: 17/11/2017)*, em linha, Fortaleza, 2017, p. 1.

³²⁰ Conforme informações consultadas no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Op. cit.*, 1998, p. 38.

³²¹ Edilberto Florêncio dos Santos & João Nilo de Souza Nobre (Orgs.), *Fragmentos da História de Sobral: Catálogo do Acervo Arqueológico da Casa do Capitão-Mor*, 1.^a edição, Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora, 2017, p. 10.

pelos objectos que possuiu, numa simbiose de acções e funções desenvolvidas e que estão presentes no ambiente em causa”³²². Diante do exposto pelo teórico, fica evidente que a classificação de casa-museu é coerente com a CCM.

Conforme o princípio indicado no parágrafo anterior, fundamentou-se o nome desse estabelecimento museal sobralense. Sabe-se que a casa teve diferentes usos e proprietários, conforme relatou o documento *Processo de escavação da casa do Capitão-Mor* (2002), produzido pelo IPHAN, evidenciando que a prospeção arqueológica, realizada sob coordenação do professor Marcos Albuquerque, identificou moedas datadas de 1778, de 1838 e outros exemplares de numismática que vão desde o Império até 1982. Com relação à louçaria, encontrou-se fragmentos de estilo *Blue Edge*, de origem inglesa, e faiança de origem portuguesa considerada popular. Contudo, a escavação arqueológica também encontrou pedaços de louça *Flow Blue*, produto nobre para a época, comprovando os hábitos requintados dos antigos moradores, entre os séculos XVIII e XIX³²³. Apesar da variação temporal, tanto o IPHAN como a PMS e os arqueólogos da UFPE optaram pelo nome do morador historicamente referenciado: José de Xerez Fuma Uchoa. Aquele senhor poderia não ter sido o primeiro habitante da referida estrutura arquitetónica, mas foi homenageado com o imóvel.

A historiografia sobralense traz referências dos “padres-historiadores” e seus discípulos para a construção narrativa deste contexto. O Padre Sadoc de Araújo afirmou que José de Xerez nasceu em Goiania, na capitania de Pernambuco, a 16 de setembro de 1722, mostrando ainda a sua filiação³²⁴. Entretanto, o Monsenhor Fortunato Alves Linhares, no livro *Notas Históricas da cidade de Sobral* (1945), mostra a árvore genealógica da personagem, fruto da sua pesquisa sobre a linhagem da família Holanda Cavalcante, escrito pelo próprio capitão-mor³²⁵, e teria sido continuada pelo bisneto Vicente Alves Linhares e os terceiros-netos Manoel do Nascimento Alves Linhares e pelo professor José Prisco Rodrigues Lima³²⁶. O artigo de Manoel Linhares,

³²² António Manuel Torres da Ponte, *Op. cit.*, 2007, p. 30.

³²³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Processo de Escavação da Casa do Capitão-Mor*, Textos, Restaurações e Reformas, 4.^a Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN), Sobral, 2002, p. 3 a 5.

³²⁴ Francisco Sadoc de Araújo, *Cronologia Sobralense – Séculos XVII e XVIII – 1604-1800*, Fortaleza, Edições ECOA, 2015, p. 103.

³²⁵ A referência à “memória deixada pelo capitão-mor” está presente em Unitário, “Os Xerez”, 20 de junho de 1916, *Revista do Instituto do Ceará*, anno XXXII. Fortaleza, 1918, p. 50 a 61; e ainda no título do manuscrito guardado no MDJ, *Memórias genealógicas dos descendentes de Arnaut de Holanda e de a sua mulher D. Brites Mendes de Goes Vasconcelos compreendendo um período de cerca de quatrocentos annos escriptos até o anno de 1759 por seu descendente em 1. grau – Capitão-Mor José de Xerez Fuma Uchoa, continuadas posteriormente por seus netos em 10.º grau Capitão Vicente Alves Linhares até o anno de 1877, quando falleceu o professor José Prisco Rodrigues Lima até a presente data. Sobral 1.º de janeiro de 1906*, sem autoria específica, entretanto julga-se ser do Manoel do Nascimento Alves Linhares, que se encontra na Sala Padre João Mendes Lira.

³²⁶ Fortunato Alves Linhares, *Notas Históricas da Cidade de Sobral*, Sobral, Academia Sobralense de Estudos e Letras, 1945, p. 40 e 41.

“Traços biográficos do Capitão-mor José Xerez Furna Uchoa – o introductor do Café no Ceará” (1901)³²⁷, tanto serviu de fonte documental para memorialistas que narraram as suas origens e a migração daquela família da capitania de Pernambuco para o Siara Grande³²⁸, bem como foi útil a historiadores interessados em retratar a classe social e poder que os cargos traziam a Uchoa³²⁹.

As palavras do Monsenhor Linhares enaltecem a fidalguia do capitão-mor ao declarar que “em alta conta tinha o Capitão-Mor José de Xerez da Furna Uchoa a nobreza de sua família, pois descendia pelo lado materno do Sargento-Mor Francisco de Faria Uchoa, filho de Marcos André, fidalgo da Casa Real e de sua mulher D. Maria de Mendonça Uchoa, irmã do mestre de Campo Gaspar de Souza Uchoa, fidalgo cavalheiro por alvará régio de 20 de abril de 1646. Descendia dos Gois e Vasconcelos por ser neto de Brites Mendes de Gois e Vasconcelos, mulher de Arnaut de Holanda filho do Barão de Rhenobourge e da princesa Margarida de Florença, irmã do Papa Adriano VI”³³⁰. Para Linhares, reforçar os títulos referenciados, creditariam ao capitão-mor uma nobiliarquia legada aos seus descendentes em terras sobralenses.

Para D. José Tupinambá da Frota, na transcrição produzida em seu livro, Uchoa já vivia em Sobral, na condição de sargento-mor, aquando da doação de terras à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, feita pelo capitão Antônio Roiz [Rodrigues] de Magalhães e sua mulher Quitéria Marques de Jesus, registada pelo notário da povoação a pedido do Reverendo Joam [João] Ribeiro Pessoa, cura e vigário da freguesia em 10 de dezembro de 1756³³¹.

Comunicando com a informação feita pelo Reverendo João Ribeiro Pessoa, publicou-se na segunda edição da *Revista do Instituto do Ceará*, o artigo “Notícias da Freguezia de N. S da Conceição da Caissára dadas pelo Rev.do Cura e Vigário da Vara actual d’ella’ Anno de 1767

³²⁷ Manoel do Nascimento Alves Linhares, “Traços biográficos do Capitão-mor José Xerez Furna Uchoa – o introductor do Café no Ceará”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno XV, Fortaleza, 1901, p. 66 a 76. Importante ressaltar que se encontrou dividido em três volumes, um documento intitulado “*Livro primeiro de genealogia das famílias que povoaram Pernambuco, e com seus ramaes, a província do Ceará. A contar do anno de 1535. Começo de a sua transcrição e descrição, em 15 de 7br.º de 1867 por Dom. Rm. Lyra*”, escrito por Domingues Raimundo Lyra, e está guardado na Sala Padre João Mendes Lira, no MDJ.

³²⁸ Ésio de Souza, *Capitão-Mor. José de Xerez Furna Uchoa/ O homem e o seu tempo 1722-1797*. Fortaleza, ABC Editora, 2008, p. 8.

³²⁹ Manoel do Nascimento Alves Linhares, *Op. cit.*, 1901, p. 73 e 74, reforça que Uchoa: “Como vimos em suas Memórias, ocupou elle na villa de Sobral os cargos de Juiz Ordinário, Juiz de órfãos, Vereador da Camara por muitas vezes e Capitão-mór”; José Eudes Arrais Barroso Gomes, “Senhores de terras e de gentes: os poderosos senhores das armas na capitania do Ceará (século XVIII)”, *Tempos Históricos*, vol. 10, nº1, 2007, p. 295 a 322.

³³⁰ Fortunato Alves Linhares, *Op. cit.*, 1945, p. 44.

³³¹ Dom José Tupinambá da Frota, *História de Sobral*, 2.^a edição, Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1974, p. 50 a 52; documento transcrito anteriormente por Antônio Bezerra, “Para a história de Sobral (Collecção Alberto Amaral), Escripura de doação”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno XXXII. Fortaleza, 1918, p. 136 a 139, e não consta a dissonância da grafia do nome Rodrigues, escrito Roriz por D. José.

“(1888)³³², onde se aponta a existência de setenta e cinco casas na povoação, sendo cinquenta e três cobertas por telha, calculando-se, em toda a freguesia, seiscentos e setenta fogos, dos quais cento e cinco seriam fazendas, de entre elas as vinte engenhocas de fabricar méis, embora com fraca produção, na Serra da Meruoca³³³. A freguesia desenvolveu-se em torno da igreja de N. S. da Conceição, “segundo os lados de um triângulo formado pelas vias primitivas que interligavam a Matriz, a igreja do Rosário e a gangorra do gado”³³⁴ (**Figura 11**).

Figura 11 – Contornos da Vila Distinta e Real de Sobral em 1773



Fonte: Bing Maps, em linha; IPHAN, *Op. cit.*, 1998, p. 39; com montagem do autor.

Ao formar a sua memória genealógica, provavelmente iniciada pelos últimos anos da década de 1740³³⁵, Uchoa afirmou que “lhe consumiram 12 longos anos de um trabalho assíduo e enfadonho, e despesas avultadíssimas”³³⁶. No registo genealógico procurou evidenciar que não descendia de “índio, mouro, judeu, ou de qualquer outra raça reprovada em direito e

³³² João Ribeiro Pessoa, “Notícias da Freguezia de N. S da Conceição da Caissára dadas pelo Rev.do Cura e Vigário da Vara actual d’ella’ Anno de 1767 (Offerecido pelo Consócio António Bezerra)”, *Revista do Instituto do Ceará*, tomo II, Fortaleza, 1888, p. 136 a 150.

³³³ João Ribeiro Pessoa, *Op. cit.*, 1888, p. 142.

³³⁴ José Liberal de Castro, “Arquitetura no Ceará. O século XIX e algumas antecedenças”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno CXXVI, 2014, p. 22.

³³⁵ Conforme indica o título do manuscrito *Memórias genealógicas dos...*, *Op. cit.*, s/p.

³³⁶ Manoel do Nascimento Alves Linhares, *Op. cit.*, 1901, p. 70.

considerada deshonrosa”³³⁷, destacando no documento a alegada prova de que o capitão-mor não descendia de uma “família sem merecimento”³³⁸, o que significava, naquele contexto, ter o sangue de cristão-novo, judeu, por um dos seus ascendentes.

Na investigação de doutoramento em História de Nilton Melo Almeida – *Cristãos-novos e seus descendentes no Ceará Grande: a Inquisição nos sertões de fora* (2016) –, o pesquisador investigou a origem de Xerez, bem como sua ascendência social e desmoroamento financeiro nas terras da Ribeira do Acaraú. Almeida trouxe um relevante contributo para a análise da sociabilidade na vida colonial setecentista da localidade da Caiçara, dispondo por meio das fontes pesquisadas, o seu tamanho e limites territoriais, antes de adquirir a condição de Vila Distinta e Real do Sobral, um território entre serras que serviam de refúgio para procurados do Santo Ofício³³⁹.

José de Xerez desfrutou de grande prestígio mesmo antes de ser nomeado como capitão-mor de ordens da Vila Distinta e Real de Sobral registado em Carta Patente, dada em Recife, aos vinte e dois de setembro de 1778. O documento deu visibilidade aos atributos que utilizou José César de Menezes – “governador e capitão-general de Pernambuco, Paraíba e demais capitanias anexas”³⁴⁰ – empregues a José de Xerez como sendo uma “pessoa nóbre, abastada de beens, e proposto pelos officiaes da Camara da V. distinta Real do Sobral [...] p. exercer o Posto de Capitão Mor da mesma V. q. seacha vago, e estar actualmente exercendo o de Capitão Mor das Entradas do Acaracu, e ter servido de Juiz de Orfaons, e outros mais cargos da Republica, com muyta acuvide e zelo, e esperar delle, q. em tudo o mais, q. do Real serviço lhe for encarregado se haverá muyto como deve a boa confiança q. da sua pessoa faço”³⁴¹.

Com aquela designação não iria receber nenhuma remuneração, mas usufruiria “de todas as honras, graças, franquezas, Liberdades, privilégios e izempções”³⁴². Entretanto, encontra-se este documento junto a um pedido de confirmação da patente, feito a rainha D. Maria I, a vinte e sete de julho de 1782. Isso leva a crer que a necessidade de confirmação foi relacionada com sérios motivos, que feriram suas honras, privilégios e isenções, dentro desse

³³⁷ Manoel do Nascimento Alves Linhares, *Op. cit.*, 1901, p. 71; João Mendes Lira, *Presença dos Judeus em Sobral e Circunvizinhanças e a Dinamização da Economia Sobralense em Função do Capital Judaico*, Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1988, p. 25.

³³⁸ Nilton Melo Almeida, *Cristãos-novos e o seus descendentes no Ceará Grande: a Inquisição nos sertões de fora*, em linha, Lisboa, Tese de Doutorado em História, Universidade Nova de Lisboa, 2016, p. 171 e 172.

³³⁹ Nilton Melo Almeida, *Op. cit.*, 2016, p. 171 a 200.

³⁴⁰ AHU, *Requerimento de José Chaves Furna Uchoa à rainha [D. Maria I], a pedir confirmação da patente de capitão-mor da vila do Sobral. Anexo: carta patente*, Projeto Resgate – Ceará (1618 – 1832), AHU_ACL_CU_006, Cx. 9, doc. 583, p. 3.

³⁴¹ *Ibidem*.

³⁴² *Ibidem*.

período de quatro anos. Uma série de acontecimentos e a perda de apoio político levaram à emissão de uma ordem de prisão contra José de Xerez em 1786³⁴³. D. José acredita que o “tal provimento causou um profundo desgosto”³⁴⁴ ao capitão-mor, proprietário do sítio Santa Úrsula, onde plantou a primeira muda de café do Ceará, trazida diretamente de Paris³⁴⁵. Todavia, apesar da escassez de documentação que expunha o processo, sabe-se que a prisão de Xerez teve como pena o degredo de sete anos em Pedra Branca (África), travando outras novidades sobre este assunto no âmbito historiográfico. Fontes recentemente descobertas relatam que o réu não chegou a ir para o continente africano, ficando dois anos na Bahia, até que parentes e amigos conseguiram permutar a pena por uma quantia de 15 mil cruzados, sendo, contudo, proibida a sua entrada na capitania do Ceará até ao final da pena estipulada na sentença³⁴⁶.

Com a sua morte, o inventário dos bens do casal Rosa de Sá e José de Xerez, foi pedido, em 1826, pelo inventariador José Lira Pessoa, filho mais novo do casal. O documento não apresenta o imóvel da praça da Matriz de Sobral como parte do espólio, porém na lista consta o sítio Santa Úrsula com o preço fixado em cento e oitenta mil réis. Pela análise da referida fonte percebeu-se que a família usufruiu de posses e, conseqüentemente, influência social na Vila de Sobral³⁴⁷. Nem tampouco D. José Tupinambá outorga a José de Xerez o que ele chama de “grupo de casinhas primitivas (1772) da Praça da Matriz de Sobral – formando o lado esquerdo da Rua de N. Sra. Do Carmo”³⁴⁸ (**Figura 12**). A atribuição foi posterior, apesar de ter existido um claro favorecimento em função da data do conjunto arquitetônico indicada pelo bispo.

Ao ser identificada como parte do primeiro núcleo de ocupação da vila de Sobral, a Casa do Capitão-Mor adquire esse nome como referência ao homem que circulou naquele meio envolvente, por ser um local historicamente referenciado pela rua determinada como eixo

³⁴³ Atende-se a Nilton Melo Almeida, *Op. cit.*, 2016, p. 193; AHU, *Carta do ouvidor do ceará, José da Costa Dias e Barros à Rainha D. Maria I apontando as causas da desordem na capitania e pedindo aprovação para as fintas que recebeu*, Projeto Resgate – Ceará (1618 – 1832), AHU_ACL_CU_006, Cx. 9, doc. 564, p. 16 a 18; AHU, *Representação dos moradores da vila Real de Sobral à rainha [D. Maria I], em que se queixam dos vexames e injustiças cometidos pelo capitão-mor das Ordenanças da referida vila, José Xavier Furna Uchoa*, Projeto Resgate – Ceará (1618 – 1832), AHU_ACL_CU_006, Cx. 9, doc. 572.

³⁴⁴ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 307.

³⁴⁵ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 307; Manoel do Nascimento Alves Linhares, *Op. cit.*, 1901, p. 71 e 72, Fortunato Alves Linhares, “Notas Históricas da Cidade de Sobral”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno XXXVI, Fortaleza, 1922, p. 283 e 284; Maria Norma Maia Soares, Glória Giovana Sabóia Mont’Alverne Girão, *Sobral: História e Vida*, 1.^a edição, Sobral, Edições UVA, 1997, p. 53.

³⁴⁶ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 309; Manoel do Nascimento Alves Linhares, *Op. cit.*, 1901, p. 75; Nilton Melo Almeida, *Op. cit.*, 2016, p. 195.

³⁴⁷ NEDHIS, *Processo de Inventário Pos-mortem de José Xerez Furna Uchoa José Xerez / Rosa de Sá Oliveira*, Fórum Municipal de Sobral, Sobral, 1826.

³⁴⁸ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 27.

resultante da ligação entre o núcleo da Matriz e a Serra da Meruoca, com base nos estudos do arquiteto José Liberal de Castro³⁴⁹.

Figura 12 – Grupo de casas da praça da Matriz de Sobral (c.1950)



Fonte: acervo da CCM.

Em sua dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, intitulada *Contribuição para o estudo do desenho urbano de Sobral: Século XIX* (2017), Herbert de Vasconcelos Rocha salienta que

Por ocasião do bicentenário de Sobral em 1973, uma exposição intitulada *Sobral 200 anos* sobre a arquitetura sobralense foi produzida por alunos da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, sob a coordenação do prof. Liberal de Castro. Este trabalho inaugurou a historiografia da arquitetura e do urbanismo no Ceará. No mesmo ano de 1973, Liberal de Castro aprofundou a análise do espaço sobralense no artigo *Pequena Informação Relativa à Arquitetura Antiga no Ceará*, na revista *Aspectos*, órgão da Secretaria de Cultura do Estado, quando era titular da pasta o historiador Raimundo Girão. O artigo foi reeditado em 1977 em separata com o patrocínio do CREA-CE. A *Pequena Informação* continua referência obrigatória para os pesquisadores da história da urbanização cearense³⁵⁰.

³⁴⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Estudo para tombamento do conjunto urbanístico da cidade de Sobral-Ceará*, vol. II, Sobral, 4.^a Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN), 1998, p. 89 a 96; Ao que as fontes revelam, foi a indicação proposta pelo arquiteto José Liberal de Castro, aquando da exposição realizada para o bicentenário da cidade de Sobral, no ano de 1973, nomeou a casa setecentista como Casa do Capitão-Mor. Atende-se a José Liberal de Castro, *Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará*, Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1973, p. 20 a 24; repete-se a nomenclatura em José Liberal de Castro, “Arquitetura no Ceará. O século XIX e algumas antecedências”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno CXXVI, 2014, p. 46.

³⁵⁰ Herbert de Vasconcelos Rocha, *Contribuição para o estudo do desenho urbano de Sobral: Século XIX*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2017, p. 36-37. Atente-se também a Ricardo Alexandre Paiva e Beatriz Helena Nogueira Diógenes. Para eles, “Os primeiros textos publicados de Liberal de Castro datam de 1977: ‘Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará’ e

Castro exaltou a arquitetura de Sobral na *Pequena informação relativa à Arquitetura antiga do Ceará* (1973) ao afirmar que a cidade possuía em razoável estado de conservação, ainda na forma original, algumas pequenas casas datadas do período da instalação da vila em 1773, “como a que pertenceu ao Capitão-Mor José de Xerez Furnas Uchoa, na Praça da Sé”³⁵¹. Portanto, é possível dizer que tanto o IPHAN e outros que se seguiram, adotaram as indicações do arquiteto que nomeou o edifício. Por tudo isso, compreende-se que o trabalho de escavação arqueológica colocou em evidência uma parte importante da memória hoje representada na instituição museal CCM e, que o sentido de construção da memória e o seu esquecimento, esteve presente ao longo do tempo de existência do próprio edifício e da narrativa historiográfica que se perpetuou sobre ele. Segundo o IPHAN, na escavação arqueológica no prédio da CCM, objetivou-se reaver parte dos testemunhos que os ocupantes deste edifício em cada uma de suas épocas, recuperando assim não só o património material mais também a história do quotidiano da cidade, um dia-a-dia regular, que por vezes não produziu ou perpetuou documentos escritos³⁵².

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Sobral, por meio da Secretaria de Cultura, Desporto e Mobilização Social do município, contratou os serviços do Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, dirigido pelo professor Dr. Marcos Albuquerque, considerado um dos dois centros de referência na área no Brasil. Os serviços incluíram a escavação nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Matriz de Sobral, onde se supunha a existência de vestígios da primeira Igreja da localidade, sede do antigo curato regional, durante a época em que a economia e a sociabilidade associavam-se ao auge da prosperidade com a criação de gado *vacum*, no chamado ciclo do couro. Na Casa do Capitão-Mor, o professor e sua equipa encontraram a planta de uma segunda habitação, construída anteriormente e descobriram uma grande quantidade de fragmentos de louça inglesa e outros utensílios domésticos. O jornal *O Noroeste*, de 22 de julho de 2005, avançou que parte daqueles achados haviam rumado ao MDJ³⁵³. Todo o material escavado constituiu o acervo da CCM.

‘Factores de localização e de expansão da cidade da Fortaleza’. O primeiro foi um desdobramento de uma exposição e comemoração dos 200 anos de Sobral, quando o arquiteto foi convidado para escrever pequenos textos sobre edifícios antigos emblemáticos da cidade; o segundo foi resultado de uma palestra proferida em um Congresso Nacional de Botânica que se realizou em Fortaleza, em 1968” (Ricardo Alexandre Paiva e Beatriz Helena Nogueira Diógenes, *A contribuição de José Liberal de Castro à arquitetura no Ceará | vitruvius*, em linha, atual, 2013, s/p.).

³⁵¹ José Liberal de Castro, *Op. cit.*, 1973, p. 20.

³⁵² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Op. cit.*, 2002, p. 3.

³⁵³ “A relevância da Arqueologia para resgate histórico”, *O Noroeste*, Sobral, 22 de julho de 2005, p. 9A, recorte.

A instituição abriu as portas à visita pública ao acervo em 4 de julho de 2007, data que marca o aniversário de Sobral, outorgada pela PMS e IPHAN como um centro de referência do património cultural e histórico da cidade. O plano de abertura encontrava-se incluído no Programa Monumenta do Ministério da Cultura e foi marcado pela divulgação da CCM em vídeo promocional e distribuição de material gráfico de divulgação do património cultural sobralense, composto por um mapa e uma cartilha³⁵⁴.

O acervo inaugural exposto na casa-museu foi um compêndio de exemplares dos achados arqueológicos encontrados em escavações e quadros explicativos dos processos de investigação e do restauro implementado no edifício, por se tratar de um arquétipo da arquitetura do século XVIII, identificado na análise dos materiais e técnicas empregadas em sua construção. Além disso, a abertura proporcionou à população o início do projeto Doces Lembranças, em que o público visitante teve acesso, por meio de diversas aulas públicas, de oficinas de fabricação de doces tradicionais da cidade – fartes, queijadas e bulins.

Portanto, desde a sua inauguração, a CCM desenvolveu uma série de serviços educativos para o público em geral (**Figura 13**), organizando ainda visitas mediadas à Casa e ao centro histórico do entorno, de modo a estimular discussões sobre as temáticas que envolvem o património e a história local para todos os públicos. A equipa pedagógica da CCM empenhou-se ainda em atividades lúdico-didáticas destinadas ao público escolar³⁵⁵.

Em janeiro de 2013, sob supervisão do antropólogo Agnelo Queiroz, substituiu-se a exposição, que estava em exibição na instituição desde a sua inauguração, por outras peças do acervo arqueológico disponível, objetivando “potencializar as ações educativas desenvolvidas pela Casa sobre a história e o desenvolvimento urbano de Sobral”³⁵⁶. Como resultado das suas iniciativas voltadas para a educação patrimonial, a CCM foi contemplada, em julho de 2016, com o prémio nacional “Modernização de Museus – Microprojetos 2014” promovido pelo IBRAM³⁵⁷, o que garantiu à entidade fomento para “ações de estudo, catalogação, organização e conservação”³⁵⁸.

³⁵⁴ “Monumenta entrega projeto de resgate cultural em Sobral-CE”, *IPHAN*, 4 de julho de 2007, em linha, atual, 2007, s/p.

³⁵⁵ Secretaria da Cultura Juventude Esporte e Lazer, *Portfólio Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa*, SECJEL, Prefeitura Municipal de Sobral, Sobral, 2019, p. 4 a 6.

³⁵⁶ Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 27 de agosto de 2013*, ano XVI, n.º 12, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2013, p. 2.

³⁵⁷ Marcelino Júnior, “Casa do Capitão Mor conta um pouco da formação de Sobral”, *Diário do Nordeste*, Região, 31 de março de 2018, em linha, atual, 2018, s/p.

³⁵⁸ Edilberto Florêncio dos Santos & João Nilo de Souza Nobre (Orgs.), *Op. Cit.*, 2017, p. 12.

Figura 13 – Atividades desenvolvidas na CCM



Fonte: perfil oficial da CCM no *Facebook*.

Compreende-se que o património cultural necessita de ser um instrumento a serviço da comunidade e que este seja usado como uma ferramenta crítica, reflexiva, eficaz e útil, pois deste modo terá o interesse da sociedade em que está inserido. Só assim pode-se avançar com sua potencialização e conservação, por meio de uma rede de apoio mútuo entre vários agentes de mutação social – poder público, universidades, escolas e sociedade civil em geral –, conscientes do papel fundamental que todos os atores locais devem cumprir como instituições que conhecem e se interessam pelo território. Nesse sentido, a CCM é um dos “lugares de memória” mais ativos e potencialmente atrativos do município, porque enaltece amplamente o património ali revelado, não apenas os objetos expostos em si, mas todo o seu contexto ambiental, cultural e socioeconómico, além de fomentar o compromisso social e pedagógico facilitador para a participação do público.

CAPÍTULO 3 – O BISPADO DE D. JOSÉ E A “RESTAURAÇÃO” DE SOBRAL (1916-1959)

O mundo eclesiástico e a sua influência noutros sectores da sociedade parecem constituir uma robusta rede de ligações muito estreitas, tendo em conta a vasta bibliografia disponível acerca deste conteúdo. A religião – e aqui, em especial, aquela apregoada pela Igreja Católica –, nunca esteve distante da vida civil e política do Brasil, desde a ocupação colonial até a atualidade. O seu domínio é constante e exerce autoridade nas mais variadas atitudes do ser humano³⁵⁹. Entretanto, estas duas esferas estão em permanente tensão e, quando não estão alinhadas, ou seja, quando os interesses do “espaço sagrado e do espaço profano”³⁶⁰ não coincidam podem originar conflitos institucionais. De acordo com o historiador José Pedro Paiva, no seu livro *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777* (2006), “naquelas sociedades onde o peso da religião é grande, é vulgar que uma elite de clérigos, detentores de sólida cultura e conhecimentos, alcancem e partilhem uma parte do poder político e da riqueza disponíveis”³⁶¹.

No segundo quartel do século XIX, com a Lei n.º 229 de 12 de janeiro de 1841, a antiga

³⁵⁹ Para mais informações sobre a história da Igreja e as suas relações no mundo civil e político no ocidente, especialmente no Brasil, atende-se, por exemplo, as obras de: Márcio Moreira Alves, *A Igreja e a Política no Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1979; Eduardo Hoornaert, *A Igreja no Brasil-Colônia: 1550-1800*, 2.ª edição, coleção Tudo é História, volume 45, São Paulo, Editora Brasiliense, 1984; Grimaldo Carneiro Zachariadhes, *Jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS*, 2ª edição, Salvador/BA, EDUFBA, 2010; Eduardo Hoornaert et al., *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira Época*, Tomo II, Vozes, Petrópolis, 1977; João Fagundes Hauck et al., *História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX*, Tomo II/2, Vozes, Petrópolis, 1980; Fernando Catroga, *Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil*, 2ª edição, Coimbra, Edições Almedina, 2010; Fernando Catroga, *Nação, Mito e Rito. Religião Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*, Museu do Ceará, Fortaleza, NUDOC-UFC, 2005; Danièle Hervieu-Léger, *O Peregrino e o Convertido - a religião em movimento*, 1.ª edição, Lisboa, Gradiva, 2005; Sérgio Miceli, *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*, 1ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

³⁶⁰ Sobre os embates e relações de sacrifício nas ambiguidades entre os dois espaços, Zeny Rosendahl expõe: “Assim, na geografia mítica, o espaço sagrado é o espaço real por excelência, quer seja ele materializado em certos objetos ou manifestados nos símbolos hierocósmicos. Dessa forma isola-se do espaço profano que o circula. O espaço sagrado e o espaço profano estão sempre vinculados a um espaço social. A ordenação do espaço requer sua distribuição entre sagrado e profano: é o sagrado que delimita e possibilita do profano. Os dois espaços, sagrado e profano estão numa relação de 'ideal' e 'comum', de 'excepcional' e 'cotidiano'. Essa relação é de tal natureza que a passagem de um plano para o outro exige um 'sacrifício'. A palavra é derivada da expressão latina *sacra facere*, fazer sagrado e, pelo costume, está associada a ritos que implicam a sujeição da coisa ou pessoa a um ser superior, que se encontra em outra esfera de grandeza” (Zeny Rosendahl, *Espaço e Religião: Uma Abordagem Geográfica*, 2ª edição, Rio de Janeiro, UERJ, NEPEC, 1996, p. 32).

³⁶¹ José Pedro Paiva, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 8.

e distinta vila do Sobral recebeu o foro de cidade, adotando a toponímia de Fidelíssima Cidade Januária do Acarahú, conquanto, um ano depois, a 25 de outubro de 1842, voltou-se a usar a sua antiga denominação³⁶². Antigos relatos procuravam exaltar a herança colonial lusitana e o enriquecimento da elite local classificando a cidade como “centro de grande comércio, attrahindo ao seio as populações adventícias de procedências várias, maximè portuguezas e mestiças vindas directamente do Reino ou das Capitanias limitrophes, principalmente de Pernambuco e Rio Grande do Norte, que aqui encontravam meios certos e seguros de se enriquecerem”³⁶³. A sua localização, com uma distância significativa das principais cidades do país, ou mesmo da capital da província do Ceará, tornou-se uma vantagem uma vez que proporcionou a deslocação de pessoas e mercadorias para dentro de seus limites, o que à época, na região Nordeste do Brasil, consignava Sobral como um dos principais centros urbanos³⁶⁴.

3.1. José Tupinambá da Frota: experiência, educação e cultura

Desde o Império, parte da elite cearense marcou a vida religiosa no Brasil e, com frequência, os seus nomes estiveram nas listas dos mais influentes bispos do país³⁶⁵. A personalidade, neste caso analisada, manifestava-se com elevada influência espiritual e temporal na cidade de Sobral. Trata-se de **D. José Tupinambá da Frota**³⁶⁶, natural da cidade e primeiro bispo de Sobral, que governou a Diocese de Sobral entre 20 de janeiro de 1916 e 25 de setembro de 1959³⁶⁷.

É no âmbito da religião que se encontra também a dimensão do sujeito religioso, assumindo um papel numa hierarquia que representa a ideia de sagrado. Encontra-se na figura do bispo a representação das diferentes espécies de poderes que o Direito Canónico enumera ao detentor da cúria diocesana – poderes de governo, de ordem e de absolvição³⁶⁸. Além das

³⁶² Passou por Vila Distinta e Real de Sobral em 1773, Fidelíssima Cidade Januária do Acaraú em 1841 e novamente Sobral em 1842. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, “António José Victoriano Borges da Fonseca e o seu governo no Ceará”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno IV, Fortaleza 1890, p. 194; António Bezerra de Menezes, *Província do Ceará: notas de viagem*, parte do norte, Fortaleza, Typ. Economica, 1889, p. 261.

³⁶³ Fortunato Alves Linhares, *Op. cit.*, 1922, p. 261.

³⁶⁴ Valdelice Carneiro Girão, *Op. cit.*, 1984, p. 117-118; António Bezerra de Menezes, *Op. cit.*, p. 252-266.

³⁶⁵ Barão de Studart, “Cearenses elevados ao sólio Episcopal”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno XXXVI, Instituto do Ceará, 1922, p. 416-429.

³⁶⁶ Para a grafia da palavra Tupinambá, nome próprio do bispo em questão, diversifica consoante a fonte, assumindo como formas gráficas as seguintes representações: Tupynambá, com Y, e Tupinambá, com I –, variando conforme a fonte.

³⁶⁷ Francisco Sadoc de Araújo, *Traços Biográficos de Dom José Tupinambá da Frota*, Sobral, Gráfica Local, 1982, p. 14-25.

³⁶⁸ Em 1917 foi promulgada uma versão do Código de Direito Canónico. A versão mais recente em português, no Índice de matérias abordadas indica o seguinte: “Poder: de governo: ou de jurisdição, são hábeis para o possuir na Igreja os clérigos, 129 § 1; os leigos podem cooperar no exercício, 129 § 2; de si só para o foro

faculdades espirituais, que estão na base dos poderes de ordem e de jurisdição, as conferências católicas qualificam um bispo enquanto “doutor, pregador, missionário oficial, censor das leituras e da imprensa católica, juiz de fé, governador, cabeça da Igreja, pastor, centro de unidade, senhor da vida, chefe da organização, fonte de sacerdócio e de perfeição na vida espiritual, encarnação da sua Igreja, centro da vida cristã organizada. O bispo seria também *veritas*, a Verdade”³⁶⁹.

A questão problemática que se apresenta na definição acima transcrita, encontra-se na tentativa de se estabelecer a ligação entre a sedução impetrada pela profana vida secular humana no sagrado dever religioso episcopal. Durante cinco décadas, a figura de um homem religioso, como foi o caso de D. José, assumiu o poder espiritual que se perpetuou no tempo, e exerceu uma intensa influência no poder temporal de uma região. Apesar da sua forte influência, também não se pode deixar de considerar o caráter institucional que emana da religião, como por exemplo, a instrução seminarística, que proporcionou a fabricação de “soldados” para a Igreja, contribuindo para a permanência de modelos de “hierarquia” e “disciplina” em todo o ocidente, originando “corpos dóceis”, disciplinados conforme uma “microfísica do poder”³⁷⁰.

O bispo natural de Sobral, filho da elite comerciante³⁷¹, classe que estava presente na burguesia económica do noroeste cearense, tornou-se aliado da elite política local. Ambos, os membros das classes altas e da elite política, alimentaram-se da utilização da figura do referido prelado, que se tornou no espaço social, alvo de uma verdadeira adoração e construção mitológica. Foi possível observar esta aliança analisando as fontes que difundiam a aura religiosa articulada com a política da urbe nos discursos e personagens relevantes e que proporcionaram a vinda do prelado à cidade, momento de grandiosidade apoteótica, como se demonstrará adiante.

Um dos pontos que impulsionou o arranque da presente investigação foi a constatação da existência de um eixo basilar: a criação do mito. Nas palavras do historiador professor Fernando Catroga, o mito sacerdotal “surge separado (pela ordenação) da massa dos crentes e superior a eles, porque dotado da *protestas sacra*, ou melhor, ele, enquanto 'eleito' a quem coube a 'sorte', afirma-se como pastor do rebanho, a 'luz' e o exemplo para o povo cristão”³⁷². Está

ex-terno, mas por vezes também para o interno, 130; ordinário e delegado. 131. (...) de ordem: só compete aos clérigos, 274 § 1; não admite privação, 1338, mas somente a proibição do exercício de alguns dos seus actos, 292, 1338 § 2, 1331-1335; e validade da absolvição, 966” (Igreja Católica Apostólica Romana, Codex Iuris Canonici, Versão Portuguesa, Lisboa, Conferência Episcopal Portuguesa, 1983, p. 433.).

³⁶⁹ Márcio Moreira Alves, *Op. cit.*, 1979, p. 93.

³⁷⁰ Michel Foucault, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, 20.^a edição, Vozes, Petrópolis, 1999, p. 117-120.

³⁷¹ Francisco Sadoc de Araújo, *Op. cit.*, 1982, p. 3-7.

³⁷² Fernando Catroga, *Op. cit.*, 2010, p. 55 e 56.

nesse modelo, e à volta dele, qualquer discurso que circule sobre o bispo D. José. As narrativas encontradas nas fontes explicam-no como um emblemático refundador da cidade e o definem como o responsável pela “restauração de tudo”³⁷³ na Sobral cearense.

Foram várias as fontes utilizadas neste capítulo, detendo particular destaque os números do jornal *O Rebate*, que circulou em Sobral no início do século XX. Outro documento igualmente importante foi o folhetim *Don José*, de única edição, publicado em 22 de junho de 1916 pela tipografia do referido jornal, em comemoração a chegada em Sobral de Tupinambá da Frota enquanto bispo. Ademais, os primeiros números do jornal da nova diocese, o *Correio da Semana*, periódico semanal da Igreja que circula até o presente, e também outros jornais de tiragem local e nacional. Outros testemunhos utilizados enquanto fonte foram as revistas do Instituto do Ceará, órgão da sociedade civil, de caráter científico e cultural, que tem por finalidade o estudo da História, da Geografia e Antropologia, especialmente do Ceará, instituição que permanece com suas atividades em funcionamento; livros biográficos de D. José, escritos por “padres-historiadores” da cidade de Sobral, bem como o livro *História de Sobral* (1952)³⁷⁴, um testemunho importante que foi deixado pelo prelado; e ainda cartas do *corpus* epistolar relacionada ao primeiro bispo diocesano de Sobral, missivas que podem ser encontradas no Núcleo de Documentação Histórica (NEDHIS), do Centro de Ciências Humanas (CCH) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e nas correspondências encontradas na pasta do ex-aluno do Colégio Pio Latino Americano, em Roma.

Foram os membros da Igreja Católica que iniciaram a produção de textos sobre a história local, conforme indica o historiador professor Francisco Dênis Melo. A produção literária sobre a história local sobralense iniciou-se com o texto denominado “Notícias da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Caissára”, de 1747, publicado na *Revista do Instituto do Ceará* no ano de 1888, de autoria do padre João Ribeiro Pessoa³⁷⁵.

Pode-se dividir as problemáticas iniciais sobre o prelado em dois momentos. O primeiro, trata de situar o tempo de D. José Tupinambá da Frota e em especial, a relação da Igreja e o Estado, envolvendo matizes do espiritual e do secular, que pairavam no cenário sobralense e, usufruindo deste cenário, a trajetória do desenvolvimento e a formação do

³⁷³ A expressão está presente no discurso de tomada de posse de Dom José enquanto bispo de Sobral e Clodoveu de Arruda, “Nova Diocese”, *Don José, publicação em homenagem a Dom José Tupinambá da Frota 1.º Bispo de Sobral*, Tipografia O Rebate, 22 de junho de 1916, p. 2. Encontra-se ainda em outras fontes a referência que D. José era “considerado pelas grandes obras que [já] há feito em Sobral – o 3.º fundador da cidade” (Fortunato Alves Linhares, *Notas Históricas da Cidade de Sobral*, Sobral, Academia Sobralense de Estudos e Letfundadorras, 1945, p. 109).

³⁷⁴ A primeira edição do livro é de 1952 pelo que se manteve o indicativo daquela data. A presente investigação utiliza a segunda edição de 1974.

³⁷⁵ Francisco Dênis Melo, *Op. cit.*, 2013, p. 20.

contexto sociocultural do primeiro bispo. Em seguida, serão analisadas passagens dos discursos das elites sobralenses acerca da figura do bispo, imediatamente ao chegar à cidade para exercer o episcopado. A análise focou-se nas narrativas discursivas que construíram a imagem do referido prelado, que aparece nos diversos documentos encontrados sempre caracterizado através da adjetivação de índole magnânima e uma escrita em tom louvável. Tal escrita laudativa, gravada ora pela Igreja ora pelas elites ilustradas da cidade, explica a subjetividade pela atenção dedicada à Sobral, “a terra dos pais”, a *pátria* sertaneja. Em D. José, a qualidade dos homens que ali nasciam, era supervalorizada em esplendor coletivo.

O referido bispo deixou poucos documentos escritos. Apenas alguns textos soltos que podemos encontrar no jornal da diocese e em quatro livros: *Traços biográficos de Manuel Artur da Frota* (1952), que narra episódios da história paterna; a *História de Sobral* (1952), obra que o bispo se refere como “documentário relativo a História de Sobral, o qual desejo seja pelos sobralenses considerado como testemunho do grande amor que consagro à minha terra e a minha gente”³⁷⁶; *O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota 1.º Bispo de Sobral* (1991), publicado em 1991 pelo padre João Mendes Lira a partir de originais confiados ao referido clérigo, que causaram grande impacto na altura da publicação, pois narram os conflitos protagonizados entre o antístite e o então juiz da cidade, José Sabóia de Albuquerque³⁷⁷; e por último, e não menos importante, *Efemérides da minha vida* (2019), uma outra publicação *post mortem*, editada em setembro de 2019, pelo professor da UVA, José Luís Lira, atual diretor do MDJ. O livro transcreve o caderno de D. José, encontrado no acervo do museu, onde narra episódios desde seu nascimento em 1882 ao ano 1908, quando era o pároco diocesano de Sobral, antes da sua passagem para o cargo de bispo.

Subsidiado pelos poucos excertos que o prelado redigiu e as articulações com os discursos encontrados percebe-se os valores imaginários presentes na composição e no funcionamento da sociedade sobralense e consequentemente na organização orquestrada pelo bispo no Museu Diocesano de Sobral. Colaborando, com essa discussão, tem-se a compreensão do modelo de governo episcopal exercido por D. José Tupinambá da Frota.

3.1.1. Influência e aprendizado: da gênese ao desenvolvimento

Somente no final do século XIX, alguns bispos brasileiros procuraram reformar o catolicismo no país com a intenção de aperfeiçoar e remodelar as práticas que consideravam

³⁷⁶ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 4.

³⁷⁷ João Mendes Lira, *O Livro Inédito de Dom José Tupinambá da Frota 1.º Bispo de Sobral*, Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1991.

antiquadas. Os reformadores desejavam “romanizar”³⁷⁸ o catolicismo brasileiro, aplicando os padrões culturais provenientes de Roma³⁷⁹.

Na cidade italiana que acolhe o Vaticano, sentaram-se no sólio de Pedro dois Romano Pontífices que eram cruzados: Leão XIII, entre os anos de 1878 e 1903, e Pio X, entre 1903 e 1914. Nas palavras de Márcio Moreira Alves, em *A Igreja e a política no Brasil* (1979), os cruzados dedicavam-se, “a restabelecer a antiga hegemonia do catolicismo segundo um modelo de cristandade e a defender a Igreja contra os que consideravam seus inimigos: o protestantismo, a maçonaria, o modernismo, o marxismo, o laicismo”³⁸⁰. Seria por essa renovação do catolicismo que as antigas tradições da religiosidade popular católica, manifestas no nordeste brasileiro, deveriam ser substituídas por novas, seguindo a postura doutrinária do Vaticano, naquele momento consolidada através das encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum* (1864)³⁸¹.

Durante o período do Império brasileiro (1822-1889), o Estado mantinha certos embates ideológicos com a Igreja Católica. Pedro I do Brasil³⁸², que reinou de 1822 a 1831, era grão-mestre da maçonaria, e demonstrava pouco interesse pelos assuntos clericais³⁸³. Durante o período da Regência, de 1831 a 1840, o ministro da Justiça, padre Diogo Antônio Feijó – acérrimo defensor do galicanismo –, manteve a Igreja sob tutela do Estado, editando vários decretos e leis, de modo a conter e controlar os negócios religiosos³⁸⁴, tentando inclusive separar a Igreja brasileira do Vaticano³⁸⁵. Na sequência disso, “o meio século do reinado de Pedro II não melhorou muito a situação da Igreja. O imperador aliava um ciumento cuidado das

³⁷⁸ Sobre este termo, atenda-se ao seguinte: “A partir de 1950, alguns estudos acadêmicos ressuscitaram o termo romanização. Os responsáveis por isso foram dois brasilianistas: o sociólogo francês Roger Bastide (1898-1974) e o historiador estadunidense Ralph Della Cava, professor da Universidade de Colúmbia. A romanização é discutida no artigo clássico de Roger Bastide, *Religion and the Church in Brazil*, enquanto Ralph Della Cava o faz a partir dos aportes que Bastide apresentou e desenvolveu em torno dos conceitos de ultramontanismo e romanização” (Ítalo Santirocchi, *Os Ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Império (1840-1889)*, Roma, Tese de Doutorado, Faculdade de História e Bens Culturais da Igreja, Pontifícia Universidade Gregoriana, 2010, p. 203).

³⁷⁹ Eduardo Hoornaert *et al.*, *Op.cit.*, 1977, p. 248. O Concílio Vaticano I aconteceu entre 8 de dezembro de 1869 e 18 de dezembro de 1870, sendo promovido pelo Papa Pio IX (1846-1878). As principais decisões passaram pela criação de uma Constituição dogmática intitulada *Dei Filius*, que tratava sobre a Fé católica e a Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, abordando o primado e infalibilidade do Papa quando este se pronunciasse *ex-cathedra*, em assuntos de fé e de moral. Tratou-se ainda de questões doutrinárias que eram necessárias para dar novo alento ao catolicismo romano e melhor informar sobre assuntos essenciais de Fé.

³⁸⁰ Márcio Moreira Alves, *Op. cit.*, 1979, p. 34.

³⁸¹ Sérgio Miceli, *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*, 1.ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p. 18.

³⁸² Em Portugal, Pedro IV.

³⁸³ Márcio Moreira Alves, *Op. cit.*, 1979, p. 26.

³⁸⁴ Márcio Moreira Alves, *Op. cit.*, 1979, p. 27.

³⁸⁵ Marco Morel, *O período das Regências (1831-1840)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003, p. 29.

prerrogativas nacionais ao cepticismo em matéria religiosa”³⁸⁶. Entretanto, através de uma análise feita por Douglas Nassif Cardoso encontramos o indicativo de que houve algum “zelo de D. Pedro II na escolha dos bispos do Brasil, assim como no prover verbas para envio de seminaristas às melhores escolas de França e Portugal, permitiu, sem o saber, o fortalecimento da ala conservadora da igreja, ultramontista, havendo, em 1872, época da chamada ‘Questão Religiosa’, pelo menos cinco bispos desta orientação no Brasil”³⁸⁷.

Através do advento da República no Brasil (1889), a Igreja Católica perde a sua principal função para o Estado, condição a que já estava habituada não só, mas também, no Brasil. Foi com o Decreto n.º 119A, de sete de janeiro de 1890³⁸⁸, que o marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do então Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil estabeleceu a separação entre o Estado Republicano brasileiro e a Igreja, pondo fim ao sistema de padroado. Concretizou-se, deste modo, uma cisão da relação consuetudinária existente entre a Igreja Católica e o Brasil³⁸⁹.

Essa nova situação provocou na Igreja Católica no Brasil uma reorganização que passou pelo enfrentamento com as ideologias modernas³⁹⁰, além de uma reestruturação de ordem financeira³⁹¹. Tal transformação abriu caminho para uma reforma da Igreja, visto que se eliminou o obstáculo do jurisdicionalismo, prevalecendo o ultramontanismo, corrente que continuou a ser um dos marcos da instituição eclesiástica no país nas primeiras décadas a nova república das Américas³⁹².

Nesse contexto surgiu José Tupinambá da Frota, que dedicou a sua vida à causa eclesiástica. A *persona* de Tupinambá e a sua existência, intensas e polémicas, surgem como representação da complexidade do momento histórico. A sua obra e intervenção temporal incisiva movimentaram intensamente o noroeste cearense na primeira metade do século XX

³⁸⁶ Márcio Moreira Alves, *Op. cit.*, 1979, p. 28.

³⁸⁷ Atende-se a Douglas Nassif Cardoso, “Uma Análise do Catolicismo Brasileiro no Segundo Império”, *Caminhando*, vol. 1, n.º 1, 2008, p. 120.

³⁸⁸ Brasil, *Decreto n.º 119A*, em linha, atual. 1890, s/p.

³⁸⁹ Conforme as demandas da Lei, esse decreto: “Prohíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias”, em Brasil, *Op. cit.*, 1890, s/p.

³⁹⁰ Atenda-se a Jacques LeGoff: “Em 1864, o papa Pio IX publicou a encíclica *Quanta cura*, seguida de uma lista de oitenta proposições condenadas, o *Syllabus*. Este documento singular é uma excelente lista de todas as ideias ‘progressistas’ relativas aos ‘reacionários’ e condena explicitamente o progresso, o que é um facto insólito, pois que raramente os reacionários se reconhecem como antiprogressistas” (Jacques LeGoff, *História e memória*, Coleção Repertórios, Campinas/SP, Editora da UNICAMP, 1990, p. 262).

³⁹¹ Conforme indicado em: “Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de o seus haveres actuaes, bem como dos seus edificios de culto” (Brasil, *Op. cit.*, 1890, s/p.).

³⁹² Ítalo Santirocchi, *Op. cit.*, 2010, p. 562.

com a construção de estruturas socioculturais – igrejas, hospital, asilos, escolas, seminário, museu – e interferências no campo político.

Nascido em Sobral, a 10 de setembro de 1882, o filho do senhor Manoel Artur da Frota (1852-1928)³⁹³ e da senhora Raimunda Artemísia Rodrigues Lima (1855-1936)³⁹⁴, era descrito como “oriundo de família ilustrada por nomes como D. Jeronymo Thomé da Silva, erudito e virtuoso arcebispo da Bahia, ídolo dos parentes a quem abre o largo peito amigo; o reverendo dr. João Augusto da Frota, pujante mentalidade, pronunciada vocação científica, glória de magisterio pelos profundos e variados conhecimentos, outr'ora regador de Gymnasio pernambucano e lente de Lyceu cearense, ornamento de clero e ao seu retiro serrano cultivando as letras com apuro; e filho de saudoso sobralense o dr. Antonio Austregesilo Rodrigues Lima, saliente vulto da galeria pernambucana, membro da Academia Brasileira de Letras, medico distinguido por números, clinica e é laureado professor da Escola de Medicina do Rio de Janeiro”³⁹⁵, em um texto repleto de atributos da sua descendência, que o autor da fonte procurou reforçar.

O excerto acima transcrito foi assinado pelo comerciante Antônio Ibyapina em conteúdo publicado no folhetim *Don José*, por ocasião da chegada do jovem como bispo na sua cidade natal. A escrita elogiosa expõe os traços da árvore genealógica do prelado, acentuando os parentes mais destacados, especialmente D. Jerónimo Thomé da Silva³⁹⁶ – arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, considerado “ídolo dos parentes” – (**Figura 14**), bem como outro parente clérigo, dr. João Augusto Frota, descrito como um homem de “pujante mentalidade, pronunciada vocação científica, glória de magisterio pelos profundos e variados conhecimentos” e estes predicados serviam como uma forte referência ao José Tupinambá.

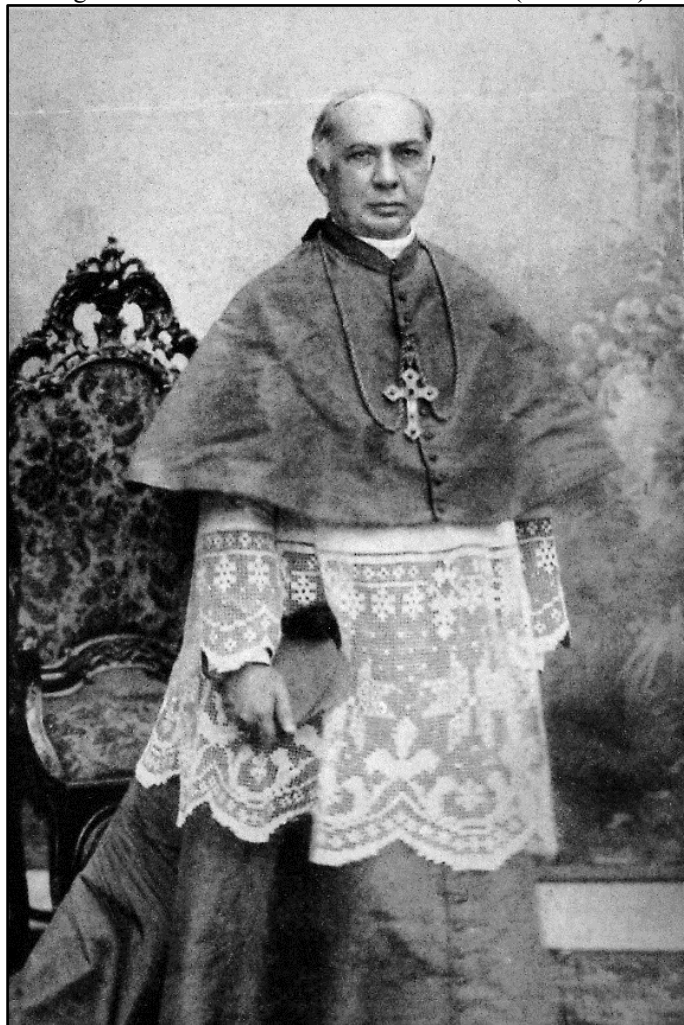
³⁹³ Francisco Sadoc de Araújo, *Op. cit.*, 1982, p. 4 e 5; Dom José Tupinambá da Frota, *Traços biográficos de Manuel Artur da Frota*, Sobral/CE, edição do autor, 1952, p. 3 a 24.

³⁹⁴ Francisco Sadoc de Araújo, *Op. cit.*, 1982, p. 5.

³⁹⁵ Antônio Ibyapina, “D. José Tupinambá da Frota”, *Don José, publicação em homenagem a Dom José Tupinambá da Frota 1.º Bispo de Sobral*, Tipografia O Rebate, 22 de junho de 1916, p. 2.

³⁹⁶ Dom Jerónimo era primo de Manuel Arthur da Frota, pai de Dom José. Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1952, p. 13.

Figura 14 – D. Jerónimo Thomé da Silva (1849-1924)



Fonte: Bispo do Ceará, *Álbum histórico...*, 1914, s/p.

Sobre a infância na cidade de Sobral, em alguns testemunhos apresentados no mesmo periódico, revelam-se o contato do jovem José Tupinambá com a busca pela erudição, traço marcante do seu temperamento e da sua obra. No relato, da autoria do jornalista Vicente Loiola, escrito sob o título de *Reminiscências*, brotam notas sobre a infância e mocidade na Sobral dos finais do século XIX e início do XX. Em sua memória estava inscrita a lembrança de que “Todos os dias quando eu passava para o trabalho, lá estava o jovem num compartimento interior, para além do balcão da loja paterna, debruçado sobre os livros. Eram grammaticas e dictionarios portuguezes, francezes e da língua em que Virgilio e Horacio cantaram prodígios”³⁹⁷.

Através dos escritos do padre Francisco Sadoc de Araújo, cujo trabalho de pesquisa está focado para o Vale do Rio Acaraú e região noroeste do Estado do Ceará, coloca-se em evidência

³⁹⁷ Jornal O Rebate, *Op. cit.*, 1916, p. 3.

uma inspiração para o menino *Tupy*³⁹⁸. Em *Traços Biográficos de Dom José Tupinambá da Frota* (1982), escrito em comemoração do seu centenário de nascimento, afirma que em 1895 regressou a Sobral o padre José Alfeu Lopes de Araújo, sacerdote sobralense que tinha sido recém-ordenado em Roma. Está na influência do padre José Alfeu o desejo que levaria Tupinambá a sonhar com voos mais altos, envolvido por narrativas de pessoas tão próximas a ele, como foi lembrado pelo próprio D. José, com indisfarçável emoção: “A Providência Divina dispôs que em 1895 voltasse de Roma o Padre José Alfeu Lopes de Araújo, nosso conterrâneo e ainda meu parente, em quem encontrei um amigo e confidente. Falava-me com entranhado carinho do Colégio Pio Latino-Americano, de Roma, do qual fora aluno, da correção, brandura e delicadeza dos jesuítas seus ex-superiores, das belezas artísticas da Cidade Eterna, do Vaticano, do Papa, e de mil outras coisas que me faziam sonhar. A minha imaginação impregnava-se vivamente dessas imagens, e nos meus sonhos com frequência apareciam essas visões como a mais doce das realidades”³⁹⁹.

Foi o padre Alfeu Lopes de Araújo quem havia celebrado a primeira missa que o menino Tupinambá ajudou a realizar, a 16 de fevereiro de 1896, na capela do Menino Deus⁴⁰⁰. Entretanto, o seu pai ambicionava enviá-lo para Coimbra, com o intuito de estudar Direito ou Engenharia, conforme evidencia o próprio bispo: “‘Vou mandá-lo para a Universidade de Coimbra’, o que me fazia perder alguns minutos de sono, quando dito à noite. Imaginava eu o que poderia ser essa Universidade de Coimbra!”⁴⁰¹. No entanto, os planos eram outros, inspirados na trajetória do padre Alfeu e também nos caminhos dos parentes eclesiásticos. Aprender os primeiros saberes da vocação sacerdotal diretamente com o seu parente, prelado à frente do arquiépiscopado baiano, mostrava ser o atalho mais certo a trilhar pelo idealista *Tupi*.

O referido padre Alfeu falou a Manuel Arthur da Frota dos desejos de José em tornar-se sacerdote, formado em Roma, sob os auspícios papais⁴⁰². Segundo os relatos que chagaram até nós, a 8 de agosto de 1897, no estabelecimento comercial de seu pai, o menino foi interrogado pelo progenitor da seguinte maneira: “‘Você quer ordenar-se?’ Imediatamente respondi: ‘Quero sim, senhor’. E êle: ‘Quer ir para Roma?’ Extasiado com esta surpresa, respondi: ‘Quero sim, senhor’. ‘Pois bem’, acrescentou ele, ‘prepare-se para ir quinta-feira com

³⁹⁸ Encontra-se em Francisco Sadoc de Araújo, *Op. cit.*, 1982, p. 6: “Batizado com o nome de José, seus pais lhe acrescentaram o cognome Tupinambá que, na intimidade carinhosa do lar, foi logo abreviado para Tupi”.

³⁹⁹ Atende-se a uma citação de Dom José Tupinambá da Frota escrita em Francisco Sadoc de Araújo, *Op. cit.*, 1982, p.8. Esta citação está presente no livro que escreveu Dom José Tupinambá da Frota, *Traços biográficos de Manuel Artur da Frota*, Sobral/CE, edição do autor, 1952, p. 14.

⁴⁰⁰ Dom José Tupinambá da Frota, *Efemérides da minha vida*, 1.ª edição, Sobral, Expressão Gráfica, 2019, p. 22 e 23. O livro encontra-se escrito como um diário, indicando o dia, mês e ano dos eventos narrados.

⁴⁰¹ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1952, p. 13.

⁴⁰² *Idem*, p. 14.

o João Evangelista. Só lhe peço uma coisa: nunca seja vendedor de sacramentos”⁴⁰³. Como se lê nas palavras do próprio Tupinambá, aquele êxtase levou-o de Sobral a Roma num piscar de olhos.

Aos 14 anos viajou no comboio de Sobral a Camocim⁴⁰⁴, onde, no dia 15 de agosto de 1897, embarcou no barco à vapor *Cabral* rumo a Fortaleza. Daí, uma semana depois, às 3h da tarde do dia 22 de agosto de 1897, tomou outro barco à vapor, *São Salvador*, com destino a Bahia, onde foi fazer os estudos preparatórios no seminário da capital baiana⁴⁰⁵. No caderno encontrado nos arquivos do MDJ, Tupinambá da frota conta que os anos em Salvador não foram nada agradáveis. O então seminarista chegou dia 29 de agosto daquele ano, hospedando-se no Palácio Arquiepiscopal. Dois dias após sua chegada ao Palácio foi avisado pelo mordomo – cônego Antônio Elisário Machado –, sob ordens do arcebispo, que deveria se dirigir ao Seminário⁴⁰⁶. Tendo em consideração as péssimas informações que tinha sobre as condições deploráveis do Seminário baiano, tal pedido lhe incitou algum espanto e provocou ao menino *Tupi*, como ele mesmo descreve, uma “espécie de pavor e desilusão”⁴⁰⁷, causando-lhe desgosto.

De acordo com as suas memórias, a vida no Seminário em Salvador foi custosa ao então seminarista José Tupinambá (**Figura 15**), como igualmente se constata num episódio, por ele narrado, em que o mesmo esteve doente, a 1 de dezembro de 1897: “fiquei sem medicamentos, sem alimentação, sem assistência alguma. Incrível! Durante quase todo o dia tinha febre, à tardinha eu ia pedir ao cozinheiro alguma comida e sempre me dizia que não tinha mais. Comia umas mangas verdosas que caíam dos pés existentes no recreio do Seminário menor”⁴⁰⁸. Desamparado, faminto e sentindo-se muito sozinho, acometeu-se ainda de cataporas no ano seguinte⁴⁰⁹.

⁴⁰³ *Ibidem*.

⁴⁰⁴ Francisco Sadoc de Araújo, *Op. cit.*, 1982, p. 8.

⁴⁰⁵ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 2019, p. 24.

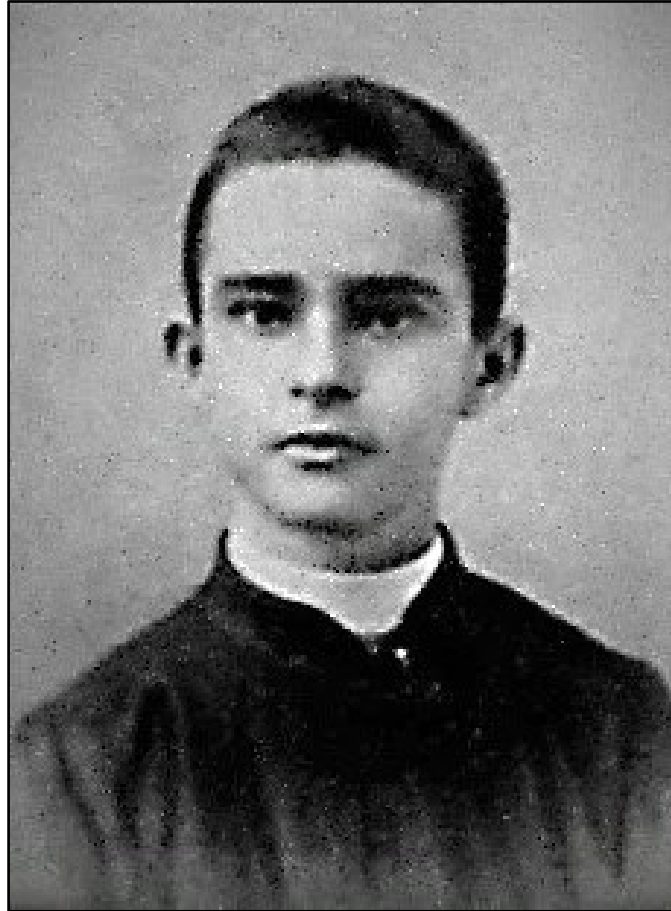
⁴⁰⁶ *Idem*, p. 24 e 25.

⁴⁰⁷ *Idem*, p. 25.

⁴⁰⁸ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 2019, p. 27.

⁴⁰⁹ Também conhecida por varicela, a catapora é uma “doença eruptiva, contagiosa, que se observa especialmente nas crianças e que se caracteriza por uma erupção vesiculosa, espaçada, que desaparece em poucos dias” (Priberam Informática, S. A., *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP)*, em linha, atual, 2019, s/p.).

Figura 15 – José Tupinambá seminarista (c. 1897)



Fonte: Bispado do Ceará, *Op. cit.*, 1914, s/p.

Apesar dos contratempos experienciados, a vida eclesial haveria de transformar a existência de Tupinambá. Não foi este derrotado destino que ele um dia idealizou. A 17 de abril de 1899, embarcado no barco à vapor francês *Béarn*, rumo a Itália – na companhia de Dom Jerônimo Thomé da Silva, arcebispo da Bahia, de Dom Joaquim José Vieira, bispo do Ceará, de monsenhor João Gonçalves da Cruz e do padre José Leorne Menescal, respectivos secretários dos prelados dessa comitiva⁴¹⁰ –, Tupinambá certamente relembra os seus sonhos com Roma, relembra os caminhos narrados pelo padre Alfeu e logo surgiram em seus pensamentos o que viria a ser o seu ideal de um futuro plano para Sobral⁴¹¹.

Chegado a Roma no dia 13 de maio de 1889, o jovem Tupinambá encontrou uma cidade

⁴¹⁰ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 2019, p. 33.

⁴¹¹ Dos anos de estudo em Roma pouco se sabe até hoje. O Padre Francisco Sadoc de Araújo dedicou alguns parágrafos no pequeno livro que escreveu em 1982, que serão referenciados no presente estudo. O Museu Diocesano Dom José, em Sobral, possui, como parte do seu acervo, um caderno escrito em latim, atualmente a ser traduzido, com anotações da época de estudante na *Pontificia Università del Collegio Romano*, constando indicações das matérias estudadas e dos apontamentos das aulas. Encontrou-se ainda uma pasta nos arquivos do Colégio Pio Latino-Americano contendo cartas inéditas que serão divulgadas nesse trabalho.

que estava em rápida e tumultuada transformação, devido aos efeitos da unificação da Itália⁴¹², sendo acompanhado pela comitiva nordestina de clérigos participantes do Concílio Plenário da América Latina, evento que “reuniu os prelados latino-americanos, para fixar as diretrizes norteadoras do catolicismo nessa região à luz do Concílio Vaticano I”⁴¹³.

O local sede para o Concílio foi a igreja do Colégio Pio Latino-Americano⁴¹⁴, uma magnânima igreja de três naves, embelezadas com muita ostentação e resplendor⁴¹⁵. O colégio desde sempre foi comandado por clérigos da Companhia de Jesus e abrigou Tupinambá durante os anos seguintes ao evento católico. Para a missa inaugural do Concílio, a fonte revela que foi cantada pelo arcebispo Primaz do Brasil, D. Jerônimo⁴¹⁶, denotando a importância do seu parente para a Igreja. Os documentos *Acta et decreta concilii plenarii Americae Latinae in urbe celebrati anno domini MDCCCXCIX* (1900)⁴¹⁷, publicados pela Igreja Católica, tornaram-se as manifestações fundantes “da romanização do catolicismo mestiço da América Latina”⁴¹⁸, não deixando de estar presentes na formação eclesial do sobralense na Cidade Eterna.

Embora com algum atraso, os jornais sobralenses informaram os leitores das notícias que chegaram de Roma em cartas que eram publicadas. Sob o olhar atento do seminarista José Tupinambá, o Concílio Plenário Latino Americano encerrou as suas conferências no dia 9 de julho de 1899⁴¹⁹. No jornal *A Cidade*, impresso na edição publicada em Sobral no dia 12 de julho de 1899, relataram o seguinte cenário: “Já se acham ali reunidos quasi todos os Bispos d’América do Sul para o concílio que terá de se realizar na vasta capella do Collégio Pio Latino Americano, sob presidência do cardinal *di Pietro*”⁴²⁰. A redação informou que se reuniram 54 arcebispos e bispos para o concílio, sendo 13 do México, 11 do Brasil, seis da Colômbia, cinco da Argentina, cinco do Peru, quatro do Chile, dois do Paraguai, dois do Uruguai, dois do Haiti,

⁴¹² Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 2019, p. 35.

⁴¹³ Norberto Dallabrida, “Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolicização e escolarização”. Em *Histórias e memórias da Educação no Brasil*, volume III, Vozes, Petrópolis, 2005, p. 78.

⁴¹⁴ Igreja Católica Apostólica Romana, *Acta et decreta Concilii Plenarii Americae Latinae in urbe celebrati anno domini MCCCXCIX*, Roma, Typis Vaticanis, 1900, p. XLIII.

⁴¹⁵ Alberto G. Bianchi, *De México a Roma y de Roma a Barcelona: memorias de la peregrinación mexicana de 1900*, Barcelona, L. González y Ca., 1901, p. 140.

⁴¹⁶ Igreja Católica Apostólica Romana, *Op. cit.*, 1900, p. XLVI.

⁴¹⁷ Sobre esse documento, atenda-se ao artigo de Paula Leonardi e Águeda Bernardete Bittencourt, “De documento religioso a fonte histórica: as atas do I Concílio Plenário da América Latina”, *Educação e Filosofia*, vol. 30, n.º 59, 2016, p. 135-158. Salienta-se ainda o que escreveu Irineu Roque Scherer: “Os decretos conciliares, em número de dezesseis, versam sobre os seguintes temas: a maior glória de Deus, a defesa da fé, o incremento da religião e da piedade, a salvação das almas, o esplendor das igrejas a honra e disciplina do clero, a dignidade e a grandeza da ordem episcopal, o culto divino, os sacramentos, os benefícios eclesiais, os bens da Igreja, as cúrias episcopais, os tribunais eclesiais, e outros” (Irineu Roque Scherer, *Concílio Plenário na Igreja do Brasil: A Igreja no Brasil de 1900 a 1945*, 1ª edição, São Paulo, Paulus, 2014, p. 37).

⁴¹⁸ Norberto Dallabrida, *Op. cit.*, 2005, p. 79.

⁴¹⁹ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 2019, p. 37.

⁴²⁰ “Correspondência Cartas de Roma”, *A Cidade*, ano I, n.º 42, 12 de julho de 1899, Sobral, p. 1.

um do Equador e um da Guatemala. Entretanto, o Papa Leão XIII recebeu “antes de outros”, uma comitiva dos bispos brasileiros no dia 22 de maio de 1899. Este encontro, “foi um espectáculo tocante e arrebatador, vemo-nos todos reunidos em roda do grande Pontífice, o santo velho Leão XIII, que nos acolheu paternal e amorosamente”⁴²¹.

Como já foi abordado anteriormente, com a instauração da República brasileira, a 15 de novembro de 1889, e a consequente publicação do Decreto 119A, de 7 de janeiro de 1890, instituiu-se a separação jurídica entre Igreja e Estado no Brasil, provocando efeitos socialmente significativos sobre a religião que se considerava, até então, a oficial do Estado⁴²². E mesmo após nove anos, esses efeitos eram notados e continuavam presentes nas preocupações vividas pelos eclesiásticos brasileiros, ao ponto do Pontífice encorajar os antigos padres, “chamando-os a compreender a nobreza e altura de suas funções no meio da sociedade e em face de nossos adversários, impondo-se pelo zelo e virtudes, enfim, tocando em todos os pontos de nossas actuaes circunstâncias e”, ainda nas palavras do missivista correspondente ao jornal sobralense, “tudo isso nos fazia possuir de admiração e entusiasmo”⁴²³.

Durante o Congresso, José Tupinambá encontrou-se com o *Pontifex* em duas oportunidades, que recordou como momentos de glória, tendo registado no seu diário. A primeira vez que viu o santo padre Leão XIII foi a 11 de junho numa missa celebrada na *Cappella Paolina*, no Palácio do Vaticano⁴²⁴, construída no pontificado de Paulo III, constando-se no seu interior dois grandes frescos de Miguel Ângelo: A Conversão de Paulo e A Crucificação de Pedro⁴²⁵. Com a admiração vislumbrada extasiava-se aquele jovem cearense conhecendo tão espetaculares obras de arte no ponto nevrálgico da Igreja Católica⁴²⁶. Os corredores e salas do Vaticano abriram-se para *Tupi* quando convidado a ascendê-los. Ele narrou que na segunda ocasião: “O Santo Padre entrou na ‘Sala delle benedizionis’⁴²⁷, levado

⁴²¹ *Ibidem*.

⁴²² A respeito daquele momento histórico e as suas implicações à Igreja Católica, consultar o artigo de Maurício de Aquino, “A Igreja Católica na Primeira República Brasileira (1889-1930): laicidade pragmática, diocesanização, congregações religiosas”, em Gamaliel Silva Carreiro, Lyndon de Araújo Santos, Sérgio Figueiredo Ferretti, Thiago Lima de Santos (Org.), *Todas as águas vão para o mar: Poder, Cultura e Devoção nas Religiões*, São Luís/MA, EDUFMA - Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2013, p. 119-142.

⁴²³ “Correspondência: Cartas de Roma”, *Op. cit.*, 1899, p. 1.

⁴²⁴ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 2019, p. 36.

⁴²⁵ Charles George Herbermann *et al.* (Org), *The Catholic encyclopedia; an international work of reference on the constitution, doctrine, discipline, and history of the Catholic Church*, Volume 15, New York, The Encyclopedia Press, 1907, p. 279-280

⁴²⁶ Os Museus do Vaticano lançaram uma versão em realidade virtual da *Cappella Paolina* e de outras capelas papais, no ano de 2010. Foram feitas fotografias em alta resolução e o processamento digital das imagens com pormenor e definição em aplicação técnica de 3D. Isso pode ser visto em Musei Vaticani, *Basiliche e Cappelle Papali Virtual Tour*, em linha, atual, s/p.

⁴²⁷ É possível que Dom José Tupinambá da Frota esteja se referindo a *Aula delle Benedizioni*, um longo salão acessível apenas a partir da Sala Régia, onde aconteciam os consistórios, Charles George Herbermann *et al.*

na sede gestatória⁴²⁸ (**Figura 16**), com todo o esplendor das cerimónias papais. Tanto desta vez como da primeira, foi o sr. arcebispo da Bahia quem me arranjou o ingresso”⁴²⁹.

Figura 16 – Papa Leão XIII em sede gestatória



Fonte: Alberto G. Bianchi, *Op. cit.*, 1901, p. 132

É possível presumir a experiência do seminarista sobralense a partir da narrativa de um peregrino mexicano, em sua jornada religiosa à Cidade Eterna. Os dois jovens católicos latino-americanos estiveram na mesma sala e presenciaram o mesmo tipo de cerimónia, ainda que em momentos diferentes. Pelo relato, que aqui se transcreve, fica exequível supor que José

(Org), *Op. cit.*, 1907, p. 301. Segundo a mesma enciclopédia, a “A. The Sala Regia. Although not intended as such, this broad room is really an antechamber to the Sistine Chapel, reached by the Scala Regia. To the left of the entrance formerly stood the papal throne, which is now at the opposite side before the door leading to the Cappella Paolina”. Charles George Herbermann *et al.* (Org), *Op. cit.*, 1907, p. 297.

⁴²⁸ Do latim *sedes gestatoria*, cadeira ou liteira, de transporte para carregar os papas. Charles George Herbermann *et al.* (Org), *Op. cit.*, 1907, p. 300.

⁴²⁹ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 2019, p. 37.

Tupinambá também lá estivesse junto aos alunos do Colégio. Transmite em detalhes as impressões sentidas pelo mexicano Alberto G. Bianchi, assentes no livro *De México a Roma y de Roma a Barcelona: memorias de la peregrinación mexicana de 1900* (1901):

el Santo Padre se dignaba conceder audiéncia general en la basílica Vaticana a varias peregrinaciones [...] Como si hubiesen querido dar un mentís a los revolucionários engendrados por las sectas anti-cristianas, los hijos de la redenta Italia, a semejanza de sus hermanos que los habían precedido en el Año Santo, iban a rendir sus homenajes de adhesión al gran Pontífice, quien reconocen como rey legítimo de Roma. [...] Pasaban de ocho mil las personas que habían acudido a recibir la bendición del Santo Padre. [...] Además de los peregrinos veíanse en las naves de la espaciosa basílica a muchas personas que habían obtenido billetes [...], y a los alunos del Colegio Pío Latino Americano, presididos por su digno Rector el reverendo padre Enrico Radaelli. [...] El Santo Padre salió de sus aposentos al medio día, acompañado de los Emmos. y Rmos. Señores Cardenales Serafino Vannutelli, Obispo Suburbicario de Frascati, de Logue y Mathieu, y de su Corte Noble. [...] Para formarse una idea del entusiasmo que despertó entre aquella muchedumbre la presencia del Papa era preciso haber sido testigos de ella. Un aplauso unánime y un viva que repercutió en las bóvedas del augusto santuário con formidable estruendo, se escuchó en un instante, y siguieron las aclamaciones de tal suerte, que parecían el sordo rumor del huracán que siente uno acercarse, cuando está próximo a los seculares bosques de América. Hemos presenciado demostraciones populares en honor de guerreros y patrícios; pero ninguna tan solemne, tan majestuosa, tan imponente como la que se tributaba al insigne León XIII, por un considerable grupo de fieles que reconocen su soberania espiritual en el orbe católico y su poder temporal en la Roma de los Pontífices. [...] El Santo Padre, conducido en la silla gestatória, se detuvo á adorar al Santísimo Sacramento [...] Veneró el Crucifijo de San Marcelo [...] besó devotamente los pies del Crucifijo así como las dos imágenes de la Santísima Virgen que habían llevado los peregrinos de la diócesis Tuscolana. En silla gestatória fué paseado el Papa en medio de nuevas y ruidosas aclamaciones. El venerable anciano com paternal benevoléncia y com la sonrisa en los lábios, bendecía a sua Pueblo, irguiéndose a menudo sobre las gradas de la silla⁴³⁰.

Em suas *Efemérides*, o seminarista José Tupinambá conta que Enrique Radaelli⁴³¹, padre Reitor do Colégio Pío Latino-Americano, escolheu o aluno, igualmente cearense, Pedro Emiliano da Frota Pessoa, para ser seu ‘anjo’ e mostrar-lhe os principais monumentos de Roma⁴³². A sede do Colégio foi erguida, levantada desde a planta, em 1887, ao pé do rio Tibre, no coração do bairro de *Prati di Castello*⁴³³, entre as ruas *Federico Cesi*, *Ennio Quirino Visconti*, *Giuseppe Gioacchino Belli* e *Lungotevere dei Mellini*, com entrada pela *Via Giuseppe Gioachino Belli*, número 3⁴³⁴. Era possível visualizar a cúpula da Basílica de São Pedro do

⁴³⁰ Alberto G. Bianchi, *De México a Roma y de Roma a Barcelona: memorias de la peregrinación mexicana de 1900*, Barcelona, L. González y Ca., 1901, p. 129 a 133.

⁴³¹ O editor da publicação póstuma dos diários de Dom José, *Efemérides da minha vida* (2019), transcreve o nome do reitor como Henrique Rafaeli, conquanto o nome correto seja Enrique Radaelli, conforme o disposto em Alberto G. Bianchi, *Op. cit.*, 1901, p. 177.

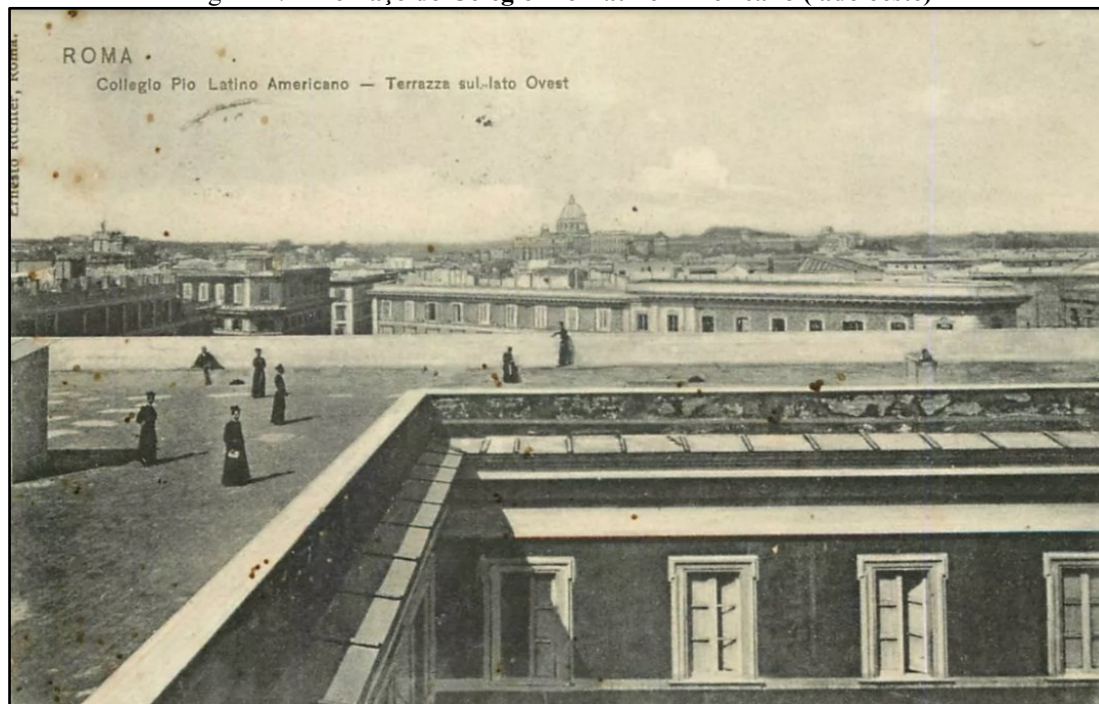
⁴³² Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 2019, p. 35.

⁴³³ Alberto G. Bianchi, *Op. cit.*, 1901, p. 139 e 140.

⁴³⁴ *Rerum Romanum, Pontificio Collegio Pío Latino Americano*, julho de 2019, em linha, atual, 2019, s/p.

telhado do colégio (**Figura 17**). Um passeio de pouco mais de um quilometro – passando através da *Piazza Cavour* e *Piazza Adriana*, depois seguindo pela *Via della Conciliazione* – os levariam à *Piazza San Pietro*, na *Città del Vaticano*.

Figura 17 – Terraço do Colégio Pio Latino-Americano (lado oeste)



Fonte: Blog *Rerum Romanum*.

Como capital da Itália unificada, redesenhou-se um novo perfil urbano para Roma através da construção de edifícios que se tornariam símbolo da cidade e ainda se implementou uma rede de comboios e autocarros – os primeiros transportes públicos locais –, provocando uma forte expansão na urbe, inclusive demograficamente. A tensão social crescente marcaria a década de 1890 com uma série de conflitos, gerando vários antagonismos económicos e sociais⁴³⁵. Ainda naquela década, o Papa Leão XIII lançou a encíclica *Rerum Novarum* (1891), através da qual pedia ajuda concreta aos governos com vista a auxiliar a população atingida pela pobreza.

A atmosfera na qual mergulhava José Tupinambá na Cidade Eterna na passagem do século foi deveras importante e influenciadora, uma vez que o próprio tentou replicá-la em Sobral, conforme o seu singular entendimento e desejo. Entende-se que o referido prelado, quando regressou ao Ceará, procurou retratar “lo que hay de grandioso en la capital del mundo

⁴³⁵ Mais informações sobre Roma nesse período podem ser obtidas no vocábulo do então prefeito da cidade, Prospero Collona, em Fiorella Bartocchini, *Prospero Colonna*, em linha, 2020, s/p.

cristiano: los monumentos sagrados que hablan al corazón del creyente, e hincen el alma de levantadas aspiraciones en orden a la eterna felicidad; que conozcan y puedan rendir homenaje al gran León XIII, quien llena al mundo con la luz de su inteligencia y con los ardores de su alma grande como colosso, e imperecedera como un monumento a quien respetán los siglos”⁴³⁶. De igual modo no futuro, em terras sobralenses, os patrícios locais poderiam render-lhe homenagens por intermédio das suas obras. De acordo com Sadoc de Araújo, toda a vivência em Roma respingaria na cidade do sertão cearense, “ao mesmo tempo em que aprimorava a cultura e alargava os seus invejáveis dotes de inteligência”⁴³⁷.

José Tupinambá propagandeou a ideia do fausto cristão católico, da linhagem lusitana branca e da civilidade burguesa eurocêntrica em Sobral, como se verá em suas entradas triunfais na cidade, nos edifícios monumentais que construiu e no legado testemunhal dos conjuntos de objetos que colecionou.

Em Roma, através da matrícula no Colégio Pio Latino-Americano e na Universidade Gregoriana, foi educado por sacerdotes da Companhia de Jesus, sob os princípios da vertente católica ultramontana. Para ser aluno do Pio-Latino seriam necessários alguns requisitos: “1 – O candidato devia ser filho legítimo e de boa família, já instruído nas letras, e que já desse esperanças de um bom resultado, além de prestar juramento antes de partir que retornaria à sua diocese e que se empenharia no serviço a que fosse designado pelo respectivo bispo; 2 – O custo seria de 600 francos para a manutenção, estudos e a viagem de ida e volta; 3 – Os prelados que enviassem três alunos teriam direito a mandar um quarto sem custos. O Santo Padre pedia encarecidamente que os bispos se empenhassem no sucesso de tal projeto”⁴³⁸.

Tupinambá cumpria esses requisitos básicos. Era filho legítimo, instruído, desde as letras primárias até à experiência no Seminário da Bahia e o custo de suas despesas poderiam ser suportadas pelo seu pai ou mesmo pelo bispo parente. O Colégio Pio Latino-Americano era conduzido pela Companhia de Jesus desde sua fundação, em 1858, numa “formação ascética dos jesuítas, essencialmente austera no que diz respeito ‘às tendências desordenadas da natureza e, de modo especial, com os apegos excessivos de família’”⁴³⁹, segundo Ítalo Santirocchi em sua tese de doutoramento, intitulada *Os Ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Império (1840-1889)* (2010). Santirocchi salienta a influência do Colégio Pio na constituição da reforma e reestruturação eclesial brasileira, e na afirmação dos conceitos do ultramontanismo

⁴³⁶ Alberto G. Bianchi, *Op. cit.*, 1901, p. 12.

⁴³⁷ Francisco Sadoc de Araújo, *Op. cit.*, 1982, p. 10.

⁴³⁸ Ítalo Santirocchi, *Op. cit.*, 2010, p. 459.

⁴³⁹ *Idem*, p. 461.

no seu processo formativo, tanto no Império como na recém-instalada República⁴⁴⁰. Por outro lado, reitera que, “no que se referia à parte de escolaridade, mantinha ‘muito da bonomia romana e um largo campo era ali deixado à expansão juvenil e aos pendores, artísticos e outros, de cada um’”⁴⁴¹.

Através de carta enviada pelo parente D. Jerónimo Tomé da Silva a Luís Capelo, padre reitor do colégio, datada de 10 de novembro de 1902, dá-se a entender que o arcebispo da Bahia acompanhava a formação dos cearenses Tupinambá e Frota Pessoa. Na referida missiva relatou que “*Ricevetti il suo biglietto di 25 settembre partecipando che l'alunno Tupinambá avea conseguito il Dottorato ni filosofia csu pieni voti degli esaminatori e che Frota Pessoa era stato licenziato ni Teologia csu un sufficiente probatus*”⁴⁴². No mesmo registo dá a entender que financiava o custo daqueles alunos, ou enviava os custos das família ao colégio romano: “*Mesi fa scritti a V.Rev pregando che, dal denaro che tengo conti ni deposito, togliesse franchi 1875=fr. per pagamento della terza punta che questa Diocesi deve al Collegio Americano*”⁴⁴³.

Como aluno, Tupinambá teve um desempenho excelente no doutoramento em Filosofia, obtendo nota máxima dos avaliadores, de acordo com a referida carta. Os “padres-historiadores” – uma categoria apontada pelo professor Francisco Dênis Melo –, não deixaram de descrever os momentos marcantes do período vivido por Tupy no Colégio Pio Latino-Americano. Vicente Martins salienta que “No Pio Latino, pela piedade e pelo exemplo, entrelaçou amizade de seus dignos professores, sendo distinguido para diversos cargos de confiança que exerceu com invejável competência”⁴⁴⁴ (**Figura 18**). No relato daquele que viria ser o seu secretário e confidente, o padre João Mendes Lira, também segue o desempenho escolar de José Tupinambá na *Pontificia Università del Collegio Romano*, declarando que “O jovem José Tupinambá da Frota aparece com os maiores elogios ao lado de colegas que se destacaram depois no cenário sócio-cultural no Brasil e no mundo como os Cardeais brasileiros Arcoverde e Sebastião Leme; Aloísio Mazella e Copello da Itália e Argentina respectivamente; de Caecilus Burns da Inglaterra; de Alfredo Smith da Escócia; do padre João Gualberto e numerosos outros expoentes da cultura mundial. A 'Solemnis Praemiorum Distributio in

⁴⁴⁰ *Ibidem*.

⁴⁴¹ *Ibidem*.

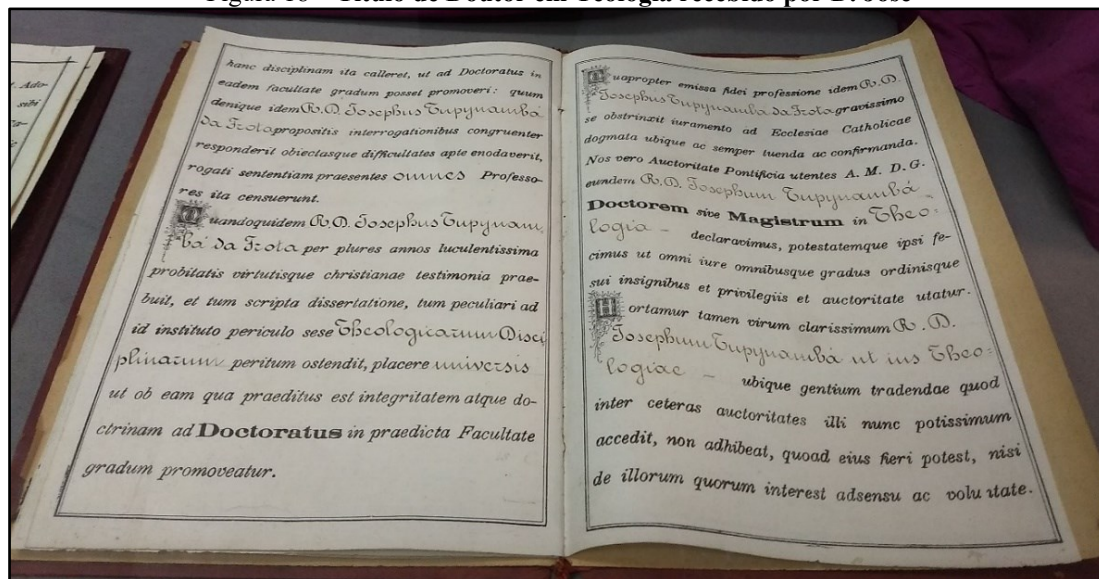
⁴⁴² Pontifício Collegio Pio Latino Americano, *Carta enviada por Dom Jerónimo Tomé da Silva em 10 de novembro de 1902 ao Sr. Padre Reitor*, Archivo personal del Exalumno José Tupynambá da Frota 27, n.º 608, Roma, 1902, p. 1.

⁴⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴⁴ Padre Vicente Martins, “Don José Tupynambá 1.º Bispo de Sobral (Biographia)”, *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, anno XL, 1926, p. 101.

Pontificia Universidade Gregoriana' nos mostra D. José superior a todos eles”⁴⁴⁵.

Figura 18 – Título de Doutor em Teologia recebido por D. José



Fonte: acervo do MDJ.

A experiência adquirida no Colégio Pio Latino-Americano transformou a personalidade e as perspectivas do jovem sobralense e permaneceu na memória de José Tupinambá. Aos 24 anos, voltou ao Ceará, em 7 de setembro 1906, já com o título de *Padre Doutor*, sendo recebido calorosamente em sua terra natal, de acordo com Sadoc Araújo: “A cidade, que festejava o dia da Independência do Brasil, uniu às alegrias nacionais às alegrias cidadinas do retorno do ilustre conterrâneo”⁴⁴⁶.

Entretanto, pouco tempo permaneceu em Sobral nessa primeira temporada. O autor referido anteriormente relata que “quase a contragosto” foi para São Paulo, como professor do Seminário Arquiepiscopal para lecionar as cadeiras de Teologia Dogmática, Ética e Liturgia. O convite partiu do Bispo da cidade de São Paulo, D. José de Camargo Barros, intervindo ainda neste assunto D. Jerônimo e D. Joaquim, bispos da Bahia e do Ceará respectivamente. Aceitou o pedido para lecionar naquele ano e, “por não sentir vocação para o magistério, mas sim para o pastoreio de almas, encerrado o ano letivo de 1907, resolveu retornar ao Ceará e se colocar à disposição de seu Bispo”⁴⁴⁷.

Antes de assumir o sólio episcopal de Sobral, quando ainda a cidade estava ligada à Diocese de Fortaleza, foi empossado como vigário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição a

⁴⁴⁵ João Mendes Lira, *Sobral sua história documental e a personalidade de D. José*, Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1975, p. 68.

⁴⁴⁶ Francisco Sadoc de Araújo, *Op. cit.*, 1982, p. 11.

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

23 de fevereiro de 1908⁴⁴⁸, cargo que ocupou durante oito anos, sendo reconhecido, segundo Vicente Loiola, como um pároco de “zelo inexcedível, remodelara tudo, moral e materialmente”⁴⁴⁹. Começou por impulsionar a restauração da Igreja Matriz, empreendendo melhoramentos e embelezamento estético. O jornal *O Rebate*, de 3 de outubro de 1908, anuncia que “o padre dr. Tupinambá, vigário da freguesia, contractou com o artista sr. Bezerra Leite o serviço de pintura do altar-mor da Matriz”⁴⁵⁰. Prontamente, pôs-se logo a reformar altares e a sacristia, renovar alfaia e ornamentos, e comprar novas imagens⁴⁵¹, incluindo um presépio em tamanho natural, que mandou trazer da capital francesa, encomendado à casa *Raph*, em 1912, e benzido antes da missa de Natal naquele mesmo ano, custando ao todo Cr\$ 3 509,80 – três mil trezentos e cinquenta e nove cruzeiros e oitenta centavos⁴⁵².

Tais restaurações empreendidas pelo padre dr. Tupinambá à Matriz de Sobral, logo no primeiro ano do seu padroado, causariam atritos com outros líderes católicos, mesmo que leigos, da cidade. Foi o caso do ex-procurador da Irmandade de N. S. da Conceição, o senhor Antônio Pereira de Menezes. Em aviso publicado no *O Rebate* de 20 de abril de 1909, o padre expôs que estava dissolvida a mesa regedora por ordem do Bispo Diocesano, em portaria datada de quinze de março daquele mesmo ano: “Sendo n’ella declarados nullos todos os actos e contractos que [...] fizer em nome da dita Irmandade ou tiver feito desde o dia em que incorreu a referida Mesa Regedora”⁴⁵³. A discussão prolongou-se por mais dois números do jornal, sendo a seguinte réplica, feita em contestação ao padre pelo acusado, sr. Menezes, na edição n.º 2, de 24 de abril de 1909:

no intuito de dissipar a athmosfera de suspeita que a declaração do vigário desta Freguesia [...] artificiosamente pretendeo crear, declara a quem interessar possa, que continua a considerar único competente para tomar-lhe contas a Meza Regedora da mesma Irmandade, perante a qual já se desobrigou devidamente. Acha opportuno fazer saber ao padre vigário Tupynambá da Frota que, embora a illegalidade patente da portaria de dessolução da Meza, expedida sob falso fundamento, não faz e nem fará contracto algum pois não está nos seos hábitos uzar de falsa qualidade ou de falsos títulos, para auferir proventos, por mais valiosos que elles sejam. É o que lhe cumpre dizer, como resposta única, pedindo, entretanto, ao sr. Vigário, que o deixe ficar em paz, visto os seos constantes affazeres não lhe deixarem tempo para exhibições jornalísticas, que considera – ingloriosas –. Sobral 23 de abril de 1909⁴⁵⁴.

A resposta às afirmações de Menezes não veio por parte do padre Tupynambá, mas pelas

⁴⁴⁸ *Idem*, p. 12.

⁴⁴⁹ Jornal *O Rebate*, *Op. cit.*, 1916, p. 4.

⁴⁵⁰ “O padre dr. Tupinambá...”, *O Rebate*, ano II, n.º 25, 3 de outubro de 1908, Sobral, p. 1.

⁴⁵¹ Francisco Sadoc de Araújo, *Op. cit.*, 1982, p. 12.

⁴⁵² Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 105.

⁴⁵³ “Aviso”, *O Rebate*, ano III, n.º 1, 20 de abril de 1909, Sobral, p. 3.

⁴⁵⁴ Antônio Pereira de Menezes, “Aviso”, *O Rebate*, anno III, n.º 2, 24 de abril de 1909, Sobral, p. 1.

mãos de um outro clérigo da freguesia, padre José Raymundo Baptista, que se posicionou pelo vigário da Matriz, em carta aberta ao editor do jornal, que aqui se transcreve na íntegra por trazer muitos prenúncios e relevantes indicadores referentes ao personagem principal deste enredo:

Carta aberta. Nobilíssimo amigo e sr. V. Loiola. Lendo o último nº do vosso conceituado hebdomadário – *O Rebate* – nelle, com sentimento, deparei com um artigo em linguagem menos cortez, epigraphado ‘Aviso’ sob o nome do meu bom amigo sr. Antonio Pereira de Menezes, referindo-se ao digno vigário desta freguezia, padre dr. José Tupinambá da Frota. Deparei com sentimento, disse eu, porque conhecedor dos sentimentos do nosso virtuosíssimo vigário, posso asseverar-vos e aos vossos leitores, que mal o conhecem, que sendo elle dotado, como o é de uma educação, a mais apurada, que, em tudo, moldura o seu bom coração a tratar os outros, com a maior polidez e gentileza, não será elle que irá de algum modo, perturbar a paz, de que tanto necessitam os múltiplos affazeres do nosso bom amigo Menezes que, com os bons sentimentos religiosos e civis que folgo de suppor, conhecerá mais tarde, como toda a Freguezia de Sobral, que o seu virtuosíssimo e laborioso vigário, que tanto já tem feito nesse breve espaço de tempo de sua proveitosa gerência na Freguezia outro intuito não tem, em todos os seus actos, sinão o melhoramento material e moral de tudo que está sob sua jurisdição, e que, por tal só é merecedor de toda consideração e respeito de seus bons freguezes. Nem desanimará por certo, o reverendíssimo sr. Padre dr. Tupynambá da Frota, diante de quaesquer entraves, de occasião que porventura lhe apareçam na execução de seus bons desejos de melhorar o que em seu animo illustrado e operoso achar que deve ser melhorado. Muito soffreram e trabalharam os dignos antecessores, vigário Antonio de Carvalho natural de Igarassú (Pernambuco), que quando a bella cidade de Sobral de hoje era ainda a fazenda Caissara, começou sua matriz (1746), contando apenas com sua boa vontade e com o trabalho remunerado de pobres índios; vigário Manoel da Fonseca Jayme, natural de Olinda, que continuou sob os mesmos auspícios, o trabalho de seu antecessor; vigário Ribeiro Pêssoa, de saudosíssima memória, que foi incançável em trabalhar, por espaço de 22 anos, que tantos foram os do seu vicariato, tendo a glória de deixar sua matriz por acabada (1783), para o Estado de então, tendo-a já inaugurado e nella celebrado a 1ª missa em 1781; sem fallar do muito que fizeram os não menos dignos de saudosa memória Jorges de Souza (Francisco e Vicente), quasi por 50 annos completos; e, ultimamente, esse venerando velhinho, Mr. Souza Lima, que Deus ainda conserva entre nós; os quaes todos ajudados pelos bons sentimentos do bom e generoso povo de Sobral, a deixaram no imponente estado, em que hoje se ostenta majestosa. E já muito tem feito e ainda muito tem que fazer o revmo. Sr. padre dr. Tupinambá da Frota, digno vigário actual, para que se possa dizer que ella está perfeitamente acabada de modo a não necessitar de cousa alguma. Avante, pois, Revmo. Sr. vigário! Os meus desejos são que um dia se possa dizer que a matriz de Sobral é a mais bella Igreja do ceará. Aceitai, amigo e sr. Loiola, Padre José Raymundo Baptista⁴⁵⁵.

Pode-se compreender no discurso do padre Baptista que o novo vigário ainda estava a ser conhecido pela freguesia de N.S. da Conceição. Na carta publicada evidencia-se que o jovem Tupinambá causava algum incómodo àqueles católicos mais antigos, mas, apesar disso, estava sedento por implementar algum melhoramento “moral e material” à cidade de Sobral. As benfeitorias empreendidas por ele seriam aplicadas em tudo o que as suas escolhas ilustradas e produtivas achassem que deveria ser melhorado, e de acordo com sua vontade. A

⁴⁵⁵ José Raymundo Baptista, “Carta aberta”, *O Rebate*, ano III, N.º 3, 1.º de maio de 1909, Sobral, p. 1.

intelectualidade de José Tupinambá, respeitado pelos seus pares, pela massa de católicos e pelos leitores do jornal, demonstra-se naquele excerto da carta. No texto vê-se ainda a comparação que o fazem com outros importantes eclesiásticos da igreja sobralense, apontando para José a responsabilidade de restaurador de tudo o que fosse necessário.

Entretanto, em carta enviada, a 24 de maio de 1912, a um padre interlocutor e amigo que estava no Colégio Pio Latino Americano, afirma o seguinte: “nada tem V. R. que agradecer-me pelas intenções de missas que tenho enviado ao querido Collégio, de quem nunca me esquecerei: é uma prova da viva lembrança delle em minha alma”⁴⁵⁶. O padre Tupynambá, já pároco há seis anos, sentia a falta da vida que se habituou nos anos que viveu em Roma. Diferenças “de clima, de meio, de ocupações, de companheiros, de educação e – quem há de ver? – até de formação de espírito”⁴⁵⁷. Indica ainda algum desânimo que sentiu durante os primeiros anos do seu paroquiado de Sobral: “Escrevendo estas palavras, apenas tenho em vista ser útil aos meus amigos, os alumnos do collegio, que nem sonham quantas desillusões os esperam!”⁴⁵⁸.

3.1.2. “A nova Diocese trará para nós a restauração de tudo em Deus”

Durante a Primeira República Brasileira – chamada de República Velha (1889- 1930) –, surgiram 56 dioceses, 18 prelazias e três subprefeituras apostólicas, sendo para estas entidades apontados cerca de 100 bispos. São Paulo, Minas Gerais e os estados do Nordeste registaram as percentagens mais elevadas dessas novas demarcações e prelados, conforme retrata o sociólogo Sérgio Miceli no capítulo “A expansão organizacional da Igreja e a ‘estadualização’ do poder eclesiástico”, em sua obra *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930* (2009)⁴⁵⁹. O autor ainda realça que esses números demonstram uma ampliação bem-sucedida da ocupação territorial da estrutura eclesiástica brasileira no período em evidência.

No Ceará, como hierarquicamente dependentes à Diocese de Fortaleza, foram criadas a Diocese do Crato, em 1914 – que se conjecturou sobremaneira para reprimir o avanço do catolicismo popular, através de padre Cícero Romão Batista⁴⁶⁰ – e a Diocese de Sobral, criada

⁴⁵⁶ Pontifício Collegio Pio Latino Americano, *Carta enviada por José Tupynambá em 24 de maio de 1912 ao Sr. Padre*, Archivo personal del Exalumno José Tupynambá da Frota 27, n.º 608, Roma, 1912, p. 1.

⁴⁵⁷ *Idem*, p. 3.

⁴⁵⁸ *Idem*, p. 4.

⁴⁵⁹ Sérgio Miceli, *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*, 1.ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p. 59

⁴⁶⁰ “A pessoa e o ministério do Pe. Cícero Romão Batista (24/03/1844-20/07/1934, ‘o Patriarca do Nordeste’) têm sido objeto de muitos estudos. Livros, artigos, cantigas, cordéis etc. já foram escritos e continuam atraindo cada vez mais interessados em todo o fenômeno que o envolveu e em seus desdobramentos. [...] Na

em 10 de novembro de 1915. A sua criação foi realizada durante um momento de expansão da Igreja Católica, referenciando-se pelos aspectos económicos e políticos que a cidade representava, através do decreto *S. Congregationis Consistorialis*⁴⁶¹, por ordem do papa Bento XV, onde se lê:

SANTO ESTABELECIMENTO DA NOVA DIOCESE E DA NOVA PROVÍNCIA ECLESIAL. Nosso Senhor Santíssimo Papa Bento XV, através da decisão da Congregação Consistorial de 10 de novembro de 1915, instituiu uma nova diocese e uma nova província eclesiástica, a saber: a Diocese de Fortaleza foi dividida em duas partes, a Diocese de Fortaleza se restringe ao lado leste, na parte oeste se distam a nova Diocese de Sobral, circunscrita nos mesmos limites que era da anterior Diocese de Fortaleza. Os finais assim estão assinalados os limites das paróquias da nova Diocese de Sobral, em tributação como área circundante contém, nomeadamente, Acaraú, Sant'Ana, Aracatiaçu, Santa Quitéria, Tamboril e Independência. Constitui a Diocese de Fortaleza, como citado acima, foi comprimida, por Sua Santidade, e extraiu sua jurisdição metropolitana da Igreja de Olinda, e é elevado a dignidade e virtude, sua jurisdição metropolitana. Servem como sufragâneas a nova Diocese de Sobral e a Diocese do Crato, a partir de agora, que também saíram da jurisdição da Igreja de Olinda, ainda isso, refletem-se como sulfragâneas a Diocese de Alagoas e Floresta. C. Card. De Lai Ep. Sabinen., Secretário, assina Thomas Boggiano, Arcebispo de Edessa. Assessor⁴⁶².

Ainda assim, nesse caso, a criação da Diocese de Sobral consistiu-se em dois eventos simultâneos: o estabelecimento de limites para a forma da nova diocese no noroeste do Estado do Ceará, incluindo as paróquias de Acaraú, Santana, Aracatiaçu, Santa Quitéria, Tamboril e Independência e a elevação da Diocese de Fortaleza a categoria de Arquidiocese.

A organização social, política e cultural pela qual passava a igreja cearense e a cidade de Sobral justificavam essa transformação. No início da segunda década do século XX a população do Ceará já havia passado o primeiro milhão de habitantes⁴⁶³ e se reconhecia que um único bispo teria muitas dificuldades em prestar o adequado atendimento face às necessidades dos fiéis católicos e a vigilância moral exigida pela Igreja.

Eram tempos de constantes atividades doutrinárias e proselitistas das igrejas protestantes e de movimentações de êxodo rural da população. Mais ainda que os habitantes atingidos pelas intempéries das secas, em especial a de 1915, que assolavam o sertão cearense, conforme indica no artigo “Santa Casa”, através do jornal *Correio da Semana*, escrito pelo

religiosidade e devoção populares, ele é conhecido carinhosamente como Padre Cícero, Padim Ciço ou simplesmente Padim” (Waldecir Gonzaga, “Introdução”, em Waldecir Gonzaga, Antonio Luis Catelan Ferreira, Paulo Fernando Carneiro de Andrade (Orgs.), *Um Padre e a sua Fé: Cícero, História e Legado*, Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2021, p. 11).

⁴⁶¹ Igreja Católica Apostólica Romana, *Acta Apostolicae Sedis (1915), Commentarium Officiale*, Annus VII, Roma, Typis Polyglottis Vaticanis, 1915, p. 571.

⁴⁶² *Idem*, tradução do autor.

⁴⁶³ A projeção populacional atende-se ao disposto em Thomaz Pompeu, “População do Ceara em 1889”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno IV, Fortaleza, Instituto do Ceará, 1890, p. 268.

padre Leopoldo Fernandes: “eram, nas migalhas escassas que destrubuiam aos pobres, servos de uma obediência surda à voz do amor sem brilho naquellas almas açoitadas pelas paixões mais vis e degradantes. Estava reservado ao christianismo produzir o grande milagre que é o homem soccorrendo Deus no homem e amando o homem em Deus”⁴⁶⁴.

Neste contexto foi determinada a criação de uma nova diocese, com um bispo que pudesse atender as necessidades espirituais e físicas da congregação, bem como cuidar da administração da igreja local, ampliando as relações com as esferas da elite política e económica. Assim, a cidade de Sobral, orgulhosa pelo seu singular papel de “vetusta cidade sertaneja, qual avesita de alvura deslumbrante”⁴⁶⁵ – a Januária do Vale do Acaraú, que outrora havia vivido o orgulho de ser grande exportadora de carne de charque⁴⁶⁶ e couro do Brasil, pecuarista e comerciante –, acrescentou outro factor distintivo à sua história ao ser escolhida com Sede do Episcopado.

Segundo Arimathéa Gomes (1916), a escolha da Igreja Católica Apostólica Romana para prelado daquela cidade cearense não poderia ter sido melhor: “Quasi que nada tinha de singular o acto de S. S. Por isto que outras cidades o tinham sido também, mas o que causara a alegria de toda Sobral é que fora escolhido para 1º Bispo de sua Diocese seu dilectissimo filho, P.e Dr. José Tupynambá da Frota. 29 de junho é para o mundo catholico um dos dias mais grandiosos, porque relembra o dia de seu primeiro Vigário de Christo na terra e um dia fulgorantíssimo para Sobral que se regozijou com a sagração de tão preclaro levita. Salve D. José!”⁴⁶⁷. Arimathéa Gomes, no folhetim *Don José*, comparou-o ao apóstolo Pedro, um dos líderes e primeiro papa da Igreja Católica Apostólica Romana. Pedro é aquele que na tradição popular cristã católica detém as chaves do céu, conforme está escrito em Mateus 16, versículo 19: “Eu te darei as chaves do Reino dos céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus”⁴⁶⁸. Portanto, para os cristãos, é aquele que detém nas suas mãos um símbolo de poder e autoridade⁴⁶⁹.

⁴⁶⁴ Leopoldo Fernandes, “Santa Casa”, *Correio da Semana*, n.º 11, 18 de junho de 1918, Sobral, p. 1.

⁴⁶⁵ Arimathéa Gomes, “D. José Tupynambá da Frota: O catholicismo vai fazendo...”, *Don José, publicação em homenagem a Dom José Tupinambá da Frota 1.º Bispo de Sobral*, Tipografia O Rebate, 22 de junho de 1916, p. 3.

⁴⁶⁶ Trata-se de um tipo de carne de vaca seca com sal e ressecada ao sol ou em estufa. Atende-se ao vocábulo disponível em Priberam Informática, S. A., *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP)*, em linha, atual, 2019, s/p.

⁴⁶⁷ *Ibidem*.

⁴⁶⁸ Bíblia Sagrada, *Mateus 16,19*, s/p.

⁴⁶⁹ Atende-se ao vocábulo “Chaves: Instrumentos que permitem fechar e abrir. No Novo Testamento, Jesus Cristo, pela sua ressurreição, assumiu o poder de abrir as portas do Céu e do Inferno (Ap); prometeu a Simão Pedro as chaves do Reino dos Céus (Mt 16,19), como sinal do primado, que depois lhe entregou (Jo 21,15-17); e aos Apóstolos concedeu depois o poder das chaves (Jo 20,22-23), em gesto que a Igreja interpretou como de

A notável instrução de Tupinambá era reconhecida pela elite burguesa da cidade do interior cearense, comprovando o parecer de Miceli ao afirmar que “O intento de atrair ao corpo episcopal filhos ilustres da classe dirigente [...], constituíram os princípios de composição dos altos escalões eclesiásticos que melhor pareciam se ajustar às pretensões de influência da Igreja nas circunstâncias da época”⁴⁷⁰.

Entretanto, ainda em maio de 1915, o bispado de Sobral ainda não era um facto consumado. Percorreu, desde janeiro daquele ano, a zona norte do Estado do Ceará o monsenhor Philomeno do Monte Coelho, sobralense e cônego da catedral da Bahia, que cumpria a missão de visitador diocesano e angariador de donativos para o património do vindouro bispado que se adivinhava⁴⁷¹. O periódico *A Lucta* enalteceu que “apesar da asphixiante crise financeira por que passa o Estado fez a valiosa aquisição do mais elegante prédio que existe nesta cidade para a sede do futuro Bispado”⁴⁷². A seca daquele ano era avassaladora para a economia do Ceará, além de provocar um terrível medo de desordem social na população⁴⁷³. A “Comissão Central Eclesiástica” era composta pelo Vigário doutor José Tupinambá, Monsenhor José Ferreira da Ponte e Padre Fortunato Alves Linhares⁴⁷⁴.

Além do elegante edifício residencial, o padre-visitador diocesano estabeleceu uma rede de relações e de poder, com nomes que ele havia publicitado nas páginas do jornal, que apoiariam o bispado e o futuro bispo sobralense. Nos seus agradecimentos e dedicatórias, quatro meses depois da sua chegada a zona norte, o padre Philomeno agracia aos católicos que ajudaram na sua missão. Essas pessoas estarão presentes no ano seguinte, durante a entrada de Tupinambá em Sobral como bispo da cidade. Agradeceu, em suas palavras, “aos distictos amigos que mais me ajudaram em tão árdua tarefa, nomeadamente o exmo. sr. desembargador A. Ibiapina, dr. Clodoveu d’Arruda Coêlho, padre dr. J. Tupinambá da Frota, monsr. José Ferreira da Ponte, major V. Loiola, redactor d’*O Rebate*, adv. Carlos Rocha d’*A Pátria*, e Deolindo Barreto d’*A Lucta*, aos quaes esposando com ardor a bôa causa de criação do Bispado de Sobral, envidaram o vigor de suas pennas amestradas, o prestígio de sua autoridade, a constância de sua colaboração indefessa em prol do bom êxito da minha missão”⁴⁷⁵.

A 20 de janeiro de 1916, o padre José Tupinambá da Frota foi nomeado por *Provisio*

instituição do sacramento do Perdão ou da Penitência” (Dom Manuel Franco Falcão, “Chaves”, *Enciclopédia Católica Popular*, em linha, Paulinas, 2004, s/p.).

⁴⁷⁰ Sérgio Miceli, *Op. cit.*, 2019, p. 81-82.

⁴⁷¹ “Bispado de Sobral” (a), *A Lucta*, ano 1, n.º 38, 21 de janeiro de 1915, Sobral, p. 1.

⁴⁷² “Bispado de Sobral” (b), *A Lucta*, ano 2, n.º 55, 19 mai. 1915, Sobral, p. 1.

⁴⁷³ Teresa Maria Frota Haguette, *Op. cit.*, 1991, p. 394; Frederico de Castro Neves, *Op. cit.*, 2007, p. 86.

⁴⁷⁴ “Despedidas”, *A Lucta*, ano 2, n.º 55, 19 mai. 1915, Sobral, p. 2.

⁴⁷⁵ *Ibidem*.

*Ecclesiarum*⁴⁷⁶, em documento cujo propósito colocava a igreja sobralense subordinada à sua gestão. No mês de maio esteve no Rio de Janeiro adquirindo paramentos litúrgicos para a nova diocese⁴⁷⁷. Jornais fluminenses não deixaram de noticiar a passagem do sacerdote pela cidade: “a bordo do paquete ‘Sírio’, seguiu hontem, para Bahia, onde vai ser sagrado bispo eleito de Sobral, d. José Tupinambá da Frota”⁴⁷⁸, dava conta *O Imparcial* na edição de 15 de junho de 1916. O periódico completou ainda a importância da notícia com a identificação de personalidades com cargos representativos na assistência: “Ao embarque do distinto prelado compareceram o dr. João Thomé de Saboya, presidente eleito do Ceará, representantes do alto clero e grande número de pessoas de sua amizade”⁴⁷⁹.

A consagração como bispo teve lugar na cidade de Salvador, Bahia (nordeste do Brasil), a 29 de junho daquele ano, data das festividades de São Pedro e São Paulo, muito comemoradas no território brasileiro. Foi sagrado bispo por seu parente, arcebispo primaz do Brasil, D. Jerónimo Thomé de Saboya e Silva, apoiado pelos assistentes Dom Manuel da Silva Gomes, arcebispo de Fortaleza e Dom Manuel Lopes, bispo de Alagoas⁴⁸⁰. A titularidade do episcopado foi confirmada em documento oficial do Vaticano a 4 de dezembro de 1916: *Titularis episcopalis ecclesiae Sobralensis R. D. Iosephum Tupinambá da Frota, parochum eiusdem civitatis Sobralensis*⁴⁸¹. A tomada do episcopado, que viria a ocupar pelos 43 anos subsequentes e a consagração como o primeiro prelado da sua cidade natal, consolidaram o prestígio do então bispo no cenário eclesiástico e secular.

Na pessoa de D. José Tupinambá da Frota, o *locus* social de Sobral agregou o “espaço sagrado e o espaço profano”⁴⁸². Com o passar dos anos após a proclamação da República brasileira, a classe representante do poder civil estava mais afeita na condução das relações entre a Igreja e o Estado, visto que “o seu conservantismo, o seu apego às tradições e às honrarias, cria uma boa predisposição para um acordo e mesmo para uma nova unificação Igreja-Estado, em bases mais favoráveis ao catolicismo que o antigo patronato”⁴⁸³. A política conciliadora da Igreja Católica Apostólica Romana era celebrada até o final da República

⁴⁷⁶ Conforme decreto constante em Igreja Católica Apostólica Romana, *Acta Apostolicae Sedis* (1916), *Commentarium Officiale*, Annus VIII, Roma, Typis Polyglottis Vaticanis, 1916, p. 63.

⁴⁷⁷ Francisco Sadoc de Araújo, *Op. cit.*, 1982, p. 14.

⁴⁷⁸ “Telegrammas, Brasil, Ceará”, *O Paiz*, anno XXXII, n.º 11574, 15 de junho de 1916, Rio de Janeiro, p. 6, acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN); “Notas sociais e vida acadêmica, Viajantes, D. José Tupinambá da Frota”, *O Imparcial*, anno V, n.º 1260, 15 de junho de 1916, Rio de Janeiro, p. 6.

⁴⁷⁹ *Ibidem*.

⁴⁸⁰ “Interior, Maceió”, *O Imparcial*, anno V, n.º 1270, 25 de junho de 1916, Rio de Janeiro, p. 4.

⁴⁸¹ Tradução: “Bispo titular da Igreja Sobralense Rev. Dom José Tupinambá da Frota, pároco da mesma cidade de Sobral”. Veja-se Igreja Católica Apostólica Romana, *Op. cit.*, 1916, p. 471.

⁴⁸² Zeny Rosendahl, *Op. cit.*, 1996, p. 32.

⁴⁸³ Márcio Moreira Alves, *Op. cit.*, 1979, p. 35.

Velha. A conjuntura brasileira, como fica exposta, e a esfera local cearense, no que diz respeito às relações entre Estado e Igreja Católica, configuram-se em uma quase laicidade, ao assemelhar-se no que aconteceu nos países de influência católica no sul da Europa⁴⁸⁴.

A esfera de autoridade e influência do recém-nomeado prelado sobralense extravasava as fronteiras dos círculos eclesiásticos e englobava as esferas políticas, judiciárias e sociais. No folhetim *Don José*, impresso exclusivamente para comemorar a sua entrada triunfal na cidade, é possível perceber as intrínsecas relações dessas esferas. O jornalista Vicente Loiola descreve que “Ao se desembarque, ao qual comparecera parcella avultuada da nossa elite”⁴⁸⁵, se fazia presente o escol sobralense.

Para receber o bispo fora organizada uma entrada triunfal, assim como um César ou um ser divino⁴⁸⁶ que entra e toma posse da cidade em ritual glorioso: “Em trem extraordinário da 'Sobral', em carro especial, obsequiosamente cedido pelo sr. Edmundo Monte, chegará hoje s. exe. revdm. O sr. D. José Tupynambá da Frota, primeiro bispo desta Diocese. Logo ao chegar à estação da via-férrea, tocará a banda 'Milão', acompanhada de inúmeras salvas e repicar de sinos de todas as Igrejas”⁴⁸⁷.

O texto do programa de recepção ao bispo sobralense informa todos os detalhes da festa, que incluía ainda na estação ferroviária, em nome da sociedade local, um discurso de “palavra vibrante e eloquente do senhor José Alarico Frota, em nome do povo sobralense”⁴⁸⁸. Várias homenagens foram programadas ao detentor da mitra sobralense: “Ao descer as escadas da estação s. exc. receberá honras prestadas pela 3º Companhia do Batalhão de Polícia do Estado aqui acantonado, sob o commando do distinto e brioso militar capitão Pretinho Gomes. O disciplinado corpo policial trajará o 1º uniforme, sendo nessa ocasião commandado pelo senhor Tenente Arthur Medeiros”⁴⁸⁹.

Além de obter o reconhecimento e a aceitação popular, em comemoração à sua entrada na cidade de Sobral, o bispo fora recebido pela ovação estrondosa da polícia uma vez que o cortejo fora conduzido por um militar de patente elevada (tenente), expressando desta forma o reconhecimento do seu triunfo pela força pública encarregada de manter as leis e disposições do Estado.

⁴⁸⁴ Fernando Catroga, *Op. cit.*, 2005 p. 12-31.

⁴⁸⁵ Vicente Loiola, “Reminiscências”, *Don José, publicação em homenagem a Dom José Tupinambá da Frota 1.º Bispo de Sobral*, Tipografia O Rebate, 22 de junho de 1916, p. 3.

⁴⁸⁶ Na Bíblia em Marcos 11,1-7, Lucas 19, 28-35, João 12,12-19 e Mateus 21,1-9, os evangelistas narram a entrada triunfal Jesus em Jerusalém, que vinha até a cidade do Templo depois do fantástico milagre da ressurreição de Lázaro, presenciado por muitos dos futuros discípulos.

⁴⁸⁷ Vicente Loiola, “Reminiscências”, *Op. cit.*, 1916. p. 3.

⁴⁸⁸ *Ibidem*.

⁴⁸⁹ *Ibidem*.

A cidade impulsionou a procissão da comitiva diocesana. O cortejo triunfal era ladeado por 108 crianças que carregavam estandartes, separadas pelas cores vermelho e azul, representando o Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora, respetivamente. Sendo seguidos por

comissões representando todas as corporações desta cidade de Sobral, na seguinte ordem:

1º Magistratura - Dr. Clodoveu de Arruda Coêlho / Carlos Cordeiro da Rocha

2º Câmara Municipal - Ernesto Marinho de Andrade / Julio Gonçalves Guimarães / Fenelon Saboya

3º Cartórios - Emilio Camillo Linhares

4º Commercio - Oswaldo Rangel/ Pedro Mendes/ Enoche Cavalcante/ Antonio Aguiar Filho/ João Paulo Mendes de Vasconcellos

5º Classe Caixeiral - Esaú Mendes/ Dário Cialdini/ Ulysses Pontes/ José de Lima/ Francisco Frota Neves/ José Alcides Cysne

6º Imprensa - Deolindo Barreto, d'A Lucta/ Paulo Aragão, d'O Rebate/ José Passos Filho, d'O Jaspe

7º Classe Artística - Salviano Cavalcante/ Salustiano Rodrigues Freire/ Raymundo Nonato Gomes

8º Gremio Recreativo Sobralense - Dr. Alfredo de Andrade/ João Julio Parente/ José Euclides de Albuquerque/ Dr. Eugenio Saboya/ Francisco Mendonça/ Onofre Rangel

9º Club dos Democratas - Alarico Mont'Alverne/ José Ananias Cysne/ Dr. Francisco Juvencio de Andrade/ Alberto Amaral/ Eurípedes Ferreira Gomes/ Piragibe Mendes

10º Via-Férrea - José Prisco Linhares Lima/ José Medeiros/ Urbano Lins⁴⁹⁰.

Esses nomes revelam algumas informações ou mesmo uma corrente de relações, através das quais, “mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a série de fenómenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes”⁴⁹¹. O programa da chegada do bispo à cidade foi pensado por quem, talvez, já imaginasse uma necessária rede de relações do patriarcado com a sociedade, definidas inclusive segundo regras de hierarquia e de precedência, articuladas com declarações no espaço público, nas concentrações promovidas pela Diocese. Tais princípios são possíveis de serem comprovados ao longo das investigações entorno do bispo D. José, pois, como já afirmado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg “o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”⁴⁹².

Conforme defende Pierre Bourdieu, as classes dominantes são herdeiras de um capital simbólico, observado e difundido por instituições e práticas sociais, que lhes possibilitam exercer o poder. Por tudo isso, pode-se declarar que essa tal influência de ordens e precedências está inserida num “[...] poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles

⁴⁹⁰ *Ibidem*.

⁴⁹¹ Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 156-157.

⁴⁹² Carlo Ginzburg, *Op.cit.*, 1999, p. 157.

que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”⁴⁹³.

Todo o percurso foi idealizado previamente num espetáculo ritualizado da chegada apoteótica do bispo na cidade: “o imponente cortejo marchará entre acclamações do povo ao seu amado bispo”⁴⁹⁴. Quando chegaram à casa do seu pai, Manoel Arthur da Frota, sustentou-se tal ideia através de um discurso exaltado proferido pelo padre Fortunato Linhares, então sacerdote da igreja matriz de Sobral. Com a conquista do bispado, a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição adquiriu naquele instante o *status* e a dignidade de Sé.

Os representantes de cargos públicos e personalidades relevantes de instituições privadas da cidade figuram no texto contribuindo para o corpo simbólico e conferindo legitimidade à comemoração: “a gentil menina Maria Amélia Parente, dilecta filha do proibido comerciante sr. João Parente, que em mimosa allocução saudará s. Exe. em nome do grupo que representa”⁴⁹⁵, e ainda “usará da palavra o aplaudido orador sr. dr. Clodoveu d'Arruda”⁴⁹⁶, à época juiz da cidade de Sobral.

Em coluna publicada no mesmo periódico *Don José*, o doutor Clodoveu de Arruda Coelho declara que a cidade de Sobral realizou uma de suas maiores e palpitantes aspirações com a constituição da nova diocese. Percebe-se pela estrutura do texto apresentado no jornal, em forma de coluna, que este foi o discurso pronunciado com a chegada do bispo, visto que estava assim planeado no programa, durante a apreciação do distinto banquete: “Esse auspicioso acontecimento, que hoje celebramos com alarme e louçarias e com murmúrio de uma festa que se estende da nave augusta dos templos aos lares catholicos, é o feliz precursor de vantagens sem par”⁴⁹⁷.

Ainda no discurso do magistrado sobralense é incontestável que os princípios dignificantes oferecidos através da “acção civilisadora e edificante”, ofertados por ele enquanto representante das leis seculares, encontrava-se indissoluvelmente ligado ao episcopado católico que se instalava em Sobral. O interessante que se nota no discurso são suas colocações referentes a esses princípios, que segundo Arruda estavam ausentes do Estado republicano brasileiro desde sua origem, proclamando, no seu artigo *Nova Diocese* (1916)⁴⁹⁸, o seguinte:

⁴⁹³ Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, 10.^a edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, p. 7-8.

⁴⁹⁴ “Programa dos festejos de recepção do snr. Bispo de Sobral, D. José Tupynambá da Frota”, *Don José, publicação em homenagem a Dom José Tupinambá da Frota 1.º Bispo de Sobral*, Tipografia O Rebate, 22 de junho de 1916, p. 4.

⁴⁹⁵ *Ibidem*.

⁴⁹⁶ *Ibidem*.

⁴⁹⁷ Clodoveu de Arruda, “Nova Diocese”, *Op. Cit.*, 1916. p. 2.

⁴⁹⁸ *Ibidem*.

Assim é porque a Igreja não está em antinomia com as conquistas legítimas da evolução, e acompanha *pari passu* a marcha ascensional da civilização, mas sem a desviar de seus transcendentais fins. O domínio exclusivo e arbitrário da razão individual degenera em despotismo, em terrível tyrannia a fé, a crença, o culto de Deus nas Escolas e nas academias, nos lares e nas assembléas, na imprensa e na tribuna, vem a ser o seu poder moderador. Por isso é que a sciencia incompreendida e desnorteada de 'alguns nada pode contra a religião do Calvário – cimentada no sacrificio, e bastam neste particular, as provações e a experiência de vinte séculos de luctas, que têm sido outros tantos de triumpho para o Catholiciano. Um eloquente conferencista catholico, impressionado com os desvarios do século trabalhado de vícios, já proclamou como therapeutica para a regeneração de nossos costumes, a restauração de tudo em Deus, a christianisação da República. Applicando a perfeição moral d'essa synthese, bellissima em sua cohesao, ao nosso caso em particular, só nos resta concluir, nutrindo a convicção de que os precedentes de nosso illustrado Bispo – D. José Tupynambá da Frota – a sua tenaz combatividade, o seu fervor ministerial, o seu espírito de ordem e de trabalho, o cabedal de virtudes e de cultura de que é portador, são o mais seguro penhor de que a nova Diocese trará para nós outros a restauração de tudo em Deus, a christianisação de nossos costumes⁴⁹⁹.

No entender do magistrado, o ideal do verdadeiro código da moral e da prática política – garantia primordial do princípio de igualdade dos homens perante Deus, e que ressurge em boa hora para a sociedade sobralense, uma refundação categórica –, realizava-se na edificação da diocese naquela cidade. Seria a única instituição capaz de ser “um centro de resistência contra o absolutismo dos espíritos e dos corações”⁵⁰⁰, conforme ainda declamou no seu discurso.

Em D. José Tupinambá da Frota, o mesmo ideal poderia conviver com a República, desde que esta fosse convenientemente contida nos obstáculos que impediam o exercício pleno da religião e da convivência do sagrado com o ser. As suas designações nesse folhetim refletiam certamente a sua experiência como vigário da cidade e o percurso por ele realizado até chegar ao título que agora empunhava. Através do rito de entrada na cidade estava consumado o mito de refundação da Sobral em D. José, que se fortificaria com as novas edificações estruturais que dominariam o espaço urbano.

3.2. Novas estruturas como símbolos de uma era gloriosa

As fontes utilizadas neste subcapítulo são, essencialmente, periódicos locais. Os jornais são sempre “partidários”. Todos os jornais repletam um posicionamento político, um ideal de sociedade, ainda que nem sempre assumam essa posição. Quando se escreve uma crónica, um artigo ou qualquer outro texto de natureza jornalística, o autor selecciona os factos, elege alguns

⁴⁹⁹ *Ibidem.*

⁵⁰⁰ *Ibidem.*

que não devem ser mencionados, opta por outros que merecem destaque ou que estejam mais em concordância com os interesses a serem explanados.

Os jornais por pertencerem, ou mesmo por estarem ligados, a um grupo social e/ou económico, retratam as forças sociais em ebulição, agindo de modo a estabelecer e condicionar a opinião pública. Neste sentido, surge a 31 de março de 1918 o *Correio da Semana*, órgão ligado e patrocinado pela diocese sobralense, ao dispor, com este meio, de um instrumento de difusão das suas ideias, sendo possível conjecturar-se sobre a missão a que se propunha esse novo estandarte do catolicismo sobralense.

No editorial do número que inaugura o periódico, encontra-se estampada uma fotografia de D. José em larga moldura que ocupa um quarto da primeira página do semanário. Do editor, padre Leopoldo Fernandes, as suas impressões lêem-se a respeito do “espírito altamente culto”⁵⁰¹ do prelado sobralense, num tipo de artigo que seria constante no jornal que servia para a “explicação da doutrina christã”⁵⁰². Nessa crónica pode-se extrair mais que uma conclusão acerca deste assunto:

Não podia ser melhor patrocinada a nossa modesta empresa que sob os auspícios valiosos do clemente antistite da Egreja Sobralense. É a mais segura garantia de nosso sucesso, o mais firme esteio em que se vão depôr as nossas esperanças. [...] para o que diz respeito às obras sociaes de feição inteiramente catholica e cuja realização em sua Diocese é parte importantissima em seu luminoso programa episcopal. D. José não poderia deixar de ser o amigo protector do *Correio da Semana* que hoje circula sob as benções de S. Exe. Revma. E eis porque, honrado a primeira página de nosso jornal a photographia de S. Exe., sentimo-nos satisfeito prestando este culto de amor a quem sempre de perto interessou, tudo o que diz respeito à grandeza, felicidade e progresso desta terra⁵⁰³.

Um enaltecimento que sempre procurou representar nas páginas do jornal, verificando-se que ao longo dos anos o engrandecimento da figura do bispo se manteve, por este ter empreendido “um verdadeiro trabalho em prol da transformação da vida económica, social e cultural da cidade, levantando a bandeira da ‘defesa da moral e dos bons costumes’”⁵⁰⁴.

A pujante agricultura local, a Exposição Regional agropecuária e industrial, os anúncios de médicos que foram se instalar em Sobral, as visitas ilustres que a cidade recebia, as grandiosas aquisições e obras do bispo, as ações da Igreja tiveram destaque nos artigos do jornal local. Entretanto, o que o *Correio da Semana* noticiou naquela primeira edição, na verdade, não foi nem uma fotografia, nem uma caricatura escrita, mas uma sugestiva alegoria de uma

⁵⁰¹ Leopoldo Fernandes, “Editorial”, *Correio da Semana*, n.º 1, 31 de março de 1918, Sobral, p.1.

⁵⁰² *Ibidem*.

⁵⁰³ *Ibidem*.

⁵⁰⁴ Luciana de Moura Ferreira, *Op. cit.*, 2010, p. 34.

sociedade sobreposta pela ação da Igreja, com o povo embebido pelo grande cenário montado pelos que detinham o poder. Nesse caso, a Igreja Católica, personificada na figura do bispo diocesano, representou a cidade como uma sociedade perfeita.

O próprio prelado em questão, em seu primeiro artigo assinado no *Correio da Semana*, a 18 de maio de 1918, intitulado “*O dia da bôa impresa*”⁵⁰⁵, apontou aos leitores o real motivo da igreja sobralense possuir um órgão de caráter informativo: “A calúnia, o motejo insolente, a tendenciosa conspiração do silencio, o desprezo affectado, a crítica soez e insipida, a ignorancia em vestes de sagacidade e sciencia ultramodernam a estolida credulidade unida à descrença mais injustiçada, o despeito parecendo zelo, a hypocrisia fingindo lealdade, o egoismo disfarçado em caridade, a intransigencia pregando tolerancia, o mal emfim aureolando-se com os fulgores do bem, tudo isso e muito mais se põe em campo contra Christo e a sua Egreja, o que equivale a dizer, contra Deus, sua palavra, seus ministros, sua lei, seus sacramentos”⁵⁰⁶.

O *Correio da Semana* foi o meio adequado aproveitado pelo Bispo para fortificar os seus ensaios e posicionamentos políticos, bem como combater os seus rivais. Sabe-se que, em 1920, o jornal *A Lucta*, de Deolindo Barreto, tornou-se ferrenho combatente das ações do bispo em Sobral, chegando a leitura do referido periódico de ser designada de pecado mortal por parte da Igreja local. A participação de Deolindo em conflitos políticos culminou com o seu assassinato em 1924⁵⁰⁷.

A Igreja sobralense tinha a convicção que a fiabilidade da diocese e dos seus ministros era um factor incontestado pelos fiéis. Portanto, um dos cânones pelos quais se avaliava um bom fiel era a sua relação de generosidade para com a Igreja, de acordo com as próprias palavras de D. José: “Nesse dia devem os R. R. Parochos, explicada com antecedencia a natureza e importância da obra que se quer beneficiar, recorrer à generosidade dos fieis, lembrando-lhes a necessidade que nós, os catholicos Brasileiros, temos de trabalhar pelo desenvolvimento da imprensa seria e moralizada, de orientação catholica, em contraposição à torrente volumosa e sempre crescente de livros, revistas, periodicos e folhetos perniciosos não só à fé christã, como também aos costumes privados e públicos”⁵⁰⁸.

O bispo tentava persuadir os fiéis através das suas mensagens: “Convençam-se todos de

⁵⁰⁵ Dom José Tupinambá da Frota, “O dia da Bôa Imprensa”, *Correio da Semana*, n.º 8, de 18 de maio de 1918, Sobral, p. 1.

⁵⁰⁶ *Ibidem*.

⁵⁰⁷ Refere-se a Aurélio Ponte Filho, *Don José e o “Correio da Semana”: a “Bôa Imprensa” em Sobral (1918-1925)*, em linha, Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 72.

⁵⁰⁸ Dom José Tupinambá da Frota, “O dia da Bôa Imprensa”, *Op. cit.*, 1918, p. 1.

que a Igreja Católica é a mira para onde convergem as fúrias e os ódios dos inimigos de Deus e do seu Christo”⁵⁰⁹. Acusando todos os que não fossem amigos da Igreja, estes seriam censurados e qualificados como decadentes no sistema social, demonstrando sua posição dominante: “Considerem, pois, os nossos amados Diocesanos que lhes é obrigação estrita contribuirem positivamente para a manutenção e difusão da Boa Imprensa, enquanto as portas dos seus lares devem estar bem aferrolhadas contra a invasão cynica e feroz das publicações impias e immorales”⁵¹⁰.

Apropriando-se da ideia do “Centro da Boa Imprensa” foi instituído na diocese de Sobral o Dia da Boa Imprensa, no dia 2 de fevereiro, “a exemplo do que fizeram o Em. Snr. Cardeal Arcoverde e quasi todo o venerando Episcopado Brasileiro”⁵¹¹. E todo o discurso acima retratado ressalta o “adestramento” do povo fiel perante as ordens eclesiásticas, buscando a “regeneração” do sistema, indicadora do seu esvaziamento e do Estado lastimável a que chegara a alma nacional. “Quem não póde dar muito, dê pouco, e este pouco há de produzir innumerous e sazonados fructos de benções e regeneração em todos os ângulos de nossa estremecida Patria”⁵¹². Todos deveriam participar, desde a pequena parte dos que sabiam ler e escrever, bem como a grande maioria dos analfabetos.

D. José quando assume a diocese de Sobral construiu e comprou edifícios públicos com simbologias de poder: o Palácio dos Paula Pessoa, que seria o seu palácio episcopal até à entrega às Irmãs Filhas de Sant’Ana para estabelecimento do colégio feminino; o Sobrado Bandeira de Melo, palácio episcopal e sede do Museu Diocesano a partir da década de 1930; a construção da Santa Casa de Misericórdia, na década de 1920; a edificação do Seminário na Lagoa da Fazenda⁵¹³. Assim, “adestrou” também o olhar, mesmo para aqueles que não sabiam ler, através da reformulação do espaço urbano que se tornaria memória e símbolo da cidade. Chegou ainda

⁵⁰⁹ *Ibidem.*

⁵¹⁰ *Ibidem.*

⁵¹¹ *Ibidem.*

⁵¹² *Ibidem.*

⁵¹³ Desde a sua época como vigário da matriz que “diversos e importantes melhoramentos, quer de ordem moral quer material, attestam seu labor parochial, como, por exemplo, as obras da Matriz e do Asylo da Misericórdia, a criação do Apostolado da Oração e a da Ordem Terceira Franciscana, o augmento do patrimonio da Padroeira, a construção de edificios destinados a aulas nocturnas para creanças pobres” (Barão de Studart, “Cearenses elevados ao sólio Episcopal”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno XXXVI, Instituto do Ceará, 1922, p. 424-425). Ainda àquela época deu início as obras de construção da Santa Casa de Misericórdia, em agosto de 1912, que só ficaria pronta 13 anos mais tarde, com o profundo apoio das elites sobralenses, apesar dos impasses com o governo municipal, referentes aos bônus que a entidade vendera para arrecadar fundos, é pertinente ainda atestar com a ideia de que “As elites mantiveram os objectivos de controlo da pobreza e dos níveis satisfatórios em saúde como razões para se organizarem em torno das Misericórdias. Igualmente, a possibilidade de exercer a filantropia atraía as pessoas para as irmandades que desfrutariam também de vantagens políticas trazidas pelo relacionamento com as elites económicas, [...]” (Liliane Alves Fernandes, *As Santas Casas da Misericórdia na República Brasileira 1922-1945*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 2009, p. 67).

a aumentar o tamanho das vias, redesenhando o perfil urbano de Sobral, que adquiriu uma configuração proporcionada pela formação de novos bairros, como nos indica o arquiteto Francisco Edilson Ponte Aragão: “O Bispo D. José vai construir igrejas, escolas, hospital e dispensário, seminário, palácio e monumentos, distribuídos nos quatro cantos da cidade, abrindo ruas e ocupando novas áreas, sendo responsável direto pela estruturação de boa parte da cidade”⁵¹⁴.

O referido prelado mostra uma narrativa que, múltipla e diversa em assuntos e teorias, constitui-se num volumoso alinhamento que aponta inúmeras perguntas. A Diocese de Sobral oscilava entre a construção do mito e a sua ritualização, entre os privilégios de poucos e a “caridade” aos pobres, assuntos recorrentes na construção do próprio conceito de refundação da cidade.

O jornal não foi a única estrutura utilizada para a evidente mitificação ocorrida: “A Igreja, personificada no Bispo Dom José, interfere e transforma a cidade, [...], modifica seus espaços e seu comportamento, através do controle e da intervenção que pratica”⁵¹⁵, de acordo com Luciana de Moura Ferreira. D. José não se restringe à prática religiosa, dispondo-se, desde logo, a transformar as suas convicções em formas concretas, através das suas obras de estruturação e remodelamento da cidade, revelou-se muito mais arrojado e com grande impulso para construir, ao pretender agir na esfera da vida pública, invadindo o campo secular.

Criou o Colégio Diocesano, que funcionou no prédio da Santa Casa em construção, desativado no mesmo ano devido à drástica seca que assolava a região⁵¹⁶. Ordenou o início das obras de construção do majestoso prédio no bairro da Betânia onde estabeleceu o Seminário Diocesano São José. Assim, “[...] a cidade desenvolvia-se e a ideologia de progresso e urbanização crescia, de certa forma associada a imagem do bispo”⁵¹⁷.

É preciso considerar os princípios educativos e culturais que o prelado em análise recebeu em Roma, onde a partir do fim do século XIX, o cristianismo social começou a se tomar uma proposição evidente, expresso de forma óbvia no *Rerum Novarum*⁵¹⁸, bem como o Concílio

⁵¹⁴ Francisco Edilson Aragão, *Op. cit.*, 2014, p. 51.

⁵¹⁵ Luciana de Moura Ferreira, *Op. cit.*, 2010, p. 35.

⁵¹⁶ Francisco Sadoc de Araújo, *Op. cit.*, 1982, p. 17.

⁵¹⁷ Luciana de Moura Ferreira, *Op. cit.*, 2010, p. 34.

⁵¹⁸ Sobre a Encíclica *Rerum Novarum* e a sua compreensão utilizada nessa investigação, subscreve-se o raciocínio formulado por Silva Júnior e Batista: “percebe-se a necessidade que a Igreja se encontrava de começar a participar ativamente no processo de angariamento das classes sociais e de lembrar as obrigações do Estado e da humanidade com a religião católica. A manutenção de uma política de afastamento e de um repúdio total ao mundo moderno se tornava insustentável e descartável devido ao rumo que a modernidade trazia a época. Leão XIII percebeu essa carência do posicionamento da instituição e começou a empreender uma política que dialogasse com a situação do final do século XIX e que através da *Rerum Novarum* e de toda a sua obra traçasse, ao mesmo

Latino Americano de 1899. Não foi por obra do acaso que o episcopado do primeiro prelado sobralense manifestou a formulação social adotada pela doutrina cristã católica aplicada às relações sociais daquela época. A encíclica e o concílio definiram o pensamento social da Igreja sobralense e foi manifesto na atuação do prelado.

A conceção que se tinha era que D. José realizou as remodelações de acordo com as suas vontades e aspirações. Entretanto, como se pôde perceber, ele estava seguindo o que a Igreja pontificava. Contudo, a figura do intelectual, do bispo educado e culto é um factor marcante nas suas realizações. O protagonismo do bispo sobralense esteve, de alguma maneira, apoiado no desempenho de alguns sobralenses, sobretudo comerciantes, pecuaristas, padres e sacerdotes, categorias que eram na verdade as origens históricas das elites burguesas locais que geriam a região naquele momento.

Para essas e outras estruturas o bispo necessitava de apoio e zelo para “expurgar a ignorância e civilizar”⁵¹⁹ o povo, de acordo com as missivas a si endereçadas. Em 26 de novembro de 1916, o padre Guilherme Vaessen⁵²⁰ enviou uma epístola do Seminário de Fortaleza em resposta a uma carta anterior:

Exº Revmº Snhr. Bispo, Dae-me vossa bênção, Respondo às pressas a V. Excia para aproveitar o portador, o seminarista Luís Jácome. Lembrar-me hei da recomendação de V. Excia. de não deixar se ordenar quem parece não ter zelo [...]. Estou prompto para ajudar V. Excia na aquisição de irmãs. Verdade é que os pedidos são tantos que se o Visitador tivesse centenas de irmãs, em poucos dias todas estariam collocadas. Depende também das condições. Ellas tem muito medo do “coepit facere es non putuit consummare”. O pe. Luís V. Gestel vae ao Rio. Elle me disse que apoiará o pedido de V. Excia. Acho bom que V. Excia. escreva ao pe. Visitador expondo as condições, hospital ou collégio etc.. então o pe. Luís se empenhará no bom exito. Seria uma boa aquisição, Sr. Bispo; eu vi como em poucos annos as irmãs reformaram a cidade de Victória, no Esp. Sº. que era uma cousa medonha de ignorancia e corrupção⁵²¹.

O seminário de Sobral ainda estava em construção, pelo que D. José enviou ao Seminário da Arquidiocese de Fortaleza alguns jovens aspirantes ao sacerdócio. Aqueles jovens

tempo, uma possível solução aos dramas da classe operária e que a afastasse da principal ameaça a Igreja católica: o socialismo” (Alfredo Moreira da Silva Júnior, Carolina de Almeida Batista, “Coisas novas e tradição, o dilema de Leão XIII”, *Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR*, Jacarezinho/PR, ANPUH/PR, 2008, p. 101).

⁵¹⁹ *Correio da Semana*, “Editorial”, *Op. cit.*, 1918, p. 1.

⁵²⁰ Conforme registos encontrados na Sala da História Eclesiástica, *Pasta: Reitores do Seminário*, Sala de História Eclesiástica do Seminário da Arquidiocese de Fortaleza, 2010, s/p., o Padre Guilherme Vaessen nasceu na Holanda em 23 de maio de 1873. Ordenou-se padre na cidade de Paris aos 23 anos de idade. Chegou ao Rio de Janeiro em 1898. Fazia parte da Congregação de São Vicente de Paulo e atuou em missões na Bahia e em Minas Gerais. Em Fortaleza, foi reitor do Seminário Diocesano entre 1914 e 1927. Permaneceu como assistente eclesiástico do Círculo São José desde a sua fundação até 1934, quando foi enviado para uma missão no Pará.

⁵²¹ NEDHIS, *Correspondências pessoais de Dom José*, Padre Guilherme Vaessen para Dom José Tupynambá da Frota, pasta I, 26/11/1916, 4f, perfurada.

seminaristas foram acompanhados pelo controlo rígido do bispo, sob o olhar atento dos padres mentores. Tudo para que nessa cultura de vocações sacerdotais brotassem os frutos mais apetecíveis e para que a Igreja local tivesse a sua disposição um exército de padres, à sua maneira. Revelavam-se obedientes à mitra, sem a menor divergência de opinião, como ainda subscreve o padre Vaessen na referida missiva: “Lembrar-me hei da recomendação de V. Excia. de não deixar se ordenar quem parece não ter zelo”⁵²².

Tal incontestável empenho com a proteção daqueles jovens possibilitou que se criasse um sistema de controlo rígido, que ambicionava empreender uma tripla averiguação: cultural, social e espiritual, através da estrutura da educação eclesiástica. A vigilância era exercida com a troca de cartas – ferramentas de informações constantes e precisas sobre cada um deles –, que modelava a construção da identidade coletiva do futuro clero local, criando a sua rede de recolhas de materiais e de informação.

3.3. Outros traços relevantes de D. José

Analisando a *persona* de D. José Tupinambá da Frota, através das informações assinaladas pelos discursos dos documentos, é exequível perceber três aspetos bem evidentes e fundamentais na sua atuação como prelado. O primeiro, por ser o mais recorrente e repetido à exaustão por quase todos: o seu estatuto de erudito da Igreja. Nos diversos discursos é recorrente caracterizaram-no como culto, erudito, ilustrado, letrado, literato, génio e sábio, conferindo-lhe a ideia de supra-relação em virtude do distinto conhecimento sobre economia, ideologia e religião.

Outra forma de percebê-lo é como *curador*⁵²³, devido à sua intervenção direta com as remodelações urbanas que aconteciam em Sobral – Santa Casa, abrigo de idosos, seminário, colégios, museu, etc. –, que irá ser determinante para perceber a característica que também desenvolveu enquanto colecionador. E para as suas curadorias foi necessário dinheiro cuja proveniência terá sido entre a elite económica e a política local. Portanto, a sua ação está registada em virtude de todas estas evidências, não só na quantidade de investimentos naquele momento de intenso desenvolvimentismo proposto pela Igreja em Sobral, mas, principalmente, por sua proximidade aos projetos, acompanhando e intervindo nos processos à medida que eram executados.

⁵²² *Ibidem*.

⁵²³ A palavra *cura* já existia em latim com o sentido primitivo de ‘cuidado’, ‘atenção’, ‘diligência’, ‘zelo’. Havia também o verbo *curo*, *curare*, de largo emprego, com o significado de ‘cuidar de’, ‘olhar por’, ‘dar atenção a’, ‘tratar’. Atende-se ao vocábulo em Priberam Informática, S. A., *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP)*, em linha, atual, 2019, s/p.

O terceiro, e não menos importante, o manifesto aspeto da *persona* do referido prelado é a do intervencionista no campo político. Bastante relacionado e atuante nas comarcas e círculos políticos da época, apoiou fortemente os seus aliados e reprimiu com impetuosidade os seus rivais políticos. Não é exagero dizer que D. José foi um ato fundamental na organização religiosa do Ceará, principalmente na região noroeste do Estado, porque a cidade refletiu os seus ideais não só nas décadas que governou a diocese sobralense, mas também influenciando o futuro.

Como erudito, o bispo diocesano formado em Roma, havia mergulhado na atmosfera que viria a ser o seu ideal de planeamento espiritual para Sobral. Roma vivia a ebulição do catolicismo social⁵²⁴. O papado de Leão XIII “*fu assorbito prevalentemente da grossi problemi politici – la questione romana, el conflitto con la Germania, la situazione francese – e dalla preoccupazione di chiarire la posizione della Chiesa di fronte alla società moderna*”⁵²⁵. Com aquela encíclica, a Igreja partia para um intenso trabalho com o intuito de alcançar as variadas classes sociais, procurando envolver o Estado e a Humanidade nas obrigações com a religião católica. Na capital italiana educou-se aos cuidados dos eclesiásticos da Companhia de Jesus, tendo como pano de fundo essa nova mentalidade social católica, influenciada pelos princípios ultramontanos. D. José é recordado como o doutorado em Filosofia e Teologia, tendo procurado saber nos templos de cultura europeus e julgava-se a si mesmo correspondente do mais alto exemplo de espírito ilustrado para a sociedade sobralense. Portanto, pronto para dar continuidade ao projeto civilizatório e colonizador nas Américas.

3.4. D. José, o colecionador: construção do mito na memória sobralense

O passado demonstra-nos que a quase ausência de uma preservação estruturada do património brasileiro levou, inevitavelmente, à situação de perda efetiva de elementos da cultura material nacional. Ainda assim, a Igreja Católica compreendeu que os seus espaços se compunham de objetos de valor incalculável, mesmo considerando-os como materiais de culto ou ritualísticos.

Outra questão essencial a apontar na construção da ideia de colecionador é o “mito da origem primordial”, exposto por Georges Balandier, que o explica enquanto detentor de três

⁵²⁴ Sobre esta questão, pode-se encontrar um conjunto de inferências mais desenvolvidas e consolidadas em Giacomo Martina (1974). O capítulo *La Chiesa Nell'Età del Liberalismo: La Chiesa e la questione sociale*, (p. 660-700) salienta muito do pensamento social que se configurava em Roma durante o pontificado de Leão XIII, Giacomo Martina, *La chiesa nell'età dell'assolutismo del liberalismo del totalitarismo: da Lutero ai nostri giorni: lezioni*, 2ª edição, Brescia, Morcelliana, 1974, p. 660 a 700.

⁵²⁵ Giacomo Martina, *Op. cit.*, 1974, p. 686.

características: “trata da origem, do começo; remete, por meio do discurso, à temporalidade, não a que resulta de uma sucessão de acontecimentos históricos, mas a de um tempo fundador, durante o qual uma ordem se forma; por último, o mito liga-se à memória enquanto revelação que permite chegar a realidades ocultas”⁵²⁶.

D. José Tupinambá da Frota em seu rincão natural manteve-se atento e atuante em guardar as preciosidades desde que regressou de Roma como vigário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Há indícios que durante o período em que foi pároco da cidade, entre 1905 e 1916, o referido prelado tinha iniciado a recolha de inúmeros “tesouros”⁵²⁷ com o objetivo de compor o acervo litúrgico da Igreja sobralense⁵²⁸. As fontes que vieram a lume designam apenas as atividades de doações ou compra, ainda que se presuma, o que alguns documentos indiciam, dada a ausência de informações mais detalhadas, a aplicação de métodos pouco ortodoxos empregues pelo bispo e por seus auxiliares para a aquisição de peças para o museu⁵²⁹.

Tais aquisições foram fruto de uma pertinente atenção do bispo para provar a riqueza de uma hipotética referência identitária e cultural do território da diocese. Desse modo, o prelado investiu recursos financeiros com o intuito de construir o mito da origem de uma memória do passado e nos símbolos que melhor legitimavam essa memória⁵³⁰. Afinal, como convenientemente ressalta José Murilo de Carvalho, os heróis são “símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos”⁵³¹.

Durante a década de 1930, a diocese local adquiriu um outro prédio com vista à adaptação a Palácio Episcopal. Interessante contar o facto de que o museu objeto desta

⁵²⁶ Georges Balandier, *A desordem: elogio do movimento*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 18 e 19.

⁵²⁷ O emprego do termo ‘tesouro’ está condicionado ao sentido presente em variadas fontes utilizadas nesta investigação. A referida palavra está associada a ideia de grande quantidade de metais preciosos e era utilizada nas fontes para se referir a acervos patrimoniais.

⁵²⁸ Foi muito relatada nas correspondências de Dom José Tupinambá da Frota com o Padre Guilherme Vaessen (1873-1965), em que aquele era reitor do Seminário da Prainha, a compra de cálices, candelabros, imagens de santos, contato com irmãs das congregações Filhas de Sant’Ana, etc. As cartas estão disponíveis em NEDHIS, *Correspondências pessoais de Dom José*.

⁵²⁹ Atenda-se a “Igreja de N. S. da Conceição de Almofala será recuperada”, *SPHAN Pró-Memória*, n.º 22, janeiro e fevereiro de 1983, p. 33; Manuelina Maria Duarte Cândido, *Op. Cit.*, 1998, p. 85.

⁵³⁰ Esta ideia é corroborada com a investigação de Regina Raick quando refere que “O ser Sobralense, é estar identificado com algo da história da região, percebe-se que ao tentar reconstruir espaços do cotidiano dentro do museu [Dom José] a opção se fez pela representação dos espaços ideais vividos pelas elites locais. [...] é salientada a grande acessibilidade a tudo que vinha da Europa, justificando em grande medida o título de princesa do Norte dada a Sobral” (Regina Celi Fonseca Raick, *Op. Cit.*, 1999, p. 68).

⁵³¹ José Murilo de Carvalho, *A Monarquia Brasileira*, Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1993, p. 55.

investigação ocupava as salas do referido paço, permitindo-se assim sugerir que o MDS nasceu como uma experiência particular do bispo – seu museu particular –, cujos trabalhos serviriam para fortalecer as representações de história local, constituindo um imaginário.

Depois de estabelecido no palacete⁵³², o bispo guardou ali a coleção de objetos que estava a recolher, com a finalidade de reivindicar e abrigar a “organização de um museu de curiosidades antigas”⁵³³, tornando-se panóptico da região da Ribeira do Acaraú e mais além, que, felizmente tivessem resistido ao tempo e ao Homem. O edifício, um sobrado em estilo imperial brasileiro, já contava com salas suficientes que, para além do conforto de uma habitação condigna, poderia receber de forma temporária as peças angariadas, instalando-se provisoriamente o acervo em espaços situados no piso térreo do prédio. Segundo o jornalista António Craveiro Filho, autor do *Álbum do 1.º Centenário de Sobral*, a “Reforma do Palacete Cruz das Almas hoje transformado em Palácio Episcopal, inclusive uma série de novas edificações no mesmo local, [...] será inaugurada oportunamente”⁵³⁴. Dada a ausência de documentação sobre esta reestruturação arquitetónica, no futuro, serão necessários trabalhos arqueológicos com alguma profundidade com a finalidade de se conhecerem as diferentes memórias sobrepostas do edifício.

Na população local a ideia de que D. José estava a constituir um museu ganhava notoriedade. Além de Craveiro Filho, o *Correio da Semana* exibiu por nove vezes, entre junho e agosto de 1942, anúncios de primeira página que declaravam: “Compram-se objetos antigos. O MUSEU DIOCESANO compra louças antigas e outros objetos. Os interessados podem dirigir-se à Secretaria do Bispado”⁵³⁵. A redação do jornal informava que “Por iniciativa do Sr. Bispo Diocesano está sendo organizado em uma das dependências do Palácio um interessante Museu de louças, cristais e outros objetos antigos”⁵³⁶. Incentivavam a população a participar e alertavam aos leitores que uma “vez por outra percorrem as nossas cidades caixeiros-viajantes à procura desses artigos, que adquirem – por via de regra – por preços muito abaixo do valor. Convém que, antes de vendel-os, os interessados procurem ouvir a Secretaria do Bispado, onde

⁵³² Dom José viajou para Roma no dia 3 de maio de 1935. Foi recebido por Pio XI em audiência especial e retornou no dia 18 de agosto. Quatro anos depois fez uma outra viagem, desta vez ao Rio de Janeiro, para o Concílio Plenário Brasileiro, onde foi segundo-secretário (1 a 20 de julho de 1939). Pensa-se que as adaptações arquitetónicas aplicadas ao paço possam ter sido aprofundadas durante os referidos períodos de ausência.

⁵³³ Em 1941, o jornalista António Craveiro Filho lança o *Álbum do 1.º Centenário de Sobral* onde salientou uma lista de 18 “Realizações empreendidas pelo espírito dinamico e fecundo de Dom José Tupynambá da Frota, eminente bispo de Sobral”, dentre as tais realizações aponta para a organização do museu pessoal do bispo, alterações na edificação do então Palácio Episcopal, etc. António Craveiro Filho, *Op. cit.*, 1941, p. 171.

⁵³⁴ *Idem.*

⁵³⁵ “Compram-se objetos antigos”, *Correio da Semana*, ano XXV, n.º 12, Sobral, 26 de junho de 1942, p. 1.

⁵³⁶ *Ibidem.*

poderão encontrar preços mais vantajosos”⁵³⁷. No fim do anúncio constou ainda uma frase nitidamente antissemita, bem característica do movimento integralista brasileiro: “além disso, são preciosidades que ficariam em Sobral em vez de ir parar nas mãos de judeus gananciosos”⁵³⁸. As notas publicadas referem-se aos caixeiros-viajantes como aproveitadores que costumavam adquirir semelhantes artigos por reduzidos valores, o que deveria ser evitado pela população, alertando-se que primeiro procurasse o padre José Palhano para conseguir melhores negociações, numa tentativa de compreensão, por parte da diocese, se as peças para possível venda seriam proveitosas para o novo museu.

O bispo – ou a Igreja sobralense, visto que naquele momento eles se confundiam – impulsionou a recolha e deu o mote para o estabelecimento de uma instituição museal, sendo uma espécie de coroação enquanto restaurador da cidade uma “obra de elevado alcance cultural”⁵³⁹. D. José idealizou uma instituição que propagasse a sua versão da história ao estabelecer aquela narrativa que a elite burguesa local deveria assumir, semelhante à visão histórica que publicou em seu livro *História de Sobral* (1952). A referida instituição idealizada deveria em si reproduzir os métodos de organização inspirados em instituições semelhantes europeias, onde viveu e instruiu-se.

A ideia de um instituição cultural desse género, no primeiro momento, começou a partir das suas atividades de recolha de objetos, ainda na década de 1930, conforme informação disponível nas fontes, nomeadamente, o primeiro relatório do museu (**Anexo 4**)⁵⁴⁰. A quantidade de acervo aumentou de maneira extraordinária ao longo das décadas seguintes. Detendo várias centenas de peças de louça, mobiliário, esculturas, pinturas, moedas antigas que, “depois de convenientemente instalado, o Museu Diocesano de Sobral pode ser considerado o quarto do Brasil, logo depois do Museu Nacional, do Museu Imperial de Petrópolis e do Museu Ipiranga de São Paulo”⁵⁴¹, segundo afirmou posteriormente Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional e amigo pessoal de D. José.

⁵³⁷ *Ibidem*.

⁵³⁸ *Ibidem*.

⁵³⁹ O atributo qualitativo associado ao museu como este sendo uma “obra de elevado alcance cultural” está presente em pelo menos três documentos: Museu Histórico Nacional, *Carta de Gustavo Barroso ao Bispo Dom José, 23 de novembro de 1955*, pasta: Relatórios, Curso de Museus e Acervo Gustavo Barroso, pasta: Acervo Gustavo Barroso, pasta: Seção Gustavo Barroso - Correspondência Ativa e Passiva, 1955, p. 47 e 48; Museu Dom José, *Livro de Ouro do Museu Diocesano de Sobral*, Sobral, 1959, s/p. (**Anexo 8**); Francisco de Assis Arruda, *Coletânea Genealogia Sobralense*, vol. V, Os Frota, Sobral, s.n., p. 1747-1748.

⁵⁴⁰ MDJ, *Relatório do Museu Diocesano de Sobral*, Sobral, 1959, s/p.

⁵⁴¹ Atenda-se a Gustavo Barroso, “O museu diocesano de Sobral após instalado será o 4.º do Brasil”, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 22 de novembro de 1952, pasta 46 - 1955 2.º Semestre, p. 151. Curiosamente, três anos e um dia depois, Gustavo Barroso enviou uma carta ao bispo sobralense confirmando a indicação, Museu Histórico Nacional, *Carta de Gustavo Barroso ao Bispo Dom José, 23 de novembro de 1955*, pasta: Relatórios,

O MDS foi idealizado e concretizado para reforçar a construção da ideia de origem única, relacionada com a memória de um passado notável sobralense, detendo na figura de D. José a sua proteção. De acordo com um artigo do jornal *Unitário*, o padre José Palhano de Sabóia (1922-1982)⁵⁴² registou as suas impressões, algo laudatórias, sobre a importância da constituição da referida instituição museal: “O nosso Bispo, que na expressão de quem sabe o que diz, é o maior Bispo do Brasil não só pela sua cultura e inteligência, porém mais ainda pelas suas grandes e arrojadas realizações, já comemorou dois jubileus em sua cidade natal, o sacerdotal e o episcopal, e não encontramos no seu pobre e modesto palácio nenhum vestígio ou lembranças daquelas datas, embora nenhum bispo tenha feito por sua Diocese o que D. José fez por Sobral. Bastaria a organização do Museu Diocesano, que no dizer de S. Excia. D. Antônio Lustosa, é o melhor no gênero em todo o Brasil, para dispensarmos ao nosso Bispo todo o nosso apoio e solidariedade”⁵⁴³.

O texto acima dá a entender que foi necessário algum esforço para que se apoiassem certos planos do primeiro bispo da diocese de Sobral. Desse modo, pode-se presumir a existência de forças antagónicas em uma sociedade que aspirava ares de sumptuosidade e modernidade. É essencial perguntar se a população sobralense se interessava por um Museu, ou mesmo a que sociedade ele serviria. Importa, de igual modo, compreender que parte da sociedade sobralense se revia e exaltava com essa construção da memória, bem como a restante parcela que o museu ocultou ou silenciou. Sem o registo das visitas ao espaço museal daquelas décadas iniciais, que poderiam indicar os diferentes tipos de público, optou-se por recorrer aos indícios encontrados nos livros de tombo, fichas catalográficas e listas de doações, que informam alguns nomes e patentes dos interessados em contribuir para a construção do acervo, sendo, sobretudo, membros de grupos considerados hegemónicos.

As suas coleções particulares definiriam de forma crucial um conjunto patrimonial da recém-criada diocese, ocupando toda a área livre disponível no palácio episcopal e, tornando-se num *locus* afetivo na vida do primeiro bispo sobralense. Interessante evidenciar a maneira pela qual o prelado compreendia a atividade de colecionar objetos. Poderia ser um investimento, ou um sacrifício quase cristão em despojar parte do seu tempo e dos seus recursos financeiros, ou a obrigação enquanto pastor tão erudito de gente tão inculta – “Explico-me: pouca philosophia basta para o simples e inculto povo dos nossos sertões, e quem delle quizer fazer

Curso de Museus e Acervo Gustavo Barroso, pasta: Acervo Gustavo Barroso, pasta: Seção Gustavo Barroso - Correspondência Ativa e Passiva, 1955, p. 47 e 48.

⁵⁴² No Capítulo 3 abordaremos o importante papel do padre José Palhano no Museu e na vida de Dom José Tupinambá da Frota.

⁵⁴³ “Interior em revista”, *Unitário*, edição 185, 29 de abril de 1953, Fortaleza, p. 3.

uso por aqui – geralmente fallando, perderá o seu tempo e seu latim”⁵⁴⁴, afiançara D. José. Tendo dito isso, é preciso responder o quê o motivou a produzir sua coleção.

É certo que foi uma determinação que movimentou sua vida e que ainda hoje espelha quem ele era e como ele era, articulando a sua movimentação e seu gosto pessoal, que definem uma determinada composição estética, relativa à capacidade de identificar e de apreciar o que, para ele, era belo. Pelos registos fotográficos consultados, é possível constatar que acumulou uma quantidade significativa de peças, ocupando o espaço disponível no palácio para sua exibição. As salas reservadas no Palacete Episcopal para esse fim já estavam repletas no início da década de 1950, conforme evidenciam as fotos do álbum fotográfico pertencente ao padre José Palhano, datado por ele mesmo com o ano de 1952⁵⁴⁵ (**Figura 19**).

Figura 19 – Página do álbum pertencente ao padre José Palhano contendo registos fotográficos do acervo do museu (1952)



Fonte: Álbum Fotográfico n.º 11, acervo do MDJ.

⁵⁴⁴ Disposto na fonte do Pontifício Collegio Pio Latino Americano, *Carta enviada por José Tupynambá em 24 de maio de 1912 ao Sr. Padre*, arquivo personal del Exalumno José Tupynambá da Frota 27, n.º 608, Roma, 1912.

⁵⁴⁵ Este álbum revela-se uma importante fonte pois apresenta fotos do acervo que estava no palacete episcopal, quando foi oficialmente inaugurado o museu (1952). Encontram-se peças que pertenceram ao acervo de Oswaldo Soares, concorrendo com a informação da lista escrita pela gestão administrativa da professora Glória Giovana Mont’Alverne (**Anexo 4**), da referência encontrada em Eneida da Silva Ostria de Canedo *et. al.*, *Patronos e Ocupantes de Cadeira do IHGM: 80 anos (1925-2005)*, São Luís/MA, Edição IHGM, 2005, p. 77; e da indicação do padre Manuel Valderi da Rocha, “Em Dia com a Igreja”, *Correio da Semana*, edição nº 654, 7 a 14 de nov. de 2015, Sobral, p.14 – e outras significativas peças pertencentes a diferentes cidades da circunscrição da Diocese de Sobral.

No livro *História de Sobral* (1952), em que D. José apresenta sua versão do surgimento da “Princesa do Norte”, o capítulo “A Vida no Lar – Costumes”⁵⁴⁶, aponta uma expressiva quantidade dos objetos que faziam parte de sua coleção e que, para ele, deveriam refletir a vida nos lares de uma parte privilegiada da sociedade sobralense entre os séculos XVIII e XIX. Desde oratórios, imagens de santos, enormes pratos chineses azuis oitavados, até chávenas de chá, resultado do intenso “commercio, que se faz[ia] quasi que diretamente com a capital do Maranhão”⁵⁴⁷, completando a memória narrativa do referido livro. O bispo constituiu esse modelo de lar sobralense e estava determinado a representá-lo para que outras pessoas vissem e compreendessem a aura que o circundava enquanto membro dessa “Sobralidade”, o que se refere na passagem das *Notas de Viagem* (1889) de António Bezerra de Menezes: “Um sobralense é bairrista como ninguém; exagera as vantagens de sua cidade e tem o entusiasmo de supor que nem a capital a vence em adiantamento e beleza”⁵⁴⁸.

Para além disso, o prelado da Diocese de Sobral comprou um significativo acervo de peças ao colecionador Oswaldo da Silva Soares (1903-1997). Este ilustre maranhense substituiu o sócio fundador José Pedro Ribeiro na cadeira n.º 13 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) na reunião de 03 de setembro de 1948. Foi notário de 1.º Ofício de São Luís do Maranhão e atendendo aos propósitos do IHGM, atuou para o estudo e salvaguarda do património histórico material das cidades de São Luís, Rosário e Alcântara, estando envolvido nesta última cidade na procura e restauro do pelourinho⁵⁴⁹. No ano em que entrou para o Instituto, “sua coleção já se estendera e passou a colecionar objetos antigos: imagens sacras, móveis franceses e brasileiros, porcelanas, relógios e jóias, todos expostos na sua residência na Rua São João no 452”⁵⁵⁰.

O jornal *O Imparcial*⁵⁵¹ e o *Álbum do Maranhão* (1950)⁵⁵² registaram e publicaram parte do acervo do Oswaldo Soares (**Figura 20**). Pesquisador da numismática, publicou na Revista do IHGM, Edição de 1948, o artigo *Numismática Maranhense*, sendo um estudo considerado único neste assunto. “Foi com tristeza que, em 1953, começou a se desfazer de seu acervo histórico, chegando mesmo a oferecê-lo ao Governo do Estado, sem êxito. O museu foi

⁵⁴⁶ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 501.

⁵⁴⁷ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 505. Transcrito pelo Bispo do original de António Bezerra de Menezes, *Província do Ceará: notas de viagem, parte do norte*, Fortaleza, Typ. Económica, 1889, p. 254.

⁵⁴⁸ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 506. António Bezerra de Menezes, *Op. cit.*, 1889, p. 255.

⁵⁴⁹ Eneida da Silva Ostria de Canedo *et. al.*, *Op. cit.*, 2005, p. 76 e 77.

⁵⁵⁰ *Ibidem*.

⁵⁵¹ “No Mundo das Relíquias Históricas”, *O Imparcial*, 23 de maio de 1948, São Luís, p. 9.

⁵⁵² Miécio de Miranda Jorge, *Álbum do Maranhão 1950*, São Luís/MA, Imprensa Oficial do Maranhão, 1950.

disperso, dividindo-se entre museus públicos e particulares”⁵⁵³. O contacto com Oswaldo Soares garantiu ao bispo sobralense o acesso a um acervo composto por um volumoso conjunto de objetos desde pentes em osso e marfim, espadas, arte decorativa em porcelana, potes de farmácia, imagens de santos, pinturas a óleo, mobiliária, louças, etc. (**Anexo 5**).

Figura 20 – Oswaldo Soares (à direita) apresenta espadas, coleção de pentes e outros objetos do acervo que foi comprado por D. José



Fonte: acervo do MDJ.

O desprendimento ou necessidade de Soares agradou ao desejo e ao bolso de D. José Tupinambá. Outro indício que confirma a volumosa compra está na coluna que o Padre Manoel Valderi da Rocha⁵⁵⁴ escreveu no *Correio da Semana*: “[...] visitei-o no palácio episcopal, aqui em Sobral, em 1953. [...] Apontando-me depois diversos caixotes, nos corredores do Palácio, disse que ali estavam, apenas chegadas, de S. Luís do Maranhão, peças preciosas para o seu querido Museu”⁵⁵⁵. O bispo foi eleito sócio correspondente do IHGM na reunião de 28 de abril de 1955, lugar que ocupou até 1956⁵⁵⁶.

⁵⁵³ Eneida da Silva Ostria de Canedo *et. al.*, *Op. cit.*, 2005, p. 77.

⁵⁵⁴ Assumiu a direção do MDJ de 1980 a 1988 (**Anexo 6**).

⁵⁵⁵ Manuel Valderi da Rocha, “Em Dia com a Igreja”, *Correio da Semana*, edição n.º 654, 7 a 14 de nov. de 2015, Sobral, p.14.

⁵⁵⁶ Leopoldo Gil Dulcio Vaz & Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo, *Perfil dos Sócios – Ocupantes de Cadeiras – IHGM*, Vol. 1, São Luís/MA, IHGM, 2013, p. 41.

A coleção que o prelado foi compilando é, categoricamente, um autorretrato. Aplica-se este vocábulo em alusão ao sentido do verbo retratar, “tratar de novo; voltar a um assunto; praticar de novo”⁵⁵⁷ ou “retirar, afastar, por de parte”⁵⁵⁸ alguma coisa, tendo em vista que sua origem advém da palavra latina “*retractu*”, particípio passado do verbo “*retrahere*”, que significa “fazer voltar para trás”⁵⁵⁹. No sentido contemporâneo da palavra, retrato é uma representação de uma pessoa ou algo, seja utilizando técnicas do desenho, pintura, escultura ou fotografia, bem como pode representar o sentido figurado da descrição de uma época ou de uma característica. Por conseguinte, o autorretrato representa a imagem que alguém faz de si mesmo, contruída a partir da sua memória e entendimento de mundo, todavia não significa a sua representação autêntica, pois quem o faz tem a liberdade de utilizar qualquer estilo, com a finalidade de expor (ou esconder) as suas características. O museu foi constituído à imagem do seu colecionador.

Aliada a isso, a atividade colecionista não fala apenas da representação de D. José e do seu perfil biográfico: “Frente à complexidade das ações colecionistas – inerentes ao desejo, à posse, ao poder, à negociação, associadas à ordem e ao arranjo nos lugares da organização dos objetos – são verificados elementos ocultáveis pelo ato de arranjar os objetos ‘antigos’ e aproximar tais objetos da retórica do passado”⁵⁶⁰. Pelo exposto, compreende-se que o ato de colecionar expõe também o pensamento de uma época, uma especificidade de expansão cultural de um momento temporal específico.

Este autorretrato não se limita a refletir um prazer individual, que desde o princípio do percurso é evidente. Trata-se de um prazer enorme que desfrutou D. José e saborearam outros colecionados quando difundem e/ou apresentam os seus objetos. Segundo Sílvia Maria do Espírito Santo, “O colecionismo do ponto de vista da relação entre uma pessoa e certos objetos pode ser compreendido como ação especial, marcada pelo vínculo entre o indivíduo e o social”⁵⁶¹.

Podemos refletir ainda sobre as formas de reconhecimento e de interatividade do sujeito no mundo, identificando a interatividade como indicativa da dimensão social do colecionador. Exemplos das interatividades estão nos valores que os antigos proprietários das peças

⁵⁵⁷ José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.^a Edição, Quinto Volume, Livros Horizonte, Lisboa, 1977, p. 93.

⁵⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁵⁹ Atende-se ao vocábulo “retrato”, consultado em Priberam Informática, S. A., *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP)*, em linha, atual, 2019, s/p.

⁵⁶⁰ Sílvia Maria do Espírito Santo, “A contribuição do estudo do colecionismo para historiografia do Museu Histórico do antigo ‘Oeste Paulista’”, *Transinformação*, em linha, vol. 23, n.º 1, 2011, p. 30.

⁵⁶¹ Sílvia Maria do Espírito Santo, *Op. cit.*, 2011, p. 29.

receberam aquando de suas vendas; nos favores que porventura receberam aqueles que as deram em doações; no engrandecimento das coleções que receberam exemplares de um determinado passado; na satisfação do público que visitava a coleção; nas possibilidades de estudos sobre peças que provavelmente estariam perdidas nas trilhas da história ou destruídas pela ação do Homem ou do tempo.

Por tudo isso, combina-se com a ideia que apresenta Philip Blom (2003), quando afirma que “os objetos, santificados, nos recordam os começos da nossa civilização: nossos fetiches e totens, [...], e o culto dos antepassados que está na raiz de toda compreensão religiosa do mundo”⁵⁶² e Sílvia Maria do Espírito Santo (2011) quando instrui aspetos da contribuição do estudo do colecionismo para a historiografia, afirmando que a sua presença atua “sobre a conjuntura económica e a cultura material, para a mediação na ciência da informação, que talvez guarde os aspectos do corpo material, os processos da historiografia e representação museológicas”⁵⁶³.

Já foi aqui exposto que no Ceará dos anos 1950 surgiram outras instituições de salvaguarda do património. Assim como apresentou-se o desejo exageradamente egoísta do bispo por bens artísticos e também eclesiásticos, fazendo da Igreja Católica lugar de acumulação e de estudo. O jornal *A Noite*, naquela edição de vinte e seis de maio de 1956, trouxe a crónica *Letras e Artes*, do jornalista Celso Kelly⁵⁶⁴, proeminente professor da Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro, além de membro do Conselho Nacional de Educação. Este apresentou um texto com o subtítulo *Museus Pelo Brasil... Um Movimento Animador*, onde adverte que a população costuma repetir, sem o mínimo cuidado, que no Brasil não temos museus: “Em verdade, não pode o Brasil competir, com as velhas nações da Europa que os possuem de longa data, nem com os Estados Unidos que a eles destinam grandes somas conseguindo carrear peças raras para suas coleções oficiais e particulares”⁵⁶⁵. O jornalista

⁵⁶² Philip Blom, *Op. cit.*, 2003, p. 179.

⁵⁶³ Sílvia Maria do Espírito Santo, *Op. cit.*, 2011, p. 30.

⁵⁶⁴ Conforme vocábulo: “Celso Otávio do Prado Kelly, (Niterói, RJ, 1906 – Rio de Janeiro, RJ, 1979), Jornalista, escritor, teatrólogo, professor, historiador e crítico de arte. Formou-se em Direito pela Universidade do Brasil em 1928, frequentando também a antiga ENBA. Passou mais tarde a lecionar no Instituto de Educação e na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, tornando-se ainda membro do Conselho Nacional de Educação. Além de várias peças de teatro, contos e ensaios de educação e sociais que publicou, cabe ressaltar seus estudos no campo das artes plásticas, especialmente em torno da vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Pronunciou palestra sobre Belmiro de Almeida transcrita nos arquivos da Escola Nacional de Belas Artes (no IV, 1958) e publicou o ensaio Portinari, 40 anos de convívio (1961). Postumamente apareceria aquela que talvez seja sua obra mais original: Tendências do gosto brasileiro (1979). Teodoro Braga reuniu algumas referências bibliográficas a seu respeito em Artistas Pintores no Brasil (1942). Foi nomeado diretor do Museu Nacional de Belas Artes e do Ministério da Educação e Cultura, em 11 de julho de 1970” (Roberto Pontual, *Dicionário das Artes Plásticas no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969, p. 128).

⁵⁶⁵ Celso Kelly, “Letras e Arte. Museus pelo Brasil... um movimento animador”, *A Noite*, ano 1956, Edição 15324, 26 de maio 1956, Rio de Janeiro, p.2.

enalteceu que comparações como estas não seriam possíveis, entretanto, em Sobral, uma vez que D. José estava a replicar os espaços que vira na Europa, o prelado talvez comparasse a coleção que conquistava com as outras que outrora admirou.

O colecionismo, representado através do mundo simbólico, como fenómeno da subjetividade ou como ação social⁵⁶⁶, foi temática amplamente desenvolvida por Blom (2003), com a apresentação de vários exemplos de colecionadores. A fim de entendê-lo com D. José, torna-se essencial problematizá-lo enquanto fenómeno social na vida do bispo. O referido prelado foi personagem-chave nos atos de encontrar e guardar um vasto património composto por objetos religiosos e históricos, numa área de influência não só ocupada pela sua diocese localizada no Estado do Ceará, mas também em outros estados do Nordeste Brasileiro.

O exemplo de D. José serve para que se proponha a discussão de algumas questões. É necessário romper com o preconceito de que a situação económica e/ou as dificuldades de armazenamento não são imprescindíveis para aquele que coleciona. É o caso do prelado colecionador. Revelam também que o colecionador procura, e de facto obtém, a imagem de prestígio social e/ou o enriquecimento económico. Apesar de alguma dificuldade económica para conseguir adquirir os objetos que colecionou, D. José doou à Diocese a sua coleção, a despeito disto implicar com a preeminência social e o prestígio que esta poderia outorgar. Não mudou de residência e conviveu espacialmente com a sua enorme coleção, uma vez que planeava a construção de uma sede própria para o museu, o que, de facto, começou nos últimos anos da década de 1950, local que, nos dias de hoje, funciona o Instituto de Teologia e Pastoral (ISTEP). Assim, o bispo sobralense obtém o tão desejado prestígio social e económico que acompanharam a sua vida. Deste modo, importa aqui apontar a construção de uma memória identitária coletiva para Sobral.

A sua vida foi tomada pelo prazer, tensão e necessidade de colecionar determinados objetos e gerir as suas aquisições. Deixando espaço para o seu “perfil” de construtor, que não fora desconsiderado – como já referido, foram muitos os edifícios construídos por decisão do bispo –, se bem que, categoricamente, pode-se auferir a D. José a qualidade de *construtor da memória*, em especial de uma memória musealizada em Sobral. Se há algo que caracteriza o fenómeno do colecionismo é precisamente o que tem de intensamente pessoal, marcado pelo vínculo entre o indivíduo e o social, sendo, portanto, algo de subjetivo. Segundo Philip Blom, “Na figura do grande colecionador, o impulso de conservar se mistura com o exibicionismo e a vaidade e com a fixação num objetivo, excluindo todas as influências que possam distraí-

⁵⁶⁶ Philip Blom, *Op. cit.*, 2003, p. 134.

lo”⁵⁶⁷. Dessa forma, considerando as dimensões aristocrática, culta e eclesiástica de D. José Tupinambá da Frota, percebe-se que toda coleção está marcada por uma linha, por uma intenção, por um gosto, que reflete a personalidade do colecionador, adquirindo a categoria, já atrás desenvolvida, de coleção-autorretrato.

Em geral, o colecionismo é tão antigo como a história da Humanidade. Desde épocas em que se concedia à arte uma utilidade funcional, e na maioria dos casos, assumia um préstimo religioso ou mágico⁵⁶⁸. A Idade Moderna inaugurou a noção de colecionismo atualmente difundida, destacando-se da ideia de mecenato, quando uma personagem poderosa protegia um artista. Isto era diferente da ideia de patrocínio, quando uma personagem, também poderosa, poderia encomendar a produção de uma obra e assumir o seu custo, mas, ao mesmo tempo, também definiria quais as características do que deveria ser feito pelo artista⁵⁶⁹. A partir de então, “o acervo não se confinou às disciplinas artísticas, constando, igualmente, de exemplares ligados às ciências, à etnografia e a história natural, em coerência com a lógica colecionista eclética dos gabinetes de curiosidades que proliferavam na Europa durante a segunda metade do século XVI e ao longo do século XVII”⁵⁷⁰.

Diferente das envelhecidas formas de colecionar há uma outra mais autónoma, que não se trata da posse do artista ou limitá-lo a produzir o que se quer. Trata-se de adquirir peças que algum artista já criou anteriormente de forma livre e também de adquirir e possuir sobretudo para a sua satisfação estética ou comunicar uma mensagem de poder, de riqueza na sociedade. A arte dos retratos, das naturezas mortas, entrou para a lista do colecionador a partir do século XVIII. O colecionismo moderno fez-se por um desejado sentido de rodear-se de beleza, do que

⁵⁶⁷ *Idem*, p. 236.

⁵⁶⁸ Ernst Fischer, *A Necessidade da Arte*, 9.^a edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p. 19 a 24; Philip Blom, *Op. cit.*, 2003, p. 32-34.

⁵⁶⁹ Conforme disposto por Ana Duarte Rodrigues: “Na historiografia da arte portuguesa o papel do encomendante tem sido alvo de alguns estudos, mas nunca é colocado em relação com os outros encomendantes, ou seja, nas monografias geralmente dedica-se um capítulo ao mecenas, de que são exemplos os trabalhos de investigação como a dissertação de mestrado de Santos (1996) sobre A Igreja de S. Francisco de Paula: o Encomendante, os Artistas e a Obra, a de Maurício (2000) sobre O Mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532), a de Silva (2003) sobre as coleções de D. João IV e o seu papel enquanto encomendante, a de Pinto (2006) sobre O Mecenato da Infanta D. Maria de Portugal, 1521-1577, de -Barradas (2007) sobre a obra mecenática de D. Afonso, 4.^o conde de Ourém, os livros sobre O Cardeal-Patriarca D. José de Mendóça e a Encomenda de Obras -Artísticas (1780-1808) de Mendóça (1999) e ainda a obra de Neves (2004) sobre D. Brites de Lara e Meneses (1560-1648): Mecenas e Benemérita Aveirense. Ainda neste âmbito, Moreira (1991) estuda a importância da encomenda régia para o aparecimento e maturação do Renascimento em Portugal. A encomenda feita por um grupo também mereceu a atenção da historiografia na obra de -Cardona (2004) sobre a atividade mecenática das confrarias nas matrizes do Vale do Lima nos séculos XVII a XIX. Sob uma perspectiva diferente, já com enfoque não no indivíduo, mas nas circunstâncias da encomenda, são de referir os estudos sobre as encomendas de porcelana chinesa da autoria de Sousa (1964), Matos (1993), Leite (1986) e de Nascimento (1990)” (Ana Duarte Rodrigues, “*Elites, estratégias e especificidades da encomenda de escultura de jardim em Portugal (1670-1800)*”, *Análise Social*, em linha, vol. 207, 2013, p. 371).

⁵⁷⁰ Duarte Manuel Freitas, *Op. cit.*, 2016, p. 15.

cada colecionador entende por beleza, pois, “a consciência da mortalidade dos esplendores do mundo apenas os estimula a fazerem de suas coleções testamentos para futuras gerações”⁵⁷¹.

Às vezes, a pulsão do colecionador por uma peça vai pelo que ela tem de excepcional, de diferente de todas as outras, ou com o objetivo de encaixá-la numa série que já se possui. Jacques LeGoff trouxe em seu livro *História e Memória* (1990) a explanação onde apresentou o historiador enquanto colecionador de documentos:

Hoje o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da cultura material, os objetos de coleção (cf. pesos e medidas, moeda), os tipos de habitação, a paisagem, os fósseis (cf. fóssil) e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens (cf. animal, homo). Enfim, tendo em conta o facto de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso (cf. verdadeiro/falso), trata-se de pôr à luz as condições de produção (cf. modo de produção, produção/distribuição) e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder (cf. poder/autoridade)⁵⁷².

Segundo Krzysztof Pomian, “Não é difícil de encontrar. Conjuntos de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, submetidos a uma protecção especial e expostos ao olhar, acumulam-se com efeito nas tumbas e nos templos, nos palácios dos reis e nas residências de particulares”⁵⁷³. No passado, o mundo do colecionismo estava restrito às pessoas de alto poder – nobres europeus, por exemplo –, empenhavam-se na luta desmedida para conseguir determinadas peças, evidenciando a relação de detentor e ente detido, inerentes ao colecionismo.

Já no século XX esse novo modelo do colecionismo privado, essencialmente burguês, está intimamente relacionado com o aparecimento de novos fatores condicionantes, sejam eles de ordem económica, social ou cultural, inseparáveis da época contemporânea. D. José outorgava aos objetos que colecionava uma importância que talvez não tivessem. Dava-lhes um novo prestígio, modificando de certa forma a percepção do passado daqueles artefactos. Os valores do colecionismo do citado prelado reconhecem-se nas peças da sua coleção: prestígio, poder, autoafirmação, necessidade de diligenciar uma identidade própria, etc. Mesmo que a primeira vontade fosse de sentido estético, é evidente que os objetos que chamaram atenção ao bispo têm significados que irão muito mais além que o tangível. Desde o momento que entra

⁵⁷¹ Philip Blom, *Op. cit.*, 2003, p. 38.

⁵⁷² Jacques LeGoff, *Op. cit.*, 1990, p. 553.

⁵⁷³ Krzysztof Pomian, “Coleção”, *Enciclopédia Einaudi*, Porto, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, p. 55.

numa coleção, a peça transforma-se metaforicamente. Muito além que uma obra de arte, a escolha do colecionador transforma-a, descontextualiza-a e, a depender da peça, possivelmente eleva-a. Por sua vez a peça também transforma o colecionador, modifica a sua imagem diante do mundo que o rodeia. Coleção e colecionador exercem uma ação psicológica sobre o outro ou deixam subjugar-se por esta ação. Criam-se ou recriam-se mutuamente.

Na construção da sua coleção, D. José Tupinambá alcançou o caloroso prestígio semelhante à sua chegada triunfal a Sobral e que, porventura, diminuiu durante o seu longo bispado. A sua coleção foi organizada de forma peculiar, pois recolheu variadas peças, mais de finalidade cerimonial e estética do que por outro critério, desde arte sacra, objetos práticos do culto católico, passando por oratórios⁵⁷⁴ e imagens de santos, pinturas de artistas locais e estrangeiros⁵⁷⁵, fotografias de retratistas conhecidos do final do século XIX e início do XX⁵⁷⁶, artigos industrializados presentes nos lares daquela época, artesanato que implicava um certo grau de criação, etc. Eis um colecionismo silenciador das diferenças sociais, porque para além da ausência da representatividade de outras experiências socioculturais, não questionava sequer a sua existência, como por exemplo, da classe trabalhadora sobralense. D. José foi uma personagem pioneira no colecionismo do sertão cearense chegando a esta atividade pela vivência que teve em Roma, por meio de visitas a museus, palácios e aos centros de memória moldados nas culturas europeias e pela amizade que teve com Gustavo Barroso.

Ele fez do seu conjunto, da sua coleção, um propósito vital. A sua vida foi transformada pela atividade colecionista, já que a ela dedicou uma parte muito significativa dos seus recursos económicos. Projetou nas suas coleções a sua personalidade conservadora, reservada, culta, e ainda pensou num uso público para tal coleção ainda em vida, que lhe conferisse atenção aos atributos de beleza e singularidade. Essa intenção, cada vez mais direcionada à publicitação de sua coleção, esteve intrinsecamente ligada à necessidade de expô-la, *musealizá-la*. Coleção essa

⁵⁷⁴ O conjunto de santuários particulares do MDJ só é menor que o da instituição especializada, o Museu do Oratório, cuja sua coleção de 162 objetos desse tipo “inaugurado em 1998 na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, no prédio setecentista pertencente à Venerável Ordem Terceira do Carmo, que foi totalmente restaurado e adequado para abrigar o Museu” (Museu do Oratório, *Apresentação*, em linha, atual, 2014, s/p.).

⁵⁷⁵ O acervo de pinturas do MDJ dispõe de obras identificadas dos seguintes artistas: do casal húngaro Américo e Eva Makk; de J. G. Lopes; de A. Vidal; dos sobralenses Antônio Frutuoso do Vale, Francisco Frutuoso do Vale, Pedro Frutuoso do Vale, João Bosco Frutuoso do Vale; do alemão Johann Brindseil (conhecido no nordeste brasileiro por João Bindseil) e de muitos trabalhos de autoria não identificada.

⁵⁷⁶ Pode-se verificar no acervo do museu fotografias do português Antônio Novaes; do gabinete fotográfico fluminense de Carlos Alberto & Filhos; do retratista cearense Antônio Rodrigues (que assinava A. Roiz); do vienense Fernando Pierrick; além de daguerreótipos de Félix Nadar e de outras centenas de fotografias de autoria não identificada. Para mais informações sobre estes fotógrafos e a alguns pintores citados na nota anterior, atenda-se a Ary Bezerra Leite, *História da fotografia no Ceará no século XIX*, Edição do autor, Fortaleza, 2019.

que, aos poucos, ia aumentando, sem que muitas das suas inclusões fossem inicialmente documentadas.

3.4.1. À procura dos objetos notórios: o fazer do colecionista

“Pessoas assim, como este Sr. José, em toda a parte as encontramos, ocupam o seu tempo ou o tempo que crêem sobejar-lhes da vida a juntar selos, moedas, medalhas, jarrões, bilhetes-postais, caixas de fósforos, livros, relógios, camisolas desportivas, autógrafos, pedras, bonecos de barro, latas vazias de refrescos, anjinhos, cactos, programas de óperas, isqueiros, canetas, mochos, caixinhas-de-música, garrafas, bonsais, pinturas, canecas, cachimbos, obeliscos de cristal, patos de porcelana, brinquedos antigos, máscaras de carnaval, provavelmente fazem-no por algo a que poderíamos chamar angústia metafísica, talvez por não conseguirem suportar a ideia do caos como regedor único do universo, por isso, com as suas fracas forças e sem ajuda divina, vão tentando pôr alguma ordem no mundo, por um pouco de tempo ainda o conseguem, mas só enquanto puderem defender a sua colecção, porque quando chega o dia de ela se dispersar, e sempre chega esse dia, ou seja por morte ou seja por fadiga do coleccionador, tudo volta ao princípio, tudo torna a confundir-se” (*Todos os nomes*, José Saramago⁵⁷⁷).

Para se conhecer mais da faceta de D. José como colecionador é preciso ir além do que ele deixou como registo histórico, como é o caso do livro: *História de Sobral* (1952). Encontramos ainda alguns registos nas biografias escritas sobre o primeiro bispo da diocese sobralense, redigidas por aqueles que conviveram com o prelado – Monsenhor Linhares, Padre Lira, Padre Sadoc, etc. –, que não deixam de evidenciar o seu lado de colecionador.

No sentido de refletir sobre o ser-se colecionador, averigua-se que fazer o interesse do colecionador era, a princípio, apenas a criação de um património próprio, cujo fim era egoísta ou individual. Também pode-se presumir se o seu interesse foi consecutivamente coletivo, para tornar a coleção que formava em obra pública. Ou se pode equacionar, sob outra perspetiva, se a criação da coleção teve como alicerce o interesse de materializar a História de Sobral aos seus interesses, a fim de amestrar o expectador para uma constituição da memória coletiva e sensibilidade estética sobre Sobral, materializando em um museu a importância pública. Sobre essas possibilidades constitutivas, Pomian afirmou que “O primeiro traço característico do museu é a sua permanência. Contrariamente à colecção particular que, na maior parte dos casos, se dispersa depois da morte daquele que a tinha formado e sofre as repercussões das flutuações

⁵⁷⁷ José Saramago, *Todos os nomes*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 24.

da sua fortuna, o museu sobrevive aos seus fundadores e tem, pelo menos em teoria, uma existência tranquila”⁵⁷⁸.

Por tudo isso, estes caminhos são propostos para uma reflexão acerca do que a coleção de D. José poderia significar para os museus brasileiros e, portanto, para formação do gosto estético nacional. O museu particular do bispo sobralense foi visitado por pessoas relevantes do cenário museal brasileiro, como Gustavo Barroso, e foi ele próprio quem, em carta, classificou como relevante para a pátria a coleção episcopal.

Quando se conhece perfis biográficos de colecionadores⁵⁷⁹, encontram-se pessoas com forte sentido de determinação e uma sensibilidade estética aguçada, capazes de apreciar determinados tipos de beleza e dispostos a lutar intensamente para possuí-la, às vezes, passando por cima de qualquer outro entendimento, numa atitude “capaz dos maiores sacrifícios para sustentar essa sua grande e incontrolável paixão”⁵⁸⁰. As expressões genéricas “compra” ou “doação” – classificação das conquistas das peças que chegaram a coleção de D. José –, estão indicadas nos Livros de Tombo e nas Fichas Catalográficas do MDJ, não explicam o porquê da constituição significativa da coleção. Essas expressões escondem as relações sociais instituídas a partir de interesses de aquisição de objetos ou mesmo de coleções⁵⁸¹, cuja sua análise seria uma oportunidade de um excelente estudo sobre as redes de sociabilidade criadas nesse contexto.

No ano de 1951, o prelado sobralense requereu ao João Benício Fontenele, com destino ao museu, a concessão de uma imagem em terracota proveniente de Viçosa do Ceará. A peça foi datada pelo bispo como sendo um objeto do século XVII, período da missão Jesuítica da Ibiapaba. O prelado contou com as vontades do fiel, conforme consta da carta transcrita a seguir:

Sobral, 21 de Setembro de 1951.

Ilmo. Snr., Cel. João Benício Fontenele e muito prezado amigo, Viçosa

Não será com justiça classificado de impertinente o pedido que em confiança se faz a um amigo, de cujo espírito de equidade e larga compreensão inteiramente se confia. Antes de tudo peço ao prezado Amigo a bondade de ler quanto em seguida escreverei. Sem rodeios, quero dizer-lhe que muito desejaria eu adquirir a vetusta imagem de N. Sr. da Assumpção, antigamente venerada na matriz de Viçosa e actualmente em seu poder e não fallo em compra porque creio que isto constituiria uma injúria ao seu reconhecido cavalheirismo. Compreendo bem que ser-lhe-ia penoso separar-se dessa imagem por tantas razões, que não necessito enumerar. Mas, considerando que esta

⁵⁷⁸ Krzysztof Pomian, *Op. cit.*, 1984, p. 82.

⁵⁷⁹ Regina Abreu, *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*, Rio de Janeiro, Rocco, 1996, p. 15 a 46; Maria Regina Barcelos Bettiol, “O Colecionador Mário de Andrade e a Defesa do Patrimônio Artístico Nacional”, *Revista Literatura Em Debate*, vol. 9, n.º 16, 2015, p. 57 a 68.

⁵⁸⁰ Maria Regina Barcelos Bettiol, *Op. Cit.*, 2015, p. 61.

⁵⁸¹ Silvia Maria do Espírito Santo, *Op. cit.*, 2011, p. 36.

imagem histórica ficaria muito bem collocada no Museu Religioso da Diocese, que não tem âmbito puramente local, mas até nacional, pois se relaciona com a nossa história colonial nos seus primórdios aqui na cordilheira da Ibiapaba. O nome do meu bom e venerando Amigo seria sempre lembrado com carinho e enaltecido em todos os tempos e por todos quanto se interessam pela conservação dos monumentos e coisas relacionadas com a nossa vida religiosa e civil. Quantas preciosidades artísticas já se perderam, precisamente por não ter havido quem por ellas se interessasse de modo seguro e conveniente. O Snr. Coronel João Benício Fontenelle tornar-se-á com essa dádiva um dos mais insignes benfeitores do Museu Religioso Diocesano e as gerações porvindouras hão de celebrar o seu nome com merecidos elogios e reconhecimento. Peço ao bom Amigo que pondere durante alguns minutos as razões do meu pedido e confio que o atenderá, tornando-se dest'arte credor da minha immoredoura gratidão e dos applausos de toda esta Diocese, a qual V. Sr. pertence como membro destacado. Com os protestos da minha elevada estima e distinta consideração subscrevo-me de Vossa Senhoria. seu amigo ... + José Bispo diocesano⁵⁸².

Muitos colecionistas dedicaram uma parte importante de suas vidas a esse desígnio entre regozijo e vício, entre o agradável e o doentio, de perseguir determinadas peças por caminhos que têm limites às vezes muito incertos, às vezes complexos emaranhados para expor o que foi adquirido legalmente ou ilegalmente. Entretanto, o seu objetivo é reluzente: criar um conjunto de objetos que por fim lhes possa representar, que fale ao mundo em vida, ou muitos anos depois de sua morte, sobre quem foram, sobre suas próprias identidades. Um exemplo disso foi a mudança do nome do Museu logo após a morte do bispo, talvez a melhor representação de D. José como colecionador.

É exequível compreender a sua procura por colecionar objetos relativos à história local como uma paixão, emparelhada com a ideia de domínio, bem como a ideia de construção de uma narrativa próspera e embranquecida das origens locais. Há ainda alguma sugestão à questão fetiche na bibliografia existente sobre o tema, mas, similarmente, entende-se o colecionismo como um meio de expressão e identidade do colecionador. D. José contou com a ajuda tanto de amigos que se sentiam atraídos pela sua ideia, bem como do clero sob sua jurisdição. Recolheu no interior do palácio episcopal, “tudo quanto marcava o contexto histórico-cultural da região Norte do Ceará, especializando-o com o que fazia parte do conviver familiar de uma elite que importava da Europa para os serviços de suas residências”⁵⁸³. Para o ex-diretor do MDJ, padre Valdery Rocha, o colecionador recolheu tudo o que pôde “e o fez tão bem que parece ter a instituição encerrada, com D. José, sua fase de coleta, ao longo destes 54 anos que nos separam de seu falecimento, só raramente rompida para acolher uma ou outra peça que restou esquecida”⁵⁸⁴.

⁵⁸² Museu Dom José, *Correspondência de Dom José Tupinambá da Frota ao Cel. João Benício Fontenelle*, 21 de setembro de 1951, Sobral, 1959, s/p.

⁵⁸³ Manuel Valdery da Rocha, “Museu Dom José: Mais que centenário nas comemorações do centenário da Diocese!”, *Correio da Semana*, edição n.º 565, 22 de fev. a 1 de mar. de 2014, Sobral, p.14.

⁵⁸⁴ *Ibidem*.

Sendo a instituição fruto de um projeto pessoal, que se motivava a organizar a sociedade sobralense pela imposição de um conteúdo organizado de ideias e consensos sobre os sentidos do mundo, o colecionista menosprezava o que a seu ver precisaria ser esquecido – a profunda desigualdade de classes e o racismo como consequência das feridas abertas pela violência escravagista –, juntando o maior número de objetos que (também para ele) deveriam ser lembrados e materializando em memória visual os hábitos e costumes domésticos da elite local.

A maneira de organizar as coleções evidenciavam os interesses do colecionador. No caso de D. José Tupinambá, os peritos em arte entendiam que as suas recolhas “contassem de material eclético e que hoje constitui o acervo do Museu, pois a superior compreensão do bispo mandava fossem preservadas indistintamente todas as contribuições”⁵⁸⁵, de acordo com a redação do arquiteto Liberal de Castro em ofício de 1969, ao documentar a sua visita ao MDJ ao Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

As coleções reunidas por D. José e pela sua rede compunham-se de objetos de múltiplos calibres: “de peças de menor valor ao lado de elementos altamente significativos, principalmente no que tange à imaginária, à louça e a magnífica coleção de lâmpadas de prata. Há também peças de mobiliário do século passado (mesas D^a Maria, cadeiras à *Beranger* ou do próprio marceneiro, canapés, etc.), além de pinacoteca com peças relativas à retratística de figuras tradicionais na vida política e religiosa do Ceará. Conta o acervo também com uma coleção de moedas (que mal pude observar), algumas estantes com arsenal, bem como elementos decorativos de arquitetura urbana de fins do século passado, quase sempre maranhenses, como sejam lustres, telhões de louça, azulejos, etc”⁵⁸⁶.

O referido relato de Castro evidencia dificuldades no acesso às informações institucionais, apontando, já naquele momento, impedimentos de admissão ao trabalho com o acervo por parte dos investigadores que o procuravam consultar. Tal situação não foi invulgar, tendo em vista que também esta investigação não obteve acesso, por exemplo, a documentação que comprovasse as doações e compras de objetos, o que levou o investigador presumir tais negociações a partir do que foi permitido o contacto, indicando como a direção do museu geria o património ao não fornecer aos pesquisadores todos os elementos úteis para realizar uma investigação que contemplasse todas as hipóteses possíveis.

Como colecionador, o prelado sobralense não era apreciador de um tipo de objeto específico, angariava coleções heterogêneas, de cariz mais abertas – mobiliário, porcelana, objetos sacros, oratórios, etc. A fenotípica aparência frágil do bispo transpunha-se nas suas

⁵⁸⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Op. Cit.*, 1969, s/p.

⁵⁸⁶ *Ibidem*.

coleções enquanto testemunhos ou autorretratos de uma personalidade obstinada e multifacetada. A coleção pode ser entendida como um meio de expressão, como uma declaração sobre a identidade do colecionador que se revela pelos seus gostos, por suas escolhas, nas suas decisões, nas suas formas de apresentar as peças como um conjunto harmônico, etc. Considere-se que uma coleção é uma maneira de representar um mundo, o seu próprio mundo em construção.

CAPÍTULO 4 – 1.º PERÍODO (1938-1959): IDEALIZAÇÃO, REGISTO E INSTITUIÇÃO

No contexto brasileiro, Sobral destaca-se enquanto cidade-patrimônio, um arraial de longa duração onde desfilam vestígios de tempos imemoriáveis ao lado de manifestações contemporâneas. Por conseguinte, a sua longevidade, documentada e não documentada, revela na contemporaneidade uma cidade de evidentes contrastes. A “Princesa do Norte” conserva vestígios das primeiras ocupações colonizadoras do século XVIII na região noroeste do Estado do Ceará, como, por exemplo, a Casa do Capitão-Mor José de Xerez Fuma Uchoa. E quando os investigadores voltaram a sua atenção para o passado, evidenciaram-se os sítios de gravuras e pinturas rupestres em torres de pedras e abrigos situados no distrito de Taparuaba⁵⁸⁷. Enquanto cidade-patrimônio, com um conjunto urbanístico tombado pelo IPHAN em junho de 2000⁵⁸⁸ (**Figura 21**), Sobral conserva atualmente alguns importantes documentos de sua época gloriosa.

Com o propósito de outorgar exuberância ao pano de fundo da história aristocrática da cidade começa-se por introduzir o livro de Valdelice Carneiro Girão, *As oficinas ou charqueadas no Ceará* (1984). Girão fez uma excursão histórica às famosas oficinas de charque⁵⁸⁹ e aos produtos obtidos a partir do gado bovino, importantes para a economia cearense dos finais do século XVIII e início do século XIX e deveras fundamentais na formação da cidade de Sobral. A professora sustentou a ideia de que havia um grande fluxo de trocas comerciais, em que os produtos pastoris produzidos na região, após comercialização, eram encaminhados para aquele núcleo urbano juntamente com as grandes novidades em pratarias, porcelanas, cristais, móveis de jacarandá e outros objetos raros, além de novidade em materiais de construção⁵⁹⁰. O que anteriormente eram mercadorias e detinham o seu uso específico para

⁵⁸⁷ A respeito dos achados arqueológicos evidenciados no distrito de Taparuaba, ver o trabalho de Marinete Neves Leite, *Os sítios de pinturas e gravuras rupestres na região sertaneja Centro-Norte do Ceará, Brasil: similaridades, contraste e inserção na paisagem*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

⁵⁸⁸ Processo de tombamento n.º T-1379, aberto em 1997 e registado o conjunto Arqueológico, etnográfico, paisagístico e Histórico em 23 junho de 2000. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Bens tombados e processos de tombamento em andamento - Ceará (Atualização: 17/11/2017)*, em linha, Fortaleza, 2017, s/p; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Arquivo Noronha Santos*, em linha, atual, 2020, s/p.

⁵⁸⁹ De acordo com o vocábulo do *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, em linha, atual, 2020, s/p., charque é a “carne bovina salgada e curada ao sol, cortada em fatias; carne de charque, carne do ceará, carne do seridó, carne do sul, carne-seca, carne-velha, ceará, jabá, iabá, sambamba, sumaca”.

⁵⁹⁰ Valdelice Carneiro Girão, *Op. cit.*, p. 117 e 118.

(MDS), as peças que compunham o conjunto colecionável do bispo encontravam-se expostas em oito salões no Palácio Episcopal, arrecadadas e armazenadas sob as seguintes coleções: “Porcelanas, Cristais, Pratarias, Imagens de madeira e de Marfim, de sílex, objetos de índios, fósseis, armas, lustres de cristal, etc”⁵⁹³. O bispo reuniu objetos, símbolos materiais de uma aristocracia burguesa, repletos de singulares valores tradicionais de opulência e poder, antagônicos ao desenrolar da frágil e imprevisível República que despontava naquele período histórico. Compreenderam-se os tais objetos como sinais concretos de uma outra conjuntura temporal, mais ligados ao passado do Império brasileiro, ou daquela velha República que viu surgir e desaparecer. Os artefactos que integraram o primeiro fundo do MDS não tiveram um tratamento museológico adequado. Nas fichas catalográficas do MDJ, produzidas já na década de 2000, algumas peças são indicadas como possuidoras de uma antiga etiqueta, talvez a única maneira encontrada pelo bispo de indicar a sua proveniência e o seu doador. O material que fora depositado no Palácio, sem o devido cuidado demandado pelo fazer museal, compunha o “museu particular”⁵⁹⁴ do prelado sobralense.

O bispo sobralense financiou o seu “museu-armazém”⁵⁹⁵ às custas do próprio bolso ou com fundos da Diocese de Sobral⁵⁹⁶. Pode-se afirmar ainda, por intermédio das leituras e cruzamento de informações presentes nos documentos e jornais, que o museu desenvolveu a sua atividade de forma consciente ao longo das décadas de 1930 a 1950, enquanto, com certeza, o bispo angaria espólio para a instituição. Entretanto, antes desse período, o bispo já havia recolhido alguns artigos que para ele adquiriam outros significados que não o trivial. Os manuseamentos dos artefactos históricos e artísticos adquiridos para o museu não foram os mais adequados devido ao elevado número de obras partidas nas suas reservas técnicas. O bispo estabeleceu as premissas da tese idealizada de que o museu se organizou em “um magnífico painel da história Social de Sobral e municípios norte-cearenses”⁵⁹⁷. D. José quis oferecer um museu único para Sobral e região. Único no sentido de que existiu apenas um do seu género na cidade enquanto viveu, e na visão do seu criador e posteriores diretores (**Anexo 6**), fez-se um museu como retrato da cidade e região. Atingiu grandes dimensões, tanto em quantidade de peças como em estrutura física, utilizando-se de uma prática museológica que valorizava

⁵⁹³ MDJ, *Relatório do Museu Diocesano de Sobral*, Sobral, Acervo do Museu Dom José (MDJ), 1959, s/p.

⁵⁹⁴ “Tudo sobre o Ceará: as maiores coisas e as ocorrências mais notáveis”, *O Nordeste*, ano XXXVI, n.º 8431, 23 de dezembro de 1957, p. 2.

⁵⁹⁵ José Amado Mendes, *Op. cit.*, 2013, p. 2016.

⁵⁹⁶ Esse relatório descreveu-se que os “objetos foram na sua maioria comprados às expensas da Diocese e do Bispo Diocesano e foram adquiridos no Ceará, Piauí e Maranhão” (MDJ, *Op. cit.*, 1959, s/p.).

⁵⁹⁷ Maria Norma Maia Soares, Glória Giovana Sabóia Mont’Alverne Girão, *Op. cit.*, 1997, p. 55 e 56. Afirmção presente em artigos de jornal e dezenas de páginas da *internet*, incluindo a página da PMS.

exclusivamente as coleções. Entretanto, para dar um cunho historiográfico, essas generalizações provocam uma inquietação, porque é preciso desvendar a intencionalidade de conceber uma instituição de memória enquanto instrumento do poder.

Registou-se oficialmente o museu em 1951, segundo o ato notarial que estabelece o estatuto⁵⁹⁸, continuando D. José a colecionar objetos e a levar a cabo as suas funções de salvaguardar os artefactos que considerava significativos. No edifício palaciano juntou, desde a década de 1930, um conjunto de natureza bastante diversa – as cadeirinhas de arruar ou liteiras da elite escravagista, canapés e escarradeiras, o imponente sino de bronze da catedral, oratórios dos fiéis católicos, etc.⁵⁹⁹ – no entanto, privilegiando artefactos comprovadores das hierarquias em vigor e que indiciavam os valores da sociedade escravista brasileira. Articulava-se entre os membros das classes abastadas oriundas das oligarquias agro-pastoris e a diocese local, seja através de compra ou doação, uma espécie de “economia da oferenda”⁶⁰⁰ compondo, deste modo, o acervo episcopal, utilizado pelos seguidores católicos como traço de identidade face ao seu ideal elitista e pelo seu sentimento de base ideológica nacionalista da “sobralidade”.

Sobre o referido conceito, apresenta-se uma exposição do político cearense José Parsifal Barroso (1913-1986)⁶⁰¹: “Permito-me confessar que meu primeiro conceito de ‘sobralidade’ e de ‘sobralismo’, nasceu após a primeira visita que fiz ao meu futuro amigo, Dom José Tupinambá da Frota, em 1931, ao ir a Sobral para ser visto e conhecido pela elite da Princesa do Norte, uma vez que pretendia me casar com uma sobralense, como graças a Deus o fiz”⁶⁰².

⁵⁹⁸ Veja-se em Cartório do Primeiro Ofício de Notas de Sobral, *Op. cit.*, 1951, p. 15 e 16.

⁵⁹⁹ Conforme informações obtidas nos livros de doações e fichas catalográficas disponíveis na Biblioteca do MDJ.

⁶⁰⁰ Conforme discutido por Pierre Bourdieu, a “economia da oferenda” é parte integrante da economia dos bens simbólicos, em que o autor afirma que há um interesse no ato da doação ou venda, no sentido de aumentar o capital simbólico (como por exemplo de confiança) entre os envolvidos. Atenda-se a Pierre Bourdieu, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, 9.^a edição, Campinas, Papirus, 1996, p. 157-198.

⁶⁰¹ Conforme a definição disponível no vocábulo do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*, José Parsifal Barroso (1913-1986) “nasceu em Fortaleza no dia 5 de julho de 1913, filho de Hermínio Barroso e de Emília Cunha Barroso. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais. Em 1936, foi eleito deputado classista à Assembleia Legislativa do Ceará. Permaneceu na Assembleia até o advento do Estado Novo, e a partir de então passou a dedicar-se à advocacia e ao magistério. Com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, elegeu-se deputado constituinte pelo Ceará na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Em 1949 abandonou o magistério, dedicando-se apenas à carreira política. No ano seguinte, foi eleito deputado federal pelo PSD do Ceará, assumindo sua cadeira após deixar a Assembleia de o seu estado. Nessa legislatura foi membro da Comissão de Finanças, sendo o relator do Plano de Valorização da Amazônia. Ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), elegeu-se senador pelo Ceará em 1954. Tendo concluído o mandato de deputado federal em 1955, assumiu a cadeira no Senado. Com a posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República, foi nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, afastando-se do Senado por dois anos e meio” (Fundação Getúlio Vargas, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*, em linha, atual, 2010, s/p).

⁶⁰² José Parsifal Barroso, “Dom José Tupinambá Da Frota. Revista do Instituto do Ceará”, *Revista do Instituto do Ceará*, tomo XCI, Fortaleza, 1982, p. 235-236.

O sociólogo professor Nilson Almino Freitas analisou a construção da categoria que intitula “sobralidade triunfante” no artigo “Mito e Poder na Construção da Identidade ou Enfoque Sobre a “Sobralidade”: A Contribuição das Ciências Sociais” (2002). Nas palavras do referido académico,

O peso da tradição, representada pelo mito do ‘herói’, principalmente o de Dom José, tende a somar na disputa pela legítima representação da ‘sobralidade’ elaborada pelos grupos familiares que constituem a elite da cidade nos dias atuais. O mito Dom José hoje é o mais preeminente dentre todos os considerados pela elite como ‘sobralenses ilustres’, tanto nos meios de comunicação, como nos livros que falam sobre a Cidade e no quotidiano ... Além do museu que tem o seu nome, a ele foram creditadas obras como: a Santa Casa de Misericórdia (hospital), o Seminário Diocesano (hoje Universidade Estadual Vale do Acaraú), escolas, banco de crédito etc. Em razão da importância destas obras para a vida da Cidade, na comemoração do aniversário da Santa Casa em 1997, uma das músicas que eram ouvidas nos carros de som na cidade dizia: ‘Dom José deu luz e vida a cidade de Sobral’⁶⁰³.

Nesse contexto, o bispo construiu o seu acervo pessoal, que a princípio se tratava de uma coleção privada e peculiar, originando a instituição posteriormente, quando surgiu o desejo da edificação de um museu que retratasse a sua versão para a História de Sobral. Historizar sobre essa instituição é analisar os contextos nos quais se criou e se manteve, questionar se permaneceu com as mesmas práticas do passado ou se foi ressignificada para o presente e o futuro. Quanto mais se avança nas investigações, o objeto tende a revigorar-se pois reflete sobre a sua formação e experiências, o que contribui para a história das instituições museológicas brasileiras, para a educação museal e para a história da Museologia.

Os elementos integrantes do museu de D. José refletiram a participação de nomes familiares que compunham a elite local naquele início de século XX⁶⁰⁴. Embora houvesse elementos referentes às famílias pobres ou menos abastadas – ainda que se encontrassem pouco indicadas nos objetos angariados, ou simplesmente não se evidenciassem no museu que pretendia apresentar aspetos da história da cidade –, compreendeu-se que a preocupação de D. José Tupinambá da Frota foi o de forjar uma memória específica da sociedade sobralense, daquela parte ligada ao passado colonial branco, elitista, luxuoso e católico. Um acervo de variadas coleções que despertavam a curiosidade dos espectadores, proporcionava pouca reflexão de acordo com a sua expografia aplicada e intocável a nenhuma crítica durante a vida do prelado.

⁶⁰³ Nilson Almino de Freitas, “Mito e Poder na construção da Identidade ou enfoque sobre a ‘Sobralidade’: A Contribuição Das Ciências Sociais”, *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, volume 1, 2002, p. 551.

⁶⁰⁴ Conforme dados de doação apresentados nas fichas catalográficas em Museu Dom José, *Inventário e Catalogação do Acervo*, CD-ROM, Sobral, novembro 2002.

A instituição continuou a existir sem a presença do seu criador. As gestões que administraram o Museu Diocesano de Sobral e o transformaram em Museu Dom José eternizaram o nome e engrandeceram a *memorabilia* utilitária familiar adquirida pelo primeiro bispo da diocese sobralense em um monumento que pretendeu transmitir *A História* de Sobral. Foi na interação laboral de distintas pessoas e ao longo de décadas que se moldou a característica museal e as particularidades que identificam o mais antigo museu sobralense, de maneira que, tais características são evidentes na maioria dos artigos, trabalhos ou simples reflexões escritas sobre a instituição.

O referido museu manteve persistentemente a explicação pragmática construída ao longo das décadas de que era um local que compreendia a história dos costumes, práticas e religiosidade das famílias de Sobral e da região envolvente. Em cada um daqueles objetos os principais traços das famílias sobralenses refletiam com intensidade a imagem de um D. José de feição paternal e restauradora. Por tudo isso, para englobar este conjunto de atitudes que compôs a instituição museal e a compreensível homenagem ao idealizador, na década de 1960 rebatizou-se o museu com seu nome. O primeiro bispo diocesano de Sobral enraizou as bases que alicerçaram e entrelaçaram profundamente a sua vida com a cidade, como se pode conferir nos versos da canção *Saudades de Dom José* (1982), letra e música do padre Jairo Linhares Ponte, que declara: “Tua história é nossa história: de amor e de fé. [...] Dom José, Sobral te recorda com saudade. [...] Relíquia perene de um tempo solene que é teu. Na história deixaste, imortal, uma página linda. Que o tempo que passa jamais poderá apagar. [...] A obra que tu nos deixaste te imortalizou. Marcaste presença na arte, ciência e amor”⁶⁰⁵. Em resumo, a autoridade eclesiástica personalizada no bispo não amplificou apenas numericamente – o quer dizer que aumentou e desenvolveu a sua influência junto da comunidade ao nível de valores católicos –, mas proporcionou com sucesso um certo conforto face à crise económica que a cidade vivia, enquanto fortaleceu a sua influência social. Talvez não seja desproporcionado comparar a Sobral, durante a prelazia de D. José, como uma urbe sob ação levítica.

Ainda que os objetos do MDJ não se expressem por si, quase a totalidade do acervo foi integrado pelo bispo, consistindo num enaltecimento da riqueza opulenta das elites abastadas e da religião católica, amenizando e silenciando, ao mesmo tempo, a violência escravagista e os conflitos sociais. No seu conjunto verifica-se uma solução expositiva conservadora, que ao longo do tempo não houve grandes mudanças, reproduzindo a sua conceção da história (elitista e da elite) de Sobral, sem a participação de museólogos, historiadores e educadores de museus.

⁶⁰⁵ Jairo Linhares Ponte, *Centenário de Dom José Tupinambá da Frota – Sobral 1882-1982*, disco de vinil, CSGP 0453, Fábrica de discos Rozenblit Ltda, 1982, Recife/PE.

4.1. Museu Diocesano de Sobral (MDS): Museu de D. José

“Ah, os velhos casarões de nossa infância! A primeira casa de que me lembro era um sobrado: meio quarteirão de fundos, dois altos andares, vinte e tantos quartos, sombrios corredores. O quintal era quase um latifúndio. No assoalho de tábuas corridas ouvia-se, de madrugada, o ‘trottoir’ inquieto de ratos invisíveis. Havia um terror contante de almas de outro mundo. Várias gerações conheceram a estória de um negro que fora enforcado debaixo da alongada escada desse casarão. Por isso sua alma penada promovia ruídos e agitação, perturbando o sono dos brancos” (Lustosa da Costa descreve a sua experiência infantil no início da década de 1940 no edifício que hoje é o MDJ)⁶⁰⁶.

A instituição do bispo nasceu do seu acervo particular alojando-se no Palácio Episcopal, identificado pelo IPHAN, posteriormente, como Sobrado Bandeira de Melo. O esplêndido edifício integrou a chamada segunda fase do ciclo comercial da arquitetura local, “caracterizada por edificações com telhados em três ou quatro águas arrematadas por platibanda, maior número de esquadrias e elementos decorativos greco-romanos ou à Bonaparte”⁶⁰⁷. A residência ergueu-se com as características aristocráticas do período imperial, assimiladas pela então elite sobralense, construído em 1844⁶⁰⁸ pelo juiz de paz, o coronel-major João Pedro da Cunha Bandeira de Mello (1798-1856)⁶⁰⁹ (**Figura 22**).

⁶⁰⁶ Lustosa da Costa, *Sobral do meu tempo*, Brasília, Senado Federal, 1982, p. 49. O jornalista Lustosa da Costa afirmou ter vivido com a sua família no palácio do bispo entre 1942 e 1955. A história que traz do passado parece um pouco incoerente uma vez que em 1941 o sobrado passava por remodelações, de acordo com outras fontes.

⁶⁰⁷ José Liberal de Castro, *Painéis da Exposição Comemorativa do Bicentenário de Sobral*, Sobral, 1973, s/p.

⁶⁰⁸ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 405.

⁶⁰⁹ Conforme informações obtidas em Maria Norma Maia Soares, Glória Giovana Sabóia Mont’Alverne Girão, *Op. cit.*, 1997, p. 47 e 48; Francisco Edilson Aragão, *A Estruturação urbana de Sobral na Segunda Metade do Século XX: a cidade para além do arco formado pelo rio e a ferrovia*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014, p. 42.

Figura 22 – João Pedro da Cunha Bandeira de Mello



Fonte: acervo do MDJ.

O referido major atuou enquanto abastado comerciante de produtos secos e pessoas negras escravizadas⁶¹⁰, deixando alguns herdeiros e grande patrimônio, incluindo o sobrado. No anúncio publicado no *O Cearense*, em 29 de março de 1853, a redação do periódico informou ao leitor que no dia 10 do corrente mês havia fugido “hum escravo cabra de nome Francisco idade trinta e dois anos pouco mais ou menos, official de ferreiro, estatura mediana, corpo espaduado, rosto com o queixo fino, testa pequena, olhos não grandes, cabelos pixaim, pés axatados adiante, tem sinais ainda que quazi apagados de relho nas costas, levou camiza de algodão e sirola comprida chapeo de palha. Quem o agarra leve em Sobral que será bem recompensado do trabalho e despesa”⁶¹¹.

Forçado àquela condição de uma pessoa escravizada até a sua fuga, Francisco serviu ao major Bandeira de Mello na cidade de Sobral e pôde-se presumir que, pela data da publicação

⁶¹⁰ “Annuncios: No dia dez do mez”, *O Cearense*, edição 614, 29 de março de 1853, Fortaleza, p. 4.

⁶¹¹ *Ibidem*.

e por se tratar de um escravizado urbano, viveu no rés-do-chão daquela residência⁶¹². O ferreiro escravizado pelo “Cavalleiro de Christo”⁶¹³ fugiu do espaço outrora dedicado às atividades comerciais do senhor e que hoje é a casa da instituição museológica. O retrato de Bandeira de Mello, de 1,5 metro por 120 centímetros⁶¹⁴, está exposto e pode ser observado em qualquer visita ao museu sobralense. No entanto, sobre Francisco, obteve-se apenas a sua descrição no momento da fuga, provavelmente feita pelo antigo proprietário e signatário da nota. Não se sabe se fora capturado ou morto, mas é sabido que carregava no corpo os “signais... de relho nas costas”, marcas da crueldade da escravidão, resultado dos séculos da colonização portuguesa e que ainda hoje se reflete na normalização da violência, discriminação e pobreza que atingem as populações marginalizadas no Brasil, sobretudo negros e indígenas.

A narrativa construída pela referida instituição, refletindo outras experiências nacionais, herdou os modelos europeus de musealização e consequente expografia, como parte do processo de colonização cultural, expondo o seu acervo enquanto sinal do triunfo colonial branco e católico, sem refletir sobre os conflitos, sobre as populações marginalizadas na região, sobre a escravidão e o pós-abolição. O silenciamento imposto às diferentes culturas – seja pelo sofrimento e opressão, ou ainda pela asfixia dos mecanismos de resistência –, provocados pela recorrente desumanização dos seres humanos conquistados no sistema colonial⁶¹⁵, revela-se não apenas na ausência de elementos da cultura material dos grupos ostracizados, mas na imposição de uma história única e elitista, não raras vezes falseada, exigindo do museu contemporâneo, uma rigorosa revisão das narrativas reproduzidas, onde possam ser evidenciados os contraditórios e explanados os argumentos da reflexão crítica.

⁶¹² Yanê dos Santos analisou as condições de vida e trabalho dos escravizados urbanos dentro da casa dos seus senhores: “Os cativos podiam habitar os sótãos, os porões, ou então pequenos quartos - úmidos e com parca ventilação - que normalmente ficavam próximo à cozinha ou ao quintal” (Yanê Lopes dos Santos, *Além da Senzala: Arranjos Escravos de Moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*, Dissertação Mestrado em História, Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 23).

⁶¹³ Disposto em “Cavalleiro de Christo”, *O Cearense*, edição 392, 21 de dezembro de 1850, Fortaleza, p. 4.

⁶¹⁴ Tamanho informado na ficha catalográfica. Esta (Ficha n.º VII 0091) não informa qualquer indicação da autoria da pintura a óleo, mas relata o estado de conservação da pintura: “Tela com oxidação do verniz, sujidades, manchas, arranhões, rasgos, faltando partes da camada pictórica, furos” (Museu Dom José, *Inventário e Catalogação do Acervo*, CD-ROM, novembro/2002, Sobral, s/p.).

⁶¹⁵ Como já discutido por Aníbal Quijano, a colonialidade do poder, “along with America there was produced a new mental category to codify the relations between conquering and conquered populations: the idea of 'race', as biologically structural and hierarchical differences between the dominant and dominated. So those relations of domination came to be considered as 'natural'. And such an idea was not meant to explain just the external or physiognomic differences between dominants and dominated, but also the mental and cultural differences. And since both terms of such a relationship were considered, by definition, superior, and inferior, the associated cultural differences were codified as well, respectively, as superior and inferior by definition” (Aníbal Quijano, “Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America”, *International Sociology*, v. 15, n.º 2, 2000, p. 216).

Durante a década de 1930, a Igreja sobralense utilizou outro edifício como primeiro palácio episcopal, o prédio construído de 1836 a 1839 pelo senador do império Francisco de Paula Pessoa, que foi comprado por vinte e dois contos de réis e serviu de residência para D. José desde 22 de julho de 1916 a 3 de novembro de 1933⁶¹⁶. De seguida, a Diocese formalizou a compra do Sobrado Bandeira de Melo por 20 contos de réis, ao casal João Cavalcante Silva e Joaquina Sabóia de Albuquerque Silva, em 25 de janeiro de 1934⁶¹⁷. Dessa feita, a antiga residência episcopal deu lugar ao Colégio Sant’Ana, destinado para a juventude feminina sobralense, escola que iniciou atividades ainda naquele ano⁶¹⁸. O sobrado sempre se destacou como um lugar imponente: ocupou o principal corredor da cidade, pois a rua Senador Paula Pessoa era movimentada por um grande fluxo de pessoas que se dirigiam para o centro comercial da cidade ou mesmo para o Teatro São João. A sua imponente estrutura física e, particularmente, as dezenas de janelas não passavam despercebidas aos transeuntes, além de se ter transformado com o edifício que recebeu a residência episcopal⁶¹⁹.

Nessa interpretação, utilizando a categorização da tipologia museológica no âmbito arquitetural, proposta por Freitas, o Museu Diocesano de Sobral (MDS) tomou seu lugar de uma série de “museus formados a partir da conversão de um edifício preexistente”⁶²⁰. Duarte Freitas ratificou que, apesar dos diferentes exemplares de arquitetura, os modelos que conjugam diversos padrões são uma evidência desse tipo de uso frequente para museus no ocidente. Como veremos adiante ao longo dos capítulos alguns processos de intervenção implementados pelas

⁶¹⁶ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 410. A informação consta ainda na legenda da fotografia do Sobrado Paula Pessoa, MDJ, *Fotografia do Sobrado Paula Pessoa*, 1934.

⁶¹⁷ Atende-se ao conteúdo do documento de escritura pública a compra de “um sobrado à rua Senador Paula, n.º 104, conhecido por sobrado do prolongamento, a ser adquirido por Patrimônio da Diocese de Sobral, legitimamente representado pelo Exmo e Revmo Sr Bispo Diocesano Dom José Tupinambá da Frota” (Cartório do Primeiro Ofício de Notas de Sobral, *Escritura Pública de Compra e Venda*, livro 3-D, n.º 597, de 25 de janeiro de 1934, Sobral, 1934, p. 72). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Inventário de Bens Arquitetônicos*, Fichas, Museu Dom José, Formulário Geral, 4.ª Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN), Sobral, 2005, p. 2.

⁶¹⁸ Dom José trouxe as freiras Filhas de Sant’Ana para ocupar o primeiro palácio episcopal, antiga residência do Senador Paula Pessoa, no início da década de 1930: “E, à rua Senador Paula, no majestoso e confortável prédio que serve de Palácio Episcopal, funcionará o colégio para a jovem sobralense, entregue aos carinhos e desvelos das abnegadas filhas de Sant’Anna” (“Um sobralense benemérito”, *A Ordem*, anno XVI, n.º 964, 19 de dezembro de 1931, Sobral, p. 1); “Quando Dom José veio de Roma para tomar posse da diocese, já o fez no antigo prédio do Clube dos Democratas, devidamente convertido em palácio episcopal. Ali viveu o inclito bispo até o ano de 1934, quando cedeu o prédio para a instalação do colégio Sant’Ana” (Plácido Marinho de Andrade, *Sobral, humor e prosa*, Edição do autor, Sobral, 1992, p. 23).

⁶¹⁹ O jornalista Lustosa da Costa afirmou que viveu no casarão no início da década de 1940: “Morei em um sobrado que hoje abriga o Bispo e o Museu Diocesano. Tinha cerca de quarenta janelas imensas e, como todos os casarões, fama de mal-assombrado. Com efeito, de madrugada, a velhas escadarias ressoavam passos cadenciados. Seria o fantasma de Caterville? A alma penada de algum escravo torturado? Nada disso. Eram ratos notívagos [...] pela escada, fermentando a imaginação afortunada de meninos solitários como eu” (Lustosa da Costa, *Sobral do meu tempo*, Brasília, Senado Federal, 1982, p. 51).

⁶²⁰ Conforme disposto por Duarte Manuel Freitas, *Op. cit.*, 2016, p. 26.

diferentes gestões modificaram o seu interior com a reabilitação e construção de novas salas, diminuição do jardim central, troca de pisos, portas e janelas, entre outros.

Localizado no centro da cidade, ao lado do Teatro São João, o lugar deveria fascinar quem por lá passava não apenas pela sua dimensão arquitetônica, mas também, pela grande afluência de convidados e representações que chegavam à residência episcopal. A partir do momento em que se dá outro uso a edifícios antigos, constata-se que “um dos objetivos primordiais da referida tipologia assenta na salvaguarda de elementos construtivos do passado, plenos de signos e de significados e alvo de sentimentos de pertença por parte da comunidade onde se insere”⁶²¹.

O primeiro bispo de Sobral idealizou construir um outro espaço onde pudesse guardar e expor as suas coleções. No entanto, não teve êxito nessa empreitada, as peças poucas vezes cruzaram as portas do último palácio episcopal de D. José. Faltou-lhe o financiamento necessário para a construção de uma sede adequada para receber as variadas coleções que durante os anos recolheu e preencheu os espaços da residência⁶²².

Em diversas ocasiões, investigadores da História de Sobral, através das suas hipóteses de análise multidisciplinares, usaram a terminologia da “refundação da cidade” relacionando-a com as ideias e também com as realizações físicas e culturais que o prelado implementou enquanto primeiro bispo da Diocese de Sobral. Embora ainda não exista um estudo profundamente crítico sobre o bispo e seu *modus operandi*, encontraram-se nas suas biografias descrições do pensamento e o circuito social de D. José como alguém que se demonstrava “amante das tradições, [que] era infenso a mudanças e tardo em aceitar inovações”⁶²³. Enquanto existiu, o bispo agiu como “um homem que muito fez, mas para servir a seus interesses”⁶²⁴. Contudo, enquanto viveu e usou a diocese, o antístite sobralense não foi confrontado no espaço mediático com tais designações.

A seguir à sua entrada triunfal em Sobral, inaugurou a sua era de “restauração de tudo”, concretizou-a nos organismos e símbolos de poder por ele criados. Ao analisar isso pelo ângulo das suas subjetividades, através dos movimentos visíveis e materializados em construções, fundações, inaugurações, depare-se no surgimento de estruturas que são emblemas de suas vontades manifestas naquele tempo e naquele espaço. Portanto, a organização de um museu

⁶²¹ *Idem*, p. 28.

⁶²² Museu Dom José, *Correspondência de Dom José ao Sr. Clotário Aguiar*, 05 de junho de 1959, Sobral, 1959, s/p. A carta estava exposta na Sala Dom José, no rés-de-chão do MDS, até março de 2020.

⁶²³ Francisco Sadoc de Araújo, *Op. cit.*, 1982, p. 25.

⁶²⁴ João Mendes Lira, *A Vida e a Obra de Dom José Tupinambá da Frota Primeiro Bispo de Sobral 1882-1982 centenário de o seu nascimento*, Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1982, p. 70.

seria o pilar espacial ideal para guardar, expor e divulgar a riqueza de sua vida, das suas realizações e da ideia de uma Sobral que interessaria ficar registrada para a História. É oportuno reconhecer que “os museus não se confinam somente a um determinado espólio guardado no interior de quatro paredes. O simples facto da sua existência requer, desde logo, uma vontade humana inicial”⁶²⁵.

Com efeito, Lira e Araújo, ao mesmo tempo seguidores do bispo e “padres-historiadores” de Sobral e da obra de D. José, assumiram a expressão de que o MDS integrava a maior vontade secular por ele alcançada: “Ele sabia que um museu, da qualidade que construiu dava-lhe um status que dificilmente o tempo conseguiria destruir nem ‘seus adversários’ seriam capazes de denegri-lo”⁶²⁶. Para a mentalidade constituída por D. José, este museu aglomerou elementos que se tornaram no seu cartão-de-visita e propaganda.

A primeira pista que indicou um sistema de recolha de objetos de interesse está localizada na carta recebida pelo prelado em 23 de julho de 1930. Aquele interlocutor, um pupilo do bispo, que fora reconduzido pelo mesmo ao seminário da Prainha em Fortaleza, capital do Ceará, tratava-se do seminarista Olyntho Leitão. O menino formigão informou que no interior do Estado, em uma das paróquias da Diocese de Sobral, havia a presença de objetos que talvez fossem do interesse do antístite: “Em Camocim há diversas imagens de santos antigas muito estragadas e que talvez V. Ex. queira”⁶²⁷.

Esta carta revela a particular influência direta exercida pelo bispo naquela atividade de procura, recolha e dedicação é anterior ao que se encontrou no relatório escrito em julho de 1959: “Teve início o Museu Diocesano de Sobral em 1938, tendo funcionando sempre em 8 salões das dependências do Palácio Episcopal”⁶²⁸. Contudo, identificou-se uma anterior organização de forças que pode sugerir um processo embrionário na museologia do nordeste do Ceará alguns anos antes (1923). Apesar de reunir um conjunto de interesses distintos, estabeleceu pontes com os propósitos das ações de D. José. O grupo escolar da Associação Comercial de Sobral lançou as bases para a configuração de um “*Muzeu escolar*”:

Um dos princípios da reforma actual do ensino primário é que toda a lição deve ser uma lição de coisas. *De coisas, com as coisas e pelas coisas*. É uma conclusão tirada do estudo das funções do espírito. Por conseguinte, o trabalho primeiro de um professor ao dar uma aula é escolher o material com que tem de manejar durante a lição. Está

⁶²⁵ Disposto em Duarte Manuel Freitas, *Op. cit.*, 2016, p. 68.

⁶²⁶ João Mendes Lira, *Op. cit.*, 1982, p. 69-70.

⁶²⁷ NEDHIS, *Correspondências pessoais de Dom José*, Seminarista Olyntho Leitão para Dom José Tupynambá da Frota, pasta I, 23/07/1930, 3f, perfurada, s/p.

⁶²⁸ MDJ, *Relatório do Museu Diocesano de Sobral*, Sobral, 1959, s/p. O relatório estava exposto na Sala de Dom José, rés-de-chão do MDJ, até outubro de 2019 e o seu conteúdo estabeleceu possibilidades para se compreender esse inicial período.

claro que a escola deve dispor de uma quantidade grande e variada de objecto, isto é, de um muzeu escolar. Em vista disso o nosso Grupo Escolar resolveu organizar um pequeno muzeu, contando, para isso, com o concurso não só dos seus alumnos como dos chefes de família e de todas as pessoas que se interessam de alguma sorte pelo melhoramento e instrucção em nossa terra. Pelo nosso intermédio a Directoria faz um appello a todo o público sobralense, no sentido de que cada uma pessoa envie para o Muzeu desse estabelecimento, qualquer coisa que porventura interesse à educação das creanças sobralenses. Organizar um muzeu é trabalho fatigante para uma só pessoa; torna-se muito fácil, entretanto quando é feito com o concurso de muitas pessoas [grifo do autor]⁶²⁹.

O texto apelava à população, aos munícipes sobralenses e dos arredores, para que contribuíssem com a construção de um acervo que seria o guia para a educação das crianças sobralenses. Pimentel Gomes redigia o jornal *A Ordem*, sobralense considerado culto, dirigiu o grupo escolar da cidade, assumiu durante anos a função de “orador oficial da Associação”⁶³⁰, para além de amigo de D. José. Esta personalidade disponibilizou ao grupo escolar da associação comercial com “um pequeno muzeu para o ensino de História do Brasil”⁶³¹. Em outro periódico de Sobral, *O Jornal*, na edição de 11 de março de 1934, recuperou-se a informação de que

a Associação dos Empregados no Comércio cogitava da fundação, aqui, de um departamento histórico, onde pudessem ser recolhidas, guardadas e catalogadas as nossas preciosidades históricas e todas as raridades que se prendessem à tradição da terra. Essa alviçadeira notícia acaba de ser confirmada por elemento de prestígio na direção da importante sociedade de classe sobralense, e nós que compreendemos o alto valor da iniciativa, não só vimos trazer o nosso desvalioso mas sincero aplauso, como concitar a todos os sobralenses [am]antes de sua terra a concorrer com os elementos tradicionais que se possam dispôr para o bom êxito da iniciativa. Sabemos que já foram recolhidas as primeiras preciosidades, sendo possível que dentro de poucos mezes, o salão histórico da Associação já possa oferecer à admiração pública uma coleção interessante. O pequeno museu deverá ser dividido em secções de história, bibliografia, etnologia, paleontologia, geologia, etc. etc. É esse o pensamento de sua direção. Muito significativa iniciativa de tal valor e de semelhante finalidade e por esse motivo enviamos os nossos parabéns a sociedade caixeiral sobralense, que tantas ideias boas tem ventilado e que tantas realizações de valor tem levado a efeito [grifo do autor]⁶³².

Desde a sua fundação, estabeleceu-se uma notória relação entre a associação comercial e D. José, especialmente por intermédio dos seus membros diretores. A cidade não se refundava com o trabalho de um homem só. Como escreveu o jornalista sobralense, “organizar um muzeu é trabalho fatigante para uma só pessoa; torna-se muito fácil, entretanto quando é feito com o concurso de muitas pessoas”⁶³³. Da mesma forma em que se solicitou ajuda para angariação de

⁶²⁹ “Muzeu Escolar”, *A Ordem*, anno 7, n.º 25, 2 de março de 1923, p. 1.

⁶³⁰ *Ibidem*.

⁶³¹ “Communicado”, *A Ordem*, anno 9, n.º 17, 1 de janeiro e 1925, Sobral, Sobral, p. 1.

⁶³² “Disse ‘A Ordem’ de quarta-feira...”, *O Jornal*, ano II, n.º 61, 11 de março de 1934, Sobral, p. 3.

⁶³³ *Ibidem*.

peças, a abertura do museu da Associação ao público não foi anunciada nos jornais da cidade. Porém, salienta-se que um acervo foi constituído obtendo um local para a sua exibição. É possível asseverar também que durante a década de 1930 os museus no Estado do Ceará estavam na ordem do dia, como por exemplo com a fundação do Museu Histórico do Ceará (1932) e com a presença de Gustavo Barroso em movimentações pelo interior cearense – seja por assuntos ligados ao Integralismo ou ligados ao Museu Histórico Nacional e à constituição de acervos que compreendessem a história do cearense.

No ano de 1932, o público foi informado de um acontecimento pelas páginas do jornal *O Globo*, na edição de 7 de novembro, através do artigo intitulado “Onde se sentou um dos maiores cultores da língua portuguesa”. O vigário de Viçosa do Ceará escreveu ao bispo sobralense contando que o então diretor do Museu Histórico do Ceará, Eusébio de Sousa, pediu um objeto que estava na igreja da cidade serrana. Registrou ele: “Venho trazer ao conhecimento de V. Ex. que, a não ser por expressa determinação de V. Ex., a quem devo irrestricta obediência, [...], existindo, desde muito, em Sobral, o Museu Diocesano, creado por V. Ex. e competindo-me, como párocho na diocese, cooperar para o seu enriquecimento”⁶³⁴. E o padre cooperou com a doação do “precioso móvel”, como assim qualificou o objeto na missiva: era a cadeira que supostamente utilizou o jesuíta padre António Vieira, na missão da Companhia de Jesus de Viçosa do Ceará na segunda metade do século XVII e início do século XVIII⁶³⁵. A cadeira foi oferecida pelo referido padre ao Museu Diocesano de Sobral, em momento ainda não determinado. Publicou-se o artigo em 1932, mas, oficialmente, o MDS só se constituiu enquanto instituição em 1951 (**Figura 23**). A partir dessas narrativas, conclui-se que, anos antes, o bispo começou a experiência de recolha de um conjunto relevante de objetos que constituíram um acervo museológico, uma vez que o vigário viçosense previamente assim o considerou.

⁶³⁴ “Onde se sentou um dos maiores cultores da língua portuguesa”, *O Globo*, 7 de novembro de 1932, Rio de Janeiro, p. 6.

⁶³⁵ A missão da Aldeia de Nossa Senhora da Assunção, onde hoje está localizada a cidade de Viçosa do Ceará, foi fundada em 1700 e manteve-se até a expulsão dos padres jesuítas dos territórios de domínio português pelo primeiro ministro de Dom José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, que mais tarde seria conhecido por Marquês de Pombal, Lúcio de Oliveira Maia, *Cultores da vinha sagrada: índios e jesuítas na missão da Serra de Ibiapaba (Século XVII)*, Natal/RN, EDUFRRN, 2017, p. 20 e 21.

Figura 23 – Cadeira relacionada com o padre António Vieira (Séc. XVII)



Fonte: acervo do MDJ.

Sobre a referida cadeira, a peça traz o monograma “I.H.S.” e a inscrição “1701” indiciando que possivelmente fosse um bem do conhecido jesuíta. Pode-se assegurar que o móvel esteve em Viçosa do Ceará até pelo menos desde 1937, uma vez que foi contemplado pelo diretor do Museu Histórico Nacional, e que, posteriormente, Gustavo Barroso o fotografou quando percorreu o museu sobralense no ano de 1955⁶³⁶. Contudo, não se sabe quando aquele objeto chegou às mãos de D. José.

O interesse do prelado sobralense por objetos – considerados por ele e os seus sucessores como “grandes relíquias”⁶³⁷ – remonta a anos antes da oficialização da instituição. O conjunto de relações que constituiu – por intermédio da sua rede de contactos constituída principalmente de seminaristas e pessoas do seu círculo mais próximo – surgiu o seu desejo por objetos com

⁶³⁶ A notícia da cadeira no Museu Diocesano de Sobral chegou a Portugal por reprodução de um trecho da notícia publicada inicialmente por Gustavo Barroso na revista *O Cruzeiro* e foi veiculada um quarto de século depois no jornal *Diário de Lisboa*, como “A cadeira do padre António Vieira”, *Diário de Lisboa*, n.º 12289, 21 de fevereiro de 1957, p. 17. A cadeira foi enunciada no *Livro borrão para o tombamento*, trabalho produzido por Adão Pinheiro, entre janeiro de 1962 e março de 1963, sob o número “4157 – Cadeira c/ couro lavrado, tacheado, espaldar grav. I.H.S” (Adão Pinheiro, *Livro borrão para o Tombamento*, trabalho de Adão Pinheiro, 1963, Sobral, p. 68).

⁶³⁷ “Vindo a Sobral...”, *Correio da Semana*, ano 54, n.º 2, Sobral, 10 de abril de 1971, p. 5. O uso da palavra ‘reliquia’ está associado a objetos do campo religioso, geralmente relacionado a algum tipo de veneração. O referido termo está presente em múltiplas fontes utilizadas neste trabalho e o seu uso está condicionado a expressar a ideia presente no contexto em questão.

determinadas características, dinamizando, deste modo, uma rede de recolhas, que o impulsionou na realização do propósito de ter o seu museu particular.

D. José mudou-se para o prédio que hoje é o MDS em 1933, com a chegada das irmãs Filhas de Sant'Ana para ocupar o antigo palácio episcopal que passaria a colégio feminino. O bispo planeou as remodelações necessárias ao novo edifício com antecedência e tal reabilitação contemplou uma área para o estabelecimento de um espaço expositivo antes mesmo da sua oficialização pública. A notícia do *Correio da Manhã* em 28 de abril de 1939 informou ao leitor os planos do bispo para a cidade cearense:

Fortaleza, 27 (A.N.) - Segundo noticia a imprensa local, para commemorar o centenário de Sobral, o bispo d. José Tupinambá da Frota, pretende:

1º) inaugurar ali o Instituto de Protecção e Assistencia à Infancia;

2º) reabrir ao culto público a cathedral;

3º) inaugurar o Museu Diocesano;

4º) inaugurar um salão com os retratos dos antigos chefes das famílias que se estabeleceram em Sobral e de todos os sobralenses cuja vida de qualquer modo se relaciona com a história da cidade;

5º) expor todas as obras literárias, científicas, poéticas e musicaes dos sobralenses;

6º) publicar um resumo da história civil e religiosa de Sobral, assim como a genealogia das famílias do município;

7º) inaugurar a galeria dos retratos de todos os sacerdotes catholicos ordenados nos primeiros 25 annos do bispado de Sobral, assim como de todos os sacerdotes existentes ao tempo de criação da diocese⁶³⁸ [grifo do autor].

As comemorações do primeiro centenário de Sobral enquanto cidade e o Jubileu de Prata da Diocese local (1941) aconteceria dali a dois anos, impulsionando o bispo a planear construções de novas estruturas e as remodelações das antigas. D. José ambicionava inaugurar um espaço de memória que pudesse compreender a história “dos antigos chefes de família” e dos seus espólios, como forma de mostrar a sua versão da história do município com o intuito de oferecer à elite da sociedade sobralense uma espécie de apoio genealógico sobre as suas origens. Estas estruturas construíram a paisagem que o bispo achou ser a mais contundente e infalível para eternizar a história do noroeste do Estado do Ceará. Criando uma versão de história única e alicerçada nos registos genealógicos de algumas famílias locais que foram por ele selecionadas para figurar na galeria cronográfica sobralense.

Por conseguinte, o edifício palaciano passou por significativas remodelações, como informou o jornalista António Craveiro Filho em *O Centenário – Álbum histórico commemorativo ao 1.º centenário da cidade de Sobral* (1941)⁶³⁹. No prédio foram construídas

⁶³⁸ Atende-se o disposto no artigo de A., N., “Centenário de uma cidade cearense: o programma commemorativo organizado pelo bispo de Sobral”, *Correio da Manhã*, n.º 13642, 28 de abril de 1939, Rio de Janeiro, p. 3.

⁶³⁹ Craveiro Filho, *Op. cit.*, 1941, p. 171.

novas salas voltadas para nordeste, em direção à Serra da Meruoca. A nova ala fora redesenhada com 17 espaços para janelas de arco abatido voltadas para o exterior – a atual rua Jornalista Deolindo Barreto –, quatro delas mantiveram-se fechadas e uma porta aberta para a atual rua Maestro José Pedro. A porta foi adornada com uma moldura trabalhada e preencheu-se o frontão superior da nova entrada do palacete com mosaicos em tom vermelho terroso em padrão geométrico a lembrar flores, coroado pelo escudo heráldico de D. José Tupinambá da Frota. Num mapa da cidade de Sobral, à época da construção da ferrovia (cerca de 1880), via-se que a construção no terreno do Palacete Cruz das Almas estava circunscrita à ala voltada em direção ao rio Acaraú (**Figura 24**).

Figura 24 – Planta da cidade de Sobral (c. 1880) com a marcação de um terreno onde viria a ser construída a nova ala do Palacete Cruz das Almas, por D. José em 1940



Fonte: acervo da Biblioteca Nacional e acervo do MDJ.

Por falta de documentação, esta pesquisa não alcançou definitivamente todas as reformas produzidas no palacete episcopal por D. José. O bispo não deixou essa informação, como, por exemplo, registou nos escritos da última reforma implementada por ele na igreja matriz iniciada em 17 de maio de 1938 e finalizada com sua reabertura ao público a 2 de maio de 1941⁶⁴⁰. Para identificar todas as alterações que foram implementadas no imóvel, seria prudente e necessário um estudo detalhado das camadas estruturais do edifício que incidisse sobre técnicas, materiais e os seus usos na arquitetura do museu. Manteve as formas externas da ala antiga, construída no século XIX, na qual conservou o mesmo modelo das ombreiras de portas e janelas, e preservou duas salas do piso superior com o soalho de madeira de cedro da construção original (presentes na Sala das penteadeiras e na Sala da capela).

⁶⁴⁰ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 100 e 101.

Revestiu as demais salas com os pavimentos mais elegantes que existiam em Sobral nos anos 1940 e, compôs a cobertura do chão em ladrilhos de mosaicos hidráulicos. Assegurou o anúncio do jornal local que “Morar numa casa ladrilhada a mosaicos é passar a vida inteira num ambiente agradável de conforto e de hygiene. O asseio da residência de uma pessoa é o atestado mais eloquente de sua civilização. [...] Torne V. Exc., asseiado chão do seu lar, amosaicando-o. Evite a poeira dos tijolos de barros. MOSAICOS não se varre: lava-se. [...] Fábrica Estrella. Paulo Aragão. Sobral”⁶⁴¹.

A escolha dos desenhos disponíveis para os ladrilhos foi diversa, mas quase sempre representavam elementos da flora ou padrões geométricos que se intersetavam. Além do Palacete Cruz das Almas, a igreja matriz também passou por reabilitações, de acordo com o registo, em livro, de D. José, que salientou que “o serviço de pedreiros esteve a cargo de João Paiva e de seus auxiliares”⁶⁴². A mesma equipa esteve responsável pelas reformas implementadas no palacete episcopal. No livro indicou, de igual modo, que o serviço da Matriz também incluiu a “substituição do pavimento de madeira por mosaicos, fabricados em Sobral pela firma Aragão & Cia”⁶⁴³ (Figura 25).

Figura 25 – Diferentes padronagens de mosaico hidráulico no MDS, implementados na reforma ocorrida na década de 1940.



Fonte: acervo fotográfico de Hudson Costa, 2019.

⁶⁴¹ “É com V. exc. mesmo!”, *Correio da Semana*, 24 de janeiro de 1931, ano XIII, n.º 41, Sobral, p. 1.

⁶⁴² Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 101.

⁶⁴³ *Idem*, p. 100.

O senhor Paulo Aragão, proprietário da Fábrica Estrella, fundou com um grupo de pares a Associação dos Empregados do Comércio de Sobral e assumiu a função de primeiro presidente do Banco Mercantil Caixeiral de Sobral⁶⁴⁴, ambas as associações constituídas “pelas pessoas de mais destaque da sociedade”⁶⁴⁵ e distinguindo-se sempre com a prestigiosa presença do ilustre prelado local⁶⁴⁶.

Porém, as comemorações para o bicentenário de Sobral decorreram e o museu não foi formalmente inaugurado. É importante notar que não se encontraram apontamentos ou notícias de uma cerimônia de inauguração ou celebração condicentes com tal ato e, certamente, que D. José não deixaria passar incólume uma inauguração como aquela. A data que consta na fundação do Museu Diocesano de Sobral, na grande maioria dos relatos sobre a instituição (29 de março de 1951), trata-se, de facto, da formalização em ato notarial do primeiro regulamento da instituição, quando se realizou o registo no Cartório de Primeiro Ofício de Sobral dos Estatutos do Museu Diocesano de Sobral⁶⁴⁷.

Destaca-se ainda que nem mesmo as páginas do bissemanário da diocese – o *Correio da Semana* – noticiou tal estreia. O *Jornal de Notícias* enviou um repórter a Sobral em março daquele ano para noticiar o aparecimento de um “monstro”, porém, o jornalista Rubens Azevedo não informou a respeito da inauguração. O referido periodista relatou que viu “os restos do monstro pré-histórico, que deveriam ter sido remetidos ao Museu Nacional, para serem devidamente estudados convenientemente (o que seria de imenso valor para a nossa ciência e teria, certamente, repercussão mundial) descansam ociosamente numa mesa empoeirada numa sala escura no museu particular de D. José Tupinambá da Frota, bispo de Sobral”⁶⁴⁸. Portanto, pode-se afirmar que o museu não foi inaugurado naquele ano, pois a instituição ainda era referida como o museu particular do bispo e as condições de uma sala escura “empoeirada” não retratavam uma inauguração com pompa e circunstância.

Só no ano seguinte, o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, noticiou a visita do então governador do Estado do Ceará, Raul Barbosa, em **18 de maio de 1952**, à cidade de Sobral, afirmando que o governante “teve a oportunidade de inaugurar o Museu Diocesano daquela

⁶⁴⁴ “Instalação do Banco M. Caixeiral”, *A Ordem*, ano XIV, n.º 781, 30 de janeiro de 1930, Sobral, p. 1.

⁶⁴⁵ “Associação dos Empregados do Comércio”, *A Ordem*, anno 7, n.º 46, 15 de agosto de 1923, Sobral, p.1.

⁶⁴⁶ Dom José participava ativamente de reuniões da associação comercial de Sobral. Como exemplo, presidiu sessão solene de inauguração do Banco Mercantil Caixeiral de Sobral, disposto em “Banco Mercantil Caixeiral”, *A Ordem*, anno XIV, n.º 783, 29 de janeiro de 1930, Sobral, p.1.

⁶⁴⁷ O referido documento está transcrito no **Anexo 1** desta tese de doutoramento.

⁶⁴⁸ Rubens de Azevedo, “Monstro pré-Histórico que viveu a um milhão de anos descoberto no Ceará”, *Jornal de Notícias*, n.º 1507, São Paulo, 25 de março de 1951, p. 21.

cidade importante iniciativa do bispo Dom José Tupinambá da Frota, figura destacada do clero cearense. Pela sua orientação, organização e riqueza de elementos, tanto de caráter religioso como profano, o Museu criado pelo ilustre prelado é sem dúvida o mais importante de todo o Estado”⁶⁴⁹. Outra referência que regista este momento como inaugural para o museu encontra-se na *Revista do Instituto do Ceará*, no artigo escrito por José Bonifácio de Sousa, “Datas e factos para a história do Ceará”. Sousa identificou a referida data como sendo a da inauguração, expondo que a 18 de maio deu-se a “inauguração do Museu Diocesano de Sobral, fundado pelo bispo daquela diocese, Dom José Tupinambá da Frota”⁶⁵⁰.

Procurou o referido prelado contar com o apoio do Estado para a consolidação da materialidade de uma sede própria para o seu museu. Procurou o apoio da sociedade sobralense e do restante espaço territorial que era administrado pela Diocese de Sobral, ao incorporar os seus objetos para o seu museu particular. Todavia só conquistou o seu circuito mais próximo, contando, nomeadamente, com as diligências do “filho de criação”, o padre Palhano.

D. José quis alcançar um dos aspetos fundamentais para a pretendida concretização da sua imortalidade, o quadro ideal para seu autorretrato: a sede própria do seu museu particular. Provavelmente o bispo pensou que não seria algo simples de se materializar, e que, certamente, era necessário elaborar um projeto exequível e de recursos financeiros suficientes para colocar em curso aquela ideia. O prédio que o prelado idealizou ser a sede do seu museu foi o que iniciou a construção ao lado do então Seminário Diocesano São José, no bairro da Betânia, onde hoje funciona o Instituto de Teologia e Pastoral (ISTEP)⁶⁵¹. Tal pressuposto está documentado em pedidos que o bispo efetuou à sua íntima rede de relações e ainda evidenciados por políticos que elaboraram propostas de projetos de lei para o Estado cearense e nacional. Naquela altura houve uma política nacional de incentivos e investimentos aos museus, como as justificações às leis demonstram.

Na terça-feira, 15 de dezembro de 1953, foi publicado no *Diário do Congresso Nacional*, órgão oficial daquela casa legislativa, o Projeto de Lei n.º 3.987, de 1953, da autoria do deputado federal José Parsifal Barroso (PSD-CE). No texto base estava contemplada a possibilidade de a Câmara Federal autorizar “o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da

⁶⁴⁹ A., N., “Vida Católica: Inaugurado o Museu Diocesano na Cidade de Sobral”, *Correio da Manhã*, n.º 18147, 22 de maio de 1952, Rio de Janeiro, p. 11.

⁶⁵⁰ José Bonifácio de Sousa, “Datas e factos para a história do Ceará”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno LXXXI, Fortaleza, 1967, p. 244.

⁶⁵¹ “Sinto-me ligado ao Museu também por, como diretor da Faculdade de Filosofia Dom José, ter dado continuidade à construção do prédio que Dom José iniciara, na Betânia (alicerces e paredes), junto ao Seminário, para ser a sede definitiva do museu”. Esta informação está presente no artigo de Manuel Valdery da Rocha, *Op. Cit.*, 2014, p. 14.

Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 [dois milhões de Cruzeiros] para auxiliar a construção da sede do Museu Diocesano de Sobral, no Ceará”⁶⁵².

A década de 1950 foi profícua no incentivo e financiamento de museus no Brasil. Esta afirmação encontrou apoio nos motivos apresentados para a elaboração do projeto de lei de Barroso, pois enquanto debateram o projeto, nas palavras do deputado, “que se transformou na Lei n.º 2.023, de quinze de outubro deste ano, tivemos o desejo de apresentar uma emenda concedendo também ao Museu Diocesano de Sobral, no Ceará o auxílio extraordinário que se destinava ao Museu de Arte Moderna e ao Museu Mariano Procópio”⁶⁵³. Parsifal Barroso completou: “O Congresso Nacional vem dedicando especial atenção aos Museus, quer concedendo auxílios [...], ou autorizando a sua criação”⁶⁵⁴. O crédito especial serviria para o financiamento da construção da sede do MDS, “único Museu que, na região Nordeste vem recolhendo e classificando todos os objetos representativos da chamada ‘civilização do couro’, graças ao patriotismo e ao zelo”⁶⁵⁵ de D. José Tupinambá da Frota. No palacete episcopal não cabia mais nada, estava lotado e sem capacidade para a salvaguarda daqueles objetos e a iniciativa do projeto de lei delineou que “A finalidade de tão benemérita instituição não é somente a de conservar o patrimônio histórico e artístico do Nordeste, mas também o de incentivar a cultura, pois quantos já visitaram as coleções do Museu de Sobral, bem de perto sentiram a grandeza da civilização desenvolvida dentro dos nossos sertões e ficaram maravilhados com aquela reconstituição do nosso passado”⁶⁵⁶.

A proposta do deputado cearense chegou a seguir os trâmites pelos gabinetes nacionais, alcançando ainda o gabinete do Ministro da Educação e Saúde, que enviou um expediente a solicitar informações ao SPHAN sobre o museu em questão. O diretor do SPHAN, àquela altura Rodrigo Melo Franco de Andrade, remeteu em 15 de fevereiro de 1954, a Informação n.º 9⁶⁵⁷, em resposta à solicitação ministerial com as seguintes informações: “1.º) O Museu Diocesano de Sobral, organizado pelo Sr. Bispo D. José Tupinambá Frota, não se acha subordinado a esta diretoria, faltando-nos assim elementos para ajuizar da sua organização, importância e necessidade”⁶⁵⁸. Este primeiro tópico do ofício indicou que o estabelecimento era um museu restrito ao grande público e, só um número reduzido de pessoas tinham acesso aos objetos. Mais

⁶⁵² Câmara dos Deputados, *Projeto de Lei n.º 3.987*, deputado José Parsifal Barroso, Rio de Janeiro, Congresso Nacional, 15 de dezembro de 1953, p. 8.

⁶⁵³ *Ibidem*.

⁶⁵⁴ *Ibidem*.

⁶⁵⁵ *Ibidem*.

⁶⁵⁶ *Ibidem*.

⁶⁵⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Informação n.º 9*, ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao gabinete do Ministro da Educação e Saúde, 15 de fevereiro de 1954, Rio de Janeiro, s/p.

⁶⁵⁸ *Ibidem*.

informou que “2.º) ao ser visitado por um representante da DPHAN, há anos, não se achava ainda organizado, mas em 22 de maio de 1952, em telegrama de Fortaleza, publicado pelo ‘Correio da Manhã’, desta capital, dava notícia de sua inauguração solene”⁶⁵⁹. A informação evidencia que, de facto, a inauguração pública só aconteceu com a visita do governador Raul Barbosa.

E para finalizar o esclarecimento que prestava ao ministro, Franco de Andrade exortou que, “3.º) para melhor orientação ao tocante à medida proposta, seria para desejar que a direção do museu remetesse a este Ministério um histórico de sua fundação, catálogo ou inventário sumário de suas coleções, e programa e projeto de nova sede”⁶⁶⁰. Presume-se que nunca tenha chegado ao Ministério da Educação e Saúde nenhum registo histórico da fundação do MDS, bem como o catálogo ou inventário das suas coleções, pois o primeiro documento desse género só seria viabilizado na década seguinte.

Entretanto, uma diferente hipótese está no facto de que, com uma abundância de outras tramitações no Congresso Nacional brasileiro, o assunto tenha demorado a ser votado. A tramitação tardou tanto que, pelo dia 31 de março de 1954 registou-se um segundo Projeto de Lei, o de n.º 4.219 – em publicação na seção 1 do *Diário do Congresso Nacional* –, da autoria do deputado federal Adolfo Gentil Barros Carvalho (PSD-CE), cujo texto propôs que a casa legislativa autorizasse “o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 [dois milhões e quinhentos mil Cruzeiros] – destinado ao Museu Diocesano de Sobral, Estado do Ceará”⁶⁶¹. O motivo apresentado pelo deputado trouxe à luz do dia um conjunto de ideias que se diziam recorrentemente sobre o MDS e encaminhou indícios importantes sobre a história da instituição, pelo que se transcreve uma parte:

O Museu de Sobral representa, sem dúvida alguma, um dos mais significativos empreendimentos culturais do Nordeste. Seu acervo reúne o mais rico e raro colégio de relíquias e o mais valioso tombo do patrimônio artístico, histórico e ecológico do Estado do Ceará. Sua ressonância na paisagem cultural do Nordeste justifica mesmo, neste projeto, além da assinatura do deputado cearense que o apresenta, a de um representante do Estado de Pernambuco, pois na cidade de Sobral, cabeça da zona norte do Ceará, floresceu, de forma especial, o influxo da civilização que se irradiou de Pernambuco nos séculos 18 e 19, levando mesmo a Câmara Sobralense à adesão à República do Equador, em 1824. O Museu de Sobral, que todo o povo do Ceará chama de Museu de D. José, numa homenagem que a posteridade há de ratificar, reúne em documentação iconográfica, mobiliária, em suas coleções de porcelana, armas, vestuários, cerâmica, pintura e numismática, o espelho vivo das tradições ecológicas, culturais, religiosas, comerciais e cívicas de nossa civilização regional. Suas coleções, penosamente adquiridas por D. José Tupinambá da Frota, com sacrifícios de sua bolsa

⁶⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁶⁰ *Ibidem*.

⁶⁶¹ Câmara dos Deputados, *Projeto de Lei n.º 4.219*, deputado Adolfo Gentil Barros Carvalho, Rio de Janeiro, Congresso Nacional, 31 de março de 1954, p. 3.

particular ou mediante doações generosas e graças ainda à inteligência, ao esforço e a dedicação de seu jovem e brilhante secretário, o Reverendo Padre José Palhano de Saboia, acumulam-se hoje nos salões da planta baixa do histórico Palácio Diocesano de Sobral, onde estão abertas à visitação pública⁶⁶².

O deputado transliterou nos seus motivos pelo menos duas questões que se demonstrariam fulcrais ao futuro da instituição: a alteração do nome do museu e a atuação do Padre José Palhano no trabalho de recolha dos objetos que faziam parte das coleções. Estes dois assuntos serão analisados alguns parágrafos adiante.

Gentil também expressou, nas suas linhas, que “O Governo não pode descuidar-se de atender a uma obra de tais proporções. O preclaro Bispo Conde de Sobral, que é um segundo fundador de sua cidade e a própria Diocese são muito menos donos do Museu, do que o povo cearense e nordestino em geral”⁶⁶³. Ao considerar o bispo sobralense como “um segundo fundador de sua cidade”, o deputado o equiparou a toda uma linhagem fundante daqueles homens brancos que se apossaram das terra do Vale do Acaraú. Concluiu o documento afirmando que “o Congresso que, tão justamente, concedeu dez milhões de cruzeiros para o início das obras do Museu de Arte Moderna do Rio, não negará esta contribuição ao Museu de Sobral, em cujo favor circula um outro pedido de verba nesta casa – mas insuficiente ainda, como este o é, para a grande finalidade proposta”⁶⁶⁴.

Redigiu-se este projeto de lei em 19 de março de 1954 e publicou-se no *Diário do Congresso Nacional* à 31 do mesmo mês e ano, arquivando-se, entretanto, nos termos do artigo 104 do regimento interno no dia 30 de março de 1954. Apesar de toda esta exposição de motivos, o artigo 104 do regimento do Congresso salienta que um deputado pode retirar o projeto de votação, levando a que a razão para esta tomada de decisão por parte de Adolfo Gentil Barros Carvalho se mantenha desconhecida.

Ainda no ano de 1954, a 3 de novembro, por intermédio da aprovação da lei n.º 20 pela Câmara Municipal de Sobral, “fica considerado de utilidade pública municipal o Museu Diocesano de Sobral”⁶⁶⁵. Para cumprir o seu propósito, na administração pública federal, consideravam-se entidades de utilidade pública aquelas associações, fundações ou sociedades civis que solicitassem e atendessem aos critérios estabelecidos pela lei que determinava as seguintes regras: “a) que adquiriram personalidade jurídica; b) que estão em effectivo funcionamento e servem desinteressadamente à collectividade; c) que os cargos de sua

⁶⁶² *Ibidem*.

⁶⁶³ *Ibidem*.

⁶⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁶⁵ Prefeitura Municipal de Sobral, *Lei n.º 20*, 3 de novembro de 1954, Sobral, Câmara Municipal de Sobral, 1954, s/p.

directoria não sejam remunerados”⁶⁶⁶. Ao que indicam as fontes consultadas, a lei municipal sobralense seguia essas mesmas regras e o MDS enquadrava-se nesse âmbito. Outra instituição fundada por D. José também teve a identificação de utilidade pública, como foi o caso do Abrigo Coração de Jesus, que foi reconhecida ainda na fase de construção e por isso ainda recebia, anualmente, a quantia de Cr\$ 20 000,00 (vinte mil cruzeiros)⁶⁶⁷. Entretanto, para o museu não foi destinado qualquer recurso público municipal.

As propostas de projetos de lei federais para financiar a construção do museu diocesano sobralense foram arquivadas ou rejeitadas. A 11 de novembro de 1955, o *Diário da Câmara Federal* publicou a resposta ao Projeto de Lei n.º 3987/1953, declarando apenas que o mesmo foi rejeitado⁶⁶⁸. É presumível que a *Informação n.º 9*, redigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade (do SPHAN), comprovou com a rejeição. Tal decisão foi, porventura, um duro golpe nos anseios e reivindicações do bispo de Sobral.

Desde o início de seus trabalhos, D. José empregou todos os meios que dispunha ao alcance para realizar os seus propósitos. Não deixou de tentar persuadir os contatos políticos, solicitando auxílios e recursos necessários à construção de um espaço adequado para guardar os valiosos objetos que tinham sido por ele angariados.

A falta de apoio financeiro para a construção do edifício com vista à salvaguarda do museu particular desagradou D. José e agravou em muito as finanças do bispo. Provavelmente, para minorar o descontentamento da rejeição dos projetos de lei que transitaram e falharam no Congresso Nacional – ou mesmo para reforçar outras tentativas para novos pedidos de apoio junto das esferas do poder público Federal, Estadual ou Municipal –, o seu fiel amigo Gustavo Barroso regressou ao Ceará e visitou o MDS, conforme relatado em carta endereçada ao bispo sobralense (**Anexo 7**).

Datada a 23 de novembro de 1955, Barroso escreveu na missiva que se admirou com o trabalho de recolha, coleção e disposição à visita pública efetuado por D. José, particularmente “tendo em vista a pobreza franciscana do interior nordestino, sobretudo em comparação com a riqueza de outras paragens do Brasil enriquecidas pelo açúcar ou pelo ouro e os diamantes”⁶⁶⁹, revelou o diretor do MHN. Ainda naquela carta aproveitou para criticar os poderes públicos do Estado e da Federação, que não lançaram “um olhar protetor sobre essa notável obra e dessem

⁶⁶⁶ Brasil, *Lei n.º 91*, 28 de agosto de 1935, em linha, atual, Rio de Janeiro, 1935, s/p.

⁶⁶⁷ Prefeitura Municipal de Sobral, *Lei n.º 61*, 23 de maio de 1949, Sobral, Câmara Municipal de Sobral, 1949, s/p.

⁶⁶⁸ Câmara dos Deputados, *Votação Projeto n.º 3.987*, 11 de novembro de 1955, p. 8350.

⁶⁶⁹ Museu Histórico Nacional, *Carta de Gustavo Barroso ao Bispo Dom José*, 23 de novembro de 1955, pasta: Relatórios, Curso de Museus e Acervo Gustavo Barroso, pasta: Acervo Gustavo Barroso, pasta: Seção Gustavo Barroso - Correspondência Ativa e Passiva, 1955, p. 47.

auxílio eficiente para a construção de prédio apropriado ao Museu e para a sua conservação adequada”⁶⁷⁰, indicando, deste modo, que o bispo possa ter-se queixado ao amigo da falta de condições financeiras para a conclusão do edifício.

Barroso utilizou o relato para vangloriar-se pela sua condição de 33 anos de prática museal o que para ele lhe garantiu, depois de um exame aos objetos expostos, avaliar o acervo em mais de vinte milhões de cruzeiros, arrematando ainda: “Ora, tão estimável patrimônio, com carência de espaço para ser convenientemente exposto, com necessidades de meios de conservação, está a merecer a atenção dos Governos”⁶⁷¹. De outro modo, os jornais da capital cearense noticiaram aquela sua visita ao MDS e referiram que Barroso teria dito: “não tenho mesmo dúvidas em afirmar que depois de convenientemente instalado o Museu Diocesano de Sobral pode ser considerado o quarto do Brasil, logo depois do Museu Nacional, do Museu Imperial de Petrópolis e do Museu Ipiranga, de São Paulo”⁶⁷². Ainda hoje, a posição indicada por Barroso figura como adjetivo empregue ao primeiro museu sobralense, embora tenha perdido tal posição. Esta impressão, quase “mitológica”, classificou o museu sobralense, cujo critério elegido se manteve incógnito – se em volume de peças, em número de coleções, em tamanho do edifício. O MDS perpetuou-se no imaginário de alguns autores como o “5.º do Brasil em arte-sacra e decorativa”⁶⁷³, atribuindo ao ICOM-Brasil tal distribuição. Entretanto, sabe-se que o comitê não redige listas classificativas de museus no país.

O valor monetário dos objetos atribuído por Gustavo Barroso revelou que o amigo do bispo sabia dos seus desgostos em não conseguir o financiamento necessário para a sua empreitada e, na sua análise, deu a perceber que o espólio do Museu Diocesano de Sobral reunia as condições para um empréstimo, ou tinha relevância suficiente para o apoio financeiro do Estado, fosse das esferas de poder público Federal, Estadual e Municipal.

O desejo de D. José em construir a sede para o MDS não se deu por vergado como as rejeições expostas em âmbito Federal. “Ajuda ao Museu de Sobral”⁶⁷⁴, anunciou, sob forma de

⁶⁷⁰ *Idem*, p. 47-48.

⁶⁷¹ *Idem*, p. 48.

⁶⁷² “O museu diocesano de Sobral após instalado será o 4.º do Brasil”, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 22 de novembro de 1952, pasta 46 - 1955 2.º Semestre, p. 151.

⁶⁷³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Sobral*, em linha, Brasília, 2014, s/p. Outros artigos também fizeram essa referência classificatória para dar relevância ao museu. Como exemplo pode-se citar Marcelino Júnior, “Museu Dom José Tupinambá é o 5º do País em artes sacra e decorativa”, *Diário do Nordeste*, Região, 8 de Abril de 2017, em linha, atual, 2017, s/p.; Maria Somália Sales Viana, “Pesquisa Científica, coleções e exposições de História Natural: Caso do Museu Dom José (Sobral, Ceará)” (Bruno Melo de Araújo & Emanuela Sousa Ribeiro (Eds.), *Cadernos do Patrimônio Cultural de C&T: pesquisa, acervos e instituições*, Recife/PE, Editora UFPE, 2015, p. 66).

⁶⁷⁴ “Ajuda ao Museu de Sobral”, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 02 de março de 1956, pasta 47 - 1956 1.º Semestre a 1956 2.º Semestre, p. 26.

pedido, o jornal da capital cearense *Gazeta de Notícias*, de 2 de março de 1956. A notícia informava que seria votado naquele mesmo dia na Assembleia Legislativa do Ceará o projeto de lei, proposto pelo deputado estadual cearense Custódio de Azevedo, natural de Sobral, que previa a concessão de Cr\$ 500.000,00 ao Museu de Sobral para a construção de um prédio próprio. O jornal expôs a situação em que se encontrava a residência do bispo e a sua coleção de objetos, salientando que “dada a absoluta falta de espaço no Palácio Episcopal Sobralense, o Museu está mal localizado prejudicando, não só a exposição dos materiais existentes, mas as próprias obras ali guardadas”⁶⁷⁵. A notícia ainda afirmou que se aprovassem tal projeto, os deputados cearenses marcariam “uma página de ouro na existência da Assembleia, por ser um dos mais justos até agora ali praticados”⁶⁷⁶. Assegurando ainda que a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará faria justiça frente às rejeições colocadas pelo Congresso Nacional, concluiu da seguinte forma: “Sobral possui um grande Museu, trabalho de um grande bispo; cabe agora ao Estado, doar um grande prédio para sua instalação”⁶⁷⁷. Mais uma vez o poder público estatal negou apoio e a referida proposta foi arquivada.

Apesar das marcantes realizações concretizadas por D. José na cidade de Sobral, a construção do edifício sede para o Museu não se concretizou pelas mãos do prelado. O *Gazeta de Notícias*, na tiragem de 2 de junho de 1956, trouxe a manchete: “Sobral, Meca do ensino da vasta zona norte do Ceará – desponta nova geração na ‘Princesa do Norte’”⁶⁷⁸, assinada por Augusto Costa. O citado jornalista alfinetou o Governo do Estado do Ceará e apresentou que na parte posterior do palácio episcopal da Diocese sobralense se guardava as coleções do Museu Diocesano que, “pela sua preciosidade, pelo seu valor histórico, mesmo pelo seu valor aquisitivo, só isso sem falar em outros detalhes já valeriam do Governo um prédio adequado, pois na opinião abalizada de Gustavo Barroso, é o 4º museu histórico do Brasil”⁶⁷⁹. A notícia deu conta de que aquela grande obra de D. José era “fruto da colaboração do povo”⁶⁸⁰. E pelas características das coleções sabe-se que parte do povo da região contribuiu para o agrupamento e posterior aumento de peças para as suas coleções: a parte das famílias mais abastadas da cidade.

⁶⁷⁵ *Ibidem*.

⁶⁷⁶ *Ibidem*.

⁶⁷⁷ *Ibidem*.

⁶⁷⁸ Augusto Costa, “Sobral, Meca do ensino da vasta zona norte do Ceará – desponta nova geração na ‘Princesa do Norte’”, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 02 de junho de 1956, pasta 47 - 1956 1.º Semestre a 1956 2.º Semestre, p. 155.

⁶⁷⁹ *Ibidem*.

⁶⁸⁰ *Ibidem*.

O mesmo *Gazeta de Notícias*, no dia 7 de junho de 1956, aproveitou para fazer um apelo ao Governo Federal de um apoio a rondar os oito milhões de cruzeiros para a construção do tão sonhado edifício, expondo o seguinte: “D. José, que empregou grandes somas na construção de obras beneficentes em sua cidade, não dispõe mais de tão elevada quantia que lhe permita dispendar na construção necessária do grande prédio já planejado e com terreno próprio”⁶⁸¹. Na sequência do excerto da notícia, o jornalista prosseguiu a sua crítica, mostrando que “o Presidente Juscelino se apressou em atender as reivindicações dos prelados em favor da região nordestina. Aproveitemos a ocasião para a abertura e liberação do crédito para a construção do Museu. [...] É preciso agir para que seja dado a Sobral [o] que se lhe deve”⁶⁸².

D. José, junto ao seu circuito de relações políticas, fez pedidos de ajudas financeiras ao poder público Federal e Estadual até que, por fim, nos últimos meses de vida, viu-se obrigado a solicitar apoio diretamente dos amigos mais próximos. No seu pensamento constituiria finalmente um prédio para o seu museu com a ajuda destes, conforme relatou na missiva que escreveu a Clotário Aguiar a 5 de junho de 1959⁶⁸³. D. José afirmou que recorria da generosidade dos amigos para fortalecer as suas obras assistenciais e educacionais em Sobral e todas as vezes foi “principescamente atendido”⁶⁸⁴. Construía naquele momento um prédio de dois pisos destinado ao Museu Diocesano de Sobral e disse que se encontrava num quase insuperável embaraço, pois faltava-lhe o orçamento para a placa de cimento armado de mil trezentos e cinquenta metros quadrados, orçamentada em perto de um milhão de cruzeiros, motivo que o impedia de prosseguir os trabalhos da construção. O lamento incidiu sobre os poderes públicos que não contribuíram para a obra “de elevado alcance cultural, que viria honrar e enobrecer a nossa cidade natal e o próprio estado”, tendo, mais uma vez, pedido ajuda aos amigos para oferecer a Sobral aquele “inestimável ornamento, que mereceu do Dr. Gustavo Barroso os mais rasgados encômios”⁶⁸⁵.

A carta fora tipografada em texto padrão com uma linha específica para indicar o nome do destinatário. Isso evidencia que o pedido do bispo se destinou a um sem-número de interlocutores. Apesar de todos os esforços, as obras foram abandonadas e o edifício não ficou pronto antes do seu falecimento, com o acervo a permanecer no casarão do Palácio Episcopal.

⁶⁸¹ “O Museu de Sobral”, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 07 de junho de 1956, pasta 47 - 1956 1.º Semestre a 1956 2.º Semestre, p. 172.

⁶⁸² *Ibidem*.

⁶⁸³ Museu Dom José, *Correspondência de Dom José ao Sr. Clotário Aguiar*, 05 de junho de 1959, Sobral, 1959, s/p. A carta estava exposta na Sala Dom José, no rés-de-chão do MDS, até março de 2020.

⁶⁸⁴ *Ibidem*.

⁶⁸⁵ *Ibidem*.

A década seguinte não proporcionou uma lógica organizacional às coleções, provavelmente porque faltaria a ligação com o colecionador.

Com a morte de D. José Tupinambá da Frota, a 25 de setembro de 1959, a Igreja não retirou do Palácio Episcopal o valioso espólio. A grande quantidade de objetos, reunidos em conjuntos, não permitiu a deslocação dos próprios, pesando ainda o facto de quê o edifício era parte integrante do inventário do bispo. Nesse sentido, se comprova a ideia apresentada por Freitas quando afirma que, “sendo um lugar de memória e comunicação por excelência, o museu revela-se uma escolha viável para a reutilização de edifícios, ainda que não se possa excluir por completo que muitas das opções tomadas nesse sentido indiciem constrangimentos do foro financeiro”⁶⁸⁶. É possível que a Diocese de Sobral tenha, além da escassez de recursos, visto naquele edifício uma possibilidade muito atraente: utilizar-se do espaço que outrora simbolizou a memória de uma elite (secular ou religiosa), para celebrar a memória do apogeu socioeconómico sobralense, mantendo-se ocupado o Palácio de forma a exaltar o espaço, “através da metamorfose dos símbolos arquitetónicos do *ancien régime* em organismos do foro cultural, para o benefício da comunidade”⁶⁸⁷.

A instituição museal alcançou uma curiosa articulação: constituiu-se um museu que se pretendeu local, porque se apresentou enquanto registo da memória da cidade e como um memorial da elite económica sobralense de tempos passados. Entretanto, sugeriu-se uma abrangência regional para a constituição da história local, quando, a pedido de D. José, procurou objetos noutros estados brasileiros, como por exemplo do Maranhão, afixando a algumas historiografias que descreveram o MDS como representante de “toda a evolução do Vale do Acaraú”⁶⁸⁸. E o museu particular do bispo foi sendo constituído como ele desejava, espalhando a sua representação da memória de Sobral, enquanto pilar estruturante para uma história única da região norte do Ceará.

O acervo reflete a representação da cultura material *Tupinambaense*: sacra na tradição dos princípios da simbologia eclesiástica e profana na opulência secular, fruto de uma herança colonial eurocêntrica. Ao longo dos anos escreveu-se uma parte da narrativa histórica da cidade de Sobral como reflexo do que exibiu o MDS que, por sua vez, foi compreendido como uma autêntica mostra na qual se poderia descortinar a história local, moldada pelas escolhas e subjetividades características das tradições coloniais, patriarcais, racistas e elitistas. Esta construção imagética era realizada particularmente por aqueles que, assim como os “padres-

⁶⁸⁶ Duarte Manuel Freitas, *Op. cit.*, 2016, p. 28-29.

⁶⁸⁷ *Ibidem*.

⁶⁸⁸ Maria Norma Maia Soares, Glória Giovana Sabóia Mont’Alverne Girão, *Op. cit.*, 1997, p. 55.

historiadores”, conduziam o olhar do leitor – ou visitante, ou espectador – para a Igreja Católica e a burguesia abastada da cidade como modelos de orientação.

4.2. Variedade dos objetos que compunham o acervo

Para além de objetos pessoais do seu fundador, o acervo do MDJ constituiu-se através de aquisições, de recolhas em paróquias e ainda por doações de fiéis e amigos. Enquanto fomentava reformas e remodelações nas igrejas da diocese, várias antiguidades foram encaminhadas a serem salvaguardadas no museu. Párocos e seminaristas destinaram objetos raros e curiosos oriundos das redondezas e indivíduos do circuito próximo do bispo presentearam-no diversos artefactos: a “primitiva e tosca pia de pedra de forma octogonal adquirida pelo vigário José Gomes de Medeiros em 1808 na Paraíba, de onde era natural, pelo preço de vinte mil réis”⁶⁸⁹; a antiga imagem de São Miguel, recolhida em troca de uma outra santidade em 1924⁶⁹⁰; o intrigante conjunto de “Pedra Sagrada dos Incas (Peru) encontrada na fazenda Vaca Sêca entre Pacujá e São Benedito em 1926”⁶⁹¹; duas imagens da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, em Acaraú, que chegaram às mãos do prelado por volta da década de 1940⁶⁹²; centenas de fósseis e machadinhas de pedra lascada e polida vieram a partir do ano de 1948⁶⁹³; o cruzeiro da Igreja do Menino Deus, retirado pela Prefeitura para obras de melhoria do pavimento da rua em frente ao templo católico e que, ao ser consultado, o bispo diocesano pediu que o objeto fosse enviado para o Museu Diocesano⁶⁹⁴.

⁶⁸⁹ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 98.

⁶⁹⁰ Conforme o disposto: “Por ofício datado de vinte e sete de abril de mil oitocentos e sessenta e dois o Tenente Antônio Januário Linhares requereu à Mesa Regedora da Irmandade de N.S. da Conceição licença para erigir um altar em honra do Arcanjo São Miguel, sendo concedida com a condição de ser em tudo igual ao do SS. Coração de Jesus. Mais tarde, o Bispo Dom José Tupinambá da Frota, a requerimento da Pia União das Filhas de Maria, reorganizada a três de março de 1917, concedeu que fosse colocada nesse altar a imagem de Santa Inês, padroeira da dita Pia União, oferecida pelo mesmo prelado, o que se verificou a vinte e seis de dezembro de mil novecentos e vinte e quatro. A antiga imagem de S. Miguel foi recolhida ao Museu Diocesano” (Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 95). A referida imagem foi restaurada.

⁶⁹¹ Informação obtida em Museu Dom José, *Livro de Ouro do Museu Diocesano de Sobral*, 1959, Sobral, acervo do Museu Dom José (MDJ), exposto até março de 2020 em vitrine na Sala Dom José (sala 2) dedicada ao primeiro bispo de Sobral. Trata-se de duas pedras polidas em formato de roda de moinho, a pedra menor tem de 89cm circunferência, 12cm de altura e pesa 22,5 quilos. A pedra maior tem 1,22m de circunferência, 14 cm de altura e pesa 45 quilos. Não há qualquer informação sobre estes objetos, o que denota a necessidade de um estudo aprofundado da coleção arqueológica pertencente ao acervo do MDJ.

⁶⁹² “Igreja de N. S. da Conceição de Almofala será recuperada”, *SPHAN Pró-Memória*, n.º 22, janeiro e fevereiro de 1983, p. 33

⁶⁹³ Conforme informação disponível: “O primeiro material fóssilífero foi doado em 1948, coletado pelos senhores Pedro Dias da Ponte, proprietário da fazenda Maurício, e Francisco Hardi, professor de filosofia e autodidata. O prof. Hardi fez um estudo sobre o local onde os fósseis foram encontrados, sendo este o primeiro registro de idade pleistocênica para a região noroeste do Ceará” (Maria Somália Sales Viana, *et al.*, *Op. cit.*, 2013, p. 69). Atenda-se ainda a Rubens de Azevedo, “Monstro pré-Histórico que viveu a um milhão de anos descoberto no Ceará”, *Jornal de Notícias*, n.º 1507, São Paulo, 25 de março de 1951, p. 21.

⁶⁹⁴ Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 234.

Ao mesmo tempo que D. José pesquisou e escreveu a sua *História de Sobral*, cuja primeira edição lançou em 1952, não deixou de angariar um acervo monumental de documentos e objetos-documento para o efeito. A história da instituição e a narrativa historiográfica aglutinaram-se e completam-se um ao outro. Monsenhor Linhares declarou no prólogo que escreveu para o livro do bispo que “A sua história de Sobral é o coroamento de tudo quanto fez para o levantamento do nível religioso, moral e cívico desta nobre cidade tão merecidamente apelidada PRINCESA DO NORTE”⁶⁹⁵. No entender do sacerdote, aquela obra literária tornou-se uma espécie de etnografia da origem do povo sobralense, dando a entender que D. José atuava enquanto colecionador e organizador da materialidade cultural da localidade. O bispo agiu de maneira ingénua para a História, enquanto disciplina, entretanto extraordinariamente prolífera para o entendimento burguês do conhecimento histórico, pois, em análise feita por Michael Löwy sobre as teses de Walter Benjamin, o filósofo qualifica que “O historicismo se identifica enfaticamente (*Einfühlung*) com as classes dominantes. Ele [Walter Benjamin] vê a história como uma sucessão gloriosa de altos factos políticos e militares. Fazendo o elogio dos dirigentes e prestando-lhes homenagem, confere-lhes o estatuto de ‘herdeiros’ da história passada. Em outros termos, participa – como essas pessoas que levantam a coroa de louros acima da cabeça do vencedor – de um ‘cortejo triunfal em que os senhores de hoje caminham por sobre o corpo dos vencidos’ (Tese VII)”⁶⁹⁶.

A partir deste prisma, interessava ao bispo integrar nas coleções provas documentais de uma história que estava a produzir, relativa ao brilho da “civildade”, da qual Sobral supostamente era herdeira, e que partiram do pressuposto reiterado de que a sociedade local ascendia de origens portuguesas – europeia –, descendentes dos valores morais e espirituais que a aproximavam das “nações civilizadas”⁶⁹⁷. Neste excerto salienta-se uma concordância com o pensamento difundido entre as décadas de 1930 e 1940 pelos agentes que controlavam o SPHAN, no que diz respeito as suas representações do património histórico e artístico nacional⁶⁹⁸. A aniquilação das culturas indígenas da ribeira do Acaraú e/ou a presença da população negra e a consequente miscigenação que originou o povo sertanejo, importantes

⁶⁹⁵ *Idem*, p. 6.

⁶⁹⁶ Michael Löwy, *Op. cit.*, 2002, p. 203.

⁶⁹⁷ “[...] desde os fins do século XIX, os positivistas ortodoxos, também preocupados com as ‘origens da nacionalidade’, já preconizavam a respeito da ‘raça’ portuguesa, predominante na formação do ‘povo brasileiro’, que, ‘apesar dos seus desmandos, era a verdadeira herdeira do mundo da Idade Média e, portanto, portadora de imensos valores morais e espirituais’” (Márcia Chuva, *Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009, p. 208.

⁶⁹⁸ *Idem*, p. 143-193.

evidências do processo histórico local, não mereciam ser lembradas quanto mais consideradas neste âmbito.

A visão historicista de D. José, aplicada ao livro e ao museu, foi efetuada sem ter em consideração métodos dos historiadores e museólogos profissionais. Ele formulou interpretações do ponto de vista da história dos vencedores e nessa maneira de narrar, que se reconhece através de suas fundamentações sociais, adequou a apresentação ou a exibição do passado ao construir a sua narrativa. Na obra literária do bispo pode-se encontrar uma passagem simbólica de como a memória definia o passado que também supostamente viveu. Descreveu que “Pela madrugada a família reunia-se ao redor do oratório das imagens. [...] O almoço era geralmente às 9 horas; o jantar às 2 horas da tarde e a ceia depois das Ave-Marias. Às vezes, nas noites enluaradas, costumavam algumas famílias fazer refeição ao luar. Estendia-se na calçada uma esteira de palhas de carnaúba, sobre a qual os escravos ou criados colocavam grandes terrinas de coalhada e enormes pratos chineses azuis oitavados, cheios de mucunzá, de canjica, ou de arroz doce com côco. Não faltava a tapioca ou beijú de goma com queijo de manteiga ou de coalho, segundo a estação”⁶⁹⁹.

O parágrafo apresenta vários elementos que o bispo retirou da sua própria memória, sendo eles materiais e imateriais: o contexto familiar, a influência religiosa do catolicismo reconhecida nos oratórios e imagens, a marcação do tempo difundida nas horas fixadas para as refeições, a louçaria geralmente importada, os empregados, os hábitos gastronômicos etc. As referências materiais do parágrafo compõem parte do acervo do museu. Neste sentido, ao utilizar a recordação para a produção da narrativa, leva-nos a ponderar para o que salientou Le Goff, quando explicou que a memória “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”⁷⁰⁰. O Museu Diocesano de Sobral materializou-se pelo desejo da representação de um passado sobralense constituído por intermédio das memórias de D. José Tupinambá da Frota.

Pode-se considerar que o antístite colecionador acreditava que o seu museu reunia um dos acervos mais importantes da região e até do país, sem demonstrar contrastes ou antagonismos, um acervo onde as influências indígenas ou africanas não encontravam espaço evidente⁷⁰¹. O património colecionado estabeleceria uma ligação com a contemporaneidade

⁶⁹⁹ Conforme Dom José Tupinambá da Frota, *Op. cit.*, 1974, p. 501.

⁷⁰⁰ Jacques LeGoff, *Op. cit.*, 1990, p. 423.

⁷⁰¹ Apesar da coleção possuir “objetos de índios”, estes são relegados ao exótico e à homogeneização em um único grupo de objetos que pertenciam a povos e origens distintas. E mesmo que o parágrafo anterior traga

sobralense, constituindo tradições a partir de uma leitura do passado em que se sobressaía o vínculo com bens de usos e práticas do Velho Continente – apresentando-os como elos de ligação entre um modelo civilizacional – “a cultura cristã, católica e reformada, branca, europeia”⁷⁰² – e a Sobral cearense.

O acervo em exibição mostrava-se nas salas do Palácio Episcopal selecionadas para esse propósito e a sua disposição indicava uma desmedida acumulação de objetos, assim como uma eclética tipologia dos bens colecionados. A organização do conteúdo do MDS foi concebida para reforçar o ímpeto colecionista do bispo e fugia dos princípios propostos pela museologia que eram praticados no Museu Histórico Nacional⁷⁰³. Ainda na década anterior, Gustavo Barroso lançou os dois volumes de *Introdução à Técnica de Museus*, em 1946, apresentando os procedimentos para organização, arrumação, catalogação, restauração e classificação de objetos no país e que serviram de influência, até a década de 1970, para o desenvolvimento de uma técnica museal no Brasil⁷⁰⁴.

Pelas salas de exposição densamente povoadas de vitrines cheias de peças, os critérios de separação assentaram nas características físicas do objeto – “coleção de Porcelanas, Cristais, Pratarias, Imagens de madeira e de Marfim, de sílex, objetos de índios, fosseis, armas, lustres de cristal, etc”⁷⁰⁵ –, e não estavam de acordo com o referido nas publicações disponíveis sobre as disposições museográficas⁷⁰⁶.

O numeroso acervo diocesano, reitera-se, foi composto por compra, doações e outras formas não identificadas nos documentos. Como foi anteriormente referido, a direção da instituição entendia que a residência do bispo era uma sede provisória, “dada a absoluta falta

referência à culinária sertaneja, manifestadamente de origem africana e indígena, foram o método e os materiais que se evidenciaram, ficando registados no museu.

⁷⁰² José Gonçalves Gondra, Alessandra Schueler, *Op. Cit.*, 2008, p. 155.

⁷⁰³ Em 1924, Gustavo Barroso lançou o *Catálogo Geral* do MHN. O livro é visto por Mário Chagas como um guia “de caráter descritivo e museográfico”, que serviu de modelo para “um nítido exercício de construção de memória e consolidação institucional”. “O organizador da obra parece ter consciência da importância de colocar em destaque os três elementos constituintes do museu clássico e moderno: o público (ou visitante a quem o Catálogo se dirige), o edifício (historicamente contextualizado) e a coleção (com informações que valorizam a individualidade dos objetos)” (Mário Chagas, *Op. Cit.*, 2003, p. 109).

⁷⁰⁴ *Idem*, p. 488. “No primeiro capítulo, Gustavo Barroso define como técnica de museus o conjunto de regras, princípios e conhecimentos indispensáveis à organização de museus. Reforça o ineditismo do assunto, pois segundo ele o mesmo ainda não fora tratado no país; e explicita as fontes de composição dos textos: artigos esparsos em revistas estrangeiras e observação pessoal. Embora esteja na bibliografia referência à *Muséographie*, do *Office International de Musées*, livro em dois volumes cuja importância na composição da *Introdução à Técnica de Museus* foi ressaltada por Ivan Coelho de Sá” (*Idem*, p. 493).

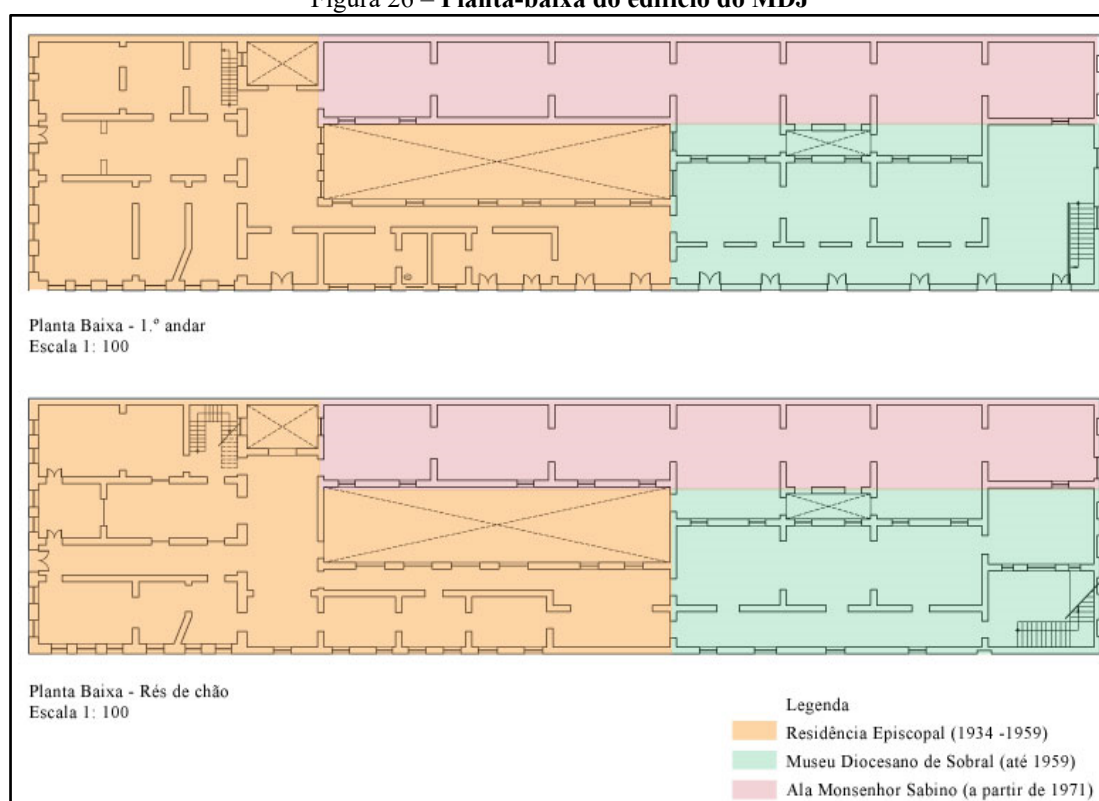
⁷⁰⁵ Museu Dom José, *Relatório do Museu Diocesano de Sobral*, Sobral, 1959, s/p.

⁷⁰⁶ “[Gustavo] Barroso vai se utilizar das novas técnicas e composição das fotos vistas na *Mouseion* para desenvolver a exposição do Museu Histórico Nacional, conforme imagens reproduzidas em seu livro, transformando-as, então, em regras para seus discípulos” Fátima Regina; Nascimento & Ivan Coelho de Sá, “Introdução à técnica de museus, uma visão crítica”, *Ciência da Informação*, vol. 42, n.º 3, 2013, p. 490.

de espaço no Palácio Episcopal Sobralense, o Museu está mal localizado prejudicando, não só a exposição dos materiais existentes, mas as próprias obras ali guardadas”⁷⁰⁷.

A entrada principal fazia-se pela rua Maestro José Pedro onde o público acedia à sala de receção, acedendo, de seguida, a ala na qual o museu estava instalado, construída na década anterior (1941) com o propósito de manter as linhas arquitetónicas da parte mais antiga do edifício, que conservava ainda o “estilo primitivo”⁷⁰⁸. O espaço museal constituía-se por oito grandes salas, separadas por arcadas, distribuídas pelos dois pisos, totalizando pouco mais de 120 m² de área construída⁷⁰⁹ (**Figura 26**).

Figura 26 – Planta-baixa do edifício do MDJ



Fonte: Relatório MDJ; Plantas de Herbert Rocha.

Em maio de 1952, o MDS recebeu a visita do governador Raul Barbosa e da sua comitiva, momento que algumas fontes estabelecem como o marco inaugural do estabelecimento⁷¹⁰. O acervo encontrava-se distribuído pelas diferentes salas do edifício, de

⁷⁰⁷ “Ajuda ao Museu de Sobral”, *Op. Cit.*, p. 26.

⁷⁰⁸ Atende-se a Glória Giovana Saboya Mont’Alverne Girão, *Cinquenta anos depois... um novo olhar sobre o Museu Dom José*, Mimeo, Sobral, 29 de março de 2001, s/p.

⁷⁰⁹ As salas foram identificadas a partir de trecho do primeiro relatório do MDS e a área foi calculada por uso das plantas disponibilizadas pelo arquiteto Herbert Rocha, *Reforma Museu Diocesano de Sobral (Plantas)*, Sobral, 1995.

⁷¹⁰ A., N., *Op. Cit.*, 1952, p. 11. José Bonifácio de Sousa, *Op. Cit.*, 1967, p. 244.

acordo com a organização estabelecida pelo bispo diocesano⁷¹¹ (**Figura 27**). A parca informação nos documentos que revelem qual foi a organização definida pelo primeiro diretor do MDS, o padre José Palhano, ou qual a expografia escolhida não nos permite descrever com exatidão qual foi o esquema geral de circulação do visitante ou se este chegou a ser alguma vez planificado. Pelo que se pode apurar ao examinar-se as fotografias que compõem o álbum organizado pelo referido padre, algumas pistas puderam ser descortinadas, permitindo presumir como se organizou o espaço e como se fez a distribuição do acervo no edifício palaciano.

Figura 27 – D. José apresenta o museu ao Governador Raul Barbosa e à sua comitiva (1952)



Fonte: acervo do MDJ.

O conjunto fotográfico apresentado revela a ideia de museu-armazém, sem uma disposição sistemática ou contextualizada dos mesmos, embora organizado pelas características físicas e utilitárias das peças expostas, sendo esta a definição expositiva aplicada às coleções de D. José (**Figura 28**). Observa-se o mobiliário/suporte expositivo, especialmente os armários e as vitrines, alinhados ao longo das paredes ou centrados nas grandes salas, completamente

⁷¹¹ “Compete ao Exmo. Sr. Bispo Diocesano a supervisão e direção geral do Museu”. Cartório do Primeiro Ofício de Notas de Sobral, *Registro Resumido dos Estatutos do Museu Diocesano de Sobral*, Registro de Pessoas Jurídica, n.º 32, de 29 de março de 1951, Sobral, 1951, p. 15.

repletas por objetos de similaridades de uso e de materiais, por vezes distintos no estilo e na proveniência⁷¹².

Figura 28 – Aspetos do Museu Diocesano de Sobral em 1952



Fonte: acervo do MDJ.

As paredes estavam repletas de quadros com retratos pintados ou representações de santos; no teto foram suspensos candelabros de cristal trazidos da Europa ou lustres de prata batida, repuxada e cinzelada da mesma origem (**Figura 29**). Quanto à iluminação do MDS, constata-se nas fotografias que entrava a luz solar pelas janelas laterais e pelo jardim interior instalado no meio do edifício, iluminando, deste modo, a organização museográfica, ao permitir

⁷¹² “Os padrões estilísticos encontrados no Museu Dom José são muitos e de variados períodos, se estendendo do século XVII ao século XX. No Brasil colônia, a arte da talha, da escultura e da pintura unem-se revelando uma produção singular de altares, retábulos, sacrários, tocheiros, resplendores e oratórios que compõem o acervo de mobiliário sacro. [...] Entre os padrões estilísticos do mobiliário, de forma geral encontrados no Museu Dom José, podemos destacar os estilos D. João VI, Império, Eclético, Neorrocó, Austríaco, Pernambucano, Art déco, Art nouveau, Popular e Manuelino” (Giovana Saboya, (Org.), *Museu Dom José – Sobral*, Sobral, Editora Sobral Gráfica Ltda., 2007, p. 32); O acervo conta com uma coleção de cristais onde se pode encontrar peças oriundas dos Estados Unidos, da Boêmia, de Murano e da França. Porcelanas inglesas, francesas, chinesas, persas e portuguesas. Atende-se a Giovana Saboya, (Org.), *Op. Cit.*, 2007, p. 54-58.

a visita até ao pôr-do-sol, por volta das 6h da tarde, ainda que o edifício usufruísse de luz elétrica⁷¹³.

Figura 29 – Aspetos do Museu Diocesano de Sobral em 1952



Fonte: acervo do MDJ.

Destaca-se que as etiquetas estavam colocadas apenas em alguns objetos, sendo afixadas no móvel, ora na própria peça (**Figura 30**). A reduzida informação disponível nas poucas etiquetas que serviam de legenda para os poucos objetos que as levavam, geralmente limitavam-se a indicar de que eram feitos os artefactos, sua origem ou, em caso de serem doados, quem os tinham oferecido. Tal ausência de registos – tanto nas etiquetas, quanto nas fichas catalográficas do MDJ produzidas só a partir de 1994 –, sugerem um campo fértil para a investigação e a comunicação, temas bastante relevantes para uma instituição museológica.

⁷¹³ Dom José deu a bênção à usina produtora de eletricidade da Companhia Luz e Força de Sobral (“Será amanhã a inauguração da luz electrica de Sobral”, *A Imprensa*, ano II, n.º 71, 13 de fevereiro de 1926, Sobral, p. 1).

Figura 30 – Aspectos do Museu Diocesano de Sobral em 1952



Fonte: acervo do MDJ.

Aparentemente, a organização do museu não seguia uma ordem expositiva. Contudo, era impreterível que estivesse ao alcance da vista do visitante o maior número de objetos que simbolizassem as origens católicas e burguesas da sociedade sobralense. À medida que o conjunto museológico era constituído como o autorretrato do seu criador, conferia-se a idealização de uma “identidade coletiva” para o povo sobralense. Utilizando a hipótese, construída por Manuel Castells, de que “quem constrói a identidade coletiva, e para que essa identidade coletiva é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem”⁷¹⁴, D. José construiu o retrato de uma “identidade legitimadora” de que Sobral nasceu e prosperou com a chegada de colonos portugueses que se instalaram à margem do Acaraú e todos os elementos expositivos que pudessem ser associados a esta identidade tiveram o seu lugar de afirmação e divulgação no MDS. Para além disso, a lógica de aglomeração foi o critério que, durante muito tempo, havia de manter-se protótipo estilístico da exposição do MDS.

⁷¹⁴ Manuel Castells, *Op. Cit.*, 2018, p. 55

Ainda assim, não é possível mostrar, exclusivamente, o seu criador como o único responsável por tal construção normativa, mas também as redes de poder que se foram estabelecendo, construindo a história da instituição e as suas fronteiras. Os dirigentes preservaram na instituição uma atmosfera conservadora, que não acompanhou, por exemplo, a renovação historiográfica que se manifestou no Brasil, principalmente a partir dos anos de 1980. O que também influenciou a falta de atualização nas competências dos profissionais do Museu, amplificadas pela dificuldade de efetuarem-se mudanças dentro de uma instituição como o MDJ.

4.3. Padre José Palhano de Sabóia: ajudante do colecionador

Em Sobral afirma-se, quase como senso comum, a relação de afeto paterno que Dom José Tupinambá da Frota nutriu pelo padre José Palhano de Sabóia (1922-1982). Na obra de César e Saulo Barreto Lima sobre o Padre Palhano é demonstrado, com clareza, tal amizade “paterna”, com os autores a espelharem, de modo sintético, o protagonismo do padre na vida do bispo. A relação afetiva entre ambos começou sob as seguintes circunstâncias: a mãe de Palhano dedicava-se profundamente à fé católica e por questões familiares, partiu para Sobral levando o menino consigo. Maria de Jesus e o filho frequentavam as missas na igreja matriz celebradas pelo prelado e, de vez em quando, o menino irrequieto fugia para a sacristia ao ponto de chamar à atenção de D. José. Com o passar do tempo e perante a doença da progenitora, esta pediu ao bispo que cuidasse do seu filho. Com a morte de Maria de Jesus, José Palhano ficou órfão e passou a viver no seminário, recebendo proteção do prelado sobralense⁷¹⁵.

Evidenciaram-se, nas narrativas biográficas e nas memórias de quem os conheceu, que o bispo quis fazer de Palhano o seu sucessor. Palhano era astuto e sabia que detinha a atenção do bispo sobralense em suas mãos. Comprovou isso inúmeras vezes enquanto D. José canalizava os seus esforços em transformar o jovem no futuro bispo da diocese. Apesar de todas as subversões do “filho” adotivo, enviou-o para Roma para estudar⁷¹⁶, para que, como ele, se fizesse doutor. O rapaz foi muito rápido em compreender os caminhos eclesiásticos que o condicionavam, contudo, uma vez satisfeita a sua curiosidade igualmente rápida, perdia o interesse em uma ideia ou projeto. A concentração e o estudo disciplinado não lhe foram uma virtude. Segundo escreveu Lustosa da Costa, na cidade de Roma, o padre Palhano “deveria

⁷¹⁵ César Barreto Lima & Saulo Barreto Lima, *Padre José Palhano de Sabóia: santo, semideus ou cavaleiro do apocalipse?*, 2.ª edição, Fortaleza, RDS, 2017, p. 34.

⁷¹⁶ A Reitoria do Colégio Pio Brasileiro em Roma informou, via correspondência eletrônica, que consta sobre José Palhano de Sabóia apenas as informações de entrada em 22/10/1948 e saída em 12/05/1949. Coursou o Bacharelado em Direito Canônico na Pontifícia Universidade Gregoriana.

residir no Colégio Pio Brasileiro, onde residiam muitos seminaristas. Palhano já era padre e não quis se submeter às exigências do estabelecimento, sendo ele expulso. Também não encontrou muita graça nos estudos, razão pela qual logo voltou a Sobral, à sua motocicleta, ao radioamador, ao carro de luxo do bispo, ao avião Paulistinha do Aeroclube que ressuscitara”⁷¹⁷.

São vários os episódios em que o prelado demonstrava muitas saudades do “filho”, de acordo com os memorialistas e os seus biógrafos. Talvez fosse esse o maior motivo que fez Palhano voltar a Sobral, e, se já não era de modo efetivo, passou a ser a mão do bispo quando e onde fosse preciso (**Figura 31**). Esteve nos quadros da direção do MDS, pelo menos até ao ano de falecimento do seu padrinho, como se lê no relatório do museu a respeito da importância do afilhado na constituição do acervo: “É de justiça relembrar que, se a ideia da formação do Museu se deve ao Bispo Diocesano, a sua execução deve-se principalmente ao Pe. José Palhano de Sabóia, Secretário do Bispado e atualmente Prefeito Municipal de Sobral, o qual percorreu os sertões do Ceará, Piauí e Maranhão à procura de angariar objetos antigos e artísticos para o Museu Diocesano, sempre com pleno êxito em todas as excursões”⁷¹⁸.

Figura 31 – Padre João Mendes Lira, Mons. Olavo Passos, D. José Tupinambá, Padre Palhano de Sabóia e um seminarista não identificado (1941)



Fonte: acervo do MDJ.

⁷¹⁷ Lustosa da Costa, *Sobral cidade das cenas fortes*, Fortaleza, Editora ABC, 2003, p. 39.

⁷¹⁸ MDJ, *Relatório do Museu Diocesano de Sobral*, Sobral, 1959, s/p. Esta frase está presente na placa inaugural da Sala Padre Palhano, e ali foi atribuída a Dom José Tupinambá pelo reitor da UVA, José Teodoro Soares, tendo em vista que no documento em que a expressão figura, não há assinatura ou atribuição de autoria.

O referido sacerdote assumiu a função de secretário do bispado até ao falecimento de D. José Tupinambá da Frota. Defensor da autossatisfação, a sua postura causava desgaste noutros clérigos ao seu redor, principalmente quando difundia boatos infundados que só serviam para alimentar o seu ego, com o propósito de controlar melhor os acontecimentos à sua volta⁷¹⁹. Qualquer pessoa que questionava o cumprimento zeloso das suas funções, respondia que estava tudo perfeitamente organizado e cuidado. Palhano tolerava apenas a sua maneira de fazer as coisas e opunha-se a acordos e concessões. Glorificava o que fazia e propagandeava todos os seus sucessos – nunca os seus fracassos – para que servissem de exemplos.

No que diz respeito à história do MDS, é exequível concluir que, D. José foi o seu criador e escolheu o que na sua ótica era memorável e digno de exibição nas salas do museu, Palhano foi o coletor, o diligenciador e o “moço de recados” do antístite, uma vez que secretariava o bispado, responsabilizando-se pelas aquisições de peças desde 1942⁷²⁰, como se pode aferir, por exemplo, na sua ação de recolha dos objetos pertencentes à coleção de Oswaldo Soares, em 1953, numa viagem até ao Maranhão⁷²¹.

Palhano tornou-se o ajudante do colecionador – ou colecionador-ajudante, se assim preferirmos –, pois o antístite havia depositado nele as funções de comprador/recolector de objetos pela secretaria do bispado, testemunhando, deste modo, que o prelado confiava no seu gosto estético e brio comercial. Segundo Monsenhor Assis Rocha, “Foi no Pe. Palhano que D. José teve um braço forte na aquisição de, pelo menos, 60% do acervo que compõe um dos mais valiosos e belos Museus do País”⁷²².

Percebe-se, por intermédio da análise das fontes, que o jovem sacerdote mostrava-se, quase sempre, simpático e amigável. Aumentou os seus círculos de sociabilidade ao mesmo tempo que aumentava o seu reconhecimento entre os pares, o que poderá ter garantido ao museu doações de objetos de famílias abastadas da região. Entretanto, viveu o perigo da autocomplacência, da extravagância – herdada, neste último aspeto, da convivência com o próprio prelado –, e de um desejo de melhorar o seu *status* social, numa série de situações que não foram aconselhadas por D. José Tupinambá. Porventura teria estado mais preocupado em demonstrar ao mundo que a criação que recebeu do bispo forjou um líder, um sacerdote forte e

⁷¹⁹ Segundo César e Saulo Barreto Lima, “[...] foi justamente nessa época, quando os dois Palhano e Lira, intensificaram seus conflitos; talvez por conta também, de uma rixa pueril de dois jovens padres, disputando a atenção de quem ganhava mais a confiança do bispo. Segundo Lira, Palhano pecava, dentre outras coisas, por: ‘[...] apadrinhado pelo Bispo não era muito solícito na oração, nos estudos. Começou a desobedecer o regulamento e causar mal-estar entre os colegas do Seminário. Chegou a ser expulso do Seminário’” (César Barreto Lima & Saulo Barreto Lima, *Op. cit.*, 2017, p. 66).

⁷²⁰ “Compram-se objetos antigos”, *Op. Cit.*, 1942, p. 1.

⁷²¹ Manuel Valderi da Rocha, *Op. Cit.*, 2015, p.14

⁷²² Monsenhor Assis Rocha, *Padre Palhano*, Mimeo, Sobral, setembro de 2004, s/p.

bem-sucedido do que propriamente um varão bem-aventurado. Palhano apoiou-se incondicionalmente no invulnerável prelado, magnânimo sobre a “Princesa do Norte”, mesmo que, em algumas ocasiões, o tenha confundido e escondido determinadas ações, embora fosse por ele perdoado.

Palhano, para além de deter as tarefas de secretário do bispado e do cargo de primeiro diretor do MDS⁷²³, foi o responsável pela preparação do que pode ser considerado o primeiro registo das peças do museu de D. José. Trata-se de um álbum fotográfico, com a inscrição “Pertence ao Pe. José Palhano, Fotos do Museu diocesano, 1952”⁷²⁴, contendo 50 páginas e 232 fotografias – algumas fixas, outras soltas –, com a lente apontada às salas de exposição, mobiliário de suporte e as suas coleções expostas, refletindo, como já analisamos no ponto anterior, a organização que o visitante encontrava naquela época.

No mesmo ano em que aconteceu o falecimento do bispo (1959), Palhano candidatou-se e venceu a eleição municipal para prefeito de Sobral, cargo que ocupou até 30 de janeiro de 1963. A sua apresentação como candidato impulsionou importantes movimentações no campo político local. Trabalhou pela aprovação, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, do projeto que criou o município de Santo António do Aracatiçu, a partir do desmembramento de três distritos de Sobral, sendo este o baluarte de um dos seus concorrentes mais próximos, o deputado Francisco Monte. Deste modo, sem contabilizar os votos correspondentes ao território em que o adversário o derrotava, a vitória do padre José Palhano, candidato pela coligação PSD-UDN, foi assegurada⁷²⁵. A sua candidatura como concorrente udenista contou com o apoio dos protestantes⁷²⁶ e dos “comunistas” que apoiaram ostensivamente o padre à Prefeitura local: “aquele reverendo, desta maneira, conseguiu, pela primeira vez no Brasil, que os ‘vermelhos’ dessem apoio a um sacerdote”⁷²⁷. E tudo aconteceu com a “bênção” do bispo, como comprovam as suas palavras publicadas no jornal da diocese, declarando que: “nenhum outro cidadão poderia desempenhar as altas funções de Prefeito Municipal de Sobral, dadas as suas excepcionais qualidades. Apraz-nos acentuar que nenhum outro sacerdote desta Diocese o

⁷²³ José Bonifácio de Sousa, *Op. Cit.*, 1967, p. 244.

⁷²⁴ Museu Dom José, *Álbum fotográfico n.º 11*, Sobral, 1952, s/p.

⁷²⁵ A coligação foi formada pelo Partido Social Democrático – PSD e União Democrática Nacional – UDN. “Ceará”, *O Jornal*, ano XXXVII, n.º 11483, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1958, p. 8.

⁷²⁶ “Padre confirma: ‘há clima de insegurança em Sobral’”, *O Jornal*, ano XXXVIII, n.º 11845, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1959, p. 6.

⁷²⁷ “Apoio dos comunistas a um padre candidato”, *O Jornal*, ano XXXVII, n.º 11677, Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1958, p. 1.

igualou nas suas manifestações de dedicação, caridade insuperável solidariedade para com Nossa Pessoa o que nos faz seu credor da mais profunda gratidão”⁷²⁸.

Viveu como uma figura pública, foi presidente do Aeroclube de Sobral, da Associação dos Motoristas e da Legião Brasileira de Assistência. Lecionou as disciplinas de Português, Latim e História do Brasil no Seminário que o primeiro prelado construiu e secretariou o bispado da diocese durante anos⁷²⁹. Interessando-se em discutir qualquer assunto ou fazer amizade com os que o rodeavam, José Palhano envolveu-se em vários círculos sociais, aproveitando para mostrar o seu sorriso e ganhar a confiança através de estratégias humorísticas. O seu lado espirituoso proporcionou-lhe a reputação de uma pessoa leve, todavia não correspondente nas fontes analisadas. José Palhano arranhou inúmeros inimigos ao longo da vida⁷³⁰, tanto no meio civil como em contexto eclesiástico. Foi confrontado com vários assuntos ao mesmo tempo, o que lhe complicou a vida, pois ampliava as possibilidades de envolver-se em constantes conflitos pessoais. Enquanto prefeito mudou de família política, juntando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e foi eleito deputado federal nas eleições de 1962, para a 5.^a Legislatura, sendo posteriormente revogado pelo Ato Institucional n.º 1 – AI-1 – em abril de 1964⁷³¹. Na década seguinte, o terceiro bispo da diocese de Sobral Dom Walfrido Teixeira Vieira (1921-2001), com quem protagonizou alguns conflitos públicos, destituiu-o da função de sacerdote.

Palhano utilizava os sinais sonoros da Rádio Tupinambá para comunicar com os ouvintes de Sobral e da região. Deixou registado no seu programa *Encontro com a Verdade* uma emocionada mensagem que se transformou num discurso de despedida para os apoiantes do carismático “filho” de D. José. Com a sua voz embargada, num dos derradeiros discursos, declarou: “[...] todos querem guardar esta lembrança de Dom José, de maneira que me despeço de vocês. Eu recebi chamado do meu médico ontem à noite, todos sabem da precariedade da minha saúde, pressão 22, posso ter um derrame a cada momento. Vive aí o meu amigo François, a me tirar sangue. A todos vocês o meu abraço, a minha despedida. Eu não sei que dia vou para o Rio de Janeiro. Quando eu voltar continuarei apresentando este programa Encontro com a

⁷²⁸ Dom José Tupinambá da Frota, “De Dom José para o Pe. Palhano”, *Correio da Semana*, ano XLI, n.º 43, 23 de setembro de 1959, Sobral, p. 1.

⁷²⁹ Queirós Campos, “Da cura das almas à Prefeitura veio ao Congresso Nacional”, *Correio Braziliense*, ano CLIII, n.º 967, 13 de julho de 1963, Brasília, 2.º Caderno, p. 12.

⁷³⁰ Além da oposição política ao deputado Francisco Monte, sogro do então governador Parsifal Barroso, Palhano atribuiu ao presidente Juscelino Kubitschek e ao governador do Ceará ameaças à sua vida. Também distanciou-se dos deputados Esmerino Arruda e Bonaparte Maia. Atenda-se a “Camara dos Deputados – Líder da oposição denuncia ameaças a correligionários”, *O Jornal*, ano XXXVIII, n.º 11844, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1959, p. 3.

⁷³¹ Sobre a cassação de Palhano de Sabóia, atende-se a Queirós Campos, “Fichário Parlamentar da 5.^a Legislatura”, *Correio Braziliense*, ano CLIII, n.º 1507, 27 de abril de 1965, Brasília, 2.º Caderno, p. 3.

Verdade. Porque a verdade deve ser dita. Se dói, quem deve ser culpada é a verdade. História é história, não é mentira, não é mitificação. Quem tiver documentos mais eloquentes do que eu, que venha apresentar. Eu já ofereci os microfones da Rádio Tupinambá”⁷³².

O seu desejo para alcançar a perfeição levou-o a sofrer muitas vezes, a queixar-se, e no final da vida teve de enfrentar a solidão porque, por querer dizer a todos o que fazer, Palhano foi sendo evitado pelos seus pares. Em 9 de julho de 1980, aquando da passagem de João Paulo II pelo Ceará, numa época em que Palhano já se encontrava muito frágil, obteve, por parte do santo padre um indulto e respetiva permissão para retomar as ordens clericais. Segundo Lustosa da Costa, tal gesto contou com as informações favoráveis de Dom Walfrido, que apoiou o padre que lhe causou vários aborrecimentos. Palhano conseguiu livrar-se da degradante excomunhão e restabeleceu o seu sacerdócio até o final da sua vida. Rezou a sua última missa em ocasião do Centenário de Nascimento de D. José Tupinambá, a 10 de setembro de 1981. No ano seguinte, a 17 de maio, faleceu em Fortaleza, vítima de um acidente vascular cerebral, sendo sepultado no Cemitério São Francisco em Sobral, numa despedida onde compareceu uma imensa multidão⁷³³.

A 25 de setembro de 2002, uma antiga reserva técnica deu lugar à Sala Padre Palhano, num ato de homenagem ao trabalho do reverendo no museu e, em particularmente, em Sobral (**Figura 32**). Falaram naquela inauguração o então reitor da UVA, José Teodoro Soares, o bispo de Sobral, D. Aldo de Cillo Pagotto e a diretora do MDJ, professora Giovana Mont’Alverne para uma plateia de parentes e amigos do padre Palhano, além de funcionários, visitantes e representantes da Prefeitura. A sala a que foi atribuída o nome do sacerdote é pequena, mede pouco mais de 6 metros quadrados. Ali, o visitante do museu pode ter acesso – em fotografias, folhetos e indumentárias – a informações sobre a história de vida do sacerdote que colaborou decisivamente para a aquisição das peças que compõem o acervo na instituição diocesana⁷³⁴.

⁷³² *Padre Palhano de Sabóia Fundador da Rádio Tupinambá* Áudio Arquivo R Tupinambá 01, Canal do Ivo Aragão: Notícias, Vídeos, Imagens e Entrevistas, duração: 1’ 16”.

⁷³³ César Barreto Lima & Saulo Barreto Lima, *Op. cit.*, 2017, p. 362.

⁷³⁴ Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 03 de outubro de 2002*, ano II, n.º 182, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2002, p. 4.

Figura 32 – Inauguração da Sala Padre Palhano no MDJ (2002)



Fonte: acervo do MDJ.

Ao concluir-se o presente ponto, podemos afirmar que importantes contribuições foram feitas pelo padre Palhano para levar adiante os planos colecionistas/museais de D. José, com vista à conceção/melhoramento do seu *museu autorretrato*, passando pela compra de objetos, recolha, registo fotográfico, doações, algumas foram feitas sob a convivência do bispo. Quando o historiador constrói a investigação a partir dos documentos disponíveis, evidenciam-se as suas contribuições em relatos, álbuns de fotografias e nos vestígios de quase três décadas de convivência. Contudo, mesmo que se negue ou menospreze – por razões muitas vezes políticas – a participação direta do padre na criação do museu, ninguém está em condições de negar, e as fontes assim o dizem, a profunda relação que nutriam um pelo outro.

CAPÍTULO 5 – 2.º PERÍODO (1960-1990): LUTO, REFORMAS E REINAUGURAÇÃO

A história do Museu Diocesano de Sobral confundiu-se com a vida de D. José Tupinambá da Frota até ao momento da sua morte. Depois disso, a memória deixada pelo bispo e a significativa rede de relações construídas em torno dele possibilitaram outros caminhos à instituição. Nesse sentido, julga-se significativo relatar os últimos momentos vividos pelo epíscopo em sua residência-palácio-museu e como foi a abordagem das historiografias locais aos seus discursos e ao apuramento dos factos.

Uma vez que estava bastante debilitado desde maio de 1959, atacado por um edema pulmonar, o bispo diocesano cumpriu às ordens médicas, não recebendo visitas e contando apenas com o padre Palhano à cabeceira da sua cama⁷³⁵. Na noite do dia 25 de setembro daquele mesmo ano, às 21:30, o óbito do primeiro bispo de Sobral foi declarado. Os sinos da catedral dobraram-se continuamente, simbolizando a notícia do falecimento do prelado. O prefeito, Padre José Palhano de Sabóia, declarou luto oficial por três dias.

Àquela hora da noite juntou-se uma multidão às portas do Palácio Episcopal para assegurar-se do acontecido e assim prestar homenagem ao pastor e guia espiritual da coletividade católica sobralense. Seguiu-se a exposição do corpo de D. José na sala principal do Palácio, onde primeiro se apresentaram as autoridades locais, os membros do clero e elementos da família (**Figura 33**). Apesar da magnificência do Palácio, o edifício tornou-se insuficiente para receber a grande afluência de pessoas que se aglomeravam na rua. Por conta disso, conforme deliberação do Conselho Diocesano, procedeu-se a transladação do corpo do bispo, que, pela última vez, deixou a sua residência e foi conduzido em procissão até a Igreja do Menino Deus, onde ficou exposto à devoção pública. Segundo o semanário diocesano *Correio da Semana*, “Ao passo em que caminhava vagarosamente o cortejo fúnebre, ouviam-se choros e soluços partidos da incalculável multidão que se comprimia na praça São João, apesar da avançada hora”⁷³⁶.

⁷³⁵ “Gravemente enfermo o bispo de Sobral”, *Diário da Noite*, ano XXXI, n.º 11206, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1959, p. 5.

⁷³⁶ “Grande consternação na cidade – Decretado luto oficial por três dias”, *Correio da Semana*, ano XLI, n.º 46, Sobral, 26 de setembro de 1959, p. 1.

Figura 33 – Padre Palhano ao lado do corpo de D. José, acompanhado de vários populares, no Palácio Episcopal (1959)



Fonte: acervo do MDJ.

Durante toda a noite, centenas de fiéis caminhavam silenciosamente diante do caixão, tocando-lhe nos adornos e insígnias episcopais. Ainda naquela madrugada, por volta das 2h, o seu filho espiritual – o Padre José Palhano – celebrou aos soluços a primeira missa de corpo presente. Pelas 6h, foi o bispo auxiliar quem conduziu a segunda cerimónia, assistida pelo clero, seminaristas, associações pias e pela população que se fez presente⁷³⁷. Conforme regulamentava o Direito Canónico, em virtude do falecimento de D. José Tupinambá da Frota, estiveram reunidos no Palácio Episcopal a 27 de setembro de 1959, os consultores diocesanos, que escolheram como vigário capitular diocesano D. José Bezerra Coutinho até a posse do novo bispo local. O então bispo auxiliar aceitou o cargo, fez o juramento e assumiu o governo da Diocese de Sobral⁷³⁸ (**Tabela 8**).

⁷³⁷ “A Diocese de Sobral perdeu o seu chefe espiritual”, *Correio da Semana*, ano XLI, n.º 47, Sobral, 30 de setembro de 1959, p. 1.

⁷³⁸ “Eleito Vigário Capitular e Ecônomo da Diocese de Sobral, o Exmo. e Revmo Sr Dom José Bezerra Coutinho até que o Vaticano nomeie novo bispo”, *Correio da Semana*, ano XLI, n.º 47, Sobral, 30 de setembro de 1959, p. 1.

Tabela 8 – Bispos de Sobral de 1916 a atualidade

Nome	Período	Notas
José Tupinambá da Frota	24/1/1916-25/9/1959	Nomeado por 11 meses como bispo de Uberaba (6/4/1923 – 10/3/1924)
José Bezerra Coutinho	4/8/1956-28/1/1961	Bispo-auxiliar de D. José, assumindo o bispado após sua morte
João José da Mota e Albuquerque	28/2/1961-28/4/1964	Nomeado arcebispo de São Luís do Maranhão
Walfrido Teixeira Vieira	6/1/1965-18/3/1998	Aposentou-se. Faleceu a 9 de novembro de 2001
Aldo de Cillo Pagotto	18/3/1998-5/4/2004	Foi bispo-coadjutor de D. Walfrido (10/9/1997 – 18/3/1998)
Fernando Antônio Saburido	18/5/2005-1/7/2009	Nomeado arcebispo de Olinda e Recife, Pernambuco
Odelir José Magri	11/10/2010-3/12/2014	Nomeado bispo de Chapecó, Santa Catarina
José Luiz Gomes de Vasconcelos	8/7/2015-atualidade	Foi bispo-auxiliar de Fortaleza, Ceará

Fonte: David M. Cheney, *The Hierarchy of the Catholic Church*, em linha, atual, 2021.

Em virtude da morte do prelado, a Diocese sobralense tornou-se a principal herdeira de seus bens, conforme expresso no testamento do próprio D. José. No referido documento definiu-se que móveis pertencem ao Palácio episcopal e que objetos pertencem ao Museu: “Deixo ao mesmo património da Mitra Episcopal de Sobral, uns quartos, que servem de garagem, sítos na cidade de Meruoca e comprados a Waldemar Teixeira de Albuquerque e a sua mulher: declaro todos os móveis e utensílios que se encontram no Palácio Episcopal de Sobral a ele pertencem, sem exceção de coisa alguma, inclusive a minha biblioteca, que deixo ao Palácio Episcopal com todos os seus livros e estantes; declaro que o Museu Diocesano pertence ao património da Diocese de Sobral, ao qual deixo qualquer parte que me pertence, por compra feita pessoalmente; é meu desejo que se conserve sempre o Museu Diocesano ao qual muito me dediquei, por constituir obra cultural de elevado alcance”⁷³⁹.

O senhor Waldemar Teixeira de Albuquerque dirigiu o Museu Diocesano, juntamente com o monsenhor Francisco Felipe Fontenele e o padre José Palhano de Sabóia, pelo menos até 1959⁷⁴⁰. Contudo, os documentos que estão disponíveis sobre a instituição museal sobralense, durante o bispado de Dom Coutinho, trazem insuficientes informações desde a morte do seu criador até a chegada, em 1961, de um novo bispo que comandaria a Diocese e, conseqüentemente, o MDS. Foi ideia de Dom Coutinho transformar definitivamente o antigo

⁷³⁹ Francisco de Assis Arruda, *Coletânea Genealogia Sobralense*, vol. V, Os Frota, Sobral, s.n., p. 1747-1748.

⁷⁴⁰ MDJ, *Relatório do Museu Diocesano de Sobral*, Sobral, 1959, s/p.

Palácio Episcopal em sede do museu que, a partir daquele momento, passou a denominar-se Museu Diocesano Dom José⁷⁴¹.

Sabe-se que, seguindo os desejos do primeiro prelado, o museu deveria colecionar objetos que remetessem à história, costumes e tradições dos sobralenses, com particular interesse pela “memória de família ou pessoas gradas”⁷⁴². Determinava ainda que as peças nele contidas não se pudessem “vender, presentear, doar ou alienar por qualquer título”⁷⁴³. Contudo, depois do desaparecimento do fundador, não foi possível garantir a total segurança do enorme e valioso acervo. A instituição, órfã do seu benemérito, eventualmente, terá sido alvo de esporádicos furtos e desvio de objetos para colecionadores, presentes para políticos proeminentes e personalidades endinheiradas que ofereceram avultadas quantias pelos objetos ali armazenados.

Ainda assim não se pode afirmar ao certo se alguém se apoderou ou quais foram as peças dali retiradas⁷⁴⁴. Existem apenas acusações e crônicas mal relatadas nas páginas dos jornais da época e alguns processos judiciais, que serão abordadas mais à frente na presente investigação. Até 1962, o museu não possuía nenhum inventário dos seus bens. No ano anterior, em maio de 1961, iniciou-se o consulado episcopal de Dom João José da Motta e Albuquerque, que geriu a diocese até 1964. Natural da cidade de Recife, estudou no Seminário de Olinda, tendo tido uma experiência anterior no bispado na Diocese de Afogado de Ingazeira, no Estado de Pernambuco⁷⁴⁵.

5.1. O primeiro inventário: um instrumento fundamental para conhecimento das peças

Ao assumir o sólio episcopal, o bispo Dom João Motta focou a sua atenção para o acervo reunido pelo seu antecessor. O aglomerado de objetos, sem organização evidente, não dava ao conjunto qualquer ideia de quantidade ou qualidade. Estavam colocados sem outro critério que o de agrupamento por tipologia física, armazenados conforme melhor cabiam nos móveis poeirentos ou dentro dos armários abarrotados, dispersos em oito salas. Foram inicialmente divididos em “coleção de Porcelanas, Cristais, Pratarias, Imagens de madeira e de Marfim, de

⁷⁴¹ Informações gentilmente obtidas por via de troca de mensagens eletrônicas com o atual diretor do MDJ, o professor José Luís Araújo Lira.

⁷⁴² Cartório do Primeiro Ofício de Notas de Sobral, *Op. cit.*, 1951, p. 15.

⁷⁴³ *Idem*, p. 16.

⁷⁴⁴ Regina Raick afirma que “é recorrente no discurso popular a respeito da composição do acervo, referência à roubo e desvio de peças. Em todos os depoimentos colhidos até o presente momento é frequente à menção ao fato de que ‘muita coisa se perdeu’, tendo-se, é importante notar, o cuidado de não se acusar diretamente a ninguém, mas a localizar o fato de que houve perdas exatamente nos períodos em que o Museu estaria mais vulnerável” (Regina Celi Fonseca Raick, *Op. Cit.*, 1999, p. 67).

⁷⁴⁵ “Dom João José Mota de Albuquerque”, *Correio da Semana*, ano 97, ed. 654, Sobral, 7 a 14 de novembro de 2015, p. 3.

sílex, objetos de índios, fosseis, armas, lustres de cristal”⁷⁴⁶, sem fazer qualquer referência às coleções de mobiliário, pintura, adereços e indumentária, o que poderia evidenciar que, provavelmente, julgassem tais coleções como secundárias. Para Bruno Brulon, “as categorias que permitem a distinção entre objetos ou coleções no interior de um museu são construídas por critérios estabelecidos de acordo com a cultura de quem detém o poder sobre a classificação. Neste sentido, a definição das fronteiras classificatórias e os limites que determinam a distinção se dão por meio de um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima a classificação”⁷⁴⁷. A partir dessa definição, pode-se concluir que o primeiro bispo dividiu os objetos que colecionou seguindo os seus critérios de preferência, presumivelmente de acordo com o tipo de uso do bem e o seu valor monetário. Como anteriormente mencionado, Gustavo Barroso já havia reconhecido a importância económica daquele conjunto museológico, bem como as condições precárias da organização do acervo.

No início dos anos 1960, a situação aparentava ser a mesma dos primórdios do museu e urgia arranjar-se uma solução para arrumar devidamente as peças com vista à sua valorização, de acordo com a função cultural e patrimonial da instituição. Seguindo o raciocínio expresso numa fonte da época, “Embora importantíssimo, o acervo permanecia distribuído arbitrariamente em salões e corredores do imenso palácio episcopal, sem qualquer espécie de tombamento, classificação e funcionamento que lhe desse o caráter de Museu”⁷⁴⁸.

O edifício, que de Palácio episcopal se convertia em Museu, serviu como instrumento do poder para reforçar os ideais e a afirmação de D. José como a grande figura interventora de Sobral, particularmente na construção da sua memória. O modelo de ordenação escolhido carregava em si a antiga conceção de museu-armazém, qual “necrópole do património”⁷⁴⁹, quer pela arrumação e conservação do acervo, quer ainda pelo seu distanciamento com o público. Importa recordar que, em contraponto a imagem de património necrófilo – que serve “para tyrannizar a vida, a história, a cultura; para aprisionar o passado e aprisionar os seres e as coisas no passado e na morte”⁷⁵⁰ –, o museólogo Mário Chagas abordou nas suas pesquisas a perspetiva de uma museologia biófila, impulsionadas “como práticas comprometidas com a vida, com o presente, com o quotidiano, com a transformação social e são eles mesmos entes e

⁷⁴⁶ MDJ, *Relatório do Museu Diocesano de Sobral*, Sobral, 1959, s/p.

⁷⁴⁷ Bruno Brulon, “Os objetos de museu, entre a classificação e o devir”, *Informação e Sociedade*, vol. 25, n.º 1, p. 29.

⁷⁴⁸ “Museu de Sobral”, *Diário de Pernambuco*, ano 1963, n.º 175, Recife, 22 de agosto de 1963, p. 6.

⁷⁴⁹ José Amado Mendes, *Op. cit.*, 2013, p. 61.

⁷⁵⁰ Atende-se a Mário Souza Chagas, “Museus, memórias e movimentos sociais”, *Cadernos De Sociomuseologia*, n.º 41, 2011, p. 7.

antros em movimento”⁷⁵¹, acionadas pelos movimentos sociais enquanto intervenientes entre tempos, grupos sociais e experiências diversas. Esta perspetiva, mais condizente com a contemporaneidade da definição do que é museu e dos referenciais teóricos da museologia, seria ideal para uma revisão organizacional da instituição em análise.

Face ao exposto, nota-se que o modelo de organização do MDJ vai ao encontro dos ideais de um grupo social hegemónico, que conseguia elevar a sua narrativa no espaço público e que, naqueles dias, mantinham-se agarrados às glórias do passado, ao controlo da sociedade pela elite e, assim, tendo o poder de aplicar o silenciamento e esquecimento da memória de diferentes grupos sociais.

O pó acumulava-se sobre os objetos expostos, algumas peças partiam-se em virtude da incúria e por muito tempo ninguém desfrutou do museu como espaço de imaginação, conhecimento ou lazer. Dom João Motta solicitou o auxílio do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), que respondeu com o envio de dois profissionais para a identificação do acervo: o museólogo Abelardo Rodrigues e o pintor Adão Pinheiro. De acordo com o *Diário de Pernambuco* de 22 de agosto de 1963, “O trabalho preliminar consistiu em conhecimento das peças de prata e ouro e outros metais, seguindo-se a divisão da prataria em dois conjuntos, o religioso e o utilitário”⁷⁵².

Depreende-se, do artigo anteriormente citado, que na primeira visita dos profissionais ocorreu a identificação e divisão do acervo de acordo com as suas características. Dessa feita, a historiografia e o *Livro borrão para o tombamento* apontam Adão Pinheiro – que trabalhou no acervo entre janeiro de 1962 e março de 1963 – como o autor do primeiro registo que deu origem a um “Livro de Tombo das peças do Museu Diocesano de Sobral”⁷⁵³. Depois de efetuada a referida separação de peças, Pinheiro trabalhou no “tombamento de cerâmica em geral, candeeiros e lampiões, louça, opaline, cristal e vidro; tombamento de armas (fuzis, clavinotes, adagas, punhais, sabres, espadas, floretes)”⁷⁵⁴. Registou durante aqueles meses de trabalho 4252 objetos segundo consta no *borrão*, listando em colunas: a data do arrolamento, o número do tombo, a denominação que atribuiu ao objeto, a origem e um campo de observação (**Figura 34**).

⁷⁵¹ *Ibidem*.

⁷⁵² “Museu de Sobral”, *Op.cit.*, p. 6.

⁷⁵³ Atenda-se a Manuelina Maria Duarte Cândido, *Op. cit.*, 1998, p. 54 e 55. Adão Pinheiro, *Livro borrão para o Tombamento*, Sobral, 1963.

⁷⁵⁴ “Museu de Sobral”, *Op.cit.*, p. 6.

Figura 34 – Páginas iniciais do Livro borrão para o tombamento (1962)

abreviações utilizadas		objeto	proced.	observ.
c = ouro				
s/c = prata				
/ = com, de, sobre, e				
[?] = dúvida sobre origem, ou natureza do objeto.				
des = desenhos (decoração)				
As peças minúsculas com c logo depois de denominação são classificadas e c/fiche individual				
ANO: 1962				
MÊS: Jan				
DIA: 16				
24	1	Amula de ouro ^c		
	2	Amuladia de ouro ^c		
	3	Amula de prata sec. 18 ^c	Sobral	
	4	Naveta de prata sec. 18 ^c		
	5	Naveta de prata sec. 18 ^c		
	6	Naveta de prata ^c		
	7	Naveta de prata ^c		
	8	Naveta de prata ^c		
	9	Naveta de prata ^c		
	10	Naveta de prata ^c		
	11	Castiçal de prata sec. 18 ^c		dúvida no nome c/mon
	12	" " " " " "		" " " " "
	13	Calice de prata	Vinhosa-Ce	s/c
	14	Calice de prata		s/c
	15	Calice de prata		s/c
	16	Castiçal de prata	Pancl no 19	c. c/mon
	17	Castiçal de prata	Pancl no 24	c. c/mon
	18	Castiçal de prata	Pancl no 25	c/mon
	19	Castiçal de prata		pancl no 16
	20	Castiçal de prata		s/c
	21	Castiçal de prata		s/c
	22	Castiçal de prata		c
	23	Castiçal de prata		c
	24	Castiçal de prata	Pancl no 18	c
	25	Castiçal de prata		c. pancl no 18
	26	Castiçal de prata		c
	27	Castiçal de prata		c
	28	Castiçal de prata		s/c
	29	Castiçal de prata		s/c
	30	Castiçal de prata sec. 18 ^c		s/c
	31	" " " " " "	Pancl no 35	s/c
	32	Castiçal de prata		

Fonte: acervo do MDJ.

Deixou de lado quaisquer informações a respeito da coleção de Numismática⁷⁵⁵. Entretanto, a transcrição do trabalho manual de Pinheiro no *Livro de Tombo*, executado dessa vez em fichas tipografadas e datilografadas, assinala um total de 4475 itens inscritos (**Tabela 9**), cujos dados foram introduzidos até maio de 1964, um ano após a passagem do artista pernambucano pelo museu. Desconhece-se quem prosseguiu o trabalho, uma vez que não registou o seu nome no campo de assinatura⁷⁵⁶.

⁷⁵⁵ Adão Pinheiro, *Op. cit.*, 1963, p. 69. A museóloga Manuelina Maria Duarte Cândido indica 23527 peças naquele período. Acredita-se ainda que esse número incluiu os objetos da coleção de Numismática, que não tiveram lugar no primeiro inventário realizado por Adão Pinheiro. Veja-se Manuelina Maria Duarte Cândido, *Imagens de vida, trabalho e arte. Um estudo de caso de documentação museológica: a coleção de imaginária do Museu Dom José (Sobral – Ceará – Brasil)*, em linha, 1.ª edição, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1998, p. 54-55.

⁷⁵⁶ Museu Dom José, *Museu Diocesano – Sobral-Ceará – Livro de Tombo*, Sobral, 1964, s/p.

Tabela 9 – Quantitativo de objetos registados no Livro de Tombo do MDS (1962-1964)

Coleções	Quantidade
Louçaria	2103
Diversos (Utensílios domésticos, litúrgicos, indumentária, etc.)	773
Cristais	616
Arte Sacra	431
Utensílios indígenas	376
Móveis	110
Armas do Império	66
Total	4475

Fonte: acervo do MDJ.

No seu trabalho, Pinheiro inscreveu os objetos de maneira aleatória, por vezes listando repetições da denominação do objeto, dando a entender que estavam todos numa mesma vitrine e o artigo inviabilizou a sua diferenciação de outra peça, a não ser pelo número de tombo que atribuía. De acordo com o esboço inicial, a listagem foi caracterizada por conter uma numeração ordinal, uma descrição resumida e um campo destinado a registar a origem ou qualquer outra observação sobre o bem, e que nem sempre ficavam preenchidas (**Figura 35**).

Figura 35 – Página inicial do primeiro Livro de Tombo (1962)

ANO : 1962

Mês : JANEIRO

MUSEU DIOCESANO

Sobral-Ceará LIVRO DE TOMBO

Nº. /Tombo	OBJETO	Procedência / Obs.
1	Âmbula de ouro. <i>ambulas</i>	A.34,5 P.1.100
2	Custódia de ouro. <i>custódia</i>	A.45 P.1.100
3	Âmbula de prata, dourada internamente.	Transcrição da nota que acompanha a peça: "Esta ambula foi feita em Sobral pelo ourives José da Silva Netta e pertencia à Matriz de Sobral.- Custou 50\$000, conforme recibo de 6 de abril de 1792, inclusive prata,feitiço e douradura. (Cf. Livro de Actas da Irmandade de SS. Sacramento de Sobral)."
4	Naveta de prata.	A.23,5 P.490g
5	Naveta de prata.	P. A.18cm P.800g
6	Naveta de prata. [Inscr. no tampo: DORES e]	A.11,5 P.750g
7	Naveta de prata.	A.15cm P.300g
8	Naveta de prata.	A.13,5 P.115g
9	Naveta de prata.	A.12,5 P.570g
10	Naveta de prata.	P. A.15,5 P.550g
11	Castiçal grande de prata. [Inscr. na base: "ANNO D 1751 P 543 8 "]	P. A.16cm P.700g
12	Castiçal grande de prata. [Inscr. na base: "ANNO D 1751 P 550 8 "]	P. A.60cm P.3.600
13	Cálice de prata.	A.60cm P.3800
14	Cálice de prata.	A.26,5 P.800g
15	Cálice de prata.	A.29,5 P.1.000
16	Castiçal de prata. [Par c/ nº 19]	A.29cm P.1.000
17	Castiçal de prata. <i>com um</i> [Par c/ nº 24] <i>usada 1768</i>	P. Igr.N.S. de Rosário/Sobral. A.22cm P.500g
18	Castiçal de prata. [Par c/ nº 25]	P. Igr. N.S. de Rosário/Sobral. A.22cm P.500g

Rubrica :

Fonte: acervo do MDJ.

Dada a relevância que representa para a reflexão museológica, é verdadeiramente significativo a preservação do livro do tombo e o seu rascunho, reconhecendo, inclusive, ser visto como parte do acervo patrimonial, por se constituir no inventário mais antigo sobre o acervo do MDJ, para além da vertente prática de auxílio aos trabalhos atuais de catalogação dos objetos que ainda não foram convenientemente documentados.

Mais conhecido pelo seu trabalho como artista, o pernambucano Adão Pinheiro, teve também funções na Diretoria de Turismo da Prefeitura de Olinda e no Atelier e Galeria de Arte da Ribeira, organizando mostras de pinturas da sua autoria e de outros artistas, bem como de exposições de arte de vários colecionadores⁷⁵⁷. Por sua competência nessa área, além de inventariar o acervo, foi cuidadoso na organização e compôs o arranjo dos quadros em “disposição nas paredes do corredor do andar térreo do palácio; reunião e proteção de documentos entre os quais vale se incluir cartas patente do Império, cartas de alforria, retratos antigos e daguerreótipos e álbuns; breviários, alguns do século XVIII; reunião e conservação de vários trajes eclesiásticos, interessantes pela magnificência de decoração e valor histórico”⁷⁵⁸. Pinheiro não deixou de reconhecer a importância dessa parte documental do acervo, que não havia sido citada no primeiro relatório de 1959.

O jornal *Diário de Pernambuco* avançou ainda que, de acordo com o bispo Dom João Motta, “empenha-se o IJNPS na aquisição da sede adequada para a constituição do Museu de Sobral, que possivelmente será localizada num sobrado colonial do século XIX, depois da necessária adaptação e que abrigará um dos mais importantes acervos brasileiros pela quantidade e pela qualidade de peças”⁷⁵⁹. Desconhece-se que outro edifício da cidade esteve na iminência de abrigar o museu de D. José ou mesmo se a Diocese teria alguma intenção de transferir do edifício o acervo por meio do Instituto Joaquim Nabuco.

5.2. Falta aqui alguma coisa: acusações e subtrações ao museu

Para além de D. José, o padre José Palhano de Saboia, de igual modo, conhecia de fio para pavo o acervo do museu. Antes do inventário de Adão Pinheiro, as peças estavam registadas apenas num álbum de fotografias cuja propriedade lhe pertencia. Palhano envolveu o nome de Adão Pinheiro numa discussão que teve com o terceiro bispo de Sobral, Dom Walfrido Teixeira, 15 anos após a passagem do artista pelo museu.

⁷⁵⁷ Fernando Barreto, “Arte Religiosa e Mostra na Ribeira”, *Diário de Pernambuco*, ano 1965, n.º 86, 15 de abril de 1965, Recife, 1965, p. 11.

⁷⁵⁸ “Museu de Sobral”, *Op. cit.*, p. 6.

⁷⁵⁹ *Ibidem*.

Eis a acusação pública que o padre fez ao artista: “Sei que 60% das peças desaparecidas foram levadas para uma exposição na Ribeira, na cidade de Olinda, Pernambuco, onde se instalou um antiquário dirigido por um tal Adão, ligado a D. Valfrido. Até em Paris há peças furtadas do nosso museu”⁷⁶⁰. Palhano equivocava-se ao relacionar Adão Pinheiro a Dom Walfrido, pois o bispo baiano assumiu a diocese em 1965, mas o padre acusou-o pelo facto de que, à época, o artista teria organizado três exposições em Olinda com temáticas relativas ao acervo do museu de Sobral.

Porém, não se pode deixar de questionar se Palhano visitou ou esteve presente nas referidas exposições em Pernambuco, uma vez que movimentava-se habitualmente entre Brasília e Sobral – de acordo com as funções que detinha na época de deputado estadual – ou se apenas imaginou e criou uma cortina de fumo para esconder alguma das suas próprias atitudes. Naquela época, igualmente, acusaram-no “de doar bens do Museu a políticos eminentes para lhes conquistar as simpatias, de ter fundido preciosas moedas de ouro, para delas fazer jumentinho, dado de presente à dona Eloá Quadros, às vésperas da renúncia de Jânio à Presidência da República”⁷⁶¹, como salienta Lustosa da Costa em *Clero, nobreza e povo de Sobral*. “Certo mesmo é que mandou para o Palácio do Alvorada, jumentos, veados, emas e tatus”⁷⁶², completou ainda o jornalista.

Sabe-se também que pelo menos três exposições envolveram os nomes de Abelardo Rodrigues e Adão Pinheiro e objetos que se relacionavam ao conjunto eclético de bens pertencentes ao museu de Sobral. A primeira delas realizou-se em 12 de junho de 1963, no Teatro Santa Isabel, no Recife, sob a designação de *Casa Grande e Senzala*, “organizada pelo colecionador Abelardo Rodrigues e patrocinada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Em comemoração ao trigésimo aniversário do livro *Casa Grande e Senzala*, do sociólogo Gilberto Freyre. O pintor Adão Pinheiro auxiliou na organização da exposição”⁷⁶³, segundo um artigo daquele dia no jornal *Última Hora*. Em conjunto, inauguraram a segunda exposição a 29 de novembro de 1964, na Galeria da Ribeira em Olinda, a que intitularam “Exposição de Oratórios do Século XVII e XVIII”⁷⁶⁴. A terceira mostra de carácter expositivo

⁷⁶⁰ No ano de 1977, o padre José Palhano chamou à atenção para o extravio de peças do museu, afirmando que as mesmas foram retiradas da instituição diocesana. Ele também foi acusado por outros sacerdotes da Diocese de Sobral de oferecer presentes a políticos e às suas esposas a partir de peças oriundas do espólio do museu de Dom José. Egídio Serpa, “Padre político acusa Bispo e provoca crise no Ceará”, *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n.º 296, 1.º de fevereiro de 1977, Rio de Janeiro, 1977, p. 14.

⁷⁶¹ Lustosa da Costa, *Clero, Nobreza e Povo de Sobral*, 2.ª edição, Fortaleza, Editora ABC, 2004, p. 38.

⁷⁶² Lustosa da Costa, *Op. Cit.*, 2004, p. 39.

⁷⁶³ “Inaugura hoje exposição: Riquezas da Casa Grande e torturas das Senzalas!”, *Última Hora*, ano 1963, n.º 329, 12 de junho de 1963, Recife, 1963, p. 18.

⁷⁶⁴ “Academia Olindense de Letras”, *Diário de Pernambuco*, ano 1964, n.º 292, 20 de dezembro de 1964, Recife, 1964, p. 7.

foi promovido pelo atelier Galeria da Ribeira e pela Diretoria de Turismo da Prefeitura de Olinda, em abril de 1965, e que continha características de uma exposição de arte religiosa onde, para além de pinturas, foram “apresentados desenhos e esculturas, uma coleção de imagens e talhas barrôcas pertencentes ao sr. Abelardo Rodrigues”⁷⁶⁵. Adão Pinheiro organizou outras exposições, incidindo algumas delas sobre indumentárias eclesiásticas da Sé de Olinda, com quem tinha uma relação próxima e, provavelmente, pela qualidade do trabalho efetuado nessas iniciativas que terá sido decisivo para o inventário do acervo do museu diocesano de Sobral, numa altura em que um bispo olindense conduzia a mitra.

Quando Dom Walfrido Teixeira Vieira assumiu a diocese de Sobral em 1965, o diretor responsável pela instituição museal era o monsenhor Joaquim Arnóbio de Andrade. Naquela altura, o museu dividia o espaço da sua instalação com a Radio Educadora do Nordeste⁷⁶⁶ e, durante o período noturno, duas freiras da Congregação das Missionárias Reparadoras do Coração de Jesus – as irmãs Pimentel e Hélia –, dormiam no edifício com o propósito de evitar furtos ao acervo. Vários populares não deixaram de alertar que, durante as madrugadas, teriam visto indivíduos com escadas para entrar no prédio quer pelas janelas ou mesmo pelo telhado, ambos em péssimo estado de conservação⁷⁶⁷. Durante toda a década de 1960, os objetos do acervo não estavam adequadamente protegidos e tampouco eram devidamente limpos, por falta de conhecimento técnico e pessoal disponível para o serviço. Algumas vezes as irmãs da congregação criada por monsenhor Arnóbio faziam algumas tarefas de limpeza, no entanto a sua delicadeza incidia mais no edifício do que propriamente no acervo.

5.3. Intervenções para se evitar um fim lastimável

O estado de abandono do museu não deixa de estar evidenciado na carta enviada ao diretor do DPHAN, Renato Soeiro, a 19 de novembro de 1969, pelo arquiteto José Liberal de Castro, docente da Faculdade de Artes e Arquitetura da UFC. Uma comitiva, formada pelo professor e por alunos do curso de arquitetura da universidade, tinha como objetivo analisar alguns elementos arquitetónicos de relevância artístico-cultural para os cearenses, como por exemplo o Teatro São João – que naquele momento estava quase em ruínas e necessitava de um levantamento técnico aprofundado – e o célebre, porém ignorado, museu diocesano da

⁷⁶⁵ Fernando Barreto, *Op. cit.*, 1965, p. 11.

⁷⁶⁶ As chuvas do ano de 1965 obrigaram a rádio a desligar os seus transmissores que foram inutilizados pelas águas. Atende-se a “Ceará: Sobral ficou coberta pelas águas”, *Última Hora*, ano XIV, n.º 1534, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1965, p. 2.

⁷⁶⁷ Museu Dom José, *Fases Administrativas*, Sobral, 1997, p. 1; Angélica Lourenço Carneiro, *Angélica Lourenço Carneiro: depoimento*, 22 de julho 2019, entrevistador: António Luciano Morais Melo Filho, Sobral, 2019, 1 arquivo wav (23 min.).

cidade. No citado ofício, o profissional cearense asseverou que desde a gestão anterior do DPHAN, então conduzido por Rodrigo Melo Franco de Andrade (de 1937 a 1967)⁷⁶⁸, havia sido solicitado uma visita ao enorme conjunto material eclético que compunha o acervo do museu. O professor compreendia que, por falta de instalações adequadas, todos aqueles materiais patrimonialmente relevantes se amontoavam nos salões, o que dificultava a sua contemplação para além da insuficiente informação, sem qualquer cuidado ou apresentação estética. Castro foi informado pelo padre Egberto Rodrigues de Andrade, secretário da Diocese, da possibilidade de desvio de objetos, dadas as condições de insegurança. A própria Diocese mantinha o museu sempre fechado, impedindo conscientemente a sua abertura a desconhecidos⁷⁶⁹.

Acredita-se que a visita do professor levou a diocese de Sobral a procurar apoios e verbas para o equipamento cultural porque no ofício de Castro este deu indicações de quais seriam as possibilidades para a consolidação da ajuda necessária para a abertura da instituição ao público. Atenda-se ao que foi redigido na referida missiva:

Ignoro as reais possibilidades de atendimento do DPHAN a qualquer problema de recuperação do Museu. Pelo que suponho, mesmo que houvesse condições, já nada se conseguiria consignar para o exercício de 1970, exceto a inclusão de pequena verba nos eventuais do orçamento, com a ajuda da qual se pudesse tentar classificar o material em fichários adequados (são duas mil peças!).

A Diocese pode por à disposição do Museu amplo edifício, o qual naturalmente teria de ser adaptado para o fim pertinente, demandando despesas que a sua tesouraria, pobre, não tem condições de atender.

Há possibilidade de ajuda do Estado, através da Secretaria de Cultura, cujas dotações são, lamentavelmente, exíguas. A Universidade Federal do Ceará também em nada pode contribuir, salvo se se conseguisse incluir, à guisa de serviços de extensão cultural, alguma verba nas dotações destinadas à Faculdade de Filosofia Dom José, de Sobral, ligada à Diocese e agregada à Universidade.

Não julgo que qualquer destes caminhos conduza a uma solução efetiva. Creio que somente a possibilidade de um convênio entre a DPHAN e a Diocese, cujas bases

⁷⁶⁸ “Rodrigo Melo Franco de Andrade nasceu em 17 de agosto de 1898, em Belo Horizonte (MG). [...] em 1936, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, aprovou o projeto de Mário de Andrade, que propôs a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Mário, que até então dirigia o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, indicou o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade para a direção do Sphan. Ele assumiu a direção oficialmente em 1937 e durante 30 anos dedicou-se à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. A partir daí, a proteção dos bens patrimoniais do país passou a ser sua atividade principal, deixando em segundo plano a literatura, o jornalismo e a advocacia. [...] Essa primeira fase do Iphan, em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve no comando, é conhecida como a fase heroica, já que além de contribuir para o fortalecimento da instituição, também foi necessário estabelecer uma série de medidas para preservar o patrimônio histórico e cultural do Brasil. [...] Em 1967, Rodrigo deixou a presidência do Sphan, mas não se afastou de vez da instituição, pois permaneceu presente como integrantes do Conselho Consultivo, até o dia de a sua morte, em 11 de maio de 1969. Inúmeros textos escritos por Rodrigo foram reunidos e publicados, pelo Sphan/Fundação Pró-Memória, sob os títulos Rodrigo e o seus Tempos: coletânea de textos sobre artes e letras (1985) e Rodrigo e o Sphan: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural (1987)” (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Rodrigo Melo Franco de Andrade*, em linha, Brasília, 2014, s/p.).

⁷⁶⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Ofício de Liberal de Castro ao Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Fortaleza, 19 de novembro de 1969, p. 1-2.

poderiam começar a ser gradativamente discutidas, evitaria um final lastimável ao esforço prolongado e persistente de D. José, na tentativa de preservar obras ameaçadas da ação predatória e rapina e, ao mesmo tempo, de legar à sua cidade de Sobral e ao Ceará uma instituição merecedora de todo o apreço e respeito dos pósteros⁷⁷⁰.

Com o passar do tempo, os diretores do museu diocesano de Sobral não prestaram a devida atenção à conservação das suas coleções ou à manutenção do edifício em geral. Ainda que, durante as décadas de 1950 e 1960, se salientasse a importância da conservação das coleções e o papel educacional dos museus no panorama museológico nacional⁷⁷¹, no caso sobralense tais recomendações não foram eficientes ou até mesmo praticáveis. À Diocese de Sobral faltavam recursos suficientes para um investimento contra a deterioração do acervo, podendo ainda acontecer que os próprios diretores da instituição não conseguissem convencer os responsáveis financeiros da importância do investimento em operações de limpeza, reparação e manutenção, com vista a assegurar o futuro do espaço museal.

Ainda sobre a referida correspondência pode-se pôr em evidência a orientação de Soeiro, escrita a próprio punho, como resposta ao assunto tratado por Castro, afirmando que não acreditava que o DPHAN dispusesse de recursos suficientes para adaptar o edifício disponibilizado pela Diocese ao museu, sugerindo que o assunto deveria ser enviado ao conhecimento do Conselho Federal de Cultura (CFC)⁷⁷². Fundado em 1966 e inaugurado pessoalmente pelo presidente Castelo Branco, a referida instituição promoveu um esforço significativo para a integração cultural do país, pretendendo que a sua criação correspondesse “à necessidade do Regime de elaborar uma determinada visão de cultura mais adequada aos seus interesses. Em outras palavras, a função do CFC pode ser entendida como a de defesa da ‘cultura legítima’ segundo a ótica estatal”⁷⁷³. O assunto do museu diocesano de Sobral foi tratado em sessão plenária de 5 de dezembro de 1969 do CFC, cujo relatório foi efetuado pela voz do próprio Soeiro na Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para ele, o DPHAN teria competência para auxiliar o museu sobralense, pois respondia à sua finalidade de criação e manutenção destes tipos de organismos de caráter museísticos, e poderia “providenciar o levantamento da atual situação do museu, com o objetivo de estimar as obras

⁷⁷⁰ *Ibidem*.

⁷⁷¹ Myrian Sepúlveda dos Santos, *Op. Cit.*, 2004, p. 54.

⁷⁷² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Op. Cit.*, 19 de novembro de 1969, p. 2.

⁷⁷³ Alexandre Barbalho, “Orientando a Cultura: O Conselho de Cultura do Ceará nos anos 1960-70”, *Políticas Culturais Em Revista*, Salvador, n.º 1, 2008, p. 9.

necessárias não só a sua adequada instalação no prédio oferecido pela diocese, como também à apresentação conveniente de suas peças”⁷⁷⁴.

O relator acreditava que, após o levantamento estimado de custos dos trabalhos a serem executados no edifício, e ouvido o Conselho de Cultura do Ceará, poderiam estabelecer um acordo entre a Secretaria de Cultura do Governo do Estado, com a participação do CFC e do DPHAN, que visasse dar condições de funcionamento ao museu diocesano de Sobral. Com as poucas informações que detinha da instituição, Soeiro referiu que o DPHAN havia solicitado “reiteradamente outros dados importantes à direção da entidade, como histórico de sua fundação, catálogo ou inventário de suas coleções e, bem assim, programa e projeto de sua sede definitiva, cuja construção foi anunciada em 1954”⁷⁷⁵. Ao que indicam as fontes, o museu não dispunha dessas informações plenamente estruturadas e os pedidos por parte dos órgãos federais repetiram-se nos anos seguintes para que, com um levantamento atualizado do estado do espaço museal, os resultados aos pedidos de apoio fossem mais satisfatórios.

A primeira década sem a presença física do seu idealizador foi um período de grandes incertezas para a história do MDJ, com as portas do palácio episcopal fechadas à visita pública. As coleções permaneciam dentro de alguns armários envidraçados ou sobre mesas nas salas dedicadas à preservação das coleções no antigo palácio, parecendo um armazém de objetos antigos. Ironicamente, o acervo que pretendia guardar os aspetos da vida diária do passado do povo sobralense, deteriorava-se com as intempéries e cobria-se de pó. A Diocese de Sobral tinha a noção que manter uma instituição museal aberta seria um trabalho árduo e exigiria avultados investimentos. Contudo, o edifício e o seu recheio eram os maiores exemplos de abandono.

Crescia por todo o país, juntamente com o interesse do DPHAN, uma ânsia geral que visava a preservação dos bens culturais do passado. Esta inquietação canalizada para a proteção patrimonial foi provocada, sobretudo, depois que Jarbas Passarinho – ministro da Educação e Cultura no período de 1969 a 1974 –, ter convocado uma grande reunião na capital Federal em abril de 1970. O primeiro Encontro dos Governadores sobre a Defesa do Património Histórico e Artístico do Brasil reuniu, naquela ocasião, o presidente do IHGB, a direção do DPHAN, os representantes dos Estados e outras lideranças nacionais, com o objetivo de conceber diretrizes que garantissem a proteção do património histórico e artístico nacional. O historiador cearense Raimundo Girão, então secretário estadual de Cultura, assinou, junto dos seus pares

⁷⁷⁴ Renato Soeiro, “N.º 810 — Processo CFC n.º 004/69 — Museu Diocesano Dom José — (Sobral — CE) — Auxílio a fim de ser instalado em outro local para permitir visitação pública”, *Cultura*, Conselho Federal de Cultura, MEC, ano 4, n.º 32, Rio de Janeiro, fevereiro de 1970, p. 46.

⁷⁷⁵ *Ibidem*.

representantes de cada delegação, o *Compromisso de Brasília*, redigido por Pedro Calmon (conselheiro do CFC)⁷⁷⁶.

O documento final do Encontro de Governadores salientou como deveriam atuar as esferas do poder público no âmbito cultural e enalteceu a necessidade de incluir nos currículos escolares, em diferentes ciclos de ensino, matérias que valorizassem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, como elemento básico para a formação da consciência nacional. Segundo o raciocínio da historiadora Vanessa Carneiro da Paz, “Com 23 tópicos, esse documento preconizava a política de proteção dos monumentos, privilegiando o património de *pedra e cal* e destacando a urgente necessidade de estados e municípios adotarem medidas que complementassem a ação federal na proteção dos bens culturais de valor regional”⁷⁷⁷.

O *Compromisso de Brasília* indicou, de igual modo, as estratégias que visavam a preservação dos bens culturais, entre as quais se destacam:

- a divisão da responsabilidade de “proteção dos bens culturais de valor nacional”, estendendo-se ao nível dos Estados e Municípios;
- a preocupação com os bens naturais;
- a criação de cursos para formar “arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivistas e museólogos de diferentes especialidades”, devido à falta de mão de obra especializada;
- a inserção “nos currículos escolares, de níveis primário, médio e superior, de matérias que versem sobre o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas minerais e de cultura popular”;
- a preservação do acervo arquivístico com a finalidade de evitar-se a destruição de documentos;
- o incentivo à criação de museus regionais, que documentassem a formação histórica, “tendo em vista a educação cívica e o respeito a tradição”;
- a recomendação de que os Estados confiassem “a especialistas a elaboração de monografias acerca dos aspectos socioeconómicos regionais e valores compreendidos no respectivo património histórico e artístico”;

⁷⁷⁶ Conselho Federal de Cultura, *Cultura*, MEC, ano 4, n.º 34, Rio de Janeiro, abril de 1970, p. 5. Sobre o Encontro de Governadores e o CFC consultar Vanessa Carneiro da Paz, *Encontros em defesa da cultura nacional: O Conselho Federal de Cultura e a regionalização da cultura na ditadura civil-militar (1966 – 1976)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, em linha, Rio de Janeiro, 2011, p. 92 a 99.

⁷⁷⁷ Vanessa Carneiro da Paz, *Op. Cit.*, 2011, p. 97.

- a informação de que competia às Secretarias dos Estados a devida divulgação e promoção do seu acervo dos bens culturais;
- a “necessidade permanente do entrosamento com a Hierarquia eclesiástica e superiores de Ordens Religiosas e confrarias, para que todas as obras que venham a efectuar em imóveis de valor histórico ou artístico em sua posse” sejam precedidas de acordos com os órgãos de proteção dos monumentos⁷⁷⁸.

Aquele *Compromisso* rendeu frutos em Sobral. A diocese da cidade movimentou-se para aproveitar a onda de apoio ao património cultural nacional, com Dom Walfrido a nomear, para o cargo de direção do museu diocesano, o monsenhor Sabino Guimarães Loiola, em 5 de novembro de 1970⁷⁷⁹. Sob a sua direção, Loiola sabia que era preciso organizar a instituição e os documentos que faltavam para que o estabelecimento pudesse ter acesso ao devido apoio estatal. Tais ajudas financeiras, bem como a presença de mão-de-obra especializada, ajudariam a resolver as principais complicações de estrutura do edifício, bem como da limpeza e devida organização museológica para que se conseguisse abrir as portas ao público.

Mediado por Raimundo Girão (1900-1988), primeiro titular da pasta da Secretaria de Cultura do Ceará (1966-1971), um acordo foi assinado entre a Diocese de Sobral, a Prefeitura da cidade e o Governo do Estado do Ceará, que levou à disponibilização de orçamento para melhorias a efetuar no edifício. Um jornal local deu conta de que Girão telefonara diversas vezes para acompanhar o evoluir das obras, pressionando a autoridade diocesana a fixar uma data para a abertura ao público do museu⁷⁸⁰. Como Secretário de Estado, o historiador legitimou-se pela distinção do seu conhecimento em Cultura e garantiu o precioso capital simbólico e social outorgado pelo comando do poder estatal⁷⁸¹.

Na *Coluna da Cidade*, o jornalista José Maria Soares descreveu a visita do governador Plácido Aderaldo Castelo e a restante comitiva a Sobral, formada por membros da sua administração e por convidados, que “vieram assistir a entrega pelo Chefe do Executivo cearense, do velho casarão da Avenida Dom José (antigo Palácio Episcopal), transformado num colorido de valiosos tesouros – o novo Museu Diocesano Dom José”⁷⁸². Na tarde de 10 de março de 1971, o museu foi reinaugurado. As portas reabriram-se apenas para aqueles que

⁷⁷⁸ Conselho Federal de Cultura, *Cultura*, MEC, ano 4, n.º 34, Rio de Janeiro, abril de 1970, p. 127 e 128.

⁷⁷⁹ Museu Dom José, *Atestado de funcionamento*, Sobral, 10 de outubro de 1972, s/p.

⁷⁸⁰ “Museu será inaugurado dia 10: Presente o Governador Plácido Castelo”, *Correio da Semana*, ano 53, n.º 47, Sobral, 6 de março de 1971, p. 1.

⁷⁸¹ Alexandre Barbalho, *Op. Cit.*, 2008, p. 5. Pierre Bourdieu, *Op. Cit.*, 1989, p. 10 e 11.

⁷⁸² José Maria Soares, “Coluna da Cidade: Museu”, *Correio da Semana*, ano 53, n.º 48, Sobral, 13 de março de 1971, p. 6.

tinham sido selecionados arbitrariamente a validar a relevância do museu de Sobral que, segundo opinião do jornalista, “converteu-se, agora, de facto, no terceiro Museu do País, conforme classificação do imortal historiador Gustavo Barroso, e, confirmação de várias personalidades que estiveram presentes à nossa cidade, e, se deslumbraram com as raridades ali expostas”⁷⁸³. Tal validação por um público selecionado, composto por membros dos grupos hegemónicos – elementos do poder público, da sociedade civil e da Igreja –, contribuía para a “legitimação da ordem estabelecida”⁷⁸⁴ pela “cultura dominante”⁷⁸⁵, afastando da instituição museal a restante parte da população sobralense.

Para otimizar o capital de notoriedade do impacto da inauguração e da novidade da (re)abertura de um museu na cidade, prepararam-se mais de 30 salas, principalmente aqueles compartimentos da ala onde residia o bispo, sendo beneficiadas para receber o mobiliário que guardava os “conjuntos de porcelana, ricos lustres, candelabros, turíbulos, taças, imagens, pianos, móveis, enfim, um mundo de encantamento”⁷⁸⁶. O arranjo museográfico ficou a cargo do museólogo Henrique Barroso e dos cooperantes da secretaria de Cultura, Stênio Carvalho Lima, Themes Araújo, Heloísa Juaçaba e Nair Barroso⁷⁸⁷. O *snobismo* do grupo, que procurava legitimar com a sua presença a inauguração do MDJ, elegeu a referida instituição como uma referência de origem da sociedade sobralense, núcleo difusor de cultura, e um “lugar de civilização”. O conjunto eclético guardado no museu foi eleito pelo bispo local e pelos seus sucessores como símbolos da “sobralidade”, bradando os sobralenses – de poder e posses – a defender da destruição um modelo de passado registado materialmente naqueles entes histórico-artísticos, moldando, desta forma, uma memória coletiva local, convertendo-os em tradição.

Naquela época, a entrada para visitar o museu fazia-se pela Avenida D. José, na porta de número 588, e sobre o seu lintel reluzia um letreiro iluminado com a denominação “Museu D. JOSÉ” em letras cursivas (**Figura 36**).

⁷⁸³ *Ibidem*.

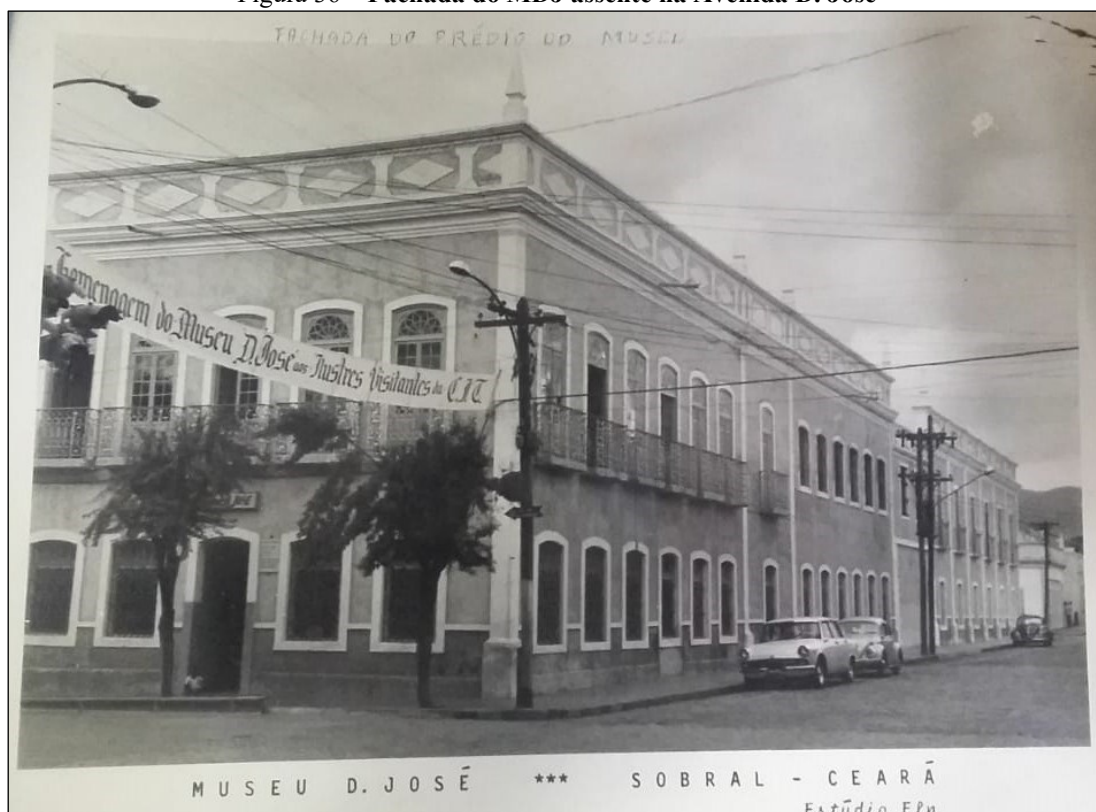
⁷⁸⁴ Pierre Bourdieu, *Op. Cit.*, 1989, p. 10.

⁷⁸⁵ *Ibidem*.

⁷⁸⁶ José Maria Soares, *Op. Cit.*, 13 de março de 1971, p. 6.

⁷⁸⁷ *Ibidem*.

Figura 36 – Fachada do MDJ assente na Avenida D. José



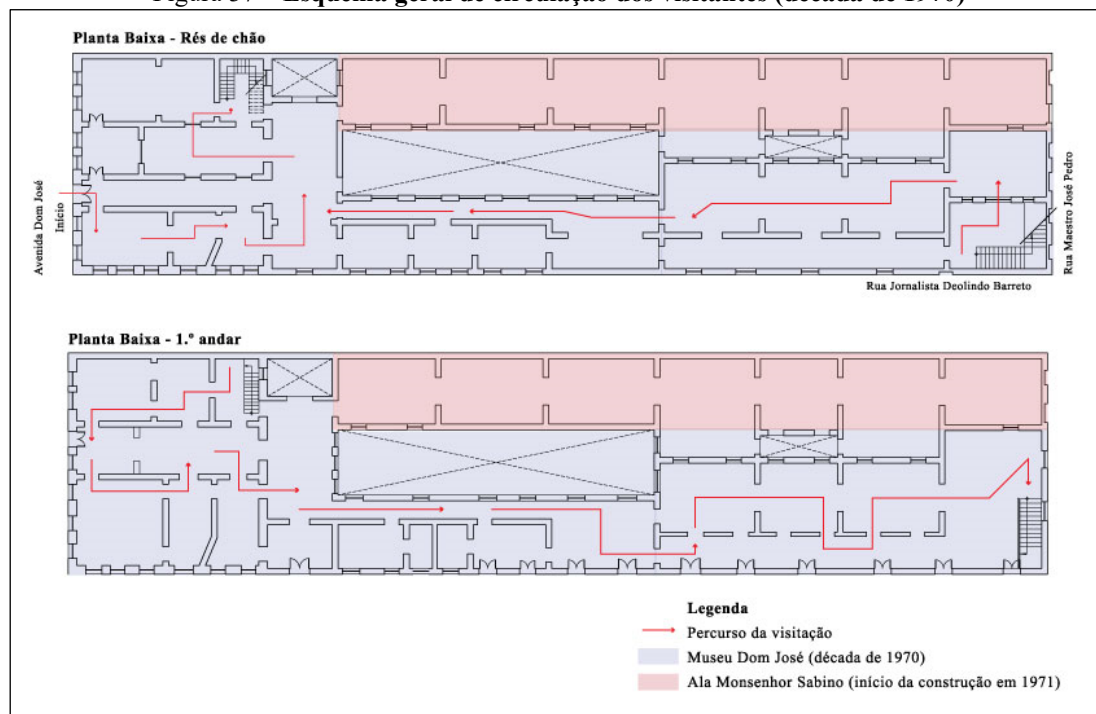
Fonte: acervo do MDJ.

Os objetos expostos para deleite tanto dos jornalistas quanto dos convidados ali presentes causavam admiração, quer pela exclusividade quer ainda pela quantidade de exemplares em exibição. A reabertura – que, em alguns documentos, foi considerada a verdadeira inauguração –, apresentou à sociedade um museu que expunha tudo o que tinha como sinal de riqueza e poder, pois pretendiam que atingisse a marca estabelecida pelo antigo diretor do MHN, Gustavo Barroso, e perpetuada até a atualidade de acordo com aquela lendária classificação atribuída à instituição.

Mesmo que não existam folhetos que representassem o esquema geral de circulação dos visitantes no espaço museal, ainda assim, as narrativas orais permitem-nos compreender que, ao entrar no imóvel, pela porta da avenida D. José, os visitantes dirigiam-se para o lado direito e cruzavam três salas até chegar ao espaço que era a sala de jantar do antigo morador do edifício. A escassez de documentos deste período em específico não possibilitaram compreender quais as peças que estavam em exibição em cada uma das salas. Contudo, a partir daquele grande salão, os visitantes seguiam para a esquerda, cruzavam outras três salas e, em seguida, subiam as escadas que dariam acesso ao pavimento superior. Neste patamar, percorriam as salas, junto às janelas voltadas para a rua Jornalista Deolindo Barreto, descendo, posteriormente, as escadas

próximas à porta da rua Maestro José Pedro para assim usufruírem dos espaços expositivos já construídos por D. José 30 anos antes (**Figura 37**)⁷⁸⁸.

Figura 37 – Esquema geral de circulação dos visitantes (década de 1970)



Fonte: Angélica Carneiro; Plantas de Herbert Rocha.

O simbolismo da (re)inauguração teve, fundamentalmente, um sentido que extrapolou a mera abertura. Funcionou para oficializar a necessidade de associação recíproca entre o poder público, a sociedade civil e a Igreja, de modo a possibilitar que o museu permanecesse aberto ao público e adequadamente servisse a sociedade. Na cerimónia pública de inauguração utilizou-se desse “recurso simbólico universal que consiste em mobilizar [em comissões] aquilo sobre o que todo o grupo supostamente deve estar de acordo”⁷⁸⁹, segundo as palavras de Pierre Bourdieu. Compreende-se a importância e a consagração pública do museu esboçadas nas comissões de autoridades que compareceram na *vernissage* registadas por Soares: de Fortaleza, além do governador e do secretário de Cultura, fizeram-se presentes o secretário de Saúde, Rocha Furtado, os deputados Parsifal Barroso, Régis Barroso e Manoel Rodrigues dos Santos, os generais Carlos Studart e Osvaldo Ridell, dentre outras personalidades. E de Sobral compareceram o bispo Dom Walfrido Teixeira Vieira, o diretor do MDJ, monsenhor Sabino, o cônego Egberto de Andrade, o então prefeito municipal Jerônimo Prado e o prefeito diplomado

⁷⁸⁸ Angélica Lourenço Carneiro, *Op. Cit.*, 2019, 1 arquivo wav (23 min.), s/p.

⁷⁸⁹ Pierre Bourdieu, *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*, 1.ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2014, p. 86.

para a gestão seguinte, Joaquim Barreto Lima, o juiz Otávio Pereira de Farias, para além de representações do clero, de associações de classe e outros convidados escolhidos para a ocasião⁷⁹⁰.

O diretor do MDJ e o museólogo membro da equipa da secretaria de Cultura do Estado acompanharam as sessões que permitiram chegar à divisão das coleções indicadas por Adão Pinheiro na década anterior e mantiveram a distribuição dos objetos do acervo entre oito coleções: Armas do Império, Arte Sacra, Cristais, Louças, Móveis, Moedas, Utensílios indígenas e a categoria de Diversos, que englobava todas as restantes peças do acervo, como por exemplo, utensílios domésticos, litúrgicos, indumentária, etc. Sabino parecia orgulhar-se do trabalho que produziu. Conseguiu deixar em exposição no museu “60% das peças que falam da história, cultura e arte da região e do Nordeste”⁷⁹¹, entre as quais, o diretor destacava duas delas: “a de arte sacra com imagens do século XVII, XVIII e XIX de barro cozido, marfim, madeira, pedra sabão; e a de cerâmica, a mais copiosa, com louça inglesa, chinesa, japonesa, francesa, holandesa, austríaca e brasileira”⁷⁹².

No que alude aos critérios empregues no planeamento museológico, uma leitura crítica e analítica às fotografias que chegaram até aos dias de hoje, evidenciam as opções museográficas tomadas pelo diretor e pela equipa da secretaria de Cultura do Estado. Henrique Barroso, formado no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional em 1966, tornou-se o primeiro museólogo do Museu de Arte da Universidade do Ceará (MAUC), após o seu regresso a Fortaleza⁷⁹³, participando na comitiva de profissionais vinda da capital cearense para a organização do MDJ.

Henrique Barroso aplicou na organização desses objetos o que aprendeu na disciplina Técnica de Museus, oferecida pela professora Octávia Oliveira dos Santos⁷⁹⁴ – reconhecida profissional do curso de Museus do MHN, onde foi diretora, “indicação direta de [Gustavo]

⁷⁹⁰ José Maria Soares, *Op. Cit.*, 13 de março de 1971, p. 6.

⁷⁹¹ Museu Dom José, *Museu Diocesano de Sobral*, desdobrável, tamanho 15x20cm, 1974, s/p.

⁷⁹² *Ibidem*.

⁷⁹³ Universidade Federal do Ceará, *Breve histórico do Núcleo Educativo do Museu de Arte da UFC*, em linha, atual, 2021, s/p.

⁷⁹⁴ A professora Octávia Oliveira dos Santos foi informada da reinauguração do MDJ por carta enviada pela direção do museu. Respondeu à missiva em ofício assinado, remetido ao monsenhor Sabino, afirmando o seguinte: “São conhecidos os esforços do professor Raimundo Girão para chegar à realização deste projeto e a todos, os nossos parabéns e votos de constantes e seguros progressos. É igualmente com grande prazer que vemos os nomes dos museólogos, o primeiro dos quais [Henrique Barroso] fez o curso deste Museu como bolsista”. Atende-se a Museu Histórico Nacional, *Ofício n.º 286*, Diretoria do Museu Histórico Nacional, 19 de abril de 1971, Rio de Janeiro/GB, 1971, s/p.

Barroso e sua ex-aluna”⁷⁹⁵. A disciplina definia regras e princípios técnicos de arrumação nos museus e trazia tópicos de estudo que passavam pelas temáticas das “condições pessoais, gosto, propriedade, simetria, efeitos de luz, perspectiva e fundos”⁷⁹⁶.

Para a pesquisadora Carolina Ruoso, o museólogo compreendia o que o público procurava num museu, atendendo às suas “necessidades culturais”, e assegurava a missão de “uma continuidade com as propostas dos museus europeus do século XVIII e XIX”⁷⁹⁷. “Para ele, o gosto pelos museus é uma construção atravessada pelas questões económicas, pela imposição de uma cultura artificial, feita pelos veículos de comunicação e também por uma exigência de um maior esclarecimento sobre arte. O lugar de memória, a partir deste ponto de vista, deveria ser analisado em uma relação com a cidade onde estava situado, não era percebido de maneira estática, mas inserido no seu contexto social”⁷⁹⁸.

Assim, perante as fotografias existentes, constata-se que instalaram os objetos nos equipamentos/móveis de suporte existentes de modo mais intervalado, ao separar cada elemento de acordo com suas proveniências e utilidade, melhorando a relação do público visitante com o acervo. No entanto, nota-se, nas fotografias, as ausências de etiquetas que documentassem a grande maioria dos objetos expostos (**Figuras 38 e 39**).

⁷⁹⁵ Gustavo Oliveira Tostes, *Transformações Conceituais do Curso de Museus - MHN e do Curso de Museologia - FEFIERJ/UNIRIO: um novo olhar sobre a formação em Museologia na década de 1970*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2017, p. 93.

⁷⁹⁶ *Idem*, p. 86.

⁷⁹⁷ Carolina Ruoso, *Op. Cit.*, 2008, p. 119.

⁷⁹⁸ *Idem*, p. 118.

Figura 38 – Aspectos da museografia do MDJ (1971)



Fonte: acervo do MDJ.

Figura 39 – Aspectos da museografia do MDJ (1971)



Fonte: acervo do MDJ.

O MDJ, que já anteriormente contava com uma grande variedade de coleções, a partir dessa organização conseguiu oferecer uma maior compreensão visual das peças, ainda que não

totalmente satisfatória, dada a ausência de informações complementares, o que mostra uma parca investigação sobre o acervo que possuía. Ainda assim, não deixa de ser um passo em frente em relação ao conceito de mero armazém de peças, ao assumir uma expografia assente no detalhe, textura, palheta de cores e mobiliário funcional, personalizando cada espaço com um estilo único. Cada objeto foi parte integrante de um sistema visual para que se compreendesse, da melhor forma, uma determinada ordem e, daquela maneira, fosse perceptível o contexto expositivo. Os museólogos responsáveis compreenderam a dimensão espacial do edifício, alargando significativamente a *mise en scène* do museu que, a partir daquela inauguração, passava a abrigar apenas a mencionada entidade cultural. Apesar dos esforços organizacionais, era necessária uma solução para a falta de espaço adequado para a exibição do restante acervo, o que poderia passar por uma possível ampliação do edifício.

5.4. Depois da reinauguração, o esquecimento e o fecho de portas

A direção do museu divulgou a abertura da instituição nas rádios e no *Correio da Semana*, aproveitando para referenciar a instituição como um atrativo turístico da região. Convidaram os que visitavam Sobral e insistiam aos que tinham dúvidas, salientando que “vale a pena visitar esta cidade só para conhecer milhares de peças de um dos maiores museus do Brasil”⁷⁹⁹. Publicou-se que “o 3.º museu do Brasil”⁸⁰⁰, onde se expunham “as grandes relíquias adquiridas pelo 1.º bispo de Sobral”⁸⁰¹ funcionava num horário indefinido, o que expunha, desde logo, uma certa incerteza em termos futuros, claramente refletida pela falta de garantias de um orçamento, que cobrisse os custos de manutenção minimamente necessários e o pagamento de funcionários (**Figura 40**). O horário de teste para o funcionamento do MDJ fixou-se de terças-feiras a sábado, das 9h às 11h e das 14h às 17h, abrindo ainda no sábado à noite, das 19h às 21h e no domingo de manhã, até ao meio-dia.

⁷⁹⁹ “Museu Dom José”, *Correio da Semana*, ano 54, n.º 8, Sobral, 22 de maio de 1971, p. 6.

⁸⁰⁰ “Vindo a Sobral...”, *Correio da Semana*, ano 54, n.º 2, Sobral, 10 de abril de 1971, p. 5.

⁸⁰¹ *Ibidem*.

Figura 40 – Anúncios do MDJ no ano de 1971

Correio da Semana Sobral, 10/4/71

Correios: Codificação das Correspondências

AVISO

CONVOCAÇÃO

NOTAS VICENTINAS

Edson Donizetti Coelho

Assinante Amigo

Comércio Entre Brasil e Canadá

COLUNA JOSE MARIA SOARES DA CIDADE

Sobral Tem Novo Delegado

ESCOLA DOS MEUS FILHOS

Prefeitura Municipal de Sobral

MUSEU DOM JOSÉ

VINDO A SOBRAL, CONHEÇA O 3º. MUSEU DO BRASIL, E VEJA AS GRANDES PRECIOSIDADES DE RELÍQUIAS ADQUIRIDAS PELO 1º. BISPO DE SOBRAL.

Museu D. José, uma das maravilhas da Princesa do Norte! Visite-o.

Av. D. José, antigo Palácio Episcopal.

MUSEU DOM JOSÉ

AVENIDA D. JOSÉ 588 - SOBRAL

Vale a pena visitar esta cidade só para conhecer milhares de peças de um dos maiores museus do Brasil.

Horário em experiência para visitas:

De 3a. feira a sábado das 9 às 11 h. e das 14 às 17. Sábado à noite das 19 às 21 h. Domingo: das 9 às 12 h.

Fonte: *Correio da Semana*, 1971.

O monsenhor Sabino procurou apoio para o bom funcionamento do MDJ diligenciando inúmeras hipóteses, todavia só conseguiu a ajuda do Ministério da Educação e Cultura, através de uma verba específica para reforma e construção de salas e restauro do prédio em 1972 e em 1977. A primeira subvenção Federal em favor do museu foi proveniente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entidade na dependência do Ministério da Educação e Cultura (MEC), num total de CR\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), em outubro de 1972, quando foi aplicada na manutenção de portas e janelas, pintura interior e exterior do edifício e no arranjo de parte do telhado.

O processo não teve a preocupação em detalhar que intervenções foram executadas. No seu conteúdo encontram-se apenas recibos relativos aos serviços prestados, contabilidade, taxas bancárias e um documento em que o Ministério atestava a sua execução⁸⁰². Sabe-se que serviu para recuperar as instalações elétricas que estavam em péssimas condições e concluir a construção de 14 salas para expor o enorme acervo que estava acondicionado no depósito, “onde cerca de aproximadamente 2.000 peças de preciosos valores se acham expostas a poeira, humidade e outros perigos, correndo o risco de serem deterioradas”, conforme relatou Sabino

⁸⁰² Ministério da Educação e Cultura, *Processo de Habilitação n.º 257886/72*, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Setor de Acompanhamento Financeiro, 3 de outubro de 1972.

Loiola em carta ao governador do Estado. Ressalvou ainda que a “manutenção do pessoal da administração, onde nada menos de CR\$ 15.000,00 [quinze mil cruzeiros] mensais se destina a este fim e que se eleva este valor nos serviços de terceiros, como sejam dedetização, limpeza etc”, enaltecendo a necessidade de injeção periódica de verbas por parte do Estado, caso fosse do interesse do Governo garantir que o equipamento turístico permanecesse aberto. Aproveitou a referida missiva para denunciar que, apesar da subvenção anual recebida do governo estadual, garantida em acordo tripartido, “os governantes municipais não cumprem tal celebração, limitando-se tão somente a fazerem constarem dos orçamentos programas aprovados pelo poder legislativo ‘por conseguinte lei’ verbas destinadas ao Museu e que somente faz constar das papeladas de registros sem qualquer pretensão de executar, não importando o estabelecido no diploma legal, no caso a lei orçamentária [do município]”⁸⁰³.

Ao longo daqueles anos, embora tenha recorrentemente procurado apoio junto das secretarias e ministérios ligados à Cultura, as ajudas foram insuficientes para auxiliar o museu nos seus problemas. Com a enorme inflação que o Brasil atravessava e a consequente desvalorização da moeda, as contribuições não foram atualizadas, tornando irrisórios os valores disponibilizados pelos acordos assinados com o Governo do Estado e com a Prefeitura, ao ponto de não mais compensar tentar recebê-los⁸⁰⁴.

Em fevereiro de 1974, o gestor do museu divulgou o primeiro desdobrável da instituição que distribuiu pelo poder público, distribuído em cartas, bem como enviou para vários outros estabelecimentos congêneres, com o propósito de promover a aproximação entre as partes. Ilustrou-se a peça publicitária com 11 objetos da coleção, uma foto da fachada do museu, pelo lado da Avenida D. José, e também se informou a existência de 23 527 peças, divididas por moedas – a maior coleção, contando com 19 102 unidades –, além de louças, cristais, arte sacra, utensílios indígenas, móveis, armas do império e diversos não devidamente categorizados (**Figura 41**).

⁸⁰³ Sabino Guimarães Loiola, *Carta datilografada para o Governo do Estado do Ceará*, Sobral, 1975, s/p.

⁸⁰⁴ Manuel Valdery da Rocha, *Op. Cit.*, 2014, p. 14.

Figura 41 – Desdobrável de divulgação do MDS (1974)



MUSEU DIOCESANO DE SOBRAL

Por cerca de três décadas – de 1928 a 1959 – foram reunidas variadas peças, que constituem um grande Museu em Sobral, Estado do Ceará.

Deram-lhe também o nome de Museu Dom José, como prêmio de justiça ao seu fundador. Num esforço sem hiato, numa comoção, o Sr. Bispo de Sobral coletou principalmente do Ceará, Maranhão e Piauí cerca de 5.000 objetos sem contar as moedas.

Em 1962 e 1963 foram tombadas 4.475 unidades que constam do livro competente.

Na avenida D. José, 588, artéria principal da cidade, em prédio de estilo – império, com dois pisos, estão distribuídas 60% das peças que falam da história, cultura e arte da região e do Nordeste.

Apresenta exemplares de ouro, prata, cobre, latão e bronze, bem como de porcelana, cristal, esmalte, alabastro, etc.

No Museu destacam-se duas seções: a de arte sacra com imagens do século XVII, XVIII e XIX, de barro cozido, marfim, madeira, pedra sabão; e a de cerâmica, a mais copiosa, com louça inglesa, chinesa, japonesa, francesa, holandesa, austríaca e brasileira.

Em 1970 a Diocese de Sobral, proprietária do precioso acervo, firmou convênio com o Estado do Ceará e a Prefeitura de Sobral. Graças a esse ato, a 10 de março de 1971, as portas do velho sobrado, adaptado para museu, abriram-se a todos os que apreciam tal gênero de cultura e educação.



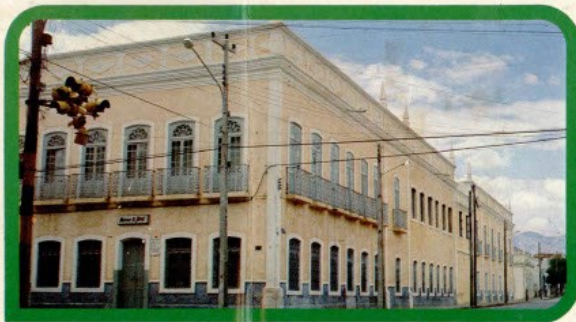
TERRINA
Shungai – Séc. XIX.



SACRÁRIO
Talhado em madeira. Séc. XVII



IMAGEM
São João Batista tallado em madeira. Séc. XIX – Porto.



Fachada oriental do prédio do museu. Estilo Império.

MUSEU DIOCESANO DE SOBRAL

em números:

Moedas.....	19.102
Louças.....	2.103
Cristais.....	616
Arte Sacra.....	431
Utensílios indígenas.....	376
Móveis.....	110
Armas do império.....	65
Diversos.....	704
TOTAL.....	23.527



IMAGEM
N. Sra. da Assunção, de Viçosa. Terra cota. Séc. XVII



JARRO
Jenro de barro cozido: Romeu e Julietta. Séc. XIX



RELÓGIO
Cristal com base de jacarandá – Séc. XIX.



CRUZEIRO
Marfim com resplendor. Séc. XIX.



JARRO E BACIA
De cristal da Boêmia. Séc. XIX.



LAVATÓRIO
Porcelana – Séc. XIX



LUSTRE
Cristal da Boêmia – Séc. XIX.



FÓSSIL
Vértebra encontrada em uma lagoa de Tumbori. Enxugadura. 126 m.

Fonte: acervo do MDJ.

O diretor à época justificou-se na carta que acompanhava o desdobrável: “É só o que lhe posso oferecer por enquanto. Sei que é pouco para V.Sia., mas para mim representa muito. Fiz o que pude dentro dos apertados limites dos nossos recursos. Nutro, entretanto, bem viva a

esperança de imprimir ao museu certo cunho científico, quer catalogando e classificando as peças, quer distribuindo-as em seções bem distintas. Por ora conta esta casa com duas grandes seções: arte sacra e cerâmica. Estou construindo 14 novas salas para expor objetos indígenas, moedas, armas, indumentária militar, máquinas obsoletas, móveis, peças de arte popular, etc. Centenas de peças que estão em depósito, como que esperando o seu dia”⁸⁰⁵.

Desde a reabertura do espaço museal que existiu um certo frenesi em relação ao gigantesco número de peças e à necessidade de expô-las por completo ou o máximo possível, numa tomada de posição que pretendia comprovar que tudo o que havia sido colecionado pelo bispo estaria ao alcance do olhar do visitante. Todavia o monsenhor não conseguiu concluir a ala que havia começado a construir, permanecendo as salas com as paredes sem reboco, sem qualquer uso, durante mais de duas décadas. Sabino, que tentava dar alguma organização às coleções em estantes e vitrines, enfrentava naquele momento várias acusações públicas por parte do padre Palhano. Havia uma polémica entre ambos desde que a concessão pública para o exercício da atividade de uma rádio AM foi dada ao primeiro em 1959.

Nos arquivos do museu encontraram-se três cartas redigidas por Palhano, enviadas em junho de 1975, que solicitavam ao diretor do museu que lhe devolvesse o já referido álbum fotográfico, por ele organizado, de objetos do museu. Em uma delas, o padre escreveu ao diretor do museu com uma certa rispidez: “desculpe-me voltar novamente à sua presença para cobrar-lhe a devolução já solicitada por duas vezes por escrito, do álbum do Museu Diocesano bem assim outras fotografias que o acompanham”⁸⁰⁶. Supostamente aborrecido, Palhano justificou a sua insistência na questão ao escrever o seguinte: “é que tenho um trabalho a entregar [...] a respeito do Museu Diocesano, ao tempo de sua organização por Dom José, de saudosa memória, e só poderei desincumbir-me satisfatoriamente dessa tarefa com as ilustrações e dados a colher desse álbum por mim organizado”⁸⁰⁷. E para rematar a missiva, comunicou a Sabino: “caso V. Revma. os deseje por mais algum tempo, na próxima semana poderei devolvê-los a título de empréstimo”⁸⁰⁸. O álbum, motivo de disputa entre os padres diocesanos, era o único registo das peças que estavam no MDJ desde os primórdios da sua organização até ao final da década de 1950.

⁸⁰⁵ Sabino Guimarães Loiola, *Carta tipografada para distribuição do primeiro desobrável do museu*, Sobral, 8 de fevereiro de 1974, s/p.

⁸⁰⁶ José Palhano de Sabóia, *Carta de padre Palhano ao monsenhor Sabino*, 27 de junho de 1975, Sobral, Radio Tupinambá de Sobral, 1975, s/p.

⁸⁰⁷ *Ibidem*.

⁸⁰⁸ *Ibidem*.

Ao que as fontes indicam, o MDJ não mantinha a regularidade das suas atividades, levando a um novo encerramento em julho de 1975. A notícia, que chegou ao sudeste do país, anunciava que “no Ceará o *Museu Histórico de Sobral*, no norte do Estado, teve de fechar suas portas ‘por absoluta falta de condições financeiras para sua manutenção’, conforme declarou o diretor da instituição”⁸⁰⁹. Se no primeiro desdobrável o monsenhor Sabino afiançava ter em exposição 60% do acervo, o jornal *Movimento* noticiava que, “o museu que era o principal ponto de atração turística da região, já teve quarenta por cento de seu acervo roubado. E a Secretaria de Cultura e Promoção Social do Estado se limita a dizer que não dispõe de verbas para manter instituições como o museu de Sobral”⁸¹⁰.

Em Brasília, o senador do Ceará, Mauro Benevides pediu ao governo que não deixasse “fechar o Museu Diocesano de Sobral, destinando-lhe os recursos necessários para a manutenção e recuperação das cinco mil obras que constituem o seu acervo, considerado um dos três melhores do País [...] com um valor estimado de dez milhões de cruzeiros”⁸¹¹. Para o representante cearense, a falta de apoio dado à instituição comprovaria as constantes denúncias de que o patrimônio cultural do Brasil estava a ser deixado ao abandono e negligenciado. O senador enviou um pequeno subsídio no valor de 15 mil cruzeiros em setembro de 1975, importância que não evitou as dificuldades já existentes no funcionamento do espaço museal⁸¹².

Este outro encerramento do MDJ originou um novo choque entre as forças políticas e os clérigos da diocese sobralense, não deixando de interferir na campanha para a eleição do prefeito municipal de Sobral em setembro de 1976. As emoções quentes estavam à flor da pele não só porque fervilhavam devido às condições climáticas na Princesa do Norte naquela altura do ano, mas também pelo contexto de campanha eleitoral que colocou em campos opostos da disputa importantes elementos do clero sobralense, intensificando o ambiente de hostilidade entre Palhano e Dom Walfrido. O padre, com o alcance dos seus programas radiofônicos pela Rádio Tupinambá de Sobral, apoiou o nome de José Euclides Ferreira Gomes, para o cargo e, com o seu prestígio sociopolítico, o seu apoio foi decisivo na sua vitória sob a sigla do partido ARENA 1⁸¹³.

⁸⁰⁹ “Portas fechadas”, *Movimento*, n.º 3, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1975, p. 22.

⁸¹⁰ A notícia *Portas fechadas* foi ilustrada com uma caricatura de Angeli que retratou uma robusta porta de dois lados com uma placa pendurada na maçaneta contendo a frase: “Fechado por falta de cultura” (*Ibidem*).

⁸¹¹ “Museu”, *O Estado de Mato Grosso*, ano XXXVI, n.º 7145, Cuiabá, 12 de agosto de 1975, p. 7.

⁸¹² Mauro Benevides, *Carta ao Monsenhor Sabino Loiola*, Brasília, 30 de setembro de 1975, s/p.

⁸¹³ Serviço Nacional de Informação, *Dossiê com assunto Rádio Tupinambá de Sobral LTDA - Padre José Palhano de Saboia*, ACE 103349, Protocolo: 12700/SNI/Agência Central, 2 de junho de 1977, Presidência da República, 1977, p. 34.

No lado oposto, que apoiava o candidato Cesário Barreto Lima, pela sigla de ARENA 2, encontravam-se os padres: Egberto Rodrigues de Andrade, então procurador-geral da Diocese; Gonçalo Pinho, diretor do *Correio da Semana* e da Rádio Educadora do Nordeste de Sobral; e Sabino Guimarães Loiola, diretor do museu⁸¹⁴. Dom Walfrido advertiu Palhano, alegando que durante muito tempo ele produzia críticas vergonhosas aos padres de sua diocese, veiculadas nas ondas da Rádio Tupinambá, pelo que insistiu que moderasse o tom das suas declarações. Durante o seu programa *Encontro com a verdade*, podia-se ouvir acusações como a que se segue: “não sou eu quem sai dos cabarés às duas horas da madrugada e vai direto celebrar missa e dar comunhão. [...] não sou eu quem enche a cara de cachaça no cabaré da Dozinha!”⁸¹⁵. Palhano incriminava o bispo de encobrir os furtos de peças do acervo do Museu Diocesano de Sobral. Afirmou ainda na rádio: “o monsenhor Sabino, administrador do Museu, deu estranho fim a um lustre de cristal Bacarat tipo bico-de-jaca, de primitiva iluminação de vela de carnaúba”⁸¹⁶.

Depois de considerar que o seu aviso foi ignorado, Dom Walfrido decidiu, em 25 de novembro de 1976, aplicar uma suspensão de ordem ao padre José Palhano, depois de ter ouvido o Conselho Presbiteral da Diocese sobralense, do qual faziam parte os clérigos Sabino Loiola, Gonçalo Pinho e Egberto Rodrigues – todos adversários políticos do padre Palhano – publicada em edição exclusiva do *Correio da Semana*⁸¹⁷. De igual modo, “a Rádio Educadora do Nordeste, também propriedade da Igreja, passou a difundir, de 10 em 10 minutos, o referido decreto”⁸¹⁸.

O sacerdote punido insurgiu-se na emissora que lhe dava voz contra a medida disciplinar que lhe fora aplicada, ao passo que a definitiva excomunhão era dada como certa pelas emissoras locais concorrentes⁸¹⁹. O padre defendia a sua independência frente à família de sangue e amigos, embora não hesitasse em contactar os seus entes queridos, sempre que precisasse, para certificar se o parente tinha Palhano no seu pensamento. Conforme o indicado nas palavras proferidas pela sua irmã ao jornal *O Povo*, percebe-se que o mencionado sacerdote tinha uma necessidade vital de se sentir reconhecido: “Padre Palhano foi delirantemente

⁸¹⁴ *Ibidem*.

⁸¹⁵ Egídio Serpa, “Padre político acusa Bispo e provoca crise no Ceará”, *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n.º 296, 1.º de fevereiro de 1977, Rio de Janeiro, p. 14.

⁸¹⁶ *Ibidem*.

⁸¹⁷ “Pe. Palhano Suspenso de Ordem por D. Walfrido”, *Correio da Semana*, ano 59, n.º 32, Sobral, 27 de novembro de 1976, p. 2.

⁸¹⁸ César Barreto Lima & Saulo Barreto Lima, *Op. Cit.*, 2017, p. 275.

⁸¹⁹ “Irmã do padre Palhano desmente a excomunhão”, *Jornal O Povo*, recorte, Fortaleza, 1.º de fevereiro de 1977, s/p.

aplaudido pelo povo de Sobral durante a posse do prefeito José Euclides. O que a imprensa deveria dizer era o amor que o povo tem por ele”⁸²⁰.

Como queria neutralizar os seus adversários e colocar por terra a suspensão de ordens, Palhano contratou advogados para o defender a nível cível. O padre promoveu ação contra o prelado e os outros três sacerdotes pelos crimes de difamação e injúria, porém, a justiça concedeu *habeas-corpus* em favor do bispo Dom Walfrido e aos demais clérigos, anulando qualquer queixa-crime em referência ao processo⁸²¹. As acusações mútuas foram uma constante e os acontecimentos tiveram ampla repercussão na imprensa cearense, encontrando-se igualmente publicados pelo jornalista Egídio Serpa no *Jornal do Brasil* nas edições de 1 e 6 de fevereiro de 1977⁸²².

O monsenhor Sabino Loiola dirigiu o MDJ entre 1970 e 1978, entregando, no referido ano, a guarda da instituição à Faculdade de Filosofia D. José, à época gerida pelo cônego Joviniano Loiola Sampaio. A referida instituição de ensino, também órgão da diocese, manteve o museu aberto mesmo com dificuldades financeiras que refletiam-se na incapacidade de manutenção e na ausência de funcionários. No início da década de 1980, ao assumir a direção da Faculdade, coube ao padre Valdery Rocha a função de diretor, entre os anos de 1980 a 1987⁸²³. Este afirmou que tanto ele como o cônego Joviniano assumiram o cargo “na esperança de manter viva e aberta a instituição, pagando, a expensas da Faculdade, seus quatro funcionários e fazendo a manutenção do prédio – reconhecidamente a necessitar de obras profundas –, sem esperança de apoio dos poderes públicos, quer fosse a nível federal, estadual ou municipal”⁸²⁴.

Apesar dos intensos apelos ao poder público Municipal, a resposta recebida do prefeito à época desconsiderava a instituição: “Este Museu não é para Sobral...”⁸²⁵. Num argumento apresentado pelo padre Rocha, o prefeito autorizava-se a desprezar a instituição porque, “dada a continuada falta de sensibilidade da comunidade – orgulhosa sim pelo Museu, mas descomprometida com a sua manutenção – não era fácil conservá-lo para que funcionasse a contento”⁸²⁶. Embora tivesse, desde a sua origem um rico acervo, faltava-lhe uma classificação

⁸²⁰ *Ibidem*.

⁸²¹ Serviço Nacional de Informação, *Op. Cit.*, 1977, p. 24.

⁸²² Egídio Serpa, “Padre político acusa Bispo e provoca crise no Ceará”, *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n.º 296, 1 de fevereiro de 1977, Rio de Janeiro, p. 14; “Ex-Bispo é acusado de dar relíquias do Museu de Sobral”, *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n.º 301, 6 de fevereiro de 1977, Rio de Janeiro, p. 26.

⁸²³ Manuel Valdery da Rocha, “Em Dia com a Igreja”, *Correio da Semana*, edição n.º 654, 7-14 de nov. de 2015, Sobral, p.14.

⁸²⁴ *Ibidem*.

⁸²⁵ Manuel Valdery da Rocha, “Museu Dom José: Mais que centenário nas comemorações do centenário da Diocese!”, *Correio da Semana*, edição n.º 565, 22 de fev. a 1 de mar. de 2014, Sobral, p.14.

⁸²⁶ *Ibidem*.

– resultantes de importantes tarefas de investigação – e uma adequada exposição: o museu não era propriamente atrativo ao público em geral. Carecia de recursos para restaurar cuidadosamente parte do espólio pictórico e escultórico, para não cometer “sacrilégios artísticos” e providenciar a segurança imprescindível para a proteção daquele património.

O padre Valdery Rocha contou que, em 1981, os funcionários foram apanhados de surpresa quando dois vultos, muito bem vestidos, para não levantar qualquer suspeita, entraram como visitantes. Depois de percorrerem o andar térreo, subiram com as guias-interpretres Rosimeire e Assumpção para o piso superior, quando estas foram surpreendidas com o início de um assalto. Os vultos atacaram-nas com cordas, desceram para a sala onde estavam os objetos de D. José e retiraram da vitrine a cruz peitoral do antigo primeiro prelado, em ouro, que continua desaparecida até aos nossos dias⁸²⁷.

No ano seguinte, em consequência de uma pesquisa da Universidade Federal do Ceará – intitulada *Levantamento de fontes primárias de informação Histórica e Cultural do Ceará* –, conduzida pelo museólogo português João Alfredo Donas de Sá Pessoa⁸²⁸, foi produzido o primeiro catálogo da instituição⁸²⁹ (**Figura 42**). O museólogo já havia passado por outros dois museus cearenses nos anos anteriores quando, em 1980, publicou o catálogo do Museu Jaguaribano de Aracati e, em 1981, o do Museu de São José de Ribamar em Aquiraz. A investigação considerou um dos objetivos do projeto *Ampliação e recuperação dos museus do Ceará*, da Secretaria de Cultura e Desporto, que se propunha a registar os dados e informações dos acervos de todos os museus existentes no Estado com inventariação sistemática e fotográfica, classificação e catalogação das coleções museais para posterior divulgação com a publicação de catálogos⁸³⁰.

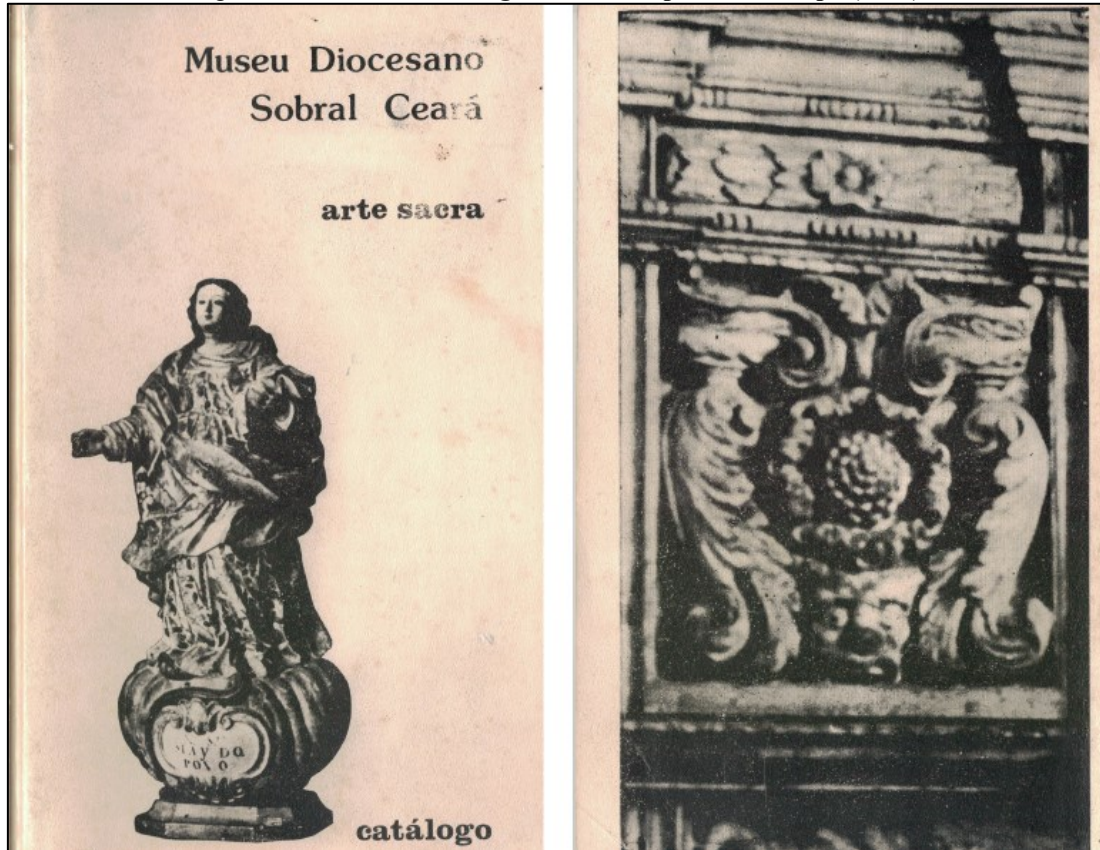
⁸²⁷ *Ibidem*.

⁸²⁸ Sobre o professor João Alfredo Donas de Sá Pessoa e a sua contribuição para a museologia cearense, atenda-se ao trabalho de Carolina Ruoso, *Museu histórico e antropológico do Ceará (1971-1990): uma história do trabalho com a linguagem poética das coisas, objetos, diálogos e sonhos nos jogos de uma arena política*, Recife/PE, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008, p. 121-124.

⁸²⁹ Não foram encontradas mais informações sobre a referida pesquisa nos arquivos do departamento de Arquitetura da UFC ou da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Atenda-se à obra de João Alfredo Donas de Sá Pessoa (Org.), *Museu Diocesano Sobral Ceará - arte sacra – catálogo*, 1.^a edição, Fortaleza, Imprensa Universitária - UFC, 1982.

⁸³⁰ *Ibidem*.

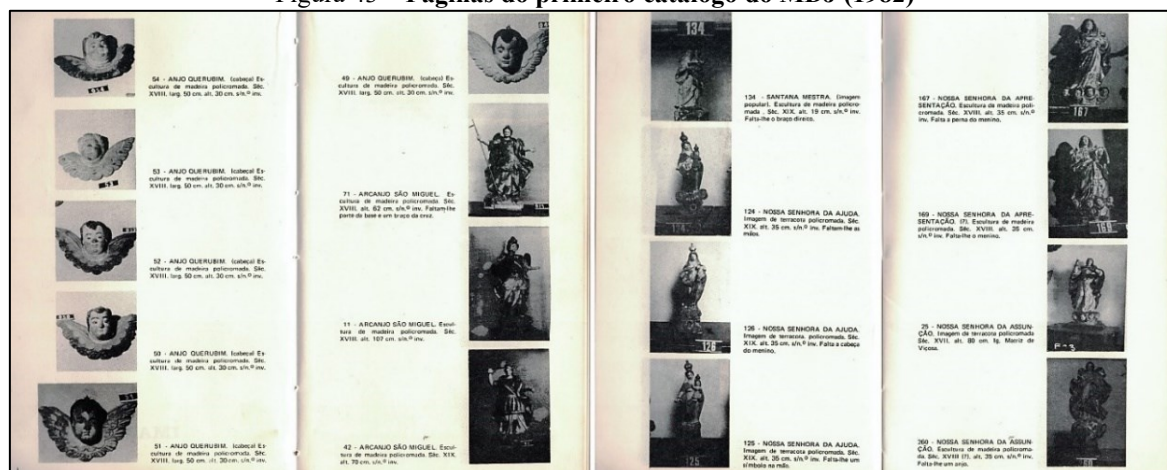
Figura 42 – Primeiro catálogo do MDJ, capa e contracapa (1982)



Fonte: acervo do MDJ.

O catálogo apareceu com o título *Museu Diocesano Sobral Ceará* e deteve-se nas coleções de arte sacra, num total de 110 páginas. A disposição da diagramação foi simples, geralmente contendo quatro fotografias por página e suas respectivas legendas, distribuídas nas secções de “Imaginária”, com o total de 232 fotos; “Pintura”, composta por 8 fotos e a secção das “Alfaias sacras e outros objetos religiosos” composta por 144 fotografias. Contabilizou-se, ao todo, 445 objetos do acervo, uma vez que, em algumas fotografias, foram alinhados até seis objetos com as mesmas características. Os registos fotográficos não têm grande qualidade e a sua impressão a preto e branco dificulta a observação das peças contempladas (**Figura 43**).

Figura 43 – Páginas do primeiro catálogo do MDJ (1982)



Fonte: acervo do MDJ.

Em novembro de 1982, o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio da Secretaria de Cultura, enviou em missão técnica a Sobral o arquiteto Domingos Cruz Linheiro, então responsável pela 3.^a Diretoria Regional do SPHAN/Pró-Memória, como parte integrante das pesquisas que estavam a ser realizadas pela Fundação Nacional Pró-Memória⁸³¹, criada em 1979, enquanto órgão de personalidade jurídica de direito privado, tendo sido extinta em 1990. Colaborou enquanto órgão operacional da Secretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN) e juntos formaram uma entidade de funções geminadas com o objetivo de protegerem o patrimônio cultural nacional. Em 1979, o IPHAN fundiu o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975, e o Programa das Cidades Históricas (PCH), fundado em 1973⁸³². Em resultado dessas agregações, este organismo foi transformado em SPHAN. Consequentemente, em 1979, a Fundação Nacional Pró-Memória foi estabelecida de acordo com a Lei n.º 6.757, de 17 de dezembro, como órgão executivo da nova secretaria⁸³³. De acordo com o supracitado diploma, a Pró-Memória estava “destinada a contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País”⁸³⁴.

⁸³¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Ofício 38/82*, Fortaleza, 3.^a DR/SPHAN/Pró-Memória, 05 de nov. 1982, s/p.

⁸³² “Trata-se do Programa Cidades Históricas do Nordeste, criado em 1973, com protagonismo de Pernambuco, que objetivava o desenvolvimento do Nordeste pela cultura e turismo, com base na conservação das cidades históricas. Esse programa insere a preocupação em contextualizar a proteção patrimonial com a dinâmica socioeconômica atual e suporte de desenvolvimento para a comunidade local”. Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire, “Os 80 anos da política de proteção cultural no Ceará”, *Cultura, Política e Identidades: Ceará em Perspectiva*, Volume II, IPHAN-CE, Fortaleza, 2017, p. 366.

⁸³³ Maria Beatriz Rezende; Bettina Grieco; Luciano Teixeira; Analucia Thompson (Org.), “Fundação Nacional Pró-Memória”, *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*, Brasília, IPHAN/DAF/Copedoc, em linha, atual, 2015, s/p.

⁸³⁴ Brasil, *Lei n.º 6.757*, 17 de dezembro de 1979, em linha, atual, Brasília, 1979, s/p.

O arquiteto Linheiro vinha da cidade de Acaraú, costa norte cearense, onde fiscalizou a Igreja de N. Senhora da Conceição de Almofala, devido às obras de recuperação que ocorriam no edifício e para apurar o que investigou em fotos antigas e em relatos de populares sobre duas imagens pertencentes à paróquia que teriam sido retiradas e levadas para o museu diocesano de Sobral, embora sem registo da sua origem⁸³⁵.

Para o referido arquiteto, as modificações no edifício do museu comprovavam-se apenas com o apurado olhar profissional: “embora com alterações no piso (ladrilhos hidráulicos) e forros (laje de concreto), mantém o partido original com pequenas alterações desde a fachada voltada para a Av. Dom José até o compartimento que servia de sala de jantar”⁸³⁶. Na sequência de sua análise, Linheiro assegurou que “todo o trecho edificado está totalmente alterado inclusive com a presença de um anexo de 2 pavimentos, muito mal inserido do lado do pátio interior e ainda inacabado, com cerca de 12 salas”⁸³⁷, tratando-se das áreas edificadas pelo monsenhor Sabino Loiola.

Detenhamo-nos sobre o excerto do ofício em que o profissional apercebeu-se que o museu ainda apresentava a mesma disposição de peças e informações referentes às mesmas desde a sua reabertura ao público em 1971: “essas informações são um tanto quanto incompletas e na maioria das vezes inexistentes, o que retira da mostra o caráter didático e científico que deveria apresentar”⁸³⁸, apontando ainda para a ausência de etiquetas informativas nas exposições.

Era evidente que aquela disposição estática não poderia justificar a falta de interesse por parte do público visitante, contabilizado em cerca de 45 visitas mensais. Refletia ainda a falta de pessoal qualificado e a ausência de recursos suficientes, até mesmo para prestar os serviços de limpeza necessários e mais urgentes. Sobre o financiamento da instituição, garantiu na referida missiva o seguinte: “Segundo informações colhidas com o Diretor, Pe. Waldery [sic] Rocha, a Secretaria de Cultura do Estado destaca uma verba anual de Cr\$ 30.000,00, enquanto que a Prefeitura de Sobral participa com Cr\$ 1.500,00, por mês”⁸³⁹, mesmo que, indiretamente, o museu se mantivesse sustentado pela Universidade Vale do Acaraú, órgão municipal e da Diocese.

⁸³⁵ Uma análise desta e de outras proveniências duvidosas de elementos do acervo seriam relevantes para investigar procedimentos de aquisição de peças para o acervo. Atenda-se a “Igreja de N. S. da Conceição de Almofala será recuperada”, *SPHAN Pró-Memória*, n.º 22, janeiro e fevereiro de 1983, p. 33; Manuelina Maria Duarte Cândido, *Op. Cit.*, 1998, p. 85.

⁸³⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Op. Cit.*, 1982, s/p.

⁸³⁷ *Ibidem*.

⁸³⁸ *Ibidem*.

⁸³⁹ *Ibidem*.

Descontente com as alterações feitas no edifício, em especial às executadas na última década pelo monsenhor Sabino – que deram ao edifício um aspeto desleixado e inacabado, com salas por concluir e tijolos visíveis –, o arquiteto sugeriu ao SPHAN uma articulação vantajosa entre a Diocese, a UVA e a Secretaria de Cultura e Desporto do Estado com vista a elaborar um projeto para melhoria das instalações do museu, enquadrando-o no Programa de Cidades Históricas: “Poderiam ser estudadas alternativas quanto a manutenção ou não do partido original do prédio até onde for possível bem como referente ao tratamento a ser dispensado ao anexo existente, contíguo ao pátio interior”⁸⁴⁰.

No que diz respeito aos objetos expostos, o inspetor do SPHAN reconheceu a importância das peças de arte sacra, “tornando-se indispensável o trabalho de identificação, classificação e restauração, o qual poderia ter a participação de técnicos da prómória”⁸⁴¹. Reconheceu ainda que aquele acervo poderia ser dinamizado se contasse com uma possível parceria da Universidade Federal do Ceará, intermediada pelo Museu de Arte que poderia facilitar uma formação adequada ao pessoal do MDJ, “bem como participar conjuntamente com o referido Museu, na promoção de exposições temporárias dos seus respectivos acervos, nas duas cidades”⁸⁴². Domingos Cruz Linheiro declarou que a associação entre as entidades possibilitaria uma maior dinâmica às unidades museais acima referidas e ampliaria a divulgação dos seus acervos, informando ainda que deu conhecimento deste assunto ao diretor do MDJ, o padre Valdery Rocha, que se demonstrou interessado com o possível andamento do processo de reabilitação da instituição.

Durante toda a década de 1980, o museu atravessou, provavelmente, o seu período de maior dificuldade financeira por falta de apoio por parte do poder público então vigente. A Diocese de Sobral também enfrentava uma grave crise, que se repercutiu, de sobremaneira, no seu parco orçamento. Ao mesmo tempo, aquando da criação da UVA⁸⁴³, o poder executivo

⁸⁴⁰ *Ibidem*.

⁸⁴¹ *Ibidem*.

⁸⁴² *Ibidem*.

⁸⁴³ “Por iniciativa do Cônego Francisco Sadoc de Araújo e, através da Lei Municipal n.º 214 de 23/10/1968, sancionada pelo prefeito de Sobral, Jerônimo de Medeiros Prado, foi criada a Fundação Universidade Vale do Acaraú. Para integrar a Fundação UVA, foram criadas as Faculdades de Educação, de Serviço Social, de Ciências da Administração, de Enfermagem e de Ciências Contábeis, bem como os Institutos Centrais de Ciências Básicas, Ciências Humanas, Geociência, Letras e Artes. O poder executivo estadual através da Lei n.º 10.933 de 10/10/1984, criou sob a forma de autarquia, passando a se denominar Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, vinculada a Secretaria de Educação, dotada de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar, com sede no município de Sobral. Foram encampadas pela UVA as Faculdades de Ciências Contábeis, de Enfermagem e Obstetrícia, de Educação e de Tecnologia, todas integrantes da Fundação Universidade Vale do Acaraú, bem ainda a Faculdade de Filosofia da Diocese de Sobral e por ela mantida” (Universidade Estadual Vale do Acaraú (Org.), *Relatório de Desempenho de Gestão 2017*, Sobral, Edições UVA, 2018, p. 22).

estadual por intermédio da Lei n.º 10 933 de 10 de outubro de 1984, incluiu no processo da formação dos *campi* os cursos da Fundação Vale do Acaraú (instituição municipal) e da formação superior dada na Faculdade de Filosofia D. José, mantida pela Igreja sobralense⁸⁴⁴. No intuito de resolver parte dos problemas financeiros, estabeleceu-se um acordo entre a novíssima Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e a diocese.

Naquela altura, o então reitor, padre Francisco Sadoc de Araújo, colocou nos termos do acordo que o MDJ passaria para a administração da universidade⁸⁴⁵. O Convênio Especial de Manutenção, assinado a 11 de fevereiro de 1987, para além do Museu, incluía o Instituto Superior de Teologia e Pastoral (ISTEP). À sua maneira, colocou à guarda da direção do Museu e do Instituto, os imóveis, os móveis e todo acervo cultural do Museu. Competia à UVA ceder, do seu quadro de pessoal, os funcionários necessários ao exercício das atividades institucionais. Contudo, a direção do Museu deveria ser exercida por um diretor indicado pelo Bispo Diocesano e nomeado pelo chefe do executivo da universidade. O tratado, que vigoraria por tempo indeterminado, de acordo com as suas cláusulas, compeliu a universidade a “dotar o Museu de um escritório capaz de possibilitar a sua comunicação com os visitantes e outras instituições congêneres, bem como a divulgação do seu acervo cultural”⁸⁴⁶.

O museu funcionou em situação muito precária, dirigido por sacerdotes indicados pela Cúria sobralense, sem qualquer modernização nas suas atividades. A estrutura arquitetónica agravou-se de tal modo que, em março de 1992, levou à suspensão das suas atividades⁸⁴⁷, encerrando as suas portas ao público por falta de segurança na cobertura do edifício, que se encontrava em risco de ruína iminente.

5.4.1. Passos dados para um novo ressurgimento

José Teodoro Soares assumiu a reitoria da UVA no mês de abril de 1990, permanecendo no cargo durante 16 anos. Ao Museu Dom José, o reitor imprimiu, ao longo do referido período temporal, um espírito visivelmente dinamizador. Para o padre Valdery da Rocha, “o professor Teodoro tentou projetá-lo, já com avanços significativos, para que passasse a ser, de facto, o que deve ser: uma mediação para a construção de uma cultura que se quer voltada também para

⁸⁴⁴ Universidade Estadual Vale do Acaraú (Org.), *Op. Cit.*, 2018, p. 22.

⁸⁴⁵ “Diálogo com a comunidade”, *Diário do Nordeste*, Caderno Regional, Fortaleza, 9 de setembro de 2000, p. 4 (Recorte).

⁸⁴⁶ Universidade Estadual Vale do Acaraú, *Convênio Especial de Apoio e Manutenção*, Sobral, 11 de fevereiro de 1987, p. 2.

⁸⁴⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Formulário Geral – Museu Dom José*, Inventário de Bens Arquitetónicos - IBA, 4.ª Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN), Sobral, 2005, p. 2.

os valores da arte, do belo e do sentimento religioso. Sem esquecer o que é histórico e regional”⁸⁴⁸.

Até aquele momento, o convênio com a universidade parecia não trazer qualquer inovação para a instituição, no campo museológico ou educacional, até que a reitoria da UVA nomeou a docente Maria Minerva Sanford como diretora do MDJ no ano de 1991. A professora, ao que relata o padre Rocha, recebeu o espaço museal num estado lastimoso, “a ponto que jocosamente se dizer que ela se fez faxineira do Museu”⁸⁴⁹. Eis a primeira mulher a assumir a direção daquele equipamento cultural, levando a termo “um processo cuidadoso de limpeza, arranjo de suas dependências e vigilância com relação às peças de seu acervo, especialmente dando visibilidade e expressão ao que se constitui a sua reserva técnica”⁸⁵⁰, ainda nas palavras do padre Rocha.

Contudo, a reduzida equipa do museu nunca teve formação adequada para as atividades de conservação museal, não sendo possível definir se as limpezas efetuadas aos objetos foram prejudiciais (ou não) às peças. Mesmo com o conhecimento específico de limpeza preventiva de acervos, é difícil definir, com exatidão, o impacto das ações empreendidas aos objetos, perante a possibilidade de provocar desprendimento de partículas, microfissuras ou remoção de filamentos, impercetíveis a olho nu⁸⁵¹. Não é possível afirmar que a limpeza implementada pela professora no MDJ correspondeu aos critérios que a Museologia e a Conservação exigiam, mas pode-se declarar que marcou fundamentalmente o início do processo de higienização do acervo e do edifício, revelando-se como um salto de qualidade para a instituição⁸⁵².

A cobertura do museu estava em muito mau estado. Todas as coleções que estavam dispostas no andar superior corriam risco devido ao estado do telhado infestado por xilófagos. A diretora “chegou a deflagrar uma séria campanha pela recuperação do prédio, em 1994, com

⁸⁴⁸ Manuel Valdery da Rocha, “Museu Dom José: Mais que centenário nas comemorações do centenário da Diocese!”, *Correio da Semana*, edição n.º 565, 22 de fev. a 1 de mar. de 2014, Sobral, p.14.

⁸⁴⁹ *Ibidem*.

⁸⁵⁰ *Ibidem*.

⁸⁵¹ Sobre boas práticas de conservação de acervos museológicos, atenda-se a Lia Canola Teixeira & Vanilde Rohling Ghizoni, *Conservação Preventiva de acervos*, Coleção Estudos Museológicos, vol. 1, Florianópolis, FCC, 2012, p. 15-32.

⁸⁵² A formação em conservação e restauro no Brasil é ainda incipiente. São poucos os cursos superiores que têm na sua oferta formativa disciplinas que atendem à temática, o que obriga muitos profissionais a procurarem formação adequada fora do país. Sobre este assunto, atenda-se ao raciocínio de Ivan de Sá: “Voltando à formação de conservadores, outros cursos de Museologia do Brasil têm, em suas grades, disciplinas específicas de conservação, como o da Universidade Federal da Bahia. Tenho a impressão de que os alunos frequentam a cadeira criada pelo professor Rescala, no Curso de Pintura da Escola de Belas Artes da UFBA. O Curso de Museologia da Universidade Estácio de Sá que existiu nas décadas de 1980 e 1990, tinha também uma cadeira voltada para conservação. Os Cursos de Museologia que estão em fase de implantação, no Paraná, no Rio Grande do Sul, na Bahia e no Pará, estão prevendo disciplinas de conservação” (Museu de Astronomia e Ciências Afins, *Conservação de Acervos - MAST Colloquia Vol.9*, M. Granato, C. P. dos Santos, & C. R. A. da Rocha (eds.), Rio de Janeiro, MAST, 2007, p. 148).

a idéia também de fundação de uma sociedade de amigos do museu”⁸⁵³. A administração decidiu retirar todos os objetos que se encontravam naquele piso, tendo estes sido arquivados em suportes (vitrines e armários) no rés-do-chão, numa área inacessível aos visitantes. Assim, antes de se pensar em qualquer restauro do património do museu, a limpeza e reparação do edifício foram a prioridade número um da professora Minerva Sanford.

Considerando a necessidade da sua reabertura, a UVA, na gestão de José Teodoro Soares, iniciou uma série de acordos de cooperação com o Ministério da Cultura, o Governo do Estado do Ceará, a Prefeitura Municipal de Sobral e outros parceiros possíveis. Apesar dos esforços realizados, é importante destacar que o museu ainda enfrentou desafios significativos, como a necessidade de melhorias na infraestrutura e aprimoramento da equipa técnica.

⁸⁵³ Manuelina Maria Duarte Cândido, *Op. cit.*, 1998, p. 87.

CAPÍTULO 6 – 3.º PERÍODO (1990-2015): REMODELAÇÃO, ORGANIZAÇÃO e REABERTURA

Depois da universidade, entidade relevante na ação do museu, ter fornecido a necessária limpeza, o espaço do museu dedicado a salvaguardar a memória do povo sobralense precisava de uma profunda organização. Nesse sentido, a direção do museu, em articulação com a reitoria da UVA e contando também com o apoio a Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Ceará, contratou o museólogo baiano professor Osvaldo Gouveia Ribeiro, que realizou o trabalho em três etapas distintas: a primeira, de fevereiro a maio de 1994, a segunda, de junho a agosto do mesmo ano e a terceira etapa entre março e novembro de 2001, quando assinou um novo contrato⁸⁵⁴.

No primeiro semestre de 1994, durante a etapa inaugural do trabalho de Ribeiro e a sua equipa, participaram duas alunas do curso de História da Universidade Estadual do Ceará: Manuelina Duarte Cândido e Ana Odete Correia, além de duas museólogas da Bahia: Francisca Ribeiro de Andrade e Kátia Regina Felipini Neves. Foi neste período que se documentou a coleção Imaginária “338 peças [...] (entre esculturas, cabeças de anjo, pombas, crucifixos, cruz, varas)”⁸⁵⁵ e a coleção Pintura, “40 peças [...] (entre telas e fotografias)”⁸⁵⁶, parte do conjunto recolhido que viria a compor a lista inicial catalogado pelo referido grupo. Ao mesmo tempo, parte do acervo era fotografado por Osmar Onofre, profissional ligado à Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, e determinados objetos passaram por alguns trabalhos de conservação preventiva pelas mãos do arquiteto e restaurador Frederico Barros e do restaurador Emanuel Marques, também ligados à SECULT.

Talvez pela diminuta equipa em relação à quantidade de objetos, muitos dos objetos catalogados nesse primeiro momento não receberam numeração, para além de nem todos terem sido fotografadas. Sabe-se, de acordo com as fontes, que foram entregues ao MDJ 358

⁸⁵⁴ Em conversa através de mensagens eletrônicas, o museólogo Osvaldo Gouveia Ribeiro afirmou que à época foi contactado pelo arquiteto Francisco Augusto Sales Veloso (1948-2022), então superintendente do escritório do IPHAN no Ceará, para fazer parte da empreitada. A fase de 2001 está melhor documentada no relatório assinado pelo coordenador do projeto, Osvaldo Gouveia Ribeiro, acompanhado, naquele momento, por uma equipa de museólogos composta por Carla Maria Costa da Silva, Francisca Ribeiro de Andrade, Joana Angélica Silva Flores, Sônia Ivo e a estagiária Juliana Ferreira Leite (Osvaldo Gouveia Ribeiro, *Museu Dom José: Projeto de Catalogação do Acervo – Relatório Final*, Sobral, 2002, s/p).

⁸⁵⁵ *Ibidem*.

⁸⁵⁶ *Ibidem*.

fotografias das coleções de Imaginária e Mobiliário, feitas pelo profissional citado acima, destas, apenas 134 correspondiam às peças da coleção Imaginária do total catalogado naquele ano. Da coleção Mobiliário, foram apenas efetuadas fotografias de 15 objetos do universo documentado. Isto demonstra dissonância entre os profissionais envolvidos na tarefa, ao ponto de na etapa seguinte, constata-se que o fotógrafo da SECULT não regressou ao museu⁸⁵⁷.

No segundo momento do trabalho, a equipa coordenada por Gouveia desinfetou centenas de imagens que estavam infestadas por térmitas e brocas⁸⁵⁸ e, somando as coleções envolvidas na primeira etapa, catalogou 1255 objetos, aos quais dividiram em sete coleções distintas (**Tabela 10**).

Tabela 10 – Coleções catalogadas durante a primeira e segunda etapa de trabalho da equipa de Osvaldo Gouveia (fevereiro a agosto de 1994)

Coleção	Número de objetos catalogados
Armaria	97
Cristais	92
Imaginária	338
Mobiliário	168
Ourivesaria e outras ligas	213
Pintura	40
Porcelana	307
Total	1255

Fonte: Relatório Final Projeto de Catalogação do MDJ (2002).

As tais coleções surgiram fruto das divisões efetuadas e identificadas no primeiro relatório de 1959. De “Porcelanas, Cristais, Pratarías, Imagens de madeira e de Marfim, de sílex, objetos de índios, fosseis, armas, lustres de cristal”⁸⁵⁹, passaram, com o trabalho da citada equipa, a ser identificadas por Armaria, Cristais, Imaginária, Mobiliário, Ourivesaria e outras ligas, Pintura e Porcelana. Os objetos indígenas permaneceram em exibição no museu e não foram, todavia, incluídos nos trabalhos de catalogação da equipa do professor Gouveia.

A necessidade de um conhecimento aprofundado do acervo depositado num espaço museal demonstra a relevância do trabalho de pesquisa e consequente documentação nesse tipo de instituição cultural. O MDJ necessitava dessas informações e nas suas exposições a pouca informação que detinha concentrava-se, sobretudo, em etiquetas ultrapassadas, sem o mínimo rigor técnico, não atendendo às necessidades contemporâneas de fornecer contributos às atividades de educação e de difusão patrimonial.

⁸⁵⁷ *Ibidem*.

⁸⁵⁸ As informações acerca das peças que foram desinfetadas estão disponíveis nas fichas catalográficas do acervo.

⁸⁵⁹ Museu Dom José, *Relatório do Museu Diocesano de Sobral*, Sobral, 1959, s/p.

A primeira documentação feita, em 1962, por Adão Pinheiro deixou algumas pistas seguidas na nova catalogação proposta pelo professor Gouveia. Essa revisitação da classificação de um objeto museal é salutar, uma vez que torna o objeto disponível a múltiplas interpretações. O museólogo Bruno Brulon Soares definiu que “ao invés de se tornar obsoleta, a documentação museológica ganha ênfase, cabendo a ela o papel de documentação histórica e sociológica, registrando todos os estados do objeto e as relações estabelecidas em sua biografia”⁸⁶⁰. Por tudo isso, documentar um acervo de um museu é um trabalho inexaurível e a catalogação das suas peças não deixa de ser compreendido como o início de uma extensa jornada de trabalho. A documentação relativa aos entes patrimoniais é de maior importância e todos os museus devem manter um núcleo de pesquisa e documentação em atuação permanente, de modo a atender cada vez melhor à sua comunidade, ao seu público visitante bem como à investigação endógena e exógena à instituição⁸⁶¹.

6.1. Museu sob os cuidados da Universidade

Em julho de 1995, em artigo intitulado “Pela recuperação do Museu”, a então estudante de História da UECE, Manuelina Duarte relatou a sua experiência e desconforto perante o facto de que, quase um ano depois de realizada a catalogação inicial para a documentação do acervo, o museu permanecia de portas fechadas à comunidade e consequentemente o resultado do trabalho ainda não havia sido divulgado. Como já relatado, o próprio prédio que acolhia o MDJ seria motivo de preocupação devido às suas condições precárias de conservação, o que instigava os profissionais que intervieram na instituição a tornarem pública uma posição contra a injustificada suspensão dos trabalhos de retomada do museu⁸⁶².

Naquele ano, a questão do património cultural estava na ordem do dia no Estado do Ceará. A *Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Estado do Ceará* – Lei n.º 12.464, de 29 de junho de 1995 – instituiu um modelo de fomento das expressões culturais por intermédio de incentivos fiscais oferecidos às empresas privadas⁸⁶³. Essa legislação surgiu do movimento político em que se inseriam Tasso Jereissati, os irmãos Ciro e Cid Gomes, e o reitor Teodoro Soares, personalidades com ligações próximas ao mundo empresarial⁸⁶⁴. Em março daquele

⁸⁶⁰ Bruno Brulon, “Re-interpretando os objetos de museu: da classificação ao devir”, *Transinformação*, Campinas/SP, vol. 28, n.º 1, 2016, p. 114.

⁸⁶¹ André Desvallées; François Mairesse, *Op. Cit.*, 2013, p. 34-35.

⁸⁶² Atende-se a Manuelina Maria Duarte Cândido, “Pela Recuperação do Museu”, *Tribuna do Ceará*, 8 de julho de 1995, s/p., recorte.

⁸⁶³ Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, *Lei n.º 12.464*, 29 de junho de 1995, Fortaleza, 1995, s/p.

⁸⁶⁴ Alexandre Barbalho; Ivete Maurício de Lima; Jacqueline Franco, “O financiamento à cultura no Brasil: o caso do Ceará nos governos Cid Gomes (2007-2014)”, *Revista Eptic*, vol. 19, n.º 2, 2017, p. 17.

ano, circulava na 4.^a regional do IPHAN o pedido de financiamento do projeto “Reestruturação do Museu Dom José Tupinambá da Frota”, por intermédio de recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)⁸⁶⁵. O projeto, proposto pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, dependia de um parecer do órgão federal para atender aos critérios exigidos para o referido apoio. Obtendo um parecer favorável da equipa técnica da coordenação, a coordenadora da suprarreferida regional do IPHAN, Teresinha Helena de Alencar Cunha, encaminhou o processo à coordenação do PRONAC em 18 de maio de 1995⁸⁶⁶.

Em resumo, o projeto previa a revitalização do MDJ com a reabertura de três salas, restauro de peças do acervo, precedido de pesquisa e formação de recursos humanos para que fosse possível a reabertura ao público. Os recursos federais, num valor total de R\$ 99.833,00, foram transferidos para a Secretaria de Cultura do Estado, a 20 de dezembro de 1995, com vista à execução do projeto que deveria ser acompanhado pela repartição regional do IPHAN⁸⁶⁷. Durante os meses de outubro e novembro de 1995 decorreu uma troca de correspondências entre o gabinete do deputado federal do Partido Comunista do Brasil pelo Ceará, Inácio Arruda, e o Ministro da Cultura, Francisco Weffort, no sentido de viabilizar a assinatura de um convénio entre o ministério, a Secretaria de Cultura do Ceará, a Prefeitura de Sobral e a Diocese da cidade, todas estas entidades interessadas e com papel ativo no MDJ desde aquele momento. A documentação consultada não permite compreender quais as ligações que influenciaram o processo, embora se verifique a participação do referido deputado⁸⁶⁸.

As atividades colocadas em prática naquele ano revelavam os resultados de um instrumento determinante que alavancou oportunidades para a reabertura do MDJ ao público. Tais atividades foram impulsionadas pela concertação dos interesses da Diocese, da Universidade e do Governo do Estado, sob a articulação política de Teodoro Soares. Outro importante acordo de cooperação para a reabilitação do museu foi o contributo de um pequeno grupo de alunos e professores da Fachhochschule Colónia (FHK), sendo membros da comunidade académica do setor especializado de Restauro e Conservação de Bens Artísticos e Culturais do centro universitário alemão. Ainda no ano anterior, em 1994, a convite da

⁸⁶⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Ofício 44/95*, Fortaleza, IPHAN/4.^a CR, 28 de mar. 1995, s/p.

⁸⁶⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Ofício 85/95*, Fortaleza, IPHAN/4.^a CR, 18 de mai. 1995, s/p.

⁸⁶⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Memorando 29/96*, Rio de Janeiro, IPHAN/Ministério da Cultura, 18 de jan. 1996, s/p.

⁸⁶⁸ Camara dos Deputados, *Indicação n.º 411*, Deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), Brasília, 3 de out. 1995, s/p.; Camara dos Deputados, *Ofício PS/RI n.º 2734/95*, Primeira Secretaria, Brasília, 26 de out. 1995, s/p.; Presidência da República, *Ofício n.º 737/95*, SUPAR, Subchefia para Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Brasília, 14 de nov. 1995, s/p.; Ministério da Cultura, *Ofício n.º 372/95*, MinC, Chefe de Gabinete do Ministério da Cultura, Brasília, 22 de nov. 1995, s/p.

Universidade Federal do Ceará (UFC), quatro professores ligados a FHK já haviam visitado Sobral e perceberam o potencial de cooperação com o MDJ, que passava pelos processos iniciais de higienização implementados durante o consulado de Minerva Sanford. Aqueles profissionais reconheceram que seriam proveitosas as possibilidades de colaboração no precioso acervo da instituição diocesana, que precisava rápida e urgentemente de intervenções de restauro. Para além disso, e como forma de influenciar o bom desempenho profissional, o reitor da UVA ofereceu ao grupo de Colônia condições para uma cooperação entre as duas instituições de ensino superior⁸⁶⁹.

Assim, na causticante tarde de 5 de setembro de 1995, chegou a Sobral uma comitiva da FHK dirigida pelo professor Dr. Friedmann Hellwig, composta pelo restaurador Andreas Krupa e pelas alunas Carola Klinzman e Hella Wiegmann. Após uma visita rápida ao reitor da UVA, seguiram diretamente para o MDJ. Foram recebidos pela diretora Minerva Sanford e pelos docentes da UVA, Carlos Valente e Glória Giovana Saboya Mont’Alverne Girão, que os guiaram numa visita geral ao espaço museal, não deixando de ficar impressionados pela qualidade e quantidade do acervo: “ela foi-nos mostrando sucessivamente tesouros dos tempos coloniais e imperiais. O estado do edifício e dos objetos tirou-nos de início a coragem”⁸⁷⁰, relatou o professor Hellwig. O mesmo sentimento manifestou-se perante o acondicionamento inadequado do acervo, uma vez que muito dele estava instalado em estreitas estantes. No entanto, para amenizar a perplexidade dos visitantes, surgiu a informação de que o museu possuía listas de inventário, organizadas em dossiês com pouco mais de mil peças catalogadas, juntando-se a eles o arquiteto Herbert Rocha, que trouxe consigo um projeto de organização do museu de acordo com as alterações que eram possíveis fazer no edifício. Segundo o especialista alemão, aquelas foram as bases necessárias para a atuação do seu grupo de profissionais, com vista ao melhoramento e reorganização do MDJ⁸⁷¹.

A partir de uma análise inicial, os investigadores alemães propuseram à diretora e ao reitor algumas medidas de restauro de determinados objetos que, em conjunto, estimulassem a reabertura do museu por meio de uma exposição temporária. Os docentes da UVA rapidamente organizaram uma equipa com 13 estudantes, alguns deles da Universidade Estadual do Ceará

⁸⁶⁹ “A nossa excursão foi precedida da viagem efectuada na primavera de 1994 por um pequeno grupo da Fachhochschule (FH) Colônia, constituído pelo Chanceler Dr. Lange von Stocmeler, o diretor do secretariado do estrangeiro Olthoff, o diretor do Instituto de tecnologia Tropical da FH Colônia, Professor Dr. Gaese, e pelo então diretor do sector especializado de Restauro e Conservação de Bens Artísticos e Culturais, Professor Dr. Dasser” (Friedemann Hellwig, *Relatório do início da colaboração com a Universidade Sobral/Ce, Brasil, no campo do restauro – Primeira Viagem de 1 a 28/9/1995*, Fachhochschule Köln – Fachbereich Restaurierung und Konservierung von Kunst und Kulturgut, Colônia, dezembro 1995, p. 3).

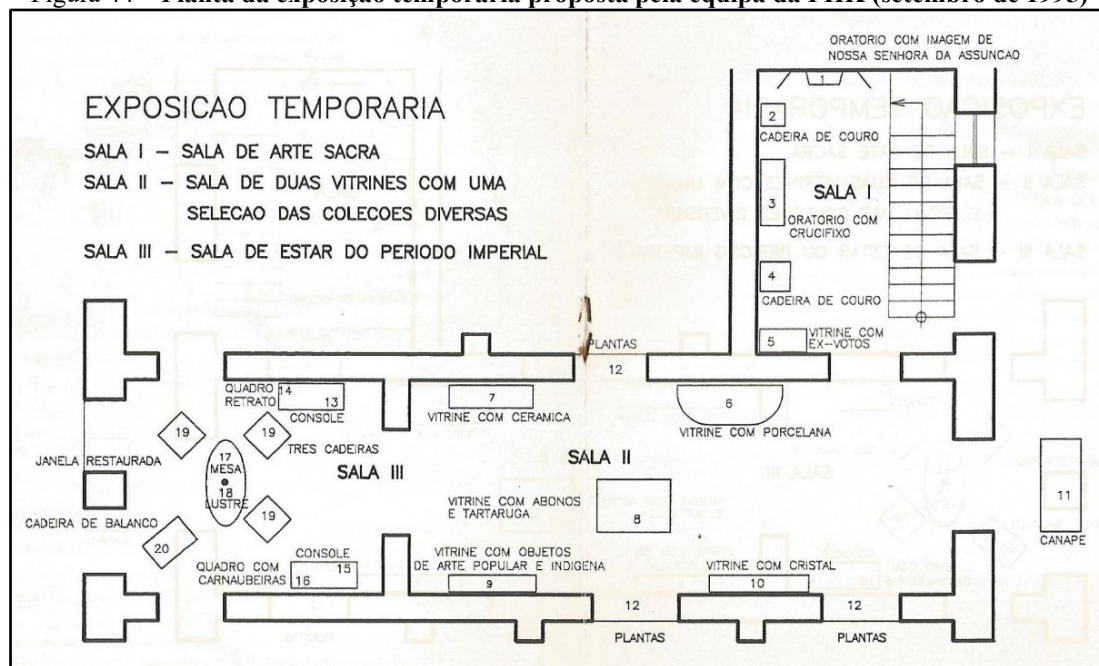
⁸⁷⁰ *Idem*, p. 4.

⁸⁷¹ *Ibidem*.

(UECE), provenientes de cursos diversos – Engenharia Civil, Pedagogia e História – que juntos contribuíram para o desenvolvimento do processo⁸⁷². Naquelas três semanas, apesar da barreira linguística, pois nenhum deles falava inglês ou alemão, os docentes e estudantes aprenderam e praticaram técnicas elementares de restauro e de limpeza, conservação e documentação, uma vez que nunca tiveram contacto com tais procedimentos museológicos⁸⁷³.

A vernissage da exposição de curta duração aconteceu no final da tarde de 25 de setembro de 1995, com a participação de uma série de personalidades da vida pública sobralense, do clero e à própria universidade. Foi oferecida aos convidados uma pequena brochura onde se explicava as finalidades daquele projeto ilustrada com um pequeno mapa da exposição (**Figura 44**), apresentando ainda a lista de todos os participantes e as perspectivas futuras do que se pretendia realizar no MDJ⁸⁷⁴.

Figura 44 – Planta da exposição temporária proposta pela equipa da FHK (setembro de 1995)



Fonte: acervo do MDJ.

⁸⁷² Os estudantes procedentes da UVA foram: Ítalo Marcelo Alves Carvalho, Eva Maria Dias Sousa, Maryanne Fialho, Lúcia de Freitas Barbosa, Jocelice Siebra, Francisca Rejane Martins de Sousa, Rosana Maria Parente Lima, Raimundo de Paula, José Milton Pereira e Ionildes A. da Rocha. Os estudantes procedentes da UECE foram: Manuelina Duarte, Ana Odete Araújo Correia e Alexandrovick Sales Gonçalves. Atende-se a Edilson Aragão, Herbert Rocha & Márcio Rocha (Org.), *Um projeto de cooperação entre a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e Fachhochschule Köln (FHK)*, Sobral, 24 de setembro de 1995, s/p.

⁸⁷³ Edilson Aragão, Herbert Rocha & Márcio Rocha (Org.), *Op. Cit.*, 1995, s/p.; Friedemann Hellwig, *Op. Cit.*, dezembro 1995, p. 5.

⁸⁷⁴ *Ibidem*.

A equipa alemã montou a exposição no primeiro piso na ala mais antiga do museu e usaram como entrada a porta de acesso a partir da Avenida D. José. Utilizaram apenas três compartimentos do museu, bloqueando as passagens para as outras divisões do edifício com impressões das plantas arquitetónicas propostas pelos arquitetos Herbert Rocha e Edilson Aragão, tendo em vista a reforma que estava em curso.

No compartimento que designaram por Sala I, junto à escada de acesso ao andar superior, a exposição foi composta por uma mostra do acervo de arte sacra disponível no MDJ. Foram escolhidas as seguintes peças:

- (1) Oratório fabricado em madeira policromada, confeccionado no Estado da Bahia em 1825, composto, no seu interior, pela imagem de Nossa Senhora da Assunção, procedente de Viçosa do Ceará, feita em cerâmica (terracota) policromada e datada do século XVIII⁸⁷⁵;
- (2) Cadeira em couro que pertenceu ao antigo aldeamento missionário dos Padres Jesuítas na Serra da Ibiapaba, datada de 1701⁸⁷⁶;
- (3) Oratório de origem inglesa, datado do século XIX, e crucifixo adornado, provavelmente, com dente de baleia, do século XVIII⁸⁷⁷;
- (4) Outra cadeira de couro, parecida com a anterior, também datada do século XVIII⁸⁷⁸;
- (5) Vitrine contendo *ex-votos*⁸⁷⁹.

Imbuídos no propósito de apresentar a variedade do acervo disponível e confirmar ao público visitante a identidade eclética das coleções disponíveis no MDJ, expuseram-se na Sala II exemplares de coleções que denominaram como “profanas”. Por intermédio da documentação disponível, não foi possível identificar todas as peças expostas, registando-se apenas aquelas que os curadores conseguiram identificar o seu número de registo no inventário. Segue-se a lista de algumas peças exibidas na segunda divisão:

⁸⁷⁵ Edilson Aragão, Herbert Rocha & Márcio Rocha (Org.), *Op. Cit.*, Sobral, 1995, s/p. O oratório está registado no inventário n.º II.0096 e a imagem com o n.º 0052. Atenda-se a Museu Dom José, *Inventário e Catalogação do Acervo*, CD-ROM, Sobral, novembro 2002, s/p.

⁸⁷⁶ Cadeira relacionada ao padre António Vieira oriunda do aldeamento da Missão jesuítica na Serra da Ibiapaba, no Ceará, registada no inventário sob o n.º II.0074 (*Ibidem*).

⁸⁷⁷ O registo do oratório no inventário é o n.º II.0087, entretanto o crucifixo não possui catalogação (*Ibidem*).

⁸⁷⁸ Registada com o n.º II.0058 (*Ibidem*).

⁸⁷⁹ *Ex-votos* são objetos fruto da devoção popular, como uma forma de agradecer ao santo uma graça alcançada ou a resposta ao pedido efetuado. O Ceará está profundamente relacionado com os romeiros que depositam maquetes de órgãos ou partes do corpo como testemunho do milagre alcançado. Sobre os *ex-votos* no Brasil, consultar Julita Scarano, *Fé e milagre: ex-votos pintados em madeira, séculos XVIII e XIX*, São Paulo, EDUSP, 2004, p. 35-42.; Os objetos de origem popular não possuem registo nos inventários do MDJ; Veja-se, de igual modo, Edilson Aragão, Herbert Rocha & Márcio Rocha (Org.), *Op. Cit.*, Sobral, 1995, s/p.

- (6) Móvel vitrine do século XIX, completado por porcelanas dos séculos XVIII e XIX⁸⁸⁰;
- (7) Vitrine com objetos de cerâmica⁸⁸¹;
- (8) Mesa vitrine recheada com leques e pentes feitos de casco de tartaruga⁸⁸²;
- (9) Vitrine com artefactos de arte popular e indígena⁸⁸³;
- (10) Vitrine com peças de cristal⁸⁸⁴;
- (11) Móvel canapé do século XIX feito em madeira com assento em palhinha⁸⁸⁵;
- (12) Plantas arquitetônicas com propostas para o funcionamento futuro do MDJ, elaboradas pelos arquitetos Edilson Aragão e Herbert Rocha⁸⁸⁶.

A Sala III foi montada com o propósito de transmitir uma ambiência de como seria uma sala de estar na época do Império no Brasil. Nesse sentido, montou-se uma *mise en scène* com diferentes tipos de móveis, quadros e um lustre com candeeiros. Todas as peças encontram-se datadas do século XIX:

- (13) Consola em madeira⁸⁸⁷;
- (14) Quadro retrato⁸⁸⁸;
- (15) Consola em madeira⁸⁸⁹;
- (16) Quadro com carnaubeiras⁸⁹⁰;
- (17) Mesa⁸⁹¹;
- (18) Lustre com três candeeiros⁸⁹²;
- (19) Três cadeiras em madeira com assento trabalhado em palhinha⁸⁹³;

⁸⁸⁰ As porcelanas não foram identificadas pela equipa alemã. A vitrine está registada com o n.º II.0020. Atenda-se a Museu Dom José, *Inventário e Catalogação do Acervo*, CD-ROM, Sobral, novembro 2002, s/p.; Edilson Aragão, Herbert Rocha & Márcio Rocha (Org.), *Op. Cit.*, Sobral, 1995, s/p.

⁸⁸¹ Sem identificação dos objetos. *Ibidem*.

⁸⁸² *Ibidem*.

⁸⁸³ *Ibidem*.

⁸⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁸⁵ Canapé registado no inventário com o n.º II.0059 (*Ibidem*).

⁸⁸⁶ Edilson Aragão, Herbert Rocha & Márcio Rocha (Org.), *Op. Cit.*, Sobral, 1995, s/p.

⁸⁸⁷ A consola está registada com o n.º II.0132 e trata-se de um móvel em madeira, também conhecido como aparador. Atenda-se a Museu Dom José, *Inventário e Catalogação do Acervo*, CD-ROM, Sobral, novembro 2002, s/p.; Edilson Aragão, Herbert Rocha & Márcio Rocha (Org.), *Op. Cit.*, Sobral, 1995, s/p.

⁸⁸⁸ Sem identificação do objeto (*Ibidem*).

⁸⁸⁹ A consola está registada com o n.º II.0079 e o n.º II.0080. Trata-se de um móvel em madeira, também conhecido como aparador. Atenda-se a Museu Dom José, *Inventário e Catalogação do Acervo*, CD-ROM, Sobral, novembro 2002, s/p.; Edilson Aragão, Herbert Rocha & Márcio Rocha (Org.), *Op. Cit.*, Sobral, 1995, s/p.

⁸⁹⁰ Sem identificação do quadro (*Ibidem*).

⁸⁹¹ Mesa em madeira registada com o n.º II.0099 (*Ibidem*).

⁸⁹² Lustre registado no inventário com o n.º 007 (*Ibidem*).

⁸⁹³ Cadeiras registadas com os n.º II.0047, n.º II.0048 e n.º II.0049 (*Ibidem*).

- (20) Cadeira de balanço em madeira com assento e encosto ornado em palhinha⁸⁹⁴;
- (21) Janela restaurada do próprio museu, acompanhada pela seguinte informação: “apesar de antiga tornou-se perfeita. Queremos mostrar, com este exemplo, as possibilidades de restauração [sic] ao invés de renovação”⁸⁹⁵;

Ao se interpretar a expografia aplicada, foi possível observar que as peças escolhidas procuravam representar, na sua grande maioria, os aspetos socioculturais de uma sociedade local católica, rica e, conseqüentemente, branca. A mesma interpretação do passado pode despertar orgulho para alguns, enquanto provoca sofrimento para outros. A representação proposta para a cidade de Sobral do século XIX terá significado completamente diferente para o visitante que é comerciante, a aluna que frequenta a escola urbana privada, o estudante de origem rural que frequenta a escola pública e a funcionária de comércio. As experiências históricas são variadas e essa matéria apresenta-se como uma verdade inconveniente para a interpretação de um museu histórico local, como o MDJ, porque impede as representações redutoras da vida no passado.

A equipa da FHK planeou várias atividades em Sobral até 1998. Hellwig percebeu que cabiam apenas ao IPHAN as únicas medidas de proteção ao património em todo o Ceará e que nenhum museu ou arquivo do Estado dispunha de um restaurador. Assim, um projeto de cooperação duradouro com a universidade sobralense poderia ser útil e atrativo para a cidade e região, esperando ainda que tais atividades essenciais pudessem ser asseguradas pelas entidades de incentivo do ensino superior da Alemanha e do Brasil, DAAD e CAPES, respetivamente⁸⁹⁶.

No que dizia respeito ao planeamento e preparação da estrutura arquitetónica do museu, um consórcio como aquele exigia uma boa coordenação entre todos os parceiros envolvidos no projeto. Naquele momento, a continuidade desta cooperação não estava assegurada, contudo, mesmo que nada acontecesse, já teriam contribuído com a melhoria significativa do estado de conservação de algumas das principais peças do museu. Na manhã seguinte à inauguração da exposição temporária, que só durou aquele dia, a equipa estrangeira deixou Sobral e voltou definitivamente à Alemanha.

A reforma no edifício prevista no projeto assinado entre o MinC e a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará começou em janeiro de 1996 e uma divisão técnica do IPHAN no Ceará foi indicada para acompanhamento da obra⁸⁹⁷. A arquiteta Márcia Sant’Anna e a chefe

⁸⁹⁴ Cadeira de baloiço registada com o n.º II.0063 (*Ibidem*).

⁸⁹⁵ Edilson Aragão, Herbert Rocha & Márcio Rocha (Org.), *Op. Cit.*, Sobral, 1995, s/p.

⁸⁹⁶ Friedemann Hellwig, *Op. Cit.*, dezembro 1995, p. 6.

⁸⁹⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Op. Cit.*, 18 de janeiro de 1996, s/p.

da divisão, Dra. Olga Gomes de Paiva, visitaram o edifício no dia 15 e 16 de maio daquele ano relatando à Coordenação Regional do órgão de proteção do património nacional que as obras intervencionavam, sobretudo, na ala criada em 1970, salientando:

- a troca do piso de ladrilhos hidráulicos por mosaicos de ardósia no rés-do-chão;
- a necessidade de revisão das instalações elétricas, com colocação de novas luminárias;
- a construção de duas casas de banho no piso térreo, ao lado do pátio interno;
- a substituição e confeção de esquadrias, com instalação de parapeitos em mármore; colocação de forros;
- o encerramento de vãos;
- a conclusão da fachada da ala construída pelo monsenhor Sabino, que estava inacabada desde então;
- a aplicação de uma pintura nas paredes internas e externas do edifício.

Nas restantes alas do MDJ, a remodelação restringiu-se à substituição de esquadrias, à colocação de parapeitos em mármore e pintura. A arquiteta apontou algumas inconformidades que foram realizadas, de acordo com o plano de trabalho pré-definido – um forro de PVC instalado na sala 8, quando todos os forros deveriam ser de gesso e alguns vãos internos, antigas portas e janelas, foram fechados com alvenaria, quando a proposta deveria atender ao caráter reversível da intervenção com placas de gesso. Todas as esquadrias externas do museu foram substituídas, no entanto era suposto que as mais antigas fossem preservadas e recuperadas. Além disso, não foram produzidas nas exatas dimensões das originais por indisponibilidade de peças com o mesmo padrão das antigas, o que fortalecia a sugestão de recuperação das antigas⁸⁹⁸.

O arquiteto Herbert Rocha, responsável pela elaboração do projeto, propôs que a fachada daquela ala mais recente fosse concluída mediante a instalação de esquadrias balcões e modenatura, embora a deixasse sem reboco, mantendo-a com os tijolos aparentes como forma de registar o caráter inacabado da construção. Sugeriu ainda que a cimalha daquele espaço fosse executada com um desenho contemporâneo que marcasse a atualidade da intervenção. No entanto, a fachada foi rebocada como as demais alas e a cimalha foi executada com uma imitação tosca que não procurou reproduzir o modelo das mais antigas⁸⁹⁹.

⁸⁹⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Informação Técnica 12/96*, Fortaleza, IPHAN/4.ª CR, 27 de mai. 1996, p. 1 e 2.

⁸⁹⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *Op. Cit.*, 27 de mai. 1996, p. 3.

Depois da reforma no edifício – com memória perpetuada no tempo por meio de uma placa instalada na recepção do museu, que se situou no primeiro salão a partir da porta que dá para a rua Maestro José Pedro –, o museu foi reaberto ao público no mês de julho de 1996, como prova do resultado “da ação e da persistência das autoridades e do povo sobralense em devolver ao panorama cultural brasileiro aquele que foi considerado um dos maiores museus de arte sacra do Brasil”⁹⁰⁰. O evento contou com a presença do então Ministro da Cultura, Francisco Correa Weffort, do Governador do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati, do secretário de Cultura do Estado, Paulo Linhares e dos anfitriões, Dom Walfrido Teixeira Vieira (bispo diocesano de Sobral), José Teodoro Soares e Evaristo Linhares Lima, reitor e vice-reitor da UVA, respetivamente⁹⁰¹.

Em outubro de 1996, a professora Glória Giovana Saboya Mont’Alverne Girão foi convidada a assumir a direção do Museu Dom José, permanecendo no cargo até 2015, num consulado marcado por um importante desenvolvimento nas áreas da investigação e da educação⁹⁰². O convite foi feito pelo reitor da UVA, tendo, provavelmente, em conta o seu envolvimento com o museu no ano anterior, durante a intervenção da equipa da FHK, não sendo ainda de descorar a iniciativa que liderou, em 20 de setembro daquele ano, junto com o padre Sadoc e monsenhor Sabino com vista ao pedido para que o IPHAN iniciasse o processo de tombamento do sítio histórico de Sobral, que contou com a subscrição, em abaixo-assinado, de mais de 200 assinaturas. A proposta teve o apoio e influência do poder público municipal, culminando no registo do tombamento do conjunto arquitetónico e urbanístico da cidade de Sobral no Livro do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico⁹⁰³.

Na “Apresentação” do livro *Sobral História e Vida* (1997), de autoria conjunta das professoras Giovana Mont’Alverne e Norma Soares – esposa do reitor –, Teodoro Soares deu a entender quais os motivos para convidá-la para a direção do MDJ: “descende de tradicionais troncos sobralenses, situa nesta sua publicação todo o conhecimento advindo das lides académicas que exerce com dedicação e competência, mas também da vivência com seus antepassados que ajudaram a construir esta distintíssima cidade”⁹⁰⁴. As autoras do livro haviam

⁹⁰⁰ Museu Dom José, *Placa de Reabertura ao Público, julho de 1996*, Sobral, 1996, s/p.

⁹⁰¹ *Ibidem*.

⁹⁰² Nomeada pela Portaria n.º 177/96 da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Informação obtida, por via eletrónica, da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, *Ofício n.º 13/2020*, PROEX/UVA, Sobral, 26 de agosto de 2020, p. 2-3.

⁹⁰³ Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire, *Op. Cit.* 2017, p. 387 e 388.

⁹⁰⁴ Maria Norma Maia Soares; Glória Giovana Sabóia Mont’Alverne Girão, *Op. Cit.*, 1997, p. 10. Regina Raick, em 1999, confirma as expectativas depositadas sobre o consulado da professora Giovana Mont’Alverne: “Hoje o Museu D. José está inegavelmente associado a figura de uma cidadã Sobralense que tem feito seu dever,

produzido uma “memória bem contada”⁹⁰⁵, focada essencialmente no registo de “parte da história da terra e daqueles que ajudaram a construir esta valiosa Sobral”⁹⁰⁶, confirmando a ideia de um museu que reflete as características de determinados indivíduos/modelos e estratificações sociais.

Ainda no mesmo texto Teodoro salientou o seguinte: “O papel que Dom José desempenhou é imensurável. Transcendeu ao seu tempo. Sem o bispado de Dom José, o ritmo da história de Sobral talvez tivesse sido outro. Outras personalidades distinguiram-se, quer pela sua coragem, quer pelo seu contributo, seja no crescimento econômico, seja na esfera social ou cultural”⁹⁰⁷. Juntou, ao seu discurso, os nomes de vultos da história sobralense com objetos representativos no acervo do museu: “Padre Mororó, Maria Thomázia, Visconde de Sabóia, Domingos Olímpio, Padre Ibiapina, Figueira de Melo, Rodrigues Júnior, Plínio Pompeu, Ernesto Deocleciano e mais recentemente, José Euclides Ferreira Gomes Júnior”⁹⁰⁸. Não deixou ainda de parafrasear um famoso historiador ao afirmar: “cada geração deveria escrever a história à sua maneira... pois a história é filha do seu tempo”⁹⁰⁹.

Na História não há coincidências, mas dois momentos-chave da narrativa do museu são ampliados com o lançamento de livros: o primeiro com a abertura do museu ao público em 1952, no mesmo ano em que D. José publicou sua obra *História de Sobral*; o segundo, em 1997, com a reabertura do espaço museal ao público, coincidente com o lançamento de *Sobral História e Vida*, das Edições UVA.

Desde que Teodoro Soares assumiu o reitorado da UVA, em abril de 1990, a universidade passou a superintender a instituição museal, que ganhou relevância e passou por várias mudanças físicas e administrativas. No dia 24 de março de 1997 inaugurou-se novamente o MDJ⁹¹⁰, como é possível ler em mais uma placa comemorativa afixada na atual recepção do espaço, onde pode-se ler: “Nessa data foi reaberto ao público o Museu Diocesano Dom José, pertencente à Diocese de Sobral e administrado pela Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, com o apoio do Ministério da Cultura, do Governo do Estado do Ceará e da Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará”⁹¹¹.

preservar a memória e a história local. O Museu sobre a sua administração espelha bem o que se pode ainda vir a esperar do mesmo [sic]” (Regina Celi Fonseca Raick, *Op. Cit.*, 1999, p. 68).

⁹⁰⁵ *Ibidem*.

⁹⁰⁶ *Ibidem*.

⁹⁰⁷ *Ibidem*.

⁹⁰⁸ *Ibidem*.

⁹⁰⁹ Indicou que a frase seria de autoria do historiador francês “Lucien Lefebvre”[sic] (*Ibidem*).

⁹¹⁰ Museu Dom José, *Fases Administrativas*, Sobral, 1997, p. 3.

⁹¹¹ Museu Dom José, *Placa de Reabertura ao Público, 24 de março de 1997*, Sobral, 1997, s/p.

Na fotografia de um momento da inauguração observa-se, em primeiro plano, a diretora, professora Giovana Saboya Mont’Alverne, acompanhada pelo reitor da UVA, pelo governador do Estado do Ceará, Tasso Jereissati, pelo Secretário de Cultura do Estado do Ceará, Paulo Linhares e pelo professor Osvaldo Gouveia (**Figura 45**). Para além das pessoas já citadas, “A solenidade de reabertura do Museu Diocesano Dom José [...], contou com as presenças do Governador do Estado, Dr. Tasso Ribeiro Jereissati, do Sr. Secretário de Cultura, Dr. Paulo Linhares, do Prefeito de Sobral, Dr. Cid Ferreira Gomes, do Sr. Bispo de Sobral, Dom Walfrido Teixeira Vieira, do Reitor da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Prof. José Teodoro Soares, da Professora Maria Norma Soares, de secretários do município, além de pessoas representativas da sociedade local, totalizando 148 pessoas”⁹¹². Note-se que nesta abertura outros setores da sociedade se fizeram presentes.

Figura 45 – Visita protocolar pela abertura do MDJ (março de 1997)



Fonte: acervo do MDJ.

A chegada ao poder do prefeito Cid Ferreira Gomes – aliado político de Teodoro Soares – em janeiro de 1997, transformou o contexto do apoio municipal à instituição. Teodoro estava animado com as propostas do prefeito em criar, no centro da cidade, uma zona em que confluíssem várias atividades ligadas ao património cultural, denominando-a de “Corredor Cultural”⁹¹³, integrando-se nesse projeto a reabilitação e reabertura do MDJ.

⁹¹² Glória Giovana Saboya Mont’Alverne Girão, *Relatório – Museu Dom José Período: março e abril/97*, Mimeo, Sobral, 1997, s/p.

⁹¹³ Maria Norma Maia Soares; Glória Giovana Sabóia Mont’Alverne Girão, *Op. Cit.*, 1997, p. 10.

6.2. Gerir o museu: o papel de Giovana Saboya Mont’Alverne

Sob orientação da diretora Giovana Mont’Alverne, docente procedente dos quadros da UVA, a instituição museal preparava os espaços expositivos a *pari passu* limpavam-se e catalogavam-se os objetos. Como parte integrante da programação dos 30 anos de fundação da UVA, o reitor Teodoro Soares e a direção do MDJ inauguraram na manhã do dia 19 de novembro de 1998, no rés-do-chão da parte central do edifício, a Sala da UVA, tendo como convidado especial o prefeito Cid Gomes. O referido espaço foi composto por uma exposição de retratos pintados que pretendia homenagear personalidades da história da universidade e da cidade que contribuíram, no passado, e continuavam a contribuir – alguns dos retratados ainda estão vivos – com o desenvolvimento educativo e sociocultural sobralense⁹¹⁴.

O prefeito Cid Ferreira Gomes foi presença constante nas celebrações relativas ao MDJ no decorrer das suas gestões como, por exemplo, a simbólica programação de corta-fitas pela comemoração do 50.º aniversário do museu, ocorrida a 29 de março de 2001⁹¹⁵(**Figura 46**). A comemoração do “Jubileu de Ouro” no espaço museal fez-se, igualmente, com uma remodelação às salas expositivas.

Figura 46 – Aspectos da comemoração do 50.º aniversário do MDJ (2001)



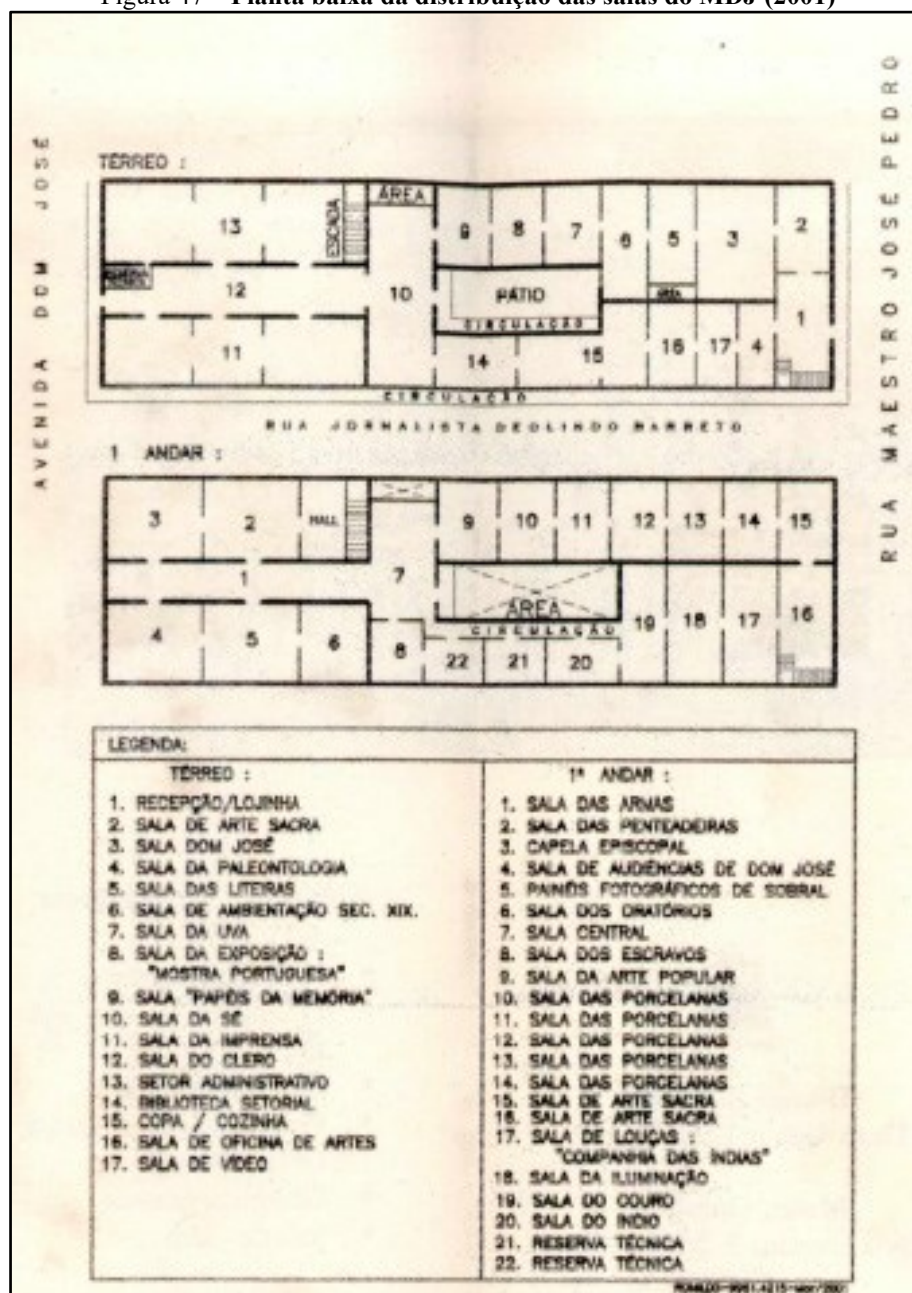
Fonte: acervo do MDJ.

⁹¹⁴ Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 19 de novembro de 1998*, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 1998, s/p.

⁹¹⁵ Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 2 de abril de 2001*, ano I, n.º VI, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2001, p. 4.

O folheto informativo da celebração de 2001 incluiu um mapa de organização das salas que estava a ser preparado desde a inauguração anterior, em 1997 (**Figura 47**). O espaço expositivo dividiu-se em 39 salas, sendo que, dos espaços de *backstage*, 5 deles se situavam no rés-do-chão – “13. Setor administrativo, 14. Biblioteca setorial, 15. Copa/cozinha, 16. Sala de oficina de artes e 17. Sala de vídeo” – e 2 no 1.º andar – as reservas técnicas assinaladas com os números 21 e 22 (a sala 22 se converteria em Sala Padre Palhano em setembro de 2002).

Figura 47 – Planta baixa da distribuição das salas do MDJ (2001)



Fonte: acervo do IPHAN.

O folheto indicou ainda que às 9h da manhã foi inaugurada e benzida a Sala Dom José, localizada no rés-do-chão do edifício (identificada com o número 3 no mapa da **Figura 47**), sendo a segunda sala depois da receção, recheada de objetos do primeiro bispo e fundador do museu. Inaugurou-se igualmente uma ala chamada Cônego Joviniano Loiola de Sampaio⁹¹⁶, com três espaços expositivos (salas 17, 18 e 19): a Sala das Louças Companhia das Índias⁹¹⁷; a Sala da Iluminação, destinada a expor os diferentes lampadários, candelabros e lamparinas utilizadas na aluminação pública e privada de Sobral nos séculos XIX e XX; e a Sala do Couro, preenchida por objetos relativos à vida sertaneja e popular como o gibão do vaqueiro, roupa e chapéus de couro, selas de montar, objetos de cozinha em ferro, barro ou madeira⁹¹⁸. Esta última sala ainda hoje parece atípica em relação ao contexto geral de opulência das outras coleções expostas no museu.

A professora Giovana Mont’Alverne manteve no seu consulado as práticas expositivas anteriores e defendeu a exibição do máximo de objetos possíveis, para que fossem “representativos de diferentes modos de vida e formas de expressão de vários grupos culturais da sociedade sobralense em diferentes momentos. Das nações indígenas que aqui viveram de longa data, dos portugueses colonizadores, das elites aristocráticas, dos padres cultivadores da fé, do artesão do barro, da palha, da madeira transformada em imagens, oratórios, crucifixos e púlpitos; das moedas que geraram a riqueza, da prataria, cristais e louçaria que embelezava, os sobrados e ruas da cidade de Sobral, iluminados ora por candeias, ora por lustres de cristal”⁹¹⁹. Assim, “todas estas manifestações culturais nos falam de uma sociedade que convive com diferenças e hierarquias e que por motivos vários, se faz a expressão ímpar de um povo plural”⁹²⁰.

Para além de deter, na sua designação, o nome do fundador, o museu inaugurou a Sala Dom José com o intuito de eternizar, num contexto de um espaço expositivo, a vida e obra do primeiro bispo da diocese de Sobral. O então reitor da UVA afirmou, anos depois, em texto

⁹¹⁶ Nome de um antigo diretor do museu, entre 1978 e 1980, falecido em 7 de julho de 1997. Ver informações no **Anexo 6**.

⁹¹⁷ “O registro a respeito do acervo de porcelana do Museu Diocesano Dom José consideram-na como típica louça inglesa de exportação do século XIX, com motivos orientais em azul, tendo sido amplamente usada no Brasil. Externamente é decorada com motivos orientais, sendo também conhecida como ‘louça de borrão’, devido as infiltrações ocasionadas pelos decalques a serem colocados antes da pasta ser cozida. [...] surgiu no final do século XVIII a porcelana conhecida no Brasil como Macau, considerada, na época, de baixa qualidade, destinada ao serviço diário. A porcelana Macau, subtipo do Estilo Azul e Branco, caracteriza-se pela decoração típica de paisagens à beira d’água, montanhas ou florestas, com embarcações e pagodes chineses” (Glória Giovana Sabóia Mont’Alverne Girão (Org.), *Museu Dom José Sobral*, Sobral, Edições Sobral Gráfica Ltda, 2007, p. 58).

⁹¹⁸ Atende-se a Museu Dom José, *Museu Dom José – Jubileu de Ouro*, 29 de março de 2001, Sobral, 2001, s/p.

⁹¹⁹ *Ibidem*.

⁹²⁰ *Ibidem*.

publicado no *Correio da Semana*, que o bispo voltou a Sobral provindo de Roma, no início do século XX, impregnado pelos ares e valores europeus e pretendia fazer replicá-lo na sua terra: “Se Dom José não é o fundador histórico de Sobral, foi quem deu a face moderna que a cidade passou a exibir, cujos marcos ainda hoje se espalham na paisagem urbana se Sobral”⁹²¹. Escreveu ainda que o primeiro bispo “deflagrou o processo civilizatório de Sobral, não apenas com as ideias e desenhos arquitetônicos que ele trouxe do Velho Mundo, mas pela qualidade da educação que sobral passou a ter a partir da Diocese com seus colégios de excelente qualidade”⁹²².

Partindo do exposto no referido texto, constata-se a forma simbólica como Soares traçou um paralelo entre o primordial chefe da Igreja sobralense – que, para o autor, ofereceu um conjunto de ações educativas ao formar bons professores, consequentemente bons alunos e bons profissionais –, como o seu aliado político: “Cid Gomes retoma a missão de Dom José na educação”⁹²³. Soares evidenciou no seu texto a ideia de que mesmo após a morte do antístite, Sobral ainda desfrutou o seu legado por longos anos até arrastar-se num hiato, um intervalo do qual a cidade não tinha nada do que se orgulhar, sendo, pelo contrário, uma “época em que a autoestima do sobralense estava em baixa”⁹²⁴. O óbvio paralelismo criado por Teodoro evidencia que mantinha e enaltecia as alianças políticas com o então prefeito, uma vez que “Cid, na Prefeitura, recuperou o sentimento de Sobralidade”⁹²⁵.

Mantendo o referido apoio com a figura principal da edilidade, o museu deu seguimento à terceira etapa do processo de inventário e catalogação do acervo, a partir dos trabalhos efetuados pela equipa liderada pelo museólogo Osvaldo Gouveia. Segundo o secretário de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo, Clodoveu Arruda, o trabalho foi “indispensável para outras etapas de adaptação do Museu Dom José, que requer também a museografia, a iluminação cénica do museu, enfim, o inventário é o primeiro passo no desenvolvimento dos projetos almejados no processo de preparação de Sobral para o turismo”⁹²⁶. Neste período de trabalho, a referida equipa catalogou quase três mil peças, as quais dividiram em 10 coleções distintas (**Tabela 11**).

⁹²¹ José Teodoro Soares, “Setembro Dom José”, *Correio da Semana*, edição n.º 490, 15 a 22 de set. de 2012, Sobral, p.5.

⁹²² *Ibidem*.

⁹²³ *Ibidem*.

⁹²⁴ *Ibidem*.

⁹²⁵ *Ibidem*.

⁹²⁶ Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 6 de agosto de 2001*, ano I, n.º 90, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2001, p. 2.

Tabela 11 – Coleções catalogadas durante a terceira etapa de trabalho da equipa de Osvaldo Gouveia (2001)

Coleção	Quantidade
Adereços e Acessórios	107
Armário	26
Cristal	893
Diversos	120
Imaginária	1
Indumentária	151
Mobiliário	51
Ourivesaria e outras ligas	128
Pintura	125
Porcelana	1340
Total	2942

Fonte: Relatório Final do Projeto de Catalogação do MDJ (2002).

Além da catalogação de um total de 4197 peças do acervo, em 1994 e em 2001, feitas pelo museólogo e sua equipa, contavam-se ainda 22 398 objetos das “coleções não catalogadas” ou, “coleções não catalogadas na sua totalidade” muito devido à coleção de numismática, onde se incluíam 20 394 unidades, 91,05% dos objetos não catalogados (**Tabela 12**).

Tabela 12 - Quantidades de objetos não catalogados ou não catalogados na sua totalidade em cada coleção (2002)

Coleção	Quantidade
Não Catalogadas	
Arqueologia	253
Etnologia	484
Numismática	20 394
Paleontologia	637
Não catalogadas na sua totalidade	
Adereços e acessórios	33
Diversos	283
Porcelana	314
Total	22 398

Fonte: Relatório Final Projeto de Catalogação do MDJ (2002).

O referido trabalho resultou na abertura do Livro de Registo do Museu Dom José, que foi entregue a direção da instituição, anotando-se nele grande parte do acervo guardado no espaço museal e só não ficou concluído devido a não integração do espólio fotográfico. Gouveia mencionou, em relatório, que “este documento se constitui no instrumento jurídico de reconhecimento da propriedade do acervo por parte do Museu Dom José. Com a incorporação do novo Livro de Registo aos documentos oficiais, o museu passa a atender a um dos principais postulados do ICOM – Conselho Internacional de Museus, qual seja a elaboração de um

instrumento jurídico de controle”⁹²⁷. Ao somar a quantidade dos objetos catalogados e não catalogados obtém-se o número de peças do acervo do Museu, perfazendo, até o ano de 2001, 26 595 unidades.

Todavia, o trabalho de registo dos objetos numa lista de inventário foi continuado durante o consulado da diretora Giovana Mont’Alverne pela equipa do museu, sob orientação da vice-diretora, Hilce Girão, que trabalharam neste processo ao longo do ano de 2002⁹²⁸. Consideraram como coleções catalogadas aqueles conjuntos que possuíam ficha catalográfica no acervo. Assim, foram acrescentadas 361 peças no Livro de Registo e como não-catalogadas foram consideradas aquelas peças contadas e classificadas por coleção, mas sem o devido registo em ficha própria. O documento “Acervo do Museu Dom José – Informações Gerais”⁹²⁹ demonstra um aumento na quantidade de alguns conjuntos, divididos em 10 coleções distintas, num total, em novembro de 2002, fixado em 29 969 unidades (**Tabela 13**).

⁹²⁷ Osvaldo Gouveia Ribeiro, *Museu Dom José: Projeto de Catalogação do Acervo – Relatório Final*, Sobral, 2002, s/p.

⁹²⁸ Atende-se ao documento produzido pela gestão do MDJ: “Por não constar no Projeto de Inventário e Catalogação do Acervo do Museu Dom José, de responsabilidade do museólogo Osvaldo Gouveia Ribeiro, a classificação da coleção de numismática foi feita por uma equipa do Museu Dom José, coordenada pela professora Maria Hilce Girão Capote, de acordo com as informações existentes nas moedas, no período de março a junho de 2002. Sugerimos que posteriormente deverá ser feita uma catalogação final por um especialista em numismática” (Museu Dom José, *Coleção Numismática – moedas conferidas*, Sobral, 2002, s/p.); Veja-se também a obra de Glória Giovana Sabóia Mont’Alverne Girão (Org.), *Museu Dom José Sobral*, Sobral, Edições Sobral Gráfica Ltda, 2007, p. 3.

⁹²⁹ Atende-se a Museu Dom José, “Acervo do Museu Dom José – Informações Gerais”, *Inventário e Catalogação do Acervo*, CD-ROM, Sobral, novembro 2002, s/p.

Tabela 13 – Total geral do acervo do MDJ (novembro 2002)

Classificação	Quantidade
Peças Catalogadas:	
I. Coleção Adereços e Acessórios	107
II. Coleção Armaria	123
III. Coleção Cristal	980
IV. Coleção Diversos	120
V. Coleção Imaginária	339
VI. Coleção Indumentária	151
VII. Coleção Mobiliário	219
VIII. Coleção Ourivesaria e outras ligas	342
IX. Coleção Pintura	165
X. Coleção Porcelana	2 069
Total de peças catalogadas:	4 615
Peças Não-Catalogadas:	
I. Adereços e Acessórios	33
II. Arqueologia	253
III. Diversos	283
IV. Etnologia	587
V. Fotografias	3052
VI. Numismática	20 394
VII. Paleontologia	637
VIII. Peças de D. Walfrido	115
Total de peças não-catalogadas:	25 354
Total Geral	29 969

Fonte: acervo do MDJ – *Informações Gerais* (2002).

A instituição continuou a receber novos objetos, com depósitos de várias proveniências: “Doações significativas foram registradas nos últimos anos (1997-2007) no MDJ, inclusive de coleções completas, como o acervo do comunicador sobralense José Maria Soares (discos de cera, fotografias, fitas de áudio, livros, álbuns, etc), totalizando 8030 peças de audiovisual”⁹³⁰, anunciou a diretora no catálogo geral das coleções com 124 páginas lançado a 30 de agosto de 2007 (**Figura 48**). Utilizou a referida ocasião para inaugurar, ao lado da biblioteca, a Sala Padre João Mendes Lira, em homenagem ao discípulo de D. José, com o propósito de acolher o vasto acervo que aquele reuniu ao longo da sua vida⁹³¹. A composição da sala foi manifestadamente tímida, concebida a partir de duas estantes de livros com portas envidraçadas, uma secretária e um móvel arquivo contendo uma parte do *corpus* documental deixado pelo padre-historiador e doado pela família ao museu, em abril de 2006, cumprindo-se o que foi desejado no seu testamento⁹³². Apesar disso, numa decisão unilateral da diretora do MDJ, o referido acervo foi

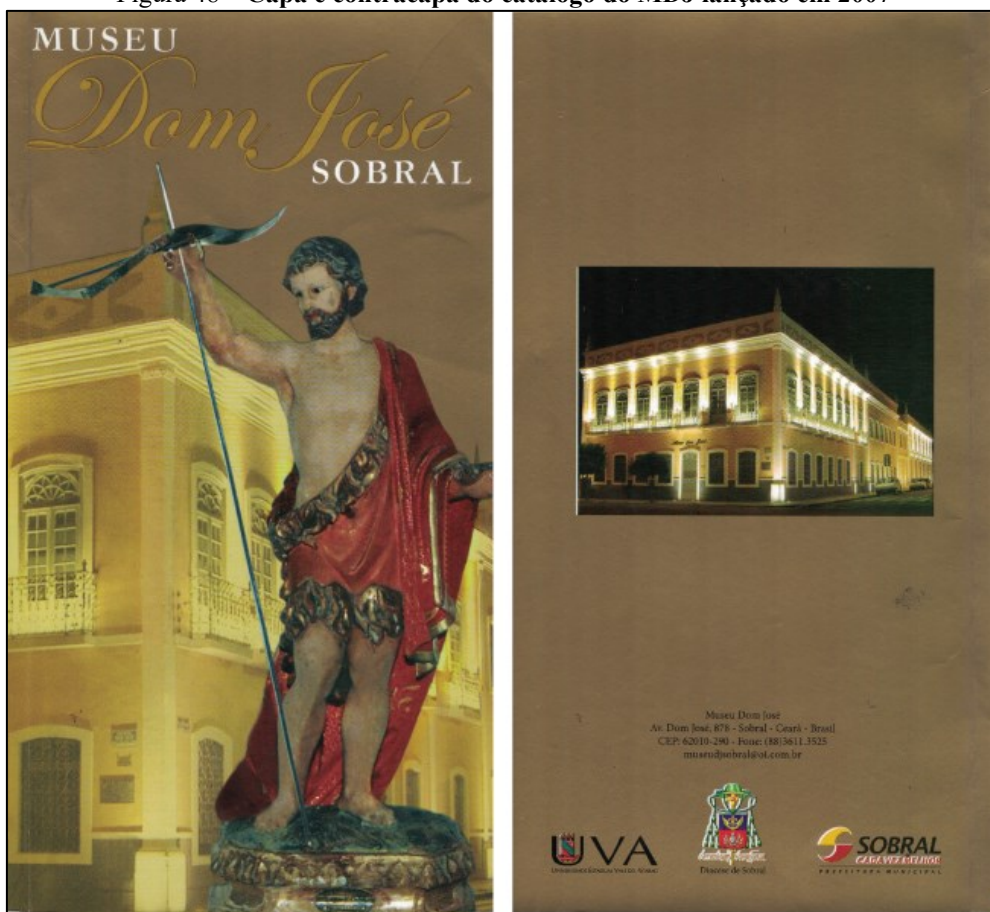
⁹³⁰ Glória Giovana Sabóia Mont’Alverne Girão (Org.), *Op. Cit.*, 2007, p. 5.

⁹³¹ Trata-se da sala número 18 da figura 48 deste trabalho; Atende-se ainda a Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 27 de agosto de 2007*, ano III, n.º 644, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2007, p. 1.

⁹³² Ana Carolina Rodrigues da Silva, *Op. Cit.*, 2015, p. 21. Glória Giovana Sabóia Mont’Alverne Girão (Org.), *Op. Cit.*, 2007, p. 5.

repartido por duas instituições, com o envio da outra parte para o Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS) da UVA⁹³³.

Figura 48 – Capa e contracapa do catálogo do MDJ lançado em 2007



Fonte: Glória G. S. M. Girão (Org.), *Op. cit.*, 2007, s/p.

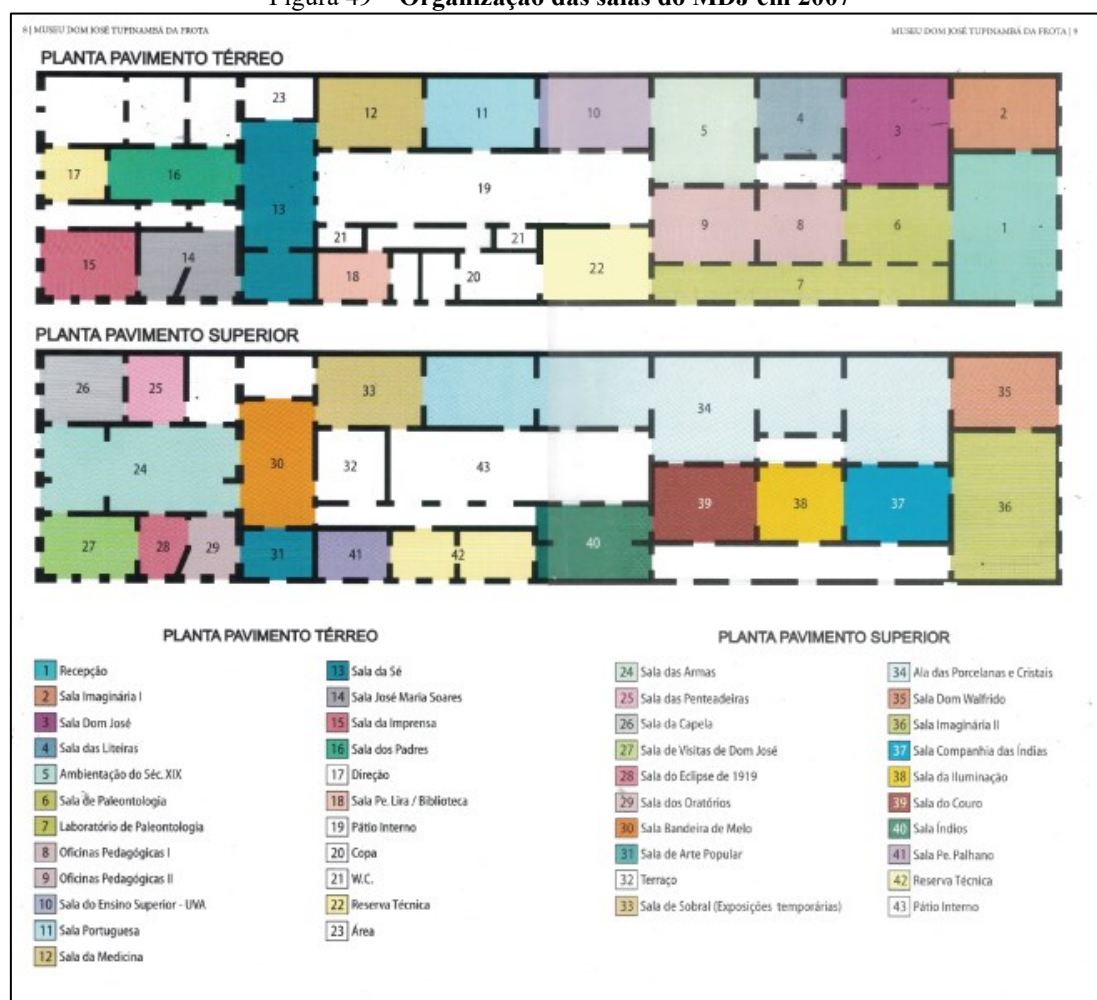
Organizados pela direção do museu, o projeto, a coordenação editorial e os textos dessa brochura, indiciam que toda a construção ideológica da instituição passava pela sua análise feita com muita minúcia⁹³⁴. O catálogo foi publicado com patrocínio da Prefeitura Municipal de

⁹³³ Segundo Dênis Melo, “Quando do falecimento do padre João Mendes Lira em 2006, o seu arquivo pessoal, de acordo com o seu desejo, deveria ser doado ao Museu Dom José. Na ocasião era diretora do mesmo a professora Glória Giovana S. Mont’Alverne Girão, também professora do Curso de História da UVA, que decidiu dividir o arquivo em duas partes, ficando uma parte no museu outra no NEDHIS – Núcleo de Estudos e Documentação Histórica do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Apesar da boa vontade da diretora do museu, essa atitude trouxe muitos prejuízos para a totalidade do arquivo que, ao ser dividido, sofreu alguns danos irreparáveis, como a perda de anotações, pequenos textos, bilhetes, entre outros documentos digamos assim mais sensíveis. Outro problema, foi como proceder a escolha do que deveria ficar no museu e o que deveria ser enviado ao NEDHIS” (Francisco Dênis Melo, *Op. Cit.*, 2013, p. 14).

⁹³⁴ Atende-se a Glória Giovana Sabóia Mont’Alverne Girão (Org.), *Op. Cit.*, 2007, p. 2. No texto “Agradecimentos” a diretora faz referência à equipa do MDJ que cooperou com a publicação: “De forma especial, agradecemos à equipa do Museu Dom José, que colaborou com atenção e competência para a concepção deste catálogo, especialmente à professora Maria Hilce Girão Capote, pelo compromisso profissional constante. Às estagiárias Tatyana Vieira da Silva, Sarah Lira Linhares, Vanda Maria Tiotônio, Juliana Leite e Rafael Gomes Araújo, somos gratos pela colaboração. À Professora Maria Somália Sales Viana e equipa de universitários, pela pesquisa e Laboratório de Paleontologia implantado” (*Idem*, p. 7).

Sobral⁹³⁵ e procurava “suprir uma grave carência catalográfica, o que gerava uma escassez de informações sistemáticas sobre o nosso acervo e, em consequência, a dificuldade em registrá-las”⁹³⁶, conforme apresentou a organizadora que tinha consciência da parca documentação museológica. No decorrer do texto, Giovana Mont’Alverne justificou o conteúdo da brochura salientando o seguinte: “as peças que aqui se mostram foram escolhidas com a finalidade de proporcionar uma visão geral das coleções de arte sacra e decorativa – imaginária, porcelana, cristal, mobiliário, acessório e adereço, pintura, fotografia, armaria e numismática, e ainda, paleontologia, arqueologia e etnologia, com um acervo de aproximadamente 36 000 peças”⁹³⁷. A publicação incluiu uma planta do museu, com a última disposição das salas e o contexto expositivo do consulado da professora até ao final da sua gestão em 2015 (**Figura 49**).

Figura 49 – Organização das salas do MDJ em 2007



Fonte: Giovana Saboya (Org.), *Op. cit.*, 2007, s/p.

⁹³⁵ *Idem*, p. 3.

⁹³⁶ *Ibidem*.

⁹³⁷ *Ibidem*.

Ao se analisar a planta que apresenta a organização das salas do MDJ, produzida em 2007 por ocasião do supramencionado catálogo, nota-se que a instituição contempla uma organização bem definida do *stage* e do *backstage*, desde as áreas de pura exposição e de interação com o público até aos restantes espaços técnicos, igualmente importantes para o funcionamento de uma instituição deste cariz. Assim constata-se a preocupação em assegurar áreas às reservas técnicas (sala 22 e 42), divisões especialmente dedicadas às oficinas pedagógicas (8 e 9) e uma sala de exposições temporárias (33), salas estas que conferem uma tentativa de acompanhar a vanguarda museológica, revelando desde logo uma preocupação com o serviço educativo e uma gestão eficiente do espaço.

Numa leitura à disposição da *mise en scène*, pode-se identificar, de imediato, um esforço para propagar uma narrativa específica da história de Sobral, mais preocupada na perpetuação da memória de grandes vultos – como a Sala Dom José (3), Sala dos Padres (16), Sala Dom Walfrido (35), Sala José Maria Soares (14), Sala Pe. Palhano (41), Sala Bandeira de Melo (30) –, ou direcionada a exhibir contextos económicos sobralenses de outrora, como a Sala do Couro (39), elegendo uma museologia assente na *persona* e nos períodos de enriquecimento de certos coletivos e não propriamente uma museologia do contexto total da sociedade. Em contraponto, apesar de existirem divisões dedicadas a diferentes contextos socioculturais – Sala dos “Índios [sic]” (40) e Sala da Arte Popular (41) –, estes são uma exceção dentro da *mise en scène* do referido museu, construindo uma tendência da história de Sobral que perpetua, sobretudo, a história das elites e dos ciclos económicos, também revista na Sala das Liteiras (4), no espaço de Ambientação do séc. XIX (5) e na Sala das Armas (24).

Por ainda se encontrar impregnado de uma lógica de perpetuação da memória que olvida as massas, o MDJ proporciona ao público visitante diversas salas de artes decorativas, na sua maioria estrangeiras, instituídas como símbolos de uma burguesia opulenta – Sala Portuguesa (11), Sala das Penteadeiras (25), Sala de Visitas de Dom José (27), Ala das Porcelanas e dos Cristais (34), Sala da Companhia das Índias (37) –, reforçando, voluntariamente, a supremacia para o enaltecimento de um grupo social hegemónico. Aqui festeja-se, espelha-se, comemora-se o que é a conjuntura sobralense das elites e as suas principais personalidades e agrupa-se em poucas salas o que se refere à cultura e arte popular. Ainda assim, não se olvide que se está perante uma instituição que nasceu de uma coleção em específico, que reflete uma determinada mentalidade, no que se pode considerar como um museu-autorretrato. E, na atualidade, por mais integradora que possa ser a museologia, ainda não conseguiu fugir à importância da coleção e do seu fundador, enquanto *persona* do renascimento cultural experimentado por Sobral no século XX.

A circulação pelas salas fez-se a partir da entrada no recinto da recepção, onde estava instalada a bilheteira e uma vitrina com produtos à venda – livros, marcatextos, cartões-postais, etc. Depois de adquirir o bilhete e registrar a assinatura no livro de visitantes, o público dirigia-se à direita, para a “Sala Imaginária I”, dedicada às primeiras impressões. Evidencia-se a exibição de esculturas – produzidas entre os séculos XVII e XIX e restauradas a partir das intervenções implementadas pela UVA na década de 1990 – e a mostra de objetos do culto católico.

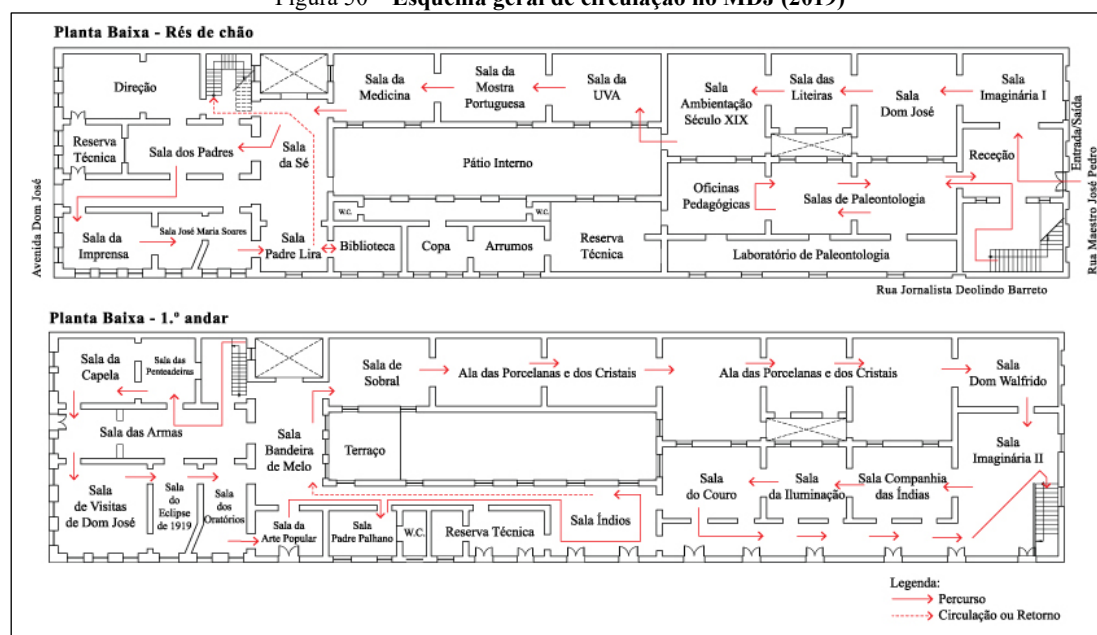
O percurso seguia contínuo, no sentido norte-sul, passando pelas “Sala de Dom José”, em honra ao fundador da instituição, pela “Sala das Liteiras”, pela “Sala de Ambientação do Séc. XIX”, levando o visitante a passar para o pátio interior. Este mantinha-se do lado direito do edifício e seguia pelas divisões, que compreendiam a “Sala da UVA” – composta por retratos pintados de todos os reitores da universidade –, a “Sala da Mostra Portuguesa” – constituída por faianças, esculturas de santos, louças, objetos de cortiça e numismática –, a “Sala da Medicina” – organizada com mobiliário e louças de boticário, além de utensílios de antigos médicos da cidade –, seguindo-se a “Sala da Sé”, a maior do espaço museal. Nela se destaca uma grande vitrine central, de formato horizontal, onde se expunham missais e documentos da Igreja local dos séculos XVII ao XX, além de antigos painéis, sino e púlpito da matriz sobralense.

A sequência da circulação continuava pela “Sala dos Padres”, onde o público seguia pelo lado esquerdo, ao quadrante leste da edificação, passando por um corredor que o levava para a “Sala da Imprensa” e, a partir desta, já em sentido sul-norte, para a “Sala José Maria Soares” e para a “Sala Padre Lira”. Esta última, que se conjugava com a “da Sé”, obrigava o visitante a seguir pela esquerda até às escadas localizadas ao lado do gabinete da direção, que davam acesso ao piso superior.

No primeiro andar, o visitante percorria à “Sala das Armas”, mantendo itinerário pelas salas dispostas à direita: “Sala das Penteadeiras” e “Sala da Capela”. Depois, rumava para o lado esquerdo do prédio, caminhando pelas divisões que tinham janelas voltadas para a rua Jornalista Deolindo Barreto: “Sala de Visitas de D. José”, “Sala do Eclipse de 1919”, “Sala dos Oratórios” e “Sala da Arte Popular”. A partir da “Sala Bandeira de Melo”, o percurso seria dividido. Primeiro seguia-se por um estreito corredor com janelas voltadas para o pátio central e entrava na “Sala Padre Palhano” e na “Sala do Índio [sic]”, onde o público voltava pelo mesmo corredor, até a “Bandeira de Melo”, que daria acesso à “Sala de Sobral”, onde se albergavam as exposições temporárias.

O esquema geral de circulação avança por cinco salões denominados de “Ala das Porcelanas e Cristais”, dedicados aos referidos artigos, de origem e épocas bastante heterogêneas. Seguem-se, em sequência, as divisões “Sala Dom Walfrido”, “Sala Imaginária II”, “Sala da Companhia das Índias”, “Sala da Iluminação” e “Sala do Couro”, até à chegada a um corredor lateral onde se situavam as escadas, localizadas no quadrante noroeste. Ao chegar ao rés-do-chão, o visitante estava novamente na recepção do espaço museal, faltando ainda conhecer a “Sala de Paleontologia” e o espaço dedicado às oficinas pedagógicas. Por tudo isso, pode-se afirmar que, tal como o esquema geral de circulação indica, não havia propriamente uma lógica cronológico-temática empregue na organização do percurso. Ao contrário dos museus construídos em obra nova, um edifício edificado inicialmente com uma função distinta (neste caso uma residência e paço episcopal) e posteriormente convertido em museu apresenta condicionamentos diversos que interferem com a aplicação da lógica expositiva, dada a disposição do espaço preexistente (**Figura 50**).

Figura 50 – Esquema geral de circulação no MDJ (2019)



Fonte: Plantas de Herbert Rocha e desenho do autor a partir de visitas.

Além da planta, o catálogo apresentou um breve resumo histórico da instituição, imagens de referência das 14 coleções disponíveis⁹³⁸ e ainda algumas ações educativas que o museu então desempenhava. O texto intitulado “Histórico”, aponta o caminho tomado pela

⁹³⁸ Nesse catálogo, a diretora lista como coleção os conjuntos catalogados e não catalogados: Imaginária, Indumentária, Mobiliário, Ourivesaria, Cristal, Porcelana, Adereço e acessório, Pintura, Fotografia, Armaria, Etnologia, Arqueologia, Paleontologia e Numismática.

instituição: “a partir de 1996, quando assumimos a direção, estabeleceu-se a política de gerenciamento do acervo, expansão de novas alas e projetos voltados para vários segmentos de públicos”⁹³⁹. Enumeradas no catálogo, os novos projetos e as atividades pedagógicas desenvolvidas pelo MDJ, consistiam em:

- “visitas orientadas para estudantes ou grupos diversificados;
- Exposições temáticas temporárias e permanentes;
- Apoio às pesquisas desenvolvidas pela UVA e outras instituições;
- Realização de curso de extensão;
- Apoio a projetos escolares na área do património cultural;
- Biblioteca organizada em museologia;
- Suporte às aulas práticas ministradas no espaço museal;
- Vídeos educativos e institucionais;
- Laboratório de Paleontologia”⁹⁴⁰.

A universidade investiu recursos na conservação do MDJ de forma perseverante ao longo da sua administração por intermédio de alguns institutos ligados à UVA. Entre 2013 e 2014 recuperou-se o telhado do prédio e foram instaladas câmaras de segurança com recursos provenientes do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual Vale do Acaraú (IADE)⁹⁴¹. O ano de 2014 parecia ser muito promissor ao MDJ, uma vez que finalmente, as necessidades estruturais de primeira ordem poderiam ser concretizadas. A 15 de janeiro daquele ano reuniram-se na cúria de Sobral representantes do Museu, da Diocese, da Universidade e da Prefeitura Municipal. Na agenda do encontro encontravam-se três projetos em vias de execução propostos para a instituição:

- 1) Projeto de Climatização do MDJ;
- 2) Projeto contra Incêndio e Pânico;
- 3) Projeto de Restauro Arquitetónico, Museológico e Museográfico do MDJ.

Quanto a este último, tratava-se de uma proposta do IPHAN a ser executada com recursos federais por intermédio do PAC-Cidades Históricas, conseguidos pela Prefeitura de Sobral. A compatibilidade do restauro orientado pelo IPHAN com os restantes projetos enunciados seria fundamental, de modo a não inviabilizar a climatização do espaço e o projeto antifogo, à época já em fase de conclusão para licitação. A direção do MDJ não queria correr o

⁹³⁹ Giovana Saboya (Org.), *Museu Dom José – Sobral*, Sobral, Editora Sobral Gráfica Ltda., 2007, s/p.

⁹⁴⁰ *Idem*, p. 105.

⁹⁴¹ “Museu Dom José e o seus desafios”, *Correio da Semana*, ano 96, ed. 571, Sobral, 5 a 12 de abril de 2014, p. 22.

risco de perder essa articulação financeira, como aconteceu em décadas passadas. Nesse sentido, deveria haver uma solução entre os técnicos das instâncias envolvidas para a adequação das mesmas⁹⁴².

Torna-se necessário tecer algumas considerações sobre o sistema de construção da narrativa expositiva e da comunicação que apresentou, desde os seus primeiros anos, o MDJ. Este processo desenvolveu-se a partir de uma longa permanência de ideias, adaptadas por diferentes atores, que pouco intervinham no esboço museal alicerçado em esquemas de reprodução dos aspetos socioculturais da elite, circunspectos à colonização branca, portuguesa e católica, numa relação de poderes desigual perante os elementos reveladores das matrizes indígena e afro-brasileira, presentes no território.

Estabelece-se um dado fundamental, ao apoiar-se em exemplos comparativos de outras experiências museográficas e expositivas ao longo do século XX no Brasil⁹⁴³, que a linha curatorial utilizada na referida instituição seguiu caminho distinto das teorizações de *museu integral* – terminologia que conferiu outras ideias principais das novas teorias museológicas posteriores⁹⁴⁴ –, exposto durante a realização da Mesa de Santiago do Chile, em 1972, promovida pelo International Council of Museums (ICOM), em que recomendava a construção de uma museologia aberta às múltiplas realidades e aconselhava as instituições a não servirem de “apanágio de um grupo social, mas [que] exigem ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos os sectores da sociedade”⁹⁴⁵.

Tampouco revelou guiar-se por outros exemplos que já apontavam para a implementação de novas práticas no campo museal, ocorridos a partir de 1958, durante o Seminário Regional UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, realizado no Rio de Janeiro, ou no Atelier Internacional da Nova Museologia, realizado em Quebec, no Canadá, no

⁹⁴² Atende-se a “Reunião na cúria com representantes da Prefeitura, da UVA e da Diocese, analisam propostas para o Museu em 2014”, *Correio da Semana*, ano 95, ed. 560, Sobral, 18 a 25 de jan. de 2014, p. 18.

⁹⁴³ A título de exemplo e para citar uma experiência mais recente, aponta-se a exposição “Brasil +500 Mostra do Redescobrimento”, realizada entre 23 de abril e 10 de setembro de 2000, no Parque Ibirapuera, em São Paulo, dividida em 13 módulos, a saber: A primeira Descoberta da América, Artes Indígenas, Carta de Pero Vaz de Caminha, Arte Barroca, Arte Afro-Brasileira, Negro de Corpo e Alma, Arte Popular, Arte do Século XIX, Arte Moderna, Imagens do Inconsciente, Arte Contemporânea, O Olhar Distante e Cine Caverna. Atende-se a Guilherme Barros, *O novo Brasil da mostra do redescobrimento*, São Paulo, Centro Universitário Belas Artes, 2012, p. 2.

⁹⁴⁴ Atenda-se a Luciana Christina Cruz e Souza, “Museu integral, museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile”, *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol. 28, e4, 2020, p. 4.

⁹⁴⁵ Atende-se a ICOM, “Mesa-Redonda de Santiago do Chile - ICOM, 1972”, *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 15, n.º 15, 1999, p. 112.

ano de 1984 e ainda na Reunião de Caracas, na Venezuela em 1992⁹⁴⁶. Os documentos produzidos nesses encontros foram organizados a partir de reflexões conjuntas de profissionais de múltiplas áreas que atuavam nos museus correspondentes, e propunham significativos avanços conceituais aos modelos expositivos e às atividades que promoviam.

Sem considerar as temáticas desses debates, a marcante museografia do MDJ, durante os anos de comissão dos diferentes gestores, manteve-se fundamentada na tradição da museologia implementada pelos princípios difundidos durante a primeira metade do século XX, através da técnica museal difundida por Gustavo Barroso que, apesar de ter exercido uma importante influência nos museus nacionais das décadas de 1920 a 1940, acabou por perder força no pós-guerra, a partir da criação do ICOM e dos museus de Arte Moderna no Brasil⁹⁴⁷. Ainda se pode igualmente inferir que tal pensamento se consolidou pelas orientações de outras instâncias, como o IPHAN, que uniformizou a escolha de entes arquiteturais e artísticos de Minas Gerais como a doutrina da “origem da nacionalidade”⁹⁴⁸ e “representativa da ancestralidade da nação”⁹⁴⁹. Durante o processo de “musealização” do património histórico e artístico nacional, na chamada “fase heróica”⁹⁵⁰, os tombamentos realizados pelo IPHAN reafirmaram “a ‘raça’ portuguesa, predominante na formação do ‘povo brasileiro’”⁹⁵¹, colocando o país como seguidor das “nações civilizadas”. De maneira geral, identifica-se em todo o arranjo do referido espaço museológico – mediado pela análise da *mise en scène* estabelecida no MDJ –, o vigor propagandístico de uma narrativa mais preocupada em eternizar os mitos de origem e da riqueza de grandes vultos da história local, elegendo uma museologia ajustada à concepção ideológica de “poder capitalista colonial/moderno eurocentrado”⁹⁵²,

⁹⁴⁶ Mais informações sobre estas reuniões e como influenciaram o pensamento museal brasileiro, atenda-se a Manuelina Maria Duarte Cândido, “Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro”, *Cadernos de Sociomuseologia*, V. 20, n.º 20, p. 17-32.

⁹⁴⁷ Segundo Mário Chagas, “o enfrentamento entre gerações e o embate entre o pensamento museal hegemônico de origem europeia e outras tendências que buscavam se afirmar, levando em conta as experiências nacionais, também estiveram presentes [no Seminário Regional UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus]. No caso brasileiro, a disputa entre o pensamento museológico barroseano e as novas formas de pensar e praticar a museologia que vinham se afirmando, especialmente a partir das novas gerações, também era presente e sensível” (Mário Chagas, “O Seminário Regional da Unesco Sobre a Função Educativa dos Museus (1958): sessenta anos depois”, em: CHAGAS, Mário & RODRIGUES, Marcus Vinícius Macri (Orgs.), *A função educacional dos museus : 60 anos do Seminário Regional da Unesco*, Rio de Janeiro, Museu da República, 2019, p. 20).

⁹⁴⁸ Márcia Chuva, *Op. Cit.*, 2009, p. 184.

⁹⁴⁹ *Idem* p. 208.

⁹⁵⁰ *Idem* p. 143.

⁹⁵¹ *Idem* p. 208.

⁹⁵² Quijano explicou que “a Europa ou, mais especificamente, a Europa Ocidental emergiu como uma nova entidade e identidade histórica e como o lugar central do novo padrão de poder capitalista colonial/moderno eurocentrado no mundo. Que a Europa, como dominadora colonial do mundo, pudesse impor um processo de reidentificação das demais regiões do mundo como novas identidades geoculturais: depois que a América e a Europa se estabeleceram, a África, a Ásia e, muito mais tarde, a Oceania. Aquele elemento básico específico do

formulação teorizada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano e que se articula às produções simbólicas dos sistemas de dominação propostas por Bourdieu⁹⁵³ e ainda com a relação violenta/assimétrica entre opressor e oprimido apresentada por Paulo Freire⁹⁵⁴.

Quijano afirmou na sua teoria da “colonialidade do poder” que tal modelo ideológico foi iniciado com a ocupação da América no século XVI, pelo colonialismo europeu – espanhol e português –, sucedido pelas conquistas francesas e holandesas do século seguinte, continuado pelo imperialismo inglês no século XIX e, atualmente, é uma prossecução do imperialismo norte-americano desde os primórdios do século XX, todos julgando-se missionários do processo civilizador global, seja por meio das classificações sociais dos sujeitos ou das formas de controlo do trabalho. Nesse mesmo sentido, o referido sociólogo indica a existência de um sistema estratificado de relações sociais, de disposição de poder, que constitui a história da América Latina e que, apesar das independências e dos processos de descolonização, a descolonialidade ainda não aconteceu, pois, os seus efeitos fundamentais continuam a operar nos diferentes países⁹⁵⁵.

Numa análise à teoria proposta por Quijano, Pablo Quintero mostrou que a eurocentralidade, como das consequências diretas da “colonialidade do poder”, vai impor aos conquistados uma visão distorcida de si mesmos, obrigando-os a verem-se sob a perspetiva do conquistador, impossibilitando e obstruindo as perspetivas histórico-culturais autónomas dos dominados frente aos modelos de poder. Tal estratégia consolidou a ideia de que a Europa e os europeus teriam alcançado o nível mais avançado da espécie, segundo a qual a humanidade diferenciava-se entre inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos⁹⁵⁶.

novo padrão de poder mundial que se baseava na ideia de ‘raça’ e na classificação socio-racial da população mundial – expressa na distribuição ‘racial’ do trabalho, na imposição de novas identidades geoculturais ‘raciais’, na concentração do controle dos recursos produtivos e do capital, como relações sociais, inclusive salarial, como privilégio da ‘branquitude’ – é o que basicamente está referido na categoria de colonialidade do poder. Isso afetou toda a distribuição de poder entre a população mundial. Assim, embora as relações sociais ‘raciais’ e ‘racistas’ na vida cotidiana da população mundial tenham sido as expressões mais visíveis da colonialidade do poder durante os últimos 500 anos, a implicação histórica mais significativa é o surgimento de um poder eurocentrado capitalista do mundo colonial/moderno que ainda está conosco [tradução do autor]” (Aníbal Quijano, “Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America”, *International Sociology*, v. 15, n.º 2, 2000, p. 217-218).

⁹⁵³ Pierre Bourdieu, *Op.cit.*, 1989, p. 10-11. A tese de doutoramento em Museologia e Património de Luciana Souza traz uma importante reflexão sobre os discursos institucionais que operam afirmando a existência de uma dimensão colonial nas ações preservacionistas no Brasil. Atenda-se a Luciana Christina Cruz e Souza, *Patrimônio e Colonialidade – A preservação do patrimônio mineiro numa crítica decolonial*, Tese de Doutorado em Museologia e Patrimônio, UFRJ, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2018.

⁹⁵⁴ Paulo Freire, *Op. Cit.*, 1987, p. 25-27.

⁹⁵⁵ Atende-se a Pablo Qui-ntero, “Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad en América Latina”, *Papeles De Trabajo – Centro De Estudios Interdisciplinarios En Etnolingüística Y Antropología Socio-Cultural*, vol. 19, 2020, p. 1–15.

⁹⁵⁶ *Idem*, p. 10-11.

Dessa forma, o MDJ pode ser visto como espaço onde a opressão estrutural se manifesta de forma particularmente evidente, uma vez que a construção da narrativa museológica reflete a perspectiva exploratória dos grupos dominantes opressores, consequentemente, ignorando ou diminuindo a importância da diversidade e das experiências dos grupos oprimidos. Ao promover uma “ação antidialógica”⁹⁵⁷, em que negou a participação de certos grupos sociais e promoveu a “reificação”⁹⁵⁸ das elites em narrativas privilegiadas e legitimadas, o museu contribuiu para a perpetuação de uma visão eurocêntrica e colonizadora da história e da cultura local. É importante referir que, em um museu, uma “ação antidialógica” reforça a submissão e a passividade dos visitantes, pois estes são tratados como meros receptores de informações pré-determinadas, sem espaço para reflexão ou diálogo crítico.

Levando-se em conta o que foi ponderado, os objetos escolhidos para a exibição no MDJ foram facilmente associados a Portugal e, por inerência à eurocentralidade, para ilustrar uma origem lusitana da Sobral cearense, quase que exclusiva, sob a perspectiva de uma memória criada e contada pela instituição segundo as formas de gerir o património e de constituir museus assentes nas narrativas das elites locais, marcadas pela hegemonia pernóstica, pelo personalismo e por uma manifesta resistência à renovação – resultando em uma constante orientação necrófila⁹⁵⁹. Tal ligação de interdependência entre uma memória inventada e interesses socioculturais de uma elite para a sua manutenção, provocam a necessidade de se discutir a urgente descolonização das exposições e comunicações deste e de outros museus nacionais. Importa compreender que a história da colonização lusitana é inseparável da história da violência contra as populações indígenas e negras e, sobretudo, das questões raciais e de classe que perduram ainda hoje no Brasil. É indispensável a ampliação do debate, para que a ação museológica se desenvolva e leve reflexão à comunidade envolvente, de modo a perceber o museu como espaço de comunicação e troca dialógica de saberes, valorizando este equipamento cultural enquanto “lugar de memória”, não apenas pelo seu acervo colecionado ou a sua estrutura de “pedra e cal” mas, sobretudo, pelo que representa perante a comunidade em que está inserido.

6.3. Investigação, educação museal e as interações com o público

Planear o futuro do MDJ não se tratava simplesmente de organizar a agenda para considerar o crescente aumento dos visitantes àquela casa de perpetuação da memória, nem

⁹⁵⁷ Paulo Freire, *Op. Cit.*, 1987, p. 77.

⁹⁵⁸ *Idem.*

⁹⁵⁹ Mário Souza Chagas, *Op. Cit.*, 2011, p. 7; Paulo Freire, *Op. Cit.*, 1987, p. 37.

unicamente esperar que as reformas que se previram desde meados da década de 1990 ou em limpar e reorganizar as vitrines expositivas. Experienciou-se um desejo de participar nas importantes transformações no âmbito do seu papel educativo enquanto museu, na democratização do acesso à instituição e na inclusão social que o património cultural poderia proporcionar, sendo estes aspetos considerados fundamentais para o museu dirigido pela professora Giovana Mont’Alverne nos anos do seu mandato.

Nas comemorações do cinquentenário da instituição, em 2001, Maria Norma Soares, coordenadora editorial das Edições UVA, lançou a revista *O Museu da Minha Cidade*, com as características de uma banda-desenhada em que a autora se valeu de uma personagem fictícia, um idoso contador de histórias a quem chamou de “Sobralito”, para explicar às crianças a origem e formação do acervo⁹⁶⁰. A publicação foi um acontecimento que marcou o desenvolvimento de tarefas de natureza pedagógica no MDJ, atendendo aos propósitos de classificação da instituição como um museu. A partir da sua reabertura em 1997, o espaço museal estava a experimentar atividades dirigidas para o público escolar com um visível aumento das visitas dos alunos da rede municipal de educação. Pode-se afirmar que, com as dinâmicas interações com o meio envolvente, houve o expressivo aumento do público visitante que aconteceram a partir de dois fatores: o primeiro foi a ação da direção ao centrar a divulgação do MDJ a partir da sua dimensão pedagógica; e o segundo relaciona-se com o estreitamento de laços da instituição com a gestão pública municipal de Cid Gomes, permitindo a entrada livre no museu por parte dos alunos da rede pública municipal.

Sob gestão da UVA, o MDJ teve em consideração a realização de atividades educativas, uma das finalidades que garantem a sua existência, e alargou o seu campo de ação para atrair o público estudantil. De acordo com José Amado Mendes, “Assim, na ciência como na cultura, na investigação como na divulgação do saber, na promoção do desenvolvimento como no turismo cultural e na valorização do próprio lazer – para não falar, obviamente, na educação, que aqui nos interessa de modo especial –, muito há a esperar dos museus ou, por outras palavras, muito há a fazer com e por meio das instituições museológicas”⁹⁶¹. Portanto, o papel educativo dos museus é uma de muitas potencialidades que podem ser exploradas em qualquer equipamento cultural com função de museu.

Os dados apresentados na **Tabela 14** revelam a evolução do número de entradas no MDJ ao longo dos anos, desde que a entidade iniciou tal registo numa série de tomos incorporados a essa função específica. De 1971 a 1999 foram utilizados seis livros, que agregam

⁹⁶⁰ Atende-se a Maria Norma Maia Soares, *O Museu da Minha Cidade*, Edições UVA, Sobral, 2001.

⁹⁶¹ Atende-se a José Amado Mendes, *Op. cit.*, 2013, p. 32.

vários períodos distintos. Numa análise ao livro 4, que compreende os anos de 1992 a 1997 – coincidentes com a entrada da universidade na gestão do museu –, a instituição abria as suas portas em momentos pontuais, atingindo uma média de 98 pessoas por mês. Ao compararmos com os dois livros seguintes, em que o museu manteve atividades regulares e já passava a receber, com alguma frequência, o público escolar, a média mensal de público cresceu para 530 visitantes, um incremento de 440%.

Tabela 14 – **Registo de entradas nos livros de visitantes (1971-1999)**

Livro	Período	Total de Visitas	%
1) 10.03.1971 a 27.10.1971	c. 7 meses	3742	7,13
2) 28.10.1971 a 30.07.1981	c. 9 anos e 9 meses	11535	22
3) 31.07.1981 a 21.02.1992	c. 10 anos e 7 meses	12798	24,40
4) 22.02.1992 a 28.01.1997	c. 4 anos e 11 meses	5817	11,09
5) 29.01.1997 a 23.10.1998	c. 1 ano e 10 meses	11349	21,63
6) 24.10.1998 a 31.12.1999	c. 1 ano e 1 mês	7211	13,75
1971 a 1999	c. 27 anos e 9 meses	52452	100 %

Fonte: Livros de Visitantes do MDJ (1971 a 1999).

Em 2001, por meio de um acordo assinado entre a Prefeitura Municipal de Sobral (PMS) e o IPHAN, o espaço museal, assim como outros monumentos locais – a exemplo da Igreja da Sé, do Arco de N. S. de Fátima e do Becco do Cotovelo –, recebeu uma iluminação monumental externa com o objetivo de chamar à atenção dos sobralenses e dos possíveis visitantes numa tentativa de colocar o MDJ como uma das atrações turísticas do Ceará⁹⁶². Apesar dos incentivos ao museu, que recebia um fluxo de caravanas da capital do Estado e mesmo de fora dele, a restante população sobralense pouco o frequentava.

Na coluna “Opiniões” do *Boletim Municipal* de 15 de agosto de 2002 pode-se ler várias impressões de populares acerca do MDJ. Com parecer positivo estava Mônica, moradora do centro de Sobral, que enalteceu o seguinte: “Tem um valor histórico muito importante para a cidade. Já levei várias vezes meus filhos ao Museu Dom José. Eles se encantaram com tanta beleza e cultura que possui aquele lugar”. Por outro lado, Camilo, morador do bairro periférico dos Terrenos Novos, afirmou: “Não tive oportunidade de visitar o Museu, mas minha filha já foi com um grupo de alunos da escola em que ela estuda. A Prefeitura deveria não cobrar taxas para entrar no museu”⁹⁶³. Os relatos publicados no referido *Boletim Municipal* espelham o paradigma do visitante do museu: um morador não se sentia à vontade em visitar a instituição,

⁹⁶² Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 13 de agosto de 2001*, ano I, n.º 95, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2001, p. 4.

⁹⁶³ Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 15 de agosto de 2002*, ano II, n.º 147, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2002, p. 4.

pois talvez não tivesse rendimentos para pagar a quantia exigida pelo bilhete, apesar de perceber a importância do equipamento cultural. Mesmo que o valor fosse diminuto – cerca de R\$ 2,00 naquele ano –, ainda assim poderia reduzir a possibilidade de visita das pessoas mais carenciadas. Já a moradora do centro da cidade, possivelmente por ultrapassar a condicional financeira, identificava a importância histórica, estética e cultural do lugar, tendo-o visitado diversas vezes e, portanto, o valor pago pela entrada não a inibia de adquirir o bilhete.

A partir da década de 2000, os dados estatísticos extraídos dos livros de visitantes ganharam mais qualidade, ao distribuir o público em categorias distintas: Estudantes, Público Espontâneo e Turistas. A partir de 2012, a categoria “Pesquisador” – terminologia identificada nas fontes para os investigadores – passou a fazer parte das categorias de visitantes do MDJ, uma vez que, anteriormente, o seu quantitativo estava aglomerado com mais três categorias. O número de estudantes que passou a frequentar o museu de Sobral representou uma média de 89,24% do total de visitantes de 2000 a 2015, tornando bastante evidente que os projetos educativos deram resultados positivos (**Tabela 15**). A inserção da via educacional no MDJ foi uma ação que aconteceu a *pari passu* com a implementação das “políticas públicas de urbanização e educação”⁹⁶⁴ na cidade durante a gestão de Cid Gomes e os seus sucessores políticos até a atualidade.

Tabela 15 – Registo do número de visitantes indicados nos relatórios de gestão do MDJ (2000-2015)

Ano	Público Espontâneo	Estudantes	Turistas	Pesquisadores	Total de Visitas	% de Estudantes
2000	614	5243	992	-	6849	76,55
2001	539	4720	926	-	6185	76,31
2002	213	8477	709	-	9399	90,19
2003	793	5817	1101	-	7711	75,43
2004	225	6164	711	-	7100	86,81
2005	441	4012	912	-	5365	74,78
2006	466	4313	794	-	5573	77,39
2007	307	4718	952	-	5977	78,93
2008	1299	4209	562	-	6070	69,34
2009	418	6527	529	-	7474	87,32
2010	212	7531	507	-	8250	91,28
2011	251	7205	341	-	7797	92,40
2012	259	6981	448	67	7755	90,01
2013	268	6581	370	31	7250	90,77
2014	130	7192	480	32	7834	91,80
2015	489	6470	489	62	7239	89,37
2000 a 2015	6924	96160	10823	192	113828	89,24

Fonte: Relatórios de gestão do MDJ (2000 a 2015).

⁹⁶⁴ Nilson Almino de Freitas, “Centro-monumento e a patrimonialização de Sobral, Ceará, Brasil”, *PatryTer*, vol. 4, n.º 7, 2021, p. 120.

Sobre essa questão, o sociólogo Nilson Freitas, no artigo intitulado *Centro-monumento e a patrimonialização de Sobral, Ceará, Brasil*, coloca em evidência a problemática de que “a política de preservação do patrimônio cultural aplicada no sítio histórico é usada como lugar de um discurso que define um modelo de tradição, ao mesmo tempo de modernidade”⁹⁶⁵ desde o início da gestão de Cid Gomes, em 1997. O artigo do professor Freitas discute dois importantes documentos para construir o seu raciocínio: o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e o livro didático produzido por encomenda da Prefeitura Municipal de Sobral para o Ensino Fundamental, intitulado *Descobrimos e construindo Sobral: conhecimentos de Geografia e História*, adotado em 2002 nas escolas municipais e escrito pelas professoras Isorlanda Caracristi e Giovana Saboya Mont’Alverne, da Universidade Estadual Vale do Acaraú⁹⁶⁶.

As fontes utilizadas por Freitas sugerem uma narrativa oficial que reforça a ideia de uma “unidade cultural” na cidade, bem próxima ao discurso reproduzido pelos guias-intérpretes do museu, que repetiram a noção de um passado geral e comum para os habitantes de Sobral: “A versão da história informada pelo documento [PDDU] se repete em outras fontes e é difundida de forma simultânea por outros instrumentos. O próprio documento sugere esta possibilidade como uma iniciativa necessária da política pública de educação”⁹⁶⁷. Já o livro didático focou “sobre o patrimônio histórico de Sobral, salientando o argumento da preeminência dos grupos hegemônicos e importância regional da cidade, dedicando ainda uma página ao MDJ. Freitas relembra que “o Museu Dom José, por sua vez, é sempre lembrado nas publicações impressas e virtuais sobre ele, como um dos mais importantes acervos de arte sacra do país, exaltando o pioneirismo e distinção da cidade comparada às demais no âmbito cearense. A história que os guias do museu contam para o público durante uma visita ao acervo, é que Dom José, pessoalmente, conseguiu boa parte de acervo junto a Igrejas e capelas da região”⁹⁶⁸, opinião esta igualmente refletida no já citado livro didático.

Sobre a narrativa proferida pelos guias-interpretres do MDJ durante a visita, constatou-se a existência de um discurso predominante, originado nesta última fase do museu, que foi sendo contado e repetido para que os estagiários pudessem reproduzir. A imagem de um profissional que conduz o visitante e reproduz um discurso baseado num guião pré-definido, sem adaptá-los aos diferentes públicos e com uma comunicação unidirecional que não cria as

⁹⁶⁵ *Ibidem*.

⁹⁶⁶ *Idem*, p. 121.

⁹⁶⁷ *Idem*, p. 127.

⁹⁶⁸ *Ibidem*.

condições necessárias ao diálogo e/ou debate (ação dialógica), tornando-se problemática e adversa ao proposto pelas teorias museológicas na contemporaneidade, que têm preferido adotar o termo mediação⁹⁶⁹ ou mesmo o uso da palavra educação⁹⁷⁰ no sentido de educação não-formal e permanente, sendo estas ações fundamentais na função de um museu.

Como a instituição ainda carecia de mão-de-obra especializada, o seu mapa de pessoal era composto basicamente por estagiários dos cursos superiores da UVA, especialmente pelos licenciandos em História. A Diocese e a UVA mantinham os encargos laborais para a manutenção de dois ou três funcionários efetivos, que trabalhavam 40 horas semanais, enquanto os referidos estagiários trabalhavam 20 horas. Tanto os funcionários como os estagiários eram multifuncionais, logo responsáveis por diversas atividades, desde as administrativas, passando por conduzir e vigiar os visitantes, serviços de limpeza dos objetos e mobiliário de suporte e inclusive atendimento ao público na recepção do museu.

No âmbito da pesquisa acadêmica, pode-se afirmar que o MDJ é um assunto ainda pouco explorado pelos investigadores da região. A área mais estudada foi “o acervo paleontológico [que] continha cerca de 600 espécimes, dispostos em uma reserva técnica sem acondicionamento adequado. Tal acervo começou a ser organizado em 2003 com a instalação de um Laboratório de Paleontologia – LABOPALEO e a ajuda de estudantes da UVA e bolsistas de Iniciação Científica, por meio de um projeto financiado pela Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP”⁹⁷¹, que desde então tem produzido trabalhos cientificamente proveitosos, fruto da coordenação da paleontóloga e professora Maria Somália Sales Viana.

No início de 2003, a professora Somália Viana foi convidada pela direção do museu. A docente teve acesso a uma pequena coleção de cerca de uma dezena de fósseis que estavam expostos de maneira precária sobre as mesas, sem qualquer identificação ou etiqueta informativa. A investigadora recolheu as informações disponíveis sobre o material fossilífero e apurou que, ainda na década de 1940, um professor de ciências de Sobral, Francisco Braga

⁹⁶⁹ Na museologia o uso do termo mediação abrange “a algumas noções museológicas relacionadas, a da comunicação e da animação, e, sobretudo a da interpretação” (André Desvallées & François Mairesse, *Op. Cit.*, 2013, p. 53).

⁹⁷⁰ Em um contexto museológico, a educação “está ligada à mobilização de saberes relacionados com o museu, visando ao desenvolvimento e ao florescimento dos indivíduos, principalmente por meio da integração desses saberes, bem como pelo desenvolvimento de novas sensibilidades e pela realização de novas experiências” (André Desvallées & François Mairesse, *Op. Cit.*, 2013, p. 38-39). A respeito do papel do educador no museu, atenda-se também ao capítulo “Educação e Museus: Novas Correntes”, em José Amado Mendes, *Op. cit.*, 2013, p. 161-171).

⁹⁷¹ Atende-se a Maria Somália Sales Viana *et al.*, “Ressignificação dos fósseis no Museu Dom José: pesquisa e ações educativas”, *Revista Historiar*, vol. 05, n.º 08, 2013, p. 68.

Hardi⁹⁷², havia escavado e recolhido na região as centenas de fósseis que faziam parte do acervo do museu e estavam guardados dentro de baús numa reserva técnica. Viana pontuou que, apesar de Hardi ser autodidata, o seu trabalho estava bem documentado e seria possível aproveitar os seus apontamentos. A referida docente iniciou o seu trabalho de investigação naquele momento, de maneira informal, até que se formalizou um projeto específico, que a tornou, oficialmente a investigadora do museu para a organização e catalogação do acervo paleontológico⁹⁷³.

Constatou, de igual modo, ainda que o material não se tratava apenas do que foi recolhido por Hardi, existindo também muito do acervo fossilífero proveniente da região da Chapada do Araripe, região sul do Estado do Ceará, que chegou ao museu por meio das doações recebidas pelo fundador da instituição. O trabalho de reorganização e disposição da coleção foi, aos poucos, ganhando forma, com uma correta exibição em vitrines, ordenadas de acordo com a cronologia geológica, disponibilizando-se, no final de 2003, as referidas montagens para apreciação do público em geral. Ao mesmo tempo que organizou a coleção paleontológica no museu, Somália Viana montou um grupo de estudos para se dedicar à pesquisa dessa área científica na região: “de Sobral até o extremo da região noroeste do Ceará a gente não tinha nenhum registo de fóssil encontrado”, indicou a investigadora. A partir do momento que se estruturou a Sala de Paleontologia, a referida docente e sua equipa de alunos passaram a visitar as localidades dos arredores, motivados pelas notícias de populares que começavam a chegar ao museu. Contudo, “a maior parte dos achados que chegavam ao museu eram de arqueologia e não de paleontologia”, ainda assim as peças foram doadas ao MDJ mesmo que seu estudo não pudesse ser realizado pela referida. Os relatos levaram os investigadores à região de Pacujá, a cerca de 60km de Sobral e à serra da Ibiapaba, que dita cerca de 100km do museu. Como efeito produtivo desse trabalho de investigação, os alunos de iniciação científica, membros da equipa do LABOPALEO do MDJ, levaram o nome da instituição e a qualidade do seu acervo fossilífero para os grandes centros de estudos da referida área de conhecimento espalhados pelo país, dentro dos programas de pós-graduação, em mestrados e doutoramentos⁹⁷⁴.

⁹⁷² A respeito dos achados fossilíferos de Sobral na década de 1950, pode-se encontrar referências em matérias jornalísticas, como a que escreveu Rubens de Azevedo, informando que “O professor Francisco Braga Hardi é uma das mais conhecidas figuras de Sobral e do Ceará mesmo. Professor de ciências, incorrigível racionalista, é filósofo nas horas vagas, astrônomo... e também arqueólogo. Homem admirável, dono de vasta cultura e de uns óculos tremendamente fortes, nos deixa contundidos com suas ideias revolucionárias, com a sua facilidade de expressão e com seus argumentos sempre irretorquíveis” (Rubens de Azevedo, “Monstro pré-Histórico que viveu a um milhão de anos descoberto no Ceará”, *Jornal de Notícias*, n.º 1507, São Paulo, 25 de março de 1951, p. 21).

⁹⁷³ Atende-se a informação gentilmente cedida por Maria Somália Sales Viana, *Maria Somália Sales Viana: depoimento*, 7 de agosto de 2020, entrevistador: Antônio Luciano Morais Melo Filho, Sobral, 2020, 1 arquivo wav (44 min.).

⁹⁷⁴ *Ibidem*.

A cada novo achado feito pelo LABOPALEO, a equipa procurava comunicar não só por intermédio dos trabalhos académicos, mas também de uma forma museológica, de modo a dar conteúdo relevante às comunidades e ao público visitante, fosse levando às regiões de descoberta dos fósseis algumas exposições itinerantes compostas por *banners* ou concretizando os eventos anuais que o consulado à época realizava.

A partir de 2005 o museu normalizou e ampliou a oferta de atividades de interação pedagógica com alunos do ensino fundamental oriundos de escolas do município e cidades vizinhas. Realizada na semana em que se comemora o dia do indígena e se assinala a ocupação lusitana da terra que hoje se chama Brasil, entre 19 e 22 de abril, a *Semana Terra Brasilis* foi uma iniciativa dirigida ao público infantojuvenil para que conhecessem o acervo do Museu e participassem nas oficinas de animação pedagógica sobre a temática indígena e paleontológica. Orientadas pela professora Somália Viana, as atividades daquele primeiro ano baseavam-se em contar histórias e lendas de Sobral e dos povos indígenas representados nas peças do MDJ, numa oficina temática sobre a Cultura Indígena. Na oficina de Paleontologia, os alunos visitavam o acervo paleontológico da instituição, formado por exemplares de fósseis da região Norte do Estado e do Cariri, assistindo ainda a uma peça teatral intitulada *Tropeçando na Pré-História*, apresentada por estudantes do Curso de Biologia da UVA, a que seguiam várias experiências sobre o processo de constituição dos fósseis⁹⁷⁵.

O MDJ passou a participar na Semana Nacional de Museus (SNM) a partir de 2005, já na sua 3.^a edição, com o tema *Museus: Pontes entre Culturas*, ao lado de outras 284 instituições que promoveram 800 eventos distintos⁹⁷⁶. Na sua 11.^a edição, que decorreu entre 14 a 18 de maio de 2013, com o tema *Memória + Criatividade = Mudança Social*, o MDJ intensificou a realização de atividades pedagógicas, indo ao encontro de uma exigência do IBRAM, que procurava produzir no espaço museal uma relação dinâmica com a sociedade mediadas por atividades culturais e educativas⁹⁷⁷.

Em forma de alerta ainda há um longo caminho a percorrer para qualificar as atividades do MDJ: a catalogação integral do acervo; a implementação de um plano museológico plurianual que oriente o desenvolvimento institucional; a adequada e contínua conservação do acervo; a consolidação de laboratórios de formação; e o incitamento aos trabalhos de pesquisa.

⁹⁷⁵ O autor da presente tese de doutoramento fez parte da primeira equipa de produção da *Semana Terra Brasilis* do MDJ.

⁹⁷⁶ Veja-se em Ministério da Cultura, *Política Nacional de Museus – Relatório de gestão 2003-2010*, Brasília, Instituto Brasileiro de Museus, 2010, p. 111.

⁹⁷⁷ Atende-se a “Museu Dom José e o seus desafios”, *Op. Cit.*, 2014, p. 22.

6.4. Museu em itinerância e o incremento das exposições temporárias

Em poucas ocasiões o MDJ ousou transferir as peças do seu acervo para outros locais. Ainda assim, as poucas deslocalizações trouxeram visibilidade às peças exibidas e ao próprio espaço museal. O MinC atribuiu ao ano de 2006 o título de Ano Nacional dos Museus, como forma de implementar políticas públicas para a divulgação, preservação, expansão e interação do campo museológico. Foi naquele referido ano, entre maio e agosto, que o público fortalezense recebeu a exposição *A História do Ceará em Obras Sacras e Decorativas*, no Espaço Cultural da Universidade de Fortaleza (Unifor). Composta por 400 peças do MDJ, mais de 23 000 pessoas visitaram a exposição, que se dividiu em dois ambientes distintos⁹⁷⁸: o primeiro pretendeu representar uma versão do cotidiano de parte da sociedade sobralense, entre os séculos XVII e XX, por meio de vários objetos como louçaria, cristais, porcelanas, mobiliário, armaria e numismática; o segundo ambiente destacou o cariz religioso do cearense, direcionando a expografia ao catolicismo tradicional como religião dominante, com artefactos de culto e imagens de santos, predominantemente do século XIX.

Esta foi a primeira vez que parte do acervo do MDJ cruzou as portas da instituição para exibição pública fora de Sobral. A exposição projetou uma narrativa sobre um passado idealizado da sociedade cearense, onde o visitante desavisado poderia acreditar que se enfeitavam as salas de visita e de chá daquela maneira, ou que as armas e moedas sobre a mesa do escritório indicavam a masculinidade do seu proprietário, bem como os quartos com as penteadeiras (espécie de toucador com espelho) enfeitadas por jarros e leques que dão um ar feminino aos ambientes⁹⁷⁹.

Sob a curadoria de Randal Martins Pompeu e José Paulo Narciso da Rocha Júnior, a Universidade de Fortaleza em parceria com o MDJ definiram, como objetivo desse projeto de arte-educação, envolver os alunos da rede pública de ensino, por meio de visitas guiadas e em atividades artísticas e culturais, com a finalidade de estabelecer no projeto uma componente motivadora para a transformação das perspetivas de futuro daqueles jovens e da sua “mobilidade social”⁹⁸⁰. Nesse sentido, as exposições do acervo do MDJ, tanto dentro do museu como fora dele, procuravam uniformizar os discursos e as experiências da sociedade sobralense.

⁹⁷⁸ Atende-se a “Exposição: Sucesso de Público”, *Jornal do Campus*, número 121, Gráfica Unifor, Fortaleza, 30 de agosto de 2006, p. 2.

⁹⁷⁹ Veja-se em Prefeitura Municipal de Sobral, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 25 de julho de 2006*, ano II, n.º 378, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2006, p.4.

⁹⁸⁰ Atende-se a Universidade de Fortaleza (Org.), *A História do Ceará em obras sacras e decorativas: Apresentando obras do Museu Dom José da Diocese de Sobral - Ceará*, Fortaleza, UNIFOR, 2006, p. 5.

Depois do êxtase em torno da experiência de oferecer um prélio às peças do MDJ, a direção atreveu-se a realizar mais uma apresentação de parte do acervo fora das paredes do espaço museal. Nesses momentos em que os objetos passavam as portas do edifício, receava-se ainda mais pela segurança do acervo. A nova experiência aconteceu durante as comemorações das efemérides de nascimento e morte do bispo – ambos momentos sucedidos no mês de setembro –, quando a Universidade promoveu o *13.º Setembro Dom José*⁹⁸¹, em 2012. Naquela ocasião, o MDJ enviou uma pequena mostra para a Capela do Preciosíssimo Sangue, nas instalações do *campus* da Bethânia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)⁹⁸².

Logo a seguir, a instituição museal da diocese sobralense exibiu uma parte do seu acervo de arte sacra, entre os meses de dezembro de 2012 e março de 2013, no Memorial da Cultura Cearense do Centro Cultural Dragão do Mar. A exposição intitulada *O Sagrado Coração do Ceará*, de curadoria de Gilmar de Carvalho e Dodora Guimarães, constituiu-se em cinco núcleos distintos que propuseram uma reflexão sobre a diversidade cultural cearense inerente à fé e às suas variadas manifestações, sejam do catolicismo tradicional, ao popular ou sertanejo, e ainda trouxe aspectos das culturas africanas e indígenas. Um dos núcleos foi denominado *Sobral de Dom José Tupinambá da Frota* que reuniu peças litúrgicas, esculturas de santos, adereços, acessórios de culto católico, música e outros objetos do acervo⁹⁸³ (**Figura 51**). Aquele núcleo “procurou representar o apogeu dos rituais e a força do catolicismo canônico, fiel às normas de Roma, com toda a ortodoxia vigente. A recolha feita pelo ‘Bispo Conde’ se traduz numa rica estatuária e objetos vindos do Museu Dom José de Sobral”⁹⁸⁴, divulgaram os curadores. As 23 peças ficaram sob a responsabilidade do então presidente do Instituto Dragão do Mar, Paulo Bessa Linhares⁹⁸⁵.

⁹⁸¹ A reitoria de Teodoro Soares na UVA intermediado por uma articulação feita entre a universidade, a Diocese e a Prefeitura da cidade, instituiu no ano de 1999, o ciclo de eventos chamado *Setembro Dom José*. Tratava-se de relembrar, com uma série de eventos artístico-culturais, duas datas marcantes – nascimento e morte do bispo –, que aconteceram no referido mês.

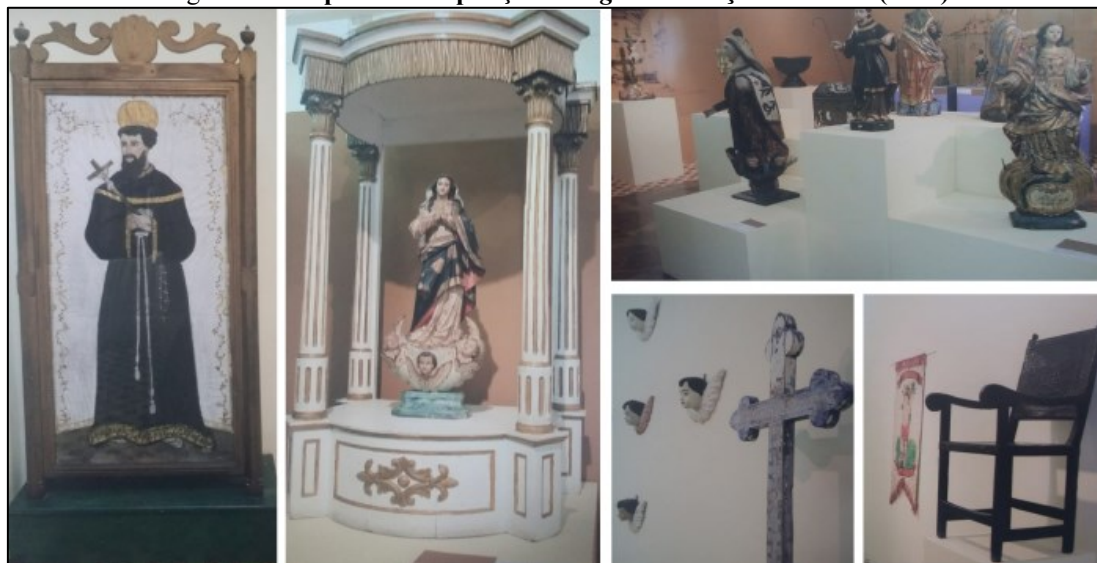
⁹⁸² Atende-se a José Teodoro Soares, *Op. Cit.*, 2012, p.5.

⁹⁸³ Atende-se a “Museu Dom José e o seus desafios”, *Op. Cit.*, 2014, p. 22.

⁹⁸⁴ Veja-se em Ceará, *A Exposição do Sagrado Coração do Ceará*, em linha, atual, 19 de dez. de 2012, s/p.

⁹⁸⁵ Atende-se a “Museu Dom José e o seus desafios”, *Op. Cit.*, 5 a 12 de abril de 2014, p. 22.

Figura 51 – Aspectos da Exposição *O Sagrado Coração do Ceará* (2013)



Fonte: acervo do MDJ.

Também em setembro de 2013 o MDJ levou uma pequena exposição documental de partituras musicais sacras, clássicas e populares ao *foyer* do Teatro São João para o Festival Amigos e a Música, dentro das comemorações do *14.º Setembro Dom José*⁹⁸⁶. Estiveram expostos breviários do século XIX, missais dos séculos XVII ao XX e livros de cânticos e partituras. Nessa altura, o LABPALEO igualmente realizava exposições itinerantes que atracavam em localidades adjacentes – como Carnaubal, Santana do Acaraú, além de Taparuaba –, exibindo alguns fósseis, realizando oficinas pedagógicas que promoviam seções de desenho livre e performances teatrais⁹⁸⁷.

Antes do referido périplo, no consulado da professora Giovana Mont’Alverne havia-se experimentado no museu a realização de exposições temporárias, como foi o caso da exposição fotográfica *Dom José e o seu tempo*, durante o *3.º Setembro Dom José*, inaugurada a 18 de setembro de 2003. Ocupou duas salas do rés-do-chão e consistiu, museograficamente, em 7 painéis em lona plástica com fotografias de cenas da vida e obra do bispo, todas provenientes do acervo da instituição, sob a curadoria da própria direção (**Figura 52**).

⁹⁸⁶ *Ibidem*.

⁹⁸⁷ Atende-se a Maria Somália Sales Viana *et al.*, “Ressignificação dos fósseis no Museu Dom José: pesquisa e ações educativas”, *Revista Historiar*, vol. 05, n.º 08, 2013, p. 78.

Figura 52 – Exposição *Dom José e o seu tempo* (2003)



Fonte: acervo do MDJ.

Ao comemorar os 60 anos da fundação oficial do museu, tendo como marco o primeiro registo em notário, o espaço museal recebeu a exposição intitulada *Campelo Costa e o Desenho sobralense*, em exibição de 7 de abril a 31 de maio de 2011. O autor, arquiteto sobralense que deu nome à exposição, dedicou-se ao registo de perspetivas da urbe que fizeram parte e ainda complementaram o amplo estudo feito por si para a processo de tombamento da cidade sobre os bens imóveis que se emolduram na paisagem urbana de Sobral, outorgando a referida cidade “seu caráter histórico próprio e sua relevância na constituição cultural e económica do Ceará”⁹⁸⁸.

As descobertas efetuadas pela equipa do LABPALEO também motivavam a realização de exposições de curta duração que se interligavam às oficinas pedagógicas oferecidas ao público visitante infantojuvenil, que procuravam fortalecer “a importância da inter e transdisciplinaridade e da compreensão dos *ethos* locais”⁹⁸⁹. Nas palavras de Viana *et alii*: “Em 2011, foi idealizada a exposição temporária ‘O misterioso mundo das cavernas’, a partir das experiências vivenciadas nas pesquisas paleontológicas em cavernas. Foi construída uma réplica, onde as crianças podiam escavar fósseis no seu interior e sentir o mundo no escuro, iluminado apenas por suas lanternas. Em 2012, foi criada uma exposição comemorativa ao Dia

⁹⁸⁸ Atende-se a Elenilton Roratto, “Museu Dom José Comemora 60 anos”, *Jornal O Correio do Norte*, 7 de abril de 2011, em linha, atual, 2011, s/p.

⁹⁸⁹ Maria Somália Sales Viana *et al.*, *Op. Cit.*, 2013, p. 77.

Mundial dos Animais (04 de outubro) que estabelecia comparações entre os animais recentes e fósseis, contando com a participação do Laboratório de Zoologia da UVA. Em 2013, após a descoberta de mamíferos gigantes em Irauçuba-CE, foi montada a exposição ‘Os gigantes extintos de Irauçuba’, com a produção de dois murais/dioramas, com uma referência indireta a inscrições rupestres que também ocorrem na região”⁹⁹⁰.

A Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Ceará, Piauí e Maranhão - FETRANS apresentou no MDJ, durante o mês de novembro de 2013, a exposição itinerante *Sobral em Movimento* que narrou a história do transporte de passageiros na cidade e região centro-norte do Ceará. A mostra fez-se a partir de pinturas, ilustrações, fotografias, mapas e jornais que procuraram elucidar sobre os aspetos do desenvolvimento da “Princesa do Norte” pelas vias da mobilidade e da sua vocação de principal entreposto de bens e serviços da região. A exposição, que teve a curadoria da equipa de comunicação do SEST SENAT de Sobral, procurava representar as viagens por ilustrações e fotografias de carros de boi, elétricos, comboios, autocarros e automóveis que pela cidade passavam e os seus ocupantes encontravam na margem esquerda do rio Acaraú uma possibilidade de morada e oportunidades de comércio⁹⁹¹.

Olhando para os exemplos aqui apontados, talvez as primeiras experiências de itinerância e de exposições temporárias tenham sido os mais difíceis de articular, uma vez que tiveram de passar pela conscientização da Igreja, proprietária do acervo, e da possível desconfiança da comunidade sobralense. Ainda assim, o encontro de outros públicos com o passado identificado (ou apregoad) a partir das coleções do MDJ levou a que a instituição ganhasse valor no campo museológico e um certo mediatismo fora de portas, ao valorizar e difundir o património histórico à sua guarda. Num curto espaço de tempo, o obstáculo das constantes paralisações das suas atividades e, por conseguinte, os seus encerramentos, foram ultrapassados, convertendo-se num motivo de orgulho possuir um dos melhores acervos do Estado do Ceará, melhorado substancialmente nas suas instalações e nos contextos expositivos desenvolvidos, que surpreendem ao público e dignificam a memória do seu criador.

⁹⁹⁰ *Idem.*

⁹⁹¹ Veja-se em SEST SENAT Sobral, *Exposição Itinerante Sobral em Movimento*, Sobral, 2013, s/p.

CONCLUSÃO

A investigação concluída, apesar de todas as suas dificuldades de pesquisa no contexto pandémico mundial, deverá ser compreendida como um inicial contributo para o estudo da génese, das características e da trajetória institucional da museologia sobralense. Contudo, é importante avaliar até que ponto os objetivos inicialmente propostos foram cumpridos e se se conseguiu estimular uma síntese dos aspetos da conjuntura museológica *tupinambaense*.

Acompanhou-se o desenvolvimento da instituição sobralense durante quase um século. Procurou-se compreendê-la desde o momento das recolhas iniciais de objetos, antes mesmo da sua existência institucional, no início da década de 1930, quando D. José já havia consolidado a sua rede de poder e começava a angariar as primeiras peças, algumas delas muito danificadas, que estavam no campo de procura do fundador. Tais objetos deteriorados evidenciavam a decadência da urbe, após o declínio comercial – do final do século XIX e início do século XX, com a derrocada da indústria do charque e do algodão. O seu potencial económico foi bastante reduzido, perdendo relevância frente aos grandes centros do país e, consequentemente, deixou de gozar da preponderância que teve no Estado do Ceará e no Nordeste brasileiro. Perante este contexto, tudo parecia indicar que o caminho iniciado seria irreversível. Ainda assim, com o novo século e o recém-criado bispado de Sobral, a cidade emergiria paulatinamente face ao seu declínio.

Toda a memória pressupõe esquecimento e recordação, é a escolha do que se pretende lembrar e também do que se quer (voluntária ou involuntariamente) olvidar, cuja construção, por um grupo social específico – geralmente hegemónico –, poderá inviabilizar a ação de outros sujeitos. Dessa maneira, o percurso histórico indicou que a conceção do Museu Dom José não surgiu de uma maneira isolada, mas foi reflexo da conjuntura nacional que se desenhava com pressupostos sociopolíticos e culturais, que se alinhavam por intermédio da figura do intelectual daquele momento histórico. Exemplo determinante dessa afirmação está em Gustavo Barroso e a emergência do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro, ambos modelos (homem e instituição) para o bispo e o seu museu particular. Por mais contestável e eventualmente especulativa que esta afirmação possa parecer, evidenciou-se que homens brancos com poder financeiro, pertencentes a estratos sociais elevados, foram responsáveis pelos processos educativos e preservacionistas nacionais.

O primeiro bispo sobralense direcionou com maestria o autorretrato da sua vida na instituição que fundou, associando-a a um empreendimento editorial – *História de Sobral* –, que escreveu ao longo do processo. Em ambos os casos o seu gosto pelo luxo e ostentação

tornaram-se visíveis, o seu entusiasmo pela magnificência dos ritos católicos e seculares, bem como o seu apreço pela tradição e pela “nobre” origem da cidade, consequência da doação da fazenda Caiçara (que está na génese da ocupação colonial) ao património da Igreja de N. S. da Conceição. Todavia, este modelo de representação significava relegar outras memórias a um segundo plano, aos níveis inferiores ou ao esquecimento.

Ainda no começo do século XX, a elite católica e branca não representava mais que uma ínfima parte da população. A maioria dos sobralenses residiam nos arredores do centro da cidade e trabalhavam para esta outra parte dos habitantes, sendo estes: homens da lei, militares, comerciantes, médicos, engenheiros, padres, fazendeiros, etc. Logo, o bispo incutiu com as suas obras o estabelecimento de estruturas de controlo sociocultural para a perpetuidade dos modelos de conservadorismo cultural e moral, principalmente junto à população mais pobre, como a distribuição de terrenos nos arredores da Bethânia, a construção da Santa Casa de Misericórdia, os colégios de moças e rapazes – Sant’Ana e Sobralense, respetivamente –, o Abrigo de Idosos Sagrado Coração de Jesus, o Banco Popular, o museu diocesano, etc.

O acervo que constituiu no museu revelou o retrato da cultura material *tupinambaense*, composta por camadas de uma tradição sacralizada pelos princípios da simbologia eclesiástica e da profana opulência secular, fruto de uma herança colonial eurocêntrica. Todas as variáveis analisadas expuseram fortemente este facto. Ao passo que as vitrinas e objetos do museu refletiam uma parte da narrativa histórica que escreveu sobre a cidade, a sua rede de padres, especialmente os “padres-historiadores”, conduziram o olhar dos interlocutores para aquele modelo de orientação centrado numa elite católica e branca. Por conseguinte, a categoria de autorretrato está fundamentada não apenas nos objetos selecionados para compor o acervo, mas também na maneira como foram descritos e inscritos na figura do bispo

Com o falecimento de D. José, a Igreja transpôs o sentido da consagração do bispo com a institucionalização do seu nome no museu. Para além de representar uma simples homenagem, o acontecimento fortaleceu a posição do antístite como um grande modelo para a sociedade sobralense, evidenciado na dimensão do edifício e na abundância do cômputo de objetos nele contidos. O edifício residencial passou a Palácio episcopal e converteu-se em museu, sendo instrumentalizado pelo poder simbólico para fortalecer a ideia de D. José como grande ícone benemérito de Sobral.

Ao longo de décadas, o espaço museal passou pela influência laboral de vários agentes, impulsionando os ajustes na característica museal da instituição e nas referências que indicaram o mais antigo museu sobralense enquanto o “quinto do Brasil”, a tal ponto que tais atributos se manifestam na maioria dos textos sobre a referida instituição. Contudo, tais adaptações não

alcançaram o desenvolvimento reflexivo do pensamento museológico contemporâneo e continuaram a reproduzir práticas desatualizadas, imbuídas pela construção de uma história única e apaziguada, representadoras de identidades simplificadas e sem qualquer empatia com os diferentes grupos sociais.

O modelo de organização escolhido pela instituição carregou em si a antiga concepção de museu armazém, “necrópole do património”, tanto pelo arranjo e conservação do acervo como pelo seu distanciamento com o público. O pó, que se acumulou sobre os objetos ali exibidos, denunciou não apenas o tratamento descuidado para com o património integrado, mas mostrou-se ainda revelador de um passado opressor da existência, da história e da cultura de grande parcela da população sobralense. O museu modelou e manteve uma narrativa memorialística segregadora, desconexa das importantes transformações sociais do presente e adversa à ação dinâmica do campo museológico contemporâneo que é assente no compromisso com a vida, sob o prisma de uma museologia biófila.

A instituição continuou ao serviço dos mesmos propósitos desde que foi criada – um louvor à “branquitude” colonial, patriarcal, racista e elitista –, mesmo quando esteve quase em escombros até ao início de sua recuperação, alçada levemente no princípio da década de 1990 e associada à reitoria de Teodoro Soares na Universidade Estadual Vale do Acaraú, apoiando-se nas bases de uma certa reanimação proveniente do cenário político local.

Pode-se afirmar a importância do MDJ no contexto museal sobralense apontando-o como *primus inter pares* aliado ao facto de que a determinação do primeiro prelado local criou uma cultura institucionalizadora do património que, décadas depois, foi retomada – desta vez pela municipalidade –, como uma forma de patrimonialização da memória, da afirmação da identidade (ou, melhor dizendo, parte da identidade) sobralense e para a manutenção do aspeto interventor de determinadas *personas*, tal como D. José atuou em seu tempo. Contudo, a referida instituição evitou as necessárias revisões museológicas, especialmente àquelas voltadas a um movimento de descolonização das práticas na referida instituição.

A descolonização está associada aos processos de desconstrução de conceitos e padrões institucionalizados pela visão eurocêntrica do mundo, sendo também uma perspectiva de estudo que tenta produzir retificações críticas da sociedade, do passado, da memória e do modo de vida. Entende-se que tais fatores foram afetados pelo colonialismo e que isto atingiu as bases da sociedade brasileira, das suas instituições, do quotidiano do povo e da sua educação. Portanto, sendo o museu um agente da mudança social, precisa de ser revisto regularmente, necessitando de uma postura autocrítica e capaz de corrigir conteúdos nas suas exposições, catálogos, textos informativos e acervos. O museu deve comprometer-se a pesquisar meios de

expor à sociedade um pensamento alinhado com o presente, direcionado para o futuro e com possibilidade de todos participarem no equipamento cultural, ou seja, garantir uma expressão viva para todos. Este é um compromisso que o museu precisa de assumir para si, alinhado ao princípio da sua existência, sendo para os seus gestores, direções, curadores, investigadores e trabalhadores que nele exercem um dever de consciência ética.

Acredita-se, desta forma, que o MDJ – cuja origem tem a marca da dominação e da colonialidade –, pode, enfim, tornar-se protagonista do processo emancipatório e de descolonização da “Sobralidade”, tendo em vista que uma instituição deste género não se define, pura e simplesmente, pelo tipo de acervo que possui, mas pelo modo como este é discutido, pela sua história, pelos modos de expor, encenar e comunicar que escolhe.

Nesse sentido, penso que o Museu Dom José e o seu acervo poderão reforçar a sua utilidade se os profissionais de múltiplas áreas do conhecimento – sejam museólogos, conservadores, historiadores, professores, artistas, programadores, educadores, etc. – se debruçarem em pesquisas que possibilitem outras linhas de investigação e que potencializem o que ali se encontra guardado. Evidencie-se ainda a necessidade de catalogação de mais de 25000 objetos do acervo, numa tarefa de enorme importância e que irá computar as suas potencialidades no espaço museal, permitindo a reorganização de exposições, a otimização da informação gerada pelo objeto exibido e ainda divulgar tais conhecimentos numa escala global.

Alie-se a isso a reflexão acerca da transformação das fontes históricas no século XXI, assumindo grande importância para a compreensão das mudanças na construção da história. Com o advento da internet e das redes sociais, por exemplo, tornou-se possível a difusão instantânea de informações, promovendo uma maior democratização do conhecimento. Contudo, essa transformação apresenta novos desafios, tais como a necessidade de preservar e disponibilizar de forma adequada as fontes digitais, muitas vezes sujeitas a perdas ou a modificações indesejadas. Ademais, a diversificação das fontes pode dificultar a seleção e avaliação das informações, requerendo dos historiadores uma maior capacidade crítica, reflexiva e técnica.

Com todo o enorme potencial ainda não explorado, esta instituição museal, se direcionada para a descolonização da sua conjuntura expositiva, para a tecnologia e para a virtualização do seu acervo e do seu espaço museal, fortaleceriam os mecanismos socioculturais da inovação emancipadora, tornando-se mais acessível, encaminhando-se para novos rumos orientados pela gestão da informação e da partilha de conhecimento. Tais instrumentos desenvolveriam uma tecnologia inclusiva, interativa e virtual, produzidas a partir do esforço partilhado de profissionais envolvidos no campo do património cultural, por intermédio de

ações que incluiriam tanto os investigadores bem como os visitantes, evitando o isolamento e colocando-o a serviço da comunidade para verdadeiramente desempenhar a sua função social direcionada à formação e à informação.

Por tudo isso, pode-se declarar a importância do MDJ enquanto instituição de referência para a história da museologia brasileira, não apenas por possuir características de um protótipo particular, mas por se tratar de um marco que permite identificar o processo de construção de uma memória específica e as possibilidades de uma revisão deontológica necessária. Mesmo com a sua precária perpetuação ao longo dos anos, marcou fortemente gerações de sobralenses, servindo de ilustração/retrato às narrativas hegemônicas que se construíram sobre a cidade e região norte do Estado do Ceará. Urge que o MDJ saiba que, no presente, deve amplificar as suas funções de modo a reunir os seus próprios interesses às tendências globais da museologia internacional. Assim, reconhecendo, finalmente, a necessidade de renovar a sua missão, tornando-se numa instituição inclusiva e desviada dos elitismos ainda latentes, pretende-se que avance na promoção de debates sobre a memória e as diferentes identidades existentes na comunidade para, só assim, prenunciar um verdadeiro ressurgimento e por termo ao seu desmoronamento.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – Fontes

A – Fontes manuscritas e datilografadas

ARAGÃO, Edilson, ROCHA, Herbert, ROCHA, Márcio (Org.), *Um projeto de cooperação entre a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e Fachhochschule Köln (FHK)*, Sobral, 24 de setembro de 1995.

BENEVIDES, Mauro, *Carta ao Monsenhor Sabino Loiola*, Brasília, 30 de setembro de 1975.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, *Indicação n.º 411*, Deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), Brasília, 3 de out. 1995, acervo da 4.ª Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN).

CÂMARA DOS DEPUTADOS, *Ofício PS/RI n.º 2734/95*, Primeira Secretaria, Brasília, 26 de out. 1995, acervo da 4.ª Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN).

CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SOBRAL, *Escritura Pública de Compra e Venda*, livro 3-D, n.º 597, de 25 de janeiro de 1934, Sobral, 1934, p. 72.

CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SOBRAL, *Registro Resumido dos Estatutos do Museu Diocesano de Sobral*, Registro de Pessoas Jurídica, n.º 32, de 29 de março de 1951, Sobral, 1951, p. 15-16.

GIRÃO, Glória Giovana Saboya Mont'Alverne, *Cinquenta anos depois... um novo olhar sobre o Museu Dom José*, Mimeo, Sobral, 29 de março de 2001.

GIRÃO, Glória Giovana Saboya Mont'Alverne, *Relatório – Museu Dom José Período: março e abril/97*, Mimeo, Sobral, 1997.

HELLWIG, Friedemann, *Relatório do início da colaboração com a Universidade Sobral/Ce, Brasil, no campo do restauro – Primeira Viagem de 1 a 28/9/1995*, Fachhochschule Köln – Fachbereich Restaurierung und Konservierung von Kunst und Kulturgut, Colônia, dezembro 1995.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Estudo para tombamento do conjunto urbanístico da cidade de Sobral-Ceará*, vol. I, 4.ª Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN), Sobral, 1998.

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Estudo para tombamento do conjunto urbanístico da cidade de Sobral-Ceará*, vol. II, 4.^a Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN), Sobral, 1998.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Formulário Geral – Museu Dom José*, Inventário de Bens Arquitetônicos - IBA, 4.^a Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN), Sobral, 2005.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Informação n.º 9*, ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao gabinete do Ministro da Educação e Saúde, 15 de fevereiro de 1954, Rio de Janeiro.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Informação Técnica 12/96*, Fortaleza, IPHAN/4.^a CR, 27 de mai. 1996.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Inventário de Bens Arquitetônicos*, Fichas, Museu Dom José, Formulário Geral, 4.^a Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN), Sobral, 2005.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Memorando 29/96*, Rio de Janeiro, IPHAN/Ministério da Cultura, 18 de jan. 1996.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Ofício 38/82*, Fortaleza, 3.^a DR/SPHAN/Pró-Memória, 05 de nov. 1982.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Ofício 44/95*, Fortaleza, IPHAN/4.^a CR, 28 de mar. 1995.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Ofício 85/95*, Fortaleza, IPHAN/4.^a CR, 18 de mai. 1995.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Ofício de Liberal de Castro ao Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Fortaleza, 19 de novembro de 1969.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Processo de Escavação da Casa do Capitão-Mor*, Textos, Restauros e Reformas, 4.^a Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN), Sobral, 2002.

LOIOLA, Sabino Guimarães, *Carta datilografada para o Governo do Estado do Ceará*, Sobral, 1975.

LOIOLA, Sabino Guimarães, *Carta tipografada para distribuição do primeiro desdobrável do museu*, Sobral, 8 de fevereiro de 1974.

LYRA, Domingues Raimundo, *Livro primeiro de genealogia das famílias que povoaram Pernambuco, e com seus ramaes, a província do Ceará. A contar do anno de 1535. Começo de sua transcrição e descrição, em 15 de 7br.º de 1867 por Dom. Rm. Lyra*, Sala Padre João Mendes Lira, acervo do Museu Dom José.

MINISTÉRIO DA CULTURA, *Ofício n.º 372/95*, MinC, Chefe de Gabinete do Ministério da Cultura, Brasília, 22 de nov. 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, *Processo de Habilitação n.º 257886/72*, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Setor de Acompanhamento Financeiro, 3 de outubro de 1972.

MUSEU DOM JOSÉ, “Acervo do Museu Dom José – Informações Gerais”, *Inventário e Catalogação do Acervo*, CD-ROM, Sobral, novembro 2002.

MUSEU DOM JOSÉ, *Atestado de funcionamento*, Sobral, 10 de outubro de 1972.

MUSEU DOM JOSÉ, *Coleção Numismática – moedas conferidas*, Sobral, 2002.

MUSEU DOM JOSÉ, *Correspondência de Dom José ao Sr. Clotário Aguiar*, 05 de junho de 1959, Sobral, 1959.

MUSEU DOM JOSÉ, *Correspondência de Dom José Tupinambá da Frota ao Cel. João Benício Fontenelle*, datada a 21 de setembro de 1951, Sobral, 1951.

MUSEU DOM JOSÉ, *Fases Administrativas*, Sobral, 1997.

MUSEU DOM JOSÉ, *Inventário e Catalogação do Acervo*, CD-ROM, Sobral, novembro 2002.

MUSEU DOM JOSÉ, *Livro de Ouro do Museu Diocesano de Sobral*, Sobral, 1959.

MUSEU DOM JOSÉ, *Memórias genealógicas dos descendentes de Arnaut de Holanda e de sua mulher D. Brites Mendes de Goes Vasconcelos compreendendo um período de*

cerca de quatrocentos annos escriptos até o anno de 1759 por seu descendente em 1. grau – Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa, continuadas posteriormente por seus netos em 10.º grau Capitão Vicente Alves Linhares até o anno de 1877, quando falleceu o professor José Prisco Rodrigues Lima até a presente data. Sobral 1º de janeiro de 1906, Sala Padre João Mendes Lira, acervo do Museu Dom José.

MUSEU DOM JOSÉ, *Museu Diocesano – Sobral-Ceará – Livro de Tombo*, Sobral, 1964.

MUSEU DOM JOSÉ, *Relatório do Museu Diocesano de Sobral*, Sobral, 1959.

MUSEU DOM JOSÉ, *Resultado Final do Inventário e Catalogação do Acervo do Museu Dom José*, Sobral, 2002.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, *Carta de Gustavo Barroso ao Bispo Dom José, 23 de novembro de 1955*, pasta: Relatórios, Curso de Museus e Acervo Gustavo Barroso, pasta: Acervo Gustavo Barroso, pasta: Seção Gustavo Barroso – Correspondência Ativa e Passiva, 1955, p. 47-48.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, *Ofício n.º 286*, Diretoria do Museu Histórico Nacional, 19 de abril de 1971, Rio de Janeiro/GB, 1971.

NEDHIS, *Correspondências pessoais de Dom José*, Padre Guilherme Vaessen para Dom José Tupynambá da Frota, pasta I, 26/11/1916, 4f, perfurada.

NEDHIS, *Correspondências pessoais de Dom José*, Seminarista Olyntho Leitão para Dom José Tupynambá da Frota, pasta I, 23/07/1930, 3f, perfurada.

NEDHIS, *Processo de Inventário Pos-mortem de José Xerez Furna Uchoa José Xerez / Rosa de Sá Oliveira*, Fórum Municipal de Sobral, Sobral, 1826.

PINHEIRO, Adão, *Livro borrão para o Tombamento*, trabalho de Adão Pinheiro, Sobral, 1963.

PONTIFICIO COLLEGIO PIO LATINO AMERICANO, *Carta enviada por D. Jerónimo Tomé da Silva em 10 de novembro de 1902 ao Sr. Padre Reitor*, arquivo personal del Exalumno José Tupynambá da Frota 27, n.º 608, Roma, 1902.

- PONTIFICIO COLLEGIO PIO LATINO AMERICANO, *Carta enviada por José Tupynambá em 24 de maio de 1912 ao Sr. Padre*, arquivo personal del Exalumno José Tupynambá da Frota 27, n.º 608, Roma, 1912.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Ofício n.º 737/95*, SUPAR, Subchefia para Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Brasília, 14 de nov. 1995.
- PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA, *Ofício n.º 13/2020*, PROEX/UVA, Sobral, 26 de agosto de 2020.
- RIBEIRO, Osvaldo Gouveia, *Museu Dom José: Projeto de Catalogação do Acervo – Relatório Final*, Sobral, 2002.
- ROCHA, Monsenhor Assis, *Padre Palhano*, Mimeo, Sobral, setembro de 2004.
- SABÓIA, José Palhano de, *Carta de padre Palhano ao monsenhor Sabino*, 27 de junho de 1975, Sobral, Radio Tupinambá de Sobral, 1975.
- SALA DA HISTÓRIA ECLESIAÍSTICA, *Pasta: Reitores do Seminário*, Sala de História Eclesiástica do Seminário da Arquidiocese de Fortaleza, 2010.
- SECRETARIA DA CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER, *Portfólio – Casa da Cultura de Sobral*, Sobral, SECJEL, Prefeitura Municipal de Sobral, 2019.
- SECRETARIA DA CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER, *Portfólio Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa*, Sobral, SECJEL, Prefeitura Municipal de Sobral, 2019.
- SECRETARIA DA CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER, *Portfólio Coordenadoria Cultura / SECJEL*, Sobral, SECJEL, Prefeitura Municipal de Sobral, 2019.
- SECRETARIA DA CULTURA JUVENTUDE ESPORTE E LAZER, *Portfólio Museu Madi Sobral*, Sobral, SECJEL, Prefeitura Municipal de Sobral, 2019.
- SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, *Dossiê com assunto Radio Tupinambá de Sobral LTDA - Padre José Palhano de Saboia*, ACE 103349, Protocolo: 12700/SNI/Agência Central, 2 de junho de 1977, Presidência da República, 1977.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Relatório Geral da Casa da Cultura 2008*, Sobral, Secretaria de Cultura de Sobral, 2008.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Relatório Principais Realizações, janeiro/2005 a dezembro/2008 – Gestão Leônidas Cristino (PPS) – Sobral Cada Vez Melhor*, Sobral, Secretaria de Cultura de Sobral, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ, *Convênio Especial de Apoio e Manutenção*, Sobral, 11 de fevereiro de 1987.

B – Fontes Icononímicas

CASTRO, José Liberal de, *Painéis da Exposição Comemorativa do Bicentenário de Sobral*, Sobral, 1973.

COSTA, Hudson, *Acervo pessoal de fotografias do Museu Dom José*, Sobral, 2019.

MUSEU DOM JOSÉ, *Álbum fotográfico n.º 11*, Sobral, 1952.

MUSEU DOM JOSÉ, *Fotografia do Sobrado Paula Pessoa*, 1934.

MUSEU DOM JOSÉ, *Museu Diocesano de Sobral*, desdobrável, tamanho 15x20cm, 1974.

MUSEU DOM JOSÉ, *Placa de Reabertura ao Público, 24 de março de 1997*, Sobral, 1997.

MUSEU DOM JOSÉ, *Placa de Reabertura ao Público, julho de 1996*, Sobral, 1996.

MUSEU DOM JOSÉ, *Placa de Reinauguração, 10 de março de 1971*, Sobral, 1971.

ROCHA, Herbert, *Reforma Museu Diocesano de Sobral (Plantas)*, Sobral, 1995.

SEST SENAT SOBRAL, *Exposição Itinerante Sobral em Movimento*, Sobral, 2013.

C – Fontes sonográficas

CARNEIRO, Angélica Lourenço, *Angélica Lourenço Carneiro: depoimento*, 22 de julho 2019, entrevistador: António Luciano Morais Melo Filho, Sobral, 2019, 1 arquivo wav (23 min.).

COELHO NETO, José Clodoveu De Arruda, José Clodoveu de Arruda Coelho Neto: depoimento, 11 de agosto de 2020, entrevistador: António Luciano Morais Melo Filho, Sobral, 2020, 1 arquivo wav (49 min.).

Padre Palhano de Sabóia Fundador da Rádio Tupinambá Áudio Arquivo R Tupinambá 01, Canal do Ivo Aragão: Notícias, Vídeos, Imagens e Entrevistas, duração: 1' 16'', disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BbHOaTc-sAM>>, consultado em 15 jun. 2020.

PONTE, Jairo Linhares, *Centenário de Dom José Tupinambá da Frota – Sobral 1882-1982*, disco de vinil, CSGP 0453, Fábrica de discos Rozenblit Ltda, Recife, 1982.

VIANA, Maria Somália Sales, *Maria Somália Sales Viana: depoimento*, 7 de agosto de 2020, entrevistador: António Luciano Morais Melo Filho, Sobral, 2020, 1 arquivo wav (44 min.).

D – Fontes Impressas

ANDRADE, Plácido Marinho de, *Sobral, humor e prosa*, Edição do autor, Sobral, 1992.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de, *Cronologia Sobralense – Séculos XVII e XVIII – 1604-1800*, Fortaleza, Edições ECOA, 2015.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de, *Traços Biográficos de Dom José Tupinambá da Frota*, Sobral, Gráfica Local, 1982.

ARRUDA, Francisco de Assis, *Coletânea Genealogia Sobralense*, vol. V, Os Frota, Sobral, s.d.

BARROSO, Gustavo, *Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional: 1.^a secção archeologia e história*, Rio de Janeiro, MHN, 1924.

BIANCHI, Alberto G., *De México a Roma y de Roma a Barcelona: memorias de la peregrinación mexicana de 1900*, Barcelona, L. González y Ca., 1901.

BISPADO DO CEARÁ, *Álbum histórico do Seminário Episcopal do Ceará: em comemoração das 'bodas de ouro' de sua fundação*, Fortaleza, 1914.

- CÂMARA, João, *Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literario do Estado do Ceará*, anno 6, Typografia Economica, Fortaleza, 1899.
- COMTE, Auguste, *Système de politique positive ou Traité de sociologie*, em linha, Paris, Éditions Anthropos Paris, 1851, disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9446r>>, consultado em 4 mai. 2020.
- COSTA, Lustosa da, *Clero, Nobreza e Povo de Sobral*, 2.^a edição, Fortaleza, Editora ABC, 2004.
- COSTA, Lustosa da, *Sobral cidade das cenas fortes*, Fortaleza, Editora ABC, 2003.
- CRAVEIRO FILHO, Antônio, *O Centenário – Albúm histórico comemorativo ao 1.º centenário da cidade de Sobral*, Sobral, Linerica Craveiro, 1941.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.^a edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- FROTA, Dom José Tupinambá da, *Efemérides da minha vida*, 1.^a edição, Sobral, Expressão Gráfica, 2019.
- FROTA, Dom José Tupinambá da, *História de Sobral*, 2.^a edição, Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1974.
- FROTA, Dom José Tupinambá da, *Traços biográficos de Manuel Artur da Frota*, Sobral, edição do autor, 1952.
- GIRÃO, Glória Giovana Sabóia Mont’Alverne (Org.), *Museu Dom José Sobral*, Sobral, Edições Sobral Gráfica Ltda, 2007.
- HERBERMANN, Charles George *et al.* (Org), *The Catholic encyclopedia; an international work of reference on the constitution, doctrine, discipline, and history of the Catholic Church*, Volume 15, New York, The Encyclopedia Press, 1907.
- HOLLANDA, Guy de, *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Organização Nacional do ICOM (The International Council of Museums), Rio de Janeiro, 1958.

- ICOM, “Mesa-Redonda de Santiago do Chile - ICOM, 1972”, *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 15, n.º 15, 1999, p. 111-121.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, *Museus em Números*, Volume 1, Brasília, Instituto Brasileiro de Museus, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, *Museus em Números*, Volume 2, parte 1, Brasília, Instituto Brasileiro de Museus, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, *Museus em Números*, Volume 2, parte 2, Brasília, Instituto Brasileiro de Museus, 2011.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Sobral: patrimônio de todos - roteiro para preservação do patrimônio cultural*, Fortaleza, Ministério da Cultura, 2008.
- JORGE, Miécio de Miranda, *Álbum do Maranhão 1950*, São Luís, Imprensa Oficial do Maranhão, 1950.
- LACERDA, João Batista de, *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1905, disponível em: <<http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/25>>, consultado em 27 jun. 2020.
- LIMA, César Barreto & LIMA, Saulo Barreto, *Padre José Palhano de Sabóia: santo, semideus ou cavaleiro do apocalipse?*, 2.ª edição, Fortaleza, RDS, 2017.
- LINHARES, Fortunato Alves, *Notas Históricas da Cidade de Sobral*, Sobral, Academia Sobralense de Estudos e Letfundadorras, 1945.
- LIRA, João Mendes, *A Vida e a Obra de Dom José Tupinambá da Frota Primeiro Bispo de Sobral 1882-1982 centenário de seu nascimento*, Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1982.
- LIRA, João Mendes, *O Livro Inédito de Dom José Tupinambá da Frota 1.º Bispo de Sobral*, Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1991.

- LIRA, João Mendes, *Presença dos Judeus em Sobral e Circunvizinhanças e a Dinamização da Economia Sobralense em Função do Capital Judaico*, Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1988.
- LIRA, João Mendes, *Sobral sua história documental e a personalidade de D. José*, Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1975.
- MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.^a Edição, Quinto Volume, Livros Horizonte, Lisboa, 1977.
- MENEZES, António Bezerra de, *Província do Ceará: notas de viagem, parte do Norte*, Fortaleza, Typ. Economica, 1889.
- MINISTÉRIO DA CULTURA, *Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania*, Brasília, 2003.
- MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, *Livro de Ouro Commemorativo do Centenário da Independência e Exposição Internacional*, Rio de Janeiro, 1922, disponível em: <<http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>>, consultado em 10 de jul. 2020.
- OLIMPIO, Domingos, *Luzia-Homem*, São Paulo, Moderna, 1993.
- OSTRIA DE CANEDO, Eneida da Silva et. Al., *Patronos e Ocupantes de Cadeira do IHGM: 80 anos (1925-2005)*, São Luís, Edição IHGM, 2005.
- PESSOA, João Alfredo Donas de Sá (Org.), *Museu Diocesano Sobral Ceará - arte sacra – catálogo*, 1.^a edição, Fortaleza, Imprensa Universitária - UFC, 1982.
- PONTUAL, Roberto, *Dicionário das Artes Plásticas no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (Org.), *A História do Ceará em obras sacras e decorativas: Apresentando obras do Museu Dom José da Diocese de Sobral - Ceará*, Fortaleza, UNIFOR, 2006.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (Org.), *Relatório de Desempenho de Gestão 2017*, Sobral, Edições UVA, 2018.

E – Artigos

a) Sem autor identificado

“A ‘A Nota’ em Sobral”, *A Nota*, anno 2, n.º 68, Fortaleza, 22 de julho de 1917, p. 9.

“A cadeira do padre António Vieira”, *Diário de Lisboa*, n.º 12289, 21 de fevereiro de 1957, p. 17, Lisboa, Fundação Mário Soares, Documentos Ruella Ramos.

“A Diocese de Sobral perdeu o seu chefe espiritual”, *Correio da Semana*, ano XLI, n.º 47, Sobral, 30 de setembro de 1959, p. 1.

“A relevância da Arqueologia para resgate histórico”, *O Noroeste*, Sobral, 22 de julho de 2005, p. 9A, recorte.

“Academia Brasileira Homenagens a Ruy Barbosa e Eleição do Sr. Gustavo Barroso”, *Jornal do Comércio*, 9 de março de 1923, pasta 12, 1922-2.º Semestre a 1923-2.º Semestre, Rio de Janeiro, p. 78.

“Academia Olindense de Letras”, *Diário de Pernambuco*, ano 1964, n.º 292, 20 de dezembro de 1964, Recife, 1964, p. 7.

“Ajuda ao Museu de Sobral”, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 02 de março de 1956, pasta 47 - 1956 1.º Semestre a 1956 2.º Semestre, p. 26.

“Annuncios: No dia dez do mez”, *O Cearense*, edição 614, 29 de março de 1853, Fortaleza, p. 4.

“Apoio dos comunistas a um padre candidato”, *O Jornal*, ano XXXVII, n.º 11677, Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1958, p. 1.

“Appello aos cearenses”, *O Rebate*, anno 1, n.º 4, Sobral, 11 de maio de 1907, p. 2.

“Associação dos Empregados do Comércio”, *A Ordem*, anno 7, n.º 46, 15 de agosto de 1923, Sobral, p.1.

“Aviso”, *O Rebate*, ano III, n.º 1, 20 de abril de 1909, Sobral, p. 3.

“Banco Mercantil Caixeiral”, *A Ordem*, anno XIV, n.º 783, 29 de janeiro de 1930, Sobral, p.1.

“Bispado de Sobral” (a), *A Lucta*, ano 1, n.º 38, 21 jan. 1915, Sobral, p. 1.

“Bispado de Sobral” (b), *A Lucta*, ano 2, n.º 55, 19 mai. 1915, Sobral, p. 1.

“Camara dos Deputados – Líder da oposição denuncia ameaças a correligionários”, *O Jornal*, ano XXXVIII, n.º 11844, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1959, p. 3 e 6.

“Cavalleiro de Christo”, *O Cearense*, edição 392, 21 de dezembro de 1850, Fortaleza, p. 4.

“Ceará: Sobral ficou coberta pelas águas”, *Última Hora*, ano XIV, n.º 1534, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1965, p. 2.

“Ceará”, *O Jornal*, ano XXXVII, n.º 11483, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1958, p. 8.

“Communicado”, *A Ordem*, anno 9, n.º 17, 1 de janeiro e 1925, Sobral, Sobral, p.1.

“Compram-se objéto antigos”, *Correio da Semana*, ano XXV, n.º 12, Sobral, 26 de junho de 1942, p. 1.

“Corre como verdadeira...”, *O Jornal*, ano II, n.º 48, 8 de dezembro de 1933, Sobral, p. 1.

“Correspondência: Cartas de Roma”, *A Cidade*, ano I, n.º 42, 12 de julho de 1899, Sobral, p. 1.

“Crimes de Família”, *A Pátria: Órgão do Centro Republicano*, n.º 149, 9 de setembro de 1890, Fortaleza, p. 2.

“Despedidas”, *A Lucta*, ano 2, n.º 55, 19 mai. 1915, Sobral, p. 2.

“Diálogo com a comunidade”, *Diário do Nordeste*, Caderno Regional, Fortaleza, 9 de setembro de 2000, p. 4, recorte.

“Disse ‘A Ordem’ de quarta-feira...”, *O Jornal*, ano II, n.º 61, 11 de março de 1934, Sobral, p. 3.

“Dom João José Mota de Albuquerque”, *Correio da Semana*, ano 97, ed. 654, Sobral, 7 a 14 de novembro de 2015, p. 3.

“É com V. exc. mesmo!”, *Correio da Semana*, 24 de janeiro de 1931, ano XIII, n.º 41, Sobral, p. 1.

- “Eleito Vigário Capitular e Ecônomo da Diocese de Sobral, o Exmo. e Revmo Sr Dom José Bezerra Coutinho até que o Vaticano nomeie novo bispo”, *Correio da Semana*, ano XLI, n.º 47, Sobral, 30 de setembro de 1959, p. 1.
- “Exposição: Sucesso de Público”, *Jornal do Campus*, número 121, Gráfica Unifor, Fortaleza, 30 de agosto de 2006, p. 2.
- “Falecimento”, *O Cearense*, edição 253, 14 novembro de 1884, Fortaleza, p. 4.
- “Grande consternação na cidade – Decretado luto oficial por três dias”, *Correio da Semana*, ano XLI, n.º 46, Sobral, 26 de setembro de 1959, p. 1.
- “Gravemente enfermo o bispo de Sobral”, *Diário da Noite*, ano XXXI, n.º 11206, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1959, p. 5.
- “Igreja de N. S. da Conceição de Almofala será recuperada”, *SPHAN Pró-Memória*, n.º 22, janeiro e fevereiro de 1983, p. 33.
- “Inaugura hoje exposição: Riquezas da Casa Grande e torturas das Senzalas!”, *Última Hora*, ano 1963, n.º 329, 12 de junho de 1963, Recife, 1963, p. 18.
- “Instalação do Banco M. Caixeiral”, *A Ordem*, ano XIV, n.º 781, 30 de janeiro de 1930, Sobral, p. 1.
- “Interior em revista”, *Unitário*, edição 185, 29 de abril de 1953, Fortaleza, p. 3.
- “Interior, Maceió”, *O Imparcial*, anno V, n.º 1270, 25 de junho de 1916, Rio de Janeiro, p. 4.
- “Irmã do padre Palhano desmente a excomunhão”, *Jornal O Povo*, 1.º de fevereiro de 1977, Fortaleza, 1977, s/p, recorte.
- “Museu de Sobral”, *Diário de Pernambuco*, ano 1963, n.º 175, Recife, 22 de agosto de 1963, p. 6.
- “Museu Dom José e seus desafios”, *Correio da Semana*, ano 96, ed. 571, Sobral, 5 a 12 de abril de 2014, p. 22.
- “Museu Dom José”, *Correio da Semana*, ano 54, n.º 8, Sobral, 22 de maio de 1971, p. 6.

- “Museu será inaugurado dia 10: Presente o Governador Plácido Castelo”, *Correio da Semana*, ano 53, n.º 47, Sobral, 6 de março de 1971, p. 1.
- “Museu”, *O Estado de Mato Grosso*, ano XXXVI, n.º 7145, Cuiabá, 12 de agosto de 1975, p. 7.
- “Muzeu Escolar”, *A Ordem*, anno 7, n.º 25, Sobral, 2 de março de 1923, p. 1.
- “No dia 25 do corrente...”, *Gazeta da Tarde*, anno I, edição 9, 19 de julho de 1880, Rio de Janeiro, p. 1.
- “No Mundo das Relíquias Históricas”, *O Imparcial*, 23 de maio de 1948, São Luís, p. 9.
- “Notas sociais e vida acadêmica, Viajantes, D. José Tupinambá da Frota”, *O Imparcial*, anno V, n.º 1260, 15 de junho de 1916, Rio de Janeiro, p. 6.
- “O Museu de Sobral”, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 07 de junho de 1956, pasta 47 - 1956 1.º Semestre a 1956 2.º Semestre, p. 172.
- “O museu diocesano de Sobral após instalado será o 4.º do Brasil”, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 22 de novembro de 1952, pasta 46 - 1955 2.º Semestre, p. 151.
- “O padre dr. Tupinambá...”, *O Rebate*, ano II, n.º 25, 3 de outubro de 1908, Sobral, p. 1.
- “Onde se sentou um dos maiores cultores da língua portuguesa - O Museu Histórico do Ceará pleiteia a secular cadeira do padre Antônio Vieira”, *O Combate*, ano 1933, edição 02384, 31 de outubro de 1933, São Luís, p. 4.
- “Onde se sentou um dos maiores cultores da língua portuguesa”, *O Globo*, 7 de novembro de 1932, Rio de Janeiro, p. 6.
- “Padre confirma: ‘há clima de insegurança em Sobral’”, *O Jornal*, ano XXXVIII, n.º 11845, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1959, p. 6.
- “Pe. Palhano Suspenso de Ordem por D. Walfrido”, *Correio da Semana*, ano 59, n.º 32, 27 de novembro de 1976, Sobral, 1976, p. 2.
- “Portas fechadas”, *Movimento*, n.º 3, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1975, p. 22.

“Programa dos festejos de recepção do snr. Bispo de Sobral, D. José Tupynambá da Frota”, *Don José, publicação em homenagem a Dom José Tupinambá da Frota 1.º Bispo de Sobral*, Tipografia O Rebate, 22 de junho de 1916, p. 4.

“Reunião na cúria com representantes da prefeitura, da UVA e da Diocese, analisam propostas para o Museu em 2014”, *Correio da Semana*, ano 95, ed. 560, 18 a 25 de jan. de 2014, Sobral, p. 18.

“Será amanhã a inauguração da luz electrica de Sobral”, *A Imprensa*, ano II, n.º 71, 13 de fevereiro de 1926, Sobral, p. 1.

“Telegrammas, Brasil, Ceará”, *O Paiz*, anno XXXII, n.º 11574, 15 de junho de 1916, Rio de Janeiro, p. 6.

“Tudo sobre o Ceará: as maiores coisas e as ocorrências mais notáveis”, *O Nordeste*, ano XXXVI, n.º 8431, Fortaleza, 23 de dezembro de 1957, p. 2.

“Um sobralense benemérito”, *A Ordem*, anno XVI, n.º 964, Sobral, 19 de dezembro de 1931, p. 1.

“Vindo a Sobral...”, *Correio da Semana*, ano 54, n.º 2, Sobral, 10 de abril de 1971, p. 5.

L'Ecole et la vie, 1918, Ed. B. Reproduction numérique, Bibliothèque nationale de France, s/p., disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb34445944r/date>>, consultado em 18 mai. 2020.

b) Com autor identificado

A., N., “Centenário de uma cidade cearense: o programma commemorativo organizado pelo bispo de Sobral”, *Correio da Manhã*, n.º 13642, 28 de abril de 1939, Rio de Janeiro, p. 3.

A., N., “Vida Católica: Inaugurado o Museu Diocesano na Cidade de Sobral”, *Correio da Manhã*, n.º 18147, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1952, p. 11.

ARAGÃO, Francisco Edilson, “Carta”, *Correio da Semana*, 11 de maio de 1996, Sobral, p. 2.

ARDEN QUIN, Carmelo, “Son las condiciones materiales de la sociedad, las que condicionan las superestructuras ideológicas”, *Arturo*, n.º 1, Buenos Aires, Verano 1944, p. 25.

- ARRUDA, Clodoveu de, “Nova Diocese”, *Don José, publicação em homenagem a Dom José Tupinambá da Frota 1.º Bispo de Sobral*, Tipografia O Rebate, 22 de junho de 1916, p. 2.
- AZEVEDO, Rubens de, “Monstro pré-Histórico que viveu a um milhão de anos descoberto no Ceará”, *Jornal de Notícias*, n.º 1507, São Paulo, 25 de março de 1951, p. 21.
- BAPTISTA, José Raymundo, “Carta aberta”, *O Rebate*, ano III. n.º 3, 1º de maio de 1909, Sobral, p. 1.
- BARRETO, Fernando, “Arte Religiosa e Mostra na Ribeira”, *Diário de Pernambuco*, ano 1965, n.º 86, 15 de abril de 1965, Recife, 1965, p. 11.
- BARROSO, José Parsifal, “Dom José Tupinambá Da Frota. Revista do Instituto do Ceará”, *Revista do Instituto do Ceará*, tomo XCI, Fortaleza, 1982, p. 231-237.
- BEZERRA, António, “Para a história de Sobral (Collecção Alberto Amaral), Escripura de doação”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno XXXII, Fortaleza, 1918, p. 136-139.
- CAMPOS, Queirós, “Da cura dalmas à Prefeitura veio ao Congresso Nacional”, *Correio Braziliense*, ano CLIII, n.º 967, 13 de julho de 1963, Brasília, 2.º Caderno, p. 12.
- CAMPOS, Queirós, “Fichário Parlamentar da 5.ª Legislatura”, *Correio Braziliense*, ano CLIII, n.º 1507, 27 de abril de 1965, Brasília, 2.º Caderno, p. 3.
- CARLOS, Gaspar, “D. José ‘fêz’ a sua cidade: Sobral. O bispo-instituição”, *O Cruzeiro*, ano XXVII, n.º 49, 17 de setembro de 1955, Rio de Janeiro, p. 28-29.
- CASTRO, José Liberal de, “Arquitetura no Ceará. O século XIX e algumas antecedências”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno CXXVI, 2014, p. 9-68.
- CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, *Cultura*, MEC, ano 4, n.º 34, Rio de Janeiro, abril de 1970.
- COSTA, Augusto, “Sobral, Meca do ensino da vasta zona norte do Ceará – desponta nova geração na ‘Princesa do Norte’”, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 02 de junho de 1956, pasta 47 - 1956 1.º Semestre a 1956 2.º Semestre, p. 155.

- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria, “Pela Recuperação do Museu”, *Tribuna do Ceará*, 8 de julho de 1995, s/p., recorte.
- DUMANS, Adolpho, “A ideia da criação do Museu Histórico Nacional”, *Anais do Museu Histórico Nacional*, Imprensa Nacional, v. III (1942), Rio de Janeiro, 1945, p. 383-394.
- DUMANS, Adolpho, “O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência”, *Anais do Museu Histórico Nacional*, Imprensa Nacional, v. I (1940), Rio de Janeiro, 1941, p. 211-230.
- FERNANDES, Leopoldo, “Editorial”, *Correio da Semana*, n.º 1, 31 de março de 1918, Sobral, p.1.
- FERNANDES, Leopoldo, “Santa Casa”, *Correio da Semana*, n.º 11, 18 de junho de 1918, Sobral, p. 1.
- FONSECA, Paulino Nogueira Borges da, “Antônio José Victoriano Borges da Fonseca e seu governo no Ceará”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno IV, Fortaleza, 1890, p. 189-247.
- FROTA, Dom José Tupinambá da, “De Dom José para o Pe. Palhano”, *Correio da Semana*, ano XLI, n.º 43, 23 de setembro de 1959, Sobral, p. 01.
- FROTA, Dom José Tupinambá da, “O dia da Bôa Imprensa”, *Correio da Semana*, n.º 8, de 18 de maio de 1918, Sobral, p. 1, acervo de Microfilmes da Biblioteca Pública do Estado do Ceará (BECE).
- GOMES, Arimathéa, “D. José Tupynambá da Frota: O catholicismo vai fazendo...”, *Don José, publicação em homenagem a Dom José Tupinambá da Frota 1.º Bispo de Sobral*, Tipografia O Rebate, 22 de junho de 1916, p. 3.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota, “As elites sobralenses na década de 40”, *Revista do Instituto do Ceará*, vol. CV, Instituto do Ceará, Fortaleza, 1991, p. 391-404.
- IBYAPINA, Antônio, “D. José Tupynambá da Frota”, *Don José, publicação em homenagem a Dom José Tupinambá da Frota 1.º Bispo de Sobral*, Tipografia O Rebate, 22 de junho de 1916, p. 2.

- KELLY, Celso, “Letras e Arte. Museus pelo Brasil... um movimento animador”, *A Noite*, ano 1956, Edição 15324, 26 de maio 1956, Rio de Janeiro, p. 2.
- LINHARES, Fortunato Alves, “Notas Históricas da Cidade de Sobral”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno XXXVI, Fortaleza, 1922, p. 254-293.
- LINHARES, Manoel do Nascimento Alves, “Traços biográficos do Capitão-mor José Xerez Furna Uchoa – o introductor do Café no Ceará”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno XV, Fortaleza, 1901, p. 66-76.
- LOIOLA, Vicente, “Reminiscências”, *Don José, publicação em homenagem a Dom José Tupinambá da Frota 1.º Bispo de Sobral*, Tipografia O Rebate, 22 de junho de 1916, p. 3.
- MARTINS, Padre Vicente, “Don José Tupynambá 1º Bispo de Sobral (Biographia)”, *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, anno XL, 1926, p. 95-132.
- MENEZES, Antônio Pereira de, “Aviso”, *O Rebate*, anno III, n.º 2, Sobral, 24 de abril de 1909, p. 1.
- MORIN, Barbosa, “Imposto Territorial”, *O Rebate*, anno 1, n.º 3, Sobral, 4 de maio de 1907, p.1.
- MORIN, Barbosa, “Lágrimas de crocodilo”, *O Rebate*, anno 1, n.º 5, Sobral, 18 de maio de 1907, p.1.
- MUSEU DOM JOSÉ, *Museu Dom José – Jubileu de Ouro*, 29 de março de 2001, Sobral, 2001.
- PESSOA, João Ribeiro, ““Notícias da Freguezia de N. S da Conceição da Caissára dadas pelo Rev.do Cura e Vigário da Vara actual d’ella’ Anno de 1767 (Offerecido pelo Consócio António Bezerra)”, *Revista do Instituto do Ceará*, tomo II, Fortaleza, 1888, p. 136-150.
- POMPEU, Thomaz, “População do Ceara em 1889”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno IV, Fortaleza, Instituto do Ceará, 1890, p. 253-272.
- ROCHA, Manuel Valdery da, “Em Dia com a Igreja”, *Correio da Semana*, edição n.º 654, 7 a 14 de nov. de 2015, Sobral, p. 14.

- ROCHA, Manuel Valdery da, “Museu Dom José: Mais que centenário nas comemorações do centenário da Diocese!”, *Correio da Semana*, edição n.º 565, 22 de fev. a 1 de mar. de 2014, Sobral, p. 14.
- SERPA, Egídio, “Ex-Bispo é acusado de dar relíquias do Museu de Sobral”, *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n.º 301, 6 de fevereiro de 1977, Rio de Janeiro, p. 26.
- SERPA, Egídio, “Padre político acusa Bispo e provoca crise no Ceará”, *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n.º 296, 1.º de fevereiro de 1977, Rio de Janeiro, 1977, p. 14.
- SERPA, Egídio, “Sobral, Ceará. Aqui se provou que Einstein estava certo”, *Jornal do Brasil*, ano LXXXVIII, n.º 348, 29 de março de 1979, Rio de Janeiro, p. 27.
- SOARES, José Maria, “Coluna da Cidade: Museu”, *Correio da Semana*, ano 53, n.º 48, Sobral, 13 de março de 1971, p. 6.
- SOARES, José Teodoro, “Setembro Dom José”, *Correio da Semana*, edição n.º 490, Sobral, 15 a 22 de set. de 2012, p.5.
- SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 20 de março de 1998*, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 1998, disponível em: <http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/1998/b_mar98/200398.htm>, consultado em 11 nov. 2019.
- SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 19 de novembro de 1998*, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 1998, disponível em: <http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/1998/b_nov98/191198.htm>, consultado em 11 nov. 2019.
- SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 7 de junho de 1999*, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 1999, disponível em: <http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/1999/b_jun99/070699.htm>, consultado em 11 nov. 2019.
- SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 13 de maio de 1999*, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 1999, disponível em WWW:

<http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/1999/b_mai99/130599.htm>, consultado em 11 nov. 2019.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 2 de abril de 2001*, ano I, n.º VI, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2001, disponível em: < http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/2001/b_abril2001/02.htm >, consultado em 11 nov. 2019.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 6 de agosto de 2001*, ano I, n.º 90, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2001, disponível em: < http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/2001/b_agosto2001/02.htm >, consultado em 11 nov. 2019.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 13 de agosto de 2001*, ano I, n.º 95, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2001, disponível em: < http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/2001/b_agosto2001/13.htm >, consultado em 11 nov. 2019.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 15 de agosto de 2002*, ano II, n.º 147, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2002, disponível em: < http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/2002/b_agosto2002/15.htm >, consultado em 9 out. 2021.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 03 de outubro de 2002*, ano II, n.º 182, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2002, disponível em: < http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/2002/b_outubro2002/03.htm >, consultado em 9 out. 2021.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 27 de outubro de 2003*, ano III, n.º 203, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2003, disponível em: < http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/2003/b_outubro2003/27.htm >, consultado em 11 nov. 2019.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 20 de maio de 2004*, ano IV, n.º 092, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2004, disponível em: < http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/2004/b_maio2004/20.htm>, consultado em 21 nov. 2020.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 04 de julho de 2005*, ano I, n.º 124, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2005, disponível em: < http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/2005/b_julho2005/04.htm >, consultado em 21 nov. 2020.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 25 de julho de 2006*, ano II, n.º 378, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2006, disponível em: < https://www.sobral.ce.gov.br/boletim/2006/b_julho2006/25.htm >, consultado em 21 nov. 2020.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 17 de janeiro de 2007*, ano III, n.º 644, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2007, disponível em: < http://boletim.sobral.ce.gov.br/2007/b_agosto2007/27.htm >, consultado em 02 ago. 2020.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral 27 de agosto de 2013*, ano XVI, n.º 12, Sobral, Imprensa Oficial do Município, 2013, disponível em: < https://sobral.ce.gov.br/boletim/2013/b_janeiro2013/pdf-interativo/17-01-13.pdf >, consultado em 02 ago. 2020.

SOEIRO, Renato, “N.º 810 — Processo CFC n.º 004/69 — Museu Diocesano Dom José — (Sobral — CE) — Auxílio a fim de ser instalado em outro local para permitir visitação pública”, *Cultura*, Conselho Federal de Cultura, MEC, ano 4, n.º 32, Rio de Janeiro, Fevereiro de 1970, p. 45-46.

SOUSA, José Bonifácio de, “Datas e factos para a história do Ceará”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno LXXXI, Fortaleza, 1967, p. 233-251.

STUDART, Barão de, “Cearenses elevados ao sólio Episcopal”, *Revista do Instituto do Ceará*, anno XXXVI, Instituto do Ceará, 1922, p. 416-429.

UNITÁRIO, “Os Xerez”, 20 de junho de 1916, *Revista do Instituto do Ceará*, anno XXXII, Fortaleza, 1918, p. 50-61.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio & REINALDO, Telma Bonifácio dos Santos, *Perfil dos Sócios — Ocupantes de Cadeiras — IHGM*, Vol. 1, São Luís, IHGM, 2013.

F – Legislação

BRASIL, *Decreto n.º 119 A*, em linha, atual, Rio de Janeiro, 1890, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>, consultado em 15 jun. 2019.

BRASIL, *Decreto n.º 15 596*, 2 de agosto de 1922, em linha, atual, Rio de Janeiro, 1922, disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>>, consultado em 5 jul. 2020.

BRASIL, *Decreto n.º 4247*, em linha, atual, Rio de Janeiro, 1921, disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html>>, consultado em 5 jul. 2020.

BRASIL, *Decreto n.º 5264*, 5 de novembro de 2004, em linha, atual, Brasília, 2004, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5264.htm >, consultado em 5 jul. 2020.

BRASIL, *Decreto n.º 8124*, 17 de outubro de 2013, em linha, atual, Brasília, 2013, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm#art65>, consultado em 5 jul. 2020.

BRASIL, *Decreto-Lei n.º 25*, em linha, atual, Rio de Janeiro, 1937, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>, consultado em 10 de jul. de 2020.

BRASIL, *Lei n.º 11 904*, em linha, atual, 2009, Brasília, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>, consultado em 10 de jul. de 2020.

BRASIL, *Lei n.º 11 906*, 20 de janeiro de 2009, em linha, atual, Brasília, 2009, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>, consultado em 10 de jul. de 2020.

BRASIL, *Lei n.º 6757*, 17 de dezembro de 1979, em linha, atual, Brasília, 1979, disponível em:
< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6757-17-dezembro-1979-366080-publicacaooriginal-1-pl.html> > >, consultado em 10 de jul. de 2020.

BRASIL, *Lei n.º 91*, 28 de agosto de 1935, em linha, atual, Rio de Janeiro, 1935, disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-91-28-agosto-1935-398006-publicacaooriginal-1-pl.html>>, consultado em 10 de jul. de 2020

BRASIL, *Medida Provisória n.º 726*, 12 de maio de 2016, em linha, atual, 2016, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm>, consultado em 5 jul. 2020.

BRASIL, *Medida Provisória n.º 870*, 1.º de janeiro de 2019, em linha, atual, 2019, disponível em:
<<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/01/2019&jornal=701&pagina=1&totalArquivos=15>>, consultado em 5 jul. 2020.

CEARÁ, Assembleia Legislativa do Estado do, *Lei nº 12.464*, 29 de junho de 1995, Fortaleza, 1995.

IBRAM, *Portaria n.º 422*, 30 de novembro de 2017, Brasília, Ibram, em linha, atual, 2017, disponível em: < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/991767/do1-2017-12-13-portaria-n-422-de-30-de-novembro-de-2017-991763>, consultado em 7 mar. 2022.

IBRAM, *Portaria n.º 579*, 29 de julho de 2021, Brasília, Ibram, em linha, atual, 2021, disponível em: < <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/portarias/portaria-ibram-no-579-de-29-de-julho-de-2021>>, consultado em 5 mar. 2023.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA, *Acta Apostolicae Sedis (1915)*, *Commentarium Officiale*, Annus VII, Roma, Typis Polyglottis Vaticanis, 1915.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA, *Acta Apostolicae Sedis (1916)*, *Commentarium Officiale*, Annus VIII, Roma, Typis Polyglottis Vaticanis, 1916.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA, *Acta et decreta Concilii Plenarii Americae Latinae in urbe celebrati anno domini MCCCXCIX*, Roma, Typis Vaticanis, 1900.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA, *Codex Iuris Canonici*, Versão Portuguesa, Lisboa, Conferência Episcopal Portuguesa, 1983.

PORTUGAL, *Lei n.º 47*, em linha, atual, 2004, disponível em: <
[http://patrimoniocultural.gov.pt/static/data
/museus_e_monumentos/credenciacao_de_museus/lei_dos_museus.pdf](http://patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/credenciacao_de_museus/lei_dos_museus.pdf)>, consultado em
17 fev. 2021.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Lei n.º 19/95-AFJ*, Sobral, Câmara Municipal de Sobral, 1995.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Lei n.º 20*, 3 de novembro de 1954, Sobral, Câmara Municipal de Sobral, 1954.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Lei n.º 47/88*, Sobral, Câmara Municipal de Sobral, 1988.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de, *Lei n.º 61*, 23 de maio de 1949, Sobral, Câmara Municipal de Sobral, 1949.

II – Bibliografia

A – Obras Consultadas

ABREU, Regina, *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*, Rio de Janeiro, Rocco, 1996.

ALMEIDA, Nilton Melo, *Cristãos-novos e seus descendentes no Ceará Grande: a Inquisição nos sertões de fora*, em linha, Lisboa, Tese de Doutorado em História, Universidade Nova de Lisboa, 2016, disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/24455>>, consultado em 22 nov. 2020.

ALVES, Márcio Moreira, *A Igreja e a Política no Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

ARAGÃO, Francisco Edilson, *A Estruturação urbana de Sobral na Segunda Metade do Século XX: a cidade para além do arco formado pelo rio e a ferrovia*, Dissertação de Mestrado

- em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014, disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/391>>, consultado em 22 nov. 2020.
- BOLAÑOS ATIENZA, María, *La memória del mundo: Cien años de museología 1900-2000*, e-book, ediciones TREA, Gijón, 2002.
- BAGHLI, Sid Ahmed, BOYLAN, Patrick & HERREMAN, Yani, *History of ICOM (1946-1996)*, International Council of Museums, Paris, 1998.
- BALANDIER, Georges, *A desordem: elogio do movimento*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- BARROS, José D'Assunção, *Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos*, 1.^a edição, Vozes, Petrópolis, 2019.
- BARROS, José D'Assunção, *Teoria da História*, Vozes, Petrópolis, 2011.
- BARROS, Guilherme, *O novo Brasil da mostra do redescobrimento*, São Paulo, Centro Universitário Belas Artes, 2012.
- BARTELT, Dawid Danilo, *Sertão, República e Nação*, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BAUDRILLARD, Jean, *O sistema dos objetos*, 5.^a edição, Editora Perspectiva, São Paulo, 2019.
- BEDTCHE, Araceli Barros da Silva Jellmayer, *Antonio Bento e Romero Brest: o movimento abstrato como fluxo universal*, Tese de Doutorado em Ciências, Universidade de São Paulo, 2016, disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde04042019102700/publico/2016_AraceliBarrosDaSilvaJellmayerBedtche_VOrig.pdf>, consultado em 28 jun. 2020.
- BLOM, Phillip, *Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções*. 1.^a edição, Record, Rio de Janeiro, 2003.
- BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, 10.^a edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, 9.^a edição, Campinas, Papirus, 1996.

- BOURDIEU, Pierre, *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*, 1.^a ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de, *A Monarquia Brasileira*, Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1993.
- CASTRO, José Liberal de, *Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará*, Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1973.
- CATROGA, Fernando, *Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil*. 2.^a edição, Coimbra, Edições Almedina, 2010.
- CATROGA, Fernando, *Nação, Mito e Rito. Religião Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*, Museu do Ceará, Fortaleza, NUDOC-UFC, 2005.
- CHAGAS, Mário, *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2003.
- CHARTIER, Roger, *A História Cultural entre práticas e representações*, 2.^a ed., DIFEL, Algés, 2002.
- CHUVA, Márcia, *Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- CONSIDERA, Andréa Fernandes, *Uma história dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista*, Tese de Doutorado em História, Universidade de Brasília, 2015, disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/18474>>, consultado em 10 jun 2020, doi:10.26512/2015.03.T.18474.
- DA SILVA, Frederico Augusto Barbosa, WALCZAK, Irmina Anna, SÁ, Juliana Veloso & GHEZZI, Daniela Ribas (Eds.), *Patrimônios de práticas na cultura brasileira*, IPEA, Rio de Janeiro, 2019.
- DESVALLÉES, André & MAIRESSE, François, *Conceitos-chave de Museologia*, em linha, São Paulo, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado

de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, 2013, disponível em: <http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf>, consultado em 10 jun 2020.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria, *Imagens de vida, trabalho e arte. Um estudo de caso de documentação museológica: a coleção de imaginária do Museu Dom José (Sobral – Ceará – Brasil)*, em linha, 1.^a edição, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1998, disponível em: <<http://hdl.handle.net/2268/234695>>, consultado em 27 out. 2019.

DUARTE JÚNIOR, Romeu, *Sítios Históricos Brasileiros: Monumento, documento, empreendimento e instrumento - O Caso de Sobral*, Tese de doutorado, FAUUSP, Universidade de São Paulo, 2012 disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-08032013-154435/publico/tese_romeu_original.pdf>, consultado em 27 out. 2019.

FERNANDES, Liliane Alves, *As Santas Casas da Misericórdia na República Brasileira 1922-1945*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 2009, disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/18506>>, consultado em 27 out. 2019.

FERREIRA, Diocleide Lima, *A (re)invenção de uma cidade: Cid marketing e a requalificação urbana em Sobral-CE*, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2013, disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280988/1/Ferreira_DiocleideLima_D.pdf>, consultado em 19 jul. 2019.

FERREIRA, Luciana de Moura, *Memória Social e Imaginário e Representação no álbum do Centenário de Sobral – 1941*, Mestrado em História, Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2010, disponível em: <http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/dissertacao_lucianademouramahis.pdf>, consultado em 27 out. 2019.

FISCHER, Ernst, *A Necessidade da Arte*, 9.^a edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

FOUCAULT, Michel, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, 20.^a edição, Vozes, Petrópolis, 1999.

FREIRE, Paulo, *Pedagogia do oprimido*, 17.^a ed., Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

- FREITAS, Duarte Manuel, *Museu Machado de Castro: Memorial de um Complexo Arquitectónico Enquanto Espaço Museológico (1911-1965)*, Casal de Cambra: Caleidoscópio e Direção-Geral de Património Cultural, 2016.
- GINZBURG, Carlo, *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro, *As oficinas ou charqueadas no Ceará*, Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, Fortaleza, 1984.
- GOMES, Alexandre Oliveira; VIEIRA NETO, João Paulo, *Museus e Memória Indígena no Ceará: uma proposta em construção*, SECULT, Fortaleza, 2009.
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER Alessandra, *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*, São Paulo, Cortez, 2008.
- HARTOG, François, *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo*, Autêntica, Belo Horizonte/MG, 2014.
- HAUCK, João Fagundes *et al.*, *História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX*, Tomo II/2, Vozes, Petrópolis, 1980.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle, *O Peregrino e o Convertido - a religião em movimento*, 1.^a edição, Lisboa, Gradiva, 2005.
- HOLANDA, Cristina Rodrigues, *A construção do Templo da História. Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932 -1942)*, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- HOORNAERT, Eduardo *et al.*, *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira Época*, Tomo II, Vozes, Petrópolis, 1977.
- HOORNAERT, Eduardo, *A Igreja no Brasil-Colônia: 1550-1800*, 2^a edição, coleção Tudo é História, volume 45, São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
- IBRAM & OEI, *Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social*, Phábrica, Brasília, 2016.

- IPEA, *SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social – Cultura*, IPEA, 2010, disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/101117_sips_cultura.pdf, consultado em 18 abr. 2021.
- LEGOFF, Jacques, *História e memória*, Coleção Repertórios, Campinas/SP, Editora da UNICAMP, 1990.
- LEITE, Ary Bezerra, *História da fotografia no Ceará no século XIX*, Edição do autor, Fortaleza, 2019.
- LEITE, Marinete Neves, *Os sítios de pinturas e gravuras rupestres na região sertaneja Centro-Norte do Ceará, Brasil: similaridades, contraste e inserção na paisagem*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017, disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31697>, consultado em 18 nov. 2020.
- LOPES, Maria Margaret; HEIZER, Alda Lúcia, *Colecionismos, práticas de campo e representações*, Ciência & Sociedade, Campina Grande/PB, EDUEPB, 2011.
- MAIA, Lígio de Oliveira, *Cultores da vinha sagrada: índios e jesuítas na missão da Serra de Ibiapaba (Século XVII)*, Natal/RN, EDUFRN, 2017.
- MARTINA, Giacomo, *La chiesa nell'età dell'assolutismo del liberalismo del totalitarismo: da Lutero ai nostri giorni: lezioni*, 2.^a edição, Brescia, Morcelliana, 1974.
- MELO FILHO, Antônio Luciano Moraes, *Exmo. e Revmo. Sr. Bispo: uma reflexão sobre controle moral e aparato religioso na correspondência de Dom José Tupynambá da Frota (1916-1936)*, Dissertação de Mestrado em História (História – Pensamento e Cultura), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.
- MELO, Francisco Dênis, *Os intelectuais da academia sobralense de estudos e letras – ASEL – e a invenção da cidade letrada (1943-1973)*, em linha, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11594>, consultado em 1 de junho de 2020.

- MENDES, José Amado, *Estudos do Patrimônio. Museus e Educação*, 2.^a edição, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.
- MICELI, Sérgio, *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*, 1.^a edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- MINISTÉRIO DA CULTURA, *Política Nacional de Museus – Relatório de gestão 2003-2010*, Brasília, Instituto Brasileiro de Museus, 2010.
- MOREL, Marco, *O período das Regências (1831-1840)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.
- MORENO, Márcia Rejane Bitu, *Museu do Ceará: relatos da administração de um bem cultural (1932-1998)*, Monografia Especialização em Gestão Pública, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1998.
- MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, *Conservação de Acervos - MAST Colloquia Vol.9*, M. Granato, C. P. dos Santos, & C. R. A. da Rocha (Eds.), Rio de Janeiro, MAST, 2007.
- NORA, Pierre, *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*, Montevideu, Ediciones Trilce, 2008.
- OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de, *Juntar, separar, mostrar - memória e escrita da história no Museu do Ceará (1932-1976)*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Ceará, 2008.
- PAIVA, José Pedro, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- PAZ, Vanessa Carneiro da, *Encontros em defesa da cultura nacional: O Conselho Federal de Cultura e a regionalização da cultura na ditadura civil-militar (1966 – 1976)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, em linha, Rio de Janeiro, 2011, disponível em :<
<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1540.pdf>>, consultada em 25 de jun. 2020.
- PONTE FILHO, Aurélio, *Don José e o “Correio da Semana”: a “Bôa Imprensa” em Sobral (1918-1925)*, em linha, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016, disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15256/1/2016_tese_apfilho.pdf>, consultado em 27 out. 2019.

PONTE, António Manuel Torres da, *Casas-Museu em Portugal: Teorias e Práticas*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2007.

POULOT, Dominique, *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*, Estação Liberdade, São Paulo, 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes, *A danação do objeto: o museu no ensino de história*, 1.^a edição, Chapecó/SC, Argos, 2004.

ROCHA, Herbert de Vasconcelos, *Contribuição para o estudo do desenho urbano de Sobral: Século XIX*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017, disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/27292>>, consultado em 18 nov. 2020.

ROCHA, Thiago Braga Teles da, *‘De quem é Sobral?’: As práticas letradas, as tensões políticas e a luta pela temporalidade na Igreja Católica (1945-1953)*, em linha, Universidade Estadual do Ceará – UECE, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2017, disponível em: <[http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/Dissertação Thiago Braga.pdf](http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/Dissertação%20Thiago%20Braga.pdf)>, consultado em 27 out. 2019.

RODRIGUES, Joyce Mota, *Entre telescópios e potes de barro: Expedições científicas do eclipse solar na comprovação da Teoria da Relatividade em Sobral-CE/2019*, 1.^a edição, Curitiba/PR, Appris Editora, 2019.

ROSENDAHL, Zeny, *Espaço e Religião: Uma Abordagem Geográfica*, 2.^a edição, Rio de Janeiro, UERJ, NEPEC, 1996.

RUOSO, Carolina, *Museu histórico e antropológico do Ceará (1971-1990): uma história do trabalho com a linguagem poética das coisas, objetos, diálogos e sonhos nos jogos de uma arena política*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2008.

- SANTIROCCHI, Italo, *Os Ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Império (1840-1889)*, Roma, Tese de Doutorado, Faculdade de História e Bens Culturais da Igreja, Pontifícia Universidade Gregoriana, 2010.
- SANTOS, Edilberto Florêncio dos; NOBRE, João Nilo de Souza (Orgs.), *Fragments da História de Sobral: Catálogo do Acervo Arqueológico da Casa do Capitão-Mor*, 1.^a edição, Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora, 2017.
- SANTOS, Lídia Noémia; ARAÚJO, Nicolai Vladimir Gonçalves De; GALVÃO, Roberto, *Construindo Sobral*, 1.^a edição, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2011.
- SANTOS, Yanê Lopes dos, *Além da Senzala: Arranjos Escravos de Moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*, Dissertação Mestrado em História, Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SARAMAGO, José, *Todos os nomes*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- SCARANO, Julita, *Fé e milagre: ex-votos pintados em madeira, séculos XVIII e XIX*, São Paulo, EDUSP, 2004.
- SCHERER, Irineu Roque, *Concílio Plenário na Igreja do Brasil: A Igreja no Brasil de 1900 a 1945*, 1.^a edição, São Paulo, Paulus, 2014.
- SILVA, Ana Carolina Rodrigues da, *Os sentidos do passado ou o passado sentido: mecanismos da memória nos escritos de Padre Mendes Lira*, em linha, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza, 2015, disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/15114>>, consultado em 27 out. 2019.
- SILVEIRA, Edvanir Maia da, *Três décadas de Prado e Barreto: a política municipal em Sobral, do golpe militar a Nova República (1963-96)*, Tese de Doutorado em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.
- SOARES, Maria Norma Maia; GIRÃO, Glória Giovana Sabóia Mont'Alverne, *Sobral: História e Vida*, 1.^a edição, Sobral, Edições UVA, 1997.

- SOUZA, Luciana Christina Cruz e, *Patrimônio e Colonialidade – A preservação do patrimônio mineiro numa crítica decolonial*, Tese de Doutorado em Museologia e Patrimônio, UFRJ, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2018.
- SOUZA, Ésio de, *Capitão-Mor. José de Xerez Furna Uchoa/ O homem e seu tempo 1722-1797*, Fortaleza, ABC Editora, 2008.
- TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling, *Conservação Preventiva de acervos*, Coleção Estudos Museológicos, vol. 1, Florianópolis, FCC, 2012.
- TOSTES, Gustavo Oliveira, *Transformações Conceituais do Curso de Museus - MHN e do Curso de Museologia - FEFIERJ/UNIRIO: um novo olhar sobre a formação em Museologia na década de 1970*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2017.
- TUGAS, Pere Izquierdo; TRESSERRAS, Jordi Juan & MELLIN, Juan Carlos Matamala (EDS.), *Heritage Interpretation Centres: The Hicira Handbook*, Barcelona, Culture 2000, 2005.
- ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro, *Jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS*, 2.^a edição, Salvador, EDUFBA, 2010.

B – Artigos e capítulos de obras coletivas

- AQUINO, Maurício de, “A Igreja Católica na Primeira República Brasileira (1889-1930): laicidade pragmática, diocesanização, congregações religiosas”, em: CARREIRO, Gamaliel Silva; SANTOS, Lyndon de Araújo; FERRETTI, Sérgio Figueiredo; SANTOS, Thiago Lima de (Org.), *Todas As Águas Vão Para O Mar: Poder, Cultura E Devoção Nas Religiões*, São Luís, EDUFMA - Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2013, p. 119-142.
- ARAGÃO, Raimundo Freitas & ROCHA, Marcos da Silva, “Marcações espaciais como legados patrimoniais e políticas públicas culturais de musealização na cidade de Sobral-Ceará-Brasil”, *Revista Percursos – NEMO*, Maringá, vol. 11, n.º 2, 2019, p. 21-41.

- ATIENZA, María Bolaños, “Los museos, las musas, las masas”, *Museo y Territorio*, n.º 4, Málaga, 2011, p. 7-13, disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4096892>>, consultado em 20 jul. 2020.
- AUGUSTO DOS SANTOS, Ricardo, “O Plano de Educação Higiênica de Belisário Penna: 1900-1930”, *Dynamis*, vol. 32, n.º 1, 2012, p. 45-68, doi: 10.4321/S0211-95362012000100003.
- BARBALHO, Alexandre, “Orientando a Cultura: O Conselho de Cultura do Ceará nos anos 1960-70”, *Políticas Culturais Em Revista*, Salvador, n.º 1, 2008, p. 1-22, <http://dx.doi.org/10.9771/1983-3717pcr.v1i1.3187>.
- BARBALHO, Alexandre; LIMA, Ivete Maurício De; FRANCO, Jacqueline, “O financiamento à cultura no Brasil: o caso do Ceará nos governos Cid Gomes (2007-2014)”, *Revista Eptic*, vol. 19, n.º 2, 2017, p. 13-33.
- BETTIOL, Maria Regina Barcelos, “O Colecionador Mário de Andrade e a Defesa do Patrimônio Artístico Nacional”, *Revista Literatura Em Debate*, vol. 9, n.º 16, 2015, p. 57-68.
- BIANCHINI, Lia, “Bolsonaro é fascista? Listamos 13 frases do candidato para reflexão”, *Brasil de Facto*, em linha, 17 out. 2018, p. s/p, disponível em: <<https://www.brasildefacto.com.br/2018/10/17/bolsonaro-e-fascista-listamos-13-frases-do-candidato-para-reflexao>>, consultado em 10 nov. 2020.
- BRULON, Bruno, “Os objetos de museu, entre a classificação e o devir”, *Informação e Sociedade*, vol. 25, n.º 1, p. 25-37.
- BRULON, Bruno, “Re-interpretando os objetos de museu: da classificação ao devir”, *Transinformação*, Campinas/SP, vol. 28, n.º 1, 2016, p. 107-114, <https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800009>.
- CARDOSO, Douglas Nassif, “Uma Análise do Catolicismo Brasileiro no Segundo Império”, *Caminhando*, vol. 1, n.º 1, 2008, p. 111-120.

- CARLOS DE SANTANA, Nara Maria; AUGUSTO DOS SANTOS, Ricardo, “Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX”, *Revista de Estudios Sociales*, vol. 58, n.º 35, 2016, p. 28-38, doi: 10.7440/res58.2016.02.
- CASTELLS, Manuel, “A construção da identidade”, *O poder da identidade: a era da informação*, Vol. 2, 9.ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2018, p. 54-59.
- CHAGAS, Mário Souza, “O Seminário Regional da Unesco Sobre a Função Educativa dos Museus (1958): sessenta anos depois”, em: CHAGAS, Mário & RODRIGUES, Marcus Vinícius Macri (Orgs.), *A função educacional dos museus: 60 anos do Seminário Regional da Unesco*, Rio de Janeiro, Museu da República, 2019, p. 10-33.
- CHAGAS, Mário Souza, “Museus, memórias e movimentos sociais”, *Cadernos De Sociomuseologia*, n.º 41, 2011, p. 5-16.
- COELHO NETO, José Clodoveu De Arruda, “Sobral: Patrimônio Histórico-Cultural Nacional”, *SANARE - Políticas Públicas construindo Município Saudável*, vol. 2, n.º 3, 2000, p. 42-45, disponível em WWW: <<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/issue/view/8/showToc>>, consultado em 24 jun. 2020.
- CONTEL, Fabio Betioli, “As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)”, *Terra Brasilis*, em linha, n.º 3, São Paulo, 26 ago. 2014, p. 1-20, disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>>, consultado em 31 jul. 2020, doi: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.990>.
- COSTA, Luiz Mário Ferreira, “Gustavo Barroso e a criação da ‘Casa do Brasil’”, *Revista Virtú*, UFJF, Juiz de Fora, vol. 7, 2008, p. 1-8.
- DALLABRIDA, Norberto, “Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolicização e escolarização”, *Histórias e memórias da Educação no Brasil*, Volume III, Vozes, Petrópolis, 2005, p. 77-86.
- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria, “Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro”, *Cadernos de Sociomuseologia*, V. 20, n.º 20, p. 17-32.

- ESPÍRITO SANTO, Silvia Maria do, “A contribuição do estudo do colecionismo para historiografia do Museu Histórico do antigo ‘Oeste Paulista’”, *Transinformação*, em linha, vol. 23, n.º 1, Campinas, 2011, p. 29-37.
- FIALHO, Lia Machado Fiuza; SÁ, Évila Cristina Vasconcelos de, “Educadora Henriqueta Galeno: Trajetória De Uma Literata Feminista (1887-1964)”, *História da Educação*, vol. 22, n.º 55, 2018, p. 169-188.
- FONTANA, Felipe; FERREZIN, Carla Cristina Wrbieta, “Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Virginio Santa Rosa: expoentes de um pensamento autoritário no Brasil?”, *IX ABCP*, Brasília, 2014, p. 1-22.
- FREIRE, Geovana Maria Cartaxo de Arruda, “Os 80 anos da política de proteção cultural no Ceará”, *Cultura, Política e Identidades: Ceará em Perspectiva*, Volume II, IPHAN-CE, Fortaleza, 2017, p. 359-400.
- FREITAS, Nilson Almino de, “Centro-monumento e a patrimonialização de Sobral, Ceará, Brasil”, *PatryTer*, vol. 4, n.º 7, 2021, p. 120-136, doi: 10.26512/patryter.v4i7.29311.
- FREITAS, Nilson Almino de, “Mito e Poder na construção da Identidade ou enfoque sobre a ‘Sobralidade’: A Contribuição Das Ciências Sociais”, *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, volume 1, 2002, p. 547-554.
- FREITAS, Nilson Almino de, “Narrativas sobre o espaço: o pesquisador, o narrador e a cidade”, *Antíteses*, vol. 5, n.º 10, 2013, p. 833-853, doi: 10.5433/1984-3356.2012v5n10p833.
- FROTA, Luciara Silveira de Aragão e, “História da Pecuária no Ceará e Documentos para o seu estudo”, *Núcleo de Estudos de História Social da Cidade*, em linha, 25 ago. 2015, s/p., disponível em: <<http://www.nehscfortaleza.com/index.php/artigos-cientificos/item/300-historia-da-pecuaria-no-ceara-e-documentos-para-o-seu-estudo.html>>, consultado em 1 ago. 2020.
- GALVÃO, Roberto, “Resistência e religiosidade: Reflexões não aprofundadas sobre as artes no Ceará Colonial”, *Revista Historiar*, vol. 05, n.º 08, 2013, p. 42-66.
- GARRIDO, Manuel Arcila, & SÁNCHEZ, José Antonio López, “Los centros de interpretación como motor de desarrollo turístico local, ¿un modelo fracasado? El caso de la provincia

- de Cádiz”, *Boletín de La Asociación de Geógrafos Españoles*, n.º 67, p. 143-165, <https://doi.org/10.21138/bage.1821>
- GOMES, Alexandre; VIEIRA, João Paulo, “A rede cearense de museus comunitários: processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo”, *Revista Cadernos do Ceom*, ano 27, n.º 41, 2014, p. 389-414.
- GOMES, José Eudes Arrais Barroso, “Senhores de terras e de gentes: os poderosos senhores das armas na capitania do Ceará (século XVIII)”, *Tempos Históricos*, vol. 10, n.º 1, 2007, p. 295-322.
- GONZAGA, Waldecir, “Introdução”, em: GONZAGA, Waldecir; FERREIRA, Antonio Luis Catelan; ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de (Orgs.), *Um Padre e sua Fé: Cícero, História e Legado*, Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2021, p. 11-24.
- HAAG, Carlos, “Muito antes da chegada de Cabral”, *Revista Pesquisa da FAPESP*, vol. 51, março, São Paulo, 2000, p. 46-49.
- HARTOG, François, “Experiências do tempo: da História Universal à História Global?”, *História, histórias*, vol.1, n.º 1, 2013, p. 164-179, doi: 10.26512/hh.v1i1.10714.
- ICOM, *International Council of Museums (ICOM) - Statutes*, em linha, 2017, disponível em: <https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/2017_ICOM_Statutes_EN.pdf>, consultado em 20 jul. 2020.
- JUCÁ NETO, Clovis Ramiro, “Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas”, *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol. 20, n.º 1, 2012, p. 133-163, doi: 10.1590/S0101-47142012000100006.
- JULIÃO, Letícia, “Apontamentos Sobre a História do Museu”, *Caderno de Diretrizes Museológicas*, 1.ª edição, Brasília, Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2006, p. 19-31.
- LEONARDI, Paula; BITTENCOURT, Águeda Bernardete, “De documento religioso a fonte histórica: as atas do I Concílio Plenário da América Latina”, *Educação e Filosofia*, vol.

- 30, n.º 59, 2016, p. 135-158, doi: 10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v30n59a2016-p135a158.
- LIMA, Leliane Silva; POLO, Mário Júnior Alves, “Reflexões sobre o papel do educador de museus”, *Boletim Museu Histórico de Londrina*, vol. 3, n.º 6, 2012, p. 23-31.
- LOPES, Maria Margareth, “A Formação de museus nacionais na América Latina Independente”, *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 30, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1998, p. 121-133.
- LOUREIRO, Maria Lucia De Niemeyer Matheus, LOUREIRO, José Mauro Matheus, “Documento e musealização: entretecendo conceitos”, *Midas Museus e estudos interdisciplinares*, vol. 1, 2013, p. 1-13, doi: 10.4000/midas.78.
- LÖWY, Michael, “A filosofia da história de Walter Benjamin”, *Estudos Avançados*, vol. 16, n.º 45, São Paulo, 2002, p. 199-206, doi: 10.1590/s0103-40142002000200013.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro, “A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937)”, *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol. 25, n.º 3, 2017, p. 233-290, doi: 10.1590/1982-02672017v25n0308.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro, “Ouro Preto entre antigos e modernos: a disputa em torno do patrimônio histórico e artístico nacional durante as décadas de 1930 e 1940”, *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 33, Rio de Janeiro, 2001, p. 189-208.
- MALEVAL, Isadora Tavares, “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como receptáculo do presente (1838-1850)”, *Topoi*, vol. 20, n.º 42, Rio de Janeiro, 2019, p. 627-650, doi: 10.1590/2237-101x02004205.
- MARANDINO, Martha, “Educação não-formal”, INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*, Brasília, IBRAM, 2018, p. 78-80.
- MARAVALHAS, Flora Brochado & DA SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato, “Avaliação de Impacto do Edital Mais Museus na Criação de Novos Museus em Pequenos Municípios Brasileiros: uma análise a partir do método de diferenças em diferenças”, *Meta: Avaliação*, v. 11, n.º 31, Rio de Janeiro, 2019, p. 198-222.

- MELO, Francisco Dênis, “Que Histórias e Memórias contam e ensinam o museu de Dom José de Sobral?”, *Revista Historiar*, vol. 08, n.º 14, 2016, p. 53-69.
- MOTTA, Cláudia, “Livro de Luiz Eduardo Soares traduz o fascismo do século 21 ‘a la Bolsonaro’”, *Rede Brasil Atual*, em linha, 6 out. 2020, s/p., disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/10/livro-fascismo-assola-brasil-bolsonaro/>>, consultado em 10 nov. 2020.
- NASCIMENTO, Fátima Regina; SÁ, Ivan Coelho de, “Introdução à técnica de museus, uma visão crítica”, *Ciência da Informação*, vol. 42, n.º 3, 2013, p. 487-496.
- NEVES, Frederico de Castro, “A seca na história do Ceará”, em SOUZA, Simone de (Ed.), *Uma Nova História do Ceará*, 4.^a edição, Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, 2007, p. 76-102.
- NORA, Pierre, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, Tradução Yara Aun Khoury, São Paulo, *Projeto História*, n.º 10, 1993, p. 7-28.
- OLIVEIRA, José Cláudio, “O museu digital: uma metáfora do concreto ao digital”, *Comunicação e Sociedade*, vol. 12, 2007, p. 147-161.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana, “Entrevista: ‘Bolsonaro é o populista que mais se aproximou do fascismo na história’, diz Federico Finchelstein”, *The Intercept Brasil*, em linha, 7 jul. 2020, s/p., disponível em: <<https://theintercept.com/2020/07/07/bolsonaro-populista-fascismo-entrevista-federico-finchelstein/>>, consultado em 10 nov. 2020.
- PIRES, Alex Sander Xavier, “A Ciência e a Casa de Salomão: observação e experiência como fundamento baconiano na Novum Atlantis”, *Revista FIDES*, vol. 9, n.º 1, Natal, 2018, p. 8-13.
- POMIAN, Krzysztof, “Coleção”, *Enciclopédia Einaudi*, Volume 1, Porto, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984p. 51-86.
- QUIJANO, Aníbal, “Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America”, *International Sociology*, vol. 15, n.º 2, 2000, p. 215-232, doi:10.1177/0268580900015002005.
- QUINTERO, Pablo, “Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad en América Latina”, *Papeles De Trabajo – Centro De Estudios*

- Interdisciplinarios En Etnolingüística Y Antropología Socio-Cultural*, vol. 19, 2020, p. 1–15, <https://doi.org/10.35305/revista.v0i19.122>.
- RAICK, Regina Celi Fonseca, “O museu como instrumento de reafirmação da identidade local: uma análise comparativa”, *Essentia, Revista de Cultura, Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú*, n.º 3, Sobral, 1999, p. 64-70.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes, “Entre a poeira e o silêncio: sobre exposições e construções da memória no Museu do Ceará (1932-1997)”, *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol. 19, n.º 1, São Paulo, 2011a, p. 165-188, doi: 10.1590/S0101-47142011000100006.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes, “Objetos do caldeirão: museu, memória e cultura material (1936-1997)”, *Estudos Históricos*, vol. 24, n.º 48, Rio de Janeiro, 2011(b), p. 366-384, doi: 10.1590/S0103-21862011000200007.
- REIS, José Roberto Franco, “‘De pequenino é que se torce o pepino’: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental”, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 7, n.º 1, 2000, p. 135-157, doi: 10.1590/S0104-59702000000200007.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, “A cidade, as classes e a política: uma nova questão urbana brasileira?” Em OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.), *Cidade: História e desafios*, em linha, 1.ª edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, p. 84-105, disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1264.pdf>.
- RODRIGUES, Ana Duarte, “Elites, estratégias e especificidades da encomenda de escultura de jardim em Portugal (1670-1800)”, *Análise Social*, em linha, vol. 207, 2013, p. 368-396, disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732013000200005&lng=pt&nrm=iso>.
- SANDES, Noé Freire, “O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930)”, *Estudos Históricos*, ISSN 0103-2186, vol. 22, n.º 43, 2009, p. 125-140, doi: 10.1590/S0103-21862009000100007.
- SANTOS JUNIOR, Antonio Modesto dos, “O apoio das Forças Armadas na solidificação do regime varguista (1930-1937)”, *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil (Rio de Janeiro)*, vol 15, n.º 30, 2019, p. 148-158.

- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura, “O Papel dos museus na construção de uma identidade nacional”, *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 28, Rio de Janeiro, 1996, p. 21-36.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos, “Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional”, *Sociedade e Estado*, vol. 15, n.º 2, Brasília, 2000, p. 271-302, doi: 10.1590/S0102-69922000000200005,
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos, “Museus brasileiros e política cultural”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n.º 55, São Paulo, 2004, p. 53-72, doi: 10.1590/S0102-69092004000200004.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos, “O retorno do pesadelo: um estudo sobre a luta da memória contra o esquecimento”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 121, Coimbra, 2020, p. 103-122, doi: 10.4000/rccs.10324.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos, “Políticas da memória na criação dos museus brasileiros”, *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 19, Museu e políticas de Memória, Lisboa, 2002, p. 115-137.
- SANTOS, Suzenilson da Silva, “Museu Kanindé: Fórum de Conhecimentos à Ancestralidade Indígena”, *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 10, n.º 19, Jan./Jun. de 2021, p. 52-59.
- SCHWARCZ, Lília K. M., “O nascimento dos museus brasileiros 1870-1910”, em MICELI, Sérgio (Org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, 1.^a edição, São Paulo, Vértice, 1989, p. 29-90.
- SEAWRIGHT, Leandro, “O apoio ao golpe do Estado Novo nas páginas de O Jornal Batista: contra o comunismo, em favor da pátria e de Deus”, *História Unisinos*, vol. 24, n.º 1, 2020, p. 96-108, doi: 10.4013/hist.2020.241.09.
- SILVA JÚNIOR, Alfredo Moreira da; BATISTA, Carolina De Almeida, “Coisas novas e tradição, o dilema de Leão XIII”, *Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR*, Jacarezinho/PR, ANPUH/PR, 2008, p. 100-121.

- SILVA, João Carlos da, “Benjamin Constant e a propaganda educacional positivista: alguns apontamentos”, *Educação e Fronteiras*, Vol. 8, n.º 23, Dourados, 2018, p. 176-191, doi: 10.30612/eduf.v8i23.9453.
- SOUSA, Maria De Jesus Gomes De; CARDONA, Milagros Gabriela Da Cruz; VIANA, Maria Somália Sales, “Inventário taxonômico das coleções paleontológicas do Museu Dom José e da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE”, *Anuário do Instituto de Geociências*, vol. 39, n.º 1, 2016, p. 52-68, doi: 10.11137/2016_1_52_68.
- SOUZA, Candice Vidal e; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro”, *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, n.º 2, 2001, p. 414-432, <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200006>.
- SOUZA, LUCIANA CHRISTINA CRUZ E, “Museu integral, museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile”, *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol. 28, e. 4, 2020, p. 1-21, <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e4>.
- TEIXEIRA LOPES, João Miguel, “Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de Democracia Cultural”, *Saber & Educar*, n.º 14, nov. 2009, p. 1-13, disponível em: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/121>, doi:<http://dx.doi.org/10.17346/se.vol14.121>.
- TORRES, Lilian de Lucca, “Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário ‘Homo sapiens 1900’ de Peter Cohen”, *Ponto Urbe*, n.º 2, 2008, p. 1-26, <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1914>
- VELLOSO, Mônica Pimenta, “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”, *Revista de Sociologia e Política*, n.º 9, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1997, p. 57-74.
- VIANA, Maria Somália Sales *et al.*, “Hábitos alimentares em herbívoros da megafauna pleistocênica no Nordeste do Brasil”, *Estudos Geológicos*, vol. 21, n.º 2, 2011, p. 89-95.
- VIANA, Maria Somália Sales *et al.*, “O acervo fossilífero do Museu Dom José (Sobral, CE) e sua importância para a divulgação da Paleontologia no Estado do Ceará”, *Revista de Geologia*, Fortaleza, vol. 18, janeiro, 2005, p. 53-59.

VIANA, Maria Somália Sales *et al.*, “Ressignificação dos fósseis no Museu Dom José: pesquisa e ações educativas”, *Revista Historiar*, vol. 05, n.º 08, 2013, p. 67-79.

VIANA, Maria Somália Sales, “Pesquisa Científica, coleções e exposições de História Natural: Caso do Museu Dom José (Sobral, Ceará)”, em: ARAÚJO, Bruno Melo de & RIBEIRO, Fredericoa Sousa (Eds.), *Cadernos do Patrimônio Cultural de C&T: pesquisa, acervos e instituições*, Recife/PE, Editora UFPE, 2015, p. 65-80.

VIANA, Maria Somália Sales; OLIVEIRA, Gina Cardoso De; OLIVEIRA, Edison Vicente, “Primeira ocorrência de Gomphotheriidae no município de Irauçuba, Ceará, Brasil”, *Revista Brasileira de Paleontologia*, vol. 18, n.º 2, 2015, p. 339-342, doi: 10.4072/rbp.2015.2.12.

VIEIRA, Carlos Eduardo, “Intelectuais e Educação”, *Pensar a Educação em Revista*, vol. 1, n.º 1, Curitiba/Belo Horizonte, 2015, p. 3-21.

WALSH, Catherine, “Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos”, em: Catherine Walsh (Ed.), *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*, Tomo I, Quito, Ediciones Abya-Yala, 2013, p. 23-68.

III – Publicações Periódicas

A – Títulos Consultados

Anais do Museu Histórico Nacional (1940-1945).

Arturo (1944).

Boletim de Notícias da Prefeitura Municipal de Sobral (1998-2013).

Cearense (O) (1850-1884).

Cidade (A) (1899).

Combate (O) (1933).

Correio Braziliense (1963-1965).

Correio da Manhã (1939-1952).

Correio da Semana (1918-2015).

Correio do Ceará (1952).

Cruzeiro (O) (1955).

Cultura (1970).

Diário da Noite (1959).

Diário de Lisboa (1957).
Diário de Pernambuco (1963-1965).
Diário do Nordeste (2000).
Estado de Mato Grosso (O) (1975).
Gazeta da Tarde (1880).
Gazeta de Notícias (1956).
Globo (O) (1932).
Imparcial (O) (1916-1948).
Imprensa (A) (1926).
Jornal (O) (1933-1959).
Jornal de Notícias (1951).
Jornal do Brasil (1977-1979).
Jornal do Campus (2006).
Jornal do Comércio (1923).
Jornal O Povo (1977).
L'Ecole et la vie (1918).
Lucta (A) (1915).
Movimento (1975)
Noite (A) (1956).
Noroeste (O) (1957-2005).
Nota (A) (1917).
Ordem (A) (1923-1931).
Paiz (O) (1916).
Pátria: Órgão do Centro Republicano (A) (1890).
Perfil dos Sócios – IHGM (2013).
Rebate (O) (1907-1909).
Revista do Instituto do Ceará (1888-2014)
SPHAN Pró-Memória (1983).
Última Hora (1963-1965).
Unitário (1953).

IV – Webgrafia

A – Endereços eletrônicos

“Casa de Juvenal Galeno é tombada”, *Diário do Nordeste*, Metro, 22 de setembro de 2016, em linha, atual, 2016, disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/casa-de-juvenal-galeno-e-tombada-1.1620942>>, consultado em 26 dez. 2021.

“Decretado estado de emergência”, *Diário do Nordeste*, Região, 26 de março de 2003, em linha, atual, 2015, disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/decretado-estado-de-emergencia-1.23015>>, consultado em 26 ago. 2019.

“Madi em Sobral”, *Diário do Nordeste*, Caderno 3, 3 de maio de 2004, em linha, atual, 2004, disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/verso/madi-em-sobral-1.7826?page=1>>, consultado em 26 ago. 2019.

“Monumenta entrega projeto de resgate cultural em Sobral-CE”, *IPHAN*, 4 de julho de 2007, em linha, atual, 2007, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1877/monumenta-entrega-projeto-de-resgate-cultural-em-sobral-ce>>, consultado em 6 nov. 2020.

“Museu Madi será reinaugurado no dia 30”, *Diário do Nordeste*, Região, 22 de dezembro de 2008, em linha, atual, 2008, disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/museu-madi-sera-reinaugurado-no-dia-30-1.554034>>, consultado em 26 ago. 2019.

“Rio Acaraú inunda mais uma vez obras de urbanização”, *Diário do Nordeste*, Região, 19 de fevereiro de 2004, em linha, atual, 2004, disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/rio-acarau-inunda-mais-uma-vez-obras-de-urbanizacao-1.159522>>, consultado em 21 nov. 2020.

“Sobral comemora 234 anos de emancipação”, *Diário do Nordeste*, Região, 04 de julho de 2007, em linha, atual, 2007, disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/sobral-comemora-234-anos-de-emancipacao-1.43668>>, consultado em 26 ago. 2019.

“Sobral terá primeiro planetário do Interior”, *Diário do Nordeste*, Região, 21 de fevereiro de 2015, em linha, atual, 2015, disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/sobral-tera-primeiro-planetario-do-interior-1.1225707>>, consultado em 26 ago. 2019.

AHU, *Carta do ouvidor do ceará, José da Costa Dias e Barros à Rainha D. Maria I apontando as causas da desordem na capitania e pedindo aprovação para as fintas que recebeu*, Projeto Resgate – Ceará (1618 – 1832), AHU_ACL_CU_006, Cx. 9, doc. 564, disponível em: <<http://resgate.bn.br/>>, consultado em 12 nov. 2020.

AHU, *Representação dos moradores da vila Real de Sobral à rainha [D. Maria I], em que se queixam dos vexames e injustiças cometidos pelo capitão-mor das Ordenanças da referida vila, José Xavier Furna Uchoa*, Projeto Resgate – Ceará (1618 – 1832), AHU_ACL_CU_006, Cx. 9, doc. 572, disponível em: <<http://resgate.bn.br/>>, consultado em 12 nov. 2020.

AHU, *Requerimento de José Chaves Furna Uchoa à rainha [D. Maria I], a pedir confirmação da patente de capitão-mor da vila do Sobral. Anexo: carta patente*, Projeto Resgate – Ceará (1618 – 1832), AHU_ACL_CU_006, Cx. 9, doc. 583, disponível em: <<http://resgate.bn.br/>>, consultado em 12 nov. 2020.

BAIÃO NETO, Gil; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; VARELA, Alex, *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, em linha, atual, sd, disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>, consultado em 19 jun. 2020.

BARTOCCINI, Fiorella, *Prospero Colonna*, em linha, 2020, disponível em: <[https://www.treccani.it/enciclopedia/prospero-colonna_res-0b2216e6-87eb-11dc-8e9d-0016357eee51_\(Dizionario-Biografico\)](https://www.treccani.it/enciclopedia/prospero-colonna_res-0b2216e6-87eb-11dc-8e9d-0016357eee51_(Dizionario-Biografico))>, consultado em 14 jun. 2020.

BLOG GAEA-ASTRONOMIA, *10 anos de ‘Onde a Luz Fez a Curva’ - HQ sobre o eclipse em Sobral, em 1919*, 29 de maio de 2009, em linha, atual. 2009, disponível em: <<http://gaea-astronomia.blogspot.com/2009/05/10-anos-de-onde-luz-fez-curva.html>>, consultado em 19 de jun. 2019.

BLOGSOBRAL24H, *Sobral antiga!*, 18 de outubro de 2017, em linha, atual, 2017, disponível em: < https://www.sobral24horas.com/2017/10/sobral-antiga_18.html>, consultado em 19 de jun. 2019.

BRASIL, *Instituto Brasileiro de Museus – Ibram*, em linha, atual, 2019, disponível em: <<https://www.museus.gov.br/>>, consultado em 19 jun. 2019.

BRASIL, *Museusbr - Cadastro Nacional de Museus*, em linha, atual, 2017, disponível em: <<http://museus.cultura.gov.br/>>, consultado em 19 jun. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, *Discurso do deputado Arnon Bezerra (PTB) em 29/01/2004 às 17h57*, em linha, atual. 2004, disponível em: < [https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=014.3.52.E&nuQuarto=80&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:57&sgFaseSessao=CP&Data=29/01/2004&txApelido=ARNONBEZERRA&txFaseSessao=ComunicaçõesParlamentares&dtHoraQuarto=17:57&txEtapa=Com redação final](https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=014.3.52.E&nuQuarto=80&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:57&sgFaseSessao=CP&Data=29/01/2004&txApelido=ARNONBEZERRA&txFaseSessao=ComunicaçõesParlamentares&dtHoraQuarto=17:57&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final)>, consultado em 21 nov. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, *Projeto de Lei n.º 3.987*, deputado José Parsifal Barroso, Rio de Janeiro, Congresso Nacional, 15 de dezembro de 1953, p. 8, disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD15DEZ1953SUP.pdf#page=8>>, consultado em 19 set. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, *Projeto de Lei n.º 4.219*, deputado Adolfo Gentil Barros Carvalho, Rio de Janeiro, Congresso Nacional, 31 de março de 1954, p. 3, disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD31MAR1954.pdf#page=3>>, consultado em 19 set. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, *Votação Projeto n.º 3.987*, 11 de novembro de 1955, p. 8350, disponível em: < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11NOV1955.pdf> >, consultado em 19 set. 2020.

CEARÁ, *A Exposição do Sagrado Coração do Ceará*, em linha, atual, 19 de dez. de 2012, disponível em: < <https://www.secult.ce.gov.br/2012/12/19/a-exposicao-o-sagrado-coracao-do-ceara/>> consultado em 10 jul. 2020.

CEARÁ, *Casa de Juvenal Galeno*, em linha, atual, 3 de jan. de 2013, disponível em: < <https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/03/casa-de-juvenal-galeno/> > consultado em 03 dez. 2021.

CEARÁ, *Programação especial celebra 80 anos do Arquivo Público e Museu do Ceará*, em linha, atual. 2012, disponível em: < <https://www.ceara.gov.br/2012/02/24/programacao-especial-celebra-80-anos-do-arquivo-publico-e-do-museu-do-ceara/>>, consultado em 10 jul. 2020.

CHENEY, David M., *The Hierarchy of the Catholic Church*, em linha, atual, 2021, disponível em WWW: <<http://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dsobr.html>>, consultado em 16 jan. 2021.

CORPORATION FOR DIGITAL SCHOLARSHIP, *Zotero*, em linha, atual, 2018, disponível em: < <https://zotero.org> >, consultado em 15 mai. 2018.

DOCPRO, *Plataforma Docpro*, em linha, atual, 1997, disponível em: <<http://www.docpro.com.br/>>, consultado em 13 nov. 2019.

EDITORA MELHORAMENTOS LTDA, *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, em linha, atual, 2020, disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/>>, consultado em 16 jun. 2020.

FALCÃO, Dom Manuel Franco, “Chaves”, *Enciclopédia Católica Popular*, em linha, Paulinas, 2004, disponível em: < http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id_entrada=324>, consultado em 12 nov. 2020.

FERNANDES, Kamila, “Município cearense, Sobral recebe acervo internacional de arte Madi”, *Folha de São Paulo*, 8 de julho de 2005, em linha, atual, 2005, disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0807200519.htm> >, consultado em 26 ago. 2019.

FIGUEIREDO, Daniel Caetano de, *Camocim, Pesquisas Genealógicas, História, Estórias & Outros Assuntos*, em linha, atual, 2010, disponível em: < <http://arnauddeholanda.blogspot.com/2010/01/familia-figueiredo-descendentes-de-jose.html> >, consultado em 26 ago. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*, em linha, atual, 2010, disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>, consultado em 21 jun. 2020.

GALENO JÚNIOR, Antônio Santiago, *Casa Juvenal Galeno*, em linha, atual, 2019, disponível em: < <http://www.casadejuvenalgaleno.com.br/p/a-casa-de-juvenal-galeno.html> > , consultado em 3 dez. 2021.

ICOM, *ICOM approves a new museum definition*, em linha, atual, 2022, disponível em: <<https://icom.museum/en/news/icom-approves-a-new-museum-definition/>>, consultado em 25 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Arquivo Noronha Santos*, em linha, atual, 2020, disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/ans/>>, consultado em 31 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Sobral. População estimada*, em linha, atual, 2019, disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sobral/panorama>>, consultado em 31 jul. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Bens tombados e processos de tombamento em andamento - Ceará (Atualização: 17/11/2017)*, em linha, Fortaleza, 2017, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ceara_bens_tombados_novembro_2017.pdf>, consultado em 31 jul. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Sobral*, em linha, Brasília, 2014, disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1419/>>, consultado em 31 jul. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, *Rodrigo Melo Franco de Andrade*, em linha, Brasília, 2014, disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>>, consultado em 26 jul. 2021.

ITAÚ CULTURAL, “José Guedes”, *Enciclopédia Itaú Cultural*, em linha, atual. 2020, disponível em: < <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8495/jose-guedes> >, consultado em 29 jun. 2020.

MARCELINO JÚNIOR, “Capitão Mor conta um pouco da formação de Sobral”, *Diário do Nordeste*, Região, 31 de março de 2018, em linha, atual, 2018, disponível em: < <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/casa-do-capitao-mor-conta-um-pouco-da-formacao-de-sobral-1.1916572>>, consultado em 12 set. 2019.

MARCELINO JÚNIOR, “Museu do Eclipse de Sobral passa por reforma”, *Diário do Nordeste*, Região, 09 de dezembro de 2018, em linha, atual, 2018, disponível em: < <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/museu-do-eclipse-de-sobral-passa-por-reforma-1.2035866>>, consultado em 26 ago. 2019.

MARCELINO JÚNIOR, “Museu Dom José Tupinambá é o 5º do País em artes sacra e decorativa”, *Diário do Nordeste*, Região, 8 de abril de 2017, em linha, atual, 2017, disponível em: < <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/museu-dom-jose-tupinamba-e-o-5-do-pais-em-artes-sacra-e-decorativa-1.1734445>>, consultado em 30 de julho de 2020.

MUSEI VATICANI, *Basiliche e Cappelle Papali Virtual Tour*, em linha, atual, 2020, disponível em: < http://www.vatican.va/various/basiliche/index_it.html>, consultado em 14 dez. 2020.

MUSEU DO ORATÓRIO, *Apresentação*, em linha, atual, 2014, disponível em: < <https://museudooratorio.org.br/conheca/apresentacao/>>, consultado em 11 nov. 2021.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, *Hemeroteca Gustavo Barroso*, em linha, atual, disponível em: <<http://docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>>, consultado em 10 jul. 2020.

MUSEU NACIONAL, *Museu Nacional/UFRJ*, em linha, atual, 2022, disponível em: < <https://www.museunacional.ufrj.br/>>, consultado em 12 set. 2022.

PAIVA, Ricardo Alexandre; DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira, *A contribuição de José Liberal de Castro à arquitetura no Ceará / vitruvius*, em linha, atual, 2013, disponível em: < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.154/4695>>, consultado em 24 nov. 2020.

PITOMBO, João Pedro, COISSI, Juliana & MARQUES, José, “Manifestantes ocupam prédios em ao menos dez capitais contra fim do MinC”, *Folha de São Paulo*, 17 de maio de 2016, em linha, atual, 2016, disponível em: <

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1772156-manifestantes-ocupam-predios-em-ao-menos-5-capitais-contram-fim-do-minc.shtml>>, consultado em 25 out. 2020.

PNEM, “Inscrições para a especialização em Educação Museal vão até o dia 11/09”, em linha, atual, 2014, disponível em: < <https://pnem.museus.gov.br/inscricoes-para-a-especializacao-em-educacao-museal-vao-ate-o-dia-1109/>>, consultado em 7 de mar de 2022.

PRIBERAM INFORMÁTICA, S. A., *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP)*, em linha, atual, 2019, disponível em WWW: <<https://dicionario.priberam.org/>>, consultado em 16 jun. 2020.

RERUM ROMANUM, *Pontifício Collegio Pio Latino Americano*, julho de 2019, em linha, atual, 2019, disponível em: < <https://www.rerumromanarum.com/2019/07/pontificio-collegio-pio-latino-americano.html> >, consultado em 28 de nov. 2020.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.), “Fundação Nacional Pró-Memória”, *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*, Brasília, IPHAN/DAF/Copedoc, em linha, atual, 2015, disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural>>, consultado em 29 jul. 2021.

RORATTO, Elenilton, “Museu Dom José Comemora 60 anos”, *Jornal O Correio do Norte*, 7 de abril de 2011, em linha, atual, 2011, disponível em: < <https://eleniltonroratto.blogspot.com/2011/04/museu-dom-jose-comemora-60-anos.html>>, consultado em 5 ago. 2021.

SBPC, *International Meeting on the Centenary of the Sobral Eclipse*, em linha, atual. 2019, disponível em: <<http://centenarioeclipse.sbpcnet.org.br/wp-content/uploads/2019/05/International-Meeting-on-the-Centenary-of-the-Sobral-Eclipse.pdf>>, consultado em 29 jun. 2020.

SOBRAL, Prefeitura Municipal, *Casa da Cultura de Sobral comemora 20 anos de funcionamento*, em linha, atual, 2018, disponível em: < <http://www.sobral.ce.gov.br/informes/principais/casa-da-cultura-de-sobral-comemora-20-anos-de-funcionamento>>, consultado em 26 ago. 2019.

SOBRAL, Prefeitura Municipal, *Casa do Patrimônio. Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa*, em linha, atual, 2014, disponível em: <<https://cultura.sobral.ce.gov.br/espaco/970/>>, consultado em 26 ago. 2019.

SOBRAL, Prefeitura Municipal, *Museu Público. Museu Madi Sobral*, em linha, atual, 2017, disponível em: <<https://cultura.sobral.ce.gov.br/espaco/1223/>>, consultado em 26 ago. 2019.

SOBRAL, Prefeitura Municipal, *Museu Público. Parque da Luz. Museu do Eclipse*, em linha, atual, 2015, disponível em: <<https://cultura.sobral.ce.gov.br/espaco/987/>>, consultado em 26 ago. 2019.

SOBRAL, Prefeitura Municipal, *Museu Público. Pinacoteca de Sobral*, em linha, atual, 2017, disponível em: <<https://cultura.sobral.ce.gov.br/espaco/1061/>>, consultado em 26 ago. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, *Sistema de Consulta Processual Unificada – SCPU*, em linha, atual, 2020, disponível em: <<https://consultaprocesso.tjce.jus.br/>>, consultado em 25 jul. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, *Resultado das eleições*, em linha, atual, 2020, disponível em: <<https://www.tse.jus.br/>>, consultado em 12 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, *Breve histórico do Núcleo Educativo do Museu de Arte da UFC*, em linha, atual, 2021, disponível em: <<https://mauc.ufc.br/pt/nucleo-educativo/sobre/>>, consultado em 15 dez. 2021.

Anexos

Anexo 1 – Estatutos do Museu Diocesano de Sobral (1951)

Fonte: Cartório do Primeiro Ofício de Sobral, *Registro de pessoas jurídicas*, Livro A, n.º 1, páginas 15 e 16.

32, 1951 março, 29. Registro resumido dos Estatutos do Museu Diocesano de Sobral, fundado sob os auspícios do Exmo e Revmo. Sr. Bispo Conde D. José Tupinambá da Frota pertence a Diocese cujo patrimônio integrará os objetos expostos e integrantes das diversas seções de valor histórico, artístico ou estimativo, não se podem vender, presentear, doar ou alienar por qualquer título. Destinado a preservar nosso patrimônio histórico, o Museu é uma instituição cívico-cultural que acolherá o que diga respeito à nossa história, costumes e tradições. Os objetos de interesse do Museu e adquiridos por compra ou doação poderão figurar como memória de família ou pessoas gradas, devendo por isso acompanhar-se da conveniente etiqueta. O Museu acolherá não só objetos relativos à história regional, mas também o que quer que seja de interesse geral. Compete ao Exmo. Sr. Bispo Diocesano a supervisão e direção geral do Museu. Os presentes estatutos que serão vistos e aprovados pelo Exmo. Sr. Bispo Diocesano, não se poderão modificar sem prévia autorização da autoridade Diocesana. Nos casos omissos recorrer-se-á ao Exmo. Sr. Bispo a quem compete interpretar os presentes estatutos, bem como esclarecer dúvidas acerca de pontos não previstos ou obscuros. Para a direção imediata, o Exmo. Sr. Bispo anunciará auxiliar de confiança que exercerão as funções de Director, Secretário, 1º e 2º Escriurários. Outros funcionários e auxiliares serão designados pelo Director, que lhes determinará as funções e respectivos vencimentos. Os Estatutos estão assinados por D. José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral e foram publicados no Diário Oficial nº 5083 de 16 de março de 1951, sendo este registrado feito a requerimento de D. José Tupinambá da Frota. O oficial do Registro, Pedro Mendes Carneiro.

Atendendo ao requerimento do Diretor, averbo à margem da inscrição 32, a reforma dos Estatutos publicados no Diário Oficial do Estado sob o nº 12228 de 23 de novembro de 1977, do teor seguinte: Estatutos do Museu Diocesano de Sobral. Capítulo I – Do Nome e dos Objetivos. Art 1º - O Museu Diocesano de Sobral pertence à Mitra da Diocese, foi fundado a 29 de março de 1951 e oficialmente inaugurado a 10 de março de 1971, tendo sede e foro na cidade de Sobral, Estado do Ceará e duração por tempo indeterminado e reger-se-á por estes estatutos. Art. 2º - Tem a finalidade de colecionar, conservar, estudar e expor para a educação do público o seu acervo de valor cultural, artístico, histórico, científico e técnico. Capítulo II – Da administração. Art. 3º - O Museu será administrado por uma diretoria composta de um

diretor, um secretário e um tesoureiro. Art. 4º - A diretoria será nomeada pelo Bispo Diocesano de Sobral com mandato de dois anos, podendo seus membros ser reconduzidos. Capítulo III – Da competência da Administração. Art. 5º - À diretoria compete: a) cumprir e fazer cumprir estes estatutos; b) admitir e demitir empregados; c) propor a reformulação dos estatutos aos Conselhos Diocesano e Administrativo; d) elaborar o regimento; e) publicar os atos ordinários para o desenvolvimento do museu; f) exercer grande vigilância para evitar furtos das peças. Art. 6º - É vedado a diretoria vender, permutar, emprestar e doar peças por qualquer título menos que o Conselho Diocesano aprovar por escrito outra disposição. Art. 7º - À diretoria não é permitido fazer empréstimo ou contrair dívidas em nome e com responsabilidade do Museu. Parágrafo Único – A Diocese de Sobral representa o Museu, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente. Capítulo IV - Do Patrimônio e Regime Financeiro. Art. 8º - O patrimônio está constituído: a) pelo acervo das peças expostas e não expostas; b) por subvenções dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal; por donativos, doações e legados; d) por bens móveis, imóveis e semoventes que possua ou venha a possuir. Capítulo V - Das Disposições Gerais e Transitórias - Art. 9º - O Museu não remunera dirigentes por qualquer título, não distribui sob qualquer forma vantagens ou benefícios e se eventualmente verificar saldo em seus exercícios financeiros - será aplicado no desenvolvimento da entidade. Art. 10 - Em caso de encerrar definitivamente suas atividades o patrimônio social e bens serão vendidos e o valor da transação destinar-se-á a Santa Casa de Misericórdia de Sobral. Art. 11 - Os casos omissos serão submetidos ao Bispo Diocesano. Art. 12 - Os presentes estatutos só poderão reformados, mediante proposta da diretoria em reunião conjunta do Conselho Administrativo e do Conselho Diocesano, com aprovação do Bispo Diocesano. Art. 13 - Estes Estatutos depois de publicados no Diário Oficial do Estado do Ceará, encontraram em vigor na data do seu registro no cartório de Registro Civil, revogadas as disposições em contrário. O presente registro foi feito a requerimento do seu Diretor Mons. Sabino Guimarães Loiola. Sobral, 28 de novembro de 1977. O Of. do Registro Idelfonso Elcio Mendes Carneiro.

Anexo 2 – Trabalhos de pós-graduação disponíveis no Catálogo de Teses (T) e Dissertações (D) do Portal da Capes. Termos de busca: “Museu Diocesano de Sobral”, “Museu Dom José”, “História de Sobral”, “Dom José Tupinambá da Frota”, “Diocese de Sobral”, “Sítio Histórico de Sobral”

Fonte: Portal da Capes, [Consult. 22 jul. 2022]. Disponível em WWW:<<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>, último acesso em 22 de julho de 2022.

TIPO	ÁREA	ANO	AUTOR	TÍTULO / UNIVERSIDADE
T	ANTROPOLOGIA SOCIAL	1991	PEDRO BENJAMIM C E SILVA GARCIA	O DIA DO SENHOR VOZES E MOVIMENTO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
D	HISTÓRIA	2002	GLÓRIA GIOVANA SABOYA MONT'ALVERNE GIRÃO	AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS EM SOBRAL (1870-1920). UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
D	HISTÓRIA	2008	VIVIANE PRADO BEZERRA	“PORQUE SE NÓIS NÃO AGIR O PUDÊ NÃO SABE SE NÓIS ISISTE NU MUNDO”: O MEB E O DIA DO SENHOR EM SOBRAL (1960-1980). UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
D	ARQUITETURA E URBANISMO	2009	JOBER JOSÉ DE SOUZA PINTO	OS NOVOS PALÁCIOS DA VELHA PRINCESA: INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS CONTEMPORÂNEAS NO SÍTIO HISTÓRICO DE SOBRAL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
D	DESENVOLVIMENTO URBANO	2010	JACQUELINE DE CARVALHO NOGUEIRA	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TURISMO E CONSERVAÇÃO INTEGRADA: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SOBRAL (CE). UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

T	HISTÓRIA	2013	FRANCISCO DENIS MELO	OS INTELLECTUAIS DA ACADEMIA SOBRALENSE DE ESTUDOS E LETRAS/ ASEL/ E A INVENÇÃO DA CIDADE LETRADA (1943- 1973). UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
D	GEOCIÊNCIAS	2013	KARLLA EMMANUELLE CUNHA ARRUDA	GEODIVERSIDADE DO MUNICÍPIO DE ARARIPINA/PE, NORDESTE DO BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
D	SOCIOLOGIA	2014	ALINE MONTEIRO ALVES	DO LAR ÀS SALAS DE AULA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
D	GEOCIÊNCIAS	2014	GINA CARDOSO DE OLIVEIRA	OS MATERIAIS DE PROBOSCÍDEOS DO QUATERNÁRIO DA REGIÃO NORTE DO CEARÁ, DEPOSITADOS NOS MUSEUS DOM JOSÉ (MDJ), EM SOBRAL E MUSEU DA PRÉ-HISTÓRIA DE ITAPIPOCA (MUPHI), EM ITAPIPOCA. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
D	PROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA	2014	JOAO HENRIQUE VASCONCELOS CAVALCANTE	CÍRCULOS DE CULTURA E O ADOLESCENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA ATITUDES SAUDÁVEIS FRENTE ÀS DROGAS. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
T	SOCIOLOGIA	2016	AURELIO PONTE FILHO	DOM JOSÉ E O “CORREIO DA SEMANA”: A “BÔA IMPRENSA” EM SOBRAL (1918-1925). UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
D	EDUCAÇÃO	2016	LIANA LIBERATO LOPES CARLOS	MEMÓRIA, CULTURA E TRADIÇÃO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS CIGANOS EM SOBRAL (1974-2000). UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

D	HISTÓRIA		2017	THIAGO BRAGA TELES DA ROCHA	“DE QUEM É SOBRAL?”: AS PRÁTICAS LETRADAS, AS TENSÕES POLÍTICAS E A LUTA PELA TEMPORALIDADE NA IGREJA CATÓLICA (1945-1953). UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
D	ARQUITETURA URBANISMO DESIGN	E E	2018	MARCELY LUIZA BARREIRA PORTELA	PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SOBRAL/CE. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
D	HISTÓRIA CULTURAS	E	2019	GUILARDO ARAGÃO MAIA	“TECIDOS, TRAMAS E COSTURAS: A MODA EM SOBRAL NOS “ANOS DOURADOS”, VIDA COSTUMEIRA E O CONTROLE DO CORPO EM UMA SOCIEDADE DE DISTINÇÃO (1945-1964). UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
D	GEOGRAFIA		2019	MIRTES BARBOSA GOMES	PAISAGEM URBANA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SOBRAL – CE: O PATRIMÔNIO COMO INSTRUMENTO CULTURAL. UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ
T	PSICOLOGIA		2020	JOSE REGINALDO FEIJAO PARENTE	PATRIMÔNIO AFETIVO E CULTURAL NO CONTEXTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE SOBRAL-CE. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
D	DIREITO CONSTITUCIONAL		2020	RAFAELA DANTAS DE SIQUEIRA	DIREITO DE PROPRIEDADE VERSUS TOMBAMENTO: PROPOSTA EM FAVOR DA HARMONIA DE INTERESSES A PARTIR DO CASO DO SÍTIO HISTÓRICO DE SOBRAL/CE. UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
D	ARQUITETURA URBANISMO DESIGN	E E	2021	FRANCISCO ALEXANDRE VERAS DE FREITAS	ESTUDO DE CASO SOBRE PRESERVAÇÃO URBANA NO BRASIL – SÍTIO HISTÓRICO DE SOBRAL/CE: CONTROVÉRSIAS, PARADOXOS E CONFLITOS SOBRE O

				SEU PROCESSO DE TOMBAMENTO FEDERAL PELO IPHAN. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
D	HISTÓRIA	2021	EDCARLOS DA SILVA ARAÚJO.	PATRIMÔNIO, POLÍTICA E PASSADO: O TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE SOBRAL-CE, 1995-2020. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Anexo 3 – Trabalhos acadêmicos disponíveis na busca do Google Acadêmico. Termo de busca: Com a frase exata “Museu Dom José”, contendo a palavra “Sobral”

Fonte: Google Acadêmico, disponível em WWW:<<https://scholar.google.com/>>, último acesso em 31 de outubro de 2021.

ANO	AUTOR	TÍTULO	LOCALIZAÇÃO
1998	MANUELINA MARIA DUARTE CÂNDIDO	IMAGENS DE VIDA, TRABALHO E ARTE. UM ESTUDO DE CASO DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: A COLEÇÃO DE IMAGINÁRIA DO MUSEU DOM JOSÉ (SOBRAL–CEARÁ–BRASIL).	uliege.be
2004	CRISTINA RODRIGUES HOLANDA	A CONSTRUÇÃO DO TEMPLO DA HISTÓRIA EUSÉBIO DE SOUSA E O MUSEU HISTÓRICO DO CEARÁ (1932-1942).	repositorio.ufc.br
2004	VANUZIA BRITO LIMA; LENILTON FRANCISCO DE ASSIS	MAPEANDO ALGUNS ROTEIROS DE TRABALHO DE CAMPO EM SOBRAL/CE: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO DE GEOGRAFIA.	dialnet.unirioja.es
2005	MARIA SOMÁLIA SALES VIANA, <i>ET AL.</i>	O ACERVO FOSSILÍFERO DO MUSEU DOM JOSÉ (SOBRAL-CE) E SUA IMPORTÂNCIA PARA A DIVULGAÇÃO DA PALEONTOLOGIA NO ESTADO DO CEARÁ	Revista de Geologia

2010	JACQUELINE DE CARVALHO NOGUEIRA DOMINGUES	CAMINHANDO JUNTOS: O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E A CONSERVAÇÃO INTEGRADA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI EM SOBRAL/CE.	repositorio.ufpe.br
2010	KELLY LINHARES VASCONCELOS, <i>ET AL</i>	CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL SOFRIDA POR CRIANÇAS ASSISTIDAS POR UM PROGRAMA DE APOIO.	redalyc.org
2010	MARIA SOMÁLIA SALES VIANA, <i>ET AL.</i>	MAMÍFEROS FÓSSEIS QUATERNÁRIOS DA REGIÃO NOROESTE DO CEARÁ	academia.edu
2010	PAULO VICTOR DE OLIVEIRA	MAMÍFEROS DO NEOPLEISTOCENO : HOLOCENO DO PARQUE NACIONAL DE UBAJARA, CEARÁ. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.	lume.ufrgs.br
2011	LEONARDO KERBER, <i>ET AL.</i>	CHINCHILLIDAE AND DOLICHOTINAE RODENTS (RODENTIA: HYSTRICOGNATHI: CAVIOMORPHA) FROM THE LATE PLEISTOCENE OF SOUTHERN BRAZIL.	sedici.unlp.edu.ar
2011	MARIA SOMÁLIA SALES VIANA, <i>ET AL.</i>	HÁBITOS ALIMENTARES EM HERBÍVOROS DA MEGAFUNA PLEISTOCÊNICA NO NORDESTE DO BRASIL.	researchgate.net

2011	PAULO VICTOR DE OLIVEIRA, <i>ET AL.</i>	EOHOLOCENE MALACOFAUNA (GASTROPODA, PULMONATA) FROM A CAVE OF NATIONAL PARK OF UBAJARA, CEARÁ STATE, BRAZIL	moluscos.org
2012	ANNIE SCHMALTZ HSIU, <i>ET AL.</i>	LIZARDS AND SNAKES (LEPIDOSAURIA, SQUAMATA) FROM THE LATE QUATERNARY OF THE STATE OF CEARÁ IN NORTHEASTERN BRAZIL.	researchgate.net
2012	FRANCISCO RONY GOMES BARROSO	FAUNA DE EDIACARA NA BACIA DO JAIBARAS, NOROESTE DO CEARÁ: A PRIMEIRA OCORRÊNCIA NO NORDESTE DO BRASIL. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO.	repositorio.ufpe.br
2012	NILSON ALMINO DE FREITAS	NARRATIVAS SOBRE O ESPAÇO: O PESQUISADOR, O NARRADOR E A CIDADE.	dialnet.unirioja.es
2013	ANA LUIZA RIOS MARTINS	AS RESSIGNIFICAÇÕES DA CULTURA POPULAR NA OBRA DA COMPOSITORA BRANCA RANGEL.	academia.edu
2013	GABRIEL JOSÉ TEIXEIRA	ANATOMIA COMPARADA DOS BOINAE (SERPENTES, BOIDAE) SUL-AMERICANOS: UMA ABORDAGEM OSTEOLÓGICA PARA FINS APLICATIVOS NA PALEONTOLOGIA DE VERTEBRADOS. TESE DE DOUTORADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.	tcc.sc.usp.br

2013	M. W. L. C. SANTOS, <i>ET AL.</i>	INCIDÊNCIA DE MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS DE SOBRAL-CE.	researchgate.net
2013	MARIA SOMÁLIA SALES VIANA, <i>ET AL.</i>	RESSIGNIFICAÇÃO DOS FÓSSEIS NO MUSEU DOM JOSÉ: PESQUISA E AÇÕES EDUCATIVAS.	academia.edu
2013	PAULO VICTOR DE OLIVEIRA, <i>ET AL.</i>	LATE QUATERNARY CAVIOMORPH RODENTS (RODENTIA: HYSTRICOGNATHI) FROM CEARÁ STATE, NORTHEAST BRAZIL.	researchgate.net
2013	ROBERTO GALVÃO	RESISTÊNCIA E RELIGIOSIDADE: REFLEXÕES NÃO APROFUNDADAS SOBRE AS ARTES NO CEARÁ COLONIAL.	historiar.uvanet.br
2014	ELOISA MAGALHÃES PÁSSARO; MARIA HELENA HESSEL; JOSÉ DE ARAÚJO NOGUEIRA NETO	PRINCIPAIS ACERVOS DE PALEONTOLOGIA DO BRASIL.	ppegeo.igc.usp.br
2014	FRANCISCO R. G. BARROSO, <i>ET AL.</i>	FIRST EDIACARAN FAUNA OCCURRENCE IN NORTHEASTERN BRAZIL (JAIBARAS BASIN,? EDIACARAN-CAMBRIAN): PRELIMINARY RESULTS AND REGIONAL CORRELATION.	scielo.br
2014	PAULO VICTOR DE OLIVEIRA, <i>ET AL.</i>	THE DASYPODIDAE (MAMMALIA, XENARTHRA) FROM THE URSO FÓSSIL CAVE (QUATERNARY), PARQUE NACIONAL DE UBAJARA, STATE OF CEARÁ,	scielo.br

		BRAZIL: PALEOECOLOGICAL AND TAXONOMIC ASPECTS.	
2014	SÉRGIO AUGUSTO SANTOS XAVIER, <i>ET AL.</i>	REGISTRO DE OVIPOSIÇÃO EM INFLORESCÊNCIA DA FORMAÇÃO CRATO (APTIANO), BACIA DO ARARIPE, NORDESTE DO BRASIL.	repositorio.ufc.br
2015	ANA CAROLINA RODRIGUES DA SILVA	OS SENTIDOS DO PASSADO OU O PASSADO SENTIDO: MECANISMOS DA MEMÓRIA NOS ESCRITOS DE PADRE MENDES LIRA. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.	repositorio.ufc.br
2015	ANA PAULA GOMES BEZERRA	CAPITALISMO E ELITE NO CEARÁ: PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO DE LOUÇAS EUROPEIAS EM ARACATI (1850 A 1890). DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ.	acopiara.uece.br
2015	MARIA SOMÁLIA SALES VIANA	PESQUISA CIENTÍFICA, COLEÇÕES E EXPOSIÇÕES DE HISTÓRIA NATURAL: CASO DO MUSEU DOM JOSÉ (SOBRAL, CEARÁ).	academia.edu
2016	ANTÔNIA CARNEIRO	NA CIDADE DE SOBRAL: A POLÍTICA NO BECCO DO COTOVELO.	ufscar.br

2016	CAIO ANDRADE CAVALCANTE, <i>ET AL.</i>	CARACTERIZAÇÃO DOS DANOS EM CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS DE ALVENARIA VERNACULAR: CASOS DE ESTUDO.	researchgate.net
2016	FRANCISCO DÊNIS MELO	QUE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS CONTAM E ENSINAM O MUSEU DE DOM JOSÉ DE SOBRAL?	uvanet.br
2016	LARISSA MARA GONÇALVES MOTA, <i>ET AL</i>	AValiação DA VULNERABILIDADE SÍSMICA À ESCALA URBANA: O CENTRO HISTÓRICO SOBRALENSE.	researchgate.net
2016	LARISSA MARA GONÇALVES MOTA, <i>ET AL</i>	CARACTERIZAÇÃO DAS PAREDES DE FACHADA DE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS DE SOBRAL.	confea.org.br
2016	MARIA DE JESUS GOMES DE SOUSA; MILAGROS GABRIELA DA CRUZ CARDONA; MARIA SOMÁLIA SALES VIANA	INVENTÁRIO TAXONÔMICO DAS COLEÇÕES PALEOENTOMOLÓGICAS DO MUSEU DOM JOSÉ E DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ, SOBRAL-CE	revistas.usp.br
2017	ANTÔNIA DAYANNE ABREU DE SOUSA, <i>ET AL.</i>	ANÁLISE MORFOLÓGICA, DESCRIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE VÉRTEBRAS DE SERPENTES (SQUAMATA, DIAPSIDA), DA GRUTA DO URSO FÓSSIL (HOLOCENO), PARQUE NACIONAL DE UBAJARA, CEARÁ.	repositorio.ufc.br

2017	ELIETE DE MESQUITA LOPES, <i>ET AL.</i>	SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE PALEONTOLOGIA, NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR LUÍS FELIPE, SOBRAL–CEARÁ.	editorarealize.com.br
2017	FRANCISCO CHAVES NETO; ESEQUIEL MESQUITA; RACHEL MARTINI	CARACTERIZAÇÃO DOS DANOS DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DOUTOR JOÃO FELIPE	researchgate.net
2017	GINA CARDOSO DE OLIVEIRA; MARIA SOMÁLIA SALES VIANA; EDISON OLIVEIRA	PRIMEIRA OCORRÊNCIA DE GOMPHOTHERIIDAE NO MUNICÍPIO DE IRAUÇUBA, CEARÁ, BRASIL.	revistas.usp.br
2017	PAULO VICTOR DE OLIVEIRA, <i>ET AL.</i>	TAYASSUIDAE, CERVIDAE E TAPIRIDAE DA GRUTA DO URSO FÓSSIL, HOLOCENO, PARQUE NACIONAL DE UBAJARA, CEARÁ, BRASIL.	ppegeo.igc.usp.br
2017	SÉRGIO AUGUSTO SANTOS XAVIER	REGISTROS BOTÂNICOS PRESERVADOS NOS EOLIANITOS DE CAMOCIM (HOLOCENO DO NOROESTE DO CEARÁ). DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOLOGIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.	repositorio.ufc.br
2017	SUSANA DE ARAÚJO GASTAL; ANA MARIA COSTA BEBER; VIVIANE ROCHA.	A CASA VELHA COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA: A MUSEALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL.	seer.ufal.br
2017	THIAGO BRAGA TELES DA ROCHA; GLEUDSON PASSOS CARDOSO	“HISTÓRIA CONCEBIDA EM TERMOS DÚPLICES”: AS DEFESAS HISTÓRICAS DO PRELADO SOBRALENSE.	rhet.uvanet.br

2018	ANTÔNIA DAYANNE ABREU DE SOUSA	PRIMEIRA OCORRÊNCIA DE OVO AMNIÓTICO NA FORMAÇÃO ROMUALDO (CRETÁCEO INFERIOR DA BACIA DO ARARIPE, SIMÕES-PI).	repositorio.ufc.br
2018	FRANCISCO JAMISON LIBERATO SOUSA, <i>ET AL.</i>	PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SOBRAL E LUDICIDADE NA ESCOLA CARMOSINA FERREIRA GOMES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.	revistas.uece.br
2018	FRANCISCO JAMISON LIBERATO SOUSA, <i>ET AL.</i>	PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SOBRAL E LUDICIDADE NA ESCOLA CARMOSINA FERREIRA GOMES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.	revistas.uece.br
2018	GINA CARDOSO, <i>ET AL.</i>	NOVOS ACHADOS DE MAMÍFEROS PLEISTOCÊNICOS EM IRAUÇUBA, CEARÁ, NORDESTE, BRASIL.	researchgate.net
2018	SÉRGIO AUGUSTO SANTOS XAVIER; MARIA SOMÁLIA SALES VIANA; ELNATAN BEZERRA DE SOUZA.	CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA DE VEGETAL HOLOCÊNICO MINERALIZADO PROCEDENTE DE CAMOCIM, CEARÁ.	revistas.usp.br
2019	EDCARLOS DA SILVA ARAÚJO	A CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO NACIONAL: O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE SOBRAL-CE, 1995-1999.	sistemas.uft.edu.br
2019	FRANCISCA EVANICE MOURÃO LIMA	INDÚSTRIA CULTURAL.	revistadocentes.seduc.ce.gov.br

2019	JOÃO VICTOR PAULA MOREIRA, <i>ET AL.</i>	TAENIDIUM BARRETTI BRADSHAW, 1981 NA FORMAÇÃO MALHADA VERMELHA (CRETÁCIO INFERIOR), BACIA DE MALHADA VERMELHA, CEARÁ, BRASIL.	ppegeo.igc.usp.br
2019	OLGA ALCÂNTARA BARROS, <i>ET AL.</i>	PHYSICOCHEMICAL INVESTIGATION OF SHRIMP FOSSILS FROM THE ROMUALDO AND IPUBI FORMATIONS (ARARIPE BASIN).	peerj.com
2020	ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA; MARCOS CIRINEU AGUIAR SIQUEIRA; RODRIGO MARTINS LIMA	CONTEXTUALIZAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE NUM CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA: UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO IFCE CAMPUS SOBRAL.	conexoes.ifce.edu.br
2020	EDCARLOS DA SILVA ARAUJO; ANA CAROLINA ARAÚJO MARTINS	“DETETIVES DO PATRIMÔNIO”: UMA EXPERIÊNCIA URBANA DE CONHECIMENTO HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SOBRAL-CE.	periodicos.ufmg.br
2020	LUCAS EMANUEL FERNANDES ARAÚJO, <i>ET AL.</i>	O IMPACTO DAS MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SOBRAL.	brazilianjournals.com
2021	NILSON ALMINO DE FREITAS	CENTRO-MONUMENTO E A PATRIMONIALIZAÇÃO DE SOBRAL, CEARÁ, BRASIL	REDALYC.ORG

Anexo 4 – Relatório do Museu Diocesano de Sobral, atribuído a direção do Museu Diocesano de Sobral, em 4 de julho de 1959

Fonte: acervo do MDJ.

Relatório do Museu Diocesano de Sobral

Teve início o Museu Diocesano de Sobral em 1938, tendo funcionando sempre em 8 salões das dependências do Palácio Episcopal. Consta a sua coleção de Porcelanas, Cristais, Pratarias, Imagens de madeira e de Marfim, de sílex, objetos de índios, fosseis, armas, lustres de cristal, etc. Todos estes objetos foram na sua maioria comprados às expensas da Diocese e do Bispo Diocesano e foram adquiridos no Ceará, Piauí e Maranhão; quanto ao seu valor, cedemos a palavra ao Dr. Gustavo Barroso, que dignou-se dar sobre ele as suas impressões numa carta dirigida ao Bispo Diocesano, cuja cópia acompanha este relatório.

O Museu é visitado diariamente, quando procurado, e já visitaram Ingleses, Franceses, Holandeses, Alemães, Italianos e Norte-Americanos, além de Brasileiros de quase todo território nacional.

Infelizmente não temos livro que consigne as impressões dos visitantes, que sempre se têm manifestado maravilhados com a qualidade e quantidade de objetos expostos.

Por incrível que pareça os poderes públicos não tem querido auxiliar esta Diocese na Construção de um prédio apropriado, que, aliás, já foi iniciado em 1957 e se encontra na altura do primeiro andar, pois constará de 2 andares. O presidente do Museu é o Bispo Diocesano D. José Tupynambá da Frota, o Diretor é o Snr. Waldemar Teixeira de Albuquerque e a Diretoria é formada [...]da de Mons. Francisco Felipe Fontenele e Pe. José Palhano de Sabóia. Tem estatutos próprios, devidamente registrados no Cartório civil para os efeitos legais e já foi declarado de utilidade pública.

É de justiça lembrar que, se a ideia da formação do Museu se deve ao Bispo Diocesano, a sua execução deve-se principalmente ao Pe. José Palhano de Sabóia, Secretário do Bispado e atualmente Prefeito Municipal de Sobral, o qual percorreu os sertões do Ceará, Piauí e Maranhão a procura de angariar objetos antigos e artísticos para o Museu Diocesano, sempre com pleno êxito em todas as excursões.

Sobral, 4 de julho de 1959.

Anexo 5 – Relação de peças compradas do Museu Osvaldo Soares. Transcrição do documento produzido na gestão da professora Glória Giovana Saboya Mont’Alverne Girão (digitado e manuscrito)

Fonte: acervo do MDJ

Relação de peças compradas do Museu Osvaldo Soares
São Luís – Maranhão 1953

01 Relógio de porcelana (casal) - CR\$ 70.000,00 (não existe)
10 Estatuetas de porcelana
11 Pentes
01 Console – Sousa Andrade
01 Oratório
01 Estante de partitura
02 Toucheiro – Igreja das Mercês (S. Luiz)
01 casal – (Clovis e Clotilde) finíssima porcelana (não existe mais)
01 espelho veneziano – CR\$ 10.000,00
01 Lava-pés – fabricação inglesa – 200 anos
Banquinhos – decorados com azulejo
Espadas da época de D. Pedro I, Pedro II e D. Maria I
01 Console
Potes de Farmácia
Pratos
02 Lâmpadas
02 Jarros
01 Oratório – pequeno trabalhado
01 Estátua de Hipócrates
Quadro – a Menina de Verde
02 Santos Evangelistas (Figuras Híbridas)
02 Pinhas Portuguesas

- Maranhão – Lista

- Crucifixo de marfim c/ resplendor de madeira dourada – MA

- Placa de marfim com D. Pedro pintado à óleo São Luís
- Moringa terracota – friso em relevo – MA
- Telhas de louça (4) – branca e azul – MA
- Palmatória de ferro larga – Caxias – MA
- 02 Quadros com camafeus – São Luís (MA)
- Coração com imagem de São José e N. senhora pintados sobre vidro – S. Luís

Anexo 6 – Quadro de diretores do Museu Dom José

Fonte: José Luís Araújo Lira e acervo do MDJ.

PERÍODO	SOBRE O DIRETOR
Até 1959	Dom José Tupinambá da Frota. Nasceu em Sobral, a 10 de setembro de 1882, na residência da família, situada na então Rua da Aurora, hoje Rua Domingos Olímpio, n.º 231. Seus pais foram Manoel Arthur da Frota e Raimunda Artemísia Rodrigues Lima. Contou com a colaboração de Padre José Palhano de Sabóia, Waldemar Teixeira de Albuquerque e do Monsenhor Francisco Felipe Fontenele
1959-1961	Dom José Bezerra Coutinho. Nasceu em Capistrano, Ceará, a 7 de fevereiro de 1910 e faleceu em Fortaleza, Ceará, a 7 de novembro de 2008). Ordenado sacerdote no dia 3 de dezembro de 1933, em Sobral. Recebeu a ordenação episcopal no dia 28 de outubro de 1956, em Sobral, das mãos de Dom José Tupinambá da Frota, de Dom Expedito Eduardo de Oliveira e Dom José Terceiro de Sousa. Com a morte de Dom José (25/09/1959), se tornou administrador Diocesano de Sobral. Foi sua a iniciativa de transformar o Palácio Episcopal de então em sede do Museu Diocesano.
1961-1964	Dom João José da Mota e Albuquerque. Nasceu em Recife, Pernambuco, a 27 de março de 1913 e faleceu em São Luís, Maranhão, a 12 de setembro de 1987. Foi ordenado sacerdote em 28 de abril de 1935, por Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela, bispo de Nazaré da Mata, PE. Sua ordenação episcopal ocorreu também em Nazaré da Mata, em 28 de abril de 1957. Em 28 de fevereiro de 1961, foi designado para a Diocese de Sobral, no Ceará, que se encontrava vacante havia quase dois anos desde a morte de seu antecessor, Dom José Tupinambá da Frota. Foi empossado em 21 de maio seguinte. Permaneceu em Sobral até 28 de abril de 1964.
1965	Dom Walfrido Teixeira Vieira. Filho de Galdino Feliciano Vieira e Honorina Teixeira Vieira, nasceu no dia 17 de dezembro de 1921, em

	Jaguaquara, Bahia. Sua ordenação presbiteral se realizou em Amargosa, no Estado da Bahia, a 29 de junho de 1946. A ordenação episcopal se realizou em Salvador, aos 26 de junho de 1961, por D. Augusto Álvaro da Silva. Foi nomeado Bispo Diocesano de Sobral pelo Papa Paulo VI, a 06 de janeiro de 1965, vindo a tomar posse dessa diocese no dia de São José do referido ano. Renunciou o governo desta diocese em 17 de março de 1998. Faleceu em Sobral a 09 de novembro de 2001.
1965-1970	Monsenhor Joaquim Arnóbio de Andrade. Nasceu em Massapê, Ceará, no dia 26 de abril de 1915. Sua ordenação sacerdotal se deu a 20 de novembro de 1938, por Dom José Tupinambá da Frota. Em 15 de agosto de 1957 fundou a Congregação das Missionárias Reparadoras do Coração de Jesus. Faleceu, às 10 horas da terça-feira santa, dia 2 de abril de 1985, em fama de santidade. Sua causa de Beatificação e de Canonização está em curso na Diocese de Tianguá.
1970-1978	Monsenhor Sabino Guimarães Loiola. Nasceu em 25 de agosto de 1909, no povoado Campo Novo, pertencente ao município de Sobral, extinto pela construção do açude de Forquilha. Filho de Diogo Alves Loiola e Patriolina Guimarães Loiola. Ordenado sacerdote por Dom José Tupinambá da Frota, em 10 de fevereiro de 1935. Faleceu a 1 de janeiro de 2005, na cidade de Sobral.
1978-1980	Monsenhor Joviniano Loiola Sampaio. Nasceu em Independência, Ceará, a 28 de outubro de 1917, filho de Francisco Rodrigues Sampaio e de Maria Inácia Loiola. Foi ordenado sacerdote por Dom José Tupinambá da Frota, a 25 de outubro de 1942. Faleceu a 7 de julho de 1997, em Sobral.
1980-1988	Monsenhor Manoel Valdery da Rocha. Filho de João Lourival da Rocha e de Maria Edite Soares, nasceu a 31 de dezembro de 1938, na cidade de Morrinhos, Ceará. Foi ordenado sacerdote por Dom

	Raimundo de Castro e Silva, no dia 6 de dezembro de 1964. Atualmente (09/2021), é pároco emérito de Cruz, Ceará.
1988-1990	Padre Emídio Moura Gomes. Nasceu a 17 de maio de 1962 em Tapera, distrito de Sobral/Ceará. É bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará; em Teologia pelo Instituto Teológico Pastoral do Ceará; em Direito pela Universidade Vale do Acaraú. Atualmente (09/2021), é pároco em Bela Cruz, Ceará.
1991-1996	Maria Minerva Sanford Frota. Nascida a 7 de outubro de 1930, filha de Giucipe Genuense da Frota e de Maria Beatriz Almeida Sanford, aposentou-se como professora universitária em Sobral.
1996-2015	Glória Giovana Saboya Mont'Alverne Girão. Filha do Dr. José Maria de Araújo Mont'Alverne e de Prudenciana Saboya Mont'Alverne. Possui graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (1976) e mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú.
2015-2019	José Antenor Viana Coelho. Natural de Sobral, filho de José Ribamar Coelho e Zilmar Ximenes Viana Coelho. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (1992), especialização em Habitat et Développement / H&D pela Université Catholique de Louvain (1995) e mestrado em DEA en Sciences Appliquées pela Université Catholique de Louvain (1996). Atualmente é Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú.
1996-2019 (Vice-diretora)	Maria Hilce Girão Capote. Nasceu em Sobral, a 29 de novembro de 1936, filha de Benício Carneiro Girão e de Raimunda Frota Parente, sobrinha de Dom José Tupinambá da Frota, bispo de Sobral. Formada em História e Estudos Sociais, com especialização em Metodologia do

	Ensino Superior, professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Casada com José Helder Frota Gomes Capote.
2019-Atual	José Luís Araújo Lira. Natural de Guaraciaba do Norte, Ceará, nascido a 17 de dezembro de 1973, filho de Izídio Ribeiro Lira e Luíza de Araújo Lira. É advogado, jornalista, escritor, mestre e doutor em Direito pela Universidade Nacional de Lomas de Zamora (Argentina), com pós-doutoramento em Direito pela Universidade de Messina (Itália). Desde 2015, detém o título nobiliárquico da Santa Sé de Cavaleiro da Nobre e Pontifícia Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém – Lugar-Tenência do Brasil – Rio de Janeiro, na qual é Secretário-Geral. 26 livros de sua autoria foram publicados, tendo mais três no prelo. É professor do Curso de Direito da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2004 e atual Diretor do MDJ.

Anexo 7 – Carta de Gustavo Barroso ao Bispo Dom José, a 23 de novembro de 1955, que se encontrava exposta na Sala Dom José (2019)

Fonte: acervo do MDJ.

Fortaleza 23 de novembro de 1955

Exmo. e Revmo. Sr. D. José Tupinambá Frota, Dmo. Bispo de Sobral

Meu eminente amigo

Venho agradecer-lhe cordialmente sua generosa acolhida quando de minha recente visita, acompanhado de funcionário do Museu Histórico Nacional à nobre cidade Januária. Aproveito o ensejo para repetir-lhe por escrito o que lhe disse de viva voz depois de haver longamente visitado o Museu Diocesano de Sobral, mais uma grande obra de sua incansável benemerência. O que, em matéria de mobiliário antigo, arte sacra, joias, porcelana e outras preciosidades conseguiu V. Excia. Revma. recolher, colecionar e dispor à visitação pública, é na verdade, espantoso, tendo em vista a pobreza franciscana do interior nordestino, sobretudo em comparação com a riqueza de outras paragens do Brasil enriquecidas pelo açúcar ou pelo ouro e os diamantes.

Da minha visita ao Museu Diocesano de Sobral guardei uma impressão de surpresa e admiração.

Surpresa por encontrar tão rico acervo de relíquias do nosso passado numa cidade sertaneja do Ceará, de admiração pelo incontestável valor do mesmo e pela pertinácia e esforço em conseguir reuni-lo. Seria muito de desejar que os Poderes Públicos do Estado ou da Federação lançassem um olhar protetor sobre essa notável obra e dessem auxílio eficiente para a construção de prédio apropriado ao Museu e para a sua conservação adequada. Viriam esses poderes simplesmente coroar a iniciativa e o trabalho da Cúria sobralense, nunca por demais louvado.

Tendo examinado detidamente objeto por objeto do Museu Diocesano de Sobral, com à prática que me deu a experiência da direção do Museu Histórico Nacional durante 33 anos, acredito não exagerar avaliando em mais de vinte milhões de cruzeiros as preciosidades de todo gênero recolhidas e conservadas pela Cúria sobralense. Ora, tão estimável patrimônio, com carência de espaço para ser convenientemente exposto, com necessidades de meios de conservação, está a merecer a atenção dos Governos.

Cumprido o dever de expor a V. Ex.a. Revma. minha opinião sobre o assunto, rogo-lhe aceitar os testemunhos da minha veneração e sincera amizade.

Gustavo Barroso.

Anexo 8 – O Livro de Ouro, 15 de junho de 1959, que se encontrava exposto na Sala Dom José (2019)

Fonte: acervo do MDJ.

Livro de Ouro

Foto - Pedra Sagrada dos Incas (Peru) - encontrada na fazenda Vaca Sêca entre Pacujá e S. Benedito em 1926

Livro de Ouro do Museu Diocesano - Sobral - Ceará (Foto de Dom José) D. José Tupinambá da Frota - Bispo de Sobral Fundador do Museu

(Papel Timbrado Bispado de Sobral)

O Revmo. Sr. Pe. Benedito Maia, está credenciado para angariar em Fortaleza donativos para a construção do prédio destinado ao Museu Diocesano, e eu desde já agradeço aos que contribuírem para a realização para essa obra de elevado alcance cultural.

Sobral 15 de junho de 1959

+ José Tupynamba Bispo de Sobral.

Cia. Industrial de Algodão e Óleos

E. S. Duarte - Diretor - pg. 10.000,00

MACHADO S/A - Comércio e Industria

José Machado de Araújo - Diretor Vice-presidente - pg. 10.000,00

Exportadora Machado Araújo, LTDA

(Assinatura) - Gerente pg. 10.000,00

CIMAIPINTO

Cia Importadora de Maquinas e Acessórios Irmãos Pinto

Edgar Dutra Nunes - Diretor Gerente 19/08/59 Pg. 10.000,00

(assinatura). pg. 2.000,00

J. Torquato e Cia. LTDA pg. 5.000,00

p.p. Jorge Ste... e Cia Ltda. Pg. 2.000,00

(assinatura)

V. Castro e Cia LTDA

(assinatura)

Caixa Postal

Alberto Nepomuceno 28

Fortaleza-Ceará pg. 2.000,00

Leite Barbosa Cia Pg. 2.000,00

Boris Frêres & Cia. LTDA

(assinatura) gerente pg. cr\$ 2.000,00

A. Pinheiro S. A.

Comércio e Indústria

(assinatura) Diretor pg. 2.000,00

Studart e Cia LTDA pg. 2.000,00

D^a. Cambeda Frota pg. 2.000,00

Limdym Tecidos S.A. pg 3.000,00

(assinatura) pg. 1.000,00

Casa J. Lopes S.A.

Carneiro Gentil S.A

Comércio e Indústria

(Assinatura) Raul ... Carneiro - Presidente pg. 2.000,00

Celco Nunes S.A.

Agente da Panair do Brasil S.A Fortaleza-Ceará pg. 1.000,00

(assinatura) Amim Ind & Cia cr\$ 1.000,00 pg

Imobiliária Jereissati S/A - 1.000,00 pg

F. Fernandes e Cia - 1.000,00 pg

Emygdio e Irmão - 1.000,00 pg